revista epígrafe

ISSN 2318-8855





Revista de Graduação em História
Edição Onze
Número Um
Ano 10 | Agosto de 2022
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Beatriz Gasques Favilla
Bruna Koerich Reitz
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira
Gabriele Maria Oliveira
Guilherme Laranjeira Rodrigues
Guilherme Oliveira Souza
Larissa Galende Guidolin
Marina de Almeida Spinola
Pedro Carvalho Silva
William Kenji Namiki
Yan Fernando Pereira Catuaba

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Flavio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Julio Cesar Pimentel Pinto Filho - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcela Boni Evangelista - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Correia L. Pereira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Cortez Wissenbach- Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Filomena Coelho – Departamento de História, Universidade de Brasília
Mauricio Cardoso - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Soares Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Comissão Editorial: Beatriz Gasques Favilla, Bruna Koerich Reitz, Gabriel Yukio Shinoda Oliveira, Gabriele Maria Oliveira, Guilherme Laranjeira Rodrigues, Guilherme Oliveira Souza, Larissa Galende Guidolin, Marina de Almeida Spinola, Pedro Carvalho Silva, William Kenji Namiki, Yan Fernando Pereira Catuaba

Capa e ilustração: William Kenji Namiki, Larissa Galende Guidolin

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitora: Profª. Drª. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitoria de Graduação
Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitoria de Pesquisa
Prof. Dr. Paulo Alberto Nussenzveig

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins
Vice-Diretor: Profª. Drª. Ana Paula Torres Megiani

Epígrafe – Revista de Graduação em História
www.revistas.usp.br/epigrafe
revistaepigrafe@usp.br
Facebook: Revista Epígrafe
Instagram: @revistaepigrafe
Twitter: @REpigrafe

Editorial: Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação 08
Beatriz Gasques Favilla
Guilherme Oliveira Souza

Artigos

***A Bela e a Fera*: representações coloniais de gênero em três versões do conto** 23
Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

A lenda do Eldorado: transformações do mito doradista na cartografia da América do Sul (séculos XVI-XIX) 49
Bruno Stori

A muralha e a tempestade: uma análise do Hino Nacional da República Popular da China 82
Enzzo Sato Inada

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e a concessão de dotes às moças órfãs e pobres no século XIX 100
Ana Caroline Silva Caldas

A trajetória de Adélia Sampaio no cinema brasileiro (1984-2017): críticas à sociedade conservadora 122
Catarina Silva Bijotti

As imagens dos reis no *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423) 152
Vitor Eduardo Coghetto Vieira da Silva

As políticas culturais no Chile: Os percursos particulares entre o governo da Unidade Popular e a patrimonialização da memória pós-ditadura militar 183
Bruna Torres Calarezo/ Cinthia de Cássia Cardoso

Cinema, memória e neoliberalismo: a representação da Argentina contemporânea no filme "*Los muertos*" (2004) 204
Lucas Lourenço Rodrigues

De Krause a Magalhães: trajetórias na Prefeitura da Cidade do Recife (1979-2000) 224
João Paulo Alves da Silva

Dostoiévski na Crise dos Naturalismos: uma análise crítica de O Duplo 246
Júlia Geiling Cardoso Falcone

"Educar é Higienizar": As diretrizes do ensino da Higiene nas Escolas Normais paulistas e o papel do professor no livro de Biologia Educacional 259
Samira Martins

Ensino remoto e seu impacto na educação: um olhar sobre a disciplina de História 286
Ana Clara Sousa Reis/ Graziela Feitosa Conceição/ Mayza Jorge Feitosa

Esquecer o passado, pacificar a nação: os sentidos de anistia na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil (1978-1979) 303
Vitor Guatelli Portella

Imbangala: a forma Kilombo de existir 331
Lucas Fortunato de Souza

Leksikon Yu Mitologije: memória e nostalgia nos territórios da antiga Iugoslávia 364
Mariana Hebling Alen Loureiro

O ensino de História no Liceu Provincial da Bahia (1836-1890) 389
Ícaro Batista da Silva

Raymond Williams: sobre o materialismo cultural no processo histórico 427
Thaís Nery

Sons, sonoridades e músicas nas casas e nos quintais paulistanos 445
Vitória Ramoska

Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense 470
Daniele de Paula

Resenhas

A era extremada e o conhecimento histórico sintetizado: História Contemporânea 2 487
Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

Novas fontes históricas, novas agentes históricas: dinâmicas de gênero na comunidade mercantil de Luanda do século XIX 497
Raphael dos Santos Gonçalves

Ensaios

Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado 510
Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Notas sobre Roda Viva: 1968-2018 527
Vitor Morais Graziani

Entrevista

Ampliando a linguagem do historiador: uma entrevista com Ynaê Lopes dos Santos 544
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira e Gabriele Maria Oliveira

Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação

Editorial

Beatriz Gasques Favilla
Guilherme Oliveira Souza
DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p8-21

2022 é, sem dúvidas, um ano que entrará na memória daqueles que o viveram. De certa forma, “esperança” e “renovação” são duas palavras que todos proferiram em algum momento. O que será agora? O mundo voltará ao que era antes ou se fará algo novo?

Em 1919, a euforia explodiu nas ruas brasileiras naquele que foi considerado o maior carnaval da história, no pós-gripe espanhola. Era o apogeu da felicidade de um mundo que se reergueu após o fim de uma sangrenta guerra mundial e que fora acometido por um vírus que matou milhões de pessoas. Era uma sociedade que precisou ficar reclusa, que teve que aprender novos hábitos de higiene e que temia diariamente pela própria vida, reivindicando o direito de ocupar as ruas e celebrar a existência.

Um século depois, o mundo se viu atônito novamente diante da instalação de uma nova pandemia: a de covid-19. Após dois difíceis anos de isolamento social e de perdas irreparáveis, algo espera a todos nesta sociedade que precisa reaprender a

conviver. As crianças voltaram para as escolas, os trabalhadores, para os postos de trabalho e os universitários, para a academia. É dentro desse cenário que a Universidade de São Paulo decreta retorno ao modelo presencial para o dia 14/03/2022, sob uma série de debates. Com a melhora dos indicadores de contágio e morte, o atual cenário permitiria a volta às salas de aula, aos gramados, às bibliotecas e ao contato com os colegas.

É o momento das conversas informais voltarem aos corredores - principalmente em um ano de eleição. 2022 não representa somente o retorno a uma vida antiga ou a construção de um novo estilo de viver, mas a tomada de decisão sobre os rumos do país. É chegado o momento de fazer escolhas, de cobrar os que se acovardaram frente às difíceis decisões a serem tomadas e que escolheram a omissão como ação principal. É chegada a hora de eleger o modelo político que o país quer ter nos próximos anos e como pretende lidar com questões urgentes agravadas pela pandemia, tais como a alta do desemprego, o retorno do Brasil ao Mapa da Fome[1], o recrudescimento da crise econômica, entre outros diversos pontos.

Não só o corpo volta a ocupar os espaços compartilhados, mas também a ciência. São notórias as tentativas de desmonte dos institutos de pesquisa e a falta de investimentos que a produção científica vem sofrendo nos últimos anos. Em um país que fortemente restabelece seus laços agrários, assistimos uma sucessão de ataques ao conhecimento. Produzir ciência, nesse contexto, tem sido nadar contra a maré. A

[1] PETROPOULEAS, Suzana. Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista. Folha de São Paulo. 23 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml

produção de conhecimento se mostra gravemente ameaçada e os investimentos cada vez mais escassos, como mostra o jornalista João Vitor Pizana:

> Cortes de verbas nas áreas de ciência e tecnologia não são uma novidade e vêm sendo realizados frequentemente desde 2014. Segundo levantamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, o ano que o MCTI teve o maior orçamento foi 2013, quando contava com cerca de R$ 11,6 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. O orçamento foi reduzido para R$ 10,6 bilhões em 2014 e continuou sofrendo cortes nos anos subsequentes até atingir o menor patamar em 2021, com R$ 1,9 bilhão em caixa, o que equivale a apenas 17% do orçamento de 2013.
>
> O Brasil vem contrariando a tendência global de aumento nos investimentos em ciência, que foram impulsionados pela pandemia de covid-19, embora já estivesse em crescimento vertiginoso nos últimos anos. De acordo com o mais recente Relatório de Ciência da UNESCO, lançado em junho de 2021, os gastos com ciência em todo o mundo aumentaram 19% entre 2014 e 2018. A média mundial de investimentos em pesquisa científica era cerca de 1,8% do PIB em 2018, enquanto o Brasil investia apenas 1,3% da parcela do PIB nacional.[2]

Entretanto, se os usurpadores da ciência pretendiam declarar seu fim, a pandemia mostrou que só a partir dela é possível superar desafios até então intransponíveis. Não foi com "histórico de atleta" que uma das mais importantes descobertas do século XXI - a vacina para a Covid-19 - foi realizada, mas com o árduo trabalho de incansáveis cientistas por todo o globo.

Mas qual o papel das Ciências Humanas dentro deste tumulto técnico-biológico? Por que se continuar produzindo esse tipo de conhecimento? A resposta deve ser contundente: porque é preciso garantir a prevalência dos Direitos Humanos, denunciar os absurdos que nos rodeiam e lutar contra os que tentam tirar todo e qualquer direito

[2] PIZANA, João Vitor. Crise na Ciência Brasileira: área sofre com cortes sistemáticos de verbas nos últimos anos. Periódicos UEPG: 13 de dezembro de 2021. Disponível em: https://periodico.sites.uepg.br/index.php/educacao/2539-crise-na-ciencia-brasileira-area-sofre-com-cortes-sistematicos-de-verbas-nos-ultimos-anos

conquistado. Quando questionadas sobre qual é o papel das Ciências Humanas na pandemia de Covid-19, a doutora Monique Soares Vieira e Simone Barros de Oliveira foram pragmáticas em sua respostas:

> O que pretendemos dizer com isso, é que as ciências sociais e humanas irão atuar na particularidade das experiências humanas, ou seja, dará rosto, biografia e vivências aos números estatísticos. Irá construir levantamentos e mapas sociodemográficos, trazendo as características das populações, como vivem, quais são seus hábitos, como se organizam no cotidiano, quais condições sociais e econômicas, possuem para enfrentar a pandemia, se tem acesso aos serviços públicos e itens essenciais de cuidado. Questionamentos que são essenciais para o Estado Brasileiro planejar medidas emergenciais de apoio a sua população.
>
> Então, é possível sim, afirmarmos que as ciências sociais e humanas possuem uma contribuição imprescindível em momentos de crises sanitárias, pois a cada história revelada, a cada voz que não é silenciada e a cada vida valorizada, novas possibilidades de sociabilidade e de democratização de direitos poderá ser construída na perspectiva de garantir uma vida mais digna à população.[3]

É preciso, portanto, garantir a vitória da democracia, da diversidade e da existência digna. As Ciências Humanas resistiram aos mais sombrios tempos - e resistirão também a este, marcado por uma onda de ataques aos direitos universais. Chico Buarque de Holanda prometera que amanhã vai ser outro dia e essa é precisamente a promessa de 2022.

Nesse contexto de retorno às atividades presenciais e de expectativas de transformação social, a Revista Epígrafe continuou a realizar seu trabalho de compartilhar fiel e rigorosamente o conhecimento científico. A nossa edição de número 11 foi produzida ainda de modo remoto, respeitando o distanciamento social imposto

[3]VIEIRA, Monique Soares. OLIVEIRA, Simone Barros de. Quais as contribuições das ciências sociais e humanas em contextos de pandemia? Universidade Federal do Pampa: 2020. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/files/2020/04/quais-as-contribuicoes-das-ciencias-sociais-e-humanas-em-contexto-de-pandemia-monique-vieira-e-simone-barros.pdf.

pela pandemia de COVID 19 e as restrições às atividades no campus da Universidade de São Paulo. No entanto, em meio à elaboração desta edição, acompanhamos longos debates sobre a retomada das atividades e recebemos a notícia sobre o tão esperado retorno ao espaço da universidade, com docentes, discentes e funcionários devidamente imunizados e mantendo-se o uso de máscaras e outros protocolos de segurança.

Sabemos que a pandemia está longe do fim e que, como coletivo, devemos continuar a fazer todos os esforços possíveis para preservar a vida e saúde daqueles que nos cercam. Também é nossa responsabilidade não deixar que o absurdo número de mortes por COVID 19 e a negligência do Estado em relação à crise sanitária caiam no esquecimento. Por outro lado, observar o movimento dos alunos que tornam a circular pelo prédio de História e Geografia e por outros espaços do campus nos enche de esperança em dias melhores para o ensino e para a pesquisa nacionais.

Para além da retomada das aulas no campus da USP e de outras universidades, o gradativo retorno à vida presencial significa também novas possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. As atividades de pesquisadores e pesquisadoras em todo o mundo foram grandemente afetadas pela pandemia. Em primeiro lugar, arquivos, museus e bibliotecas foram temporariamente fechados, o que configurou um grande obstáculo para a elaboração de trabalhos devido à limitação de acesso a acervos e documentos, fundamentais para o ofício do historiador. Além disso, o intercâmbio entre universidades e pesquisadores também foi prejudicado devido à impossibilidade de se viajar para realizar pesquisa em acervos de instituições internacionais e para comparecer a eventos como congressos e seminários.

Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação

Os esforços para contornar tais obstáculos foram significativos e, sem dúvida, impactarão definitivamente as políticas em relação aos acervos e também as formas de se fazer pesquisa. Desde o início do período de isolamento social, assistimos o empenho de museus, arquivos e bibliotecas em disponibilizar seus acervos de forma digital ou fornecer acesso gratuito a eles. Vimos também uma grande quantidade de eventos *online* como palestras, entrevistas e seminários, que de fato foram muito importantes não apenas para manter as atividades de divulgação da pesquisa acadêmica, mas também para conectar pesquisadores e públicos de diferentes lugares do Brasil e do mundo. Ainda assim, a perspectiva de reabertura dessas instituições é fundamental para a superação das dificuldades impostas pela pandemia ao trabalho dos pesquisadores.

A pesquisa em acervos e a mobilidade internacional foram temas bastante explorados pela entrevistada desta edição, a Profa. Dra. Ynaê Lopes dos Santos. Durante a entrevista, ela destacou a importância dos períodos que passou na Espanha e em Cuba, como parte de sua pesquisa de doutorado sobre escravidão e espaço urbano em duas cidades americanas: o Rio de Janeiro e Havana. Em um momento político mais favorável, de maiores investimentos nas universidades públicas e na pesquisa, historiadores e outros pesquisadores brasileiros tiveram a oportunidade de desenvolver parte de seus estudos em instituições estrangeiras, e assim conhecer novos arquivos, novos documentos e estabelecer contatos com outros investigadores, experiências que impactaram sobremedida a qualidade e o alcance dos trabalhos produzidos.

Beatriz Favilla e Guilherme Oliveira

O vislumbre de um fim para a pandemia, assim como a expectativa de uma transformação política significativa a partir de 2023, nos dão esperança de que a educação e a pesquisa científica sejam mais valorizadas e que, além das restrições temporárias de acesso a fontes e bibliografia, possamos superar também a cruzada contra o conhecimento científico, que hoje nos assombra. Esperamos que o trabalho daqueles que se dedicam à produção de conhecimento embasado e crítico sobre a sociedade em que vivemos seja reconhecido e que docentes, discentes e pesquisadores possam desenvolver suas atividades em condições dignas, com amplo acesso às ferramentas necessárias e em ambientes de diálogo entre pares e com a comunidade. Sabemos que os desafios continuarão e que serão muitos. Seja no decorrer deste ano ou nos próximos, será preciso continuar firmes e atentos para que o fazer científico seja respeitado e incentivado.

Mas, o que nos aguarda? Agora, as bibliotecas voltaram a receber estudantes, as universidades voltaram a abrir suas portas e as políticas de permanência continuam sendo debatidas. Se Drummond se questionava sobre o que fazer quando a festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu e a noite esfriou, todos se questionam o que fazer agora que a festa voltou, a luz acendeu novamente, o povo está ainda mais ardente nos debates públicos e as urgências são ainda mais urgentes.

O futuro é incerto, como só ele pode ser, e o presente nos coloca uma série de desafios: novo aumento de casos de Covid-19, agravamento de crises, mudanças climáticas, desmonte da educação pública, apagamento da base de dados do CNPq etc. - mas há esperança de dias e condições melhores. Afinal, *amanhã há sempre de ser outro dia*.

Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação

Esta edição conta com vinte e três trabalhos produzidos por graduandos e recém graduados, assim como a referida entrevista com a historiadora Ynaê Lopes dos Santos. O artigo "A Bela e a Fera: representações coloniais de gênero em três versões do conto" analisa três versões de uma história amplamente difundida em todo o mundo, demonstrando como o conto de fadas operou na construção e reprodução de noções coloniais, binárias e hierárquicas de gênero.

O segundo trabalho desta edição também se debruça sobre uma famosa narrativa. Em "A lenda do Eldorado: Transformações do mito doradista na cartografia da América do Sul (séculos XVI-XIX)", o autor analisa uma série de mapas da América do Sul produzidos entre os séculos XVI e XIX e que representam Eldorado, apontando as remodelações da lenda ao longo desse período. Defende-se que Eldorado não foi apagado do imaginário europeu com o desenvolvimento do empirismo e do cientificismo, mas ganhou novas explicações que foram retratadas nos mapas.

O artigo "A muralha e a tempestade: uma análise do Hino Nacional da República Popular da China" investiga aspectos verbais e musicais da canção "Marcha dos Voluntários", que se tornaria hino do país, procurando compreender sua importância para a consolidação de um nacionalismo chinês no século XX e sua relação com a identidade nacional chinesa no presente.

Em seguida, o trabalho "A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e a concessão de dotes às moças órfãs e pobres no século XIX" examina o acolhimento de mulheres órfãs e pobres pela referida instituição, com especial atenção à concessão de dotes, utilizando como fontes jornais do século XIX. A autora demonstra que, nesse

período, essas mulheres estavam à mercê do casamento ou do trabalho, sendo a busca pelo dote um fator determinante para sua própria sobrevivência.

O trabalho seguinte, "A trajetória de Adélia Sampaio no cinema brasileiro (1984-2017): críticas à sociedade conservadora", se debruça sobre duas obras da cineasta Adélia Sampaio: *Amor Maldito* (1984) e *O mundo de dentro* (2017), marcadas pela crítica à moral da sociedade brasileira e pelo pessimismo. A autora utiliza os filmes como fontes para compreender o cinema brasileiro do período a partir da trajetória de Sampaio.

O artigo "As imagens dos reis no *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423)" investiga as imagens de reis presentes no referido manuscrito, uma cópia do século XIV do código de leis visigodo *Liber Iudiciorum,* compilado no século VII. Busca-se compreender os sentidos e funções dessas imagens no documento: o autor defende que sua função ornamental contribui para legitimar o discurso de justiça e poder da obra.

Na sequência, o trabalho "As políticas culturais no Chile: Os percursos particulares entre o governo da Unidade Popular e a patrimonialização da memória pós ditadura militar" discute sobre as políticas culturais em dois momentos da história chilena: o governo Allende (1970 a 1973) e a reabertura democrática após a ditadura Pinochet. As autoras buscam compreender os projetos de instituições museológicas como o Museu da Solidariedade e o Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos, relacionando-os às contribuições da Nova Museologia.

O artigo "Cinema, memória e neoliberalismo: a representação da Argentina contemporânea no filme *Los Muertos* (2004)" reflete sobre a relação entre o filme de Lisandro Alonso e o processo de construção de uma memória coletiva sobre a crise

econômica decorrente das medidas neoliberais implantadas pelo governo Menem (1989 a 1999). O autor discute a renovação cinematográfica constituída pelo Novo Cinema Argentino, que teve como uma de suas principais características a representação das consequências sociais do neoliberalismo.

O trabalho "De Krause a Magalhães: trajetórias na Prefeitura da Cidade do Recife (1979-2000)" investiga a trajetória de figuras políticas que ocuparam a prefeitura de Recife durante o período de redemocratização do Brasil. Segundo o autor, as transformações geradas nesse contexto, tais como o retorno ao pluripartidarismo e a ampliação do processo eleitoral, impactaram o cenário político também no nível municipal, trazendo novas possibilidades de composições político-partidárias nas disputas pela prefeitura da cidade.

Na sequência, o artigo "Dostoiévski na Crise dos Naturalismos: uma análise crítica de O Duplo" parte do exame da obra O Duplo (1846) para pensar problemáticas presentes na Europa entre o final do século XIX e o início do século XX, como a crise dos naturalismos e a emergência da consciência do sujeito. O autor investiga como esses temas se desenvolveram no contexto russo e como foram representadas por Dostoiévski.

Em "'Educar é Higienizar': as diretrizes do Ensino da Higiene nas escolas normais paulistas e o papel do professor no livro de Biologia Educacional", a autora analisa o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969), de Antônio de Almeida Júnior, utilizada como material didático nas Escolas Normais paulistas. Pretende-se discutir sobre as diretrizes de Educação Higiênica presentes no livro e sobre o papel atribuído

à professora primária na veiculação dos ideais de higiene, em uma perspectiva de disciplinamento das condutas e corpos que serviria à transformação econômica e social e ao saneamento dos problemas do país.

O artigo "Ensino remoto e seu impacto na Educação: Um olhar sobre a disciplina de História" busca analisar o ensino de História de maneira remota, durante o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 e o impacto nos estudantes, assim como propor uma reflexão sobre como o ensino da disciplina foi impactado pelas novas ferramentas e metodologias surgidas e/ou criadas neste período.

Em sequência, o trabalho "Esquecer o passado, pacificar a nação: os sentidos da anistia na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil (1978-1979)" se destina, por meio da história comparada, a estudar os editoriais da Folha de São Paulo e do Jornal do Brasil durante os anos de 1978 e 1979 e os argumentos acerca da anistia, compreendendo a empresa como agente ativa na história.

Posteriormente, "Imbangala: a forma Kilombo de existir" é um artigo que se propõe a estudar as instituições dos grupos Imbangala, tendo como foco central o Kilombo, e a interação dos indivíduos com o meio, em um processo de construção e reprodução de um mundo próprio. Já "LEKSIKON YU MITOLOGIJE: memória e nostalgia nos territórios da antiga Iugoslávia" é um trabalho dedicado a compreender as imagens compartilhadas por povos situados nesse antigo território, que constroem uma memória coletiva. Esta permite não só analisar o passado mistificado, mas instrumentalizar ferramentas para compreensão de contradições atualmente presentes.

Seguido a este, "O Ensino de História no Liceu Provincial da Bahia (1836-1890)" é um artigo que busca colaborar com a historiografia acerca da disciplinarização da

Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação

História na Bahia - e, em consequência, contribui com a compreensão deste processo em âmbito nacional - tendo como campo empírico o Liceu Provincial, em uma ampla análise documental. Posterior a ele, o artigo “Raymond Williams: sobre o materialismo cultural no processo histórico” aborda a obra deste importante materialista histórico, o qual sua contribuição à historiografia é revolucionária e atemporal. O leitor poderá conhecer, de maneira didática, os principais aspectos de suas obras e como esse impactou profundamente o marxismo e a historiografia geral com sua abordagem cultural.

É seguido por uma importante contribuição à historiografia sobre a modernização de São Paulo, o artigo “Sons, Sonoridades e Músicas nas Casa e Quintais Paulistanos”, que busca compreender como os sons relacionados a vida doméstica paulistana participaram deste processo, tendo entre os anos de 1890 e 1920 seu recorte temporal.

Finalizando a seção de artigos, o trabalho “Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense”, busca lançar um olhar para o Common Sense e sua importância para a independência das 13 colônias, assim como traçar considerações para o não reconhecimento de Thomas Paine como um dos principais agentes deste processo, como os que foram intitulados de "Founding Father”.

Na seção das resenhas, esta edição conta com dois trabalhos. O primeiro, “A era extremada e o conhecimento histórico sintetizado: História contemporânea 2” se dedica à obra do historiador e professor titular da Universidade de São Paulo Marcos Napolitano. Seu livro é dedicado à análise de múltiplos fatores e à exposição de atritos

ocorridos no século XX e primeira metade do século XXI. Já a segunda resenha, intitulada “Novas fontes históricas, novas agentes históricas: dinâmicas de gênero na comunidade mercantil de Luanda do século XIX”, se refere à obra da historiadora Vanessa S. Oliveira sobre História da África, a qual se deburça sobre o comércio, escravidão e abolição em Luanda, com especial destaque para para o papel das mulheres luso-africanas.

Após as resenhas, encontram-se dois ensaios. O primeiro, “Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três esferas da prática de relação com o passado”, propõe uma reflexão acerca da significância individual da História e da Arqueologia, ao mesmo tempo que estas atuam conjuntamente para a compreensão e construção das narrativas sobre o passado, tendo a memória como objeto de trabalho comum. Em sequência, “Notas sobre Roda Viva: 1968 - 2018”, analisa comparativamente as encenações deste musical, de autoria de Chico Buarque de Holanda, ocorridas em 1964 e 2018, uma estreada no ano do golpe civil-militar brasileiro e outra, sob o impacto do golpe parlamentarista de 2016, respectivamente.

Ao final da edição, os leitores encontrarão uma entrevista com a Profa. Dra. Ynaê Lopes dos Santos. Mestre (2007) e doutora (2012) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), ela atualmente é Professora Adjunta no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), na área de História da América. Suas pesquisas se debruçam sobre a História da Escravidão e das Relações Étnico-Raciais no continente. Na entrevista, a historiadora fala sobre sua trajetória desde a escolha do curso de História até suas experiências de pesquisa.

Novos ventos de 2022: o retorno à vida presencial e a esperança de transformação

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

São Paulo, 15 de julho de 2022

artigos

A Bela e a Fera: representações coloniais de gênero em três versões do conto

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v11i1p22-50

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as representações de gênero presentes em três versões do conto *A Bela e a Fera*. Escolheu-se para análise a primeira versão escrita de 1740, de Gabrielle de Villeneuve; a segunda versão escrita de 1756, de Jeanne-Marie de Beaumont; e a versão cinematográfica animada de 1991, produzida pelos estúdios Disney. Entende-se os contos de fadas como tecnologias coloniais e modernas de construção de gênero. O conto *A Bela e a Fera* foi escolhido devido sua difusão pelo mundo ocidental. Para a análise, utilizou-se dos conceitos de gênero, conforme Butler (2019) e Lauretis (1993; 2019); o conceito de representação, segundo Chartier (1991) e Pesavento (1999); e o conceito de colonialidade de gênero, de acordo com Lugones (2008; 2012) e Walsh (2018). Conclui-se que as versões do conto analisadas produzem e reproduzem noções coloniais, modernas, binárias, dicotômicas e hierárquicas de gênero.

Palavras-chaves: *A Bela e a Fera*; Colonialidade de Gênero; Contos de Fadas; Representações.

* Graduação em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: gabriel.simionato@sou.unifal-mg.edu.br. Agradeço à prof.ª dr.ª Marta Rovai por todo apoio e orientação.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as representações de gênero presentes no conto *A Bela e a Fera* por meio das obras literárias originais (1740 e 1756) e da versão fílmica animada (1991). O conto *A Bela e a Fera* foi escolhido por ser um dos contos de fadas mais conhecidos do imaginário ocidental. Uma longa lista de adaptações e reproduções do conto pode ser traçada, desde o curta francês de Alberto Capellani (1908), passando pelo clássico francês de Jean Cocteau (1946), pela animação soviética de Lev Atamanov (1952), até a versão *remake live-action,* da Disney, de Bill Condon (2017), dentre vários outros filmes. Prezou-se, então, pela versão literária original, escrita pela Madame de Villeneuve (ainda que seja difícil delimitar as origens precisas dos contos de fadas, uma vez que pertencem à oralidade popular), a versão literária mais conhecida, escrita pela Madame de Beaumont, e o filme de 1991 da Disney, por seu alcance e popularidade.

O artigo utiliza o conceito de gênero, de acordo com Judith Butler (2019) e Teresa de Lauretis (1993; 2019). Entende-se o gênero como construção sociocultural e histórica, e não como uma categoria fixa, universal e essencialista (BUTLER, 2019, p. 40-41). Em diálogo com o conceito de representação, percebe-se o gênero sendo construído pelas representações e pelos discursos (LAURETIS, 1993, p. 99), constituído "por meio de códigos linguísticos e representações culturais" (LAURETIS, 2019, p. 123), em constante processo de desconstrução e reconstrução. Assim, tendo a representação seu potencial criador, percebe-se como representações de gênero podem, além de reproduzir, produzir e condicionar práticas de gênero. Como diz

Teresa de Lauretis, “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 2019, p. 126).

Outro conceito fundamental para este trabalho é o de representação, conforme Roger Chartier (1991) e Sandra Pesavento (1999). Assim, busca-se entender quais valores, noções e papéis de gênero as representações, encontradas nessas três versões do conto, reproduzem e produzem. Como trata Pesavento, a representação “é um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação” (PESAVENTO, 1999, p. 242). Ou seja, a representação além de figurar e simbolizar uma prática, também a condiciona: as representações reproduzem as práticas sociais e as práticas reproduzem as representações assimiladas; sendo assim, as representações são produtoras e reprodutoras de percepções sociais (CHARTIER, 1991, p. 183).

Dessa forma, é coerente pensar os contos de fadas enquanto tecnologias sociais que produzem e reproduzem construções de gênero: apesar do conto original ter sido escrito no século XVIII francês, ele produz e reproduz noções de gênero, que podem ser traçadas até uma versão contemporânea da mesma obra (filme de 1991), percebendo as continuidades, as rupturas eas reconstruções dos padrões de gênero.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo entender o potencial criador/reprodutor que as representações de gênero dos contos analisados possuem. Como diz Pesavento “o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema” (PESAVENTO, 1999, p. 250). Dessa forma, percebendo a extensão da divulgação do conto *A Bela e a Fera*, e compreendendo os contos de fadas como instrumentos de transmissão de valores sociais (MAIA; MAIA, 2015, p. 259), procura-se entender quais regulações de gênero esse conto traz.

Mas, ampliando o debate, também busca entender os contos de fadas como tecnologias sociais da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), ou seja, enquanto ferramentas de produção/reprodução de concepções eurocêntricas, universalizantes, binárias, dicotômicas, hierárquicas de gênero, produzidas pelo mundo ocidental.

Chama-se de colonialidade de gênero o sistema moderno, desenvolvido pelo Ocidente, que institui uma concepção (entendida como a única existente e aceitável) do que é ser homem (constantemente pensado como burguês, branco e heterossexual) e do que é ser mulher (constantemente pensada como burguesa, branca e heterossexual), sendo tal sistema imposto, por meio da colonização e da colonialidade, às cosmologias não-ocidentais (LUGONES, 2008, p. 82; LUGONES, 2012, p. 131; WALSH, 2018, p. 30).

Destarte, a colonialidade de gênero entende e formula os gêneros de modo binário, dicotômico, hierárquico, antagônico, racista, burguês, cristão, heterossexista (LUGONES, 2008, p. 82; LUGONES, 2012, p. 131; WALSH, 2018, p. 30). Na perspectiva da de colonialidade, gênero é inseparável de raça e classe: não são categorias secundárias umas às outras, mas co-constitutivas (LUGONES, 2012, p. 134). Assim, não há como se analisar as representações de gênero presentes em *A Bela e a Fera* sem pensar as representações de raça e classe.

Nesse sentido, entendendo os contos de fadas como tecnologias sociais que (re)produzem as construções de gênero, que por sua vez são construções coloniais, pode-se pensar os contos de fadas como ferramentas da colonialidade, que vão instituir esse sistema de gênero colonial. Pensa-se, assim, a ideia de "colonização do imaginário", conforme nomeou Aníbal Quijano (1992, p. 13).

Esse trabalho possibilita a compreensão de como o sistema colonial de gênero é (re)produzido por meio dos contos de fadas. Como trata Lugones, não há descolonização sem o desligamento da dicotomia colonial homem-mulher (LUGONES, 2012, p. 129). Assim, possibilita-se a compreensão de como a dicotomia homem-mulher (tão explícita em *A Bela e a Fera*) é construída e difundida com auxílio dos contos de fadas.

O trabalho se justifica também pelos poucos trabalhos historiográficos que analisam as representações de gênero presentes em contos de fadas, além de se reconhecer as potencialidades dos contos de fadas enquanto fontes históricas pouco utilizadas pela historiografia. O texto divide-se apresentando a discussão da relação entre contos de fadas e História, a análise da primeira versão literária do conto (1740), da segunda versão literária (1756), a análise da versão cinematográfica (1991), e, por fim, as considerações finais.

Era uma vez fadas contistas

A fonte literária é "entendida como fonte, traço, marca de historicidade ou sintoma de algo que, desde o passado, venha ao encontro dos problemas postos, fornecendo possibilidades de resposta" (PESAVENTO, 2003, p. 39). Busca-se entender o imaginário social acerca do gênero por meio da literatura, uma vez que, como defende Pesavento, a literatura tem grandes potencialidades de "resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades (...), ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo" (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Os contos de fadas ficaram, por muito tempo, rejeitados pela historiografia. Somente com a constituição da História Cultural e com a contribuição primorosa de

Robert Darnton que os contos de fadas passaram a ser analisados como fontes históricas. Darnton, em sua obra, analisou os contos de fadas como vestígios históricos da vida, da cultura, do cotidiano e do imaginário camponês da França do século XVIII. Em suas palavras, os contos de fadas "expressam a base comum de uma determinada ordem social" (DARNTON, 1988, p. 39). O autor também se debruçou em entender como os aspectos brutais dos contos camponeses originais representavam a própria hostilidade da vida camponesa setecentista, com seus contatos diretos com a fome, com a miséria, com a violência e com a morte (DARNTON, 1988, p. 29).

Ao final do século XVII, os contos populares passaram por uma mudança significativa: foram escritos como literatura destinada aos nobres, passando por um processo de refinamento para agradar aos novos leitores aristocráticos. Elementos brutais e violentos foram refinados para elementos graciosos e encantadores (SOUSA, 2018, p. 35).

Nesse período, a grande maioria dos contos foram escritos por mulheres, sobretudo as pertencentes ao movimento do preciosismo, nos salões literários franceses (SOUSA, 2018, p. 90). O próprio termo "contos de fadas" é cunhado nesta época por uma mulher: Madame de Aulnoy (SOUSA, 2018, p. 68). Isso leva-se a questionar o apagamento dessas contistas na História e na consolidação de Charles Perrault, nos imaginários e na Academia, enquanto o "fundador/pai" do gênero contos de fadas.

Como evidencia Darnton, ao denunciar as origens francesas dos contos, tidos como germânicos, dos Irmãos Grimm (DARNTON, 1988, p. 23-24), é difícil remontar as origens precisas dos contos. Mas, como trata Aída Sousa, os contos "parecem compartilhar elementos, ou motivos, pertencentes a um fundo temático comum

europeu" (SOUSA, 2018, p. 49). Assim, também o conto *A Bela e a Fera*, que apesar de ter sido escrito por francesas no século XVIII e, depois, adaptado como animação pelos Estados Unidos na década de 1990, possui elementos comuns ao imaginário ocidental e colonial: as dicotomias entre masculino e feminino, belo e feio, humano e animal, civilizado e selvagem, razão e emoção. Tais elementos podem ser traçados até o mito de Eros e Psique (SOUSA, 2018, p. 111) e aparecem, inclusive, em outros contos de fadas, como *A Princesa e o Sapo* e *O Rei Porco*.

A Bela de Villeneuve

A primeira versão do conto data de 1740, escrita pela francesa Gabrielle-Suzanne Barbot de Villeneuve e publicada no livro *La Jeune Américaine* ou *Les Contes Marins*. Madame de Villeneuve, como outras escritoras do século XVIII, participava dos salões literários e escrevia para o público que os frequentavam: a aristocracia parisiense. Apesar de sua contribuição para o gênero foi, junto de outras contistas, *esquecida* pela História (SOUSA, 2018, p. 35).

Sendo uma escritora do preciosismo, seu conto traz elementos dessa corrente: é mais longo; mescla elementos medievais/aristocráticos, como o luxo, os banquetes, a metamorfose (SOUSA, 2018, p. 78-79) com elementos burgueses, como o tom moralizante, o ideal de sacrifício e recompensa; possui várias personagens, com conflitos internos; há elementos eróticos e moralizantes; faz uso de uma linguagem que ressalta o exagero, a extravagância, a hipérbole (SOUSA, 2018, p. 131-132). Todavia, possui um enredo diferente da versão mais difundida do conto.

Como apresenta Aída Sousa, tanto Madame de Villeneuve quanto Madame de Beaumont, integraram uma segunda geração de escritoras de contos de fadas, que sucedeu à geração de Perrault e Aulnoy, e na qual a moralidade é um fator central

(SOUSA, 2018, p. 94). O que dialoga com o que apresenta Elisabeth Badinter, ao afirmar que o século XVIII francês pode ser dividido em dois momentos, de acordo com os ideais de felicidade: no começo do século com uma felicidade libertina, para no final do século com uma felicidade moralizante (BADINTER, 2003, p. 164-165).

O conto refere-se a Bela como "pairando tão acima de todas as outras mulheres" (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 102) ou "o modelo das mulheres" (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 125). Bela de Villeneuve possui uma longa lista de adjetivos, desde bela, encantadora, virtuosa até desapegada, desinteressada, responsável, prudente, o que configura Bela como uma personagem autocontrolada. O autocontrole era fator crucial na sociedade de corte (LINS, 2012, p. 36). Com isso, nota-se como a temática da "razão" é tão preciosa a essa versão. Trata-se de uma personagem racional e não emocional. Tanto para a libertinagem aristocrática quanto para o iluminismo burguês na França, as emoções eram descartáveis, importando somente o prazer para o primeiro e a razão para o segundo (LINS, 2012, p. 22). Inclusive, é dito que Bela "só agia segundo princípios ditados pela razão e a virtude" (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 186).

O grande embate entre razão e emoção se dá no interior da consciência de Bela, quando ela se vê confrontada a escolher entre um belo príncipe, que a visitava em sonhos e por quem estava apaixonada, e a Fera, que lhe garantia riquezas sem fim e por quem estava grata. Ao fim, Bela escolhe pela gratidão, invés da paixão, sendo, então, a escolha mais racional e, ao mesmo tempo, mais prazerosa. A personagem, desse modo, se constrói como uma figura híbrida. Traz valores aristocráticos/libertinos, da busca pelo prazer, pelo luxo e pela fartura; mas também, traz valores burgueses/iluministas, da busca pela razão, pela moral e pelo dever.

Os sacrifícios feitos por Bela ao longo da trama constroem a personagem como uma figura virtuosa e meritória. A meritocracia, inclusive, é retomada quando mais tarde a fada, que protege o casal Bela-Fera, argumenta que Bela é mais merecedora do título de princesa do que outras moças, que só são princesas por conta da hereditariedade (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 159).

Quando Bela escolhe a Fera em vez do príncipe amado, ela é recompensada. É a recompensa que vem pelo dever (SOUSA, 2018, p. 145). Bela aceita seu dever como esposa e é recompensada por isso. Ou seja, é a filosofia da segunda geração do século XVIII, da felicidade moralizante que vem pelo dever cumprido (BADINTER, 2003, p. 164).

Mas, ao mesmo tempo, Bela escolhe a Fera, também, em gratidão pelas riquezas que ela lhe proporcionou. Bela se beneficia e se encanta com a suntuosidade do palácio, com a amplitude das riquezas, com os servos invisíveis, com a possibilidade de assistir diferentes óperas e teatros num mesmo dia. É, também, uma escolha pelo prazer material. Conforme Badinter, no século XVIII" começa-se a pensar que a riqueza, os prazeres, o bem-estar e a saúde não são bens tão desprezíveis quanto se dizia" (BADINTER, 2003, p. 21).

Ressalta-se que Belase mostra autocontrolada ao longo de toda a trama. Ela se difere de suas irmãs ambiciosas por não se importar com vestidos e joias ou se descontrolar diante da falência de seu pai. Assim, há uma busca pelo prazer material, mas controlada e condicionada por uma busca pela razão e pelo dever. Nesse sentido que se pensa Bela enquanto uma híbrida: ainda aristocrática, mas cada vez mais burguesa.

Outro (senão o principal) ponto da trama é a crítica ao sistema matrimonial vigente: dos casamentos arranjados, com cônjuges que se desconhecem. Afinal, o enredo é uma jovem mulher, que por intermédio de seu pai, passa a viver com um homem desconhecido: uma metáfora para o casamento. Os dilemas do matrimônio eram um tema recorrente ao preciosismo (SOUSA, 2018, p. 100). A obra chega a dizer "entre as pessoas casadas, as mais felizes eram as que compartilhavam idade e temperamento, ao passo que davam pena os cônjuges que haviam se unido contra a vontade e descoberto diferenças irreconciliáveis" (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 170-171). Nesse sentido que o consentimento de Bela é tão importante para a trama: ela deve voluntariamente se unir à Fera. Justamente nesse período histórico, as mulheres se articulavam reivindicando maior autonomia dentro dos casamentos, como o direito ao divórcio (YALOM, 2002, p. 90-92; LINS, 2012, p. 50-51).

Tanto Bela quanto a Fera estão amaldiçoadas no enredo: Bela amaldiçoada a desposar um monstro e o príncipe amaldiçoado em fera. Dessa forma, ambos precisam um do outro. O que pode ser entendido como a adoção de novos contornos de companheirismo nas relações conjugais no período, de que cônjuges poderiam se ajudar mutuamente (LINS, 2012, p. 53). Quanto pode ser entendido como o sistema moderno/colonial estava construindo os gêneros enquanto opostos, binários, complementares e heterossexistas, definindo que um gênero precisa necessariamente do outro, um só se estabiliza com o outro, um só atinge a perfeição com o outro.

Interessante observar que a trama possui muitas personagens femininas em posições de poder: além de Bela; a fada que protege o casal é recorrente na história; há também a fada que os amaldiçoou; há a rainha – mãe da Fera; e há a fada – mãe

de Bela e também rainha. Nos lembra Aída Sousa do quanto as fadas representam um poder feminino onipotente (SOUSA, 2018, p. 93). Nota-se na trama como todos os eventos são consequências das ações feéricas. São as fadas (mulheres) que traçam o destino das personagens.

Nesse sentido pode-se pensar também o enredo da mãe da Fera, uma rainha viúva, que passa grande parte da história em guerras contra adversários masculinos que questionam sua autoridade e tentam usurpar-lhe o reino; e vale ressaltar que a rainha vence todas as batalhas (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 167-168). Como trata Badinter, "'combater', 'dominar', 'conquistar' pertencem ao vocabulário guerreiro pouco compatível com a imagem da mulher" (BADINTER, 2003, p. 29).

A mulher, dentro dessa lógica moderna/colonial, é relegada ao espaço do privado. Nesse jogo das dicotomias, no qual "mulher" e "espaço privado" estão de um lado e "homem" e "espaço público" estão de outro (LUGONES, 2008, p. 87). Conforme Marilyn Yalom, esse sistema "definia as mulheres como criaturas domésticas a serem comandadas por seus maridos e excluídas da vida pública" (YALOM, 2002, p. 192). É a construção da mulher como "rainha do lar", essencialmente doméstica, mãe e esposa (LINS, 2012, p. 83). Dessa forma, a construção das personagens de Villeneuve (a rainha-mãe da Fera, rainha-mãe de Bela e a rainha das fadas) crítica esse sistema de exclusão das mulheres da vida pública/política e das posições de poder. Apesar disso, a trama de Bela se passa completamente no espaço do privado: da casa do pai para a casa do marido.

Essa dicotomia privado/público, mulher/homem, humano/não-humano, razão/emoção, são próprias do pensamento moderno/colonial, que estabelece os padrões de superioridade/inferioridade ao "racializar", "engenerizar" e humanizar/bestializar os sujeitos (LUGONES, 2008, p. 94). Nesse sistema, a mulher

(entendida como branca, burguesa e heterossexual) é relegada ao espaço do privado, das emoções, da natureza, vista como passiva, doméstica, sem razão, pura e frágil (LUGONES, 2008, p. 98; LUGONES, 2012, p. 131-132). Em contrapartida, o homem (entendido como branco, burguês e heterossexual) é visto como público, racional, objetivo, imparcial, forte (LUGONES, 2008, p. 131).

Como abordado, a temática da razão é fundamental na análise do conto. Mas, como mostra Lugones, a razão no pensamento moderno/colonial é destinada àqueles que detêm o poder (homens, brancos, heterossexuais, ricos). Todavia, no conto, Bela é a figura racional. Enquanto a Fera, ainda que não seja emocionalmente instável (como no filme), é dependente das emoções, pois deve fazer Bela aceitar se casar com ela (Bela só descobre que estava destinada a se casar com uma fera no final). Assim, o conto é uma divergência dentro dessa lógica moderna/colonial, no qual a mulher está na esfera da razão e o homem na esfera da emoção. Concomitantemente, mulheres estão na esfera do público/cultura (visto o amor de Bela pelo teatro, leitura e ópera) e os homens na esfera do privado/natureza (afinal, a Fera está amaldiçoada a ficar em sua casa).

Além dessa divergência, vale pensar a categoria da animalidade, como uma ferramenta colonial de regular relações de poder, ao definir quem pode ser considerado “humano” e quem pode ser considerado “animal/não-humano”, pois a bestialidade/não-humanidade é utilizada para inferiorizar, desvalorizar, estigmatizar, diminuir ao outro (RIVERA, 2016, p. 321). Nesse sentido, a metáfora da besta é estreitamente ligada ao racismo, ao sexismo e à colonialidade (LUGONES, 2008, p. 94; RIVERA, 2016, p. 332).

A colonialidade desse pensamento é observável desde o ponto que concebe a animalidade como algo ruim/inferior, que é o pensamento eurocêntrico (RIVERA, 2016, p. 331). A colonialidade tende a relacionar homens (brancos, heterossexuais, burgueses) como seres de razão e, portanto, humanos; e os outros, como não-humanos, ou não-completamente-humanos, mas, reservando às mulheres brancas, burguesas e heterossexuais a categoria de humanidade, pois são as reprodutoras dos homens-humanos (LUGONES, 2012, p. 130). Todavia, no conto, é o homem o animal/não-humano. Quando a bestialidade é relacionada com a masculinidade é, muitas vezes, como metáfora para a fera dentro do humano (RIVERA, 2016, p. 329). Mas, na trama o foco é na humanidade dentro da bestialidade.

Nesse ponto, entra a divergência do conto: Bela é o ser de razão e que exerce o poder decisório de acabar com a maldição e é, portanto, a humana, ou melhor, se *parece* como humana (afinal, ela é parte fada), enquanto o príncipe (sem razão, sem poder, privado) é o animal, literalmente. Todavia, apesar dessa divergência, o conto não rompe com as dicotomias modernas/coloniais, só as realoca: razão e emoção, humanidade e animalidade, masculinidade e feminilidade, público e privado, continuam separadas, mas em novas disposições.

A Bela de Beaumont

A segunda versão do conto foi escrita pela francesa Jeanne-Marie Leprince de Beaumont e publicada no manual pedagógico *Le Magasin des Enfants* em 1756, enquanto estava em Londres, atuando como preceptora da aristocracia inglesa. No século XX, a versão de Beaumont foi consagrada nas coletâneas de contos de fadas, se tornando a versão mais conhecida do conto (SOUSA, 2018, p. 31).

Trata-se de um texto menor, com poucas páginas, mais simples, linear e sem conflitos internos nas personagens. O tom moralizante e religioso é muito mais forte e marcante. Nessa versão, percebe-se "o aspecto 'maravilhoso' cedendo cada vez mais espaço para o aspecto moral e educativo" (SOUSA, 2018, p. 101). Ao contrário das contistas anteriores, Beaumont está escrevendo para meninas (bem como para mães e outras preceptoras), e não para a aristocracia adulta. A infância é o público alvo e com o objetivo de educar moralmente, sendo uma educação focada mais nos aspectos morais do que nos aspectos instrutivos (BADINTER, 2003, p. 69).

A autora foi uma bem-sucedida preceptora, com ideias pedagógicas amplamente contributivas no período, sendo uma das escritoras mais lidas e traduzidas do século XVIII (PIQUER DESVAUX, 2015, p. 323; CEBRIÁN FLORES, 2018, p. 70; SOUSA, 2018, p. 128). Todavia, como aconteceu com a antecessora, Beaumont foi *esquecida* pela História. Madame de Beaumont integrou a corrente filosófica das "luzes da religião" (que pensava a religião de forma *racional*), em contraste com as "luzes da razão", o Iluminismo (PIQUER DESVAUX, 2015, p. 325). A escritora foi uma das pensadoras que articulou e defendeu o ensino igualitário entre meninos e meninas, que não era uma pauta comum aos filósofos setecentistas (CEBRIÁN FLORES, 2018, p. 71). Por conta de suas posições filosóficas, foi muito criticada por outros intelectuais do período, que a chamavam de bígama, por conta de sua vida conjugal (PIQUER DESVAUX, 2015, p. 324), e de copiadora, por conta das adaptações dos contos que realizou (PIQUER DESVAUX, 2015, p. 328).

Até então, a educação que as mulheres recebiam (e que era defendida pelos iluministas) era de uma "educação doméstica", para aprenderem a servir aos homens, a serem boas esposas e boas mães, "agradáveis e úteis" (YALOM, 2002, p. 175;

BADINTER, 2003, p. 65; PERROT, 2019, p. 93). Vale ressaltar que, apesar da França setecentista ser lembrada por sua libertinagem, somente os homens eram amplamente beneficiados por ela (PERROT, 2019, p. 67); mesmo com as conquistas no que se refere ao matrimônio e ao divórcio (LINS, 2012, p. 55-56), as mulheres, ainda assim, eram atacadas e julgadas por sua conduta, como no caso de Beaumont.

A Bela de Beaumont pode ser definida como fez Juan Cebrián Flores

> Una joven virtuosa (ella se sacrifica por su padre, no presume de su inteligência. Además le gusta hacer las tareas domésticas y trabajos simples), inteligente (leatra e la lectura), católica (se dirige a Dios y reza), fuerte (no se deja dominar ni por su padre ni por la Bête) (CEBRIÁNFLORES, 2018, p. 72).

Há mudanças em relação à Bela anterior. O lado mais aristocrático e racional enfraquece diante do lado moralizante e religioso. A grande chave da trama são os sacrifícios em nome do amor e das recompensas que eles trazem. Bela ao optar por desposar a Fera por amor, em vez de procurar alguém belo ou inteligente, como fizeram suas irmãs, é recompensada tanto com a beleza quanto com a inteligência, por meio da transformação da Fera em príncipe. A Bela híbrida (aristocrata e burguesa) de Villeneuve dá lugar à Bela inteiramente burguesa. Inclusive, se a Bela de Villeneuve descobre ao final que seus pais biológicos são da realeza, a Bela de Beaumont é burguesa do início ao fim da trama.

A suntuosidade do palácio, com seus criados e salas mágicas, como aparece na versão de Villeneuve, não aparece nesta versão. A trama das fadas também é inexistente. A transformação da Fera em príncipe se dá logo em seguida à aceitação de Bela em desposar a Fera (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 53). Na versão de Villeneuve, após aceitar desposar a Fera, o casal vai até os aposentos para ter sua noite de núpcias, mas ambos, magicamente, adormecem. Quando acorda, Bela se depara com o príncipe no lugar da Fera (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 153-154).

Percebe-se com isso como o tom moralizante é mais presente: não há possibilidade de haver uma noite de núpcias entre Bela e Fera na versão de Beaumont.

Apesar da crítica ao sistema matrimonial que os contos trazem, a versão de Beaumont é mais um *consolo* a esse sistema do que uma crítica (ainda que a versão de Villeneuve também possa ser entendida nessa lógica), por conta do ideal de sacrifício que a trama traz. Bela, ao "sacrificar" a possibilidade de desposar alguém belo ou inteligente para desposar a Fera (ignorante e feia), é recompensada com os dois: um príncipe belo e inteligente. Bela chega a dizer à Fera: "Há muitos homens mais monstros que o senhor (...) prefiro o senhor com sua feiura àqueles que, sob a pele humana, escondem um coração falso, corrompido e ingrato" (BEAUMONT; VILLENEUVE, 2016, p. 46). Assim, além de perceber o tom moralizante e religioso, a Bela de Beaumont defende que mesmo entre os "casais irreconciliáveis", que Villeneuve denunciava, pode haver amor, pois tudo depende da virtude do casal, não de beleza ou inteligência; enquanto pessoas belas ou inteligentes podem ser mais monstruosas do que a Fera.

A Bela da Disney

Um grande intervalo de tempo separa os contos originais e o filme de 1991, do *Walt Disney Animation Studios*, dirigido por Gary Trousdale e Kirk Wise, e com roteiro encabeçado por Linda Woolverton (sendo a primeira mulher assinando um roteiro do estúdio Disney). O movimento feminista surgiu e se expandiu nesse intervalo, chegando à sua terceira onda nos anos 1990. Entre pressões externas, a intencionalidade dos criadores e os interesses mercadológicos da empresa, se fez uma nova Bela, mas alguns padrões foram mantidos.

Trata-se de um dos filmes clássicos da Disney, sucesso de bilheterias e de críticas, amplamente difundido para o público infantil. Arrecadou cerca de 440 milhões de dólares, tendo tido seis indicações na 64ª edição do Oscar (1992), inclusive de Melhor Filme (sendo a primeira animação a receber tal indicação) e tendo levado dois prêmios (Melhor Trilha Sonora e Melhor Canção Original). Foi a primeira animação a ganhar em Melhor Filme Musical ou Comédia na 49ª edição do Globo de Ouro (1992). Também levou prêmios na 35ª edição do Grammy (1993), dentre outros prêmios. Isso demonstra o impacto marcante da animação.

É o 30º filme do estúdio e o 5º filme da franquia *Princesas*, como são conhecidas as obras que adaptam os contos de fadas, cujas protagonistas são padronizadas e intituladas como princesas, sem necessariamente o serem. A colonialidade se faz presente já nessa categorização: Jasmine, filha de um sultão árabe em *Aladdin* (1992); Pocahontas, filha de uma liderança indígena em *Pocahontas* (1995); Moana, filha de uma liderança polinésia em *Moana – Um mar de aventuras* (2016); Raya, filha de uma liderança de um reino fictício inspirado no sudeste asiático, em *Raya e o Último Dragão* (2021); e no caso mais explícito de Mulan, que não possui pais líderes em sua sociedade chinesa, do filme *Mulan* (1998), são classificadas como “princesas”, como se todas essas organizações políticas (árabe, indígena norte-americana, chinesa, polinésia, do sudeste asiático) pudessem ser entendidas como iguais à monarquia europeia (como são as outras princesas) e como se as mulheres para serem protagonistas devessem ser, necessariamente, princesas.

A história do estúdio Disney é marcada por períodos cíclicos de esgotamento e renovação (PEGORARO, 2016, p. 32). A primeira leva de filmes, de *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937) a *Bambi* (1942), foi conhecida como Era de Ouro. Por conta da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o estúdio

enfrentou um primeiro momento de esgotamento, na chamada Era da Guerra, que se estende de *Alô, Amigos* (1942) a *As aventuras de Ichabod e Sr. Sapo* (1949), na qual filmes curta-metragem eram agrupados em longa-metragem para a exibição nos cinemas. Em 1950, com *Cinderela*, a Disney adentra uma nova fase de sucesso, conhecida como Era de Prata, até *Mogli – o menino lobo* (1967). Nos anos 1970, com a maioria dos veteranos do estúdio se aposentando ou falecendo, inclusive o próprio Walt Disney em 1966, o estúdio entra em uma nova fase de declínio, chamada de Era das Trevas, se estendendo de *Aristogatas* (1970) a *Oliver e sua Turma* (1988).

Com *A Pequena Sereia* (1989) o estúdio volta ao sucesso das críticas e bilheterias, na Era do Renascimento, até *Tarzan* (1999); nessa fase que se situa o filme *A Bela e a Fera* (1991). Um novo declínio, chamado de II Era das Trevas, devido ao sucesso de grandes concorrentes, como a Pixar (fundada em 1986) e a DreamWorks (fundada em 1994), e a ascensão da animação 3D, se inicia com *Fantasia 2000* (1999) até *Bolt – o supercão* (2008). Em 2009, uma Segunda Era do Renascimento, com *A Princesa e o Sapo*, até os dias de hoje, cuja animação mais recente é *Raya e o Último Dragão* (2021).

Apesar dessa divisão da história da Disney, as próprias princesas possuem sua categorização. Segundo Fernanda Breder, as princesas são divididas em princesas clássicas, rebeldes e contemporâneas. As primeiras incluem Branca de Neve (1937), Cinderela (1950) e Aurora (1959), e são caracterizadas por serem personagens passivas, vítimas, belas, frágeis, jovens, brancas e esbeltas (BREDER, 2013, p. 32-33).

As segundas incluem Ariel (1989), Bela (1991), Jasmine (1992), Pocahontas (1995) e Mulan (1998); são princesas mais ativas em suas histórias, com objetivos mais diversificados, todavia as tramas continuando girando em torno de homens e o

romance não é abandonado (BREDER, 2013, p. 34-35). Também, há a inclusão de princesas de outras etnias, para além da europeia: árabe, indígena e chinesa. Segundo Breder, Bela é uma rebelde, porque questiona seu vilarejo, possui hábitos estranhos à população (como a leitura) e resiste aos cortejos de Gaston. Além disso, Bela consegue conciliar o interesse amoroso com os interesses de sua "vida pregressa", como o amor à leitura e ao pai (BREDER, 2013, p. 35-36), diferente das princesas clássicas que abandonam a vida pregressa para viver com o par romântico (Branca de Neve abandona os Sete Anões, por exemplo).

As últimas incluem Tiana (2009), Rapunzel (2010), Merida (2012), Elsa e Anna (2013; 2019), Moana (2016) e Raya (2021). Também se constroem enquanto princesas ativas; as tramas não giram mais em torno de homens; os objetivos das princesas também mudam: abrir um restaurante (Tiana); descobrir o que são as luzes que vê em seu aniversário(Rapunzel); salvar a mãe (Merida); aprender a controlar seus poderes (Elza); salvar a irmã (Anna); devolver o coração de uma deusa (Moana); e encontrar o último dragão e salvar o reino (Raya).

O romance também passa a ser opcional, por exemplo Merida e Elsa não desenvolvem relações amorosas durante a trama. Algumas princesas, inclusive, passam a ter superpoderes: cura, no caso de Rapunzel; controle do gelo, no caso de Elsa. Outras princesas são guerreiras, como Merida e Raya. A etnia continua sendo ampliada, com uma princesa afro-americana (Tiana), uma polinésia (Moana) e uma do sudeste asiático (Raya).

A Bela do filme de animação é representada como bondosa, paciente, virtuosa, racional, apaixonada pela leitura, semelhante aos contos. Também segue ao padrão de características das protagonistas do próprio estúdio: as princesas são belas, bondosas, magras, brancas, heterossexuais, jovens e com longos cabelos.

Como analisado por Michelle Perrot, os longos cabelos são símbolo da feminilidade (PERROT, 2019, p. 52-53), todavia, os cabelos soltos e espessos são símbolo da maldade ou da selvageria (PERROT, 2019, p. 54). Os cabelos de Bela são, na maior parte do filme, presos e penteados, "domesticados" como trata Perrot (2019, p. 51). Somente em três momentos seus cabelos ficam soltos: quando luta contra os lobos da floresta, o que pode ser relacionado com a selvageria do momento; quando, ajoelhada, cuida das feridas da Fera, que dialoga com a representação da donzela de longos cabelos, solícita e generosa, que zela pelo homem/cavaleiro; e, no momento da batalha final, quando Bela intervém na luta entre Gaston e a Fera, e chora sobre o corpo ferido da Fera, que se relaciona, como na cena anterior, com a donzela que zela pelo homem, tanto com a selvageria da batalha.

A construção da personagem da Bela se dá em diálogo com a construção da personagem da Fera: enquanto uma é meiga, a outra é grosseira, uma é frágil, a outra é forte, uma é leitora, a outra possui dificuldades de leitura. Tal caracterização contribui para a construção do ideal de que homens e mulheres são, não só opostos, mas complementares, contribuindo para a manutenção da heteronormatividade (BALISCEI; CALSA; STEIN, 2016, p. 168) e para a manutenção da lógica binária, dicotômica, moderna e colonial do gênero. Conforme define Badinter

> sempre se procurou definir o homem e a mulher como opostos. Não para torna-los inimigos, mas pelo contrário, para uni-los na complementaridade. Ao homem, a potência física, o poder da razão e o domínio do mundo. À mulher, a sensibilidade, a devoção aos seus e a submissão (BADINTER, 2003, p. 27).

Mas, como trata Lugones, o gênero é uma dicotomia hierárquica, não um par complementar simétrico (LUGONES, 2012, p. 135), mesmo que os gêneros definam polaridades diferentes e complementares, há uma polaridade superior, que é a do

homem, e uma inferior, que é a da mulher; a parte que completa o homem é menor/inferior que a parte que completa a mulher.

A personagem Bela é enquadrada como uma "cuidadora", junto de Mulan e Pocahontas, por Aguado Peláez e Martínez García (2015, p. 55), pois sua trama é definida pelo sacrifício em salvar aqueles por quem tem afeto, como seu pai e a Fera. Nesse sentido, apesar de não ser uma princesa inerte à espera de um salvador/amado, como suas antecessoras ela se sacrifica em nome do amor, como a Bela de Beaumont (MAIA; MAIA, 2015, p. 262). Ao final da trama, apesar da protagonista ter se aventurado, ela retorna ao mesmo ponto de partida: o lar, antes ao lado do pai, agora ao lado do marido (AGUADO-PELÁEZ; MARTÍNEZ-GARCÍA, 2015, p. 55).

Diferente das princesas clássicas, Bela tem uma motivação, um objetivo: sair do interior. Entretanto, esse objetivo vai sendo abandonado conforme se aproxima do interesse romântico, até o sacrificar por completo (MAIA, 2014, p. 37; MAIA; MAIA, 2015, p. 262). Cláudia Maia e Renata Maia enquadram Bela, junto de Ariel, enquanto princesas consistentes, mas ainda idealizadoras do amor e do casamento (MAIA, 2014, p. 37; MAIA; MAIA, 2015, p. 262). Segundo as autoras, a feminilidade de Bela é condizente com a dos anos dourados, que pressupõe um casamento por amor, mas desde que a mulher seja virtuosa e "de família" (MAIA; MAIA, 2015, p. 262). Todavia, esse ideal romântico apresentado no filme contribui com o imaginário social de que tudo vale em nome do amor, inclusive sequestro e cárcere privado (como faz a Fera), e de que o amor pode tudo, inclusive humanizar homens bestiais. Porém, diferencia-se da versão de Beaumont, que trata da percepção de que homens feios e ignorantes, porém bondosos, podem ser amados; a versão da Disney é sobre um

homem feio e ignorante, e também mau, grosseiro e violento, que é transformado em gentil e bondoso pela ação romântica.

Fossatti enquadra Bela em um terceiro bloco de princesas, junto de Anastácia (do filme *Anastasia*, de 1997, da Fox). A define como corajosa, insatisfeita e "*desejante*" e que, ao longo da história, precisa conciliar seus interesses pessoais (no caso, a leitura) com o ideal romântico (FOSSATTI, 2009, p. 11). Justamente por esse ponto, Gaston (o antagonista do filme), que não respeita os interesses de Bela, é rejeitado. Fossatti discute o quanto isso dialoga com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a conciliação entre os interesses próprios com o relacionamento conjugal (FOSSATTI, 2009, p. 12).

Bela possui outras características diferentes: é corajosa e resistente. Não se rende aos gracejos de Gaston ou às ameaças da Fera; enfrenta ambos, como ao vilarejo e aos lobos da floresta, ainda que muitas dessas cenas sejam para salvar um homem: seu pai ou a Fera. Um destaque importante é que a mulher salva o homem ao final (BREDER, 2013, p. 36). Bela é quem quebra a maldição da Fera, rompendo com o modelo das outras princesas que precisam ser salvas por seus príncipes. E, diferente da versão de Villeneuve, Bela não está amaldiçoada e necessitada da Fera.

Outro ponto destoante é que Bela não é amada por todos, como nos contos e como as outras princesas. O vilarejo vê Bela com desconfiança e, até mesmo, intolerância, pois a consideram "diferente", como pode ser observado na canção *Minha Aldeia*, na qual é chamada de estranha, esquisita, fechada, "metida a inteligente" e até mesmo dizendo "não se parece com a gente", críticas motivadas, principalmente, por ser uma mulher que lê (MACHADO, 2006, p. 92-93). Ressalta-se, Bela é a primeira princesa-protagonista que lê livros.Antes dela, a Rainha Má aparecia

lendo livros de feitiço e Cinderela aparecia lendo um livro de costura. No primeiro exemplo, o livro está relacionado com a vilã da história e é usado com um objetivo maléfico e, no segundo exemplo, com uma atividade historicamente feminina, a costura. Diferentes dessas duas versões, Bela lê por prazer.

Além de Bela, a Fera também é vista como o "diferente", sobretudo durante a *Canção da Multidão*, na qual dizem "não gostamos daquilo que nunca entendemos". Do mesmo modo que os movimentos sociais das décadas de 1970-1980 impactaram o desenvolvimento criativo da Disney nos anos 1990, no que se refere à diversidade étnica e geográfica de suas histórias (MAIA; MAIA, 2015, p. 263), também impactaram na construção de personagens "diferentes" (ainda que não fossem o "diferente" reivindicado pelos movimentos sociais, pois tanto Bela quanto Fera continuam sendo personagens brancos, ricos e heterossexuais, mas que são estigmatizados como diferentes pela sociedade em que se inserem).

A trama ainda é definida pelas ações dos homens, ao contrário do conto de Villeneuve: a vida de Bela é definida pelas ações de seu pai, da Fera e de Gaston. O pai é capturado pela Fera e Bela se sacrifica para ficar em seu lugar na prisão no início da trama; Bela é mantida prisioneira pela Fera, sem o direito de ir e vir, e só é deixada sair do castelo para, novamente, ajudar o pai; ainda que fosse seu desejo voltar, só retorna ao castelo por conta da revolta organizada por Gaston. Ainda assim, destaca Liliane Machado, Bela se entrega à Fera por livre vontade. Ela vai procurar seu pai, o encontra preso e troca de lugar com ele; ao contrário dos contos, nos quais o pai negocia com a Fera, retorna para a casa, relata sua desventura e Bela decide (ou é incumbida a decidir) a se entregar no lugar do pai (MACHADO, 2006, p. 96).

Quanto à Fera, possui uma personalidade grosseira, rude, impaciente, ameaçadora, ignorante, o que contrasta com as características de Bela, reforçando a

representação dos gêneros enquanto binários, dicotômicos e heteronormativos. Com o transcorrer do filme, outras características aparecem: cortesia, gentileza, bondade, arrependimento; a Fera vai se humanizando conforme sua relação com Bela se estabelece. É a manutenção do ideal de que o amor pode transformar qualquer um. Interessante observar também a caracterização do personagem em sua forma humana, na qual apresenta longos cabelos, conservando esse símbolo de seu estado "selvagem" (PERROT, 2007, p. 51). Entretanto e apesar dos discursos sobre o "diferente", pelo fato da Fera ter se tornado humana, reforça-se o imaginário (colonial) de que o amor só funciona entre iguais, que não poderia existir e se concretizar entre fera e humana (MAIA, 2014, p. 47).

Se o filme rompe com estereótipos femininos, a grande desconstrução é acerca da masculinidade, nas figuras contrastantes da Fera e de Gaston. Ao início, ambos possuem a mesma personalidade: são grosseiros, rudes, ignorantes, fortes. Todavia, contrário à Fera que se arrepende, Gaston é orgulhoso e se mantém igual, construindo o personagem como um "selvagem", o verdadeiro monstro da trama. O que retoma o conto de Beaumont ao argumentar que existem homens belos mais monstruosos do que a Fera.Assim, enquanto a Fera se "humaniza", ela assume o ideal de masculinidade que o discurso do filme defende: do homem que valoriza os interesses pessoais de Bela, no caso explícito do amor aos livros e ao pai, já que, enquanto Gaston debocha dos livros e do pai de Bela, a Fera lhe presenteia com uma biblioteca e permite que saia para cuidar do pai.

Gaston é colocado como o modelo máximo da masculinidade, pois, na canção *Não há igual a Gaston*, é dito que não há homem como Gaston na aldeia. O vilão rompe com a tradição da Disney, da vilã mulher nos filmes com protagonistas

femininas (Rainha Má, Madrasta Tremaine, Malévola e Úrsula), mas mantém a obsessão pela beleza, presente nessas vilãs. Gaston, por ser o mais belo de todos, deseja se casar com Bela, a mais bela de todas. Ainda para o vilão, o objetivo das mulheres é se casarem, servirem aos maridos e terem filhos; ele despreza os objetivos e opiniões de Bela (como a leitura e o amor ao seu pai). Nesse sentido, que os argumentos de Maia e Maia (2015) e de Fossatti (2009) se encaixam: desse novo ideal de amor romântico (comum aos anos dourados), que é marcado pelo companheirismo e pela conciliação entre os interesses pessoais da esposa e as responsabilidades matrimoniais e domésticas.

Considerações finais

Há uma grande potencialidade de análise nos contos de fadas, sejam os escritos ou os cinematográficos, e de entendê-los como tecnologias coloniais, percebendo a Disney enquanto instituição colonizadora do imaginário (QUIJANO, 1992, p. 13). Nota-se nos contos a manutenção histórica do sistema binário, dicotômico e heteronormativo do gênero, construindo as mulheres enquanto opostos complementares dos homens. Todavia, a feminilidade é revista no filme, apresentando uma mulher menos submissa, questionadora e conciliando múltiplos interesses ao mesmo tempo.

Bela, apesar de romper com alguns estereótipos femininos, mantém outros, como a delicadeza, gentileza, beleza, a branquitude e o ideal de amor romântico (MAIA; MAIA, 2015, p. 262). A Fera, por sua vez, vai se tornando cada vez menos fera e mais humana, até a quebra da maldição e o retorno à forma humana, reforçando o ideal de que o amor romântico pode “salvar” uma relação, pode transformar o homem. Por fim, a trama rejeita o ideal do homem viril, sem sentimentos, bruto, grosseiro e ignorante, representado por Gaston. Tanto Bela quanto a Fera

representam o diferente, não são amados por todos, como é comum aos contos de fadas.

Percebe-se os contos de fadas como tecnologias sociais que produzem os gêneros como representação e autorrepresentação, como trata Lauretis (2019, p. 123). Mas além, são tecnologias da colonialidade, que produzem noções de gênero modernas e coloniais, ou seja, que reforçam e instituem os gêneros enquanto dicotômicos, binários, antagônicos, hierárquicos, complementares não-simétricos. Apesar do conto *A Bela e a Fera* romper com alguns padrões do pensamento colonial/moderno, ele os realoca em novos arranjos: as dicotomias permanecem, mas agora como mulher/razão/humanidade/cultura e, do outro lado, homem/sem-razão/animalidade/natureza.

Referências bibliográficas e cinematográfica

AGUADO PELÁEZ, Delicia; MARTÍNEZ GARCÍA, Patricia. ¿Se há vuelto Disney feminista? Un nuevo modelo de princesas empoderadas. **Área Abierta**, Madrid, v. 15, n. 2, p. 49-61, 2015.

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie**: A ambição feminina no século XVIII. Trad. Celeste Marcondes. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BALISCEI, João; CALSA, Geiva; STEIN, Vinícius. " (In)felizes para sempre"? Imagens da Disney e a manutenção da heteronormatividade. **Bagoas**, Natal, n. 14, p. 163-180, 2016.

BEAUMONT, Jeanne; VILLENEUVE, Gabrielle. **A Bela e a Fera**: A versão clássica e a surpreendente versão original. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAUTY AND THE BEAST. Direção de Gary Trousdale; Kirk Wise. Estados Unidos: Walt Disney Animation Studios, 1991. (84 min).

BREDER, Fernanda. **Feminismo e príncipes encantados**: A representação feminina nos filmes de princesa da Disney. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CEBRIÁN FLORES, Juan. La mujer como centro de la vida intelectual en el siglo XVIII: Mme. de Lambert y Mme. de Beaumont. In: HERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Vicenta; FLORES GARCÍA, Ángela; SCAMPUDDU, Irene. (orgs.). **Las mujeres y la construcción cultural**. Salamanca: Ed. Universidad Salamanca, 2018, p. 61-74.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: E outros episódios da História Cultural francesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOSSATTI, Carolina. Cinema de animação e as princesas: Uma análise das categorias de gênero. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 10, 2009, Blumenau. **Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.** Blumenau: Intercom, 2009. p. 01-16.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa. (org.). **Pensamento Feminista**: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LAURETIS, Teresa de. Através do espelho: Mulher, cinema e linguagem. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 96-122, 1993.

LINS, Regina. **O livro do amor**: Do Iluminismo à atualidade. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

LUGONES, María. Colonialidad y género.**Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: CONEXIÓN FONDO DE EMANCIPACIÓN (org.). **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012, p. 129-139.

MACHADO, Liliane. **E a mídia criou a mulher**: Como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MAIA, Renata.**A diversidade e a paródia do gênero nos filmes Shrek**: 2001 a 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014.

MAIA, Renata; MAIA, Cláudia. Os contos de fadas no cinema: Uma perspectiva das construções de gênero, sua história e transformações. **Ágora**, Vitória, n. 22, p. 258-274, 2015.

PEGORARO, Celbi. **Animação e quadrinhos Disney**: Produção cultural no início do século XXI. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. **Cuadernos del Sur**, Bahia Blanca, v. 28, p. 235-255, 1999.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: Leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003.

PIQUERDESVAUX, Alicia. El periplo literário de Leprince de Beaumont: Del cuento maravilloso a la historia ejemplar. In: GIMENO PUYOL, María; VIAMONTE LUCIENTES, Ernesto (orgs.). **Las viajes de la razón**: Estudios dieciochistas homenaje a Maria Dolores Albiac Blanco. Saragoça: Institución Fernando el Catolico, 2015, p. 323-336.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RIVERA, Anna María. Humanos y no humanos, naturaleza y cultura: El "Ciclo Maldito" del Pensamiento occidental moderno. **Rev. Latino americana de Estudios Críticos Animales**, Buenos Aires, v. 3, n. 2, p. 320-339, 2016.

SOUSA, Aída. **Tradução comentada de La Belle et la Bête (1740) de Madame de Villeneuve**. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

WALSH, Catherine. Sobre el género y su modo-muy-otro. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 2, p. 25-42, 2018.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: Da Virgem Maria à Madonna. Trad. Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

A lenda do Eldorado: transformações do mito doradista na cartografia da América do Sul (séculos XVI–XIX)*

Bruno Stori*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v11i1p51-85

Resumo: articulando um complexo repertório maravilhoso que emprestava elementos das mirabilia medievais, o imaginário europeu sobre o Novo Mundo e relatos indígenas, a lenda do Eldorado foi um importante fator de mobilização para a conquista, exploração e colonização da América do Sul desde meados do século XVI. A cidade dourada figurou nos mapas europeus da Amazônia e da Guiana até meados do século XIX como fruto da influência do maravilhoso na mentalidade europeia, transformando-se ao longo da modernidade conforme novas formas de pensamento surgiam. Tendo em vista as considerações de John Brian Harley e Matthew Edney sobre a história da cartografia crítica e o conceito de "cartografia especulativa" trabalhado por Felipe Fernández-Armesto, pretendemos analisar um conjunto de mapas europeus da América do Sul produzidos entre os séculos XVI e XIX e que figuram o Eldorado para identificar possíveis mudanças, permanências e remodelações do mito neste período. Defendemos a hipótese de que o desenvolvimento do empirismo e do cientificismo não resultou no apagamento do Eldorado no imaginário, mas gerou novas explicações para a lenda que foram retratadas nos mapas, perpetuando as especulações sobre regiões da Amazônia pouco conhecidas pelos europeus.

Palavras-chave: cartografia da América do Sul; Eldorado; maravilhoso.

*Graduado em História – Licenciatura com Bacharelado pela Universidade Federal do Paraná (2021). Contato: brunosto14@gmail.com. Agradeço à Prof.ª Dr.ª Andréa Doré pelo auxílio no desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica da qual este artigo é resultado.

* Este artigo é fruto dos resultados de pesquisa obtidos através de dois anos de dedicação ao Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP) sob orientação do professor Dr. José Geraldo Vinci de Moraes. Agradeço ao Zé por todo o apoio, conversas, reflexões e indagações que tornaram este trabalho possível.

Introdução

A conquista e exploração do continente americano pelos europeus, empreendidas a partir do século XVI, deram o pontapé para o surgimento de uma série de narrativas sobre as novas terras e seus habitantes. Descrições da natureza, flora, fauna e das sociedades nativas eram carregadas de maravilhamento e deslumbramento dos europeus frente a territórios e realidades até então desconhecidas pelos europeus.

O maravilhoso é um conceito chave para entender a produção de tais discursos sobre a América, sendo definido por Stephen Greenblatt como a "figura central da resposta inicial dos europeus ao Novo Mundo, a decisiva experiência emocional e intelectual em presença da diferença radical" (GREENBLATT, 1996, p. 31). Unindo elementos de fábulas oriundas das tradições medievais e a experiência de conquistadores e colonizadores nas novas terras, o maravilhoso do Novo Mundo consistiu em um importante fator mobilizador para exploradores na busca por lendas em regiões do continente ainda não conhecidas pelos europeus, como os gigantes patagões, o Paraíso Terrestre, as guerreiras amazonas, entre outros mitos.

As descrições dos europeus sobre a geografia do Novo Mundo também contribuíram para o desenvolvimento do maravilhoso do continente americano. Grandes rios, como o Amazonas e o Prata, chamavam a atenção pelo tamanho e pelo potencial como caminho de entrada para o interior pouco explorado dos territórios, e sobre eles os europeus articularam um quadro mitológico que emprestava signos das *mirabilias* medievais – que, por sua vez, já estabeleciam atributos maravilhosos aos cursos d'água, como a abundância em ouro e prata (GOMES, 2001, p. 58). Outro exemplo dessa geografia mítica era a associação entre riquezas e as cadeias de

montanhas, que, desde o medievo, também eram entendidas como espaço de atos heroicos e como limites entre o conhecido e o incógnito (DORÉ, 2020, pp. 175-176).

Percebe-se, ainda, como a atração exercida pelos metais e pedras preciosas ocupou um papel importante na construção desse imaginário. O fascínio pelos minerais preciosos fundamentou a esperança dos europeus em encontrar grandes riquezas a serem conquistadas. Seja pelas perspectivas de enriquecimento rápido, seja pelo simbolismo da própria viagem em busca de tesouros, a visão de grandes quantidades de riquezas motivou expedições como as de Hernán Cortés e Francisco Pizarro, que resultaram na conquista dos impérios asteca e inca, bem como em expedições em busca de localidades míticas que guardariam outras maravilhas.

Tal interesse por riquezas minerais não surgiu na primeira modernidade. A tradição do velocino de ouro, originária dos clássicos – que conta a jornada dos argonautas na busca do velo dourado –, e os relatos medievais de Marco Polo, John de Mandeville e outros que descrevem os portentos e maravilhas do Oriente, são exemplos de como imagens de terras fabulosas e miríficas estiveram presentes na mentalidade europeia muito antes do achamento da América. Com a exploração e colonização do Novo Mundo, este repertório imagético foi transportado para as novas terras, que tornaram-se o *locus* dos tesouros e localidades míticas. Esse aspecto do maravilhoso é um exemplo da "americanização" do imaginário europeu, processo em que elementos antigos e novos, vindos tanto das tradições clássicas e medievais, quanto da experiência de conquista dos impérios asteca e inca, constroem uma *vocação* para a América, voltada para a abundância de minerais preciosos (DORÉ, 2020, p. 98).

A chamada “febre do ouro”, que mobilizou os castelhanos nos primeiros momentos após a conquista da América, também contribuiu para o surgimento de lendas de terras auríferas que reforçaram a associação do Novo Mundo com as riquezas minerais. Após a conquista castelhana do Peru em 1532, as porções de terra a leste dos Andes tornaram-se objeto de interesse por parte dos espanhóis, que tinham expectativas de encontrar e conquistar novas províncias ricas em ouro. Como aponta Cruz Neto,

> A crença na existência de províncias grandiosas na fronteira oriental, comparáveis ou, até mesmo, superiores ao que fora descoberto entre os Incas, resultará durante algum tempo na obsessão por encontrar aquilo que chegou a ser chamado de um “Novo Peru”. Essa busca foi inicialmente direcionada à “terra dos *antis*”, particularmente na região da *montaña*, situada no *piedemonte andino-amazónico*, porém, logo foi estendida para áreas mais profundas, chegando ao que hoje chamamos de Vale amazônico. A descrição dessas províncias irá, geralmente, seguir uma fórmula nas quais alguns elementos serão indispensáveis: localização em terras planas, população densa, homens vestidos e riqueza em ouro e prata (CRUZ NETO, 2014, p. 78).

Um dos exemplos de tais fabulações é o Eldorado, que assumiu diferentes versões e foi situado em diferentes regiões do continente americano, como

> o Dourado de Paititi, nas regiões de Mojos e Chiquitos; o Dourado dos Césares, na Patagônia, até o estreito de Magalhães e, para o norte, na área do Chaco; o Dourado das Sete Cidades, no território do Novo México atual, e o de Quivira, a oriente das grandes planuras da América do Norte. A esses poderia juntar o Dourado do Vupabuçu e Paraupava, no Brasil, [...] (HOLANDA, 2000, p. 43).

Neste artigo, voltamo-nos para o Eldorado amazônico, que foi definido ora como um cacique, uma lagoa, uma cidade e/ou um império dourados e que motivou exploradores a organizarem expedições em busca de tais portentos numa região pouco conhecida pelos europeus. O Eldorado enraizou-se de tal forma na mentalidade europeia que chegou a figurar na cartografia da América do Sul como um espaço real, ainda que não descoberto. A presença do mito doradista nos mapas

é um claro exemplo da "cartografia especulativa", que, de acordo com Felipe Fernández-Armesto, era fruto da fabulação dos europeus sobre terras e mares sobre os quais se tinha pouco conhecimento. Ainda que muitos dos mitos do continente americano não tenham surgido nos mapas, foi por meio deles que tais maravilhas permaneceram por um longo período de tempo no imaginário europeu, na medida em que "era típico da crescente interdependência entre cartografia e exploração que as especulações dos cartógrafos e as fantasias dos exploradores se nutrissem mutualmente" (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2007, p. 758).[1]

Tendo isso em vista, temos o objetivo analisar a figuração do Eldorado amazônico na cartografia europeia, buscando identificar como e por que o mito apareceu nos mapas e como as mudanças de pensamento ocorridas ao longo do período moderno transformaram a crença na lenda. Nossa hipótese é de que, apesar de processos como a Revolução Científica e a Ilustração acabarem dando maior ênfase na experiência empírica e no ceticismo às fábulas, o Eldorado não deixou de existir no imaginário europeu.

Para a análise dos mapas, recorremos aos pressupostos da história da cartografia crítica. Entendendo a cartografia não como um conjunto de representações "neutras" e "imparciais" do espaço geográfico, John Brian Harley propõe desconstruir o mapa e vê-lo a partir de suas subjetividades, considerando-o como um objeto que carrega as motivações e intenções de quem o fez (HARLEY, 2005, p. 195). Por sua vez, Matthew Edney questiona a suposta natureza autoexplicativa dos mapas e argumenta pela necessidade de desnaturalizar o documento cartográfico,

[1] No original: "It was typical of the growing interdependence of cartography and exploration that cartographer's speculations and explorer's fantasies nourished each other" (tradução nossa).

fugindo do entendimento de que os mapas, através do tempo, tenham se desenvolvido de forma linear e progressiva (EDNEY, 2016, p. 211). Estas perspectivas estimulam um olhar mais apurado às fontes cartográficas, que revelam não apenas o conhecimento de determinada sociedade sobre um dado território, mas também fornecem indícios para uma compreensão de como operavam as mentalidades dessa sociedade.

O mito do Eldorado e suas figurações cartográficas

Os primeiros rumores sobre terras auríferas remontam ao Peru da década de 1530, com a conquista do império inca. Após a morte do imperador Atahualpa, começaram a circular notícias de que os indígenas teriam levado o tesouro do imperador para as florestas da região de Mojos, onde a nobreza inca (chamada pelos espanhóis de *orejones*) teria instituído um novo império dourado chamado Grande Paititi. Ao longo do século XVI, tais riquezas foram buscadas pelos espanhóis a partir do Paraguai, de Cusco e de Santa Cruz de la Sierra (LEVILLIER, 1976, p. 8).

Notícias semelhantes de outros portentos surgiam nas porções ao norte do continente, onde, em 1532, o espanhol Diego de Ordaz organizou uma expedição subindo o rio Orinoco para buscar um suposto "País de Meta", onde haveria grandes quantidades de ouro, prata e especiarias. Ordaz seria seguido por Sebastián de Benalcázar, Gonzalo Jiménez de Quesada, Nicolas de Federman e outros que, sabendo de notícias de ouro por meio de informantes indígenas, procuraram pelo metal dourado no altiplano colombiano e na região de Paria (LANGER, 1997, p. 28).

Já na década de 1540, Gonzalo Pizarro (irmão de Francisco Pizarro), ouviu em

Quito rumores semelhantes sobre grandes tesouros na Amazônia, bem como sobre um cacique que costumava cobrir-se em ouro em pó para uma cerimônia religiosa numa lagoa chamada Guatavita. Atualmente, crê-se que o mítico cacique dourado possa ser derivado de notícias sobre os indígenas muisca, que habitavam a região próxima a Guatavita, trabalhavam o artesanato com ouro e que haviam entrado em contato com Quesada no final da década de 1530 (LEVILLIER, 1976, p. 64). Pizarro organizou uma expedição em 1541 e deixou a seu subordinado Francisco de Orellana a missão de descer o rio Maragnon (Amazonas) em busca de tais riquezas.

A expedição de Orellana foi a primeira a descer o rio Amazonas, e o relato da jornada, escrito pelo frei Gaspar de Carvajal (que acompanhou Orellana) e intitulado *Descubrimiento del río de las Amazonas*, muito contribuiu para a popularização dos mitos amazônicos. No escrito do frei, o vale amazônico é descrito como um espaço edênico, com abundância de frutos, fauna e flora exuberante e com povos que usavam roupas de algodão, adornos de ouro e prata e que eram organizados em províncias. Por todo o território, haveria generosas minas auríferas e argentíferas. Carvajal também foi responsável por introduzir o mito das guerreiras amazonas ao Novo Mundo, descrevendo-as como uma nação isolada e abundante em riquezas.[2]

Foi a partir desses primeiros rumores que o nome “Eldorado” surgiu e começou a circular pelo Peru, servindo para fazer referência a qualquer notícia de grandes quantidades de ouro, prata e outros tesouros que estariam situados além dos Andes. A *Historia General y Natural de las Indias*, escrita por Gonzalo Fernandez de Oviedo, é a

[2] A crônica de Carvajal só seria publicada em 1895, contudo, trechos do texto foram incorporados na *Historia general y natural de las Indias*, de Gonzalo Fernández de Oviedo, escrita em 1542. Sobre a expedição de Orellana e Carvajal e sobre o mito das amazonas, ver MATOS, 2012.

primeira crônica que usa o termo para fazer referência a tais maravilhas.[3] A partir daí, expedições continuariam sendo organizadas e o desejo dos espanhóis em encontrar a suposta fonte do metal dourado cresceu, como se verifica nas expedições dos exploradores Phillip Von Hutten (1541), Pedro de Ursúa/Lope de Aguirre (1560), Antonio de Sepúlveda (1580), Antonio de Berrío (1584 e outras), Walter Raleigh (1595 e 1617), Robert Harcourt (1613), etc. Como apontam Luiz Estevam Fernandes e Wederson Gomes,

> As empresas decorrentes que se dedicaram à busca de El Dorado se ancoravam nos relatos anteriores e mesmo que a província e/ou cacique dourado nunca fossem encontrados, os conquistadores não cessavam, porque os tesouros de Tenochtitlán e do Peru eram conquistas incisivas para perpetuar a crença. (FERNANDES; GOMES, 2016, p. 92).

Gradativamente, o Eldorado deixou de ser um conjunto disperso de rumores sobre caciques dourados e países cheios de riqueza para tornar-se na imagem de um grande império que seria herdeiro dos incas. Quanto mais se adentrava aos territórios ainda desconhecidos a leste dos Andes, mais o Eldorado era transferido para o interior do continente, deslocando-se do altiplano colombiano até os territórios que hoje fazem parte da Venezuela e das Guianas.

Um dos primeiros documentos a situar o mito doradista nesta região é a *Relación de Martinez*. Produzido por volta da década de 1580, o escrito consiste num relato de viagem de um suposto Johannes Martinez que teria participado da expedição de Diego de Ordaz em 1532. Em um determinado momento da jornada,

[3] Isso contradiz o que alguns autores argumentam: que os rumores sobre o cacique dourado teriam chegado primeiro a Benalcázar, que então teria cunhado o termo "Eldorado" para referir-se ao chefe indígena de Guatavita. Na crônica de Herrera y Tordesillas, por exemplo, "Eldorado" aparece como o nome de uma *região* na qual Benalcázar acreditava haver riquezas (FERNANDES; GOMES, 2016, pp. 86-90).

Martinez teria sido expulso da expedição, sendo abandonado na floresta e resgatado pelos indígenas da Guiana, que o teriam vendado e o levado ao chamado Império do Eldorado. Chegando à capital deste império, Manoa, o europeu relata ter sido bem recebido pelo imperador, que seria descendente da antiga nobreza inca. Martinez hospedou-se em Manoa por algum tempo, até que decidiu retornar aos castelhanos, recebendo uma pequena fortuna em ouro que teria sido roubada por indígenas hostis quando o europeu viajava pelo Orinoco (GOODMAN, 1975, p. 24).

A *Relación de Martinez* destaca-se nesse contexto por fornecer a versão do Eldorado que se sedimentou no imaginário europeu: o grande império situado na Guiana, cujas terras teriam riquezas minerais em abundância e cuja capital seria Manoa, situada nas margens de um enorme lago de água salgada. Martinez também realiza uma detalhada descrição da cidade e do palácio do imperador, sintetizada por Johnni Langer:

> Segundo Johannes Martinez, a fabulosa cidade seria situada entre uma montanha de ouro, de prata e de sal. O palácio do imperador, o principal edifício da cidade, foi localizado em uma verdejante ilha com um lago. A entrada seria sustentada por magníficas colunas de pórfiro e alabastro – simetricamente alinhadas – com uma galeria ornada por bois de ébano e jóias. Dentro do palácio destaca-se uma imensa coluna de 25 pés de altura, cujo capitel superior ostenta uma imensa lua de argento. Na base dessa coluna, dois leões vivos estavam presos por correntes de ouro maciço. E ainda no centro do edifício também estava localizada uma fonte quadrangular ornada com quatro tubos de ouro e um imenso sol com quatro lâmpadas de brilho perpétuo. (LANGER, 1997, p. 31).

Acredita-se que uma versão da *Relación* possa ter chegado ao então governador da ilha de Trinidad, Antonio de Berrío, no início da década de 1580. Berrío, então, organizou expedições partindo de Trinidad e subindo o Orinoco em direção ao interior da Guiana em diferentes momentos (1584, 1586 e 1590, bem

como uma outra expedição organizada por seu subordinado, Domingo de Vera, em 1593), mas, apesar dos indígenas da região terem confirmado aos espanhóis a veracidade dos rumores sobre o mítico império, nenhuma jornada atingiu seu objetivo. Isso não impediu que o *Consejo de Indias* concedesse a Berrío o título de "Governador do Eldorado" em 1595 (PORRO, 2013, s/p).

No mesmo ano, Berrío seria capturado por uma expedição inglesa que havia invadido Trinidad. A empresa britânica buscava o caminho para a cidade dourada e era liderada pelo corsário Walter Raleigh (1552-1618), figura relevante do Parlamento inglês e da corte elisabetana da época. Até então envolvido com um projeto de colonização na América do Norte – bem como com os conflitos armados entre britânicos e espanhóis –, Raleigh teria ouvido sobre o Eldorado por meio do castelhano Pedro Sarmiento de Gamboa (então prisioneiro do corsário em Londres) e por meio de cartas espanholas apreendidas por outro navegador inglês, George Popham, que provavelmente faziam referência à mítica Manoa e às tentativas de Berrío em descobrir a rota para o Império da Guiana.

Raleigh interrogou Berrío para obter maiores informações a respeito da geografia da região e para melhor se orientar na bacia orinoquenha. Tanto pelo governador espanhol quanto pelos indígenas que encontrava pelo caminho, o corsário inglês recebia a confirmação das maravilhas da Guiana e da existência do Eldorado. Contudo, o expedicionário, assim como seus antecessores, teve de retornar sem descobrir a cidade dourada.

Em 1596, Raleigh publicou o relato de sua jornada, intitulado *The Discoverie of the Large, Rich and Beautiful Empire of Guiana, with a Relation of the Great and Golden*

City of Manoa ("A descoberta do grande, rico e belo Império da Guiana, com uma relação da grandiosa e dourada cidade de Manoa"), que alcançou grande circulação e popularidade na Europa pelos elementos maravilhosos na descrição da geografia daquela região. No escrito, a associação entre o Eldorado e o Peru é reforçada:

> No coração desta mata intransponível, o príncipe inca criou o Império da Guiana. A terra tem tanto ouro, que tudo indica ser mais rica do que qualquer coisa. Tem mais casas e construções do que o próprio reino do Peru tinha, quando a mineração da prata florescia. O Império da Guiana é governado pelas mesmas leis e seu povo vive em cidades semelhantes às dos incas. O imperador e seus súditos praticam a mesma religião, com as mesmas regras de conduta do antigo Império do Peru. (RALEIGH, 2002 [1596], p. 42).

Tendo em vista o acima exposto, fica claro como, ao longo do século XVI, o fracasso das diferentes expedições que objetivavam encontrar o Eldorado não geravam dúvida ou descrença na lenda. O que ocorre é o contrário: desde as primeiras notícias do País de Meta, passando pelo cacique de Guatavita e chegando ao Império da Guiana, o mito doradista criou raízes no imaginário europeu sobre o Novo Mundo, mobilizando a exploração das terras distantes dos centros coloniais da América do Sul. Se considerarmos os conceitos trabalhados por Reinhart Koselleck, é possível afirmar, portanto, que a expansão do campo de experiências dos europeus – a conquista e a exploração – não causou desilusão nem em uma quebra no horizonte de expectativas – o maravilhoso –, na medida em que a experiência empírica de cada expedicionário alimentava o mito ao invés de apagá-lo.[4]

O relato de Raleigh destaca-se não apenas pela narrativa fantasiosa, mas por

[4] De acordo com Koselleck, o "campo de experiências" pode ser definido como "passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados", enquanto o "horizonte de expectativas", associado ao que ainda não se experimentou, é construído por elementos como "esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade". Ambas as categorias são utilizadas pelo autor para pensar as experiências históricas de determinado sujeito, grupo ou sociedade ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006, pp. 309-310).

servir de referência para as primeiras representações iconográficas e cartográficas do Eldorado na Europa. Ainda que as expedições em busca da lenda tenham rareado a partir do início do século XVII, o mito doradista continuou presente na mentalidade europeia por meio dos mapas, que figuraram Manoa e o lago mítico até meados do século XIX.

O primeiro mapa conhecido que retrata o Eldorado é de autoria do próprio Raleigh, que copiou um esboço de Antonio de Berrío e o divulgou sob seu nome.[5] A carta geográfica não acompanha o *The Discoverie* e, diferentemente do relato escrito, não foi utilizada por cartógrafos subsequentes, como o holandês Jocodus Hondius, que produziu um mapa da Guiana com base no escrito do corsário. Datado de 1598, o mapa de Hondius (imagem 1) faz algumas referências a Raleigh e às maravilhas citadas por ele, como um *ewaipanoma* (descabeçado) e uma guerreira amazona – outros mitos amazônicos da época. No centro do mapa, há um lago de grandes proporções que recebe os nomes de "Parime" e "Foponowini". Manoa, na margem norte, é indicada com algumas construções.

[5] O mapa de Raleigh pode ser acessado na coleção digital da Yale University por meio do link: <https://collections.library.yale.edu/catalog/2054184>. Acesso em 01 out. 2021.

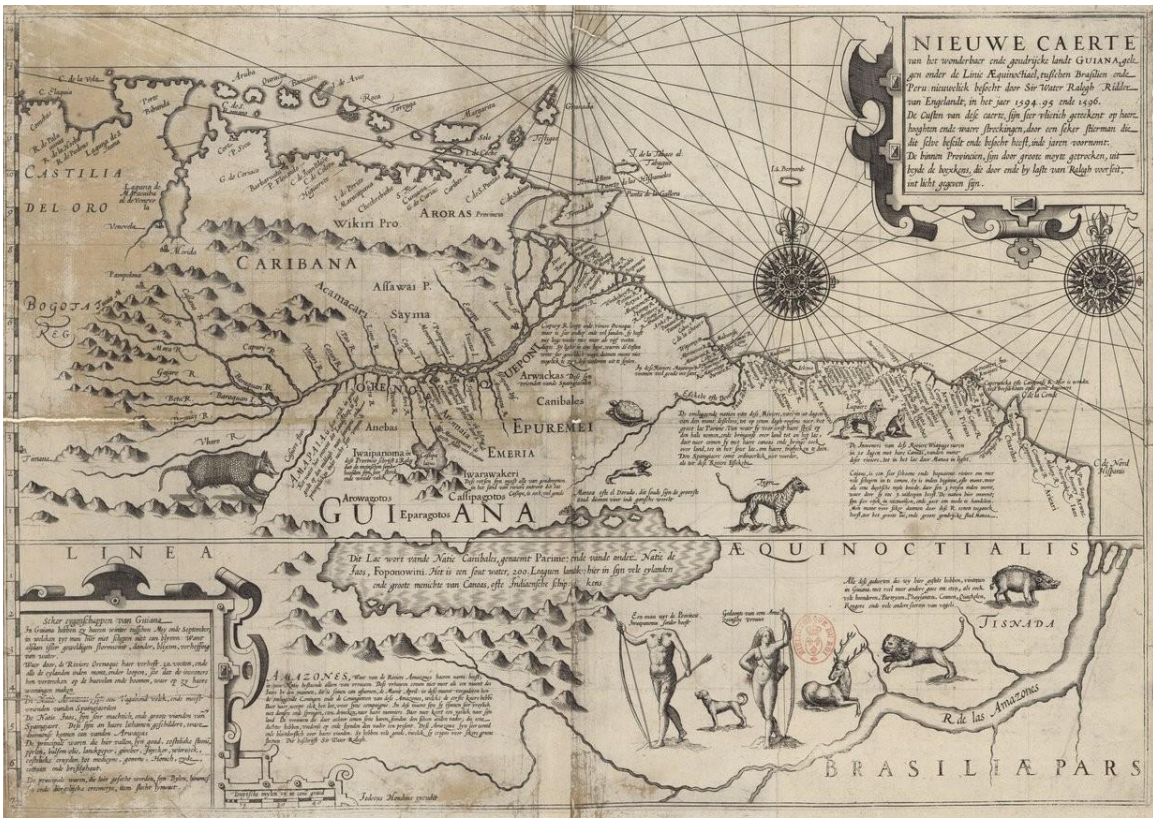


Imagem 1: Jocodus Hondius, *Nieuwe caerte van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana...* [Nova carta da maravilhosa e rica em ouro Guiana...], Amsterdã, 1598. Fonte: Gallica.

Nas décadas posteriores, a *Niewue caerte* de Hondius serviria como referência para outros cartógrafos produzirem mapas da América do Sul, da Amazônia ou da Guiana. Manoa e o lago apareceram em planisférios e cartas geográficas com diferentes formatos e iconografias, que, apesar de variadas, apresentam elementos em comum: a cidade de Manoa é quase sempre indicada às margens de um grande lago. Chamado de "Parime", este lago era comumente figurado com formato retangular ou alongado e era cortado pela linha equinocial.

Temos como exemplo disso o mapa da Guiana do holandês Joannes de Laet, confeccionado em 1625 (imagem 2). Além do lago Parime e de Manoa, De Laet inseriu uma cadeia de montanhas que separa o Império do Eldorado e a bacia do Orinoco,

inferindo o isolamento e o desconhecimento daqueles territórios pelos europeus. A representação do mito doradista feita pelo cartógrafo holandês seria copiada por cartógrafos subsequentes, que reproduzem o Parime com o mesmo formato retangular, como Nicolas Sanson (1650 e 1656), William Berry (1680), Alexis-Hubert Jaillot (1696), entre outros.

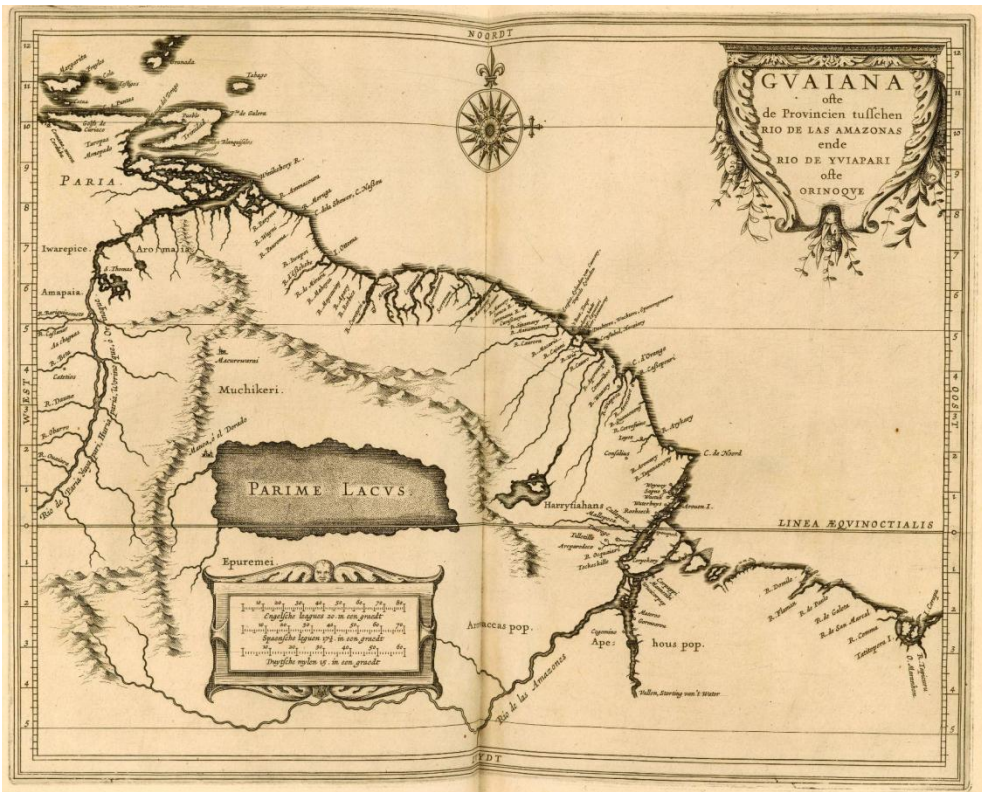


Imagem 2: Joannes de Laet, *Gvaiana oste de Provicien tusschen Rio de las Amazonas ende Rio de Yviapari oste Orinoque* [Guiana ou Província entre o Rio das Amazonas e Rio de Huyapari ou Orinoco], Leiden, 1625. Fonte: John Carter Brown Library.

É interessante notar como, ainda que passado o primeiro momento de conquista da América, na primeira metade do século XVI, o *topos* da América como espaço de riquezas minerais e impérios grandiosos continuou marcando a mentalidade europeia. Os mapas contribuíram para essa permanência, sustentando a crença no Eldorado por considerável período de tempo. Podemos, portanto, afirmar

que, com o tempo, convencionou-se uma "tradição cartográfica" de figuração do Eldorado na cartografia da América do Sul, um fenômeno próprio da cartografia especulativa que atravessou a modernidade e que normalizou a presença de mitos nos mapas.

O Eldorado e as expedições naturalistas à Amazônia

Tal "tradição cartográfica" não se manteve inalterada ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Com a expansão das fronteiras coloniais, novas preocupações motivavam a ação colonizadora dos europeus e, conforme as mudanças na mentalidade europeia operavam novas formas de produzir conhecimento, o maravilhoso do continente americano passou por transformações, reinterpretações e questionamentos. No caso do Eldorado, isso se verifica em mapas produzidos por cartógrafos que, ao invés de figurarem o lago Parime e Manoa, inserem outras iconografias e topônimos que indicam dúvida, incerteza ou descrença no mito doradista.

Um exemplo de tais mudanças é o mapa da América do Sul do francês Guillaume Delisle, datado de 1705 (imagem 3). Na região da Guiana onde normalmente seria situado o lago dourado, o cartógrafo insere uma legenda: "*Guiane proprement dite ou Dorade dans la quelle quelquesuns mettent le Lac Parime*" ("Guiana propriamente dita ou Dorade em que alguns situam o Lago Parime"). No mesmo território, há a indicação de Manoa, que aparece com o topônimo "*Manoa selon les sauvages*" ("Manoa segundo os selvagens"):

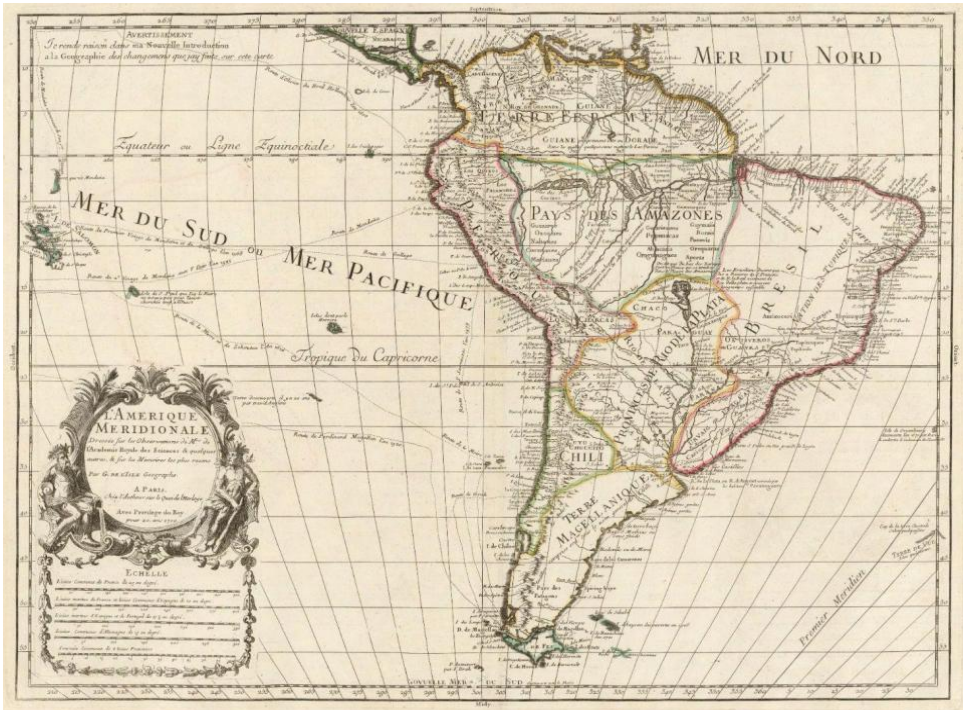


Imagem 3: Guillaume Delisle, *L'Amerique Meridionale* [A América Meridional], Paris, 1705. Fonte: David Rumsey Map Collection.



Imagem 3.1: detalhe do mapa de Delisle.

O cartógrafo, ao inserir o nome "*Dorade*" e indicar a localização de Manoa, figura uma Guiana que ainda carrega elementos maravilhosos. Contudo, Delisle possui uma postura diferente à de cartógrafos anteriores ao não figurar o lago Parime e creditar a sua existência a "alguns". A cidade dourada também é apresentada como sendo um marco geográfico cuja veracidade é dada pelos "selvagens", e não pelo

próprio cartógrafo. De todo modo, outro mito geográfico, o lago Xarayes (no atual Pantanal), é indicado sem questionamentos.[6]

O mapa de Delisle integra um conjunto de mapas produzidos no final do século XVII e no início do século XVIII que deixam de figurar o Eldorado como um marco geográfico real, mas que ainda fazem alguma referência ao mito, seja para expressar dúvida, seja para expressar descrença – outros exemplos são as cartas de Vincenzo Coronelli (1693) e Nicolas de Fer (1703 e 1719). Estes mapas podem demonstrar que a visão de um grande império dourado começava a perder força no imaginário europeu após um século de especulações cartográficas sobre o interior da Guiana, bem como podem indicar que a figuração de uma localidade mirífica já não era consenso entre os cartógrafos europeus. O que levou tais cartógrafos a começarem a abandonar a figuração do Eldorado e, mesmo assim, continuarem fazendo referências à lenda, externando suas dúvidas em seus próprios mapas?

Para buscar explicações para essas mudanças, há de se considerar os debates e novas formas de pensamento trazidas com o que hoje chamamos de ciência moderna e com a Ilustração. Com o destaque dado ao empirismo e à experiência como principais formas de produção de conhecimento científico, as notícias de grandes impérios dourados passaram, cada vez mais, a ser vistas com ceticismo, sendo interpretadas como rumores exagerados de indígenas ou como ilusões de exploradores ávidos pela possibilidade de enriquecimento rápido.

Tais transformações também vieram acompanhadas de um novo interesse dos

[6] O mito da laguna Xarayes compartilha muitas semelhanças com o Eldorado amazônico. Ambos se referem a lagoas ricas em metais preciosos e figuraram na cartografia europeia da América do Sul. Sobre esta lenda, ver COSTA, 2007.

europeus pelas regiões ainda pouco conhecidas do continente americano. A partir da segunda metade do século XVII, e com maior força no século XVIII, naturalistas e ilustrados apresentavam uma disposição para realizar expedições pelo Novo Mundo para mapear territórios desconhecidos, conhecer e catalogar espécies da fauna e flora nativas e descrever as sociedades indígenas que habitavam tais regiões.[7] Conjuntamente a isso, tais exploradores tinham o objetivo de verificar a veracidade de certos mitos do maravilhoso americano, buscando descobrir se tais lendas realmente existiam ou teriam existido no passado:

> Para a comunidade científica europeia, o período entre 1730 e 1740 foi marcado por uma ética de exatidão e uma profunda transformação nas práticas de medição. Respondendo à imensa variabilidade de dados experimentais que eram registrados com o uso de instrumentos, os naturalistas do século XVIII procuraram criar "ordem" e "uniformidade" empíricas como parte de um sistema maior de expansão geográfica e uma apropriação material e intelectual do mundo (SAFIER, 2008, p. 90).[8]

A região das bacias orinoquenha e amazônica, onde há uma cadeia de montanhas e onde acreditava-se estar o Eldorado, tornou-se objeto de interesse por parte de tais naturalistas. Um exemplo é Charles-Marie de la Condamine (1701-1774). Integrante dos círculos ilustrados de Paris e próximo de Voltaire, o francês era membro da *Académie Royale des Sciences* e já havia realizado uma expedição científica

[7] No século XVIII, tais expedições naturalistas ao continente americano caminharam juntas com novos esforços de ocupação europeia dos territórios afastados dos centros coloniais (como era o caso da Amazônia), resultando na reconfiguração das fronteiras coloniais por meio de tratados como de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Isso contribuiu para que o Eldorado continuasse figurando na cartografia. Sobre o assunto, ver FURTADO, 2020.

[8] No original: "For the European scientific community, the period between 1730 and 1740 was marked by an ethic of exactitude and a profound transformation in the practices of measurement. Responding to the immense variability of experimental data they were recording with instruments, eighteenth-century natural scientists sought to create empirical 'order' and 'uniformity' as part of a larger system of geographic expansion and a material and intellectual appropriation of the world" (tradução nossa).

ao Levante. Em 1735, juntou-se a uma expedição francesa ao Equador iniciada em 1735 que tinha como objetivo determinar o formato exato do globo terrestre. Na viagem de retorno, La Condamine decidiu fazer a rota de descida do rio Amazonas, indo do Peru ao Atlântico entre 1743 e 1744, e, já na Europa, publicou em 1745 seu relato da viagem intitulado *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale* ("Breve relato de uma viagem ao interior da América do Sul"). A relação de La Condamine consiste em um testemunho em primeira pessoa sobre episódios da viagem pela bacia amazônica mesclado com informações sobre a geografia e hidrografia da região, costumes e crenças indígenas e medições astronômicas.

Em seu relato, o naturalista apresenta-se como um desmistificador de lendas e imprecisões que existiriam no conjunto de conhecimentos dos europeus sobre a Amazônia. La Condamine argumenta que a última obra confiável que trata da região teria sido o *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas* (1641), de Cristóbal de Acuña – extensivamente citado pelo francês –, e que desde então poucos autores e cartógrafos teriam produzido trabalhos confiáveis sobre a bacia amazônica. A *Relation abrégée*, portanto, teria sido escrita com o objetivo de preencher esse vácuo de informações, visto que La Condamine se promovia como alguém disposto a corrigir erros e descrever a Amazônia do modo mais preciso possível (SAFIER, 2008, pp. 67-68).

Ainda que faça uma crítica a seus antecessores, La Condamine usou de um extenso conjunto de mapas, tratados de jesuítas, documentação epistolária e relatos de indígenas e negros escravizados para agregar conhecimento a seu relato. Muitas vezes, tais fontes foram omitidas para que se entendesse que determinada

informação teria sido obtida pela própria experiência e observação do naturalista – uma estratégia retórica comum aos autores da modernidade. Possíveis razões para isso são discutidas por Furtado:

> Filtrar as notícias oriundas dos informantes encontrados pelo caminho era um desafio para esses viajantes, pois o tempo da viagem não lhes permitia uma visita pessoal a todos os locais de interesse. Ainda que o empirismo devesse guiar o conhecimento a ser produzido segundo o racionalismo iluminista, o que se observa é que, como no caso de La Condamine, devido à vastidão do território, muitos exploradores tiveram que se valer não apenas do *ver*, mas também do *ouvir* dizer (FURTADO, 2020, p. 18).

Para acompanhar a *Relation abrégée*, La Condamine produziu um mapa do curso do Amazonas, com o nome de *Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones* (“Carta do curso do Maragnon ou do Grande Rio das Amazonas”) (imagem 4). A preocupação do francês em apresentar as informações sobre a geografia local mais exatas possíveis se estendeu a este mapa, bem como a crítica a cartógrafos anteriores – como é possível perceber, La Condamine insere, em linha pontilhada, o curso do rio Amazonas segundo um mapa do jesuíta Samuel Fritz (1707), contra quem o naturalista dirige numerosas críticas no relato.



Imagem 4: Charles-Marie de la Condamine, *Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones...* [Carta do Curso do Maragnon ou do Grande Rio das Amazonas...], Paris, 1745. Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo.

Ao atentarmos para a região da Guiana, também percebemos que La Condamine não figura o lago Parime nem Manoa. Nos territórios onde normalmente estaria situado o Eldorado, vemos um conjunto de rios (Parima, Maho, Purara e Tacutu) que formam o rio Branco, enquanto ao norte está a nascente do rio Rupununi. Um pequeno lago não nomeado foi posicionado entre os cursos d'água. A ausência do mito doradista pode ser explicada pelo fato de La Condamine, em seu relato, negar a existência da cidade e lago dourados. Em seu escrito, o naturalista comenta ter ouvido dos indígenas manaus (ou manaós) sobre um suposto lago chamado Marahi que se comunicaria com o rio Negro e que seria o lago descrito por Acuña em sua relação. A *Relation abrégée* dá a entender, portanto, que teria sido o lago Marahi, que não tem atributos maravilhosos, a origem dos rumores sobre o Eldorado:

> Vê-se na carta do Pe. Fritz uma grande povoação manaus na mesma região; ele a denomina Jenefiti. Não pude obter dela notícias positivas, o que não tem

> nada de extraordinário, desde que a nação dos manaus foi transplantada e dispersada: mas é muito possível que da capital dos manaus se haja forjado a cidade de Manoa. Não me detenho em querer ver em Maraí, ou Paraí, a etimologia de Parima. Eu me atenho aos fatos. Os manaus tiveram neste cantão uma população considerável; eles eram vizinhos dum grande lago, e até de muitos lagos grandes, muito vulgares em países baixos, sujeitos a inundações. Os manaus garimpavam o ouro do Iquiari, e dele faziam pequenas palhetas. Eis aí fatos verdadeiros, que puderam, graças a exagerações, dar motivo à fábula da cidade de Manoa, e do lago Dourado (LA CONDAMINE, 2000 [1745], pp. 92-93).

Além disso, La Condamine infere que os rumores sobre o lago dourado teriam sido estimulados e disseminados pelo anseio dos conquistadores espanhóis em encontrar ouro e pelos indígenas da região, que, no entendimento do naturalista, teriam uma predisposição para a dissimulação e a mentira:

> [...] não se pode negar que por um lado a avidez e a preocupação dos europeus, que queriam por tudo achar o que buscavam, e por outro o gênio mentiroso e exagerador dos índios, interessados em afastar hóspedes incômodos, tenham podido facilmente aproximar objetos tão distantes na aparência, alterá-los e desfigurá-los, a ponto de torná-los irreconhecíveis (LA CONDAMINE, 2000 [1745], p. 93).

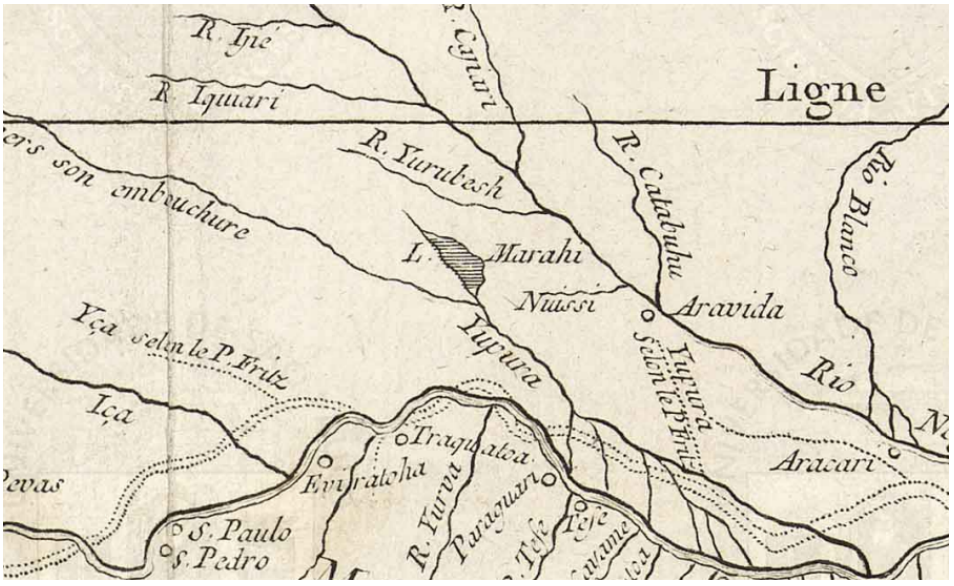


Imagem 4.1: detalhe do lago Marahi. Abaixo, vê-se o curso do rio Amazonas e, em linha pontilhada, o desenho de Samuel Fritz reproduzido por La Condamine.

É interessante notar como La Condamine nega a existência do Eldorado ao afirmar que Manoa e o lago Parime seriam localidades imaginárias, mas atribui as raízes do mito ao lago Marahi, que também é fictício. É também pertinente comentar que o naturalista adota uma posição ambígua com relação a outras lendas do maravilhoso americano: enquanto o mito doradista é relegado à fábula, as guerreiras amazonas são consideradas pelo autor como uma história factível. Apesar de não conseguir reunir informações suficientes para confirmar sua hipótese, La Condamine afirma, na *Relation abrégée*, que as amazonas teriam provavelmente habitado a bacia amazônica no passado, organizando-se em comunidades de mulheres nas regiões afastadas dos rios para fugirem da opressão de seus maridos:

> [...] Contento-me de assinalar que se alguma vez pôde haver amazonas no mundo, isso foi na América, onde a vida errante das esposas que acompanham os maridos à guerra, e que não são mais felizes no lar, lhes deve ter feito nascer a ideia e ocasião frequente de se furtarem ao jugo dos tiranos, buscando fazer para si um estabelecimento onde pudessem viver na independência, e pelo menos não serem reduzidas à condição de escravas e bestas de carga (LA CONDAMINE, 2000 [1745], p. 84).

Outro naturalista que, viajando pela Amazônia, buscou explicações para o Eldorado foi Alexander von Humboldt (1769-1859). Com sólida formação científica, o prussiano era especializado em botânica e já havia publicado tratados sobre o assunto. Na década de 1790, Humboldt começou a organizar sua primeira expedição científica para fora da Europa, com destino às possessões castelhanas do continente americano. Obtendo autorização das autoridades de Madri, o prussiano viajou pela América Espanhola entre 1799 e 1804, passando pela Venezuela, Andes, Nova Espanha e Cuba, finalizando a jornada nos Estados Unidos. Após seu retorno à Europa, Humboldt teve seu relato de viagem publicado em uma série de volumes entre 1816 e 1826, alcançando grande popularidade e sendo admitido em diversas

sociedades científicas, como a Academia Prussiana de Ciências e a *Royal Society of London*.[9]

Ao explorar as porções setentrionais da América do Sul, o naturalista navegou pela bacia orinoquenha com o objetivo de descobrir uma possível conexão hidrográfica entre esta bacia e o rio Amazonas. Em seu escrito, o autor critica La Condamine por ter tomado fontes duvidosas de informação como verdadeiras, o que teria feito o francês reproduzir imprecisões e especulações sobre os espaços amazônicos (SAFIER, 2008, p. 60). E, ao tratar do Eldorado, Humboldt difere do naturalista francês por pensar a cidade dourada como uma lenda em suas múltiplas facetas, considerando o cacique de Guatavita, o lago Parime e a cidade de Manoa como diferentes versões de uma mesma história:

> A ideia de uma terra aurífera, eminentemente rica, tem sido conectada, desde o final do século XVI, com a ideia de um grande lago interior, que fornece ao mesmo tempo água para o Orinoco, o Rio Branco e o Rio Essequibo. Eu acredito, partindo de um conhecimento mais acurado da região, de um longo e laborioso estudo dos autores espanhóis que trataram do El Dorado, e, acima de tudo, da comparação de um grande número de mapas antigos, arranjados em ordem cronológica, que tive sucesso em descobrir a origem de tais erros. Todas as fábulas têm algum fundamento real; a fábula do El Dorado assemelha-se àqueles mitos da Antiguidade, que, viajando de país para país, foram sucessivamente adaptados para diferentes localidades (HUMBOLDT, 1908, p. 20).[10]

[9] A primeira edição do relato de Humboldt foi publicada na França, com o título *Voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent*... ("Viagem às regiões equinociais do novo continente..."). O escrito foi traduzido para outras línguas e reeditado sucessivamente. Aqui, recorremos à uma tradução inglesa publicada em 1908 em Londres, composta por três volumes.

[10] No original: "The idea of an auriferous earth, eminently rich, has been connected, ever since the end of the sixteenth century, with that of a great inland lake, which furnishes at the same time waters to the Orinoco, the Rio Branco and the Rio Essequibo. I believe, from a more accurate knowledge of the country, a long and laborious study of the Spanish authors who treat of El Dorado, and, above all, from comparing a great number of ancient maps, arranged in chronological order, I have succeeded in discovering the source of these errors. All fables have some real foundation; that of El Dorado

Em seu relato, o prussiano também nega categoricamente a existência do lago Parime, explicando que as próprias características da hidrografia da região poderiam ter sido confundidas com um lago de enormes proporções:

> É a aparência das rochas micáceas do Ucucuamo, o nome do Rio Parima, as inundações dos rios Urariapara, Parima, e Xurumu, e mais especialmente a existência do lago Amucu (próximo ao Rio Rupunuwini, e considerado como a principal fonte do Rio Parima), que deram origem à fábula do Mar Branco e do Dorado do Parima (HUMBOLDT, 1908, p. 26).[11]

La Condamine e Humboldt são exemplos de como os europeus ilustrados, ao lidarem com mitos como o Eldorado, produziram diferentes interpretações para explicar o maravilhoso do continente americano. Ambos os naturalistas partem do pensamento empiricista e cientificista para tomarem posturas diversas – seja o lago Marahi de La Condamine (um lago imaginário, mas sem riquezas), seja as teses de Humboldt sobre os elementos reais que formam as lendas e sobre a hidrografia da região. Fica também claro como esta variedade de perspectivas sobre Parime e Manoa fazem com que o mito doradista continue presente na mentalidade europeia, o que reflete uma característica própria do pensamento ilustrado: a utilização de procedimentos e técnicas de produção e categorização de conhecimentos que uniam *ciência* e *mito* (SAFIER, 2008, p. 90).

A permanência do Eldorado na cartografia

resembles those myths of antiquity, which, travelling from country to country, have been successively adapted to different localities" (tradução nossa).

[11] No original: "It is the appearance of the micaceous rocks of the Ucucuamo, the name of the Rio Parima, the inundations of the rivers Urariapara, Parima, and Xurumu, and more especially the existence of the lake Amucu (near the Rio Rupunuwini, and regarded as the principal source of the Rio Parima), which have given rise to the fable of the White Sea and the Dorado of Parima" (tradução nossa).

Tais transformações no imaginário europeu, ainda que tenham impactado a crença no Eldorado, não resultaram no completo apagamento deste mito nos mapas. Provavelmente como vestígio da "tradição cartográfica" de figuração da lenda, a presença do Eldorado nas cartas geográficas estendeu-se até meados do século XIX. Mesmo que o tamanho do lago dourado tenha diminuído consideravelmente, cartógrafos inseriram o lago Parime como se fosse um marco geográfico real, que teria recebido atributos miríficos no passado. Exemplos são os mapas de Francisco Requeña (1796), Rigobert Bonne (1780), John Cary (1807), Samuel Lewis (1810), David Burr (1834), entre outros.

Temos como exemplo desse cenário o mapa da América do Sul do cartógrafo inglês William Faden, de 1806 (imagem 5). Intitulado *Colombia Prima or South America...*, o mapa consiste numa versão "atualizada" de um mapa feito pelo espanhol Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, de 1775, ao qual Faden teve acesso por meio de Thomas Jefferson, na época embaixador estadunidense em Paris.[12] O inglês confeccionou seu mapa em oito folhas, e, para complementar as informações que obteve de Cruz Cano, Faden lista uma série de referências complementares abaixo do cartucho do mapa – como o relato de La Condamine.

Ao figurar o Parime, o cartógrafo delineou um formato mais arredondado e situou o lago em uma região montanhosa, próxima à Guiana Francesa e mais a oeste do que se costumava posicionar. O lago fictício é abastecido por vários rios, comunica-se com o Orinoco e Amazonas e recebe a legenda "*Golden Lake or lake*

[12] O mapa de Cruz Cano y Olmedilla pode ser acessado no acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira por meio do link: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485821/cart485821.html>. Acesso em 01 out. 2021.

Parime called likewise Paranapitinga i.e. White Sea" ("Lago Dourado ou lago Parime também chamado Paranapitinga isto é Mar Branco"). Dentro do lago, há a explicação "*on the banks of which the discov. of the 16th century did place the Imaginary City of Manoa del Dorado*" ("em cujas margens os descobridores do século XVI situaram a Cidade Imaginária de Manoa del Dorado").



Imagem 5: William Faden, *Colombia Prima or South America...* [Colombia Prima ou América do Sul...], Londres, 1807. Fonte: David Rumsey Map Collection.



Imagem 5.1: Detalhe do lago Parime no mapa de Faden.

É possível perceber como Faden "desmembra" o mito doradista ao separar o lago Parime (entendido como um lago real) e o Eldorado (um mito dos conquistadores do século XVI). O que também se observa é que, nos territórios a leste, os rios rareiam e os poucos topônimos se resumem a indicações, espalhadas nas serras da região, de minas de ouro, prata e ferro, e um pequeno lago com o contorno tracejado.

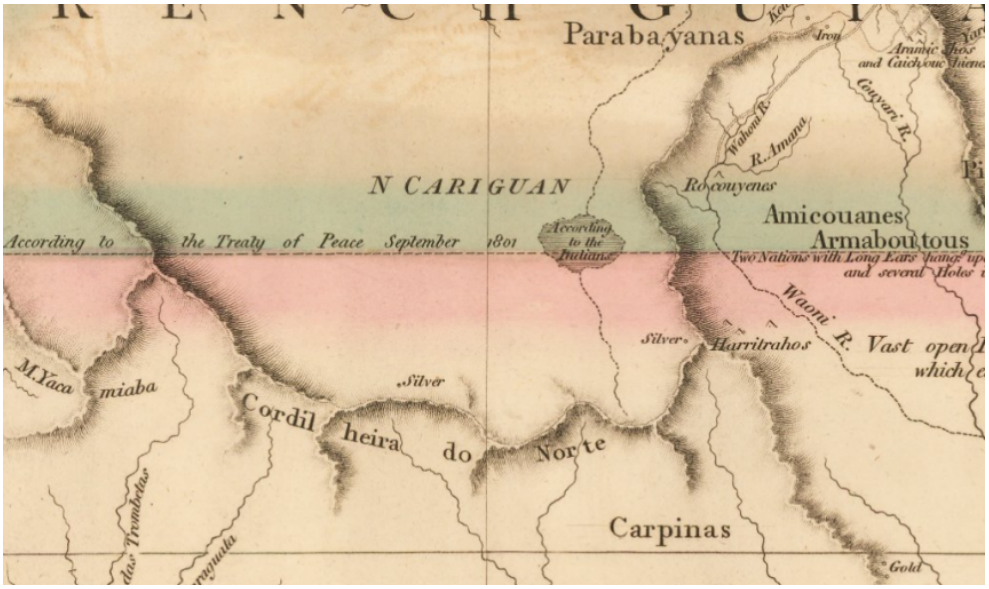


Imagem 5.2: Detalhe do interior da Guiana, com as indicações de minas e o suposto lago.

A legenda – "*According to the Indians*" ("De acordo com os Índios") – não dá pistas para identificar se este pequeno lago tenha alguma relação com o Eldorado. Contudo, ela remete à tese de La Condamine de que o Parime seria fruto de informantes indígenas cujos rumores haviam sido aumentados pelos espanhóis no século XVI.

Outro exemplo é o mapa da foz do rio Amazonas produzido pelo padre franciscano Tomás de Alcántara em 1822 (imagem 6). Oriundo de Bilbao, Espanha, Alcántara vivia desde 1807 em missões na região do rio Ucayali, no Peru, e confeccionou dois mapas manuscritos da bacia amazônica, frutos de suas viagens pela região. O primeiro mapa, das nascentes do Amazonas, apresenta mais detalhes e informações sobre o território, e, embora ambos apresentem indicações de missões e da hidrografia das respectivas áreas representadas, a escala não é precisa.[13]

Além disso, em ambos os mapas, as regiões mais afastadas da bacia amazônica carecem de topônimos. Isso explica o fato de, no mapa da foz do Amazonas, a malha hidrográfica da Guiana, no canto superior esquerdo, não ser desenhada com todos os rios. O que se destaca nos territórios ao norte do rio Amazonas são quatro lagos: o lago Parime, com tamanho diminuto, próximo a dois pequenos lagos sem identificação. Um pouco mais afastada está a indicação do outro lago, disforme, mas relativamente grande, denominado de "*Lo Mar Dorado*".

[13] O mapa da porção oeste da bacia amazônica feito por Alcántara pode ser acessado no acervo da Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico por meio do link: <https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=423114>. Acesso em 01 fev. 2022.



Imagem 6: Tomás de Alcántara, [Mapa da desembocadura do rio Amazonas], 1822. Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico.

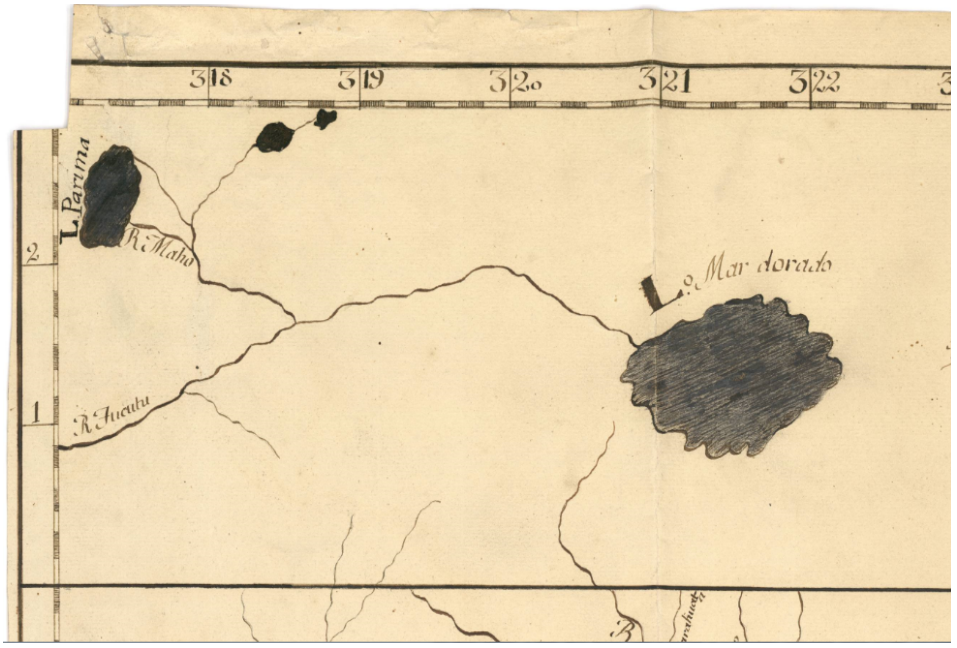


Imagem 6.1: Detalhe do lago Parime e do "*Lo Mar dorado*" no mapa de Alcántara.

Enquanto Alcántara se aproxima de Faden ao figurar o lago Parime como um

lago real, sem elementos maravilhosos, o franciscano apresenta uma divergência ao inserir o Eldorado um pouco mais a leste, mesmo que na forma de um lago com margens indefinidas. O que o espanhol pode nos informar é que, mesmo não indicando a localização exata nem o formato do lago, certamente suas grandes proporções autorizam o autor a chamá-lo de "mar".

Considerações finais

Pensando numa perspectiva de longa duração, percebemos como as mudanças de mentalidade na Europa transformaram a crença no mito doradista: enquanto nos séculos XVI e XVII o lago Parime e Manoa eram vistos como marcos geográficos reais, nos séculos XVIII e XIX o Eldorado ainda permanece no imaginário, não como notícia de um império opulento, mas como um mito que ainda é acreditado por alguns (como Alcántara). Nesse processo de transformação, o lago Parime descolou-se do Eldorado, visto que Manoa, seus edifícios de ouro e seu cacique dourado desapareceram dos mapas, enquanto o Parime continuou sendo considerado uma localidade como qualquer outra, que teria recebido atributos fantasiosos no passado.

É interessante notar como os naturalistas operaram uma diferenciação entre o que é *desconhecido* (o lago Parime) e o que é *imaginário* (o Eldorado). Entendendo que o que não se conhecia empiricamente não seria necessariamente mítico, os cartógrafos gradualmente transformaram a figuração do Eldorado, perpetuando a influência da cartografia especulativa nos vazios dos mapas.

Esse cenário, em certa medida, vai de encontro o que afirma Guillermo Giucci sobre a ideia da experiência empírica dos exploradores no Novo Mundo limitar a

influência do maravilhoso no imaginário europeu ainda no século XVI. Como argumenta o autor,

> Por volta de 1570 o continente americano está basicamente dominado: rotas marítimas exploradas, grandes impérios derrotados, tesouros fundidos, culturas autóctones arrasadas. Sobrevivem algumas expedições conquistadoras que, movidas por visões residuais de riquezas e terras auríferas, atestam que o mirífico americano, como uma extinta estrela emissora de raios moribundos, arrasta o andaime dos encantos com penalidades. O relato do maravilhoso, outrora fonte de desejo, passa na América pelo crivo da experiência pessoal e metamorfoseia-se numa história paralela opaca que mina a legitimidade desse relato. E o conhecido binômio remoto/maravilhas se desmorona. É suplantado pela ordem colonial, a organização do sistema de trabalho e político, a exploração mineradora, o tráfico negreiro, a mestiçagem e a sociedade estamental, a produção agrícola e pecuária (GIUCCI, 1992, p. 238).

Apesar dos mitos do continente americano terem sim surgido, em sua maioria, nos processos de conquista do século XVI – as guerreiras amazonas, os gigantes patagões, a laguna Xarayes, o próprio Eldorado, entre outros –, percebe-se que as expedições em busca da cidade dourada, ainda que fracassadas em seu intento, *corroboravam* a crença no mito doradista. Isso se estenderia ao longo da modernidade a partir do momento em que o Eldorado passou a ser inserido nos mapas da América do Sul. Portanto, a longevidade da presença deste mito na cartografia serve como exemplo de como o maravilhoso exerceu sua influência no imaginário por considerável período de tempo, influência esta que só passaria por mudanças quando a mentalidade europeia se transformou com novas formas de pensamento.

Fontes manuscritas

HUMBOLDT, Alexander von. **Personal narrative of travels to the equinoctial**

regions of America during the years 1799-1804, volume 3. Londres: George Bell & Sons, 1908. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu007254.pdf>. Acesso em 01 out. 2021.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000 [1745].

RALEIGH, Walter. **A descoberta do grande, rico e belo Império da Guiana**. Tradução de Eduardo San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002 [1596].

Referências bibliográficas

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 45, pp. 21-36, 2007.

CRUZ NETO, Raimundo Marques da. **Em busca das províncias grandiosas:** as entradas espanholas quinhentistas na fronteira oriental dos Andes centrais (1538–1561). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DORÉ, Andréa Carla. **Cartografia da promessa**: Potosí e o Brasil em um continente chamado Peruana. São Paulo: Intermeios, 2020.

EDNEY, Matthew H. Teoria e história da cartografia. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, pp. 209-220, jan./jun. 2016.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; GOMES, Wederson de Souza. Crônicas do El Dorado: uma análise dos relatos dos cronistas espanhóis sobre uma terra de riquezas fabulosas na América do Sul (1536-1542). **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, pp. 77-95, 2016.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. Maps and Exploration in the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries. In: WOODWARD, David (ed.). **Cartography in the European Renaissance, v. 3**. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2007.

FURTADO, Junia Ferreira. O paraíso amazônico e seus mitos cartográficos. **Terra Brasilis (nova série)**, v. 14, pp. 1-26, dez. 2020.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso:** o Novo Mundo. São Paulo: Companhia

das Letras, 1992.

GOMES, Plínio Freire. O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 41-61, 2001.

GOODMAN, Edward J. The search for the mythical Lake Parima. **Terrae Incognitae**, v. 7, n. 1, pp. 23-30, 1975.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas:** o deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: Edusp, 1996.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas:** Ensayos sobre la historia de la cartografía. Compilação de Paul Laxton. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1959].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006.

LANGER, Johnni. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 136, pp. 25-40, 1997.

LEVILLIER, Roberto. **El Paititi, el Dorado y las Amazonas.** Buenos Aires: Emecé Editores, 1976.

MATOS, Maria Izilda S. de. Viagens pelo Rio das Amazonas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, n. supl., pp. 189-198, 2012.

PORRO, Jesús María. Un mito geográfico de larga tradición: la perduración cartográfica de la laguna Parime. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 1032, jul. 2013. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1032.htm>. Acesso em 30 set. 2021.

SAFIER, Neil. **Measuring the New World:** Enlightenment Science and South America. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2008.

Imagens

Imagem 1: Jocodus Hondius. **Nieuwe caerte van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana...**, Amsterdã, 1598. Acervo da Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84924380>. Acesso em 01 out. 2021.

Imagem 2: Joannes de Laet. **Gvaiana oste de Provicien tusschen Rio de las Amazonas ende Rio de Yviapari oste Orinoque**, Leiden, 1625. Acervo da John Carter Brown Library. Disponível em: <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/s/8pbqou>. Acesso em 01 out. 2021

Imagem 3: Guillaume Delisle. **L'Amerique Meridionale**, Paris, 1705. Acervo da David Rumsey Map Collection. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/s/4pp4oi>. Acesso em 01 out. 2021.

Imagem 4: Charles-Marie de la Condamine. **Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones...**, Paris, 1745. Acervo da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=649>. Acesso em 01 out. 2021.

Imagem 5: William Faden. **Colombia Prima or South America...**, Londres, 1807. Acervo da David Rumsey Map Collection. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/s/tnm75j>. Acesso em 01 out. 2021.

Imagem 6: Tomás de Alcántara. **[Mapa da desembocadura do rio Amazonas]**, 1822. Acervo da Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=423115>. Acesso em 01 out. 2021.

A muralha e a tempestade: uma análise do Hino Nacional da República Popular da China

Enzzo Sato Inada*
DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p86-103

Resumo: "Marcha dos Voluntários" é uma canção de Tian Han e Nie Er, criada para ser trilha sonora do filme "Os Filhos da Tempestade", de 1935. Contudo, seu impacto sociocultural, bem como sua polissemia interpretativa foram tão relevantes naquele período, que a marcha logo se consagraria como o Hino Nacional da recém criada República Popular da China. Este presente artigo propõe analisar alguns aspectos verbais e musicais do Hino Nacional chinês dentro de seu contexto histórico, para desta forma compreender efetivamente o papel e a importância de "Marcha dos Voluntários" na consolidação de um ainda incipiente nacionalismo chinês do século XX. Procura-se também manter a análise atual, demonstrando como este hino ainda consegue se comunicar com a dita "identidade nacional chinesa" dos tempos presentes; tempos estes tão distintos e distantes daqueles dos compositores que o pensaram.

Palavras-chave: China; Hino Nacional; Nacionalismo

* Estudante de graduação em história pela Universidade de São Paulo e membro do LABORA-USP. Contato: enzzosato@usp.br. Dentre as várias pessoas que ajudaram a tornar este artigo possivel, agradeço em especial ao futuro historiador Pedro Acácio pelas revisões minuciosas e sugestões inteligentes que enriqueceram o resultado final.

Introdução

O fenômeno contemporâneo dos "nacionalismos" é extremamente peculiar; mais que uma simples manifestação coletiva de pertencimento, os nacionalismos estenderam tanto seus tentáculos ao redor do globo que se configuram hoje como uma lente fundamental de interpretação do mundo. Como política, o fenômeno produz e reproduz suas próprias células de replicabilidade técnica e educacional, propagando sua língua, seus costumes e seus mitos desejados, os quais os nacionalistas vendem nas escolas como a "história oficial" (GELLNER, 1983, pp. 33-34). Este mecanismo autoconsciente é direcionado para o objetivo básico de qualquer nacionalismo: a congruência unificadora entre os entes "Estado" e, obviamente, "nação" (GELLNER, 1983, p.3).

Contudo, mesmo estes nacionalismos – tão triunfantes hoje em dia de um ponto de vista político – sendo a "lente básica" para enxergarmos as relações que se desenvolvem dentro e fora de uma determinada comunidade (supostamente) homogênea, eles não são perfeitos naquilo que se propõem a fazer; se assim o fossem, não teríamos a existência dos famosos movimentos Catalão e Basco surgindo na Espanha, os "sub-nacionalismos étnicos" sérvio e croata como contraparte ao separatismo magiar (BREUILLY, 1993, pp. 130-131), e muito menos tentativas sérias de Barbuda, uma comunidade com aproximadamente 8.000 habitantes, querer independência da ilha vizinha de Antigua (CORBETT, 2020, pp. 1087-1103).

Isso significa que qualquer movimento nacionalista que consegue se tornar hegemônico através da tomada do Estado precisa de reforços sempre ativos e constantes se ele quiser permanecer como tal. Para tanto, algumas ênfases explanatórias, na forma de livros, propagandas e bandeiras podem ser úteis, mas estes sozinhos ainda se revelam fracos para dar o respaldo legitimador necessário

aos nacionalismos existentes. Isso porque estes ícones supracitados são transmitidos para o público alvo nacional de forma passiva, uma vez que este apenas o observa ou escuta (SMITH, 1999, p. 77). Em outras palavras, esta passividade inerente na recepção dos totens nacionais e a falta de percepção popular como parte de sua construção fazem com que a passagem do "nacionalismo" como discurso oficial para a "identidade nacional" como cultura de massas se torne sempre difícil.

É precisamente neste contexto que o Hino Nacional pode ser defendido como uma fonte primária valiosa. Isso porque os hinos não sofrem da passividade que acomete a observação de bandeiras ou a escuta de histórias; os hinos são cantados todos os dias por milhares ou milhões de vozes em uníssono, convidando o ouvinte a participar e cantar também. São justamente esses cenários idealizados pelos nacionalistas e cantados em coro pelas massas que congregam perfeitamente a junção importante do nacionalismo de Estado com a identidade nacional, sendo que suas interpretações estão sempre se atualizando de acordo com as necessidades do presente, mas sempre preservando uma linha de continuidade que é tão cara à ideia de imortalidade da nação (KELEN, 2014).

Neste contexto, a República Popular da China nos oferece um estudo interessante; já é imaginável que um país tão colossal – tanto demográfica quanto espacialmente – enfrente problemas de coesão interna com uma certa periodicidade. Isso, por sua vez, somado à importância cada vez maior da China em um contexto geopolítico contemporâneo faz com que os reforços nacionalistas se tornem cada vez mais necessários enquanto política de Estado (HOBSBAWM, 2016, pp. 126-127). Aqui é necessário ressaltar que embora seja auto evidente que os Hinos Nacionais por si só não componham uma retórica nacionalista consistente, eles podem ser utilizados como metonímia, cuja análise pode revelar detalhes importantes sobre como os nacionalistas se enxergam e enxergam a nação pela qual tanto dizem lutar (KELEN,

2014).

No caso chinês em específico, é digno de nota imaginarmos como uma música que surgiu como trilha sonora de um filme se consolidou tão firmemente, tanto nas fileiras burocráticas do Estado quanto nas mentes do chinês médio, a ponto de se cristalizar como uma canção que representasse a essência da nação que despontava a partir do cadáver do Império que o antecedera (ANDERSON, 2008, pp. 51-70); e se mesmo décadas depois de sua criação, a execução deste hino ainda consegue se conectar com uma parte considerável da população, criando seu elo de continuidade com o passado nacional a ser exaltado, então sabemos que este recurso do nacionalismo está longe de ser trivial. Passemos, portanto, à descrição de nosso objeto de estudo.

A Marcha dos Voluntários

Para dissecarmos alguns aspectos sonoros e textuais de nosso objeto de estudo, é necessário primeiro estabelecer algumas balizas que justifiquem as escolhas tomadas por esta presente análise; o Hino Nacional da República Popular da China, "Marcha dos Voluntários" foi inicialmente concebido por Tian Han, com os arranjos de Nie Er, pensado originalmente para ser a trilha sonora do filme "Filhos da Tempestade", de 1935[1]. Tocada duas vezes no filme (uma no começo e uma no final), a música de alto teor convocatório se entrecruza bem com a temática desenvolvida em tela, que se situa na luta do povo chinês anti ocupação japonesa[2].

[1] É importante destacar que quando falamos do "nacionalismo de Estado" hegemônico na República Popular da China estamos nos referindo ao modelo preconizado pelo PCCh e suas variações ao longo da história, e não às ideias do grupo liderado por Chiang Kai-shek. Embora tenha ocorrido de fato uma disputa pela tomada de poder de Estado, travada em termos genéricos entre "nacionalistas" e "comunistas", isto não quer dizer que estes últimos também não tivessem projetos de nação próprios, que foram colocados em prática mais concretamente a partir de 1949 (BREUILLY, 1993, pp. 232-240).

[2] O filme, já em domínio público, pode ser achado facilmente na internet. No final do texto há uma

Embora a música já tenha sido escrita com um propósito autoconsciente de mobilização, a recepção de "Marcha dos Voluntários" foi tamanha que rapidamente se popularizou, e sua mensagem foi internalizada tanto na mente dos altos burocratas do Partido Comunista, quanto das pessoas comuns. Mesmo após o término das hostilidades bélicas com o Japão, a letra permaneceu no imaginário coletivo, e, com a formação recente da nação chinesa, era necessário dar um hino a ela que emulasse a mensagem "oficial" que a representaria. Assim, em 1949, após a rejeição de 632 melodias e 694 propostas de letras para o novo hino, o Comitê de Símbolos Nacionais acatou enfim a sugestão de Xu Beihong: a letra de Tian Han e os arranjos de Nie Er se tornariam a partir de então a música oficial daquela China que surgia (LIAO et al., 2012, pp. 108-109).

Ainda sobre a historicidade do hino estudado, é importante salientar que seu uso pelos nacionalistas (sobretudo aqueles entrincheirados dentro dos quadros do Estado) não foi ininterrupto após 1949; durante a Revolução Cultural (1966-1976), Tian Han foi acusado de trair o partido e a revolução, sendo então levado para a cadeia, onde ele veio a óbito em 1968. Com dificuldades de se separar o artista da obra, ainda mais em um período em que o Estado considerara tão urgente reforçar sua retórica nacionalista "pura", a letra de "Marcha dos Voluntários" caiu em desgraça para os nacionalistas ligados ao partido; já a melodia de Nie Er sobreviveu, mas quando tocada em cerimônias oficiais, esta vinha acompanhada de nada, a não ser um incômodo silêncio (LIAO et al., 2012, pp. 109-110).

Após a Revolução Cultural e uma série de mudanças fundamentais na condução da política chinesa (o que incluiu ao longo dos anos o aprisionamento da Camarilha dos Quatro e a deposição do secretário-geral do PCCh, Hua Guofeng) houve por consequência alterações sensíveis tanto na abordagem nacionalista de

indicação de link para o referido filme.

seus dirigentes, quanto na acepção popular do que se entendia por identidade nacional. Neste contexto, a imagem de Tian Han é reabilitada dentro do panteão nacionalista oficial e, com isso, sua letra também o é (CHI, 2007, pp. 217-244); assim, em 4 de dezembro de 1982, a quinta sessão plenária do quinto Congresso Nacional Chinês reverte a anulação da letra de Tian Han, que se torna enfim oficial a partir de uma Emenda Constitucional de 14 de Março de 2004 (CHINA, 1982).

Para além da própria historicidade dos eventos e mitos que os Hinos Nacionais ambicionam eternizar, é possível perceber a partir disso que os próprios hinos também passam por mudanças de acepção ao longo de sua existência (KELEN, 2014). Isso quer dizer que, para além de usar o Hino Nacional para entender como operava o nacionalismo chinês sobre a identidade nacional em 1949, em 2004 ou em 2021, podemos almejar compreender os processos de ruptura e continuidade dessas três expressões nacionalistas temporalmente distintas a partir de uma análise sobre a execução e recepção deste mesmo hino dentro dos contextos selecionados. Para efeitos deste limitado artigo, trabalharemos com enfoque na execução e em quais mensagens possivelmente se quis passar no contexto assinalado.

Embora exista uma versão oficial para a instrumentação da música a partir da Lei Nacional do Hino da República Popular da China, em vigor desde 01/10/2017 (CHINA, 2017), utilizaremos a execução orquestrada e encenada de 2020, da China Central Television (CCTV). Isto porque esta potencializa alguns elementos sonoros importantes, além de suas qualidades visuais possibilitarem uma melhor análise da orquestra, da composição vocal, dos figurinos e do cenário (afinal, estes elementos também compõem parte importante na semiótica daquilo que quer se transmitir). Saliento que a CCTV é uma rede estatal, o que significa que sua performance está de acordo com as disposições da lei de 2017 e exprime, tanto pela música quanto pela

performance, o que o nacionalismo hegemônico queria que entendêssemos por "China" na data de sua publicação[3]. Consideraremos também a execução de "Marcha dos Voluntários" no filme "Filhos da Tempestade" para efeitos de comparação. A letra de Tian Han, readotada como oficial pelo governo chinês, é esta que segue:

> Levantem-se! / Pessoas que não querem ser escravas! / Com nossa carne e sangue vamos construir a nova Grande Muralha! / A nação chinesa atingiu seu momento mais perigoso, / A cada um vem o chamado urgente para a ação / Levante-se! / Levante-se! / Levante-se! / Somos milhões, mas só um coração, / enfrentando o fogo inimigo, avançar! / Enfrentando o fogo inimigo, avançar, avançar![4] (CHINA, 2017).

Um pacto de esquecimentos

O vídeo se inicia com a fala de um narrador em tom solene, devidamente trajado para um evento formal. Ao fundo, uma orquestra sinfônica começa a tocar, inicialmente em volume discreto, mas aumentando em intensidade e enaltecimento conforme o discurso se desenvolve: trata-se de uma homenagem aos combatentes da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), como fica claro pela menção ao Incidente de Xi'an[5], que permitiu a criação de uma frente única anti nipônica. Segundo o narrador:

> Os princípios e políticas corretos apresentados pelo Partido Comunista da China resolveram o incidente de Xi'an pacificamente. O fim da guerra civil de 10 anos contribuiu para o estabelecimento da frente única nacional

[3] A indicação para o vídeo mencionado se encontra no final do artigo.

[4] No original: "起来！/ 不愿做奴隶的人们! / 把我们的血肉，筑成我们新的长城 / 中华民族到了最 险的时候，/ 每个人被迫着发出最后的吼声。/ 起来！起来！起来！/ 我们万众一心，/ 冒着敌人的炮火，前进！/ 冒着敌人的炮火，前进！/ 前进！前进！进"！Tradução nossa.

[5] O Incidente de Xi'an foi uma crise política ocasionada pela detenção do líder do Kuomintang, Chiang Kai-Shek, por seus subordinados, como forma de pressioná-lo a cessar as hostilidades contra os comunistas para concentrarem seus esforços combinados contra a iminente invasão japonesa. Chiang, que até então adotara a máxima de Sun Yat-sen de "primeiro pacificar o interior, depois resistir à ameaça externa", acaba por concordar com a criação de uma frente única chinesa, e a Guerra Civil que já durava dez anos terá enfim um hiato. Hiato este encerrado em 1946, que culminará com os comunistas assegurando controle sobre a China continental (TAYLOR, 2009, pp. 29, 130-136).

> anti-japonesa, que mudou a situação, e vamos contar mais uma vez todos os feitos heróicos da Guerra de Resistência[6] (CCTV, 2020).

A fala acompanhada por um instrumental de fundo em Crescendo (como se fosse uma *ouverture* para a música que logo virá) é um "manual de instruções" de como querem que o hino seja lido, pois esta interpretação da CCTV religa a música com o seu propósito inicial: o filme "Filhos da Tempestade", do qual a música em questão surgiu, conta a história de um poeta que foge de Xangai durante a invasão japonesa, mas, eventualmente muda de ideia e volta para se juntar aos esforços de guerra ao lado de seus compatriotas chineses. Notemos aqui que, segundo a narração, a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) forçou uma trégua temporária entre Comunistas e Nacionalistas do Kuomintang, encerrando a Guerra Civil Chinesa (1927-1937) em prol da criação de uma frente única anti-japonesa. A menção ao Incidente de Xi'an (1936) exalta a condução correta do PCCh, cuja diplomacia teria permitido uma solução pacífica e sem mais derramamento de sangue chinês, afinal de contas, um mal muito maior se avizinhava.

É importante destacar que por mais que a historiografia concorde que a atuação do PCCh na resolução do incidente foi crucial – com destaque à centralidade de Zhou Enlai nas negociações (YOUWEI e BILLINGSLEY, 1998, pp. 291-293), não se pode negar que houve outros fatores que culminaram na resolução final deste episódio: cisões internas do Kuomintang, a crescente tensão em Xi'an do governante Zhang Xueliang com os espiões do Lixingshe (YOUWEI e BILLINGSLEY, 1998), e até mesmo o leque de ações e inações de Chiang Kai-shek também ajudaram a definir os contornos dos acontecimentos em Xi'an (TAYLOR, 2009, pp. 136-137). A fala inicial do

[6] No original: "中国共产党提出的正确方针政策使得西安事变得与和平解决。结束了10年内战,促成了抗日民族统一战线的建立,其为扭转时局的疏影让我们再一次向所有的抗战英雄事迹. Tradução nossa.

vídeo cria uma proposital simplificação dos eventos, pois, como todo nacionalismo prega, a história oficial opera não apenas a partir daquilo que se quer lembrar, mas também daquilo que se almeja esquecer; é provável que uma interpretação do Hino Nacional de Taiwan em Taipé também fosse adotar os mesmos procedimentos narrativos, mas com os papéis de destaque de Nacionalistas do Kuomintang e forças do PCCh trocados (ANDERSON, 2008, pp. 271-280).

Após a introdução do narrador, necessária para a contextualização do hino em seus propósitos memoriais, inicia-se a letra da música, que é cantada com uma alternância entre solistas, ensembles e coro em uníssono; estes cantores, com suas roupas rasgadas, maquiagem de sangue e sujeira que lembram os civis e soldados vistos calejados da guerra de "Filhos da Tempestade", estão encenando, acima de tudo. Em um tom contemplativo, quase declamatório, e sem qualquer instrumento que acompanhe as vozes, cria-se um paralelo irônico e involuntário em relação à época em que a letra de Tian Han fora banida dos eventos oficiais, e a execução da melodia ficava por conta somente da orquestra. Em 2020, com os instrumentos silenciados perante a letra de Tian Han, esquecemos-nos do poeta como *persona non grata*, morrendo em uma prisão em 1968[7]. Hinos, afinal, funcionam assim: musicalizam uma expressão do nacionalismo, que se lembra de alguns eventos à medida que se esquece de outros; condena uns, para depois perdoá-los e se auto perdoar no processo também.

Origens e disputas

Toda canção que pretende se fazer metonímia de um sentimento nacional, muitas vezes ainda em consolidação no momento da criação da música, precisa se

[7] Esta primeira execução do Hino mantém a mesma melodia de Nie Er, mas o enfoque é claramente na letra e na mensagem que ela quer passar.

conectar com as necessidades e os anseios da conjuntura política em que se insere; no caso de "Marcha dos Voluntários", tal trilha só foi concebida em hino porque conseguia traduzir uma expressão sobre o que os nacionalistas almejavam para "China moderna". O problema é que a criação de uma identidade nacional parte de desafios e incongruências com as limitações objetivas e materiais que o Estado e a sociedade apresentam: como conciliar uma China soberana, porém baseada em uma modernidade fortemente influenciada pelas forças ocidentais? Como não cair em uma contradição de ter um Partido Comunista (que hipoteticamente deveria ser internacionalista por definição) que atua em bases nacionalistas? O filme e a música vistos nos ajudam a responder essas perguntas:

> Por que o nacional é tão central para o cinema chinês? Colocado de forma simples, ideias sobre o nacional e o território moderno dos Estados-nação como conhecemos hoje chegou junto com os navios de guerra que forçaram o "livre comércio" na China nas guerras do ópio do século XIX. Tanto o nacional quanto o território moderno dos Estados nacionais eram parte de um pacote ocidental chamado "modernidade", assim como foi o cinema, que a seguiu logo em seguida. Da mesma forma que em qualquer outro lugar, quando os chineses captaram a enormidade da ameaça imperialista, eles perceberam que teriam que beber do ocidente para resistir ao ocidente. O Estado-nação foi um elemento chave para ser adotado, porque essa forma moderna de agência coletiva foi fundamental tanto para a participação do Estado-nação na ordem "Internacional" estabelecida pelos imperialistas, quanto para mobilizar resistência.[8] (BERRY e FARQUHAR, 2006, p. 2).

[8] No original: "Why is the national so central to Chinese cinemas? Put simply, ideas about the national and the modern territorial nation-state as we know them today arrived along with the warships that forced "free trade" on China in the mid-nineteenth-century opium wars. Both the national and the modern territorial nation-state were part of a Western package called modernity, as was cinema, which followed hot on their heels. Like elsewhere, when Chinese grasped the enormity of the imperialist threat they realized that they would have to take from the West in order to resist the West. The nation-state was a key element to be adopted, because this modern form of collective agency was fundamental both to participation as a nation-state in the "international" order established by the imperialists and to mobilizing resistance.". Tradução nossa.

Compreendemos assim mais facilmente como uma trilha sonora de filme conseguiu se tornar o Hino que representa a nação chinesa: ele assim o faz porque sua condição de criação dentro de um filme representava precisamente essa modernidade e esses paradoxos da construção nacional que, ao invés de serem negados em vão, deveriam ser abraçados pela nova China. Essa nova China proposta era autoconsciente de seus desafios, e sabia que uma construção socialista plena não surgiria a curto prazo sem superar primeiro uma fase "nacional popular" que pudesse se assegurar contra os imperialistas e ao mesmo tempo impedir que o discurso nacionalista fosse monopolizado pelas forças reacionárias (AMIN, 2021, p. 145).

Isso na prática significa reconhecer o potencial da retórica nacionalista e a adoção dos recursos pragmáticos da modernidade ocidental (o que inclui o cinema e a adoção de hinos nacionais à moda dos demais Estados-nação) como instrumentos de mobilização popular (BREUILLY, 1993, p. 240). Por isso não existe um oxímoro impeditivo em se ambicionar uma China revolucionária e popular surgida de um império decadente, ao mesmo tempo em que se prega no hino "construir uma nova Grande Muralha". Novo e velho, modernidade e tradição aqui se combinam, criando (ao menos no discurso) uma nação que respeita sua sua história e suas tradições, mas as ressiginifica em direção ao novo sentido nacional que se deseja criar.

Mais uma característica de "Marcha dos Voluntários" que a tornou adequada como hino deste projeto é o fato de que sua letra é cantada em língua vernacular (baihua), uma forma mais moderna e popular do idioma, em contraste com a maioria das músicas antes dela, que eram escritas em chinês clássico, comum à "alta literatura" dos tempos dinásticos (ANDERSON, 2008, pp. 107-126). Quanto aos aspectos musicais, a performance da CCTV priorizou vozes mais graves, pois se encaixam na proposta de marcha militar reforçada pelo compasso 2/4, e isso enfatiza potência vocal da coletividade, cuja força é amplificada pelo contraste da voz solo que

antecede o coro (CHI, 2007, p. 223)[9].

Ainda na performance da CCTV, outro elemento notório ocorre logo após o coro uníssono masculino e feminino, quando todos cantam "levante-se!" (Qilai!)[10]. Em cada uma das três vezes que se repete, forma-se uma melodia ascendente, com um acorde de sol maior com ré no baixo. Como aqui cantam em conjunto todos os solistas e coristas de antes com a adição de algumas vozes a mais, este acorde de tônica arpejado em uníssono por um conjunto de vozes cria um sentido de caminho percorrido e força.

Esta característica é significativa porque se une semântica com ethos musical: quando o hino ordena "levante-se" ao mesmo tempo em que aumenta a intensidade (acompanhado ainda de um Crescendo a cada repetição), a música se vale de um recurso de persuasão fortíssimo que, coletivamente, leva o executor comum não apenas a ser compelido a se levantar, como também a cantar o hino mais alto e com mais entusiasmo (CHI, 2007, pp. 222-223). Desta forma, cada "Qi" estacionado no mesmo tom da sílaba anterior potencializa a subida do "lai" que o segue, o que sedimenta na memória coletiva o "levante-se", tanto em termos físicos (do ato de se erguer) quanto no sentido de ir além. Esse elo do corpo com o aparato psicológico do ouvinte através dos elementos sonoros é o que torna esse hino tão poderoso, pois ele se transfigura em uma expressão historicizante da "China que viria a ser" (na época da criação da música) e da "China que triunfou" (na época da gravação do vídeo). Não por acaso, é justamente a partir de "Qilai!" que todos aqueles em cena passam a cantar em uníssono.

[9] O projeto nacionalista ilustrado pelo hino não adotou do ocidente somente a marcha militar no compasso indicado; uma série de outros recursos musicais também foram tomados de empréstimo; para efeitos de comparação, várias nações próximas, Tailândia, Japão, Bangladesh, Índia, Nepal, Butão e Camboja sequer utilizam a escala diatônica (CERULO, 1985, p. 108).

[10] Ocorre na marca de 01min03s do vídeo referido.

Contudo, é preciso fazer a ressalva de que a ideia de "triunfo" nesta narrativa nunca é uma condição inalterável; a própria letra já alerta: "A nação chinesa atingiu seu momento mais perigoso"; esta parte excepcionalmente polêmica da letra não foi aceita de imediato pelo Comitê dos Símbolos Nacionais pelo pessimismo que poderia trazer, e foi necessária uma intervenção pessoal de Zhou Enlai para mantê-la no hino, pois, segundo ele, seria importante para conscientizar a nação sobre a necessidade de vigia constante; os perigos, afinal, continuariam a existir, e o imperialismo estava sempre à espreita (LIAO et al., 2012, pp. 108-109). Assim, se o maior perigo da nação chinesa reside sempre no "agora", o alerta também deve estar sempre direcionado para o presente, retórica esta respaldada pelo próprio Mao em mais de uma ocasião, como podemos ver em um de seus discursos:

> O Incidente do Sul de Anghuei e a ordem do Conselho Militar de Tchuntchim, com data de 17 de Janeiro, não são pois mais que o início de toda uma série de incidentes. A ordem de 17 de Janeiro, em particular, reveste grave significado político. O facto de os autores dessa ordem contra-revolucionária terem ousado lançá-la em desafio à condenação universal, mostra o quanto estão decididos à ruptura completa e à capitulação total. Os representantes políticos dos grandes senhores de terras e da grande burguesia, classes débeis na China, não realizam sem os patrões mesmo as coisas mais insignificantes, como poderiam pois realizar coisas assim grandes que abalam o céu e a terra? Nas circunstâncias actuais parece bem difícil fazer voltar atrás os que emitiram essa ordem e, sem uma acção empreendida de urgência pela totalidade do povo e uma forte pressão diplomática no plano internacional, será provavelmente impossível chegar-se a tal resultado. Daí que a tarefa urgente imposta ao povo chinês seja a de seguir com a maior vigilância o curso dos acontecimentos e estar pronto a enfrentar qualquer eventualidade desastrosa precipitada pela reacção, sem permitir-se o mínimo relaxamento. Quanto ao futuro da China, é o que há de mais claro. (MAO, 1975, pp. 819-820)

Isto é interessante de notarmos porque enquanto vários hinos historicizam o perigo como algo episódico e pretérito[11], o único apelo ao passado efetivo no hino chinês é a menção à Grande Muralha, porque todas as suas outras atenções estão

[11] Os Hinos Nacionais de Andorra, Romênia, Polônia, Itália e até mesmo dos Estados Unidos são alguns exemplos notórios de hinos que situam seus inimigos como ameaça aglutinadora na nação, porém , como um capítulo de sua história (XING, 2003)

voltadas para o presente; e não importa se esse "presente" de 1949 é replicado em 2020, porque a China ainda passa por seu momento mais perigoso. Ora, atores vestidos de soldados no filme do qual se originou a "Marcha dos Voluntários" não são muito diferentes dos cantores maltrapilhos e ensanguentados na performance de 2020, desta forma, quando o perigo é sempre constante, a vigília nunca baixará a guarda: os filhos dos filhos da tempestade também hão de se molhar, e para isto precisam estar preparados e não baixar a guarda jamais.

Logo após, executa-se uma linha de clarim. Repetida três vezes, vai aumentando a intensidade, junto com uma melodia ascendente começando em Sol e terminando em Ré duas oitavas acima (em um procedimento bem parecido com o que acabamos de ver em "Qilai!") enquanto os cantores vão saindo do primeiro plano. Para além dos componentes já citados, o tema de clarim possui uma função ainda mais importante nessa interpretação da CCTV: ele marca a transição paradigmas, que reinicia a execução do hino e o toca de uma forma bem diferente. Isso é relevante porque esse limite marca um paralelo com a trilha original vista no filme "Filhos da tempestade": nele, o tema é tocado duas vezes, sendo uma no início e outra no final.

Contudo, enquanto a primeira execução serve apenas como trilha sonora que acompanha os créditos, a última é um som que tem uma participação ativa na cena, sendo cantado pelo protagonista e os demais coadjuvantes quando decidem resistir (ou levantar-se) contra os invasores nipônicos. Essas duas inserções de "Marcha dos Voluntários" indicam um desenvolvimento nevrálgico no entremeio: se em um primeiro momento a China que se deseja está apenas no plano das ideias (indicada pela música tocada de fundo, mas sem implicações no enredo), ela pode vir a se materializar a partir da ação individual e coletiva de cada chinês, pois agora, os próprios atores que cantam, o som é diegético e integra o desfecho do filme (CHI,

2007, p. 238).

O que a versão da CCTV faz é o caminho inverso: passa de uma dimensão "sensível"para uma dimensão "inteligível". Vemos isso pelo fato de a primeira execução ser feita sem harmonia adjacente (não há instrumentos) e das roupas sujas dos cantores aludirem à história da guerra, como se ela estivesse em curso (da mesma maneira que a cena diegética de Filhos da Tempestade faz). Contudo, logo após o clarim, a melodia toda se reinicia, porém agora dispondo de uma orquestra completa, com conjuntos de cordas, sopro, percussão e maestro, além de um coral muito mais extenso e em trajes de gala. Foi realizado um salto temporal para o presente, e o elemento que liga essas duas temporalidades é precisamente a marcha que, hoje institucionalizada, é celebrada como hino nacional de um país que (supostamente) se fundou a partir da guerra hoje rememorada.

Portanto, esse caminho inverso passando do meio físico (marcha de guerra) para o extradiegético (Hino Nacional) fecha um ciclo iniciado em Filhos da Tempestade, imortalizando uma criação sonora em um patrimônio emblemático e imaterial, que simultaneamente produziu e foi produzido por uma China que se formava e hoje celebra seus mitos do passado.

Conclusão

Este limitado trabalho teve como objetivo analisar uma interpretação específica do Hino Nacional da República Popular da China para ver se sua crítica conferiria algum substrato mais material aos estudos sobre o nacionalismo na região. Infelizmente, dadas as limitações técnicas e de escopo deste presente artigo, não podemos concluir que a análise de "Marcha dos Voluntários" configure metonímia exemplar para todos os estudos de nacionalismos possíveis, tampouco que toda interpretação de Hinos Nacionais possa conferir tais informações que buscamos.

Dito isso, considero que no caso específico chinês, a análise do Hino Nacional conferiu uma grande palpabilidade no que concerne ao seu fenômeno nacional, uma vez que pudemos perceber qual a "lente de interpretação oficial", concebida pelo narrador no início do vídeo, bem com alguns recursos estilísticos que voluntariamente ou não, fizeram paralelos interessantes com o filme do qual a música se originou. Isso tudo mostra um senso de continuidade peculiar, que religa sua modernidade, suas técnicas musicais ocidentais e sua indústria cinematográfica com o seu passado, ambos caminhando juntos dentro de uma óptica nacional em direção a um futuro onde as fardas dão lugar aos trajes de gala e vozes em coral potente e uníssono. O futuro da China, segundo a representação da CCTV, é brilhante; sempre haverá algum perigo no caminho, o imperialismo e os inimigos (na falta de japoneses, alguns outros tão abstratos quanto possível) estarão sempre à espreita, mas isso não é problema para uma nação que se vangloria de ter sido moldada na adversidade, afinal, para cada tempestade, uma nova Grande Muralha se levantará.

Fontes utilizadas

CCTV中国中央电视台. Wang Kai presta homenagem aos heróis da Guerra Antijaponesa "A Marcha dos Voluntários" mostra o poder do renascimento nacional | CCTV "Heróis em Cartaz" (王凯向抗战英雄致敬《义勇军进行曲》展现民族复兴力量 | CCTV「海报里的英雄). 2020. (2min27s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Y-TG3t8c4M&list=WL&index=23>. Acesso em 10. set. 2021.

FILHOS da Tempestade (风云儿女). Direção de Xu Xingzhi. Xangai: Diantong Film Company, 1935. (130 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nu9eRN4nKYo>. Acesso em 10. set. 2021.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. **O Eurocentrismo: Crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERRY, Chris e FARQUHAR, Mary Ann. **China on screen: Cinema and nation**. New York: Columbia University Press, 2006.

BREUILLY, John. **Nationalism and the State**. Manchester: Manchester University Press, 1993.

CERULO, Karen A. **Social solidarity and its effects on musical communication: an empirical analysis of national anthems**. Princeton: Princeton University, 1985.

CHI, Robert. "The March of the Volunteers": From Movie Theme Song to National Anthem. In: LEE, Ching Kwan & YANG, Guobin (ed.). **Re-envisioning the Chinese Revolution: the politics and poetics of collective memories in reform China**. Washington DC: Woodrow Wilson Center Press, 2007.

CHINA, República Popular da. **A lei do hino nacional está chegando! A pontuação padrão do hino nacional e a versão oficial da gravação do hino nacional estarão sujeitas ao site do governo chinês (2017) (国歌法要来了!国歌**标准曲谱和国歌官方录音版本**,要以中国政府网**为准**)**. Disponível em <http://www.gov.cn/xinwen/2017-06/22/content_5204586.htm>. Acesso em 10. set. 2021.

CHINA, República Popular da. **Constituição (1982)**. Disponível em <http://www.npc.gov.cn/npc/c505/201803/e87e5cd7c1ce46ef866f4ec8e2d709ea.shtml>.

Acesso em 10. set. 2021.

CHINA, República Popular da. **Lei do Hino Nacional da República Popular da China (2017) (中**华人民共和国国歌法**)**. Disponível em <http://www.gov.cn/guoqing/2017-09/04/content_5222515.htm>. Acesso em 10. set. 2021.

CORBETT, Jack. **Territory, islandness, and the secessionist imaginary: Why do very small communities favour autonomy over integration?**. Nations and Nationalism, v. 26, n. 4, p. 1087-1103, 2020.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KELEN, Christopher. **Anthem quality: National songs - a theoretical survey**. Bristol: Intellect, 2014.

LIAO, Tim F.; ZHANG, Gehui; ZHANG, Libin. **Social foundations of national anthems: Theorizing for a better understanding of the changing fate of the national anthem of China**. Journal for the theory of social behaviour, v. 42, n. 1, p. 106-127, 2012.

MAO Tsetung. **Obras escolhidas – Tomo II**. Pequim: Edições em línguas estrangeiras, 1975.

SMITH, Anthony D. **National Identity**. London: Penguin Books, 1999.

TAYLOR, Jay. **The Generalissimo: Chiang Kai-shek and the struggle for modern China**. Cambridge: Belknap press of Harvard University Press, 2009.

XING Hang (ed.). **Encyclopedia of National Anthems**. Lanham: Scarecrow Press, 2003.

YOUWEI Xu; BILLINGSLEY, Philip. **Behind the Scenes of the Xi'an Incident: The Case of the Lixingshe**. The China Quarterly, v. 154, p. 283-307, 1998.

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e a concessão de dotes às moças órfãs e pobres no século XIX

Ana Caroline Silva Caldas*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v11i1p104-128

Resumo: A Santa Casa de Misericórdia, criada em 1498 na cidade de Lisboa, foi responsável no cuidado dos vulneráveis, envolvendo significativa parcela da população. As práticas caritativas possibilitaram a assistência em diversas esferas, como a hospitalar, funerária e financeira. Dentre as atividades, a Santa Casa se destacou na proteção de mulheres com a criação de recolhimentos femininos e Casas, tornando-se uma prática além das fronteiras portuguesas. Com a expansão para as colônias e Ultramar, em São Luís do Maranhão a Misericórdia remonta ao período colonial, possuindo maior relevância para a sociedade a partir do século XIX, momento da fundação da Casa dos Expostos, destinada a acolher recém-nascidos e crianças abandonadas ou entregues à instituição, oferecendo educação a ambos os sexos e a possibilidade do dote caso as mulheres fossem ao altar. Dessa forma, o presente artigo versa sobre a concessão de dotes na instituição da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, utilizando como fontes os jornais do século XIX, disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital, possibilitando analisar as problemáticas referentes à significância do dote em São Luís, o fardo para a irmandade em cuidar das expostas e o contato com o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Conectados, esses fatores tornavam a situação das mulheres pobres à mercê do casamento ou trabalho, visto que a busca para saírem dotadas dos estabelecimentos possuía prazo de validade.

Palavras-chave: Dotes; Maranhão; Santa Casa de Misericórdia; Século XIX.

* Graduação em História (Licenciatura). Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Educação do Maranhão (NUPEGEM). Contato: anacaroline233@gmail.com

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e a concessão de dotes às moças órfãs e pobres no século XIX

Uma introdução à prática dotal nas Santas Casas

A prática de dotar mulheres para o casamento na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi trazida dos costumes e práticas de Portugal, origem da primeira Misericórdia. A menção a "Casa-mãe", isto é, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, se torna necessária à medida que a proteção às mulheres, em especial as consideradas vulneráveis na sociedade (órfãs e pobres), foram alvos da caridade pela Instituição desde a época moderna.

Durante a Idade Moderna, o prestígio da mulher se media através de comportamentos e julgamentos da comunidade, de modo a associar a honra feminina às condutas pré-estabelecidas que giravam em torno da vergonha e timidez (ARAÚJO 2008a, p.3). Entre as solteiras, manter a honra significou obediência, submissão e contatos mínimos com o sexo masculino. Era preferível que elas fossem a conventos ou recolhimentos femininos à espera do casamento, ou que se tornassem freiras. Segundo Araújo (2005, p. 117), a preocupação com as mulheres, especialmente a defesa da honra feminina, cresceu na sociedade pós-trento[1], com destaque às órfãs e pobres, consideradas à mercê do perigo devido a ausência do pai e/ou por trabalharem em locais pouco seguros.

Instituições para o controle do corpo e mente da mulher surgiram em toda a Europa após o Concílio de Trento. Em Portugal, a Santa Casa de Misericórdia, criada em 1498 pela rainha D. Leonor, foi responsável por criar estes espaços, destinados à vida em clausura ou à distribuição de dotes de casamentos para órfãs. Segundo

[1] O Concílio de Trento (1545-1563) foi responsável pela institucionalização da chamada Europa Católica. No que concerne a situação das mulheres, foi após o Concílio que os recolhimentos e mosteiros aumentaram, com imposições que se basearam na vida em clausura, rigor e disciplina.

Araújo (2008a, p.4), os recolhimentos destinados às mulheres consideradas "virtuosas", fundados pelas Misericórdias ou cedidos à irmandade por homens preocupados com a conduta moral, foram destinados em especial àquelas desprovidas do amparo paterno, consideradas mais suscetíveis a "perderem-se". Dessa forma, recolher essas meninas e mulheres tornava-se crucial para o mercado matrimonial, cabendo ao dote o aumento de seu valor. Estabelecendo como ponto central o casamento, nestes recolhimentos as mulheres eram ensinadas a ser boas esposas, além de aprender trabalhos voltados ao ambiente doméstico e a devoção a Deus. Além das jovens desvalidas, em Misericórdias como em Braga e Goa, houve a criação de recolhimentos para mulheres consideradas "perdidas", ou seja, mulheres que realizaram o ato sexual antes do casamento. As recolhidas deveriam se arrepender de seus pecados, trabalhar e morar nos recolhimentos femininos.

As chances de atrair um homem para o casamento, caso não houvesse nenhum vintém, seriam mínimas. Assim, para atrair candidatos, os dotes foram os fins que justificaram os meios durante o período colonial e imperial brasileiro, pois manter o *status* familiar era considerado de suma importância para garantir privilégios e alianças entre as famílias no topo da hierarquia social, bem como diferentes implicações para os sujeitos. Aos homens brasileiros ou portugueses, o dote trouxe benefícios referentes à ascensão social e independência financeira, uma vez que o marido administrava os bens da esposa. Além disso, caso o filho casasse com uma moça dotada, uma aliança era estabelecida com a noiva e sua família. Inversamente, ao casar uma filha, os pais automaticamente ganhavam um genro, trazendo um homem adulto que poderia assumir o lugar do pai que estava ausente ou havia falecido. Homens jovens também poderiam se casar com viúvas, pois estas deveriam ter um homem para resguardar seus bens. Logo, a figura masculina foi

crucial para garantir a proteção financeira da mulher e proporcionar aos homens oportunidades para usufruírem descaradamente – caso desejassem –, como o pagamento de dívidas e até mesmo contrair novas. Porém, no caso de transferência de bens, era necessário o consentimento da esposa (NAZZARI, 2001, p. 60-61).

Considerando o significado do dote para as elites como forma de manutenção da hierarquia e ascensão social entre famílias, para as moças pobres, o dote foi visto como forma de melhorar sua condição social que, segundo Araújo (2008b, p.63), "normalmente a viverem com mães velhas, doentes e incapazes de as vigiarem, as órfãs transformavam-se em alvos de caridade e dotar estas jovens passou a ser corrente em muitas Santas Casas". O casamento para mulheres desvalidas poderia significar o início de uma nova vida, uma vez que poderiam se retirar da casa de seus familiares.

> A protecção às mulheres preencheu uma parte significativa das práticas das Misericórdias, não somente nas dádivas de roupa, dinheiro, géneros, mas também no acesso a outros serviços de caridade. Algumas administravam recolhimentos, "guardando mulheres" até ao momento do matrimónio, distribuindo dotes às internadas e a outras que se mantinham em casas de familiares, mas a maioria destas confrarias não possuía instituições de reclusão, desenvolvendo, em alguns casos, uma intensa actividade distribuidora de dotes de casamento (ARAÚJO, 2010, p. 368-369).

Durante o século XIX, a salvação da alma causou grande impacto sobre a vida das famílias. Segundo os ensinamentos religiosos, os atos caritativos foram uma das formas de salvação. Portanto, homens e mulheres nobres não pouparam esforços em doar quantias consideráveis para garantir seus lugares no céu (ARAÚJO, 2008a, p.6). A distribuição de dotes se concretizou como prática caritativa feita por doadores chamados legatários, que destinaram a administração de seu legado/doação à Santa

Casa de Misericórdia após a morte, devendo ser cumprida de acordo com os critérios do falecido. Os dotes que constavam nos legados deveriam ser distribuídos em determinado valor ou às jovens escolhidas[2].

Para que conseguissem um dote, as mulheres deveriam seguir as condições estipuladas pela irmandade, que variavam de acordo com cada região. Eram comuns nas Misericórdias a exigência da reputação da mulher, que deveria manter conduta exemplar caso desejasse ter um dote, ou seja, deveria ser virgem.

> A honra sexual de uma mulher não era assunto apenas seu, dizia respeito a toda a família e mesmo aos amigos. A sua importância estava directamente associada ao prestígio familiar e à honra dos seus homens que a deviam guardar. A perda da virgindade de uma filha manchava a honra da família e afectava duramente o seu crédito na comunidade. Era, por conseguinte, necessário manter as mulheres jovens sob observação constante para que não se perdessem e denegrissem a honra. Neste sentido, a mulher era considerada a depositária da honra familiar, ou seja, do seu bom nome e crédito na localidade (ARAÚJO, 2010, p. 371).

Portanto, a exposição feminina ao trabalho foi considerada perigosa, sendo preferível que a mulher vivesse à espera do matrimônio em seu lar ou em recolhimentos, pois o sexo feminino deveria ter docilidade, bondade e obediência. Assumindo essas características, deduzia-se que era boa filha e, consequentemente, exerceria com louvor o trabalho materno e conjugal. Caso a mulher rompesse seu *status* de mulher ideal, isto é, "perdesse" sua virgindade, ela deveria imediatamente se casar, incluindo neste caso um vantajoso dote para despertar o interesse masculino no matrimônio.

Em algumas Misericórdias portuguesas, a inscrição de candidatas era feita por meio de publicações em editais nas portas das igrejas da instituição ou anunciada no

[2] Não era raro que a irmandade também "escolhesse" suas candidatas, como filhas de irmãos ou serviçais.

púlpito. Em outras, não existia divulgação, pois a candidatura era feita ao longo do ano, encerrando-se em maio. Com o lançamento, as candidatas deveriam expor informações pessoais, tais como: paternidade, residência, naturalidade, idade, pobreza e situação que se encontrava. Após o recebimento das petições e posterior análise, os irmãos se dirigiam pessoalmente para o local de residência da candidata, a fim de colher informações e vê-la para a avaliação física. Durante a investigação sobre a candidata, caso descobrissem algo desfavorável, como boatos ou fofocas, havia o risco de perder a vaga (ARAUJO, 2010, p. 375).

Realizada a seleção, o próximo passo se daria em conseguir o pretendente, que seria escolhido pela família da mulher dotada. .Feita a seleção do noivo[3], as moças pediam autorização à Santa Casa para noivar e depois se casar. É característica a presença da Misericórdia na autorização dos casamentos, pois o seu aval garantiria o reconhecimento da união e o recebimento do dote.

> As Misericórdias assumiam [...] o lugar da família, ou melhor dito do pai, a quem era necessário pedir autorização para "conversar" e posteriormente a mão da filha. O casamento fazia-se geralmente na igreja da Santa Casa e, em muitas confrarias, escolhia-se o dia de Santa Isabel, data comemorativa da padroeira, para a sua realização. Associava-se a festa da Casa à cerimónia dos casamentos, numa manifestação de júbilo para toda a confraria. Também neste momento, a instituição vigiava e zelava para que o acto fosse realizado dentro dos padrões estabelecidos e com a dignidade exigida (ARAÚJO, 2010, p. 378).

O pagamento era realizado após o casamento ao marido ou alguém de confiança. Geralmente, o recebimento do dote poderia ser um processo demorado,

[3] Vale ressaltar que grande parte das mulheres desconhecia seu pretendente, pois segundo os preceitos da época, o convívio entre marido e esposa desenvolveria sentimentos mútuos, como o amor. Porém, houve candidatas que desenvolveram relações afetivas antes da candidatura ou depois, assim não esperavam por anos.

pois ao longo da história das Misericórdias, foram recorrentes os endividamentos e crises administrativas, assim os pagamentos poderiam sofrer atrasos de anos. Os dotes concedidos pela instituição, além de proporcionar benefícios para os recém-casados, que incluíam a soma em dinheiro e a respeitabilidade na comunidade, permitia que a Santa Casa de Misericórdia crescesse em prestígio à medida que ajudava as moças pobres e desvalidas contra os vícios da perdição.

O trabalho das Misericórdias portuguesas em dotar mulheres logo espalhou-se para as colônias. No Brasil, o costume data do século XVI, comum entre as famílias abastadas brasileiras. Para Nazzari, (2001, p.19) o dote pode ser compreendido em duas formas:

> No primeiro, o dote é visto do ponto de vista de quem o concede e definido como os bens que pais, ou outros parentes ou não parentes, concedem a uma mulher por ocasião do casamento [..] No segundo sentido, o dote é visto do ponto de vista de seus beneficiários, o casal de conjugues, e é definido como os bens que uma mulher leva consigo para a sociedade conjugal.nesse sentido, o 'dote' pode ser o dote que uma noiva recebe de seus pais, bens que herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou bens que herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou bens que possui como viúva e eleva consigo ao casar-se novamente (NAZZARI, 2001, p. 19).

Mas em que consistia o dote? Baseando-se na obra de Muriel Nazzari *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900,* a classificação se define em bens de produção e consumo. Os bens de produção, como terras, gado, plantações de trigo e pessoas escravizadas foram comuns antes do século XIX, possibilitando ao casal a expansão da economia familiar. Para o consumo, comuns nos séculos XVIII e XIX, continham enxovais, joias, móveis e dinheiro. Seja para produção ou consumo das famílias abastadas, o dote beneficiava diretamente os homens que se valiam deste para ascender socialmente e/ou

financeiramente. Entre moças pobres, os dotes em dinheiro e alimentos foram concedidos através de instituições de caridade.

Em São Luís do Maranhão, durante o século XIX, o estabelecimento do dote como forma de resguardar mulheres pobres e órfãs da cidade dos "perigos do mundo" encontrou na Santa Casa de Misericórdia sua realização. Estabelecidas na Casa dos Expostos, às mulheres sob os cuidados da irmandade foi assegurado, além da educação, o dote de casamento. Para além da Casa, a irmandade estabeleceu contato com o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, responsável por receber as expostas sustentadas pela Misericórdia. Todavia, durante o Oitocentos, surgem obstáculos para a efetivação do matrimônio, a saber, as exigências masculinas e a saída do estabelecimento caso atingissem o limite de idade ou tempo na Casa e Recolhimento.

Considerando a imprensa como principal veículo formador de concepções, imaginários e ideias, foi possível analisar as peculiaridades da sociedade ludovicense que culminaram na escassa falta de casamentos pela Misericórdia, que apontam o imaginário masculino sobre as mulheres, o dote e a precariedade no estabelecimento, causados por má administração e falta de doações em decorrência de escândalos. Ademais, o compromisso com a assistência aos sujeitos abandonados(as) na sociedade, e neste caso, as mulheres expostas, dois caminhos foram traçados: casamento ou trabalho, ambos com percalços e distintas implicações a longo prazo.

Caridade em pauta: assistência às crianças e jovens na Casa dos Expostos

Ana Caroline SIlva Caldas

A Santa Casa de Misericórdia no Maranhão foi uma importante instituição para a sociedade maranhense. Fundada possivelmente em 1623, argumento embasado por Mário Meireles ao realizar o levantamento sobre a história da instituição, no qual alega que a real data de sua fundação foi perdida, bem como o início de sua história. Somente a partir da década de 1770 os registros sobre a irmandade foram preservados.

Sabe-se que, de início, a Irmandade sofreu dificuldades.

> No que diz respeito ao início da influência da Misericórdia em São Luís, César Marques afirma que pelos idos de 1623, provável momento de sua fundação, a instituição estava bastante aquém do cumprimento de seus deveres caritativos, devido à escassez de recursos. Ainda segundo o mesmo autor, essa irmandade ficou esquecida durante muito tempo na igreja de Santana, tendo seu respaldo perante a sociedade ludovicense aumentado principalmente a partir de 1830, momento da transferência da sede da associação para a igreja de São Pantaleão (COE, 2008, p.55).

No final do século XVIII e início do XIX, a Santa Casa detinha igrejas, hospitais, cemitérios e recolhimentos para crianças e mulheres. Dentre os principais estabelecimentos havia a Igreja de São Pantaleão, Hospital da Caridade, Hospital dos Lázaros e Casa Expostos. À medida que expandia seus domínios na cidade, notadamente durante o século XIX, a irmandade passou a sofrer com a falta de recursos em seus estabelecimentos devido a má administração, dívidas e desvio de recurso para uso pessoal.

Responsável no cuidado de recém-nascidos, crianças e mulheres órfãs e pobres, a Casa dos Expostos oferecia moradia, alimentação e educação aos abandonados. Criada em 15 de agosto de 1827 em parte da Igreja de São Pantaleão, o pedido do Coronel da Guarda Nacional Izidorio Rodrigues Pereira, falecido em 17 de agosto de 1825, que dispunha de 2:000$000 réis para a fundação de uma casa que

acolhesse órfãos e pobres foi atendido. No auxílio aos recém-nascidos, a Santa Casa contatou amas de leite para que suprissem os bebês com leite materno. Em 26 de novembro 1828 há registros sobre a chamada para essas mulheres no jornal *Minerva: Folha Política, Litteraria, e Commercial*, cujo procurador Antonio Dias de Araujo Guimarães torna conhecido aos leitores o funcionamento da chamada Casa da Roda[4] para receber os expostos, enfatizando que os senhores que possuíam amas de leite se dirigissem ao inspetor do Hospital da Santa Casa, Manoel Antonio Rodrigues Valle, para que ajustassem o salário mensal.

Nos cuidados às crianças do estabelecimento, aos meninos com idades de 11 a 14 anos, já beirando a pré-adolescência, deveriam ser enviados para a Companhia de Aprendizes e Marinheiros ou Casa de Educandos e Artífices[5], responsáveis por preparar o sexo masculino para o mercado de trabalho. O destino das meninas no estabelecimento beirava sua permanência até a fase adulta, onde deveriam sair por volta dos 21 anos, preferencialmente casadas e dotadas. Na Casa, foram ensinadas as moças as primeiras letras, a doutrina cristã (esta para ambos os sexos), a costura e o trabalho doméstico.

Com o intuito de sanar as despesas realizadas pela Santa Casa, as loterias foram responsáveis por destinar parte do dinheiro aos cuidados dos expostos. Por decreto, em 15 de maio de 1820, foi concedida pela Provisão da Mesa do Desembargo do Paço à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão uma loteria com duração de dez anos, sendo destinados 12% dos lucros para a Casa dos Expostos (Minerva: Folha

[4] Casa ou Roda dos Expostos foi um dispositivo de madeira fixado na janela ou porta da irmandade no qual depositavam-se os recém-nascidos.
[5] Na Casa foram ensinadas as primeiras letras e a língua francesa, e havia também aulas de música, de ciência e oficinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro, serralheiro, ferreiro, etc.

Política, Litteraria, e Commecial, 1829, p.323). Em tese, a irmandade beneficiaria mutuamente aqueles compradores/ganhadores e os expostos(as).

No entanto, as tentativas de angariar fundos não amenizaram a situação, que comumente consistia em péssimas condições habitacionais e sanitárias. A mortalidade entre as crianças acometeu a metade dos residentes que, além da insuficiência de espaço, (eles frequentemente dormiam no mesmo quarto ou sala), havia a falta de ventilação na casa, comprometendo a respiração de seus residentes. No ano de 1844, a Câmara Municipal alertou a Santa Casa para a necessidade da transferência dos expostos para outro edifício, devido ao calor que o pio estabelecimento causava, considerado uma das causas para a mortalidade. Já em 1870, o atendimento ainda deixava a desejar:

> A casa dos expostos, à cargo da Santa Casa, mediante uma pequena subvenção da provincia, está longe de atingir o fim de sua instituição. O systema de educação interna é imperfeito à carencia de aulas regulares para ambos os sexos; e a criação externa, sem vantagem às amas, que della se encarregão, e sem fiscalização possivel, lega aos poucos expostos, que escapão, uma existencia mórbida (Almanack Administrativo da Província do Maranhão, 1870, p. 134).

O reflexo da precariedade nos serviços assistenciais da instituição se deveu às políticas internas. Fazer parte da Misericórdia em São Luís foi privilégio de poucos, uma vez que os irmãos deveriam possuir fazendas, ser alfabetizados, não ser pobres, escravos ou ex-escravos. Ao cumprir as exigências, para oficializar o aceite, “além das joias pagas [...] havia diversos outros encargos a serem cumpridos, como o pagamento de anuidades e contribuições mensais variáveis” (ROCHA, 2014, p. 15). O intuito de categorizar a procedência destes homens evitaria possíveis desvios de verbas à medida que os próprios membros cooperavam na reforma e manutenção dos estabelecimentos e pagamentos de funcionários.

Todavia, ao transformar a irmandade no reflexo da sociedade, não tardou para que iniciassem disputas internas entre as elites locais pelo controle dos bens patrimoniais e estabelecimentos da irmandade. No decorrer do Oitocentos, as obrigações da irmandade para o auxílio aos desvalidos(as) geraram conflitos com as autoridades, sendo necessária, a partir de 1840, a nomeação do presidente da província como o Provedor da Misericórdia, o maior cargo da irmandade. Em 1850, as intervenções tornaram-se evidentes devido às mudanças na legislação do Império, que segundo Coe (2013, p.46),

> [tais mudanças,] conforme apontam as fontes, era [preciso] diminuir as influências meramente políticas nas decisões tomadas pela Misericórdia, ficando as discussões relacionadas à assistência proporcionada pela Misericórdia em segundo plano. Também fica claro que a oportunidade foi criada para que o presidente da província pudesse participar de forma mais efetiva na destinação de recursos e manutenção de vasto patrimônio acumulado pela instituição ao longo de séculos de existência.

As principais causas para a mudança ocorreram em decorrência das disputas entre as facções políticas na Santa Casa, cabendo à figura do presidente-provedor apaziguar esses conflitos. Além disso, os irmãos da irmandade, principalmente durante a segunda metade do século XIX acumularam dívidas que não foram sanadas em novas gestões. O resultado dos equívocos custou caro. A Misericórdia do Maranhão aos poucos perdia a credibilidade na cidade, diminuindo as doações e aumentando as crises no interior e exterior da irmandade.

"É costume antiquíssimo, dar-lhe um dote": a concessão de dotes na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão

Em 12 de julho de 1886, o breve trecho publicado pelo jornal *A Pacotilha* conta a respeito de um homem desafortunado. Sem dinheiro em decorrência de dívidas, seu

amigo encontra a solução: o casamento com a prima, pois a parente possui um "bello dote". Ao avaliar o físico de sua possível pretendente, o homem falido a reprova ao comparar seu corpo a uma madeira fina, logo, acredita que não valeria submeter-se a tamanho ato. Porém, seu amigo, não satisfeito, insiste em fazê-lo aceitar ao dizer que o casamento é sua única salvação. A ênfase nos atributos físicos das jovens durante o século XIX compõe os registros encontrados nos jornais maranhenses, tornando a mulher objeto suscetível de boas ou más escolhas, especialmente na esfera privada. Na corrida matrimonial, nas ditas "qualidades" da mulher, a beleza era um fator posto em xeque.

As possibilidades da jovem maranhense para conseguir um pretendente caso sua beleza despertasse atenção poderiam ser altas. A alusão aos atributos físicos femininos é recorrente no jornal *Publicador Maranhense* entre os anos de 1843, 1844 e 1878, quando um dilema é estabelecido: se, por um lado, o dote e a estética foram importantes aliados para o casamento, do outro, às mulheres belas – comumente associadas a traços europeus – que não possuíam dote, aos olhos masculinos, não seriam boas pretendentes. Este caso é perceptível no noticiário do referido jornal em 1878, que discorre sobre a situação de Mlle. X, uma jovem de cabelos loiros, olhos castanhos escuros e voz lírica que, apesar de suas características magníficas, não possuía dote, logo, sua mãe lhe dizia: "Todos estão promptos a offerecer-lhe o braço e ninguém lhe offerece a mão!"

Em Portugal, as características físicas também definiram a situação das mulheres órfãs e pobres. A Santa Casa de Misericórdia, principal instituição à qual recorriam as desvalidas na concessão de dotes, fazia avaliações físicas sob os olhares atentos dos irmãos. O ato de observar se tornou crucial para as chances da seleção, pois, no senso comum da época, a beleza se tornou a porta de entrada para a

perdição dos homens, uma vez que uma bela mulher despertava a luxúria, um dos pecados ante a Igreja Católica. Cientes do "perigo", para os membros da Misericórdia, a soma da beleza, trajes, modos e idade por vezes pesou a balança e a tornou desigual.

De fato, para aquelas desprovidas de beleza extraordinária, alternativas inusitadas foram encontradas por mulheres que não mediram esforços para sair da pobreza e desamparo. Na cidade portuguesa Viseu, um acontecimento peculiar e não esperado realizado por uma jovem de vinte e dois anos causou rumores na metrópole e província. Sendo uma "donzella [...], com todas as prendas, própria para ser boa esposa" (PUBLICADOR MARANHENSE, 24.08.1877, p.1), a moça desejava se casar depressa, pois temia que sua situação agravasse devido ao estado de pobreza e recém morte de sua senhora, que a acolheu desde os três anos. Destemida, ela detinha um dote de oito mil cruzados, publicado originalmente no *Jornal de Vizeu*, o qual estabeleceu aos interessados as seguintes regras:

1. Os pretendentes deveriam comprar um bilhete na loteria designada, com valor de 400 réis;

2. Acumulado oito mil inscrições, o valor seria creditado no Banco Agrícola e Industrial Viziense por um provedor da Santa Casa de Misericórdia ou do próprio governador da cidade;

3. Assim que o valor fosse creditado, em uma data premeditada e com a presença do juiz de direito, delegado, provedor da Misericórdia, presidente do asilo

Viziense e governador, seria realizada a “loteria do casamento”. O sorteado, caso se casasse, receberia metade do valor oferecido pela jovem.

Apesar das dúvidas que o jornal suscita sobre o interesse na proposta da jovem, desqualificando a seriedade da situação, um ponto chama a atenção: a presença da Misericórdia que, como mencionado, se torna significativa na esfera matrimonial como umas das principais testemunhas e pagadoras do dote. Em Portugal, as Santas Casas foram responsáveis por garantir o casamento às mulheres pobres e órfãs, a quem administraram recolhimentos destinados às mulheres, no geral financiado com legados e heranças de mulheres que se sensibilizaram com a situação das órfãs. Os perfis vistos como elegíveis para os recolhimentos se caracterizaram por jovens que conviviam com mães idosas e doentes. Os recolhimentos femininos garantiram esperança e promessas às desamparadas, se tornando um meio para escapar da pobreza. Porém, conseguir o almejado dote pela Santa Casa seria uma tarefa difícil.

Ser uma possível candidata da Misericórdia era estar disposta a aceitar a minuciosa inspeção sobre sua vida, a exemplo da Santa Casa em Portel, que se iniciava ao realizar a candidatura, feita a Mesa com a certidão do juiz dos órfãos e batismo para comprovar sua idade entre 14 e 30 anos. Entregue a petição, a jovem deveria informar sobre sua origem, residência, idade, situação em que se encontrava e o consentimento para a investigação da irmandade sobre a legitimidade das informações. Responsabilidade dos irmãos, a investigação consistia em ir pessoalmente ao local de residência, conversar com vizinhos e com a própria candidata para avaliar sua conduta na vila. Caso fosse aprovada, o dote tinha validade de 12 anos. As normas estabelecidas pela Misericórdia de Portel não eram seguidas pelas demais Santas Casas, cabendo à irmandade de cada local formular suas

próprias regras. Por essa razão, algumas candidatas entraram no concurso bem jovens, tanto como estratégia para demonstrar aos irmãos a vontade de ser dotada e analisada anualmente, quanto esperar ser premiada, mesmo que isso implicasse em não contrair matrimônio (ARAÚJO, 2010, p. 372-3)

Em algumas Misericórdias, a escolha da beneficiária poderia seguir por duas vias: a votação ou realização de sorteios, geralmente feitos por uma criança para garantir imparcialidade. Com rigor e seriedade, não foram raras as disputas entre mulheres para facilitar a garantia de ser escolhida, bem como as denúncias sobre a "má conduta":

> [caso fossem] vistas acompanhadas por homens, nas festas, nas desfolhadas, nas romarias, nas ruas ou nos caminhos, não eram beneficiados. As que se mostravam amigas de conversas eram normalmente sujeitas a maiores averiguações, porque sobre elas recaíam suspeitas de serem inclinadas a conversas com homens e falta de recato. Por vezes, concluía-se que essa característica apenas servia para ser dotada, porque a jovem se poderia perder mais facilmente, mas nada a denegria até ao momento. Também a jovialidade e a alegria não eram razões para descanso. Os irmãos defendiam que estas características podiam contribuir para o descaminho e, por isso, suportavam o seu merecimento pela facilidade com que se poderiam perder (ARAÚJO, 2010, p. 376).

Como visto, possuir um dote não foi sinônimo de casamento. Assim como em Portugal, a Misericórdia em São Luís enfrentava dificuldades para realizar o casamento de suas dotadas, residentes na Casa dos Expostos. Em 1859, a instituição, apesar de casar uma exposta, teve "sete a oito meninas em circunstância de tomar estado, sem que a mesa saiba o destino que lhes ha de dar" (PUBLICADOR MARANHENSE, 10.05.1859, p.2), visto que os casamentos, durante essa época, foram raros para essas jovens na região. As moças pobres e órfãs que estavam à espera do

matrimônio foram designadas a costurar as roupas dos hospitais da irmandade. Ser uma desvalida em uma das instituições caritativas mais importantes da cidade de São Luís não foi o suficiente para despertar o interesse dos homens, valendo a Misericórdia da mão de obra feminina para sanar os custos.

A partir de 1860 foi estabelecida uma comissão que destinava para as casas de famílias as chamadas “expostas maiores”, ou seja, as mulheres que residiam por um longo período no estabelecimento. Considerando um acréscimo às despesas, a Misericórdia traçou o destino destas jovens, sendo inviável que “continue com o encargo de sustenta-las, a espera do casamento” (O CONSERVADOR: FOLHA POLÍTICA E INDUSTRIAL, 06.06.1860, p.4). Aquelas cujos parentes estivessem vivos foram entregues às respectivas famílias, decidindo também a Mesa “entregar” três jovens a sua madrinha, irmã de criação e mãe, respectivamente. Somente a primeira efetivou a passagem, restando duas jovens que esperariam uma o legado de 90$000 réis e outra de 135$000 réis, deixados por uma mulher que inicialmente as criou e logo após entregou à Misericórdia, cabendo ao aval da Mesa para a distribuição.

Às mulheres que saíssem dotadas do estabelecimento seria garantido o dote, pois “quando a Santa Casa da Mizericordia casa alguma das expostas, tem sido costume, e costume antiquissimo, dar-lhe um dote; este dote tem se limitado até hoje a 400$000 rs” (PUBLICADOR MARANHENSE, 08.10.1861, p.2). Em sessão a respeito do orçamento das despesas, dentre os assuntos pertinentes à Assembleia Provincial, o direito da exposta Emilia em receber dote e enxoval entra em discussão. A ex-exposta contraiu matrimônio após deixar a Casa devido a volta aos cuidados de um sujeito responsável por sua tutela, que almejava seu retorno para educá-la. Os deputados da sessão, os senhores Sotero e Salazar, não rejeitam a legitimidade da entrega para Emília. O caso se encerra e, além da legitimidade da exposta receber o que foi

assegurado a ela, há concordância de que todo o dinheiro para os dotes da Santa Casa estivesse nos orçamentos da irmandade e não no orçamento provincial, pois aquela realizava a subvenção para o Hospital Geral, Casa dos Expostos e Hospital dos Lázaros.

Em decorrência de outras instituições que prestavam auxílio às moças pobres de São Luís, a concessão de dotes pela Misericórdia não se limitou à Casa dos Expostos. A partir de 11 de julho de 1840, em decreto da Assembleia Legislativa Provincial aprovado pelo presidente da província do Maranhão, João Antônio de Miranda, no ano de sua posse em 1841, a Lei Provincial nº 95 dispunha da aprovação dos estatutos referentes ao Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Em síntese, o decreto determinava que as expostas da Santa Casa poderiam, com a autorização da Mesa, enviar meninas a partir de 7 anos, que seriam providas com mesada, cessada após completarem 21 anos ou até se casarem antes da idade estipulada. A lei também assegurou os dotes com a quantia fixa já estabelecida a todas dotadas pela irmandade: quatrocentos mil réis.

Vale ressaltar alguns pontos abordados nos artigos que especificam o *modus operandi* da parceria entre a Santa Casa de Misericórdia e o Recolhimento N.S da Anunciação e Remédios: (1) tanto às expostas órfãs quanto às expostas de pais abastados valeriam as mesmas condições; (2) o valor do dote seria entregue após o casamento e com aprovação do Presidente da Província e (3) as mesadas poderiam sofrer alteração de valor após um ano, com exceção daquelas destinadas a moças pobres e órfãs, , “que não podendo ser admittidas gratuitamente por não o

permitirem já as rendas do recolhimento, tiverem contudo um protector" (JORNAL MARANHENSE, 07.12.1841, p.1).

Fora dos domínios da Santa Casa de Misericórdia, as meninas enviadas para o recolhimento conviviam com alojamentos pouco confortáveis. Semelhante às péssimas condições habitacionais na Casa dos Expostos, o Recolhimento em 1850, segundo a Comissão de Negócios Eclesiásticos, estava em completa ruína, assim como a Igreja anexa à estrutura, que sofria com alagamentos provenientes das chuvas. As grades que compunham a estrutura estavam inutilizáveis, as portas, desgastadas, e o pavimento superior a qualquer momento viria a desabar. No plano interno, a falta de recursos persistia com não uniformidade no vestuário, a inexistência de uma mesa comum para todas as educandas "senão para as pobres numerarias ou para essas que são sustentadas pelo auxilio dos cofres pronvinciaes e rendimentos do Estabelecimento" (PUBLICADOR MARANHENSE, 31.10.1850, p.3). Porém, as pensionistas gozavam de refeições em seus cômodos, caracterizados como "cubículos".

Comparando o Recolhimento a uma Casa de Estalagem, a Comissão compreende que os recursos financeiros ditam as formas de tratamento pelo estabelecimento, se afastando de sua missão principal, isto é, a educação moral e religiosa. Restava às moças pobres a miséria como seu único dote. A disparidade na forma de tratamento entre moças pobres e ricas foi acrescida de outra problemática: o elevado número de mulheres escravizadas: no total, foram cinquenta e oito. Entre essas mulheres, sete foram do Recolhimento. A superiora, uma senhora de setenta anos, possuía dezesseis escravizadas doze das quais seriam libertas após sua morte. Havia também dez aprendizes e vinte e cinco que pertenciam às educandas.

Vistas como “canais de desmoralização” pela Comissão, o número de mulheres escravizadas no Recolhimento era contrário aos ensinamentos sobre a moral e religião. Também o serviço era considerado de baixa qualidade, apesar do elevado número de mulheres que trabalhavam para o estabelecimento e/ou indivíduos. Para os investigadores, se ao menos as mulheres vivessem reclusas, seria menos indigno para recolhimento, uma vez que é recorrente a entrada e saída dessas mulheres que trazem o “mal”.

A moral e bons costumes associadas a conventos e recolhimentos foram vistos como fundamentais para garantir que mulheres brancas, em situação de reclusão e devoção, vivessem em comunhão com Cristo e, caso saíssem para se casar, as bases de suas vidas privadas seriam alcançadas de acordo com os ensinamentos anteriores, voltados para a boa comunhão do lar. Assim, por conta da quantidade e da mobilidade de mulheres negras escravizadas no estabelecimento, que deveria prezar pelos estatutos e normas de brancos, a situação tornou-se inadmissível, resultando no parecer da Comissão de Negócios Eclesiásticos e, posteriormente, no decreto pela Assembleia Legislativa Provincial.

Instituído por seis artigos, o decreto põe sob a inspeção e proteção direta o Governo da Província, tornando-se um recolhimento de educação moral e cívica, contudo, a religião ministrada pela Igreja continuou. Em decorrência das péssimas condições estruturais, o governo estaria encarregado do orçamento para realizar as reformas necessárias e possivelmente deslocar as educandas para outra casa. A influência da Casa dos Educandos e Artífices é mencionada, devendo o Recolhimento

seguir o mesmo modelo da instituição da Santa Casa, sujeito à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial.

No que se refere à situação das educandas, a garantia de suas estadias foi assegurada pelo governo, tanto para ricas, quanto para pobres. Ademais, com as mudanças estabelecidas, o jornal *Publicador Maranhense* notou que, durante a década de 1864, a qualidade do recolhimento aumentou, principalmente com a nova direção, "quer na sua administração interna, quer na sua prosperidade, tudo isto devido às prudentes medidas pela tomada pelo Exm. bispo diocesiano, que o tem debaixo de suas vistas immediatas" (PUBLICADOR MARANHENSE, 09.05.1864, p.1).

No tocante as relações entre as internas, o Recolhimento refletiu as diferenciações hierárquicas em voga entre as internas. Ao admitir mulheres de famílias abastadas como pensionistas, elas se recusavam a compartilhar o refeitório com as moças pobres e órfãs devido a sua origem social, que apesar das "regras e a regente desaprovassem esse ato, as escravas particulares estavam sujeitas às ordens de suas senhoras que alegavam sempre algum tipo de inconveniência" (RODRIGUES, 2010, p. 77-78). A diferença entre a raça e a classe delimitou espaços e construiu privilégios entre aquelas/es que doaram e os que receberam.

As relações entre Santa Casa de Misericórdia e o Recolhimento de N.S da Anunciação e Remédios ganharam uma nova diretriz com a Lei n.635, de 30 de maio de 1863. A partir desta data, houve a transferência das educandas do Asilo de Santa Teresa para o Recolhimento, que até então atendia quarenta e oito educandas, estimando reduzir esse número a vinte e cinco. O Asilo de Santa Tereza também proporcionou a educação e a concessão de dotes para as moças desvalidas. No entanto, as mulheres comumente entraram no mundo do trabalho para garantir sua

subsistência, uma vez que, com 17 a 20 anos, caso não se casassem, deveriam deixar a instituição. As educandas do Asilo que casaram-se encontraram dificuldades no pagamento dos dotes. Em catalogação dos jornais que dispunham sobre a cobrança feita por maridos para o recebimento do dote de suas esposas entre as décadas de 1860, 1870 e 1890, foram noticiadas constantes cobranças. A situação se diferencia dos dotes assegurados pela Santa Casa de Misericórdia, não havendo registros de atrasos.

Nos três estabelecimentos, o baixo número de casamentos de mulheres órfãs e pobres durante o século XIX foi motivado pelo elevado padrão de estética, pela pouca importância dada aos matrimônios, por valores que poderiam ser pouco atrativos. Juntos, a esperança das jovens ludovicenses em sair dos estabelecimentos formou-se por duas vias: casada e dotada, caso não expirasse seu tempo nos recolhimentos, ou solteira e sem recursos, recorrendo ao mundo do trabalho, que durante longas décadas se caracterizou por falta de oportunidades e intensa exploração.

Considerações Finais

Em fins do medievo, a criação da Santa Casa de Misericórdia, fundada na cidade de Lisboa em 1498pela Rainha D. Leonor, possibilitou o amplo leque de assistência aos necessitados. Respondendo diretamente à figura do rei, porém seguindo os mecanismos de funcionamento seguindo as elites locais à medida que se expandia para as colônias, as Misericórdias passaram estar ligadas classe nobre da sociedade.

Com a extensão de seu domínio para as colônias, a Santa Casa de Misericórdia chegou a São Luís do Maranhão, se estabelecendo por volta de 1623. Inicialmente, a irmandade carecia de recursos e ficou esquecida durante muito tempo. Somente por volta de 1830, a irmandade passou a ser vista com mais importância pela sociedade ludovicense. A maior relevância da Santa Casa se estabelece por sua mudança de localização: antes situada na rua de Santana, mudou-se para São Pantaleão.

Dentre as atividades desenvolvidas, os dotes para casamento destinados a moças desvalidas, residentes na Casa dos Expostos, somam-se às atividades caritativas da instituição. O cuidado na Casa dos Expostos se caracterizava pela assistência a crianças abandonadas em ruas, casas e porta das igrejas. A Casa também recebia aqueles que eram entregues por pais ou responsáveis e se dedicava ao cuidado de recém-nascidos, crianças e mulheres órfãs na cidade.

As expostas na irmandade, pobres e órfãs de pai ou mãe, enfrentavam um obstáculo para conseguir receber o auxílio proveniente da Misericórdia: encontrar um pretendente. Além do dote, as possibilidades da jovem maranhense para conseguir um casamento, caso fosse bela, seriam altas; porém, se fosse “modesta”, o tempo de espera poderia ser maior. Semelhante ao que ocorria em Portugal, as moças com dote poderiam esperar anos até conseguir um pretendente, e por vezes perdiam o dote.

Na cidade de São Luís, devido aos raros casamentos, a Santa Casa, durante o século XIX, estipulou que as chamadas “expostas maiores” fossem entregues aos cuidados de terceiros. Considerando-as como um fardo, a irmandade passou a transferir essas mulheres para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que por sua vez, estabeleceu contato com o Asilo de Santa Tereza. À mercê

dos ricos na Casa e no Recolhimento, devido às condições habitacionais precárias – salvo o Recolhimento a partir da década de 1850 –, as mulheres sob responsabilidade da Misericórdia do Maranhão pouco tinham o que comemorar.

Referências Bibliográficas

Fontes

Almanaques

REGO, João Candido de Moraes. **Almanack Administrativo da Província do Maranhão**. São Luís, 1870.

Jornais

A Pacotilha, 12.07.1886.

Jornal Maranhense, 07.12.1841.

Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial, 26.11.1828.

Minerva: Folha Política, Litteraria, e Commecial, 08.01.1829.

O Conservador: Folha Política e Industrial, 06.06.1860.

Publicador Maranhense, 01. 04.1843.

Publicador Maranhense, 05.06.1844.

Publicador Maranhense, 31.10.1850.

Publicador Maranhense, 10.05.1859.

Publicador Maranhense, 08.10.1861

Publicador Maranhense, 09.05.1864.

Publicador Maranhense, 24.08.1877.

Publicador Maranhense, 03.07.1878.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII). **NW noroeste**: revista de história, p. 113-136, 2005.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], p. 1-11, 2008a.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Casadas com trigo e cevada: Os dotes das órfãs da misericórdia de Portel no século XVIII. **Faces de Eva**: Estudos sobre a mulher, Lisboa, v.9, p. 60-71, 2008b.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Fazendo o bem e olhando a quem: órfãs e o dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (Coord.). Braga : CITCEM, 2010.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Dissertação (Mestrado em Histórica Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise**: a Santa Casa da Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Raíssa Pereira Nina. **A Irmandade da Misericórdia:** um estudo sobre a Santa Casa de São Luís do Maranhão. Graduação (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

RODRIGUES Maria José Lobato. **EDUCAÇÃO FEMININA NO RECOLHIMENTO DO MARANHÃO:** o redefinir de uma instituição. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

A trajetória de Adélia Sampaio no cinema brasileiro (1984-2017): críticas à sociedade conservadora

Catarina Silva Bijotti*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v11i1p129-160

Resumo: Este artigo tem como objetivo tratar de dois filmes da cineasta Adélia Sampaio, o longa-metragem *Amor Maldito* (1984) e o curta-metragem *O mundo de dentro* (2017). A cineasta foi a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil, que teve o mérito de tratar de um tema tabu no cinema brasileiro: o relacionamento entre duas mulheres. O curta-metragem é um monólogo que tem como objetivo refletir sobre a ditadura no Brasil e nossa política contemporânea. Partindo de uma análise fílmica proposta por Morettin (2003), a pesquisa usa os filmes como suas fontes principais para compreender sua época. Pretendemos compreender o cinema brasileiro no período a partir da trajetória de Sampaio. Verificaremos como, nos filmes, existe uma forte crítica à moral da sociedade brasileira e a presença de um certo pessimismo em relação a este cenário.

Palavras-chave: Adélia Sampaio; Cinema Brasileiro; Cinema LGBTQIA+; Feminismo; História do Cinema Brasileiro.

* Bacharela em História pela Universidade de São Paulo (USP) e em Cinema e Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: catarina.bijotti@alumni.usp.br. Este artigo é fruto da pesquisa de Iniciação Científica orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Morettin e financiada pelo programa PIBIC/CNPq.

Catarina Silva Bijotti

Introdução

Em 2013, a pesquisadora Edileuza Penha de Souza, em sua tese de doutorado, traçou um panorama do Cinema Negro no Brasil. Depois de citar diversos nomes de cineastas e atores que foram importantes para a construção desse cinema (todos homens), a pesquisadora faz um breve parágrafo em que reconhece a importância de algumas mulheres negras no setor:

> Não poderia concluir este capítulo sem mencionar o trabalho das cineastas negras Adélia Sampaio, Carmem Luz, Elaine Ramos, Janaína Oliveira, Juliana Vicente, Lilian Santiago, Luana Dias, Maria Dealves (falecida em 2008), Sabrina Fidalgo, Sabrina Rosa, Vilma Neres e Viviane Ferreira. Dentre elas, destaco o trabalho de Adélia Pereira Sampaio, pelo pioneirismo desde o final da década de 1960. (SOUZA, 2013, p. 83)

A partir de então, Adélia Sampaio tem sido devidamente reconhecida como a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil, sendo convidada para debates e exibições de seu longa em diversos festivais de cinema.

Tomando como princípio o uso do cinema como fonte histórica defendido por Ferro (1992), este artigo tem como objetivo estudar duas obras da cineasta: seu primeiro longa, *Amor Maldito* (1984), e o curta-metragem *O mundo de dentro*, de 2017, analisando-as como proposto por Morettin (2003), buscando inicialmente as tensões próprias dos filmes e, em seguida, estudando os materiais externos a eles. Inicialmente, seus outros trabalhos também seriam consultados, mas, ao contatar Sampaio, descobrimos que alguns de seus curtas-metragens foram perdidos

(informação pessoal).[1] Apenas recentemente a cineasta criou um canal no Youtube[2], onde conseguiu distribuir algumas obras.

Examinaremos o longa-metragem levando em conta a sua produção, distribuição e a importância de sua reavaliação na história do cinema brasileiro após a tese de Souza (2013). Além disso, realizaremos a análise fílmica do curta-metragem, comparando-o ao longa.

A trajetória de Adélia Sampaio

Nascida em Belo Horizonte em 1944, Adélia Sampaio passou a infância com sua mãe e sua irmã Eliana. Aos 4 anos, se mudou com a família para o Rio de Janeiro, onde sua mãe, Guiomar, trabalhou como empregada doméstica. A patroa da mãe matriculou as meninas em um colégio interno, mas Sampaio teve problemas para se adaptar e precisou ser mandada de volta para casa. Ao retornar, a patroa a mandou para Minas Gerais sem o conhecimento de sua mãe. Lá ela permaneceu por 7 anos, até que Guiomar conseguisse guardar dinheiro suficiente para buscá-la. Durante todo esse período, ela não frequentou a escola.

De volta ao Rio, a cineasta voltou a morar com sua mãe e sua irmã, que conseguiu se formar e ingressar na faculdade. Não há muitas informações de como Eliana continuou a vida acadêmica, de acordo com Clarissa Cé de Oliveira: “Ela era

[1] Por e-mail, Adélia Sampaio nos contou que as cópias foram entregues por ela à Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Recentemente, Sampaio descobriu que os filmes foram perdidos. Ela guarda em seu acervo pessoal uma cópia de 35 mm de *Amor Maldito* e conseguiu recuperar dois curtas que, segundo ela, estavam na Cinemateca de Israel.

[2] O canal não inclui apenas filmes dirigidos por ela, como *Parceiros de Aventura* (1980), por exemplo, em que Sampaio foi a produtora. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCVcvsoqRG6qC09VU-KV5rCw/videos>. Acesso em: 03 jan. 2021.

formada em Economia e em Economia em Cinema pela Fundação Getúlio Vargas. Eliana trabalhava de dia e estudava durante a noite." (OLIVEIRA, 2017, p. 22). Eliana e Adélia trabalharam juntas em alguns filmes da cineasta, a irmã sendo responsável pela parte financeira.

Sua paixão por cinema começou ainda jovem, aos 13 anos, quando assistiu *Ivan, o terrível* (1944), de Sergei Eisenstein, em um cinema no Rio de Janeiro. Na época, sua irmã já namorava o cineasta William Cobbet, com quem se casaria. Ele fundou a produtora e distribuidora Tabajara Filmes, conhecida por distribuir filmes soviéticos. Eliana Cobbett trabalhou na produtora com o marido até o golpe de 1964[3]. Depois do golpe, foi contratada como contadora pela Difilm, onde conseguiu uma vaga de telefonista para Adélia Sampaio em 1968. No mesmo ano, a cineasta e seu marido, o jornalista Pedro Porfírio, foram presos. Sampaio foi levada na porta da Difilm e ficou apenas uma noite detida, mas conta que foi agredida. Porfírio continuou preso por um período longo (OLIVEIRA, 2017, p. 31).

Foi na Difilm que Sampaio teve seu primeiro contato com profissionais do cinema brasileiro, como Joaquim Pedro de Andrade e Luiz Carlos Barreto. Posteriormente, começou sua carreira na área de produção. O primeiro filme em que trabalhou como diretora de produção foi *O segredo da Rosa* (1974), de Vanja Orico. No ano anterior, com a mesma diretora, trabalhou no roteiro do curta-metragem *Uma Rosa para Você* (1973, Vanja Orico). Estreou na direção em 1979 com o curta-metragem *Denúncia Vazia* (1979). Sampaio conta que a relação que desenvolveu com alguns diretores quando trabalhou como diretora de produção serviu como

[3] Considerada a primeira mulher produtora de filmes no Brasil, ela trabalhou na Tabajara Filmes nas décadas de 1950 e 1960, onde era responsável por trazer ao Brasil produções do leste europeu. Ver *Conexão leste-oeste*. 31 mar. 2006. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/3490_CINEMA>. Acesso em: 10 jun. 2020.

aprendizado que ela levou para seus filmes. Nomes como Geraldo Santos Pereira, Alcino Diniz e Marcos Farias são citados pela diretora ao falar de sua experiência na produtora (SAMPAIO, 1988, p. 90).

Na direção, Adélia Sampaio realizou os curtas-metragens *Denúncia Vazia* (1979), *Adulto não brinca* (1979), o documentário *Agora um Deus dança em mim* (1982) e *Na poeira das ruas* (1984). Em 1984 lançou seu primeiro longa-metragem: *Amor Maldito*, tendo dirigido depois *Fugindo do passado* (1987) e realizado a direção artística e edição de *AI-5: O dia que não existiu* (2001), dirigido por Paulo Markun.

Esquecida por muitos anos, foi apenas em 2013 que a cineasta foi reconhecida como a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil, graças à já mencionada tese defendida por Edileuza Penha de Souza na Universidade de Brasília (SOUZA, 2013). Desde então, aparece na mídia para entrevistas e homenagens em festivais de cinema nacionais, além de assinar, depois de muitos anos, a direção de um curta-metragem em 2017, *O mundo de dentro*.

Esse esquecimento teve impacto na situação dos originais de sua obra. Como já comentado, os primeiros curtas-metragens de Adélia Sampaio não puderam ser consultados durante a pesquisa. A cópia utilizada para a análise de *Amor Maldito* está disponível no Youtube[4] e se trata de uma gravação do Canal Brasil. O seu curta mais recente, *O mundo de dentro*, foi disponibilizado na internet[5].

[4] A cópia foi utilizada durante a pesquisa pois, no período, Sampaio ainda não havia disponibilizado seus filmes na internet. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xUcuRbdeVuE>. Acesso em: 10 out. 2020.

[5] A obra foi disponibilizada pelo LEAD Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N7t1RdRqTF8>. Acesso em: 10 out. 2020.

Adélia Sampaio e o cinema brasileiro de seu período

Como citado acima, dos anos 1970 até o lançamento de *Amor Maldito*, a carreira de Sampaio foi marcada por experiências importantes que a ajudaram na realização de seu longa.

Por outro lado, o cenário do cinema nacional também precisa ser levado em conta ao analisar suas obras. Marcado pela decadência das comédias eróticas, os anos 1980 no Brasil tiveram como um de seus destaques um cinema comercial voltado para o público jovem. Utilizando um bom *marketing* baseado no elenco e, principalmente, trilha sonora, esses filmes conseguiam uma bilheteria significativa. As histórias, que normalmente acompanham um jovem em busca de seus sonhos, utilizavam a cultura da televisão e cantores de sucesso para promover o filme.

A pretendida modernidade idealizada por essas obras (aspiração que conduz o desejo dos personagens nas tramas), aliada ao emprego de técnica cinematográfica marcada pela clareza e à busca de um certo padrão de qualidade podem ser vistos como elementos responsáveis por atrair uma boa parte desses jovens, como revela José Mario Ortiz Ramos: "o desejo de dialogar com um amplo público de adolescentes exigia no mínimo um audiovisual elaborado no plano técnico" (RAMOS, 1995, p. 244). Além disso, segundo o autor, a "'Cultura de praia' para o Rio e 'cultura dos shopping-centers' para São Paulo era a fórmula para atingir um amplo público." (RAMOS, 1995, p. 259). Essas características se concretizam nos filmes de Antônio Calmon *Menino do Rio* (1982) e *Garota Dourada* (1984), sua continuação. O primeiro acompanha a história de um surfista que se apaixona por uma modelo. A canção tema *De Repente Califórnia*, de Lulu Santos e Nelson Motta, exemplifica o uso da música como um elemento importante nos filmes juvenis, que têm como foco influenciar o espectador a consumir não só o filme, como também sua trilha. No

filme, Ramos destaca o personagem Pepeu (Ricardo Graça Mello), que alimenta o sonho de virar estrela de cinema. Segundo Ramos (1995, p. 244), esse sonho simboliza o desejo da juventude em fazer parte da modernidade que surgia. Adélia Sampaio citou o cineasta em uma entrevista em 1988 e elogiou seus filmes:

> O Calmon é uma pessoa que me fascina, ele consegue mexer com a geração do meu filho.
>
> Acho que isso é uma coisa fantástica. Eu não sei se conseguiria fazer um filme que motivasse essa geração a assistir e vibrar. (SAMPAIO, 1988, p. 92)

Esse comentário afasta a cineasta desse cinema voltado aos jovens, uma vez que ela declara que não saberia fazer uma obra para esse público. Entretanto, algumas características desse tipo de filme serão comparadas a *Amor Maldito* mais adiante na análise fílmica.

Outro grande sucesso que seguiu as mesmas características foi *Bete Balanço* (1984), dirigido por Lael Rodrigues. O filme acompanha a trajetória de Bete (Débora Bloch), uma jovem que se muda para o Rio de Janeiro com o desejo de virar uma cantora de sucesso. A música tema, que tem o mesmo nome do filme, se tornou um dos maiores sucessos da banda Barão Vermelho. Mais uma vez, a trama juvenil acompanha um personagem com desejo de mudança:

> O constante "desejo de modernização" atravessa todo o filme, como se os jovens procurassem manter a maior distância possível de Governador Valadares: Paulinho, amigo e conterrâneo de Bete, brinca extasiado com seu videogame, novidade na época, e deslumbra-se com o atelier do fotógrafo de revistas de luxo; Bete não hesita na transa homossexual com Bia, e fica fascinada ao entrar num estúdio de televisão. (RAMOS, 1995, p. 248)

A modernidade, no caso de *Bete Balanço*, é mostrada a todo momento em seus comportamentos. A personagem, que acaba de passar no vestibular, deixa toda a sua

vida antiga para trás (que inclui um possível noivado) e passa a morar com seu amigo, um personagem homossexual viciado em videogames. Na nova cidade, leva uma vida sem receio de novas experiências. A experiência homossexual citada acima é um exemplo disso. Por todo o filme, Bete não apresenta nenhum moralismo ou pudor sexual. Suas diversas experiências sexuais, além da sessão de fotos em que aparece nua, vão contra a moral conservadora que ainda prevalecia no final da ditadura militar.

Esses três filmes protagonizados por jovens que buscam a modernidade acompanham o momento histórico do país que estava, aos poucos, saindo do período conturbado e traumático da ditadura em direção à redemocratização. Curiosamente, *Menino do Rio* tem um final pessimista, em que o jovem Pepeu, que tinha como sonho ser astro de cinema, morre afogado na praia.

Além desses filmes focados na juventude, outro importante momento do cinema para compreender *Amor Maldito* (1984) é a onda pornográfica. A decadência da pornochanchada teve como um de seus motivos a chegada ao cinema da pornografia de outros países. Como consequência, criou-se um nicho no cinema brasileiro que tinha um lucro relativamente alto com os filmes pornográficos. Esse mercado lucrativo pode ser visto na sua distribuição. Segundo João Soares Pena, em 1984, mesmo ano de lançamento de *Amor Maldito*, "dos 105 filmes nacionais produzidos (exibidos em São Paulo), 69 correspondiam a filmes pornôs" (PENA, 2018, p. 438). Esses filmes circulavam em salas específicas, que se especializaram no cinema pornográfico. Assim como os filmes voltados para os jovens, *Amor Maldito* não se encaixa no perfil de filme pornográfico. Entretanto, essa onda afeta o longa uma vez que ele precisou se fantasiar de pornográfico para ser exibido em São Paulo, como será tratado a seguir.

A produção do longa-metragem

Adélia Sampaio teve a ideia de fazer *Amor Maldito* ao acompanhar em um jornal sensacionalista do Rio de Janeiro o caso de uma mulher acusada de matar a ex-companheira. Segundo a cineasta, a moça foi acusada publicamente nas manchetes e matérias jornalísticas mesmo que não houvesse provas concretas contra ela. O caso tomou tamanha proporção que o julgamento atraiu diversas pessoas:

> "As pessoas esqueceram ali de ponderar o ser humano, e isso me preocupa muito. Eu, inclusive, fui assistir uma das sessões do julgamento e fiquei mais impressionada ainda porque, na verdade, todo réu tem o direito de requerer um julgamento de portas fechadas. De repente, essa moça não teve esse direito que lhe é facultado..." (SAMPAIO, 1988, p. 89)

A partir daí, elaborou o roteiro junto com José Louzeiro e o processo de produção teve início. Segundo a cineasta, o longa não recebeu financiamento da Embrafilme:

> a Embrafilme reduziu o orçamento até chegar ao ponto de vetar por completo o filme alegando que jamais poderia produzir panfletagem à homossexualidade. Foi alegado que pessoas estariam "pregando esta doença" (referindo-se ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo). (BRASIL, 2016)

Assim, Sampaio recebeu dinheiro de uma engenheira de uma empresa em que trabalhou para montar uma peça teatral de fim de ano. Tal doação, junto à de outros colegas, rendeu dinheiro suficiente para a realização do longa. O filme foi feito "em cooperativa", como ela relata. Dessa forma, todos que se envolveram estavam empenhados em ajudar como podiam para a realização do longa, desde o maquinista até as atrizes.

Uma vez pronto, a distribuição também apresentou desafios. Para lançar o filme em São Paulo, foi necessário fantasiá-lo de pornográfico por sugestão do exibidor. Para isso foi criado um cartaz do filme em que a atriz Wilma Dias, que interpreta a *miss*, aparece nua:

> Sugeriu então para driblar esse impasse mercadológico que colocasse a atriz Wilma Dias nua no cartaz, pois a atriz já fazia produções do nicho da pornochanchada na época, e explicou que estava muito difícil lançar o filme sem esse apelo. Wilma falou que, pelo bem do filme e importância do debate necessário que ele trazia, aceitaria aparecer nua no cartaz para que o filme pudesse ser lançado. (BRASIL, 2016)

Apesar disso, *Amor Maldito* nunca foi visto como pornográfico pelos críticos. Em uma matéria da *Folha de São Paulo* que anunciava o lançamento do filme, ele foi caracterizado como "feminista":

> Filme de estréia de Adélia Sampaio, rodado em regime de cooperativa entre técnicos e atores. Com roteiro de José Louzeiro e um enfoque feminista, procura-se acompanhar a trajetória de duas mulheres marcadas pela opressão dos homens e de um sistema nitidamente machista. Monique Lafond e Wilma Dias fazem as mulheres. O filme é lançado hoje no Olido 1 em meio às confusões de títulos e programações que fizeram do centro da cidade um reduto exclusivo do cinema pornográfico. (CICLO DE GRIFFITH, 1984, p. 28)

Além disso, a crítica de Leon Cakoff elogia a obra e a afasta dessa onda pornográfica, criticada por ele:

> Um filme de estréia bem intencionado em meio a um mercado conturbado e desmantelado pela onda pornográfica — onda que nos chega atrasada como todas as outras — dá bem a idéia de fim de era. Não há espaço para boas intenções. O produtor intermediário entre a obra-prima e a concessão aos apelos de erotismo também fica sem público, pois este deve estar bestificado após tantos anos de censura e sente-se enganado diante de um filme que não dá vazão à sua fantasia e perversões. Ao contrário, “Amor Maldito”, da estreante Adélia Sampaio, busca explicações para tanta bestialidade que enreda a patética mitologia do sexo descartável, de consumo. E, de quebra, oferece uma pequena antologia do sexo com sentimentos de culpa. (CAKOFF, 1984, p. 37)

Essa crítica positiva fez com que o filme fosse exibido também em Brasília por algumas semanas. Em relação à exibição no Rio de Janeiro, a diretora deu duas entrevistas em que se contradiz sobre o assunto. Em entrevista dada em 1988, conta que teve problemas para lançar a obra na cidade, mas em 2016, revelou não ter tido problemas: "Já no Rio, não tivemos problema. Foi uma maravilha. Ele foi exibido nos cinemas da Cooperativa, programados por minha irmã, durante a gestão do Leon." (BRASIL, 2016). É provável que ela tenha, sim, conseguido lançar *Amor Maldito* no Rio de Janeiro, uma vez que ela e sua irmã tinham contatos e experiência na área.

Em relação a festivais de cinema, Sampaio foi convidada a exibir o filme no *Lesbian Gay Festival* em São Francisco[6], nos Estados Unidos, mas não compareceu pela falta de recursos para preparar uma cópia legendada em inglês. A Embrafilme, que já não tinha financiado a obra, mandou em seu lugar para o festival o longa *Asa Branca, um sonho brasileiro* (Djalma Limongi Batista, 1981), como revela o jornal *Correio Braziliense* (*AMOR MALDITO* ENCERRA... 1984, p. 19). A cineasta critica a escolha:

> "Fomos convidados para exibi-lo também no festival de cinema Gay de São Francisco, mas, para o filme sair, tínhamos que conseguir uma passagem, pela Embrafilme. Foi punk. Entreguei toda a papelada e, para minha surpresa, mandaram o filme *Asa Branca*, que não abordava sequer a temática. Mais uma vez, entendi que ser pobre e preta no cinema dá nisso". (UMA CINEASTA DEBRUÇADA NA JANELA DO MUNDO, 2016)

Apesar da crítica, existe sim no filme uma insinuação de uma possível relação entre o jogador Asa Branca (Edson Celulari) e o empresário Isaías (Walmor Chagas). Entretanto, ela não é explícita como no longa de Adélia Sampaio, nem é o tema central da obra.

[6] Embora apresentado com esse nome no jornal, trata-se do *Frameline Film Festival*. O festival foi fundado em 1977 e acontece até hoje, sendo um dos festivais LGBTQIA+ mais antigos do mundo.

***Amor Maldito* (1984)**

O filme acompanha o julgamento de Fernanda (Monique Lafond), acusada de matar Sueli (Wilma Dias), com quem teve um relacionamento amoroso. Durante o julgamento, Fernanda é acusada pelo advogado e pela família evangélica da vítima. Fica evidente que a julgam mais pela sua relação homossexual do que pelo fato de ter supostamente matado a ex-companheira. O longa é construído alternando as cenas do tribunal e os *flashbacks* que mostram o relacionamento das duas personagens.

As duas atrizes principais já eram conhecidas pelo público e atraiam principalmente o público masculino. Monique Lafond já havia atuado em novelas e participou do filme erótico *Giselle* (Victor di Mello, 1980), em que interpreta uma médica comunista que se relaciona com a jovem Giselle (Alba Valéria). Sua personagem em *Amor Maldito* também apresenta ideais de esquerda, como será apresentado mais adiante. Já Wilma Dias era conhecida por participar da abertura do programa humorístico da TV Globo *Planeta dos Homens*, em que saía de uma banana com poucos trajes. Ambas eram símbolo de sensualidade e erotismo entre esse público.

Apesar do papel dramático que desempenham no filme parecer uma quebra com essa imagem que se tinha moldada das duas atrizes, há ainda o apelo ao erótico no longa, principalmente em relação à atriz Wilma Dias. É a sua personagem quem aparece nua na banheira na cena erótica do filme e é ela também quem aparece na cama nua com um homem ao trair Fernanda. São as suas fotos nuas que são o motivo da conversa entre os dois advogados (que representa o ponto de virada da trama, como será explorado mais adiante) e, como foi comentado anteriormente, a atriz aparece nua no cartaz do filme para a exibição em São Paulo. Paradoxalmente, o

corpo de Sueli também seria usado para alcançar seu sonho de ser *miss* mais uma vez e, assim, viver uma vida melhor.

O filme pode ser dividido em quatro partes: o prólogo, o conflito (que se passa no julgamento), o ponto de virada do conflito e o epílogo. Durante as cenas do julgamento é comum os dois advogados de defesa falarem diretamente para a câmera, recurso usado pela cineasta para mostrar que o debate presente no filme é também presente fora das telas. As falas dos advogados, que evidenciam a violência e preconceito com que tratam a mulher, são reais e foram tiradas dos autos (SAMPAIO, 2018, p. 23).

O prólogo apresenta o suicídio de Sueli em uma cena onírica, em que ela sonha que é coroada *miss* enquanto ouvimos aplausos do público. A grande questão do julgamento, então, já é resolvida para o público nos primeiros minutos do filme: o suicídio realmente ocorreu, o que prova a inocência de Fernanda. Mas essa não é a principal questão julgada pelo advogado de acusação: o relacionamento em si é que é julgado, como foi dito anteriormente.

Além de apresentar a ação que trará toda a problemática do filme, o prólogo é responsável também por apresentar alguns personagens essenciais: Fernanda e a família de Sueli. Enquanto a primeira reação de Fernanda é chorar ao ver o corpo de Sueli, o pastor, ao descobrir sobre o suicídio, discursa sobre os puros que entrarão no reino dos céus (algo que, em sua visão, não se encaixaria para as duas mulheres), condena o suicídio e diz que satanás tomou seu corpo, argumento repetido ao longo do filme. Uma terceira personagem responsável por causar problemas no

relacionamento de duas mulheres também é apresentada. Ela está dormindo na cama de Fernanda quando Sueli comete suicídio, fugindo logo em seguida.

Apresentados os personagens, o conflito do filme se inicia no julgamento. Todos que foram apresentados anteriormente, com exceção da mulher que dormia na cama de Fernanda, estão presentes no local. Ali três personagens importantes conduzirão todo o conflito: o advogado de acusação, o advogado de defesa e o juiz.

O conflito é construído alternando as falas das testemunhas, advogados de defesa e acusação e os *flashbacks* que apresentam o relacionamento das duas mulheres. O primeiro a falar é o pastor, que afirma que sua filha foi corrompida por Fernanda e a acusa de não ser temente a Deus. O seu advogado interrompe e comenta que a religião é a forma do pastor lidar com esse problema "que vem alastrando a sociedade", referindo-se à homossexualidade.

Quando perguntam a ré como ela conheceu Sueli, inicia-se o primeiro *flashback* do filme. Após um breve encontro no escritório de Fernanda, as duas se reencontram na praia e é lá que Fernanda descobre que Sueli foi expulsa de casa. Assim, a personagem acolhe a *miss* em seu apartamento, decorado por uma foto de Che Guevara (representando os ideais políticos da personagem e contrastando suas ideias com o pensamento conservador dos demais personagens do filme).

Sueli decide tomar um banho e é nesse momento que se inicia mais uma cena onírica do filme. Simbolizando a maior intimidade que as duas adquiriram ao morarem juntas, Sampaio insere uma cena em que Sueli se banha no meio do que aparenta ser uma floresta, enquanto Fernanda vai ao seu encontro. Não fica claro de quem é o ponto de vista da cena, pois não há uma indicação em seu começo ou em

seu fim. Aparentemente é de Fernanda, pois quando Sueli sai do banho para conversar com ela, a cena acaba.



Imagem 1: Sueli se banha enquanto Fernanda observa. Fonte: Youtube[7].

Esse erotismo pode ser interpretado como um apelo ao público masculino, principalmente quando lembrados os antigos papéis pelos quais as atrizes eram conhecidas. Isso pode ser um pouco problemático se for analisado atualmente como um filme que propôs um debate sobre a homossexualidade feminina. De certa forma, tratar o corpo e o relacionamento dessas mulheres dessa maneira pode gerar debates sobre essa visão erótica ser predominantemente masculina, mesmo que Adélia não tenha se entregado a ela totalmente. Entretanto, em entrevistas, a cineasta

[7] Todas as imagens presentes neste artigo foram retiradas dos filmes disponibilizados na internet pela cineasta.

relata que o principal objetivo de sua obra é expor um sistema judicial violento. Segundo ela:

> (...) as pessoas acham que a gente está ali discutindo, fazendo uma apologia da postura homossexual das pessoas. O filme está mostrando o que é um tribunal. Aquele fato poderia ser também o de um menino que roubasse uma laranja, seria a mesma trajetória. (SAMPAIO, 1988, p. 89).

Ou seja, mais do que explorar o tema tabu da homossexualidade feminina, o ponto central do filme é o tribunal e os julgamentos morais que vêm dele. Essa foi a mesma justificativa que a cineasta usou ao ter o financiamento negado pela Embrafilme: não é um filme que se centra em um relacionamento homossexual, e sim em um sistema judiciário problemático. Apesar da declaração da cineasta, o tema da homossexualidade é abordado pela diretora de forma explícita. Embora o objetivo de Sampaio seja evidenciar essa injustiça no tribunal, ela também optou por filmar momentos do relacionamento das duas personagens e, a partir disso, criar a carga dramática do filme.

Portanto, o filme não se entrega a uma cena erótica vazia, como muitas pornochanchadas e filmes pornográficos fizeram ao retratar relações entre duas mulheres:

> Em diferentes filmes dirigidos por homens, entre os anos 1960 e 1980, no Brasil, há cenas de relacionamentos entre duas mulheres, mas sem problematizar especificamente o tema, isso sim, como sugestão de algo que interessava ao prazer masculino. (CAVALCANTE, 2017, p. 72-73)

Ou seja, há durante o filme uma construção de um relacionamento amoroso. Acompanhamos a história do casal desde o momento em que se conhecem até o momento do suicídio de Sueli e do julgamento de Fernanda. Ao contrário dos filmes voltados para o público masculino, em que as mulheres se relacionavam entre si sem nenhuma justificação ou problematização na narrativa, *Amor Maldito* denuncia

durante todo o filme os julgamentos que o casal sofreu por diversos setores da sociedade mesmo após a morte de Sueli.

A cena se entrega, então, ao erotismo dos filmes da época, seja simplesmente para representar na trama sua relação ou para satisfazer aquilo que era esperado das duas atrizes por um público masculino. Essa expectativa é, no entanto, frustrada uma vez que o filme permite a reflexão sobre como a homossexualidade era vista na sociedade, como revelou Cakoff (1984) na crítica citada acima.

De volta ao tribunal, o advogado acusa Fernanda de atrair Sueli para seu apartamento como uma "presa". Mais uma vez a culpam por corromper a moralidade da vítima, como se esse fosse o argumento necessário para a culpar pela morte de Sueli. Ele acrescenta: “Pessoas como a ré são um câncer que deve ser extirpado da família cristã para que não dissemine as suas raízes malditas na sociedade em que vivemos livremente”.

Destacar que a sociedade é livre é uma escolha interessante da cineasta. O país se encaminhava para a redemocratização, o que possivelmente explica o que foi dito no filme. Entretanto, apenas dois anos antes, Sampaio teve seu curta-metragem *Adulto não brinca* (1980) citado em um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) (MENSAGEM..., 1982)[8]. O documento revela sua desaprovação ao conteúdo do filme por supostamente mostrar uma visão negativa da polícia. Então, além da frase contrastar com o que a cineasta viveu, ela entra em contradição com o que o próprio advogado está fazendo: julgando o relacionamento de duas mulheres em uma sociedade que ele considera livre.

[8] Agradeço João Pedro Bim pela indicação do documento.

Durante o intervalo do julgamento, Fernanda relembra de alguns momentos com Sueli. As duas personagens passam tempo em um parque e em um diálogo é possível perceber uma semelhança do filme de Sampaio com os filmes voltados para a juventude citados acima. Sueli revela o desejo de ser *miss* novamente para, assim, alcançar a fama que tanto queria. Essa ideia de que se alcançando a fama os problemas de sua vida se resolveriam é presente também em *Bete Balanço* e *Menino do Rio*. Com a fama, Sueli faria parte do mundo moderno e não estaria mais presa à vida conservadora da família ou aos preconceitos da sociedade em relação ao seu relacionamento com Fernanda.

A pausa no tribunal acaba e o julgamento retorna. Nesse momento do filme testemunhas começam a ser chamadas pelos advogados. A primeira delas é o síndico que acordou Fernanda para avisar sobre a morte de Sueli. Em um enquadramento crucial para o filme, o juiz é mostrado com uma enorme cruz cristã no fundo do plano, refletindo as acusações morais que o próprio sistema judicial faz do caso.



Imagem 2: Uma enorme cruz cristã ocupa o quadro. Fonte: Youtube.

O advogado de acusação apresenta um documento que prova que Fernanda pode ter matado Sueli por ciúmes, pois ela era "marido" da *miss*. Trata-se da certidão de casamento. O fato dele repetir sempre a palavra “marido” ao tratar de Fernanda revela a ideia de casal heterossexual como modelo da sociedade que os acusadores desejam manter. Um *flashback* da noite do casamento se inicia.

A festa foi realizada no apartamento de Fernanda com poucos amigos e a irmã de Sueli, que depois revela que, no começo, não tinha "entendido muito bem que aquilo era um casamento". A presença da irmã, entretanto, pode causar confusão ao público. Apesar de Sampaio revelar que “a personagem da Maria Letícia, que é irmã da miss (...) é a única pessoa verdadeira e sã daquela família” (SAMPAIO, 1988, p. 90) e, por isso, sua presença na cerimônia faz sentido, essa questão permanece ambígua

na obra uma vez que ela também é responsável por causar um desentendimento entre a *miss* e o pastor.

O advogado de acusação abomina o casamento, considerando um “desrespeito à instituição sagrada do matrimônio”. Alega ainda que a cerimônia foi uma “aberração que degenerou-se em orgia”. Mais uma vez, há a tentativa de culpar a ré através de argumentos que a afastam da moral da sociedade na época. No tribunal, a outra testemunha (que percebemos se tratar da mulher que dormia na cama de Fernanda no prólogo) é questionada se Fernanda espancou Sueli na festa, e ela confirma. Enquanto isso, vemos cenas de Sueli dançando com um homem, Jorge (Mário Petraglia), no casamento enquanto Fernanda a olha com ciúmes. Confrontando Sueli sobre o beijo que ela deu no jornalista, Fernanda a agride.

Entra em cena um amigo de Fernanda, negro que age de forma homossexual caricata. Ele defende as festas dizendo que eram apenas reuniões para as "minorias injustiçadas". Essa atuação estereotipada, embora possa ser criada para agradar um público que está acostumado a essa representação do homossexual, também pode ser interpretada de outra maneira de acordo com Edward Macrae (2018).



Imagem 3: Amigo de Fernanda depõe no tribunal. Fonte: Youtube.

Segundo o autor, a "fechação" (gíria homossexual que se refere ao comportamento caricato) não era levada a sério pelos militantes considerados "sérios" que procuravam um diálogo com a sociedade. Entretanto, estes se camuflavam ao agir do modo esperado socialmente, enquanto os "estereotipados" incomodavam a sociedade conservadora com seu comportamento. Ambos têm sua importância no movimento.

A próxima testemunha é Jorge, o jornalista que beijou Sueli em seu casamento. Esse personagem é central para a crítica que Sampaio constrói da sociedade conservadora. Durante sua fala, ele diz que nunca teve relações com Sueli e que é um pai de família honrado com quatro filhos. Esse depoimento é dado em voz *off* enquanto na tela observamos os dois se relacionando. A mentira não é questionada pelo advogado e parece ser aceita por todos.

A próxima testemunha é a mãe da *miss*, que, assim como a maioria, culpa Fernanda por desencaminhar a filha, alegando que ela era uma jovem inteligente e teimosa antes de conhecer a ré.

O julgamento entra em um intervalo e nesse momento há o ponto de virada do conflito. Os dois advogados conversam em um lugar reservado, onde fazem piada do caso que estão participando. Eles perdem a visão oposta do caso que tanto defenderam no tribunal e mostram ao espectador que possuem a mesma ideia sobre o assunto ao fazer piada do relacionamento das duas mulheres. Em uma sequência crucial para a compreensão da crítica criada por Sampaio, o advogado de acusação, que tanto julgou a moralidade da ré, observa as fotos nuas que Jorge tirou de Sueli. A partir disso fica ainda mais evidente que o julgamento não passa de um teatro que tem como objetivo julgar um relacionamento homossexual.

O intervalo acaba e a manicure de Sueli entra como testemunha. A partir dela descobrimos que a *miss* estava esperando um filho de Jorge e estava iludida acreditando em um noivado com o homem. Seu relacionamento com o pai também é apresentado pela testemunha: além de ter sido expulsa de casa, como Fernanda já havia comentado, a manicure comenta que o pai a tratava mal e a explorava sexualmente. Enfurecido, o pastor se defende alegando que nunca a expulsou e que o diabo tomou seu corpo, o que gera aplausos de duas senhoras que assistem ao processo. A cineasta insere uma cena de uma briga entre Sueli e seu pai em que deixa implícito o abuso sexual, mas nada é revelado de fato. Para Cavalcante (2016, p. 151), essa cena tem como objetivo evidenciar de onde vem o “desequilíbrio” de Sueli, que é atribuído pelo advogado de acusação e sua família ao seu relacionamento com Fernanda.

Por fim, a irmã de Sueli é a última testemunha. A personagem, que, como já foi citado, pode apresentar ambiguidades, aparenta ser sincera em tudo o que diz, fato que pode ser percebido ao contar uma história em que o pai agrediu a irmã com uma bíblia, o que foi rapidamente abafado pelo advogado de acusação.

Em seu discurso antes do veredito, Fernanda comenta que sempre foi uma mulher assumida e que não se esconde atrás de religiões. Olhando para a câmera, diz que amava Sueli e se emociona. O advogado de acusação diz, por fim, que, se ela não for condenada, o que aconteceu com Sueli pode acontecer com outras famílias, mantendo sua ideia de que Fernanda é um mal que precisa ser combatido. Quando é sinalizado o fim do julgamento, ele parece parar de atuar.

Há um corte para Fernanda saindo de um carro e entrando no cemitério, dando início ao epílogo. Em voz *off*, ouvimos o depoimento de Jorge, que diz ser um pai de família honrado e que nunca se envolveu com Sueli. Depois, uma voz *off* do juiz absolvendo Fernanda. Quando ela chega ao túmulo de Sueli, carregando flores, escreve no chão "só eu te amei", evidenciando a solidão em que as personagens estavam em relação, principalmente, a suas famílias. Por fim, a câmera na mão acompanha Fernanda em um primeiro plano saindo do cemitério emocionada.

Nos créditos, depois de Sampaio dedicar o filme para seus filhos, escreve: "Qualquer semelhança com pessoas vivas, mortas ou fatos reais, terá sido mera coincidência".

Com isso, *Amor Maldito* mostra em sua narrativa a sociedade conservadora e sua moral, representada no filme por diversas partes dela: pela justiça, pela religião e

pelos civis presentes no julgamento e, principalmente, pelos seus personagens masculinos. Os advogados, Jorge e o pastor mentem constantemente apenas para manter as aparências, mas são constantemente desmentidos pelos *flashbacks* do próprio filme.

Os personagens que tentam escapar dessa sociedade conservadora são os amigos de Fernanda e o próprio casal protagonista. O sonho de Sueli em fazer parte de um mundo moderno não se concretiza pois ela engravidou de Jorge. Iludida com o jornalista e enfrentando os problemas constantes de relacionamento com o pai, se suicida. Ela teve o mesmo fim que Pepeu em *Menino do Rio* (1982).

Assim, o filme de Sampaio denuncia a sociedade conservadora da época. Anos depois, as denúncias do longa ainda parecem extremamente atuais. Em uma entrevista concedida em 2018, Sampaio comenta a importância de ser valorizada como uma cineasta pioneira e sobre essa atualidade de *Amor Maldito*:

> Costumo dizer que me sentia uma velha vassoura abandonada no fundo de um armário. Edileuza abre essa porta e me ilumina. Desde esse dia que não paro de apresentar o filme, debater o tema, visitar quilombos e comunidades negras. Por outro lado, me estarreço ao pensar que o filme tem 34 anos e que nada, ou quase nada, mudou. Isso é triste. (SAMPAIO, 2018, p. 22)

Tal reflexão é apresentada pela diretora em seu curta-metragem de 2017.

O mundo de dentro (2017)

Depois do reconhecimento trazido pela tese de Edileuza Penha de Souza, Adélia Sampaio assinou novamente a direção com o curta-metragem *O mundo de dentro* (2017), disponível na internet.

Com duração de pouco mais de 8 minutos, o curta é um monólogo estrelado por Stella Miranda com um texto de Sampaio em que ela reflete sobre sua geração,

que ansiou por uma revolução que nunca aconteceu e teve que enfrentar uma ditadura militar no país.

Assim como em *Amor Maldito*, a personagem enfrenta suas inquietações e desilusões da sociedade em que vive. No caso do longa, Fernanda enfrentava o julgamento direto da sociedade por conta de seu relacionamento e, no caso do curta, a personagem enfrenta melancolicamente a desilusão dos ideais do passado que não se concretizaram.

Além disso, é importante destacar os momentos históricos de cada filme. Enquanto o longa critica o conservadorismo na sociedade durante a ditadura militar, o curta, lançado um ano depois do golpe de 2016, apresenta pessimismo com o presente, como será abordado melhor abaixo.

O filme começa com a atriz cantando "Na batucada da vida", música que foi originalmente interpretada por Carmen Miranda mas que também foi cantada por Elis Regina nos anos 1970, enquanto se arruma em frente a um espelho em um camarim. O trecho cantado "De noite, teve choro e batucada/ que acabou de madrugada/ em grossa pancadaria" antecipa a melancolia com que a personagem relembra os anos 1960. Durante toda a ação, a atriz está em frente ao espelho se arrumando.

Ela começa uma reflexão sobre os movimentos de esquerda nos anos 1960 e o período ditatorial brasileiro. A fala é acompanhada de imagens de arquivos de passeatas e, por fim, o rosto de Che Guevara aparece na tela:

> Houve um tempo que eu acreditei que a poesia fosse a profecia dos meus sonhos mais loucos. (...) Os meus flashbacks misturam tudo: passeata com censura, medo com tortura e, pairando acima de tudo, o rosto romântico e argentino de Che Guevara. (O mundo de dentro, 2017).

No longa-metragem, também existe a imagem de Che Guevera para representar os ideais de esquerda associada à personagem de Monique Lafond.

Em seguida, começa a citar partes da música *Yellow Submarine* (1966), dos Beatles. A música, que ficou famosa no fim dos anos 1960, sugere o otimismo da personagem em seu passado: a ideia de viver no "submarino" (afastado; em seu próprio mundo), rodeada de amigos, vivendo uma vida calma. Ou seja, mesmo consciente da repressão e da censura, ainda via, acima disso tudo, a imagem de Che Guevara, que representava uma revolução.

Planos da cidade do Rio de Janeiro e de películas penduradas ocupam o quadro enquanto ela comenta:

> Caminho por transformações tamanhas na longuíssima metragem dos filmes rodados. (...) vou editando, editando os acontecimentos no corpo de um anjo alado. Visitando a cidade, revisitando a cidade, meus passos são lentos, cheios de dificuldade. Cada distância corresponde um novo ponto de vista. (O mundo de dentro, 2017)

Aqui a personagem começa a falar dos diferentes pontos de vista, que vão se desdobrar na próxima sequência comentada abaixo. Destaco o trecho "(...) meus passos são lentos, cheios de dificuldade.", escrito por Adélia Sampaio. Ela parece relembrar a própria trajetória na cidade e no cinema brasileiro: cheia de dificuldades.

Agora mais agitada, a personagem começa a repetir inquieta a frase "cada distância corresponde a um novo ponto de vista" enquanto olha para os dois espelhos que estão na sua frente. Os dois espelhos indicam os dois pontos de vista de um mesmo objeto. Ela apaga do espelho a frase que estava escrita com batom: "tudo

é relativo". Ao terminar, um som de um projetor de filmes acompanha a imagem. O som desaparece aos poucos, sugerindo um possível fim do filme projetado.

Mais calma e aparentando estar mais segura, a câmera enquadra a personagem no meio dos dois espelhos enquanto ela alterna seu olhar de um para outro, dando a impressão de que ela fala para si mesma. Seu discurso repetitivo e confuso revela a importância de compreender e sentir o mundo de fora e o mundo de dentro.



Imagem 4: A personagem diante dos dois espelhos. Fonte: Youtube.

Ela é interrompida quando uma médica chega ao local, revelando que a personagem está, provavelmente, em um hospital psiquiátrico.

A atuação exagerada da atriz, a forma inquieta como ela passa o batom e depois o remove, além de ter como objetivo evidenciar essa desorientação da personagem, entrega também o sentimento da cineasta em relação a um período que foi decisivo não apenas para sua vida pessoal e profissional, mas para o cinema

brasileiro e sua história. A personagem, presa em um hospital, é incapaz de agir enquanto memórias da ditadura ressurgem após o golpe de 2016.

Considerações finais

Adélia Sampaio tem sua importância na história do cinema brasileiro por ser a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no país, fato que só se repetiria anos depois e que ainda é muito escasso no cenário atual. Suas obras analisadas aqui têm o mérito de tratar de um tema tabu que é o relacionamento entre duas mulheres (principalmente em um cenário em que o assunto aparecia nos filmes apenas para satisfazer homens) e de apresentar uma crítica à hipocrisia da moral e dos bons costumes defendidos pela sociedade da época.

Mesmo com os avanços significativos e importantes conquistas após décadas de luta de movimentos sociais e aliados, como a aprovação do casamento homossexual no Brasil, ainda existe, no cenário político atual, uma defesa da moral tal qual existia na época. Essa defesa não se limita apenas a líderes religiosos (a figura do pastor no filme *Amor Maldito*, apesar de ter trinta anos, continua atual), mas está presente também em discussões oficiais do governo brasileiro. Muitas vezes, esse discurso religioso e político aparece unido, como na Bancada Evangélica.

Quando usadas como documento histórico, como é proposto por Ferro (1992), e quando analisadas como proposto por Morettin (2003), os filmes, através de sua montagem, atuações ou outras técnicas, são responsáveis por um discurso próprio. A análise fílmica proposta pelo pesquisador permitiu encontrar esses elementos que evidenciam a crítica à moral da época bem como encontrar divergências entre o que era falado sobre o filme e o que de fato ele é. Como já citado, Sampaio diz que não fez um filme que faz apologia à homossexualidade, mas sim um filme que denuncia a

injustiça em um tribunal. O próprio filme desconstrói isso, uma vez que toda a narrativa e momentos dramáticos são construídos com base no relacionamento das personagens.

Apesar das dificuldades, Adélia Sampaio faz parte do pequeno número de mulheres que realizaram um longa-metragem durante a ditadura militar e, mais do que isso, sem ter condição social para fazê-lo, como revelou em uma entrevista ao Correio Braziliense: "No meu caso – constata sem rancor – tudo se agrava, pois não tenho respaldo especial, nem ascendência que me recomende. E ainda por cima, sou crioula." (*AMOR MALDITO* ENCERRA..., 1984). O estudo de suas obras, como feito aqui, é importante para o reconhecimento da cineasta dentro da história do nosso cinema brasileiro, bem como a avaliação das contribuições de estilo trazidas por ela, com a esperança de que não caia no esquecimento mais uma vez.

Referências bibliográficas

AMOR MALDITO ENCERRA A MOSTRA DOS ANOS 80. **Correio Braziliense**, Atualidades, Brasília, p. 19, 28 set. 1984.

BRASIL, Samantha. Debate: Por um cinema negro feminino. **Delirium Nerd**, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://deliriumnerd.com/2016/12/02/cinema-negro-no-feminino/>. Acesso em: 17 out. 2020

CAKOFF, Leon. Antologia do sexo com culpa. **Folha de S. Paulo**, Ilustrada, São Paulo, p. 37, 17 ago. 1984. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/08/17/21//4206488>. Acesso em 18 out. 2020.

CICLO DE GRIFFITH, na Folha entra em segunda semana. **Folha de São** Paulo,Ilustrada, p. 28, 13 ago. 1984. Disponível em: < https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8863&anchor=4205455&origem=busca&originURL=&pd=c695bb92ec39d7b9151dd8d72dbd0f3f>. Acesso em 15 jan. 2022.

CAVALCANTE, Alcilene. Cineastas brasileiras (feministas) durante a ditadura civil-militar. In: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti (orgs.). **Feminino e plural**: mulheres no cinema brasileiro. Campinas, SP: Papirus, 2017.

_____. A lesbianidade nas telas brasileiras da transição democrática: o protagonismo de Amor Maldito, de Adélia Sampaio. In: **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Campo Grande, v.18, n. 1, p. 142-152, out. 2016.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

MENSAGEM Adversa contra os órgãos de segurança. 3.2.6.13. Brasília, 10 de setembro de 1982. **Serviço Nacional de Informações**. Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82028131/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82028131_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 38, n. 1 p. 11-41, jun. 2003.

OLIVEIRA, Clarissa Cé de. **As trajetórias de Adélia Sampaio na história do cinema brasileiro.** Monografia (Comunicação Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PENA, João Soares. Espaços de excitação: breve trajetória do pornô nas salas de cinema no Brasil. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 434-455, mai-out. 2018.

RAMOS, José Mario Ortiz. **Televisão, publicidade e cultura de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SAMPAIO, Adélia. "Minha escola foi a Difilm": entrevista com Adélia Sampaio. **Filme Cultura**, p. 89-93, nov. 1988.

_____. Adélia Sampaio. **Filme Cultura**, n° 63, p. 22-23, 1° semestre de 2018.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Cinema na panela de barro:** mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação — Faculdade de educação (Universidade de Brasília), Brasília, 2013.

UMA CINEASTA DEBRUÇADA NA JANELA DO MUNDO. **Revista SescTV**, n° 116, nov. 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/10433_UMA+CINEASTA+DEBRUCADA+NA+JANELA+DO+MUNDO>. Acesso em: 17 out. 2020.

Filmes

AMOR MALDITO. Direção: Adélia Sampaio. Produção: João Elias e Adélia Sampaio. Intérpretes: Monique Lafond; Wilma Dias; Emiliano Queiroz; Neuza Amaral; Tony Ferreira; Vinicius Salvatori; Nildo Parente; Maria Letícia; Jalusa Barcelos; Julia Miranda; Mário Petraglia; Marcus Vinicius; Sergio Ascoli; Octacílio Coutinho. Roteiro: José Louzeiro. Rio de Janeiro: A.F. Sampaio Produções Artísticas; Gaivota Filmes, 1984. 80 min, son., color., 35 mm. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z4_3RumxJ-Q&t=1327s>.

O MUNDO DE DENTRO. Direção: Adélia Sampaio. Produção: Beatriz Vierah. Intérprete: Stella Miranda. Roteiro: Adélia Sampaio. 2017. 08 min, son., color. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=N7t1RdRqTF8>.

Imagens

Imagem 1: Cena do filme *Amor Maldito* (Adélia Sampaio, 1984). **Sueli se banha enquanto Fernanda observa**.

Imagem 2: Cena do filme *Amor Maldito* (Adélia Sampaio, 1984). **Uma enorme cruz cristã ocupa o quadro acima do juiz**.

Imagem 3: Cena do filme *Amor Maldito* (Adélia Sampaio, 1984). **Amigo de Fernanda depõe no tribunal**.

Imagem 4: Cena do filme *O mundo de dentro* (Adélia Sampaio, 2017). **A personagem diante dos dois espelhos**.

As imagens dos reis no *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423)

Vitor Eduardo Coghetto Vieira da Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855. v11i1p161-193

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as imagens de reis que se encontram no manuscrito *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423), uma cópia do século XIV do código de leis visigodo *Liber Iudiciorum,* compilado no século VII. Assim, buscamos entender os sentidos e as funções das imagens no manuscrito, sempre tendo em vista que se trata de um objeto documental que possui lógicas próprias. Tais imagens são, por um lado, elementos iconográficos, e por outro, ornamentação: ao mesmo tempo em que elas exibem e legitimam o discurso de justiça e poder da obra, elas ajudam a ordenar e organizar o livro e o discurso, como o conceito de ornamentalidade permite perceber.

Palavras-chaves: Manuscrito; Imagens de reis; Ornamentalidade; Visigodos.

* Graduando em História pela Universidade de São Paulo e membro do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM). A pesquisa apresentada através deste artigo foi desenvolvida através de orientação da prof. Drª Maria Cristina Correia Leandro Pereira (DH-FFLCH/USP), a quem agradeço imensamente, além de contar com financiamento do Programa Unificado de Bolsas da USP (PUB). Contato: vitorcohetto@usp.br

Introdução

O *Libro de las leyes* fechas por los reyes godos é um manuscrito que atualmente se encontra conservado na Biblioteca Lázaro Galdiano, em Madrid, sob a cota 14423[1]. Sua confecção tem datação atribuída à primeira metade do século XIV (YEVES, 1998, p. 402), mas não se sabe exatamente o ano ou o local em que foi produzido. As circunstâncias exatas da produção do manuscrito – seu comitente, seu destinatário, a datação etc. – seriam fundamentais para entendê-lo melhor. Em sua falta, optamos por não avançar muito na sua relação com o contexto histórico, preferindo analisá-lo de um ponto de vista mais interno e formal, buscando discutir as lógicas que presidiram a composição das imagens – entendendo formal não como simples formalismo, mas como uma série de relações que se podem estabelecer através da presença das imagens aliadas à lógica interna do documento. Mas é certo que ainda que muitas das informações essenciais sobre sua produção não tenham como ser estabelecidas, é possível traçar uma breve trajetória das cópias deste código de leis até o século XIV, quando se acredita que o documento aqui tratado tenha sido produzido.

O manuscrito possui dimensões físicas de 25 x 18 cm, com 159 fólios em pergaminho e encadernação moderna (YEVES, 1998, p. 402). Uma quantidade considerável de fólios se perdeu, não se sabe quando, e aqueles que restaram estão em ordem descontinuada a partir do fólio 101r. Escrito em gótico castelhano, possui diversas marcações de leitura e de manuseio pelos copistas que o produziram e também por mãos posteriores, que em algumas partes do manuscrito escreveram nomes de reis ou deixaram outras anotações nas margens. Além disso, a parte escrita

[1] O manuscrito digitalizado está disponível para consulta no site da biblioteca: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Esta pesquisa foi baseada nessa digitalização, uma vez que o acesso à versão física do documento não foi possível.

do manuscrito está organizada em duas colunas por fólio, contendo trinta e uma linhas cada.

O conteúdo do documento é composto por uma série de leis datadas do período visigótico, mais precisamente quando da compilação realizada pelo rei Recesvinto (r. 649-672) a partir de 653. Essa compilação levava o nome de *Liber Iudiciorum* (sic), consistindo em doze livros, contendo cada um deles um tema geral e um conjunto de leis a ele referidas. Apesar da conquista muçulmana da Península Ibérica no início do século VIII e a consequente desaparição do reino visigótico, esse código de leis continuou a ser transmitido ao longo do tempo e nos diversos reinos que se sucederam na Península Ibérica. Yolanda García López (1997), que estuda a transmissão textual das diversas versões que existiram do código, nos informa sobre a existência de diversas famílias textuais que se formaram a partir do texto inicial, em diversos manuscritos.

Um marco fundamental nessa história da transmissão textual é o rei Fernando III, de Castela, que em 1241 ordenou que esse conjunto de leis fosse traduzido para a língua local, provavelmente o castelhano, e aplicado em Córdoba (CASTILLO-LLUCH, 2012, p. 11). Com essa mudança, o código de leis passa a ser conhecido como *Fuero Juzgo*, mantendo-se sua aplicação em algumas localidades, e recebendo novas cópias. Uma destas é justamente o *Libro de las leyes* fechas por los reyes godos, que aqui será discutido e analisado. Este manuscrito, no entanto, apresenta algumas particularidades, uma vez que a presença de imagens de reis é incomum nos manuscritos do *Liber Iudiciorum* e do *Fuero Juzgo.*

No início de cada um dos doze livros de leis contidos no manuscrito se encontra a imagem de um rei visigodo, o que totalizaria doze imagens, caso aquela que deveria preceder o início do Livro VIII, no fólio 100r, não tivesse sido recortada. Além dessas onze imagens de reis, há também uma tabela de consanguinidade precedendo o Livro IV, no fólio 51r, em que uma imagem de Abraão contém os graus de parentesco. Essa imagem, no entanto, não será abordada com maiores detalhes neste artigo, pois seria necessário uma nova pesquisa para dar conta de analisar seus modos de funcionamento dentro do manuscrito, além de inseri-la em uma tradição de imagens semelhantes.

As imagens de reis no *Libro de las leyes*: metodologia de análise

Como analisar as imagens de reis contidas neste manuscrito? Em um primeiro momento resultaria muito fácil se nos fiássemos aqui à noção de mera ilustração que cada uma das imagens contidas ao longo dos fólios parece evocar. Afinal, as onze imagens sobreviventes se referem a um rei visigodo, e há mesmo uma inscrição que as acompanha nomeando-os. Esses indícios levam a uma visão bastante direta, em um primeiro momento, sobre uma suposta função única legada a essas imagens, remetendo à ligação com um dado indivíduo.

No entanto, Baschet (1996) já nos alertou sobre o perigo de entender as imagens na Idade Média enquanto mera representação, noção que pressupõe um destacamento destas em relação ao objeto ou suporte em que estão localizadas, resultando assim em uma visão de recorte e redução do todo. Concordamos com ele, e pareceu-nos fundamental entender a complexidade das relações que as imagens travam com todo seu entorno material e textual. Para isso, a noção proposta pelo autor de imagem-objeto (BASCHET, 1996, p.11) serve como suporte teórico e metodológico, ajudando a evidenciar como a materialidade e os usos dos objetos e

dos suportes em que se encontram as imagens devem ser considerados em seu estudo. Assim, é necessário pensar em como os usos de um manuscrito de natureza jurídica incluíram a presença de imagens de reis e como a própria presença destas imagens interferiu nos sentidos do texto e do manuscrito como um todo.

Através da constatação dessas influências mútuas e complexas que imagem e manuscrito exercem um sobre o outro, torna-se mais clara a necessidade de um maior cuidado ao tratar sobre imagens. Ainda seguindo as ideias apresentadas por Baschet, entendemos que buscar uma função única para as imagens está longe de ser algo adequado, e que o uso do termo no seu plural, "funções" pode chegar mais perto de fornecer uma abordagem adequada. Além disso, não se trata somente de fornecer aspectos descritivos sobre as imagens, mas de analisá-las, de procurar entender seus modos de funcionamento no manuscrito. Uma das ferramentas importantes para isso são as de caráter comparativo, como identificar semelhanças e diferenças entre as imagens, tomando-as em uma perspectiva individual e também coletiva. Por meio dessas comparações, evidenciam-se padrões e dissonâncias nas imagens e percebem-se os pontos que se quer ressaltar, por exemplo.

Definidas algumas balizas metodológicas de enfrentamento das imagens no manuscrito, elencamos a ordem em que estes elementos serão descritos e analisados a seguir. Primeiramente, pretendemos partir de uma análise de conjunto das imagens de reis, descrevendo seus aspectos gerais, como insígnias, trono, cores e gestualidade, estabelecendo em seguida suas semelhanças e variações. Por fim, introduziremos e aprofundaremos a discussão da ideia de ordenação e do papel que

o ornamental cumpre no manuscrito, a partir das ideias de Bonne (1996), que apresentaremos mais adiante, procurando, assim, evidenciar não só algumas das funções que as imagens exercem em seu suporte, mas também seus modos de funcionamento.

Análise de conjunto: as onze imagens de reis

Como já mencionado anteriormente, há onze imagens de reis neste manuscrito, sendo que cada uma delas sempre precede um livro de leis. Em todas se observa a mesma ideia, figurar um rei visigodo junto com alguns símbolos que evidenciem sua majestade, sua condição de rei. A identificação destas personagens como os reis visigodos se dá pela inscrição de seu nome acompanhando cada imagem. Esta inscrição está sempre contida no interior do espaço reservado à imagem, mas em alguns casos encontra-se bastante desgastada, dificultando a identificação[2].

Em todas as imagens, os reis se encontram em posição frontal, sentados em uma espécie de trono e portando suas insígnias reais. Não há fundo nelas, os reis são pintados diretamente sobre o pergaminho, o que de certo modo reforça a vinculação dos reis ao texto das leis, ele também sem fundo. Em todas as imagens os reis apresentam o mesmo tipo de roupa, que é genérica para a representação de monarcas na Idade Média, não servindo para precisar a datação nem dos reis nem do manuscrito: vestes longas que cobrem toda a extensão de seu corpo, ficando de fora apenas o rosto, as mãos e os pés – estes últimos cobertos por uma espécie de

[2] É o caso das imagens contidas nos fólios 1r, 4r e 51v. Até o momento da redação deste artigo, foi possível identificar o nome de sete reis: Égica (f.35r), Bamba (f.63r), Chindasvinto (f.76r), Recaredo (f.123v), Sisenando (f.135r), Sisebuto (f.101r), Ervígio (f.103r). Quanto aos demais, além dos já mencionados desgastes que dificultam a identificação do rei, há um caso em que a compreensão não foi possível, provavelmente devido à pluralidade de maneiras em que os nomes eram frequentemente escritos nos documentos medievais.

calçado. As vestes possuem algumas variações entre si, sendo no uso das cores onde se observa melhor essa diversidade, mostrando que o artista teve um cuidado especial em não repetir o padrão de pigmentos utilizados de uma imagem para a outra. Talvez mais do que atribuir algum valor específico à escolha das cores para cada imagem de rei, a preocupação principal fosse aplicar a noção de variedade às imagens, um valor estético importante para o mundo medieval (SANTOS, 2014, p. 96).

Há variedade também na gestualidade dos reis e nas insígnias que estes portam. Consideramos, neste artigo, que estes dois domínios devem ser analisados e entendidos igualmente em uma perspectiva de conjunto, em que as diferenças observadas entre as imagens, no tocante às duas categorias mencionadas, dão-se dentro do sistema de variação, mas não excluindo a possibilidade de que, eventualmente, a individualidade ou mesmo algum tipo de hierarquização também possam ser levadas em consideração.

O gesto é uma característica importante das imagens medievais. A posição dos corpos, das mãos e dos objetos era pensada pelos iluminadores para transmitir sentidos, não sendo, portanto, meras formalidades acrescentadas às imagens (AUBERT, 2015, p. 81). No caso do manuscrito em estudo, os gestos dos reis estão ligados aos objetos que carregam: suas espadas, cetros e orbes. Assim, existe nas imagens uma postura de ostensividade por parte dos reis, que buscam evidenciar a presença de suas insígnias. Observa-se que as mãos e os braços dos reis, nas onze imagens do manuscrito, são dispostos em posições que evidenciam o porte dos objetos, principalmente no caso das espadas e dos cetros. Geralmente o braço está

estendido ao lado do corpo e a mão segura o cetro e a espada, de modo que estes objetos se elevem em uma posição quase paralela ao corpo, erguendo-se até sua cabeça.

Os orbes são portados com um gesto que parece indicar um cuidado maior, quase de proteção. As mãos os acomodam, na maioria das imagens, na região do abdômen dos reis, junto ao colo (Imagem 1). Apenas duas vezes o orbe é projetado da mesma maneira que os cetros e as espadas, numa posição de ostensividade[3]. Nestes dois casos, o que parece ocorrer é a preocupação com a não repetição excessiva dos gestos. As imagens imediatamente anteriores[4] aos dois casos mencionados apresentam uma composição muito semelhante, pois apresentam as mesmas insígnias. Assim, para que não ficasse evidente essa repetição, parece que houve uma opção por deslocar a posição em que os orbes são segurados, de maneira a quebrar esse padrão repetitivo.



[3] É o caso das imagens dos fólios 35r e 90r.
[4] Fólios 4r e 76r.

Imagem 1: Rei Recaredo (r. 586-601) portando espada e orbe. Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos.* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.123v). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

A gestualidade aliada a objetos que evocam a posição real permite que entendamos que existe nas imagens uma preocupação em marcar a posição de autoridade dos reis; e a posição de ostensividade com que são apresentadas as insígnias reforça a necessidade de que o observador tenha ciência de que os objetos pertencem a um domínio de poder. Ao se levar em conta a natureza jurídica do manuscrito, onde as imagens, por sua própria disposição nos fólios, já cumprem uma posição de anunciadoras de um conjunto de leis (Imagem 2), pode-se inferir que essa preocupação em evidenciar os objetos de poder faz parte da atribuição de legitimidade tanto à imagem dos reis como ao próprio texto que se segue a elas. Para detalhar esse argumento, é preciso discutir algumas possibilidades de interpretação fornecidas pelas insígnias reais presentes nas imagens.



Imagem 2: A imagem do rei precede o início do livro de leis e seus artigos. Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.1r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

Tome-se como exemplo o cetro, que aparece em sete imagens[5]. Esta insígnia possui forte vinculação com alguns textos bíblicos, nos quais aparece como instrumento da justiça de Deus, que garante a manutenção dos reinos celeste e terreno[6]. A partir dessa origem no texto sagrado do cristianismo, essa insígnia passa a ser uma alusão tanto ao poder divino quanto ao poder terrestre que os reis têm em suas mãos (SERRANO COLL, 2011, p.143), uma vez que cabe a eles representar a vontade de Deus, como escolhidos para governar na terra. Assim, quando se encontra esse tipo de objeto em um manuscrito de caráter jurídico, parece válido seguir por um caminho que enxerga uma vinculação entre a imagem, a insígnia e a natureza textual do documento em que está contida. Mesmo nas imagens em que o

[5] Os reis que portam cetros se encontram nos fólios 4r, 35r, 51v, 63r, 101r, 103r e 115r.
[6] Por exemplo, no salmo 45, versículo 8. Bíblia de Jerusalém (São Paulo: Paulus, 2004).

rei porta uma espada no lugar do cetro[7] se pode inferir que a insígnia não muda a interpretação geral de justiça e poder, fornecida pelo contexto do documento e sua articulação com as imagens. Não há mudanças significativas na composição do perfil dos reis ou de suas vestes e tronos que indiquem que a espada evoca um caráter unicamente militar. As espadas, se entendidas somente em uma esfera de simbologia militar, teriam seus múltiplos significados obliterados (SERRANO COLL, 2011, p.141), e no contexto geral do *Libro de las leyes*, parece correto entender esse instrumento como integrante de uma imagem de um rei justo, mais do que de um rei guerreiro (embora essa ideia não deva ser descartada).

Além do cetro e da espada, complementam o aparato real nas imagens as coroas e os orbes. Todos os reis usam coroas, indicando mais uma marcação de autoridade da sua posição e apenas duas imagens não colocam o orbe nas mãos do rei, como é o caso daquelas contidas nos fólios 63r e 101r. No caso do primeiro fólio mencionado, o orbe é substituído por um objeto que lembra um corno (Imagem 3) e que até o presente momento não foi identificado com certeza. No caso do último fólio mencionado, o orbe não aparece e o rei porta um cetro, segurando-o com ambas as mãos (Imagem 4).

[7] Caberia, em uma etapa posterior da pesquisa, investigar as biografias dos reis representados de maneira particular, para identificar se a designação de um cetro ou uma espada é determinada por algo vinculado a ela, como alguma característica marcante de seu reinado, ou se faz parte de uma ideia de variedade e busca pela não repetição excessiva de modelos, como já dito sobre as cores anteriormente.



Imagem 3: Detalhe do rei Bamba (r. 672-680). Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.63r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html



Imagem 4: Rei Sisebuto (r.612-621), uma das imagens sem orbe. Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.101r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

Percebe-se que as imagens do manuscrito, portanto, estão sempre reforçando uma ideia de autoridade, mobilizando para isso a gestualidade e os objetos exibidos através desses gestos. Ainda mais por se tratar de imagens que necessariamente precedem um conjunto de leis, pode-se pensar em diversas possibilidades de atuação destas no nível funcional do documento. A própria presença de um rei, que através da posição de seus braços estende suas insígnias de forma a evidenciar para o observador a indiscutível posição de superioridade e legitimidade, parece garantir que o conteúdo textual que se seguirá é derivado de uma fonte de justiça inequívoca.

O funcionamento dessas imagens como aferidoras de autoridade e justiça ao texto é um caminho que parece plausível, uma vez que a grande maioria das leis presentes no documento não dizem respeito diretamente aos reis ali representados através das imagens. Se, por exemplo, um dos livros de lei é precedido pela imagem de Sisebuto (r. 612-621), muitas das leis ali contidas, se não todas, não dizem respeito ao seu reinado. Assim, a ideia já mencionada, de que a presença dos reis no manuscrito serve como um empréstimo de autoridade, uma dignificação, um marcador de justiça, parece ganhar força, uma vez que a possibilidade de sua presença ser uma mera correlação direta de autoria com as leis não encontra respaldo.

Ainda em relação às insígnias e à marcação de autoridade, resta analisar mais detidamente um último elemento presente nas imagens dos reis: os tronos ou assentos sobre os quais se encontram. Mais uma vez, quando analisamos as imagens conjuntamente, percebe-se que a preocupação com variedade também se faz presente, assim como já discutido para as cores e a posição das mãos. No caso dos tronos, percebe-se que as diferenças são bastante pronunciadas em alguns casos. Em algumas imagens o desenho dos tronos se assemelha bastante, quase como se fosse um modelo básico em que o iluminador se apoiou para desenhar e pintar os assentos[8]. Nestes casos, o rei se senta em um trono que possui um formato bastante simples, sendo as variações sobretudo nas cores empregadas na superfície do que no formato. Outros quatro exemplos diferem do modelo apontado acima: nos fólios 63r e 90r a composição tem características muito particulares, não se aproximando de outros modelos no manuscrito; já os assentos dos fólios 4r e 115r podem ser tomados em par, uma vez que se assemelham, mas ao mesmo tempo se distanciam

[8] É o caso das imagens dos fólios 1r, 35r, 51v, 76r, 101r, 103r e 123v.

dos demais no que parece ser uma maior preocupação com seu desenho e com seus detalhes.

A diferenciação entre os modelos de tronos, ou assentos, pode indicar que o iluminador pretendia evidenciar algum tipo de hierarquia entre os reis presentes nas imagens, uma vez que existem agrupamentos que se assemelham bastante entre si, dentro de um modelo comum, e outros que possuem características distintivas quando comparados ao restante do grupo. Essa possibilidade, porém, não pode ser afirmada com certeza, sendo necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre a história de cada um dos reis presentes no manuscrito e sobre a imagem e conhecimento que se tinha deles na época da confecção do documento. Por exemplo, no fólio 63r (Imagem 3), a imagem apresenta um assento bastante mais simples que os demais e que parece estar situado sobre uma base pintada na cor verde, como se fosse uma relva (também caso único no manuscrito). A imagem representa o rei Bamba que, segundo Dias (2003), é objeto de uma lenda, que se difunde ao longo da Idade Média na Península Ibérica, que lhe atribui uma origem humilde, de lavrador, que é escolhido por Deus para reinar, cumprindo o desígnio divino de comandar o povo godo. Ainda segundo a autora, essa lenda aparece formalmente, pela primeira vez, por volta de meados do século XIII, no *Libro de las Generaciones*. Não se pode afirmar nenhuma correlação direta entre essa lenda e a composição da imagem no *Libro de las leyes*, mas essa hipótese ajudaria a explicar a composição diferente observada na imagem, que parece evocar um ambiente com alguma conotação natural e de simplicidade.

Um detalhe a mais que deve ser mencionado neste contexto de diferenças entre as imagens que possam indicar um desejo de transmitir valores sobre cada rei é a presença de um elemento que parece ser um pássaro na imagem do fólio 103r, posicionado na ponta do cetro que o rei Ervígio (r. 680-687) segura (Imagem 5). Essa ave é pintada na cor preta e está de perfil, com a cabeça voltada em direção ao rosto do rei. Esse detalhe precisa ser mencionado pois foge ao que se observa serialmente no conjunto das imagens, podendo indicar algum tipo de distinção, ou ainda, fazer referência a algum episódio da biografia de Ervígio. Essas possibilidades, assim como a questão das hierarquizações através dos tronos, precisam ainda ser mais bem averiguadas por meio de pesquisas sobre o rei em questão.



Imagem 5: Detalhe do rei Ervígio, onde um pássaro repousa na ponta de seu cetro. Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.103r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

A imagem como autoridade e a ornamentação como organização

A análise da composição das imagens contidas no manuscrito, selecionando os aspectos comuns que se repetem em todos os exemplos, tais como as insígnias, os

tronos e mesmo a atenção voltada para as particularidades que se desprendem do padrão estabelecido pelo iluminador, fornecem um bom modo de se aproximar das funções exercidas por estas em conjunto com o texto. É importante recuperar a discussão estabelecida no início da seção sobre a metodologia de análise das imagens, onde reforçamos que sua presença não pode ser entendida hermeticamente, numa existência voltada para si mesma, alheia aos outros aspectos presentes no documento. A presença da imagem se faz em meio a um verdadeiro mar textual, fazendo com que fosse necessário conformar lugares bem definidos para ambas as categorias, proporcionando uma organização que ao mesmo tempo valorizasse os reis enquanto imagem e que não interrompesse a fluidez necessária ao texto.

Essa necessidade de fluidez pode ser explicada pelo caráter do documento, um compilado de leis. A enumeração dos artigos dentro de cada livro, em que são ordenadas as diversas leis que compõem o código, pede que não haja interrupções abruptas que possam dificultar a consulta e o manuseio das mesmas. No entanto, ainda dentro dessa noção de boa fluidez do texto e da imagem, esta última talvez tenha sido mobilizada também com a função de ajudar na referência do leitor que travasse contato com o documento. As imagens precedendo os livros de leis poderiam servir como guias visuais, chamando a atenção e facilitando o manuseio dos fólios quando se desejasse consultar um livro de leis específico[9]. Levando em consideração que existem centenas de artigos dispostos ao longo do documento,

[9] Ao discutir os lugares reservados para a presença de imagens no manuscrito da Estoria de Espanna (Escorial, X.I.4.), Rodríguez Porto (2013) indica esse tipo de função que as imagens podem exercer.

reforça-se a necessidade de que a organização do manuscrito facilite seu uso. A ornamentação, como veremos, possui papel muito importante nessa questão, sendo responsável pela ordenação das imagens dentro do documento. Todos os elementos nele presentes devem, portanto, trabalhar para um melhor funcionamento, construindo-se para isso lugares adequados à imagem e ao texto.

Essa distribuição de lugares, porém, não significa que imagem e texto existissem em universos completamente distintos, onde a presença de um e de outro não possuiria qualquer tipo de diálogo. O bom funcionamento do manuscrito se dá graças a um jogo de empréstimos e de integração sutil entre os dois lados. Para melhor evidenciar a ideia aqui desenvolvida, é preciso voltar à questão das imagens e do discurso que elas parecem apresentar.

Como já dito anteriormente, todos os reis apresentam uma gestualidade que visa exibir sua posição de poder, mobilizando instrumentos que, mais do que uma posição de realeza, reforçam o caráter de aferição de justiça que essa posição garantia à pessoa real – seja através dos cetros, com seus diversos sentidos, entre eles o de representar a justiça dos reis, advinda do poder de Deus, seja com a espada, que além de demonstrar força militar, evoca também a espada de justiça, de acordo com o contexto geral do documento. Portanto, tem-se um discurso que transparece pela imagem, que quer se fazer presente a todos que porventura lidassem com o manuscrito. A presença real, ao mesmo tempo que garante a legitimidade das leis que se seguem à sua imagem, é alimentada pelo caráter histórico da legislação presente, datada de uma ancestralidade visigótica que ao longo dos séculos nunca deixou de ser recuperada dentro dos reinos ibéricos. É o funcionamento em conjunto do texto e da imagem que constrói seus sentidos, reforça suas posições, legitima suas

presenças. Não se entende a particularidade desse manuscrito sem a junção dos dois domínios e a compreensão de sua organização.

Esse empréstimo de autoridade recíproco entre imagem e texto, além de acontecer no campo subjetivo, conduzido pelos discursos produzidos pela composição da imagem dos reis e pela forte tradição visigótica na região em que foi produzido o manuscrito, acontece também de uma maneira bastante explícita, visível. Se é necessário que os lugares sejam delimitados de forma a garantir o funcionamento adequado do documento, isso é feito através do auxílio e da presença da ornamentação, tanto nas imagens quanto no texto.

Todas as imagens de reis presentes ao longo dos fólios estão contidas no interior de um elemento ornamental. Esse elemento é composto de duas formas, uma primeira camada circular, que circunscreve a presença do rei e delimita o lugar em que a imagem existe, e uma segunda mais exterior, que contém a primeira e possui um formato retangular. Em ambas, o interior é preenchido por formas entrelaçadas finas, que evocam movimentos circulares e cujo padrão parece se repetir em todas as imagens, com leves alterações dado o caráter manual do traçado. As alterações mais significativas ocorrem na cor escolhida para o traçado das formas que preenchem tanto o círculo quanto o retângulo, e as bordas dos mesmos. Varia-se entre o azul e o vermelho, notando-se que o iluminador mais uma vez procura evitar a repetição evidente. Há, portanto, uma troca, onde ora as áreas circulares e seus entrelaçados são feitas com a cor vermelha, ora com o azul, o mesmo se aplicando à

área dos retângulos. Os padrões se alteram dentro desse sistema de uma imagem para a outra, mas se repetem dentro do conjunto das onze imagens.

Os motivos ornamentais acima detalhados, no entanto, não são novidades do *Libro de las leyes*, sendo possível apontar sua presença em manuscritos bastante anteriores à sua confecção, como nos exemplares mais antigos do *Liber Iudiciorum*. Tome-se como exemplo um dos manuscritos sobreviventes mais antigos dessa família documental, o Vaticano Reg. lat. 1024[10], datado do século VIII. Nele observa-se que no início de cada livro de leis, a exemplo do *Libro de las leyes*, aparecem motivos circulares em que certa ornamentalização é observada, contendo o título e o número do respectivo livro de leis (Imagem 6). Existe ainda um índice, nos fólios 1v e 2r, que apresenta uma listagem com todos os livros presentes no manuscrito (GARCIA LÓPEZ, 1997, p. 37), com as mesmas formas circulares ornamentadas. Motivos similares podem ser encontrados em outros manuscritos de períodos um pouco posteriores, dos séculos IX e XI, por exemplo, como é o caso dos manuscritos *Leges Visigothorum* (Paris, Bibliothèque Nationale de France, ms. lat. 4667, 827)[11] e *Forum Iudicum* (Madrid, BNE, ms. 10064, s. XI)[12].

[10] Manuscrito disponível para consulta em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.1024
[11] Consultar em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84559359/f1.planchecontact
[12] Consultar em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000059709&page=1

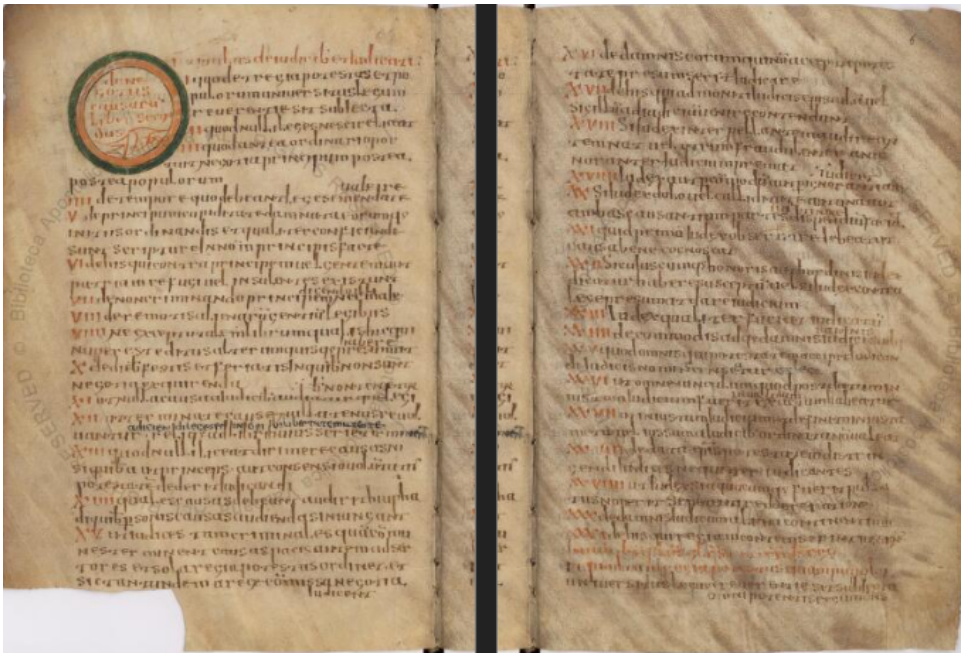


Imagem 6: Motivo circular com ornamentação, dando início a um livro de leis. Fonte: Vaticano Reg. lat. 1024, f.5v. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.1024

Parece verossímil pensar que por meio da sobrevivência de manuscritos mais antigos com as leis visigótica e da continuidade de sua transmissão e cópia criou-se uma tradição de aplicação desse motivo ornamental, mas com algumas adaptações ao longo do tempo, de acordo com características culturais e formais mais familiares aos artistas. Principalmente por se tratar de uma região cujo vínculo com o passado visigótico é tão marcante, recuperar elementos ligados a esse período não seria nenhuma novidade[13]. Mais ainda: o prestígio conferido por esse aspecto da história e

[13] Rodríguez Porto (2018) discute o papel da memória e da história na imaginação medieval, através do que chama de ruínas, como fragmentos de manuscritos do passado ou edifícios que remetem a outras épocas, por exemplo. Assim, questiona as afirmações de que não haveria um sentido histórico na Idade Média, e para isso se vale de alguns exemplos onde atores do período, como Alfonso X

da tradição do reino visigótico permite que a própria associação de um motivo ornamental inicialmente ligado aos códigos de leis visigodos se torne parte do vocabulário artístico dos iluminadores da Península. No caso do *Libro de las leyes*, a associação direta com a ancestralidade documental é evidente, quer por se tratar de uma cópia do conjunto de leis, quer pela presença de imagens figurando reis visigodos no manuscrito.

O ornamental enquanto lugar de integração e potencialização

De maneira a se compreender o funcionamento das imagens no manuscrito, como supracitado, é necessário entender como são construídos os caminhos de integração destas à economia do texto, buscando evidenciar as relações que são produzidas pela presença das duas categorias, imagem e palavra. A necessidade de manutenção de uma fluidez do texto faz com que a inserção das imagens precise ser feita de uma maneira cuidadosa, de forma que sua presença seja instalada da maneira mais adequada possível, em que o caráter honorífico de seu status, manifesto pela própria presença dos reis não seja interrompida, ou não pareça estar fora de lugar. Mais do que o figurativo, isso é trabalho do ornamental. Como aponta Bonne, a ornamentalidade é a capacidade de se produzir relações múltiplas no lugar onde o ornamental se integra a seu suporte (imagem ou objeto):

> "A ornamentalidade, de modo geral, pode tecer relações das mais diversas (enquadramento, destaque, índice direcional, contraponto rítmico ou temático, articulação interna, compartimentação ou recorte, desvio, paródia...) [...]" (BONNE, 1996, p. 213-214, tradução nossa)[14].

(r.1252-1284), engajaram-se numa busca por recuperar o passado visigótico, evidenciando um desejo por se conectar com a história.

[14] No original: "L'ornementalité em général peut entretenir les raports les plus divers (encadrement, soulignement, index directionnel, contrepoint rythmique ou thématique, articulation interne, compartimentage ou suture, décalage, parodie...)"

Dentro dessa característica adaptativa da ornamentalidade, é possível, portanto, compreender o caso particular do *Libro de las leyes*.

As imagens dos reis se integram ao manuscrito através do elemento ornamental que as circunda, e através deste elas podem existir adequadamente dentro do contexto documental e nas relações travadas com os outros elementos que compõem o manuscrito. Note-se como em todos os casos a imagem do rei está contida no interior dos motivos circulares, não ultrapassando os limites impostos pelas bordas ornamentadas. Ao mesmo tempo em que o ornamento funciona como uma contenção à imagem, é somente a partir de seu interior que esta pode existir e se integrar ao regime do manuscrito de maneira adequada. A delimitação de um espaço onde a imagem existe de maneira alguma deve ser entendida sob um prisma apenas redutor, de freio à sua presença. É justamente pela ornamentação circundante à imagem que seu discurso se integra a todo o conjunto do texto.

Pode-se observar que essa ornamentação não é visível apenas ao redor das imagens, mas ela também se repete por todo o conteúdo textual ao longo dos fólios, de maneira mais notável nas iniciais que precedem o detalhamento de cada lei elencada. Essas iniciais possuem uma característica ornamental muito semelhante àquela das imagens dos reis. Seu interior é preenchido por entrelaços de forma circular, como pode ser visto, por exemplo, na inicial “Q” presente no fólio 35r (Imagem 7).



Imagem 7: Detalhe da inicial “Q” e a presença de ornamentalização na letra e na imagem. Fonte: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.35r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

Pode-se observar ainda como alguns traços irradiam-se a partir de algumas iniciais presentes no manuscrito, percorrendo a margem do texto de cima a baixo, quase como se abarcando as colunas de texto que vêm imediatamente à sua frente. O detalhe da inicial “S” no fólio 39v (Imagem 8) mostra bem um dos exemplos de como esses traços buscam se expandir pela página, no que parece ser um desejo de estender o ornamental ao texto, ordenando os espaços, delimitando uma área de

atuação para a palavra. Esse tipo de inicial, classificada, tradicionalmente, de *litterae florissae*, funciona de modo "melismático"[15] (PEREIRA, 2019, p. 32-37).

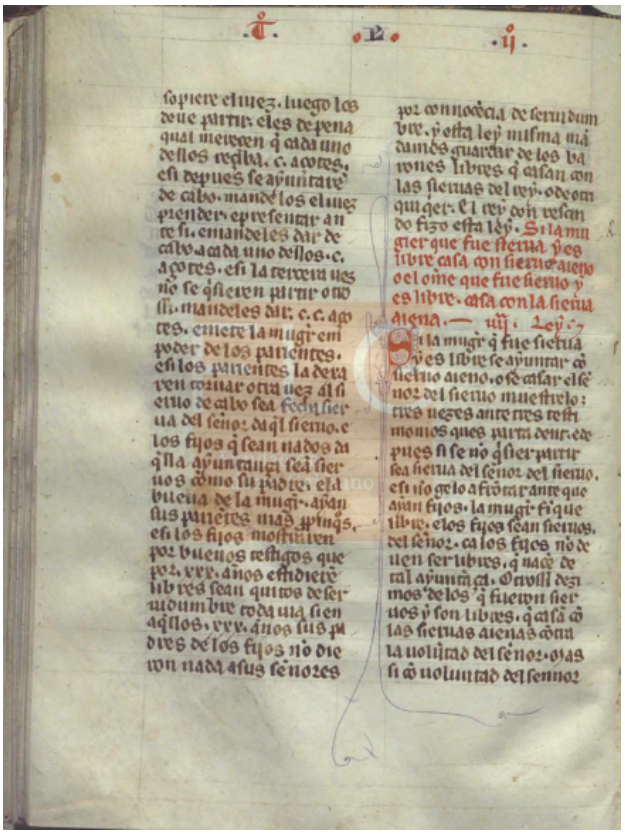


Imagem 8: Inicial melismática "S". Pode-se observar que alguns filamentos partem da letra e estendem-se ao longo do fólio, junto da coluna textual. Fonte: *Libro de las leyes* fechas por los reyes godos (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f. 39v.). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html

[15] O modo de funcionamento melismático toma de empréstimo um termo advindo da musicologia, onde uma mesma sílaba do texto é entoada com diversas notas. Do mesmo modo, as iniciais melismáticas possuem diversos filamentos que se irradiam a partir delas, produzindo um signo identificável, que estende a presença da inicial para outros lugares do texto (PEREIRA, 2019, p. 32).

É possível fazer um estudo mais detalhado sobre as iniciais presentes no manuscrito, mas de modo a complementar a discussão sobre a ornamentação presente neste documento, é suficiente trazer a seguinte observação de Stirnemann (1990) sobre as iniciais melismáticas (ou filigranadas, como ela as chama):

> "O ornamento filigranado [...] intervém regularmente em cada fólio, afirma a estrutura, e o ducto da letra: pontos de articulação; campos fechado e aberto; limites da inicial e do texto." (STIRNEMANN, 1990, p. 58, tradução de PEREIRA, 2019, p. 35)[16] .

A ideia da autora vai ao encontro do que se pretende demonstrar neste trabalho, revelando uma ornamentalização de diversos aspectos no manuscrito, cumprindo uma função estruturante e também contribuindo para a integração do texto e da imagem. A escolha de iniciais que possuem essas características faz parte de uma economia em que a fluidez se faz presente, mas também se fazem presentes as conexões. A inicial transmite sua importância através de suas ramificações, banhando o texto, contribuindo para uma estética mais bela.

Ao ordenar e estruturar o manuscrito, a dimensão ornamental, que participa tanto das imagens quanto do texto, adequa e estabelece diálogos entre as diversas partes, reforçando a ideia já apresentada de que para a melhor compreensão das imagens há de se levar em conta sua inserção e sua integração ao todo. É através do ornamental, portanto, que essa estruturação pode ocorrer, ligando o discurso da imagem ao discurso que emana do próprio conteúdo textual.

Apontamentos em direção a uma memória visigoda

A título de conclusão, é preciso tocar em alguns aspectos que em alguns momentos foram mencionados durante o artigo, quando se falou, principalmente, em

[16] No original: "L'ornament filigrané [...] intervient regulièrement sur chaque feulliet, affirme la structure et le ductus de la lettre: points d'articulation; champs clos et ouvert; confins de l'initiale et du texte."

recuperação de uma memória visigótica ao longo da Idade Média e, mais especificamente, no caso do manuscrito estudado. Para os primeiros reinos cristãos após a ocupação muçulmana na Península Ibérica, em meio àquele cenário que lhes era desfavorável, a associação com o passado visigodo poderia lhes fornecer legitimidade e sustentação política. Monsalvo Antón (2021) demonstra como o reino das Astúrias, por exemplo, cultivou em seu imaginário uma ligação com os visigodos, usando para isso a Crónica de Alfonso III. Essa ligação foi construída através do estabelecimento de laços de continuidade, segundo os quais a monarquia asturiana seria a sucessora dos visigodos, uma vez que esta teria abrigado aqueles que fugiram do domínio muçulmano e queriam combatê-lo. Essa ligação, com o passar dos séculos, foi sendo legitimada através de seguidas crônicas que descreviam os asturianos como verdadeiros herdeiros dos visigodos (MONSALVO ANTÓN, 2021, p. 55).

Um dos aspectos interessantes nesta construção é o uso da obra de Isidoro de Sevilha, a *Historia Gothorum*, que estabelece uma vinculação entre o povo godo e a terra, a Hispania. Como ressalta Monsalvo Antón (MONSALVO ANTÓN, 2021, p. 36), ao estabelecer esses laços entre um povo e uma espécie de terra prometida, as bases para o mito e a glorificação do passado estavam criadas por Isidoro. A partir dessa junção, portanto, cria-se um substrato rico que será reutilizado séculos adiante, em que a terra perdida dos visigodos precisaria ser restaurada, e em que os asturianos aparecem enquanto linhagem advinda dos antigos reis, transmitindo-a para outros reinos.

Díaz (2013) também argumenta que foi através das crônicas e da ideia que inicialmente aparece em Isidoro de uma terra para um povo que o germe da necessidade da reconquista e da recuperação do passado visigodo ganhou força. Essas crônicas, baseadas naquelas produzidas no período asturiano, manipulam o passado de forma a enfatizar o discurso da perda e a criação de uma história da construção da Espanha (DÍAZ, 2013, p .57). No que pese a extensão dessa ideia de reconquista no momento histórico tratado, o que se retém é a recuperação da memória de um reino caído, sua elevação a um patamar de idealização, bem como o movimento positivo que a associação pessoal com os reis do passado parecia garantir aos reis asturianos.

Esse panorama, observado desde períodos próximos cronologicamente ao fim do reino visigodo, revela desde logo uma tendência à idealização do passado e sua recuperação como uma ferramenta política a ser utilizada no presente. Essa situação acaba por ser replicada ao longo da Idade Média na Península Ibérica em diferentes momentos e reinos. Mas ainda que a mobilização do passado visigótico tenha diminuído com o tempo, ou dividido espaço com novas representações de prestígio, é inegável o peso que esse reino tem ao longo da Idade Média.

O manuscrito aqui estudado é um exemplo concreto desse interesse principalmente por seu conteúdo textual, mas também por suas imagens de reis visigodos. Ao que já foi analisado em relação a estas, não se pode deixar de mencionar um último aspecto. Ruiz (1984), discutindo as particularidades da constituição da realeza castelhana e suas representações de poder, ressalta como os reis visigodos mobilizaram o discurso de seu poder através da adoção de ritos muito parecidos com aqueles observados no Império Bizantino, como o “uso do título de *Flavius* e o trono, a coroa, o cetro, o manto púrpura, e os símbolos reais do antigo

império[17]" (RUIZ, 1984, p. 430, tradução nossa). Com exceção do título e da cor púrpura, há sempre a presença desses atributos imperiais no conjunto de imagens do *Libro de las leyes*. Além das funções mais gerais de demonstração de poder, autoridade, justiça e fé cristã, essas insígnias poderiam também se remeter mais diretamente a esse passado visigótico (e, indiretamente, também imperial). Teríamos assim o reforço da manutenção de uma memória não apenas jurídica e política – e textual – dos visigodos, mas também visual.

Conclusão

Através deste artigo, procuramos entender as imagens não apenas como elementos iconográficos que "ilustram" o manuscrito ou que o embelezam. Ainda que de fato elas remetam aos reis visigodos, elas não o fazem por meio de um registro de tipo mimético. Há, ao contrário, toda uma construção retórica visual, que se utiliza de recursos próprios às imagens. Esses recursos são, por um lado, de tipo figurativo – a representação dos reis com seus atributos (e os vários sentidos que estes portam) – e, por outro, ornamental – as cores, o motivo em filigrana etc. Se os recursos iconográficos exibem, reforçam e legitimam a autoridade do texto, a ornamentalidade ajuda a ordená-lo, além de embelezá-lo. O ornamental ocupa e floresce, faz a junção e a integração da imagem ao texto. E é através dessa integração que se transmite toda a potência da presença dos reis, de sua imagem de justiça e poder, para o texto que se segue a eles. Da mesma forma, o próprio texto, também ordenado e adequado

[17] No original:" Les rois wisigoths prirent dès lors le titre de Flavius et le trone, la couronne, le sceptre, le manteau de pourpre et les symboles royaux de l'ancien empire".

pela presença do ornamental, age sobre a imagem, exaltando sua legitimidade através de seu conteúdo.

Fontes Manuscritas

Compendio de crónicas de reyes, séc. XIV. BNE 7415, Madrid.

Forum Iudicum. Madrid, BNE, ms.10064.

Fuero Juzgo. BDH, Vit.17-10.

Fuero Juzgo. Lisboa, BNP, IL 111.

Fuero Juzgo. Murcia, AM, serie S, ms.53.

Leges Visigothorum. Paris, Bibliothèque Nationale, lat. 4667

Liber Iudiciorum. Vaticano Reg. lat. 1024.

Libro de las leyes fechas por los reyes godos. Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, R.14423.

Bibliografia

AUBERT, Eduardo Henrik. Reflexões sobre a imagem como gesto: Apontamentos a partir do manuscrito Paris, BNF, Latin 9449. **Revista de História** (USP), São Paulo, v.172, p.77-111.

BASCHET, Jérôme. Introduction: l'image-objet. In: BASCHET, Jérôme et SCHMITT, Jean-Claude (org). **L'image**. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval. Paris: Le Léopard Le Léopard d'Or, 1996, p. 7-26.

BONNE, Jean-Claude. De l'ornemental das l'art medieval (VIIe-XIIe siècle). Le modèle insulaire. In: BASCHET, Jérôme e SCHMITT, Jean-Claude (orgs). **L'image**. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval. Paris: Le Léopard d'Or, 1996, p. 201-249.

CASTILLO LLUCH, Mónica. **Las lenguas del *Fuero Juzgo***: avatares históricos e historiográficos de las versiones romances de la Ley visigótica (I), e-Spania [En ligne], 2012, p.1-17.

_____. **Las fechas del *Fuero Juzgo***: avatares históricos e historiográficos de la versión romance de la ley visigótica (II). In NARBONA JIMÉNEZ, Antonio; LÓPEZ SERENA, Araceli

López Serena (coords.). *El español a través del tiempo*. Estudios de lingüística histórica ofrecidos a Rafael Cano Aguilar. Sevilla: Editorial de la Universidad de Sevilla, 2016. p. 47-68.

COLLINS, Roger. **Visigothic Spain**: 409-711(A History of Spain). Malden, MA: Blackwell, 2004.

DIAS, Maria Isabel Rosa. **A lenda do Rei Bamba**. *Revista ELO*, n. 34, 2003, sp.

DÍAZ, Pablo de la Cruz. El mito godo en la construcción de Castilla. In: CORRAL CRUZ, Fernando; VISO, Iñaki Viso. **El historiador y la sociedad**: homenaje al profesor José María Mínguez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, p. 53-65.

GALVÁN FREILE. Fernando. La producción de manuscritos iluminados en la Edad Media y su vinculación a las monarquias hispanas. **Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte** (U.A.M.). Vol. XIII, 2001, p.37-51.

GARCIA LÓPEZ, Yolanda. **Estudios críticos y literarios de la** «Lex Wisigothorum». Alcalá de Henares: Ed. Universidade de Alcalá, 1997.

MONSALVO ANTÓN, José María. **En tiempo de los reyes donde yo vengo**: usos del pasado y legitimación monárquica (del Reino de Asturias a los Trastámara). Murcia: Universidad de Murcia, 2021.

PEREIRA, Maria Cristina. **As letras e as imagens**. Iniciais ornamentadas em manuscritos do Ocidente medieval. São Paulo: Intermeios, 2019, p.23-52.

_____. Da conexidade entre texto e imagem no Ocidente medieval. In: OLIVEIRA, Terezinha; VISALLI, Angelina M. (Org.). **Leituras e imagens da Idade Média**. Maringá: UDEM, 2011.

RODRÍGUEZ PORTO, Rosa María. **Tragedia y profecía**: La reflexión sobre las ruinas en la literatura medieval castellana. I L. ARCINIEGA GARCÍA, Luis, & SERRA DESFILIS, Amadeo (Ed.). *Recepción, imagen y memoria del arte del pasado*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2018, p. 101-125.

_____. **“Otros reyes de la su casa onde él venía”**: metáforas, diagramas y figuras en la historiografía castellana (1282-1332). *Revista de poética medieval* 27, 2013, p. 197-232

RUIZ, Teofilo F. **Une royauté sans sacre**: La monarchie castillane du bas moyen age. *Annales*. Histoire, Sciences Sociales 39e Année, No. 3, 1984, p. 429-453.

SANTOS, Aline Benvegnú dos. **A ornamentalidade dos capitéis do claustro Sant Benet de Bages**: as funções do decor na arte românica. 2014. 243 f. Tese (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SERRANO COLL, Marta. **Los signos del poder**: Regalias como complemento a los emblemas de uso imediato. *Emblemata*, Zaragoza, v. 17, 2011, p. 129-154.

STIRNEMANN, Patricia. Fils de la vierge. **L’initiale à filigranes parisienne: 1140-1314**. *Revue de l’Art*, n.90, 1990, pp. 58-73.

YEVES, Juan Antonio. **Manuscritos españoles de la Biblioteca Lázaro Galdiano**. Madrid: Ollero & Ramos/Fundación Lázaro Galdiano, [1998], n. 285, p.402.

Imagens

Imagem 1: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.123v). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 2: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.1r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 3: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.63r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 4: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos*. (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.101r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 5: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.103r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 6: Vaticano Reg. lat. 1024, f.5v. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.1024. Acesso em: 01/2022.

Imagem 7: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f.35r). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

Imagem 8: *Libro de las leyes fechas por los reyes godos* (Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano, Mss. R14423, f. 39v.). Disponível em: www.bibliotecalazarogaldiano.es/mss/r14423.html. Acesso em: 08/2021.

As políticas culturais no Chile: Os percursos particulares entre o governo da Unidade Popular e a patrimonialização da memória pós ditadura militar*

Bruna Torres Calarezo**
Cinthia de Cássia Cardoso***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p194-217

Resumo: Este artigo apresenta reflexões acerca das políticas de cultura em dois momentos da história chilena: o governo da Unidade Popular de Salvador Allende e a reabertura democrática após a ditadura militar de Pinochet. Partindo desses processos históricos, é preciso compreender os distintos conceitos de política, cultura e memória adotados durante esses períodos e, também, as instituições museológicas que sintetizam essas expressões - como é o caso do Museu da Solidariedade e o Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos. O questionamento proposto aqui utiliza-se do debate entre autores das áreas de cultura, patrimônio e memória para exemplificar a expressão da Nova Museologia em torno desses projetos e suas respectivas contribuições e discussões.

Palavras-chaves: Chile; Memória; Patrimônio; Políticas Culturais; Unidade Popular

*Em agradecimento a professora Dra. Inês Cordeiro Gouveia do Instituto de Estudos Brasileiros da USP pelas discussões e comentários que inspiraram a realização deste artigo.
** Graduandas em História pela Universidade de São Paulo (USP). Contatos: bru_calarezo@usp.br e cinthiacardoso@usp.br .

Introdução

Partindo da ideia de que a História e, mais especificamente, a pesquisa em História é fato articulador e produtor de conhecimento histórico no presente, o seguinte trabalho procura problematizar algumas questões referentes aos processos de produção de memória e, consequentemente de cultura, em dois momentos da trajetória do Chile: o Governo da Unidade Popular e o pós ditadura militar.

Para isso, leva-se em conta uma perspectiva histórica intimamente ligada com os processos do presente, uma vez que a história é aqui considerada como um elemento constituinte das disputas no campo da memória. Importante ressaltar que a seguinte reflexão não almeja definir conceitos já bastante debatidos como "cultura" e "memória", mas traçar alguns caminhos e indagações que possam contribuir para novos entendimentos desses processos. Ancorado na concepção de que as políticas culturais são produto e produtoras da própria ideia de cultura da sociedade, o estudo inicial deste conceito - aliado às discussões acerca da memória - fundamenta e direciona o olhar para algumas políticas dos governos chilenos.

Tem-se em mente uma ideia fluída de *memória* como parte da construção do presente, logo, influenciada pelos contextos gerais e particulares de produção da pesquisa. Se a história, ciência que estuda os homens no tempo, não está previamente dada como algo acabado para o historiador descobrir, tampouco está a memória, fruto de um diálogo constante do passado com os homens do presente (BLOCH, 2001). Este campo de disputas da memória é o que pauta diversas ações e políticas governamentais que têm impacto direto no terreno cultural - como é no caso do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos* abordado mais adiante.

Consequentemente, a ideia de *cultura* também é aqui empregada de maneira ampla, abarcando aspectos antropológicos e sociológicos. Na dimensão antropológica, entende-se por cultura o produto das interações sociais dos indivíduos, ou seja, suas relações cotidianas permeadas de *habitus*, valores e conceitos sociais próprios. "Dito de outra forma, a *cultura é tudo* que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando" (BOTELHO, 2001, pp.74).

A museologia na perspectiva enunciada por Waldisa Rússio nos anos 1980, também vai considerar a cultura na mesma linha de pensamento, mas enfatizando as relações entre o homem - sujeito com ação modificadora da realidade - e o objeto - testemunho da realidade:

> Então, resulta que, para o museólogo, cultura é essencialmente fazer e viver, ou seja, cultura resulta do trabalho do homem, seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho intelectual refletido materialmente na construção concreta. Daí, vem a relação homem-objeto, homem-objeto-realidade. (RÚSSIO, 1984, pp. 61)

Sociologicamente, a cultura é compreendida no universo profissional, político e econômico, os quais demandam estruturas e canais de produção e expressão mais bem determinados. São, geralmente, estes aspectos melhor circunscritos nas políticas de cultura por sua característica organizacional, a qual produz circuitos sociais mais tangíveis às ações culturais - públicas e privadas. Segundo Isaura Botelho:

> O fato de se estar diante de um universo institucionalizado faz com que este seja, por suas próprias características, o campo privilegiado pelas políticas culturais, já que possui uma visibilidade concreta. Neste espaço, tais políticas

> podem ter uma ação efetiva, pois se está falando de uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos.(BOTELHO, 2001, pp.74)

Perspectiva essa muito marcante no governo de Salvador Allende que tem a produção cultural como eixo articulador da superação de problemas estruturais na sociedade chilena. Levando também em consideração as demandas da realidade social de sua população, aspecto debatido posteriormente no texto.

Consideremos, ainda, a dimensão da cultura. Se esta refere-se à vida cotidiana e a todos os indivíduos circunscritos na sua articulação, a cultura, como anunciou Raymond Williams, é algo *comum*. Comum no sentido de acontecer em todos os lugares, com qualquer pessoa, desde as casas de chá restritas e coroadas da "verdadeira" *kultur* intelectual, até as relações da classe trabalhadora explicitadas na conversa entre um cobrador e um motorista de ônibus (WILLIAMS, 2015, pp. 05). A cultura, para o autor, tem dois sentidos: o dos significados comuns que compõem um modo de vida, e aqueles designados pelos processos criativos de descoberta nas artes e no aprendizado. Trata-se, portanto, da cultura como experiência, vivência produtora de valores e significados sociais em todas e por todas as camadas da população. Dessa forma, dissocia-se da perspectiva dicotômica entre sujeitos cultos e "pobres de espírito", como se a própria cultura fosse algum tipo de graça alcançável apenas por aqueles predestinados ao dom da erudição ou como se a própria educação fosse algo de inato (BOURDIEU, DARBEL, 2018).

Trazer a experiência social para o campo do debate cultural, é justamente

afirmar a complexidade e variabilidade do cotidiano formador das consciências sociais que não surgiram “do nada”. Não existe, portanto, um passado mítico em que essas memórias se ancoraram, mas também estas não são só fruto de um sistema social e produtivo que se impõe a estes sujeitos. É claro que o contexto - político, cultural e econômico - tem alguma influência nos indivíduos produtores de memória, mas não se deve perder de vista a agência destes, expressa na sua experiência cotidiana. É este entendimento de cultura muito valioso para a análise de políticas culturais e governamentais que tendem a excluir certos agentes sociais deste processo, por isso uma perspectiva mais abrangente é aqui utilizada.

Em diálogo com os estudos de Déa Ribeiro Fenelon e com relação à modernidade ocidental, pode-se inferir que o capital elege a razão como elemento articulador e organizador do social, racionalizando todas as questões do cotidiano e tornando o sujeito um objeto do próprio capital, não mais possuidor da sua memória e história. Por isso, toma-se o trabalho desta historiadora para fins metodológicos da pesquisa desenvolvida. Com relação a classe operária e suas experiências de luta, Déa coloca:

> É neste campo que queremos também redefinir nossas noções de lutas de classes, para perceber que esta cultura nada mais é do que o modo de vida das classes trabalhadoras e que aí se define o campo de forças, em embates constantes, tornando a cultura, assim entendida, o espaço privilegiado para o entendimento das contradições colocadas pelo processo. E o interesse nesta abordagem não passa por concepções de descrever ou constatar como se desenvolve esta vida e se desenrolam estas lutas, mas passa por tentar entender o como e o por que isto acontece, recuperando sim sentimentos, valores, sensações de perda e necessidade de reconstrução e sobrevivência para entender o constante fazer-se e refazer-se das classes trabalhadoras.” (FENELON, 1992, pp. 46)

É esta, portanto, a dimensão do significado de cultura e memória que se pretende adotar aqui.

Pensar a cultura como experiência é também pensar na perspectiva de luta por condições concretas de vida de determinada classe social. Afinal, a cultura é aqui colocada como um modo de vida, o qual se cria a partir da necessidade de se reconstruir e reinventar frente aos padrões dominantes. Uma vez que a dimensão cotidiana promove constantes transformações, a própria memória atrelada a esta, circunscreve-se em um campo de disputas. Campo este, permeado por agentes culturais, influenciadores das políticas e influenciados pelos conceitos em voga no período a que se refere.

Partindo desta perspectiva, o objeto de estudo central deste trabalho refere-se às experiências memorialísticas do Chile em dois momentos paradigmáticos de sua história: a experiência de Salvador Allende com as políticas do Governo da Unidade Popular e a redemocratização pós ditadura militar Pinochet. A escolha dos períodos se deu por sua importância histórica, mas também por suas singularidades com relação às articulações em torno das políticas de cultura e disputas no campo da memória.

O primeiro momento relacionado ao governo de Allende, tratou-se de uma situação extraordinária para o período pós Segunda Guerra Mundial, sendo o único governo de esquerda da América Latina democraticamente eleito. Portanto, suas experiências no campo da cultura também foram exemplares, como mostra as discussões da Mesa de Santiago e o projeto do Museu da Solidariedade, analisados mais adiante. Para isso, serão utilizados os trabalhos de Tomás Peters sobre as

políticas de cultura da Unidade Popular, os de Robert Austin Henry em colaboração com Viviana Canibilo Ramírez e Joana Salém Vasconcelos e, também, a tese de Luiza Mader Paladino sobre o Museu da Solidariedade.

O segundo momento referente ao período de redemocratização, exemplifica outras concepções de cultura desenvolvidas no cenário conturbado de reorganização econômica, política e social do país. Para fins de comparação, a análise desta situação será centrada nos Museus de Memória ligados à ditadura, como é o caso do Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile. Como embasamento teórico, as autoras Luisa Fruchtengarten (que trabalha com a temática dos museus de memória traumática) e Karen Donoso Fritz (que aborda o período do "apagão" cultural no Chile de Pinochet) servirão de base para a análise.

Procura-se desenvolver um debate comparativo entre os períodos citados de forma a situar algumas questões referentes às políticas culturais, aos museus e suas relações com a memória. Quais seriam, portanto, os papéis das políticas de patrimônio nestes contextos? No que elas se relacionam com a preservação ou não preservação da memória?

Também é necessário levantar algumas questões pertinentes aos museus e seu lugar nesses processos memorialísticos. Afinal, os museus carregam um ideal de preservação e monumentalização da memória que procura expressar e determinar a cultura da sociedade em que se insere. Mas, mais importante do que aquilo que está incluso na cultura "privilegiada", é o que não aparece nesses espaços. O que é valorizado e quem são os agentes excluídos desse processo e por quê?

Uma vez que as políticas de cultura têm o potencial transformador dos espaços culturais, estas estão intimamente ligadas aos interesses políticos e econômicos do

período. Ou seja, a importância que um governo confere a estas instituições revela não só os seus projetos políticos, mas a concepção de cultura que ele está atrelado. Acredita-se na cultura como algo pronto a ser difundido e ensinado por meio dos museus? Ou esta seria fruto de diversas manifestações sociais produtoras da sua própria memória?

Entendendo a museologia como a ciência que estuda a relação do homem com o objeto, testemunho da realidade, procura-se esclarecer como que isso ocorre nos períodos de análise para entender também as concepções de cultura e o "lugar de memória"[1] nessas sociedades. Afinal, o próprio patrimônio só adquire significado como bem cultural, a partir do momento em que o sujeito lhe atribui significado (RÚSSIO, 1984, pp. 61).

Estas são algumas das questões que nortearam as análises dos períodos citados.

Governo da Unidade Popular e redemocratização pós ditadura militar: Projetos de *cultura* e *memória*

O cenário latino-americano da segunda metade do século XX foi um período de grande efervescência política e cultural - no plano histórico, foi marcado pelo contexto de polarização oriundo da Guerra Fria e, no que tange à temática das políticas públicas, a cultura passou a ser incorporada como elemento ordenador da ação do

[1] No sentido cunhado por Nora como lugares - no âmbito material, simbólico e funcional - híbridos e resultantes da interação recíproca de história e memória. Isto é, fruto do movimento provindo da "vontade de memória" por espaços renegados pela história que são novamente apropriados e transformados por esta nesse duplo processo de sobredeterminação memória-história (NORA, 1984).

Estado (CALABRE, 2013, pp. 325). Este último aspecto nos oferece a seguinte resolução: a forma como a política se dá, no terreno das relações de poder, reflete a sua própria expressão prática. Isso significa que a lógica gerencial aplicada ao governo tem relação direta com a forma como ele se apresenta - ou seja, pela via democrática ou autoritária - e, ao mesmo tempo, também responde a maneira pela qual as políticas culturais irão operar. Tal afirmação propõe pensar, como já apontado por Lia Calabre, sobre a importância do conceito de *cultura* a que tal política faz referência.

Tratando especificamente do caso chileno, é preciso pensar em dois momentos paradigmáticos em termos de políticas culturais - o governo da Unidade Popular representado por Allende e a redemocratização após o longo período de ditadura civil-militar encabeçada por Pinochet. Para refletir sobre como a *cultura* se manifesta na política durante esses períodos deve-se, em primeiro lugar, partir para a etapa da historicização.

Já em meados dos anos 1960 o Chile vivia um momento de transformações significativas, com o início de seus processos de reforma educacional de 1965, reforma universitária em 1968 além, também, dos primeiros passos para uma reforma agrária e nacionalização do cobre no país. Esses processos foram intensificados a partir da vitória de Salvador Allende como candidato da Unidade Popular nas eleições de 1970, triunfo este que representou o encontro de vários segmentos sociais, como intelectuais militantes, estudantes, camponeses, mulheres e trabalhadores em coexistência com o poder burguês - o qual permaneceu sob constante conspiração (HENRY, RAMÍREZ, VASCONCELOS, 2020, pp. 110).

Durante a campanha presidencial de Allende, as artes e a *cultura* ocuparam um

lugar de destaque e essa centralidade se estendeu também durante o seu governo, como afirma Tomás Peters:

> (...) uma série de movimentos artísticos como a Nova Canção Chilena, o teatro universitário, o cinema chileno, a poesia, a indústria editorial e, em geral, a criação artística e popular, contribuíram para a criação de uma *nova cultura* socialista. Sob o lema 'o povo tem arte com Allende' uma série de ações e planos levaram a um novo critério público-estatal em questões culturais. (PETERS, 2020, pp.311).

No próprio "Programa Básico do Governo da Unidade Popular" consta que o Estado deve buscar a incorporação das massas à atividade intelectual e artística, tanto por meio de um sistema educacional radicalmente transformado, como por meio de um sistema nacional de cultura popular. Essa relação direta entre a *cultura* e o programa oficial está inscrita em um projeto ainda maior, em que os intelectuais e artistas - ocupando a posição de vanguarda - e, em dialética com o povo, deveriam caminhar para a consolidação do socialismo e de uma *nova cultura*. Mas, que cultura seria essa?

Podemos afirmar que a *nova cultura* está alicerçada em três pilares estratégicos: a consideração do trabalho como algo do mais alto valor, uma cultura independente e anti-imperialista e uma visão criativa e crítica da realidade. Assim, através da educação e da arte, seria possível transformar a classe trabalhadora - do campo e da cidade - em protagonista de sua própria história, a qual também, não se limitaria aos aspectos culturais, pois se estende para a construção de uma nova mentalidade, um novo espírito e uma nova consciência social (HENRY, RAMÍREZ,

VASCONCELOS, 2020, pp. 112). Para isso, seria preciso, na perspectiva de intelectuais e artistas chilenos, sobretudo, atuar de maneira persuasiva e, por meio de uma produção simbólica, criar uma consciência para que esse trabalhador fosse capaz de compreender as contradições de classe e assumir o processo revolucionário.

Portanto, para além de acabar com a hegemonia da dominação imperialista norte-americana e a da burguesa no âmbito local, tornou-se necessário, na visão do governo Allende, a construção de um projeto estético em torno do *popular* para que fosse possível caminhar para uma democratização cultural. Toma-se o popular aqui como aquilo que emerge de dentro da cultura dominante, "como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem uma lógica própria." (CHAUÍ, 1994, pp. 25). A arte popular, nas palavras de Mário Pedrosa, pautada pela "liberdade criativa" e pela "alegria popular", seriam os chamados vetores fundamentais de uma sociedade em transformação, como era o caso do Chile no contexto latino-americano.

O Museu da Solidariedade, inaugurado no ano de 1972, é uma das expressões desse movimento por uma democratização no âmbito da cultura. A sua criação orgânica, fruto da cooperação, também corresponde à maneira pela qual constituiu seu acervo, baseado em um processo colaborativo. Essa lógica, no entanto, não foi adotada por acaso:

> Esse modelo museológico baseado na doação foi o elemento de distinção do Museu da Solidariedade que, desde o início, se distanciou do *modus operandi* tradicional de outros museus, ao contrariar o fluxo usual dos objetos de arte - criador, marchand, colecionador privado. (PALADINO, 2020, pp.96).

As doações estabeleciam uma lógica de relação direta com o povo e tinham um caráter assumidamente político - representavam, assim, a empatia dos artistas ao experimento socialista de Salvador Allende. O Museu da Solidariedade era, assim, entendido como uma instituição fundamental para a via revolucionária e angariava também a congregação de uma perspectiva internacionalista - que projetou as nações terceiro-mundistas (à luz da compreensão teórica da época), como as latino-americanas, no plano global.



Pag. 14 LA NACION, Santiago Martes 16 de Mayo de 1972

INAUGURAN EL MUSEO DE LA SOLIDARIDAD

En la ceremonia, que se realizará en el Museo de Arte Contemporáneo, estará presente el Primer Mandatario.

El Presidente de la República, doctor Salvador Allende, inaugurará mañana el Museo de la Solidaridad, en una ceremonia que se llevará a efecto en el Museo de Arte Contemporáneo de la Quinta Normal, a las 18.30 horas.

La muestra tiene más de 600 cuadros que han llegado al país, especialmente donados por los artistas que los hicieron, y el evento reviste especial importancia por el hecho de que el valor aproximado de los cuadros sobrepasa el millón de dólares, sin contar con un cuadro de Miró que está asegurado en 500 mil dólares.

SIMPATIA CON EL PROCESO CHILENO

A raíz de la operación verbal, en la cual se contempló a diversos artistas e intelectuales del mundo entero se formó un comité internacional de solidaridad artística con Chile, el cual quedó presidido por Mario Pedrosa, vicepresidente de la asociación internacional de críticos de arte. Como secretario general está Danilo Trelles, consultor del departamento de Bellas Artes de UNESCO. Ellos dirigen el comité por tratarse de los únicos que actualmente están residiendo en el país.

El comité acordó tomar contacto con todos los artistas del mundo para que éstos colaboraran en la formación de un museo de arte contemporáneo en Chile, destinado especialmente a llegar a las personas de

grandes movimientos artísticos.

La respuesta a este llamado ha sido realmente fabulosa, según expresó Mario Pedrosa. Hasta el momento, han llegado cerca de 600 obras y están prometidas más de 1.000. Diariamente llegan cartas y telegramas ofreciendo más pinturas y esculturas. En algunos países han tenido que hacer una selección previa de las obras para enviar las mejores a Chile.

Para José Balmes, director de la Escuela de Bellas Artes —que también estaba en la conferencia— esto representa un nuevo concepto en lo que ha sido tradicionalmente la formación de museos, en todo el mundo. Antes, los artistas iban que esperaban que sus obras fueran compradas y después de un largo período —a veces de décadas— llegan a un museo. Entonces serán los conservadores. Hoy no son ellos los encargados de los que ofrecen directamente sus trabajos, gratuitamente, al museo y ellos los acepta. Allí quedan no para el gusto de algunas personas admiradas sino que para que sean los pueblos los que tomen contacto directo. Se trata de un giro en la historia mundial del arte.

LUGAR DEFINITIVO: EDIFICIO DE UNCTAD

La inauguración de mañana obedecerá a una necesidad inmediata, cual es que los

Chile puedan apreciar estas obras en toda su magnitud.

Sin embargo, la muestra que no ha costado un solo centavo a Chile, deberá quedar definitivamente en el edificio que ocupe la Tercera Conferencia para el Desarrollo y el Comercio. Allí quedará instalada en el mes de septiembre, aproximadamente, cuando ya hayan llegado al país todas las obras.

Entre los artistas que han regalado sus obras, los que más destacan son: Picasso, Miró, Marcel, Vasarely y otros.

El Museo pasará a depender del Estado, "definitivamente", y será patrimonio del pueblo de Chile, que a su vez se transforma en el dueño de una de las colecciones más completas de los últimos tiempos, que más que un valor monetario tendrá un incalculable valor social y político.

MARIO PEDROSA, vicepresidente de la Asociación Internacional de Críticos de [illegible] en conferencia de prensa efectuada en [illegible] la creación del Museo de la Solidaridad de Chile, que fue todo plausible por el Comité Internacional de Solidaridad Artística con Chile. Este organismo, en el cual están inscritos artistas de diversas nacionalidades, apoyó al Gobierno de la Unidad Popular, y manifestó esta simpatía con la creación de un gran comité y con la entrega de cuadros para la formación del Museo, contando todos los artistas en la manera de formar estos centros de artes. Mañana se inaugurará una muestra en el Museo de Arte Contemporáneo. EN LA FOTO, el Subdirector del Museo de Bellas Artes, Mario Pedrosa y Ruiz Mira.

Archivo

Imagem 1 - *Inauguran el Museo de la Solidaridad*. Recorte do jornal *La Nación* sobre a inauguração do museu. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Solidaridad.*

A própria construção dessa ideia de um Museu da Solidariedade reflete, também, muitas das discussões oriundas da Mesa de Santiago do Chile. O evento, promovido pela UNESCO e pelo ICOM que reuniu intelectuais latino-americanos, foi

fundamental na estruturação do papel dos museus em virtude das realidades políticas, sociais e econômicas e, principalmente, da constituição de um "museu integral". Esse último ponto, em particular, foi o articulador de todas as pautas da Mesa Redonda, que almejavam justamente pensar o museu como um espaço inclusivo, à serviço da sociedade. É preciso dizer, portanto, que os aspectos citados até agora convergem para uma concepção da museologia a partir de seu caráter social.

Voltando-se para as discussões geradas na Mesa de Santiago, a ideia de um museu integral "destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural" surge como resposta à conjuntura de crise - devido ao progresso tecnológico sem correspondente no campo cultural - apontada pelo próprio documento final do evento. Observando alguns aspectos deste, é possível perceber a guinada intelectual no campo da museologia que enfatiza o papel educacional dos museus como parte integrante da sociedade:

> Que o Museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais; (ICOM - Mesa Redonda de Santiago do Chile,1972)

Partindo da análise destes aspectos, pode-se observar a adoção de uma museologia social articulada em torno da recém criada Associação Latino-Americana de Museologia (Alam). Contudo, este processo será bruscamente interrompido pelas

tensões do período seguinte.

Há que se pensar, também, nessas tensões que embalavam a cena cultural no aspecto político. Em 1973 é articulado um golpe de Estado no Chile (que contou com intervenções constantes dos Estados Unidos e de segmentos da burguesia e oligarquias chilenas) e terminou com a ascensão do General Augusto Pinochet ao poder. Em contrapartida à crescente politização vivida no país durante as décadas anteriores, muitas dessas ações culturais foram desarticuladas. Houve, assim, o que se pode chamar de "apagão cultural" no período da ditadura militar chilena, já que a partir daí se estabeleceu no plano ideológico o domínio de políticas neoliberais e a intensificação do terror (FRITZ, 2013). Por mais que se buscasse uma articulação cada vez mais intensa dos setores de esquerda em torno da defesa das políticas culturais, com o aumento do aparato repressivo do regime, principalmente por meio da doutrina de segurança nacional e da desmobilização de diversas construções e movimentos artísticos, esse processo mostrou-se cada vez mais difícil.

A temática e debates sobre cultura no Chile reaparecem sob a mesma relevância de outrora, somente a partir da redemocratização do país - período este que coincidiu com o fortalecimento das discussões em torno do campo da *memória.* Conforme afirma Pollak:

> A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...). A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK,

1989, pp.09).

Partindo da compreensão de que a *memória* é um fenômeno de características sociais, constituído em torno de ações individuais ou coletivas para rememorar o passado no presente, a ditadura militar chilena pode ser entendida como um desses períodos de produção massiva de memórias traumáticas, entendidas como a expressão contrária de um pertencimento, mas que permanecem como fator residual de eventos dramáticos carregados de violência e negação de direitos humanos (FRUCHTENGARTEN, 2021, pp.41).

A reverberação de eventos dessa categoria mobiliza processos de conscientização dos efeitos sociais e políticos dessas ações, proporcionando uma inversão de narrativas repressivas através de instituições museais centradas nessa temática. Um exemplo disso é a criação do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos*, em Santiago no Chile em 2010. Possuindo como objetivo principal a recuperação de eventos traumáticos que advém da experiência da ditadura militar chilena, é por meio da materialização dessa memória, que a instituição estabelece a sua missão, que neste caso, é a de revelar as violações sistemáticas dos direitos humanos por parte do Estado do Chile entre 1973-1990, para que através da reflexão ética sobre a memória, a solidariedade e a importância dos direitos humanos, se fortaleça a vontade nacional para que eventos assim nunca mais se repitam.

Sendo fator central na transição para a democracia, a temática dos direitos humanos aparece como uma preocupação crescente dos presidentes pós redemocratização - iniciativas tímidas surgem nos governos de Patrício Aylwin, Eduardo Frei e Ricardo Lagos, enquanto o auge das ações acontece no governo de

Michelle Bachelet - não à toa o *Museo de la Memoria* foi inaugurado durante o seu mandato. Oriundo, portanto, dessas sucessivas recuperações de lugares de memória, o museu reflete bastante a proposta elaborada pela Comissão da Verdade no Chile que estabeleceu, após o fim do regime, a "restituição simbólica a memorialização do trauma cultural como uma estratégia de demarcação territorial da reestruturação da democracia" (FRUCHTENGARTEN, 2021, pp.69). Nesse sentido, transparecem nas estratégias do museu elementos que acentuam o papel da construção de uma identidade voltada para o social, negando a reincidência de eventos semelhantes através do conhecimento.

Por meio de um discurso expositivo que pretende abordar a opressão e a resistência, o acervo divide-se em documentos escritos, fotografias, publicações, materiais audiovisuais e iconográficos que tratam da preservação das memórias das vítimas da ditadura chilena como forma de torná-las vivas face ao esquecimento.



Imagem 2 -*Vivimos por el pueblo y día a día renacemos en él.* Irmãos Rafael e Eduardo Vergara Toledo foram assassinados por agentes do Estado durante a ditadura militar e se transformaram em

mártires da resistência chilena. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos.*



Imagem 3 - Sem título. Concentração do Comando Nacional de Trabalhadores com mulheres portando cartazes "¿dónde está?", em referência aos desaparecidos políticos. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos*.

A patrimonialização de memórias traumáticas, no caso chileno, oferece contribuições interessantes para pensar a ressignificação delegada à *memória* que, a partir daí, passa a congregar elementos da Nova Museologia. A ascensão de movimentos de crítica aos museus tradicionais é algo que aparece bastante atrelado à noção de *capital cultural* proposta por Pierre Bourdieu. Apesar de se tratar de contextos e visões teóricas distintas, é possível relacionar alguns aspectos da museologia social - dadas às devidas proporções - com temas explorados pelo filósofo francês. O autor trabalha justamente com essa ideia de que o público que majoritariamente é frequentador de espaços museológicos se constitui em torno de uma elite intelectual, econômica e urbana, detentora desse *capital cultural* vinculado

sumariamente ao que era oferecido pelos museus. Esse aspecto tem relação direta com a produção e estruturação de narrativas contra hegemônicas atreladas à *memória* e, para justamente tentar subverter essa relação, criou-se o conceito da *museologia social*:

> O elemento definidor que nomina essa museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que tem historicamente pouca ressonância nos museus. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, pp. 729).

Por meio dessa abordagem, a *museologia* e também a *cultura*, podem ser entendidas através de um olhar *decolonial*. Sendo a decolonialidade uma perspectiva sobre a história da colonialidade que se propõe a romper com pensamentos eurocêntricos, busca-se, por meio dessa perspectiva, dar voz às narrativas e experiências históricas por povos subalternizados na situação colonial (REIS, ANDRADE, 2018, pp. 05). Esse tema é muito caro ao tratarmos de nações latino-americanas, por serem justamente os povos que outrora foram subalternizados e carregam muitos resquícios desse processo enraizados em sua cultura. Portanto, ao abordar instituições como o Museu da Solidariedade e o Museu da Memória e dos Direitos Humanos no Chile, percebe-se que esse movimento pela transcendência da colonialidade permeia tanto a trajetória institucional do primeiro, ainda nos anos 70 do século passado, como também a do segundo na primeira década do século XXI.

Indo além, uma colaboração mais recente mas que compartilha elementos em comum com a abordagem citada acima diz respeito a acepção da inclusão e da acessibilidade dentro da temática das políticas culturais, as quais dialogam com essa perspectiva da museologia social. Compreendendo que o conceito de acessibilidade de instituições de cultura não deve se limitar apenas aos seus aspectos físicos, - que são sim fundamentais no que tange a circulação e a mobilidade, por exemplo - mas precisa se expandir aos aspectos intelectuais (ou seja, vinculado diretamente ao discurso expositivo e a sua linguagem); aos aspectos emocionais (importantíssimos para que transpareça um sentimento de acolhimento pela instituição); culturais (através do reconhecimento de uma diversidade cultural); e financeiros - com a liberação de valores de entrada, por exemplo (AIDAR, 2019, pp. 162). Todos esses aspectos convergem para pensar qual o papel das políticas culturais na construção de espaços contra hegemônicos.

Para tal, é preciso pensar o patrimônio dentro de uma perspectiva ampliada, que contemple tanto as expressões de sua cultura como sítios arqueológicos, arquitetura colonial, objetos antigos, mas também aquelas expressões atuais visíveis e invisíveis, como a língua, as tradições e os conhecimentos. Desse modo, o patrimônio cultural de uma nação não se restringe àquilo que é produzido por seu segmento aristocrático, mas contempla todos os produtos de sua cultura popular tidos como componentes de grupos subalternizados (CANCLINI, 1999, pp. 17). As duas experiências chilenas citadas neste artigo - o Museu da Solidariedade e o Museu da Memória e dos Direitos Humanos - se propõem a valorizar os usos sociais do patrimônio, se apropriando de sua história: "(...) para incluir a vida, o museu deve transcendê-la, com sua própria linguagem e sua própria dimensão, criando outra vida com suas próprias leis mesmo sendo homólogas e também diferente a aquelas da

vida real" (CANCLINI, 1999, pp.17).

Portanto, as duas instituições museológicas chilenas aqui citadas compartilham, apesar das expressivas diferenças, um forte engajamento social e, principalmente político. Tendo a democracia como cerne desses dois momentos históricos, é possível afirmar que a luta contra a desigualdade e a repressão se constituem enquanto o ponto de partida das políticas culturais desses períodos. O despertar de uma consciência crítica intermediado pela cultura e pela *memória* fornecido por esses espaços patrimoniais corrobora para uma desocidentalização do pensamento expográfico contemporâneo. Cabe enfatizar, por fim, que esses espaços museais, concebidos a partir de uma perspectiva comunitária colaboram, de forma muito eficiente e sistêmica para: "(...) libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos sobre o seu patrimônio, tanto material quanto imaterial" (VARINE, 2014, pp. 32).

Conclusão

A partir dos cenários expostos, pode-se inferir como *memória* e cultura são elementos intrinsecamente ligados à *política*. Utilizados hora a favor da ideologia do regime vigente, hora mobilizados como formas de expressar o trauma contra um autoritarismo, por exemplo, não se tratam de conceitos acabados, mas em constante manipulação social.

Por isso, principalmente, que a cultura e a *memória* devem ser tratadas como

parte dos direitos fundamentais. A repressão cultural é, de certa maneira, tão violenta quanto a sua forma física. A cultura faz parte do *modus vivendi* do ser social, não apenas como forma de expressão, mas de identidade. Disto, percebe-se a importância de olhar para as políticas culturais de um país, uma vez que estas possuem o poder de incentivar, excluir ou transformar aspectos culturais de determinadas sociedades. Portanto, há que se refletir qual o alcance dessas políticas culturais nos processos de formação de uma consciência crítica. Sendo esta libertadora - como no governo da Unidade Popular, em que havia de fato um projeto em torno da cultura e sua contribuição para com o governo de esquerda - ou contestadora, surgindo nos pequenos vazios deixados pela repressão da ditadura, e também como forma de compreensão e superação da memória traumática.

É necessário, no entanto, ter em mente que estas políticas são frutos das relações tensas entre sociedade civil organizada, Estado e capital. Estes agentes, que raramente estão em conformidade, trabalham segundo seus próprios interesses valorizando determinados aspectos e concepções de cultura. Haveria, entretanto, algo de universal que unisse estas entidades?

Não cabe aqui fornecer uma resposta pronta, mas sinalizar as questões que devem ser colocadas. Afinal, o conhecimento histórico é construído através de indagações e a constante busca pelo processo, nunca a resposta. Cabe aos profissionais da área se envolver nas pesquisas e nos projetos públicos de patrimônio, de forma a potencializar o poder transformador das políticas culturais, agregando mais demandas advindas da experiência social do que institucionalizando conceitos excludentes. Uma coisa é certa: há muito mais contribuições que o olhar historicizado pode dar às questões sociais da cultura e da memória.

Bibliografia

AIDAR, Gabriela. Acessibilidade em museus: Ideias e práticas em construção**. Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v.3, n.2. 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, DARBEL, Pierre, Alain. **O amor pela arte:** os museus de arte na Europa e seu público. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas.** São Paulo: Perspec., v. 15, n. 2, p. 73-83, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso&gt> Acesso em: 05 de julho de 2021.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, n.7, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Los usos sociales del patrimonio cultural.** In: Aguilar Criado (Encadern.) Patrimonio Etnologico, Nuevas Perspectivas de Estudio. Andalucia: Consejeria de Cultura. Junta de Andalucia, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** 6ª ed. São. Paulo: Brasiliense, 1994.

DAUER, Gabriel Roberto. Marcas da Memória: Justiça de transição no Brasil e no Chile. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, vol.3, n.6, p. 09-34, 2016.

FENELON, Déa Ribeiro. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?. **Revista História & Perspectiva** (6), 1992.

FRITZ, Karen Donoso. O apagão cultural no Chile: Políticas Culturais e censura na ditadura de Pinochet (1973-1983). **Outros Tempos**, vol.10, n.16, 2013..

FRUCHTENGARTEN, Luisa. **Museus de memória traumática e a musealização do imaterial.** Dissertação. (Mestrado em Museologia e museografia) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa, 2021.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A Emergência da Museologia Social**. Políticas Culturais em Revista**, Bahia, v.9, n. 2, p. 726-745, 2016.

HENRY, Robert Austin. RAMÍREZ, Viviana Canibilo. VASCONCELOS, Joana Salém (org.). **La vía chilena al socialismo: 50 años después**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e História:** a problemática dos lugares IN Les lieux de mémoire. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.

PALADINO, Luiza Mader. **A opção museológica de Mário Pedrosa: Solidariedade e imaginação social em museus da América Latina.** Tese. (Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PETERS, Tomás. **A cincuenta años de las políticas culturales de la Unidad Popular:** enseñanzas y derivas críticas para pensar el proceso constituyente en Chile. Periférica Internacional. Revista para el análisis de la cultura y el territorio, n.21.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, vol.2, n. 3, 1989.

PRIMO, Judite. **Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação**. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, p.95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal. Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno.

REIS, Maurício de Novaes; ANDRADE, Marcilea. Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n.202, 2018.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III – Waldisa Rússio. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado: estratégias de conservação do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

VARINE, Hugues de. **O museu comunitário como processo continuado.** Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Unesp, 2015.

Imagens

Imagem 1: *Inauguran el Museo de la Solidaridad*. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Solidaridad*. Imagem disponível em: https://archivo.mssa.cl/pt/Detail/objects/3454. Acesso em: 05 de julho de 2021.

Imagem 2: *Vivimos por el pueblo y día a día renacemos en él*. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos.* Imagem disponível em: http://www.bibliotecamuseodelamemoria.cl/gsdl/cgi-bin/library.cgi?e=q-11000-00---off-0afichesy--00-1----0-10-0---0---0direct-10-ZZ--4-------0-1l--11-es-Zz-1---20-about-vergara--00-3-1-00-0-0-11-0-0utfZz-8-00&a=d&c=afichesy&srp=0&srn=0&cl=search&d=D00000323000002000002. Acesso em: 05 de julho de 2021.

Imagem 3: Sem título. Fonte: Acervo digital do *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos.* Imagem disponível em: http://www.bibliotecamuseodelamemoria.cl/gsdl/cgi-bin/library.cgi?e=q-11000-00---off-0fotograf--00-1----0-10-0---0---0direct-10-ZZ--4-------0-1l--11-es-Zz-1---20-about-desaparecidos--00-3-21-00-0-0-11-0-0utfZz-8-00&a=d&c=fotograf&srp=0&srn=0&cl=search&d=HASH40740ab7e0baa7a11bfeab. Acesso em: 05 de julho de 2021.

CINEMA, MEMÓRIA E NEOLIBERALISMO: A REPRESENTAÇÃO DA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA NO FILME "LOS MUERTOS" (2004)

Lucas Lourenço Rodrigues*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p318-238

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o modo como o filme "Los Muertos" (2004), de Lisandro Alonso, se insere no processo de construção de uma memória coletiva acerca da crise argentina na virada do século XXI provocada pelas transformações neoliberais durante o governo de Carlos Menem entre 1989 e 1999. Para isso, pretende-se traçar uma reconstituição histórica do período neoliberal na Argentina nos anos 1990, onde se deu uma renovação cinematográfica promovida pelo Novo Cinema Argentino - na qual se encontra o filme de Alonso -, responsável por retratar nas telas as consequências sociais trazidas pelo neoliberalismo.

Palavras-Chave: Argentina Contemporânea, Neoliberalismo, Novo Cinema Argentino, Memória Coletiva

Introdução

O fim do mandato de Mauricio Macri na Argentina, junto de sua fracassada tentativa de reeleição em 2019, trouxe, dentre outras questões, um grande impacto para os partidários de um modelo liberal de Estado no país. Quatro anos após ter tomado o poder, à época pondo fim a 12 anos de kirchnerismo, a plataforma política do ex presidente, baseada na retomada da liberdade econômica no país e encolhimento do aparato estatal, não gerou os resultados esperados, e a Argentina amargou o agravamento da recessão econômica junto do crescimento de índices como o do desemprego e da pobreza. Desse modo, o fracasso do governo de Macri, junto de suas consequências sociais e econômicas, para além de incrementar discussões acerca das disputas políticas travadas contra o modelo kirchnerista na atualidade, remete, inevitavelmente a última grande experiência liberal no país: a ascensão de Carlos Menem a presidência da república em 1989 e a conformação de uma década de políticas neoliberais.

É a partir dessa relação que podemos compreender melhor o discurso de Cristina Kirchner, vice-presidente eleita na chapa de Alberto Fernández, na noite de encerramento da campanha presidencial para a eleição de 2019, quando ela enfatizou: “Hoje não estamos encerrando uma campanha eleitoral, estamos concluindo um ciclo histórico. Que nunca mais a pátria volte a cair nas mãos do neoliberalismo. [...] Nunca mais a essas políticas (neoliberais)!” (AGÊNCIA EFE, 2019). A fala de Kirchner, ao deixar clara sua plataforma política de oposição ao governo e sua ideologia, evoca as profundas marcas deixadas pela memória do período neoliberal no país, não deixando dúvidas acerca do impacto do legado deixado pelo neoliberalismo na Argentina, e de sua capacidade de mobilização afetiva e política

ainda no presente.

Assim, em meio a um processo de discussão acerca do reavivamento de ideias e projetos liberais em diversos lugares do mundo, o presente artigo busca investigar o legado do neoliberalismo na Argentina nos anos 1990, a partir de uma análise da formação de uma memória coletiva acerca do período, já no contexto do início do século XXI. Para isso, o presente trabalho recorre ao filme argentino "Los Muertos" (2004) como fonte principal, admitindo a pertinência da utilização de fontes fílmicas dentro do estudo das representações e da formação de uma memória coletiva, ainda que esse processo nem sempre seja coeso ou imune a conflitos.

Desse modo, na primeira parte deste artigo, levantaremos aspectos gerais dos contextos sociopolítico e econômico do país sob a experiência neoliberal, bem como da situação da produção cinematográfica na Argentina à época; em tempo, a partir de um análise dos elementos técnicos e narrativos do filme, proporemos suas possíveis relações com a crise argentina durante os anos 1990 e 2000, e contribuições para o debate acerca da memória do conflito nos anos seguintes.

A experiência neoliberal na Argentina

A partir do Consenso de Washington em 1989 , a América Latina tornou-se o palco principal da aplicação de políticas neoliberais no mundo. Contudo, apesar do projeto neoliberal ter buscado, em geral, a implementação de medidas que facilitassem a ação do mercado nas economias nacionais (MOREIRA et al, 2010, pp.304-305), o modelo teve contornos diversos no continente latinoamericano. Nesse contexto, próximo ao caso chileno que aderiu amplamente ao projeto durante a ditadura de Pinochet, a experiência do neoliberalismo na Argentina se mostra como um dos casos onde o Estado mais foi remodelado em favor do mercado. Tal processo,

como afirma Aldo Ferrer, se deu em duas fases no país: o período da ditadura militar entre 1976 e 1983, e o governo constitucional de 1989 a 2001 (FERRER, 2012, p.99). Contudo, apesar da transformação do Estado ter raízes durante o período da Junta Militar, cabe aqui darmos enfoque ao governo de Carlos Menem (1989-1999), quando a experiência neoliberal foi mais aprofundada e radicalizada na Argentina.

No ano de 1989, após um fracassado plano de reforma econômica, um processo de hiperinflação se instala na Argentina, derivada de uma crise econômica herdada da ditadura militar, e o presidente Raúl Alfonsín, líder da transição democrática anos antes, se vê obrigado a renunciar, passando antecipadamente o poder para o presidente eleito Carlos Menem (NOLTE, 1995, p.32). Contudo, o que poderia ter constituído um marco simbólico para a estabilidade do regime democrático na Argentina tornou-se, na realidade, seu oposto .

Seguindo os preceitos do Consenso de Washington para o reerguimento das economias latino americanas, Menem, que ascendeu ao poder amparado por uma base historicamente peronista, logo mostra uma nova faceta: o pragmatismo. Assim, o presidente anuncia a necessidade de uma grande reforma pautada na abertura econômica, adotando, logo em seus primeiros anos de governo, medidas de privatização marcadas pela sua amplitude indiscriminada, afetando até mesmo setores estratégicos, como o petrolífero (FERRER, 2012, pp. 102-103).

Em um primeiro momento, a ampliação do programa de reformas econômicas pautado, além das privatizações, na Lei de Convertibilidade que estabelecia a paridade cambial fixa do dólar e na redução geral de tarifas, o controle inflacionário e o reaquecimento da economia foram obtidos. Contudo, as consequências das

reformas não tardaram a serem anunciadas, fazendo-se presente primeiramente no aumento expressivo do desemprego e fechamento de pequenas e médias empresas (ROMERO, 2006, p.261), e em seguida no crescimento da dívida externa (DA MOTTA BRANDÃO, 2017, p.52).

Apesar do êxito de Menem no controle da inflação e crescimento econômico terem possibilitado sua reeleição em 1995, a segunda metade dos anos 1990 foi marcada por crises internacionais que abalaram a economia argentina, cada vez mais dependente do mercado global. A desconfiança dos investidores em um cenário de fuga de capitais (DA MOTTA BRANDÃO, 2017, p.52) contribuiu para o agravamento dos custos sociais e econômicos das reformas, e as pressões internas eventualmente minaram o governo de Menem.

Em 1999, após o fracasso na campanha de reeleição, Carlos Menem deixou a presidência com uma crise econômica crescente e um Estado profundamente alterado. Em dez anos, a ideologia neoliberal posta em prática por Menem havia transformado radicalmente as bases do país, mediante um processo de redefinição do papel do Estado, em oposição à lógica de bem estar social adotada no pós segunda guerra mundial. Ao fim do governo de Menem, expandiu-se e aprofundou-se a pobreza, concentrou-se a renda, aumentou-se o desemprego e o emprego informal e desestruturaram-se programas de seguridade social (CRISTOBO, 2009, pp.7-9).

Em suma, o novo século era recebido com um misto de sentimentos por parte da população argentina, dividida entre o trauma do passado recente e a esperança tímida em um futuro que não soava brilhante. Como descreve Romero, em uma crise geral como a argentina, dois elementos são marcantes: “a destruição do velho, vivida por seus contemporâneos como derrota, e a emergência lenta do novo, mais difícil de

perceber" (ROMERO, 2006, p.281).

O Novo Cinema Argentino e o filme "Los Muertos"

Nos anos 1990, em meio a um processo de profunda convulsão social permeada pela transformação fulminante do país em direção a um ordenamento neoliberal, surge no campo do cinema o improvável: o Novo Cinema Argentino. Formado por uma nova geração de cineastas que experienciaram de perto as mazelas sofridas na virada do século, o Novo Cinema Argentino rapidamente se distinguiu por um cinema mínimo em investimento e em recursos narrativos, expressando nas telas, dentre outros temas, as sequelas humanas derivadas de um período de crise.

A partir de diversos fatores que influenciaram a renovação do cinema argentino nos anos 1990, como o papel de centros privados e estatais de formação cinematográfica, uma legislação de fomento à atividade cinematográfica, a revitalização de festivais de cinema, a criação de salas de cinema reservados aos filmes subvencionados pelo Estado (MOLFETTA, 2008, p.149), dentre outros, o Novo Cinema Argentino pode ser caracterizado por um espírito comum a geração de cineastas que atuaram nos anos 1990 e 2000, marcados por uma "impronta autoral, o modo econômico da produção, o desprezo pela retórica e a preocupação com a identidade e o futuro" (MOLFETTA, 2008, p.156). Tal geração, apesar de conter em seu interior abordagens cinematográficas diversas - ocupando não apenas o cenário do cinema independente, mas também o cinema de grande público -, baseava seu olhar, em sua maioria, na realidade sociopolítica da Argentina contemporânea.

Assim, em meio a uma produção cinematográfica marcada pela utilização de uma linguagem reduzida em recursos estéticos, preocupada em se aproximar da realidade através de um olhar íntimo junto aos problemas sociais que assolavam o país, analisaremos aqui uma obra marcante na filmografia de um dos diretores mais prestigiados de sua geração: o filme “Los Muertos”, de Lisandro Alonso.

Nascido em 1975, em Buenos Aires, Alonso frequentou a Fundación Universidad del Cine, onde realizou, ainda nos anos 1990, seu primeiro filme, um curta-metragem chamado “Dos en la vereda” (1995), que retrata a juventude no período. Em 2001, lançou seu primeiro longa-metragem, “La Libertad”, cujo estilo minimalista causou grande impacto na crítica internacional, sendo exibido na mostra paralela Un Certain Regard no Festival de Cannes. Em 2004, seu trabalho seguinte, “Los Muertos”, também alcança reconhecimento internacional, participando novamente do Festival de Cannes, na mostra Director 's Fortnight, e consolidando o trabalho do diretor no cenário independente do cinema mundial, sobretudo no interior do que críticos e teóricos nomearam de “Slow Cinema” .

A primeira sequência de “Los Muertos” é marcante, tanto por sua potência e estranheza imagética como por seu contraste diante do restante da obra. Em um longo plano sequência de quase quatro minutos de duração, uma câmera presa em um steadycam percorre um cenário inóspito de uma densa floresta, flutuando pela paisagem, entre as árvores e recortes do céu. Ao aproximar-se do solo, vemos os corpos de dois meninos manchados de sangue no chão da floresta. Mais adiante, a câmera segue e revela de relance a parte inferior de um homem que caminha com um facão na mão. Então, a câmera volta a se embrenhar na mata, a tela preenche-se do verde opaco da floresta e um homem acorda em uma prisão. A cena, permeada pela imersão do espectador na imagem e no som oníricos da mata que provocam

uma experiência sensorial desorientadora que se faz presente antes mesmo de qualquer tipo de contexto narrativo (MUNOZ FERNANDEZ, 2017, p.295), suscita diversos questionamentos: o que ocorreu naquela mata? Quem foi o responsável pelo crime? Quais foram seus motivos? Contudo, o filme não se esforça em responder integralmente tais perguntas, mas apenas sugere possíveis interpretações. De todo modo, após a cena inicial, o que permanece retido no interior do espectador é a essência da obra, pautada por uma natureza inóspita e desconcertante, e uma violência imanente.

Em seguida, nos é apresentado o enredo do filme: Argentino Vargas, após passar anos no cárcere por razões aparentemente desconhecidas, é solto, e parte em busca da filha com quem morava no interior da província de Corrientes antes de ser preso. Logo, a associação é clara: Vargas provavelmente cometeu aqueles crimes, e sonhava com eles na cadeia. Contudo, o contraste que se estabelece entre a violência da sequência inicial e a morosidade da jornada do protagonista rumo a seu antigo lar é notório, e mantém tal associação em um nível subjacente à história, pois toda a jornada de Vargas é permeada pelo silêncio e seu deslocamento através de rios e florestas em direção ao interior argentino. Nesse sentido, uma característica fundamental do cinema de Alonso é marcante aqui: no lugar da narração clássica de uma história convencional, o diretor prefere a contemplação, que mergulha em um realismo radical e deixa pouca margem para o desenvolvimento psicológico do personagem, uma vez que o personagem pouco se expressa ou detalha seus sentimentos (DE MENDONÇA e IKEDA, 2014, p.10). Como afirma Roberto Cavallini:

> A abordagem de Alonso na narrativa fílmica é, de fato, formulada através da justaposição de uma micro ação atrás da outra: seus anti-heróis são imersos em uma solidão asceta onde a ausência do lar é ecoada pela ausência de linguagem. A abordagem da micro ação, como sugere [André] Bazin, desintegra a trama, produzindo um efeito de realidade através da concatenação de ações do dia a dia (CAVALLINI, 2015, p.187, tradução nossa).

Assim, o desenvolvimento do conflito na obra mantém-se em um nível implícito, extrapolando o interior do personagem e potencializando-se na medida em que Vargas se aproxima lentamente de casa, e os questionamentos acerca de seus passado se intensificam, tornando a lembrança da violência da sequência inicial cada vez mais urgente junto ao espectador.

Contudo, mesmo nas raras vezes em que contracena com outros indivíduos, a ideia de um trauma no passado permanece: ao chegar na beira de um rio, um pescador, amigo de seu colega de cárcere, lhe fornece uma canoa, e lhe pergunta sobre o que havia ocorrido, afirmando ter ouvido falar que ele havia matado seus irmãos. Diante dos questionamentos do pescador, Vargas desconversa, afirmando que tudo já estava acabado, e que ele já havia esquecido (DILLON, 2017, p.20).

Assim, o estilo contemplativo de Alonso, marcado por longas tomadas de Vargas em sua odisséia por cenários idílicos no interior da Argentina, e raros diálogos que fornecem apenas pistas sobre a história do personagem, bem como as raras elipses narrativas, que fazem com que o espectador acompanhe todo o trajeto do protagonista, aprofunda o mote central da jornada de Vargas, reduzindo-o a um corpo que se desloca por ambientes inóspitos em busca de um lar idealizado, de um local de origem há muito perdido no coração da mata argentina. Como afirmam Mendonça e Ikeda:

> Após cumprir sua pena, Vargas é um corpo que vaga pelos espaços como se fosse um fantasma. Não pertence mais ao campo nem à cidade. Não pertence mais a lugar algum. Tampouco volta a estar em casa quando retorna, ou ainda, não possui mais um lar. A tragédia da odisséia de Vargas em Los Muertos é que, ainda que vivo, ele passe a ser um dos membros do grupo que intitula o filme. Quando ele retorna à casa, não consegue mais encontrar aquilo que deixou. Há algo partido, estilhaçado: o presente já não pode mais ser vivido sem a memória, sem o passado. Prosseguir, ao invés de regressar. Há algo que falta, uma ausência, um mal-estar que preenche a tela, ainda que Vargas cumpra o seu caminho e chegue ao seu destino. Talvez um sentimento de um paraíso perdido, alguma inocência desse tempo de criança que agora se vê fendida e talvez nunca mais possa ser recuperada. Vargas apenas cumpre seu caminho, como um fantasma, como uma testemunha fúnebre de seu próprio cortejo (DE MENDONÇA e IKEDA, 2014, p.11, grifo nosso).

Um outro importante elemento que surge da análise da jornada de Vargas é sua identidade étnica. O filme, ainda que continuamente enigmático em relação a dados concretos do passado do protagonista, fornece ao espectador um vislumbre a respeito de sua etnicidade, quando, ao conversar brevemente com o pescador na cena anteriormente descrita, Vargas começa a falar em guarani. Embora breve, o trecho é suficiente para levantarmos questões e outras camadas em relação ao conflito da personagem. Se por um lado sua história tem aspectos próprios, é difícil não associar sua relação com o passado e a busca por um lugar de origem com os dilemas sofridos pelos grupos indígenas na Argentina e na América Latina de maneira geral. Como pontua Aníbal Quijano em seu trabalho sobre colonização do poder, eurocentrismo e a construção da América Latina, o processo de constituição de um capitalismo global perpassou a subjugação não apenas política mas também cultural de diferentes povos e culturas (indígenas, negros, mestiços etc.), mediante a expropriação geográfica, a interdição de práticas e crenças tradicionais, além do

processo de aculturação e conformação com normas e ideais eurocêntricas (QUIJANO, 2005, p.123).

Ao observarmos a situação histórica dos povos originários na Argentina, vemos que desde a chamada "Geração de 35", com autores como Echeverría e Sarmiento, a intelectualidade argentina já debruçava-se sobre a questão da identidade nacional, onde a necessidade de se criar um inimigo era premente no binômio civilização e barbárie (DA SILVA e SARMIENTO, p.172, 2017). Como afirmam Silva e Sarmiento, a conformação de um ideário cultural onde o indígena não era visto como parte do que seria o campo do "nacional" terminou por convencer a sociedade argentina dos novecentos de que o extermínio dos povos originários era necessário para o estabelecimento da Argentina que se formava, o que legitimou operações como a chamada Campanha do Deserto, entre 1878 e 1884, no sul do país (DA SILVA e SARMIENTO, p.173, 2017). Se a presença do indígena é ausente na própria fundação de uma identidade nacional argentina, ao longo do tempo essa situação pouco se altera, visto que a falta de interesse e presença estatal - a exemplo da não definição de uma agência estatal indigenista que perdurasse no tempo - contribuiu na relegação dos povos nativos a um lugar de histórica invisibilidade no imaginário nacional argentino, caracterizando-os, como afirma Briones, por uma presença fantasmagórica e anacrônica, destinada a desaparecer por completo (BRIONES, 2020, p.24).

Nesse sentido, tendo em vista o processo de subjugação cultural e epistemológica levada a cabo ao longo de séculos contra populações indígenas da América Latina, e em especial a situação de história invisibilização dos povos originários na Argentina, podemos observar que a jornada de Vargas tem uma orientação geográfica específica: se as primeiras cenas do filme são ambientadas na

prisão, onde ainda vemos vestígios de um mundo moderno, como a circulação de dinheiro, o uso de códigos jurídicos, a presença de tecnologia como encanamento, eletricidade etc., o cenário final é o de profunda ausência desses elementos, onde o verde do pântano e o som da floresta ocupam a tela, e onde o protagonista opta pela alteração do idioma nacional para um indígena. Rumo em direção ao interior, tendo em vista tal filiação étnica, o trajeto do protagonista e sua busca por uma forma de reconciliação com o passado é indissociável de uma pretensão de distanciamento em relação ao mundo moderno. Até mesmo a aparência de Vargas se altera em sua jornada, eventualmente dobrando a calça para melhor embrenhar-se na mata, despindo-se da camisa que usara anteriormente, tudo em direção a um processo de metamorfose que perpassa precisamente o despojo dos vestígios da modernidade.

Contudo, embora a busca de Vargas se dê a partir do distanciamento do polo moderno/urbano em direção ao interior/campo, não necessariamente esse processo e dicotomia é representado de modo simplista e maniqueísta no filme. Se, por um lado, a esfera urbana é representada mais fortemente pela presença punitiva e negativa do Estado (vide o cenário da prisão), por outro, o interior para onde ruma Vargas é marcado pela ausência de laços sociais. Como afirma J. Andermann, a natureza é vista em Los Muertos como um espaço de ausência política, marcada enquanto lugar à margem da polis, e incapaz do estabelecimento de redes de solidariedade alternativas à civilização moderna (ANDERMANN, 2007, p.292).

A conclusão da odisseia do protagonista em muito indica o conflito entre essa dicotomia. Ao final do filme, a busca de Vargas não lhe fornece a satisfação de seus desejos: ao retornar a seu local de origem, no lugar de reencontrar sua filha, Vargas se depara com um menino, seu neto, que lhe diz que sua mãe morreu, e que sua

tarefa é cuidar de sua irmã mais nova. Diante do que Vargas encontra, o diretor encerra a película com um plano propositalmente enigmático e carregado de mal estar: após o menino carregar sua irmã no colo e entrar na tenda onde moram, Vargas brinca com um boneco vestido com a camisa da seleção argentina ao chão durante alguns instantes, até que pega seu facão e entra na tenda; nesse momento, a câmera fixa-se longamente no chão, onde o boneco jogado funde-se a aridez da terra batida, até que o filme se encerra e os créditos surgem na tela ao som de uma música eletrônica energética e provocadora. Embora não explicite, a cena final, ao propor a reunião da figura de Vargas com as duas crianças em um ambiente deserto e isolado, junto da lâmina nas mãos do protagonista e da violência subjacente ao longo de toda a narrativa, aponta, inevitavelmente, a um final trágico, remetendo ao fratricídio cometido por Vargas no flashback do início do filme. Assim, enquanto a jornada de Vargas é permeada pelo conflito entre temporalidades, onde um passado traumático, reavivado pela lembrança da primeira sequência do filme que carrega uma violência aparentemente despropositada e incognoscível, é sucedido por um presente lento e caudaloso, marcado pela busca de um sentido ou lugar de origem, a conclusão de sua história aponta precisamente para a impossibilidade de uma reconciliação social e afetiva em uma realidade frágil e desestruturada.

Desse modo, se a jornada de Vargas, enquanto homem indígena, ao distanciar-se de uma modernidade responsável pelo processo de subjugação e homogeneização de culturas marginalizadas, perpassa a busca de sentido no retorno a seu antigo lar, o diretor evidencia o estado de solidão e abandono da personagem desde a saída do cárcere até o final de sua busca, ressaltando, na cena final, sua incapacidade de restaurar vínculos sociais e familiares já quebrados, enquanto a violência é repetida como algo inevitável.

Após analisarmos as características internas e estilísticas da obra de Alonso, podemos estabelecer os paralelos que o filme apresenta com seu contexto de produção. No início dos anos 2000, após o período neoliberal da década anterior, a crise econômica agravou-se e misturou-se a uma outra no campo institucional. A eleição do candidato de oposição a Menem, Fernando de la Rúa, não foi suficiente para aplacar o aumento do desemprego e crescimento da dívida externa, e em 2001 aumentaram-se as pressões em diversos setores da sociedade argentina contra o presidente. Após reprimir violentamente as manifestações populares, De la Rúa perde apoio político e renuncia, instaurando um período de grave instabilidade institucional no país, que, entre dezembro de 2001 e janeiro de 2002, teve o incrível marco de 4 presidentes (SANTORO, 2017, p.86). Em 2003, após o esboço de um crescimento econômico durante o governo de Eduardo Duhalde, a eleição de Néstor Kirchner marca uma reação mais permanente na economia argentina, a partir de medidas como a tentativa de recuperação da credibilidade de credores mediante acordos de pagamento, a normalização de relações com o FMI, a instauração de programas de assistência a população desempregada, e o país vê o início de um processo de estabilização econômica, social e política após anos de crises (MARTINS, 2019, p.270).

Produzido e lançado no momento de retomada da estabilidade econômica e política com a eleição de Kirchner, “Los Muertos” inevitavelmente propõe um diálogo com o contexto argentino. Nesse sentido, o conflito principal da jornada do protagonista, assim como o da sociedade argentina apontam para um lugar comum: o enfrentamento de um trauma passado e a possibilidade ou não de conciliação no presente, mediante a construção da memória. Assim, tendo a memória como ponto de contato, a fim de melhor analisarmos essa relação, primeiro faz-se necessário uma

discussão do próprio conceito de memória e sua constituição no tecido social.

Segundo Maurice Halbwachs, a memória, enquanto um objeto de estudo do campo da História, deve ser entendida enquanto um fenômeno coletivo e social, não tratando-se exclusivamente de algo referente à esfera individual. Ao apontar para uma conformação dos comportamentos individuais a partir do ordenamento social, o autor cunha o termo "memória coletiva" para tratar do fenômeno precisamente enquanto fruto de uma construção social, donde, ainda que os indivíduos tivessem a capacidade de formar suas memórias particulares, esses estariam ultimamente submetidos a uma memória construída por um grupo mais amplo (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Jacques Le Goff, em sua clássica obra "História e Memória", também aponta para a possibilidade de construção da memória:

> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p.423).

> Na esteira desses estudos e da compreensão da memória como um fenômeno socialmente construído, Michael Pollak descreve o processo chamado de "enquadramento da memória", definido pela organização consciente de uma memória coletiva, onde um grupo pode se apoiar em diversos marcos de memória, que, além dos grandes personagens e acontecimentos, também se apresentam fortemente em um caráter sensorial, sobretudo nas recordações que apresentam laços mais pessoais com os indivíduos presentes (POLLAK, 1989, p.11). Em tais recordações, marcadas pelos sons, cheiros e sensações específicas, Pollak atenta para o papel fundamental apresentado pelo cinema no processo de enquadramento da memória, uma vez que oferece um importante suporte para a captação emotiva dos eventos retratados:

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções. (POLLAK, 1989, p.11)

Sobre a relação do cinema com a construção de uma memória social, Michèlle Lagny também aponta a pertinência das fontes audiovisuais no ofício do historiador. Segundo a autora, a função frequente que a história assume de reconstruir “lugares de memória” a fim de assegurar identidades e traumas históricos em muito pode ser auxiliada pelo cinema:

> Entre os "monumentos memoriais", doravante analisados com frequência, o cinema desempenha um papel ainda mais essencial que acontece, dele próprio se encarregar de traduzir para a ficção aquilo que a memória oficial procurou ocultar e às vezes investigar ele mesmo, como poderia fazer um historiador na sua fase de pesquisa, não somente testemunhos, mas também hipóteses, análises, explicações. (LAGNY, 2009, p.106)

Nesse sentido, a análise da obra de Alonso aponta para um diálogo com a sociedade argentina que se estabelece a partir do tema da memória, constituindo-se tanto de semelhanças como de diferenças. Ao localizarmos o filme no interior de um processo de renovação do cinema nacional, imbuído de uma nova estética e ambição de representação política, junto ainda de um momento de incerteza sociopolítica devido a eleição de um novo governo cuja promessa de estabilização do país ainda

encontrava-se longe de se concretizar, podemos traçar uma similaridade entre a jornada de Vargas e o drama argentino no início do século XXI: enquanto o protagonista, orientado por um passado trágico e violento, utiliza sua memória individual como motor narrativo em direção a uma busca pelo retorno a um local de origem e restauração de laços já perdidos no presente, a sociedade argentina, após a desagregação social produzida como consequência de uma década neoliberal e de sucessivas crises políticas, também inicia um longo e doloroso processo de relação e confronto com o trauma recente, enquanto o futuro mantém-se incerto. Desse modo, a proximidade entre o drama nacional argentino e o de Vargas funda-se na inevitabilidade de confronto com um passado trágico, imbuído de violência e fragmentação dos laços sociais e afetivos promovidos pela constituição de um Estado profundamente ausente na produção de sentido e significado político e democrático entre os indivíduos (ANDERMANN, 2007, p.298), fato notoriamente sentido entre os grupos mais marginalizados da sociedade argentina.

Por outro lado, o filme de Alonso não se trata necessariamente de uma alegoria direta da sociedade argentina e seus dilemas em sua totalidade, mas antes de uma obra cuja relação com sua realidade sociopolítica se dá a partir de uma conceituação de memória menos homogênea e mais conflituosa que aquela tratada por Halbwachs em sua definição de uma memória coletiva. Como indica Henry Rousso, o final do século XX revelou uma importante mudança no modo como as diferentes sociedades ao redor do mundo se relacionavam com os eventos passados, apontando para um novo "regime de historicidade" onde viu-se a alteração no modo como o passado afeta o presente em termo globais (ROUSSO, 2014, p.267). Nesse sentido, viu-se a convergência para uma visão onde o passado não deveria ser esquecido, mas sim ser

mantido vivo no presente, relembrado e utilizado como sentinela para o futuro (ROUSSO, 2014, p.270). No bojo desse processo, Rousso afirma que "de uma ponta à outra do planeta, os Estados estão, hoje, confrontados com visões concorrentes e alternativas do passado que colocam em questão a tradicional dominação da história nacional." (ROUSSO, 2014, p.270). Assim, o autor aponta para um processo onde a novidade se insere a partir da emergência de um novo espaço público marcado pela crescente escuta de grupos minoritários e historicamente esquecidos cujas propostas baseiam-se em narrativas históricas divergentes em relação à história nacional (ROUSSO, 2014, p.271).

Nesse sentido, partindo da reflexão de Rousso sobre os rumos da memória no século XXI, dificilmente podemos compreender o conflito de Vargas como uma alegoria plenamente representativa de um sentimento nacional argentino. Se compreendermos as limitações presentes na memória nacional e oficial na contemporaneidade, podemos ver que a história do protagonista de Los Muertos dialoga menos com uma memória coletiva argentina acerca da década neoliberal nos anos 1990 do que com aquela referente a um setor mais restrito do país, representado pelos os excluídos e marginalizados, sejam os povos originários, historicamente invisibilizados pelo Estado argentino, sejam os habitantes do interior da Argentina, onde a presença estatal seria mais significativa em suas capacidades punitivas e repressivas que na constituição de laços de solidariedade e vínculos sociais.

Considerações finais

Inserido no interior de um processo de renovação profunda do cinema argentino na virada do século XXI, o filme de Lisandro Alonso, marcado por uma estética desprovida de virtuosismos técnicos e povoada por um olhar cru e mínimo diante de seus personagens, dialoga profundamente com a situação sociopolítica da Argentina no início dos anos 2000. Apesar de propor uma história fictícia, "Los Muertos" mantém uma relação fundamental com seu contexto de produção, representando, em certo nível, um sentimento geral de mal estar no presente argentino, pautado pelo trauma do passado neoliberal e pela preocupação com um futuro que, à época, permanecia incerto, e, mais profundamente, os dilemas e conflitos protagonizados por grupos específicos da sociedade argentina, historicamente excluídos.

Desse modo, ancorados nos estudos da memória social - sobretudo nos trabalhos de Michel Pollak e Henry Rousso -, podemos inserir a obra em dois processos distintos: de um lado, na construção complexa e gradativa de uma memória coletiva e nacional acerca das transformações iniciadas pelo programa neolibeal de Carlos Menem nos anos 1990, causadora de uma crise geral no país na virada do século; de outro, ancorada em um regime de historicidade recente, na tomada de poder por parte dos povos originários, vítimas de um histórico processo de subjugação política, econômica e cultural no interior da sociedade argentina, constituindo uma memória conflituosa e complexa em relação às narrativas tradicionais da história oficial.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA EFE. Fernández promete enterrar neoliberalismo na Argentina. **Exame**, São Paulo, 24 de Out. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/fernandez-promete-enterrar-neoliberalismo-na-argentina/> Acesso em: 26 de Jan. de 2020.

ANDERMANN, Jens. La imagen limítrofe: naturaleza, economía y política en dos filmes de Lisandro Alonso. **Estudios**, v. 15, n. 30, p. 279-304, 2007.

BRIONES, Claudia Noemi. Construcciones de aboriginalidad en Argentina. In: GUBER, R e FERRERO (org.) Antropologías Hechas en la Argentina**. Asociación Latinoamericana de Antropología,** p.17-48, 2020.

CAVALLINI, Roberto. No way home: silence, slowness and the problem of authenticity in the cinema of Lisandro Alonso. Aniki: **Revista Portuguesa da Imagem em Movimento**, v. 2, n. 2, p.184-200, 2015.

CRISTOBO, Matías. El neoliberalismo en Argentina y la profundización de la exclusión y la pobreza. **Revista Margen**, v. 55, 2009.

DA MOTTA BRANDÃO, Rafael Vaz. **Reformas Neoliberais na América Latina**: um balanço geral. AEDOS, v. 9, n. 21, p.31-56, 2017.

DA SILVA, Juliano Gonçalves; SARMIENTO, Érica. História, ficção e cinema: distopias sobre a personagem indígena argentina. **Revista TransVersos**, n. 9, p. 166-187, 2017.

DE MENDONÇA, Fernando; IKEDA, Marcelo Gil. Observando o Silêncio do Mundo: A trilogia de Lisandro Alonso. **Lumina**, v. 8, n. 1, 2014.

DILLON, Alfredo. **Lisandro Alonso**: un cine descriptivo. Palabras, n. 1, p.10-25, 2017.

FERRER, Aldo. La construcción del Estado neoliberal en la Argentina. **Revista de trabajo**, v.8, n.10, p.96-106, 2012.

FLANAGAN, Matthew. **'Slow Cinema'**: Temporality and Style in Contemporary Art and Experimental Film. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

LAGNY, Michelle. **O cinema como fonte de História**. In: NOVOA, Jorge (Org.) Cinematógrafo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 99- 132.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

MARTINS, Carlos Gilberto de Sousa. **O Neoliberalismo na Argentina (1976-2007**).

Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019, p.270.

MOLFETTA, Andrea. Texto e contexto no Novo Cinema Argentino dos anos 90. **Revista ECO-Pós**, v. 11, n. 2, 2008.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUNOZ FERNANDEZ, H. **El cine más allá de la narración de Lisandro Alonso**. Laocoonte: revista de estetica y teoría de las artes, p.209-304, 2017.

NOLTE, Detlef. **De la larga agonía de la Argentina peronista a la reconversión menemista**. Transformaciones del sistema político argentino durante la primera presidencia de Carlos Menem. América Latina Hoy, n.12, p.31-52, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ROMERO, Luis Alberto. História contemporânea da Argentina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.281.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./abr. p.265-279, 2014.

SANTORO, Maurício. A crise de 2001 e a política externa argentina. **Revista Estudos Políticos**, v. 8, n. 15, p. 81-93, 2017.

Filmografia

Los Muertos. Direção: Lisandro Alonso. Buenos Aires: 4L, Fortuna Films, Slot Machine, Arte France Cinéma, Ventura Film, 2004. (78 min.).

De Krause a Magalhães: trajetórias na Prefeitura da Cidade do Recife (1979-2000)

João Paulo Alves da Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p239-260

Resumo: O artigo a seguir busca traçar um panorama das trajetórias de históricos personagens da política pernambucana a partir do período de redemocratização do país. Para isso, busca-se focalizar num ponto comum a todos eles: suas passagens pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). O retorno ao pluripartidarismo, as exigências sociais e a ampliação do processo eleitoral brasileiro alteraram o cenário político até mesmo nas instâncias municipais, desaguando em novas possibilidades de composição político partidária. Através da análise de dados eleitorais, de periódicos e da própria bibliografia especializada, visualizou-se a tendência pragmática de dois importantes partidos ao concorrerem e conquistarem à PCR durante o período aqui estudado. Nesse sentido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e seus respectivos membros em Pernambuco serão peças recorrentes deste trabalho. Desta forma, esperamos que este artigo possa servir à historiografia sobre políticos, partidos e eleições no período republicano brasileiro pós-1985, da mesma forma em que sirva aos estudos sobre a cidade do Recife em fins do século XX.

Palavras- chave: PFL, PMDB, Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), Redemocratização.

*João Paulo Alves da Silva é bacharelando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jpaulos10@gmail.com

Introdução

Para além do foco em Brasília, os processos de distensão e, principalmente, de redemocratização encontraram lastro e material fermentador ao longo de todo país, sendo estimulado por amplos setores da sociedade brasileira. A própria Constituinte de 1987-1988 não foi um presente dado do governo à sociedade, mas sim uma resposta a um movimento social mais amplo que, principalmente a partir da década de 1980, participou da elaboração de iniciativas e experiências de alta capacidade de mobilização espalhadas por todo o país (VERSIANI, 2014, pp. 212).

Os últimos anos da Ditadura Militar, ao longo das décadas de 70 e 80, marcariam a ebulição de movimentos sociais, de objetivos e embasamentos diversos, mas que, em seu cerne, representavam o desejo de democratização e de participação da sociedade no governo. Nos âmbitos municipais, sobretudo nos urbanos, esses movimentos desaguavam no desejo de fortalecimento da sociedade civil através dos movimentos de bairro assessorados pela Igreja Católica, por profissionais liberais e/ou por Organizações Não Governamentais (ONGs), que reivindicavam melhorias na infraestrutura, na oferta de serviços públicos, nas moradias, além da participação nas decisões administrativas do governo (FERNANDES, 2004, pp. 73).

Nesse contexto, encontramos na cidade do Recife, a partir de 1979, em consolidados políticos, exemplos locais de um processo maior de redemocratização. Seja por puro enquadramento a um governo e seu projeto intencionalmente gradativo e prolongado de distensão, seja por alguma consciência da necessidade de respaldo popular nesse período, essas figuras políticas, surgidas durante a ditadura militar, passarão a compor também o novo período que se iniciara, retornando,

inclusive, ao comando do local aqui analisado: a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Após 1985, notaremos a presença de um antigo grupo de apoio aos militares que, "redemocratizados", disputam o controle da prefeitura com antigas lideranças oposicionistas, até se tornarem, em acordo com uma delas e com o constante estabelecimento e fortalecimento do processo partidário eleitoral brasileiro, partes de uma mesma coligação estadual. É dentro desse jogo político onde caminha a PCR nos seus primeiros anos de transição e de reestabelecimento democrático. Assim sendo, objetivamos discorrer sobre a PCR nas duas últimas décadas do século XX a partir de suas lideranças executivas municipais enquanto, em segundo plano, acompanhamos os desdobramentos da política nacional e estadual no cenário político recifense. Para tanto, nos utilizamos de dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), de entrevistas e reportagens realizadas pelo Jornal do Commercio e da própria bibliografia selecionada.

Os últimos biônicos

Em 1979, nomeado pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel[1],Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho[2] assumia a Prefeitura da Cidade do Recife

[1] Marco Antônio de Oliveira Maciel (1940-2021) viria a ser um dos mais importantes políticos brasileiro, principalmente durante a virada do século. Entre inúmeros outros cargos, viria a ser Vice-Presidente da República durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Governador de Pernambuco (1979-1982), Senador por Pernambuco (2003-2011), Ministro da Educação (1985-1986) e Ministro da Casa Civil (1986-1987) nos governos de José Sarney e Presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979). Importante articulador político, Marco Maciel fez toda sua carreira também por partidos conservadores, tendo passado pelo Partido Social Democrático (PSD), ARENA, PDS, e PFL. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

[2] Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (1946-), além de prefeito (1979-1982), viria a ser vereador (1989-1990) do Recife, Governador (1986-1987), Vice-governador (1983-1986) e Deputado Federal (1991-1992) pelo Estado de Pernambuco, além de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (1992) e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995-1999) no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). (Cf. LOPES, Gustavo; MONTALVÃO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves.

(PCR)[3] enquanto membro do partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sendo mais um dos prefeitos indicados para a cidade (os chamados "prefeitos biônicos"), Krause viria a ter sua carreira política alicerçada na ARENA e nos seus desmembramentos. Após a reforma política instaurada pelo então presidente João Batista Figueiredo[4], a ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), a partir de onde uma dissidência sua, intitulada pela imprensa de "Frente Liberal", posteriormente se organizaria partidariamente como o Partido da Frente Liberal (PFL). Gustavo Krause fez parte de todo esse trajeto, tendo sido figura importante no forte PFL pernambucano.

É de se notar como o "caso Krause" vai de encontro à análise feita por Américo Freire e Alessandra Carvalho. Em capítulo conjunto, eles defendem que

> [...] a possibilidade de nomeação de prefeitos por parte das autoridades de regime sem o rito eleitoral possibilitou a ascensão de indivíduos sem experiência eleitoral, como empresários, que desenvolveram ambições políticas e, nos anos 1980, mantiveram-se à frente de partidos liberais ou conservadores. (FREIRE; CARVALHO in.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia, 2018, pp.132).

Nesse sentido, Krause surge aqui como a representação local de uma tendência nacional. Sua carreira, feita dentro de partidos conservadores como a ARENA, o PDS e, posteriormente, o PFL, é marcada pelos mais variados cargos que viria a ocupar, de

---

de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

[3] "Durante o regime militar, as prefeituras de capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional passam a ter prefeitos nomeados pelos governadores dos estados. Recife assiste à nomeação de sete prefeitos entre 1964-1985" (FERNANDES, 2004, p. 62).

[4] Ainda que buscasse a fragmentação da oposição, a reforma política de Figueiredo de 1979 reestabeleceu o pluripartidarismo no país e permitiu o surgimento (ou, em alguns casos, o "ressurgimento") de importantes agremiações como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP), que logo se uniria ao primeiro, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do Partido Democrático Social (PDS).

vereador a ministro. Além disso, teve um papel intelectualizado de destaque dentro, principalmente, do Partido da Frente Liberal (posteriormente reformulado como Democratas), onde atuaria junto ao também pernambucano Marco Maciel como um dos principais ideólogos do liberalismo conservador estabelecido dentro da legenda.

Antônio Sérgio Araújo Fernandes traz algumas visões sobre ele e relembra o ponto pelo qual sua passagem à frente da Prefeitura da Cidade do Recife ficou marcada: o estímulo à participação social.

> Gustavo Krause era um jovem tecnocrata, iniciando a carreira política, que até então tinha exercido o cargo de secretário da Fazenda do estado de Pernambuco, durante a gestão do governador Moura Cavalvanti, da Arena, entre 1975 e 1978. Longe de ser um político de esquerda, ele pertenceu à Arena na época, depois PDS e hoje é membro do PFL. Suas decisões como prefeito, de estimular a participação social, causaram surpresa tanto pelo lado dos segmentos mais conservadores do seu partido, como pelo lado dos grupos sociais e políticos ligados ao PMDB e à esquerda, que desconfiavam de suas escolhas como prefeito e o acusavam de populista.
>
> [...] Os programas desenvolvidos pela prefeitura municipal envolvendo participação e incorporação popular nessa época podem ter significado de cooptação para alguns ou de participação para outros, entretanto o fato importante é que um canal de negociação e intermediação de interesses legítimos, que poderia ser utilizado por qualquer associação de bairro ou ONG, foi criado pela prefeitura, e esta foi a primeira decisão de uma série de ações que foram desenvolvidas em gestões subsequentes do poder público municipal, que originaram uma trajetórias de decisão pública negociada em Recife (FERNANDES, 2004, pp. 92-93).[5]

O próprio Gustavo Krause, em entrevista concedida para uma reportagem do Jornal do Commercio, trata da seguinte forma sua ascensão à PCR:

[5] Dentre as medidas tomadas pelo governo Krause, destacam-se os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), conhecidos como "barracões", que prestavam serviços como assistência médica e jurídica à população, além da emissão de documentos; o Sistema de Ação Comunitária (SAC) que tinha por objetivo coordenar as ações públicas nas comunidades mais carentes; e o reconhecimento das favelas da cidade como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), a partir de onde se efetivou o processo de participação social. (FERNANDES, 2004).

> Eu fui movido pelo meu grau de consciência política, não é? Eu sabia que o Brasil estava às vésperas de um processo de abertura política, então utilizei o poder, que é um poder notavelmente próximo das populações, para estimular a participação nas decisões, para estimular o que eu chamo sempre de "governo de proximidade" [...] e tenho a impressão que logrei esse objetivo de buscar nas ruas a minha legitimidade e depois na eleição de 1982, quando me candidatei a vice-governador na chapa de Roberto Magalhães[6] (BALBINO; VERAS. Jornal do Commercio, 17/08/2016).

Crítica importante, contudo, é avalizada por Allan Cavalcante Luna. Ele adiciona que os estímulos à participação da gestão Krause figuram mais como

> uma reatualização, porque não cria esta concepção de gestão participativa no Recife, já que antes mesmo do golpe de 64, durante a administração municipal de Pelópidas Silveira[7], foram desenvolvidas algumas políticas no sentido de se governar a cidade em conjunto com as Associações de Moradores existentes nos bairros (LUNA, 2014, pp. 30).

Nesse sentido, o retorno de políticas públicas pré golpe militar não deixa de soar significativo enquanto forma de adequação do então prefeito a um cenário nacional de distensão política e organização social. Aproximar-se de segmentos da sociedade (que ele chama de "governo de proximidade") não deixava de parecer também uma espécie de investimento na sua própria sobrevivência política para além do regime que se arrefecia. Essas práticas de reinvenção, como veremos ao longo deste artigo, são recorrentes nas trajetórias dos agentes políticos existentes ao longo da transição, sendo, em especial, focalizados por ex-apoiadores do regime militar concentrados no PFL do próprio Gustavo Krause.

---

[6] Roberto Magalhães Melo (1933-) viria a ser Governador de Pernambuco (1983-1986), Deputado Federal (1991-1996/2003-2010) e Prefeito do Recife (1997-2001). (Cf. VELOSO, Verônica; MONTALVÃO, Claudia. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

[7] Pelópidas da Silveira (1915-2008) foi Prefeito do Recife por três vezes (1946/1955-1959/1963-1964), não conseguindo, contudo, completar o último mandato por deposição do Golpe Militar de 1964. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

Krause permaneceu à frente da Prefeitura do Recife de 1979 a 1982, tendo saído para assumir a cadeira de vice-governador eleito do Estado de Pernambuco em 1983. Durante essa transição, Jorge Cavalcante (PDS) foi nomeado pelo Governador do Estado para assumir seu lugar. A partir de 1983, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti[8] (PDS/PFL) assume a prefeitura tendo sido indicado pelo governo do estado e permanecendo à frente da PCR até 1985, ano de retorno das eleições diretas para a prefeitura da cidade.

Nessa época, Joaquim Francisco advinha de um grupo influente do PDS/PFL na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata. Apesar do mesmo perfil urbano de Gustavo Krause, seu governo pareceu não muito empenhado nas práticas de participação popular reorganizadas por seu antecessor. Apesar do precedente reaberto por Krause, Fernandes comenta de que

> não se observa nenhum esforço na tentativa de criar canais de negociação com as organizações populares (Apud. LEAL, 1995: 77). A questão da participação social na gestão pública não era uma matéria dessa administração municipal (FERNANDES, 2004, pp. 96).

Em entrevista ao Jornal do Commercio, Joaquim Francisco define da seguinte forma esse período:

> Havia um movimento na sociedade, em alguns núcleos políticos no sentido de que fosse restaurada a eleição direta para prefeito, ou seja, que não se procedesse mais com a nomeação e a eleição indireta, porque era nomeação e eleição indireta homologada pela Assembleia Legislativa. Então, no curso do meu primeiro mandato, que eu fui eleito pela Assembleia e nomeado por Roberto Magalhães Melo, antes do final do mandato esse movimento foi criando corpo e aí restauração das eleições diretas para prefeito das capitais.

[8] Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1948-2021) viria a ser Ministro do Interior (1987), Deputado Federal (1987-1988/1999-2007) e Governador de Pernambuco (1991-1995). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br.> Acesso em: 30/07/2020.).

(BALBINO; VERAS. Jornal do Commercio, 17/08/2016).

Apesar de Joaquim não ter se engajado tanto diante das questões de participação social, é notável no discurso de ambos os prefeitos as referências aos movimentos sociais em prol da democracia e da participação popular que ocorriam em época, cujo ápice nessa década fora representado pelas Diretas Já. Visando uma adequação a esse cenário e talvez uma sobrevivência posterior, Krause foi além de seu correligionário e reviveu políticas de assistência e participação social durante sua gestão. Acompanhando a mesma fase, o então governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (PDS), não apenas apoiou as eleições diretas como também foi favorável à candidatura de Tancredo Neves à presidência em 1985. É de se destacar, contudo, que a pressão popular imposta aos prefeitos e outros governantes não tem outra origem senão nos desgastes sociais, políticos e econômicos vividos pelo próprio regime. Os anos de abertura lenta, gradual e segura pareciam, até mesmo para os governistas, se aproximarem do fim.

O Recife redemocratizado: A eleição de 1985 e o primeiro governo de Jarbas Vasconcelos

O ano de 1985 marca o retorno das eleições, sendo a primeira por via direta para muitos municípios em duas décadas. No Recife, após a administração de Joaquim Francisco (1983-1985), Jarbas de Andrade Vasconcelos[9] assume como o primeiro prefeito eleito da cidade desde Pelópidas Silveira em 1963. Jarbas, em época,

[9] Jarbas de Andrade Vasconcelos (1942-) é um importante político pernambucano, histórico membro da antiga linha "autêntica" do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi Prefeito do Recife por duas vezes (1986-1988/1993-1996), Deputado Estadual por um mandato (1971-1975), Deputado Federal por três mandatos (1975-1979/1983-1985/2015-2019), Governador de Pernambuco (1999-2006) e Senador da República (2007-2015/2019-). (Cf. COUTO, André; SETEMY, Adrianna. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

já era figura conhecida do MDB/PMDB, principalmente por sua atuação parlamentar de combate à ditadura como parte do grupo conhecido como "autêntico" dentro do partido. Os autênticos eram emedebistas tidos como mais "radicais" por defenderem uma postura de mais forte oposição à ditadura. "Os 'autênticos' são interpretados como o grupo corajoso e criativo de políticos emedebistas mais identificados com as esquerdas que, em um momento tão adverso, empurraram o MDB para uma oposição firme, 'autêntica' contra a ditadura" (FERREIRA, 2018, p. 22), nas palavras de Rafael Leite Ferreira. Francisco Carlos Teixeira da Silva, contudo, vai além e detalha que esse "empurrão" sofrido pelo partido tem suas raízes, antes de tudo, em importantes segmentos sociais, em "uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política" (SILVA, 2007, pp. 255).

Sendo essa a eleição chave para o fim da ditadura na cidade, a ala "autêntica" do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agora transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), permaneceu fiel a seus princípios de forte oposição à ditadura e aos seus apoiadores. Quando os ditos "moderados" do partido não apenas propuseram a aplicação de uma "Aliança Democrática" [10] na eleição municipal, como ganharam as convenções partidárias, Jarbas Vasconcelos, maior expoente pernambucano da autenticidade emedebista/peemedebista e seu então pré-candidato à prefeitura, sai do partido e se lança candidato ao cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo apoiado pelo então deputado Miguel Arraes[11], pelo

[10] Aliança estabelecida entre o PMDB e dissidentes do PDS, a chamada "Frente Liberal", que viria a eleger em 1985, através dos votos indiretos do Congresso Nacional, a chapa de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência da República.

[11] Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi uma das mais importantes figuras da política

Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desamparado pelo PMDB, Vasconcelos vai atrás do apoio de movimentos sociais com os quais já vinha interagindo desde a época de resistência à ditadura. Sua campanha abraça uma imagem popular alicerçada nos segmentos de classe e de bairro da sociedade civil, que passam a servir como cabos eleitorais para o então candidato. Apesar disso, é bom clarificar que as organizações sociais não foram subservientes à prefeitura mesmo após a vitória de Jarbas Vasconcelos. Allan Cavalcante Luna, por exemplo, ao tratar sobre os movimentos de bairro, afirma que

> mais do que cabos eleitorais, [os movimentos de bairro] revelaram-se críticos – muitas vezes severos – do programa "Prefeitura nos Bairros" criado na gestão, e continuaram com mobilizações e reivindicações, mormente em forma de ocupações de terrenos públicos ou privados (LUNA, 2014, pp. 31-32).

Além da candidatura de Jarbas, a eleição de 1985 para prefeito do Recife contaria com postulantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Partido Democrático Social (PDS) e, claro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que lança o então deputado federal Sérgio Murilo apoiado pelos "moderados" do partido e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). No apoio a essa candidatura, o PFL fazia a nível municipal o que tentava também a nível nacional: se desvincular do regime militar. Como detalham Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timoty Power:

> A divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se desligarem publicamente de um regime autoritário cada vez mais impopular. Os eventos de 1984 permitiram aos dissidentes da Frente Liberal renovarem a sua viabilidade política através de

pernambucana. Foi Deputado Federal (1983-1990/2003-2008), Prefeito do Recife (1960-1963) e Governador de Pernambuco (1963-1964/1987-1990/1995-1999). (Cf. PANTOJA, Silvia; LEMOS, Renato. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

> duas sucessivas demonstrações de adesão à legitimidade democrática: a primeira, seu apoio às eleições direta e a oposição a Maluf[12] e, a segunda, realizada por Tancredo Neves, que acolheu o PFL na sua coalizão (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER; 2000, pp. 29).

Históricos membros dos partidos do regime (ARENA/PDS), lideranças pernambucanas como Marco Maciel, Gustavo Krause e Joaquim Francisco encontravam-se agora filiados ao PFL, defendendo a democracia e criticando o governo que até pouco apoiavam. A própria ideia inicial do "liberal" da sigla viria daí. Como mesmo disse Krause, anos depois da formação do partido, "O 'liberal' da frente e do partido tem origem no compromisso político de operar a transição do regime militar e autoritário para um regime civil e democrático" (CANTANHÊDE, 2001, pp. 87). Nas palavras da jornalista Eliane Cantanhêde, "na época, o termo 'liberal' tinha um caráter político: traduzia a adesão de velhos aliados do regime militar ao processo de redemocratização" (CANTANHÊDE, 2001, pp. 10). Apesar de sua coligação não ter ganhado a nível municipal, o saldo positivo para o PFL não deixa de existir, principalmente a partir do feito de desvencilhar muitos de seus membros do regime militar e lançá-los para o novo período democrático.

Com a vitória de Jarbas, os grupos engajados que haviam estimulado as oposições anos antes a uma atuação mais firme seriam ainda lembrados ao influenciarem nas bases do governo então nascente. Desde a campanha, a participação social era mote do futuro prefeito, de modo que acabou "sendo uma das prioridades da gestão" (FERNANDES, 2004, pp. 116). Não por acaso, Antônio Fernandes define:

---

[12] Paulo Salim Maluf (1931-) era, até então, ex-Governador de São Paulo (1979-1982) e Deputado Federal (1983-1987), candidato do PDS à Presidência da República em 1985. (Cf. CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo; BASTOS, Manoel Dourado. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

> um aspecto fundamental que marca a eleição de Jarbas em 1985 é o engajamento das lideranças comunitárias e da sociedade civil na campanha eleitoral. Ao perder o apoio do PMDB, Jarbas Vasconcelos articulou-se junto aos setores organizados da sociedade civil, sobretudo as associações profissionais, os movimentos de bairro e as comunidades de base. De acordo com Soares (1992: 64), a tônica principal da campanha de Jarbas era a participação das entidades nas diversas instâncias do poder municipal. Dentre seus compromissos, constava a eleição direta entre artistas e movimentos culturais para a escolha do presidente da Fundação de Cultura da prefeitura, a consulta ao Sindicato dos Médicos e às associações da área de saúde para a escolha do secretário de Saúde e a insistente afirmação do papel das associações de moradores na definição de prioridades do governo. (FERNANDES, 2004, pp.107).

Dessa forma,

> [...] durante o mandato de Jarbas Vasconcelos como prefeito de Recife, entre 1986 e 1988, o compromisso de realizar uma gestão democratizada com políticas de participação social foi efetivado. [...] Com isso, a prefeitura deu um retorno positivo ao eleitorado e aos movimentos e entidades civis, uma vez que cumpriu o compromisso assumido em campanha. A rota da política e da gestão municipal em Recife, que tinha sido iniciada no governo de [Gustavo] Krause, tem um retorno reforçado na primeira administração de Jarbas Vasconcelos. (FERNANDES, 2004, pp.125)

Por fim, destaca-se que "a eleição de 1985, com a vitória de candidatos de origem oposicionista [como ocorreu no Recife] [...] marcaria um primeiro ciclo da democracia nas grandes cidades brasileiras" (GONDIN; SOARES, 1998, pp. 64 apud. FERNANDES, 2004, pp.115-116). A eleição de Jarbas acaba surgindo como uma coroação à ebulição social da época, em que os desejos de democratização, em seus mais diversos âmbitos, atingem também o governo municipal. Vasconcelos soube aproveitar-se dessa efervescência e, ao perder as prévias do partido e o apoio do PMDB, busca atrair esses segmentos sociais para a sua campanha e para o governo que então se formaria.

Os segundos mandatos de Joaquim Francisco e Jarbas Vasconcelos

Em 1988 a aliança não se repetiu. PMDB e PFL tiveram, cada um, seus próprios candidatos. Além deles, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Humanista (PH) também lançaram postulantes. A vitória ficou com o candidato do PFL, o ex-prefeito Joaquim Francisco, que vinha desejando seu segundo mandato desde 1985, dessa vez, contudo, diretamente eleito pela população. Apesar da boa gestão de Jarbas Vasconcelos (marcada principalmente pelas políticas de participação social), o PMDB não consegue emplacar seu candidato, Marcus Cunha, num pleito marcado por forte desgaste nacional da legenda por causa da situação econômica inflacionária vivida pelo país e pelo governo de José Sarney (PMDB). Fernandes analisa que

> A vitória de Joaquim Francisco, do PFL, sobre o candidato apresentado pela Frente Popular, Marcus Cunha, do PMDB, foi a primeira derrota sofrida pela coalizão de esquerda numa eleição para o Executivo municipal de Recife, desde o período democrático anterior, entre 1946 e 1964. [...] É coerente pensar que a derrota da Frente Popular significava um voto de revanchismo do eleitor contra o PMDB devido ao fracasso do Plano Cruzado. Azevedo (1993: 40) atribui o crescimento do PFL em Recife e em Pernambuco nesse período ao insucesso econômico da Nova República, identificada pela maioria dos eleitores como um fracasso do PMDB, que ocupava a maioria dos ministérios, apesar de o PFL também fazer parte do governo federal. [...] "O partido [PFL] se apresentava como oposição e, mais do que isso, com um discurso que contemplava as questões sociais, tema tradicionalmente explorado pela esquerda (AZEVEDO, 1993, p. 45)" (FERNANDES, 2004, pp. 144-145).

Assim sendo, fica explícito o pragmatismo e a capacidade de reposicionamento do PFL no jogo eleitoral. De uma eleição para outra, o partido se realoca de oposição ao PDS e ao Regime Militar para uma oposição ao PMDB e, inclusive, ao então presidente José Sarney[13].

[13] José Sarney, enquanto membro do PDS e apoiador do Regime Militar, e fez parte das articulações para a formação do PFL. Como bem relatado por Eliane Cantanhêde (2001), o plano original, após migrar do PDS para o PMDB para compor chapa com Tancredo Neves, era que ele fosse para o PFL. Contudo, a morte de Tancredo alterou as peças do jogo e o obrigou a não apenas permanecer no

Reassumindo o cargo em 1989, Joaquim Francisco só nele permaneceu até 1990, quando se afastou para se candidatar, com sucesso, ao cargo de governador do Estado de Pernambuco. Em seu lugar, o então vice-prefeito, Gilberto Marques Paulo[14], assumiu até o fim do mandato. Uma vez mais, a gestão de Joaquim Francisco (e, posteriormente, de Gilberto Marques Paulo) se afastou das práticas de participação social desenvolvidas a partir da redemocratização, apesar da elaboração da Lei Orgânica da cidade[15].

Já a eleição de 1992 trouxe de volta à prefeitura o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos, já definitivamente pelo PMDB[16] e tendo rompido, inclusive, com Miguel Arraes. Arraes queria lançar o neto, Eduardo Campos, como vice, interessado na pavimentação da carreira de seu sucessor político, o que Jarbas não aceitou. O embate entre os dois afastou Jarbas de partidos de esquerda como PDT, PCdoB e PCB, que ficaram com Arraes e o neto, por fim lançado diretamente como candidato a prefeito. Uma vez mais, PMDB e PFL mantiveram-se separados no pleito. Além de seus candidatos e de Eduardo Campo, concorrendo pelo PSB, disputaram ao cargo na PCR nomes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Liberal (PL). Vencendo partidos como o articulado PFL, o PSB de Arraes e o

---

PMDB, como a seguir os acordos pré-estabelecidos, sendo continuamente acompanhado pelo olhar vigoro de Ulysses Guimarães.

[14] Gilberto Marques Paulo (1934-), além de Vice-Prefeito (1989-1990) e Prefeito (1990-1993), viria a ser também Deputado Estadual em Pernambuco (1999-2003). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br.> Acesso em: 03/08/2020).

[15] "Em Recife, na gestão de Joaquim Francisco, entre 1989 e 1992, foram congeladas ou desativadas as duas principais políticas de participação popular criadas na gestão de Jarbas Vasconcelos – o Prezeis [Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesses Sociais] e o Programa Prefeitura nos Bairros. Entretanto, o processo de elaboração da Lei Orgânica do Recife é desenvolvido com ampla participação da sociedade civil em sua elaboração" (FERNANDES, 2004, pp. 139).

[16] Apesar de vencer a eleição pelo PSB em 1985, Jarbas retornou ao PMDB logo em seguida.

persistente e ascendente PT[17], Jarbas trás consigo a volta das políticas de participação social[18], onde "reafirma seus compromissos dando outra reposta positiva para o eleitorado e para os atores sociais envolvidos, ou seja, os movimentos sociais, as associações de bairro e ONGs" (FERNANDES, 2004, pp. 189).

A vitória de Vasconcelos em 1992, em uma boa medida, representa tanto o processo de transição como o poder de sua carreira política no Pernambuco redemocratizado. Sua vitória neste pleito se desenrola como consequência das conquistas da sua administração anterior. Jarbas se elege sem ter o prévio apoio que tinha da esquerda e sem o posterior apoio que viria a ter da direita pefelista. Nesse período de transição, ele se torna prefeito mais uma vez com base nas conquistas de seu mandato anterior para com a sociedade civil, superando tanto adversários (à esquerda e à direita), como o desgaste de legenda que havia derrotado seu candidato quatro anos antes. Com uma votação de 270.330 dos 513.034 votos válidos[19], Jarbas venceu sem necessitar de segundo turno, evento difícil de ocorrer nas grandes capitais brasileiras.

Roberto Magalhães, a União por Pernambuco e a União pelo Recife

[17] Lançando candidaturas municipais desde 1985, o PT conseguiu, pela primeira vez, terminar a corrida eleitoral em segundo lugar, superando, inclusive, o PFL, cujo candidato terminou em terceiro. O PSB de Arraes e Campos terminou na penúltima posição, em quinto lugar. Disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acessado em: 25/07/2020.

[18] "[...] Em seu novo mandato, Jarbas Vasconcelos continuou com a proposta de democratização da gestão municipal, mas sua plataforma de governo incorporou também elementos ligados à parceria com empresas privadas no desenvolvimento de projetos urbanos e na recuperação de espaços públicos, assim como tratou mais atentamente da questão do turismo e do *marketing* cultural da cidade" (FERNANDES, 2004, pp. 164).

[19] Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1992/divulgacao-de-resultados-1992>. Acessado em 20/09/2021.

Afastado de seguimentos da esquerda após o desentendimento com Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos já conversava com seus rivais históricos do PFL em 1993. Com a eleição de Arraes ao governo do estado em 1994, Jarbas passaria a liderar a oposição. Chegada a eleição municipal de 1996, a relação entre um ex-emedebista "autêntico" e ex-apoiadores do governo militar estreitou-se a ponto de se criar aí a "União por Pernambuco", aliança partidária entre PMDB e PFL que lançou como candidato à PCR, atendendo ao desejo do próprio Jarbas Vasconcelos, o pefelista Roberto Magalhães. Da candidatura de Magalhães nasce a sucursal municipal da União por Pernambuco, a "União pelo Recife", que sairia vencedora do pleito de 1996. Ao surgir tão inesperada e pragmática aliança, foram viabilizados não apenas os caminhos de Magalhães para a prefeitura da cidade do Recife como também os de Jarbas para o governo do estado de Pernambuco em 1998.

Sobre a origem da União, Gustavo Krause, o ideólogo do PFL que esteve presente na sua fundação, disse o seguinte:

> Existe um momento em que é preciso ter a coragem da conciliação, a coragem das alianças. O que aconteceu na União por Pernambuco foi um amadurecimento das forças políticas, a possibilidade de unir forças que eram forças que militavam em campos opostos e foi esse, no meu entender, esse amadurecimento, essa aproximação trazida pela normalidade democrática, que levou a uma aliança que, por sinal, fez muito por Pernambuco.
>
> [...] Eu acho que foi uma aliança importantíssima e eu vi sua formação, a sua maneira republicana como ela foi formada. Ela tinha, juntando, não é, os segmentos políticos, ela tinha uma visão programática, ela foi boa para Pernambuco e, consequentemente, boa para os partidos e para os atores políticos. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. Jornal do Commercio. 19/08/2016).

Já Jarbas Vasconcelos, o grande nome do PMDB pernambucano, comenta:

> A União *de* Pernambuco a gente criou pra ter condições de governar o estado. Eu poderia até ter ganho a eleição sozinho. Eu ganhei naquela ocasião

> a eleição [de 1998] por um pouco mais de um milhão de votos de diferença pra meu opositor, o ex-governador Miguel Arraes, e poderia ter governado sozinho. Quando eu digo sozinho, eu e o MDB, o PMDB. Mas era importante ter parceiros pra governar. E aí eu fiz uma aliança com o PFL com essa consciência de que pra governar o estado eu precisaria de parceiros. O PFL tinha raízes pelo interior e quadros no interior que podia ajudar. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. Jornal do Commercio. 19/08/2016).

A autoconfiante fala de Jarbas não deixa de demonstrar as consequências da vitória de 1996. Talvez ele realmente pudesse ganhar sem o PFL, mas o mais importante aqui é destacar o papel do Partido da Frente Liberal em todo seu plano. A governabilidade é sim peça fundamental no processo de articulação política e não negamos sua importância nesse caso. Contudo, como ele mesmo comenta, o PFL tinha raízes pelo interior. O partido era extremamente forte nas zonas interioranas de todo o Nordeste, sendo peça fundamental caso Vasconcelos desejasse alcançar o que efetivamente alcançou em 1998: o governo do Estado de Pernambuco. Um político de perfil urbano como ele não poderia se abster da oportunidade de receber o apoio dos vários caciques políticos interioranos que faziam parte dos quadros pefelistas. É nesse cenário em que é criada a União por Pernambuco, a partir da qual Jarbas realizou mais uma transição, um pouco mais à direita, em busca agora, mais do que de sua sobrevivência eleitoral, de seus próprios ganhos políticos.

De toda forma, o pragmatismo da União por Pernambuco trouxe resultados. A nível municipal, Roberto Magalhães disputou com candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Popular Brasileiro (PPB), do Partido Popular Socialista (PPS), do Partido Social Cristão (PSC), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), superando a todos e tornando-se o quinto membro do PDS/PFL a ocupar a Prefeitura da Cidade do Recife desde 1979. Desta vez, contudo, o PFL tinha a

seu lado um antigo e importante líder oposicionista e consigo um dos maiores partidos da Nova República brasileira. O retorno pefelista à PCR não trouxe desta vez, entretanto, interrupções nos mecanismos de participação social[20], talvez como efeito do próprio Jarbas Vasconcelos na sua articulação, representando muito mais uma adaptação pragmática dos partidos ao sistema partidário eleitoral brasileiro vigente desde a redemocratização do que uma grande mudança no modelo administrativo da cidade. Mudam-se muito mais as lógicas partidárias e suas estratégias eleitorais do que estruturas firmadas na cidade ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Conclusão

Quanto mais a ditadura derretia, mais a sociedade ansiava por democratização. Contudo, não apenas por democratização do grande cenário político nacional, das decisões de Brasília, das eleições para presidente. Também nos menores e mais próximos aspectos da vida em sociedade e da política cotidiana. As ebulições sociais, principalmente da década de 1980, juntas ao contínuo retorno do processo democrático trouxeram hodierna vida aos processos eleitorais. Antes deles, a cidade do Recife via-se governada por prefeitos indicados, os chamados "biônicos", apoiadores do Regime Civil-Militar, membros dos governistas ARENA/PDS e que careciam, como eles bem sabiam (por sensibilidade ou receio do cenário corrente), de legitimidade popular. Os últimos anos da ditadura foram marcados por organização e pressão popular articuladas em torno de seu desejo de democratização e participação social ao mesmo tempo em que o regime militar se enfraquecia. Nesse contexto,

[20] "A proposta de participação social na gestão pública, ainda que fosse algo incomum para um político de tradição conservadora como Magalhães, foi defendida por ele. Isso ocorreu por que os mecanismos de participação social na gestão municipal do Recife estavam consolidados, tornando-se um elemento estratégico para governar, seja qual for a matriz ideológica do grupo que chega ao Poder Executivo" (FERNANDES, 2004, pp. 200).

buscou-se aqui acompanhar os desdobramentos políticos desses processos em esfera municipal a partir das trajetórias daqueles que ocuparam o principal posto do poder executivo recifense. Esperamos que, ao fim, este artigo possa servir à historiografia sobre políticos, partidos e eleições no Brasil republicano pós-1985 da mesma forma em que sirva aos estudos sobre a cidade do Recife em fins do século XX.

O primeiro prefeito eleito do Recife em duas décadas foi Jarbas Vasconcelos, um emedebista/peemedebista autêntico na oposição à ditadura a aos seus apoiadores. Desde aquela época, contudo, a tendência pragmática do PMDB já surgia, explicitada numa aliança com o PFL, partido de dissidentes do regime que agora tentavam se desvencilhar dos fracassos políticos, sociais e econômicos alcançados pelos militares a frente do Governo Federal. Após Jarbas, o próprio PFL retornaria ao comando municipal com a volta do ex-prefeito biônico Joaquim Francisco, dessa vez eleito diretamente, e com a vitória de Roberto Magalhães, apoiado pelo próprio Vasconcelos através da União por Pernambuco.

A formação de uma união como essa, reunindo antigos apoiadores e opositores do Regime Militar dez anos após a redemocratização, pode nos dizer alguma coisa. Além da superação da própria ditadura, fica um tanto explícito o pragmatismo assumido não apenas pelo PFL, mas também pelo PMDB. Na verdade, a participação de ambos ao longo da história política da Nova República demonstra uma forte tendência ao poder e à sobrevivência eleitoral, em boa medida natural do jogo político. O Jarbas da União por Pernambuco parece ser, politicamente, bem diferente do Jarbas ideológico dos tempos da ditadura e até de 1985. Até 2000, mais notável que isso só a força do PFL pernambucano e de seus membros, que foram

lideranças municipais durante a ditadura e até depois, comandando a cidade pela maior parte do tempo entre 1979-2000.

Referências

Periódicos

Jornal do Commercio

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. Últimos prefeitos biônicos do Recife buscam legitimidade com o povo. **Jornal do Commercio**, 17 de agosto de 2016. Disponível em: < https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/17/ultimos-prefeitos-bionicos-do-recife-buscam-legitimidade-com-o-povo-248976.php>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. Eleições 1985 no Recife: prévias e acusações de assassinato na primeira votação pós ditadura. **Jornal do Commercio**, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/18/eleicoes-1985-no-recife-previas-e-acusacoes-de-assassinato-na-primeira-votacao-pos-ditadura-249141.php> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. De adversários a aliados: Relembre como surgiu a União por Pernambuco. **Jornal do Commercio**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: < https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/19/de-adversarios-a-aliados-relembre-como-surgiu-a-uniao-por-pernambuco-249298.php> Acesso em: 25 de julho de 2020.

Materiais Especiais

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. História das Eleições no Recife - No caminho para a abertura. 2016. Vídeo disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=InD_Q_wv6P4&feature=emb_title> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. História das Eleições no Recife - PMDB e PFL: de adversários a aliados. 2016. Vídeo disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bllG2Fmb1m4&feature=emb_title>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

Dados Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: < http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes >. Acessado em: 25/07/2020.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br.>. Acesso em: 30/07/2020.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro**: **Padrões de competição política (1982-2002)** – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL** – São Paulo : Publifolha, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 5** – O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República 91985-2016) – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão Municipal e Participação Social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)** – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

KRAUSE, Gustavo; ROBERTO, Paulo. **Dito e feito em 38 meses** – Recife, [s.n.], 2019.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil** – Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Fundação Editora Unesp, 2005.

LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio; SÁ, Constânça; MARKMAN, Rejane. **A Eleição municipal de 1985 no Recife: o impacto da campanha**. In.: LAVAREDA, Antônio. SÁ, Constança (orgs.) – **Poder e voto: luta política em Pernambuco** – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

LUNA, Allan Cavalvanti. **O discreto charme da democracia**: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

MAGALHÃES, Roberto. **Memórias: as virtudes do tempo** – Recife: Bagaço, 2012.

MAINWARING, Scott; MENEGRELLO, Rachel; POWER, Timorthy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. Tradução de Valeria Carvalho Power. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTENEGRO, Sérgio. **Queridos Rivais: A trajetória da União por Pernambuco e a batalha pela hegemonia política** – Recife: Ed. do Autor, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais** – Editora Zahar, 2012.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido: base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco, 1985-2001** – Recife: Bagaço, 2002.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e SNI e suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)** – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia** – 1ª edição – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 4** – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VERSIANI, Maria Helena. **A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987)**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente** – Rio de Janeiro : Editora FGV, 1ª Edição, 2014.

Dostoiévski na Crise dos Naturalismos: uma análise crítica de O Duplo

Júlia Geiling Cardoso Falcone *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p261-273

Uma obra, seja ela de que espécie ou ramo artístico for, é sempre reflexo das representações, inquietações e movimentações pelas quais seu autor se depara em vida. Pode-se dizer, portanto, que uma obra é a concretização da percepção de seu autor sobre as próprias temporalidades, espacialidades e realidades em que está inserido. Sendo assim, é através de uma análise crítica de O Duplo, de Fiódor Dostoiévski, que o presente ensaio busca pensar problemáticas próprias do fin-de-siècle europeu (final do século XIX e início do XX) – como a chamada crise dos naturalismos e a emergência da consciência de sujeito –, como elas se apresentam e desenrolam no contexto russo de industrialização e modernização tardias, fazendo uma breve escala em Viena, e, por fim, como tais problemáticas são percebidas e representadas pelo autor da obra em questão.

Palavras-chave: Crise dos naturalismos; Dostoiévski; Fin-de-siècle; O Duplo; Século XIX.

* Graduação em História na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: julia.falcone@alumni.usp.br

Introdução

Publicado em 1846, *O Duplo* de Fiódor Dostoiévski retrata os dilemas de Yákov Pietrovitch Golyádkin, funcionário público da nona classe da hierarquia burocrática de São Petersburgo, que se debate entre a representação que tem de si mesmo e a realidade até se deparar com seu duplo (um outro idêntico), o qual o perseguirá em todos os espaços de vivência, tornando-se seu inimigo mortal e somando-se aos seus dilemas até o levar a loucura.

Mesmo que a publicação da obra seja de meados do século XIX, aspectos que descrevem a realidade da narrativa, os dilemas do protagonista ou mesmo as questões centrais ressaltadas pelo autor ao longo da obra são elementos reveladores de uma percepção particular de Dostoiévski sobre a sua própria realidade, e que serão elementos de grande destaque no oxigênio mental europeu de *fin-de-siècle* (final do século XIX e início do XX). Talvez essa aparente discrepância temporal cause certo estranhamento, num primeiro momento. Mas, na realidade, ela nada tem de discrepante e, sim, é reveladora de uma linha de continuidade de transformações nas esferas cultural, econômica e social da Rússia, decorrentes de um processo de modernização que, como veremos mais adiante, se estende desde o século XVIII e atinge seu ápice justamente ao final do século XIX e início do XX.

Isto posto, pode-se dizer que Dostoiévski encontra-se no meio desse processo e entender essa aproximação entre o tempo que escreve e o tempo que aqui estamos analisando é o que guiará a presente análise. Assim, para avançarmos será preciso aguçar o olhar para além da obra em si, procurando compreender alguns dos aspectos ou contextos que a rodeiam.

Percepção e representação do próprio tempo

Para começar, é imprescindível pensar o autor como um homem de seu tempo e, assim, sua obra como expressão ou projeção de suas próprias percepções e anseios acerca da realidade em que está inserido. Para entender melhor essa questão, é possível traçar um paralelo entre o ofício do historiador e o ofício do escritor. Antoine Prost, pensando no que consiste o papel do historiador, ressalta a impossibilidade de impessoalidade e imparcialidade na produção historiográfica.

> A história é o re-pensamento, a re-ativação, a re-ação no presente, pelo historiador, de coisas que, outrora, haviam sido pensadas, experimentadas e praticadas por outras pessoas. Faça o que fizer, o historiador não pode deixar de ser ele mesmo. (PROST, 2008, p.150)
> Neste sentido, pode-se dizer que toda a história é autoconhecimento: *self-knowledge*. O conhecimento do passado é, também, a mediação pela qual o historiador prossegue a busca de si mesmo. (PROST, 2008, p.151)

Ora, assim como a produção historiográfica é autoconhecimento, nos termos colocados acima, a literatura também o é. Se o historiador pesquisa e escreve sobre o passado segundo os anseios que o seu próprio tempo lhe apresenta, o mesmo ocorre com o escritor, que o faz através da ficção. O ponto central aqui é que ambos, através da produção de uma narrativa sobre um tema ou objeto de análise qualquer, revelam, inevitavelmente, aspectos próprios da sua subjetividade e da maneira como encaram as problemáticas dos tempos e espaços em que vivem – assim como não existe uma história "natural", o mesmo cabe para a literatura, pois ambas implicam e revelam medo, vontade, crenças, imaginação, intenções e significações por parte de quem as escreve (PROST, 2008, p.141).

Já que aqui se pretende uma análise da obra de Dostoiévski, entender essa primeira questão é essencial para avançar, pois uma vez que se tem claro que o autor

é um homem de seu próprio tempo e sua obra é uma expressão ou projeção de sua percepção sobre esse mesmo tempo, fica evidente que o próximo passo dentro dessa caminhada analítica é entender que tempo é esse, afinal.

Fin-de-siècle: crise dos naturalismos

Segundo Carl E. Schorske, da mesma forma que conhecer os métodos críticos da ciência moderna é essencial para interpretá-la historicamente, conhecer as concepções analíticas dos estudiosos modernos de humanidades é essencial para entender as produções culturais e não-científicas do século XX ou, no caso, do final do século XIX (SCHORSKE, 1988, p.17). Sendo assim, esse *fin-de-siècle* europeu é marcado por um esgotamento dos naturalismos e dos excessos darwinistas – "De resto, as leis científicas perderam o caráter puramente determinista que as caracterizava no século XIX, de modo que a física moderna tornou-se probabilista." (PROST, 2008, p.139) Em resposta a isso, intelectuais de diferentes áreas desenvolvem novas concepções para balizar o estudo de suas respectivas áreas do conhecimento, de forma que o esoterismo, misticismo e teosofismo são expressões marcantes dessas novas concepções. Ainda, no campo filosófico a consciência do sujeito vem como elemento forte para a formação de uma nova concepção, a fenomenologia, assim como a hermenêutica também sofre alterações na forma de ser concebida.

De forma geral, é possível dizer que essa crise dos naturalismos se configura a partir de uma volta à subjetividade e crise dos valores, em que as principais pautas de análise são os limites da vida consciente e inconsciente, a compreensão e observação daquilo que nos cerca, a realidade como uma *floresta de símbolos*, temporalidade e duração etc., além de dar grande destaque para a psicanálise. Fazendo um resgate, a própria discussão sobre concepção histórica apresentada por Prost e discutida acima

se enquadra nesse momento de crise e de novas configurações hermenêuticas da historiografia.

Retornando à obra e à contribuição crítica de Paulo Bezerra, fica evidente como as questões dostoievskianas conversam com esse oxigênio mental do final do século XIX e início do XX, seja pelo interesse do autor por obras e estudos sobre questões psicológicas e do funcionamento do cérebro (BEZERRA, 2011, p.237), seja pela recepção da obra em si pelo público, que enxerga sua visão inédita e heterodoxa de homem moderno (BEZERRA, 2011, p.249):

> Sua obra parecia exigir repostas imediatas, veementes, e de fato, observada com algum recuo temporal essa primeira onda de recepção do autor russo – *grosso modo*, do final do século XIX a todo o primeiro terço do XX – parece movida por um fervor (...) Dostoiévski parecia tocar diretamente as paixões públicas de seu tempo fossem elas de índole secular ou religiosa, ética ou literária, conservadora ou revolucionária, e isso de tal modo que muitas vezes as fronteiras entre essas mesmas categorias pareciam dissolver-se diante dos olhos do leitor atônito. (BEZERRA, 2011, p.249)

De Viena à Rússia no *fin-de-siècle*

Mesmo que já se entenda de alguma forma qual o cenário intelectual desse *fin-de-siècle* europeu, ainda assim é preciso buscar uma especificidade maior, tentando entender como a Rússia se encaixa nesse contexto. Mas, antes de chegar ao destino final que ambienta a narrativa aqui em análise, vale fazer uma breve escala em Viena. Aqui, Carl E. Schorske já foi citado algumas vezes sobre a questão de *fin-de-siècle*, mas sua obra trata especificamente de Viena durante esse período, traçando uma análise a respeito das novas perspectivas intelectuais e culturais que surgem na capital austríaca, bem como a projeção dessas novas tendências para o restante da Europa.

Para entender a crise do otimismo liberal e da esquerda no século XX, Schorske parte da ideia de que a crise de um Estado liberal e a frustração política formam um contexto unificador de transformações simultâneas no âmbito cultural, de forma que há uma fuga do racional para um refúgio no idealismo, fazendo surgir um *homem psicológico onipresente*, ao qual retornaremos adiante. O autor se volta para Viena ao perceber que era justamente no último Império do Antigo Regime, que se esfacelava ante o acelerado processo de modernização dos países do oeste europeu, que surgem as experiências mais radicais da modernidade, fazendo esse Estado multinacional fracassado "entrar na moda".

Diante disso, o que está em jogo aqui é o sistema de valores do liberalismo clássico predominante em que os jovens modernos teriam sido criados (SCHORSKE, 1988, p.21). Esse liberalismo, por sua vez, se desenha de forma particular nesse Estado: no embate contra a aristocracia e o absolutismo barroco, sai derrotado em 1848, de forma que os liberais moderados que conseguem chegar ao poder sob um regime constitucional uma década depois, (ainda) precisam partilhar esse poder com a aristocracia e a burocracia imperial. (SCHORSKE, 1988, p.27).

> (...) ela [burguesia austríaca] não conseguiu destruir e tampouco se fundiu com a aristocracia, e, devido à sua fragilidade, ela se manteve dependente e profundamente leal ao imperador, como um protetor paterno distante, mas indispensável. A incapacidade de monopolizar o poder fez com que o burguês, sentindo-se sempre um pouco forasteiro, procurasse uma integração com a aristocracia. (SCHORSKE, 1988, p.28-29)

Sendo assim, se há uma integração entre liberais e aristocratas, ela também se dá no campo da cultura, de forma que a cultura liberal da razão e do direito se funde com a vitoriana aristocrática, elegante, sensual e de casta, culminando num "composto altamente instável" (SCHORSKE, 1988, p.29) de uma *modernização pelo atraso*. Somando-se a isso, o quadro de atraso da modernidade austríaca propiciava

que tal modernização ocorresse de forma aceleradíssima, concentrando o poder econômico nos bancos e setor agrário, colaborando para o crescimento industrial em torno da capital e um crescimento demográfico significativo. Como resultado, tem-se um Estado monárquico capitalista conservador, que lida com as mudanças modernizantes necessárias através de uma gigante máquina burocrática estatal, e que busca uma identidade unificadora, mas que, ao mesmo tempo, se dissolve diante do conflito entre suas mesmas identidades.

Ainda que o caso de Viena seja bastante peculiar, ele não o é isoladamente, de forma que, entendendo esse contexto, é possível prosseguir a jornada rumo ao destino que mais interessa aqui, a Rússia. Segundo Flávio S. P. S. Nogueira, desde o século XVIII a Rússia se encontrava num embate entre forças modernizantes e de industrialização e forças conservadoras pró-servidão. Apesar da resistência, a força da modernização, sobretudo industrial, acaba por ganhar espaço, mas não sem uma cautela de manutenção do *status quo*: a modernização precisa se desenvolver, mas alterando o mínimo da estrutura social vigente (NOGUEIRA, 2013, p.28), de forma que no século XIX o país se encontra numa situação bastante semelhante à vienense, ou seja, um Estado monárquico capitalista de modernização tardia, mas acelerada, com uma burguesia atrelada e aliada à aristocracia social e culturalmente, além de contar com uma grande máquina pública burocrática, já que "o governo seria (e foi) o principal instrumento para a modernização russa" (NOGUEIRA, 2013, p.53).

O Duplo e suas questões

É diante desse cenário, e mais, na cidade mais impactada por todo esse processo – São Petersburgo – que a narrativa de *O Duplo* se desenvolve. Como um

exemplo inicial da percepção de Dostoiévski sobre seu tempo e o retrato que faz dela, o protagonista Golyádkin ou outros personagens mais velhos fazem referência à uma "moda moderna" ou um "século industrial". Ainda, o próprio Golyádkin serve ao sistema burocrático desse Estado russo caraterizado acima, e sofre com as transformações de sua realidade e com as novas dinâmicas socioculturais que ela impõe. Sobre isso, e dando ênfase ao relacionamento estreito entre burguesia e aristocracia e uma divisão social quase de castas, na qual o pequeno funcionário, munido de seus valores, almeja a ascensão social impossível, Bezerra afirma:

> Está lançada a dicotomia sobre a qual se estrutura toda a narrativa (...): de um lado a casa dos Beriendêiev, símbolo da riqueza e do fausto da alta sociedade, em torno da qual gravitam desde figuras da média e alta burocracia até ministros e altos dignatários da corte czarista, universo em que se concentram os valores essenciais da sociedade aristocrática; e, de outro lado, o espaço cinzento povoado pelo senhor Golyádkin e pequenos funcionários iguais a ele, onde nosso protagonista procura manter valores como auto-estima, sinceridade, retidão de caráter, franqueza e fidelidade, mas sonha com a casa dos Beiendêiev como espaço socialmente desejável. (BEZERRA, 2011, p.242)

Sendo assim, Bezerra também destaca que a *questão dos duplos*, posta desde o título da obra, se dá num processo de interação dialógica entre os personagens, principalmente diante das relações sociais desiguais dominantes nesta sociedade russa "na qual uma aristocracia com fortes traços de primitivismo se funde a uma burguesia emergente e primária, para dirigir a coisa pública com um burocratismo bolorento" (BEZERRA, 2011, p.239) e sufocante, que obriga o indivíduo a se questionar constantemente sobre sua existência e o seu papel social. Assim, as perturbações psicológicas do protagonista se desenvolvem e agravam a partir do meio em que ele vive e trabalha, cujas relações nos mais diversos âmbitos causam deformação moral e humana, forçam seus integrantes à uma relação estritamente individualista voltada aos interesses burocráticos e, caso contrário, são relegados ao isolamento e solidão, como se encontra Golyádkin que, assim, vê sua posição

instabilizada e passa a criar inimigos e sentir-se perseguido para dar conta de explicar suas carências (BEZERRA, 2011, p.239).

Sobre essa solidão, já nos deparamos logo nos primeiros capítulos da obra, quando Golyádkin, em consulta com o Dr. Crestian Ivánovitch, é advertido por não cumprir as devidas recomendações médicas. A base de tais prescrições é a *mudança de hábitos*, um tratamento que deveria consistir em "divertimentos; fazer visitas a amigos e conhecidos e ao mesmo tempo não ser inimigo da garrafa; conviver com grupos divertidos". (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.21), de forma que ficar em casa seria totalmente desaconselhável. Ainda, Crestian Ivánovitch reitera a necessidade de uma *mudança radical* (expressão destacada pelo próprio narrador da trama) na vida e caráter do protagonista.

Ora, essa passagem deixa mais do que evidente a exigência de adequação de um indivíduo destoante à realidade presente e, assim, uma tensão entre um novo e um antigo modo, bem como uma disputa de valores, já que não é apenas o estilo de vida que precisaria de uma transformação, mas também o caráter.

A começar por este último ponto, já foram discutidas as mudanças socioculturais que o processo de modernização acarretou e Dostoievski, através de seu protagonista, se coloca de maneira bastante crítica em relação a essas mudanças. Além da menção de um *século industrial*[1] como a realidade dura e apática presente,

[1] É possível observar, de forma marcante, a menção desse termo nas duas passagens aqui destacadas: "Mas quanto a morar numa cabana, minha senhora, sabe como é, em nossa época não dá. Assim é a coisa! Sem uma boa educação em nosso século industrial, minha senhora, não dá, e neste momento a senhora mesma é um exemplo nefasto disso." (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.218); "Quanto a denguices, minha senhora, não agradam hoje em dia, em nosso século industrial; sabe como é, já se foi o tempo de Jean-Jacques Rousseau." (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.219).

Golyádkin também se refere a uma *época amoral* tomada por pessoas mascaradas, que por sua vez reflete a discussão já feita sobre o individualismo voltado aos interesses próprios dentro de um meio na qual as relações causam deformações, inclusive morais.

> E isto é ainda mais doloroso e ultrajante porque até pessoas honradas, que têm ideias efetivamente nobres e, o mais importante, são diretas e francas, renegam os interesses de pessoas nobres e aderem com as melhores qualidades de seus corações ao verme da maldade — que por infelicidade proliferou com intensidade e extrema malevolência em nossa época amoral. [carta em resposta à Niéstor Ignátievitch] (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.151)
> (...) Estou apenas desenvolvendo um tema, quer dizer, Anton Antónovitch, dando vazão à ideia de que as pessoas que usam máscara deixaram de ser raras, e que hoje em dia é difícil reconhecer uma pessoa mascarada... (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.114)

Voltando à consulta com o Dr. Ivánovitch, também se falou de uma tensão entre novos e antigos modos e, embora a visão de Dostoiévski apresentada na narrativa seja de bastante pessimismo em relação ao presente (e quiçá ao futuro) que se desenrola, é possível observar essa tensão sob a ótica de uma relação dialética entre passado e presente. Ao mesmo tempo que o protagonista critica continuamente os novos tempos, ele também evoca um certo saudosismo em relação aos costumes e valores do passado que já não seriam mais apreciados pela juventude. Num diálogo entre Golyádkin e seu colega, Anton Antónovitch, essa percepção se sobressai:

> — Ora, eu também peço que me desculpe. Aprendemos à moda antiga. Pela moda de vocês, a moderna, é tarde para nós aprendermos. Para o serviço que prestamos à pátria parece que até hoje nosso entendimento foi suficiente. Eu, meu senhor, como o senhor mesmo sabe, tenho uma insígnia pelos vinte anos de serviço irrepreensível...
> — De minha parte, Anton Antónovitch, nutro exatamente o mesmo sentimento. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.114)

Ainda sobre essa questão, é interessante trazer a reflexão nietzschiana em

relação a essa tensão dialética entre passado e presente. Assim, destaca-se que o conhecimento do passado só seria desejável quando colocado a serviço desse mesmo passado e do presente, mas não quando ele enfraquece o presente e as expectativas para o futuro (MANN, 2017, p.64), de forma que tudo o que é antigo e pertence ao passado pode ser venerável, outorgando àquilo que é novo ou que "está tornando" rejeição e combate; mas o contrário também acontece a partir do momento em que esse sentido histórico não conserva mais a vida presente, mas a mumifica (MANN, 2017, p.63). Sendo assim, podemos enxergar Golyádkin no meio desse impasse que, saudoso do passado, vê com repugnância e pessimismo o novo emergente, assim como é posto à margem por essa nova sociedade que lhe cobra uma *mudança radical* indesejada.

De qualquer maneira, a situação do protagonista não é tão simples nem tão estanque assim, pois por mais que sua postura se configure da maneira apresentada, sua busca por aceitação e sua consciência deixam clara a incerteza do personagem frente à como se posicionar, o que escolher e ao que seria o certo e adequado ou não, colocando-o num jogo enlouquecedor e interminável entre aceitação e negação da realidade ou mesmo de afirmação de si. É sob essa perspectiva, portanto, que Bezerra pensa o que seria a duplicidade em Dostoiévski: esta seria um *estado de uma consciência* que comporta, ao mesmo tempo, questões antagônicas e sobre as quais desempenha um movimento pendular entre uma e outra, entre a aceitação e/ ou recusa do outro e seu julgamento, ou a aceitação e/ ou recusa de si mesmo (BEZERRA, 2011, p.240).

> (...) o pensamento, a consciência, a sensação de seu "eu" e de seus direitos são os mais altos valores que norteiam o comportamento do homem, e têm de ser afirmados num conflito com a vida que muitas vezes apavora o protagonista.

> Assim, a duplicidade radica no pavor do homem diante da vida e se manifesta em formas de cisão da consciência. (BEZERRA, 2011, p.240)

Dessa forma, pensando mais uma vez em Crestian Ivánovitch, mas agora como ponto de partida e de desfecho da narrativa, Bezerra enxerga as participações do médico como introdução e discussão da condição psíquica do protagonista, de início, e como sentença, ao final, uma vez que a cisão de consciência de Golyádkin é levada ao extremo, obrigando sua retirada do mundo dos homens e entrada definitiva no reino da loucura (BEZERRA, 2011, p.245).

Perante essa condição, e aproximando-se do final dessa análise, é possível retomar um tema citado anteriormente, mas sobre o qual alertou-se uma discussão posterior, o tipo social do *homem psicológico*. Voltando à Schorske, o autor argumenta que o homem racional típico do liberalismo clássico, que possui domínio científico sobre a natureza e controle moral sobre si (o completo oposto de Golyádkin, diga-se de passagem) já não é mais suficiente diante da cultura moderna do novo século que se desenha. Agora, esse novo homem não seria apenas racional, mas também dotado de sentimentos e instintos e tornar-se-ia um tipo social onipresente, utilizado para explicar os mais diversos âmbitos da realidade (SCHORSKE, 1988, p.26).

> Nessa passagem de heróis prometéicos para heróis epiméticos da cultura, a mais extraordinária foi a de Marx para Freud. Pois aqui a busca e compreensão dos males que afligem a humanidade tenderam a se deslocar do domínio público e sociológico para o privado e psicológico. (SCHORSKE, 1988, p.19)

Conclusão

Para concluir, não é à toa que esse *homem psicológico*, tão característico do *fin-de-siècle*, apareça com tanta força nas obras de Dostoiévski – é em *O Duplo* que esse personagem-tipo dostoievskiano, caracterizado como “homem do subsolo”,

aparece primeiro, mas retorna em personagens de obras como *Crime e Castigo*, *O Idiota*, *Os Irmãos Karamázov* etc. Como foi argumentado desde o início, o autor é um homem de seu tempo e, como tal, escreve a partir de suas percepções e realidade, e sua sensibilidade para a representação e discussão destas temáticas não passa despercebida, pois a recepção de sua produção – também já discutida – gera grandes debates, ainda não esgotados, durante a passagem dos séculos.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Paulo. O laboratório do gênio. IN: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Duplo.** Poema petersburguense. Trad. de Paulo Bezerrra. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2011.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Duplo.** Poema petersburguense. Trad. de Paulo Bezerrra. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2011.

MANN, Heinrich. **Nietzsche**. Trad. de Maria Aparecida Barbosa e Werner Heidermann. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

NOGUEIRA, Flavio Schluckebier Pinto Saraiva. **A Busca Pela Modernização:** uma análise comparativa entre a Rússia Imperial (1861-1914) e a Rússia Soviética (1921-1939). Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2013/Flavio%20Schluckebier%20Pinto%20Saraiva%20Nogueira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle.** Política e Cultura. Trad. de Denise Bottmann. Campinas: Editora da UNICAMP; Companhia das Letras, 1988.

“Educar é Higienizar”: As diretrizes do ensino da Higiene nas Escolas Normais paulistas e o papel do professor no livro de Biologia Educacional

Samira Martins[*] [**]

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1 274-301

Resumo: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre as diretrizes da Educação Higiênica, bem como o papel da professora primária na veiculação da mensagem de higiene nas escolas paulistas para a conformação de cidadãos saudáveis e eficientes ao Estado durante a Era Vargas. Para isto, analisamos o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969) de Antônio de Almeida Junior. Essa obra foi utilizada como livro didático nas Escolas Normais paulistas, a partir de 1939 e sua última edição foi publicada em 1969. As diretrizes sobre higiene contidas no livro visavam instruir a futura professora a seguir seu papel de missionária da mensagem da higiene, para regenerar seus alunos através da educação. A partir da perspectiva foucaultiana, operamos com o conceito de disciplina e biopoder como ferramenta de análise visando apreender a rede de enunciados em torno da medicina, da higiene e da educação escolar. A metodologia adotada para esta discussão volta-se para a pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e análise documental. Uma das conclusões que este estudo levantou é que os enunciados veiculados no livro funcionaram como estratégias de disciplinamento de condutas e corpos, objetivando o saneamento dos problemas econômicos do país, tendo a futura professora primária e os alunos, respectivamente, como ferramenta e alvos da transformação econômica e social.

Palavras-chave: Higiene Escolar; Escolarização; Biologia Educacional; Historiografia da educação.

* Graduação em História/ Contato: samiraemartins@hotmail.com

**Dedico este artigo à minha amiga, professora e orientadora Fernanda Scheluchuak Dias, que me ensinou a dar os primeiros passos nesse caminho tortuoso que é a vida acadêmica.

“Educar é Higienizar”: As diretrizes do ensino da Higiene nas Escolas Normais paulistas e o papel do professor no livro de Biologia Educacional

Para as nações modernas não há problema tão importante quanto o da população.

Tudo depende da gente; do número e da qualidade.

Riqueza natural é água parada que não move moinhos.

Nesse terreno, o trabalho vale muito mais do que o capital.

E o trabalho é o homem.

Só ele, pela inteligência ou pelos músculos, empresta valor às coisas.

(ROQUETTE PINTO, 1982, p. 1).

Considerações Iniciais

Na república da Era Vargas, havia uma preocupação do Estado em relação à definição da figura do cidadão brasileiro, civilizado e trabalhador. Para melhor ilustrar essa preocupação, relataremos o curioso episódio da escolha de uma estátua que representasse o homem brasileiro, para ser colocada no novo prédio do Ministério da Educação e Sáude (MSE), inaugurado em 1938, a pedido do então Ministro Gustavo Campanema. Segundo Jerry Dávila, o MSE foi considerado o Ministério do Homem, a pasta que, além de aperfeiçoar, preparar e compor o homem brasileiro, afirmaria o futuro do Brasil e a influência do Estado na sua moldagem. (DÁVILA, 2006). Capanema encarregou o escultor Celso Antônio de produzir a estátua, mas ficou chocado com a figura representada por ele. Sobre o episódio, Dávila esclarece que, para Capanema:

> A estátua do “Homem Brasileiro” deveria completar a alegoria mostrando que a educação pública tornaria os brasileiros brancos e fortes, dignos de seu brilhante futuro. Entretanto, a figura do “Homem Brasileiro” que o escultor Celso Antônio extraiu da pedra representava tudo o que Capanema esperava que o Brasil deixasse para trás. A figura era um caboclo, um homem das

> matas, de raça mestiça[1]. Para tornar as coisas piores, esse caboclo era um "caboclo barrigudo" (DÁVILA, 2006, p.48-49).

No Brasil pós-abolição, a constituição da população e, consequentemente, a redefinição da nação, tornaram-se problemas a serem resolvidos. A elite intelectual da época via a população pobre como degenerada e, ao definir este estado de degeneração em termos médicos, atribuiu aos médicos higienistas a responsabilidade sobre a educação pública, materializando os conceitos de higiene em políticas educacionais e transformando as escolas em clínicas onde os males nacionais seriam curados (DÁVILA, 2006).

Desde o século XIX, como esclarece José Gonçalves Gondra, ocorre uma aproximação do campo médico com a educação, e é no interior desse campo que se configura um modelo determinado de organização escolar (GONDRA, 2005). Segundo Gondra:

> Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica. Assim, planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado, este modo de intervenção funcionaria como um efetivo programa civilizador [...] (GONDRA, 2005, p.2).

Esse modelo de educação, formulado pela racionalidade médico-higiênica, constitui-se como a tônica do projeto de intervenção civilizatório que a elite intelectual da época visava instituir. A aproximação dos dois campos pode ser

[1] Na década de 1920, houve uma vinculação do saneamento ambiental ao melhoramento da raça, pois muitos médicos higienistas atribuíam ao meio o poder de transformar as células germinativas e, portanto, o processo de hereditariedade (VIVIANI, 2005). Almeida Junior rejeita essa definição ao afirmar que as células germinativas não podem ser mudadas, mas os hábitos da população sim. O estado de degeneração da população pobre seria sanado através da educação higiênica. Citamos Antônio de Almeida Junior ao firmar que: "O problema do Brasil não é o da "raça" e sim o da Higiene e da Educação" (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.491).

explicada devido a crescente especialização do campo médico, em detrimento de uma medicina social, bem como uma crescente especialização do campo pedagógico, que passa a criar instituições próprias de legitimação da área (GONDRA, 2005).

O modelo educacional gestado pelo campo médico ao longo do século XIX se amplia no início do século XX. No artigo “Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional” (2005), Luciana Maria Viviani demonstra que a medicina não só elegeu o campo da educação como lócus privilegiado de disseminação de práticas de profilaxia, mas prescreveu várias medidas que serviram para orientar a escola e a população na criação de novos hábitos e comportamentos, os quais objetivavam o avanço rumo à modernidade e corroborando com a nova ideia de civilidade.

A articulação entre a biologia e a higiene teve papel essencial para fundamentar essa nova pedagogia higiênica e, para possibilitar a atuação da professora primária segundo tais objetivos, foi necessário um embasamento biológico que se concretizou por meio da disciplina de Biologia Educacional (VIVIANI, 2005). O livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969), de Antonio de Almeida Junior, foi utilizado como livro didático dessa disciplina nas Escolas Normais paulistas a partir de 1939, configurando-se como um manual sobre saúde e educação. Os enunciados veiculados no livro funcionaram como estratégias de disciplina para a conformação das condutas e dos corpos, principalmente da população pobre, tendo a educação e a professora primária como ferramentas para sanar estes problemas.

Assim, por meio das diretrizes de Biologia Educacional contidas no livro, a professora estaria qualificada e poderia ter mais claros os fins da educação escolar e

as técnicas necessárias para implementá-la de forma eficiente, orientando seus alunos para a aquisição de hábitos salutares, tendo em vista o projeto de educação renovada que se construía no país e os objetivos do Estado quanto a formação de trabalhadores.

A intenção deste artigo é discorrer acerca das diretrizes de Educação Higiênica, bem como o papel da professora primária na veiculação da mensagem de higiene nas escolas primarias paulistas para a conformação de cidadãos saudáveis e úteis ao Estado durante a Era Vargas. Para isto, além de uma revisão bibliográfica, analisamos o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969) [2]. Examinamos o momento histórico do Brasil entre as décadas de 1930 e 1945, no qual se pensava uma estruturação da república com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país. Pretende-se discorrer acerca da rede de enunciados entre medicina, higiene e educação para a transformação social da população, a partir de um ideal de sujeito cidadão.

Caminhos metodológicos

O trabalho foi orientado a partir das teorizações de Michel Foucault, principalmente em torno dos conceitos de biopolítica e disciplina sobre o corpo-espécie da população. Na obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1999), Foucault discorre sobre o poder e o domínio sobre a vida, o corpo e a espécie da população humana.[3] O filósofo nos fala de dois domínios de ação do poder sobre a vida humana: a disciplina e o biopoder. A disciplina é o primeiro domínio direcionado ao corpo, o qual é pensado a partir da noção de funcionamento de uma maquinaria; e

[2] Houve alterações no livro desde a 1° edição publicada em 1939 no que se refere à ortografia e a organização dos capítulos do livro, porém o conteúdo se manteve o mesmo.

[3]Os conceitos de biopoder e disciplina também são trabalhados em outras obras do filósofo como: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade.* Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999; FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV. Estratégia, Poder-Saber.* Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (SILVA, 2015).

o biopoder é segundo direcionamento do poder que atua sobre a vida da população (FOUCAULT, 1999).

Ao longo do século XVIII e início do XIX, com o crescente processo de urbanização das cidades europeias e o fortalecimento dos Estados Nações, tornaram-se necessárias a criação e a organização de saberes e estratégias reguladoras que, ao serem articuladas, tinham a função de governar tanto a vida da população, quanto o corpo dos indivíduos (FOUCAULT, 1999). Esse domínio sobre o corpo e a vida se caracteriza como um biopolítica da população. Segundo Foucault:

> A proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. (FOUCAULT, 1999, p. 131, grifos do autor).

Nesse aspecto, entendemos que a educação pode ser utilizada como um dispositivo para a constituição da nação, do corpo-espécie da população, através de estratégias biopolíticas para o aperfeiçoamento e moldagem dos indivíduos. Usamos estes conceitos como ferramenta para compreender a rede de enunciados sobre higiene e educação no livro de Almeida Junior.

Para a realização desta pesquisa, adotamos o método qualitativo de análise documental, utilizando livros, artigos científicos e o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969) como fonte. Durante o levantamento bibliográfico e análise documental, fez-se uso do procedimento de leitura analítica proposto por Antônio Joaquim Severino, que consiste na compreensão do texto, na interpretação crítica, no

desenvolvimento do raciocínio lógico, fornecendo instrumentos para a elaboração do trabalho intelectual e científico (SEVERINO, 1997).

Higiene e Educação como ferramentas disciplinares para a regeneração

No período entre o final do século XIX e início do século XX, os dirigentes brasileiros procuravam explicar biologicamente o atraso em que se encontrava a nação brasileira, quando comparada a outros países da Europa, e buscavam formas de alcançar um progresso econômico e social (SCHWARCZ, 1993). Os chamados "homens de ciência[4]" formados pela elite intelectual da época – médicos, científicos, cientistas-sociais – adaptaram as teorias raciais e ditas científicas como o Lamarckismo, o determinismo biológico e o darwinismo social para o cenário de um país miscigenado, objetivando a formação de uma raça brasileira eugênica[5], ou seja, aperfeiçoada, saudável, em boa forma física e nacionalista (SCHWARCZ, 1993). Em linhas gerais, a união do discurso nacionalista com o discurso científico resultou num movimento de nacionalismo étnico e a busca pela regeneração do país, ideias essas que fundamentaram e direcionaram as políticas sociais da Primeira República no Brasil.

É também nesse período que a cidade de São Paulo passa por um intenso processo de transformação urbana. Heloisa Helena Pimenta Rocha elucida o cenário paulistano da época, ao afirmar que as transformações na cidade são iniciadas na década de 1870, graças ao dinheiro da elite cafeicultora, das fábricas e do comércio,

[4] Ressalto que, mesmo tendo em comum discursos fundamentados nas teorias raciais e científicas, esses homens da ciência divergiam quanto as propostas para a questão racial no Brasil. Schwarcz aponta intelectuais como: Renato Khel , médico e um dos fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918); João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro; O crítico literário Silvio Romero da faculdade de Direito; O médico Raimundo Nina Rodrigues; O antropólogo Edgar Roquete Pinto entre outros (SCHWARCZ,1993).

[5] O termo eugenia foi cunha por Francis Galton - Antropólogo, matemático e estatístico inglês para designar o melhoramento da raça humana (GOULD, 2003). Galton considerava que as características humanas físicas, mentais e morais eram herdadas.

promovendo um intenso progresso econômico e um adensamento populacional (ROCHA, 2003).

Devido à crescente especulação imobiliária e aos baixos salários, a população pobre, os trabalhadores imigrantes e negros libertos eram obrigados a habitar em cortiços em situações insalubres, desencadeando surtos epidêmicos que acometiam um grande número de pessoas. Como estratégia de intervenção, os médicos higienistas apostavam na educação da população pobre e no “[...] disciplinamento dos usos das cidades, agregado ao abandono de hábitos considerados tradicionais e inadequados, prejudiciais ao progresso da nação.” (ROCHA, 2003, p.45). Para esses médicos, a pobreza, a miséria e as péssimas condições de saúde que a população paulista vivia eram resultados do seu estado de degeneração.

Para regular a população e obter efeitos no nível da disciplina, no Brasil, estas mudanças em relação ao corpo estavam entrelaçadas à eugenia e a higiene. Nesse contexto, as recomendações higiênicas mesclavam-se às propostas eugênicas com o propósito de homogeneizar, normalizar os indivíduos para a formação do que deveria ser o homem brasileiro (DÁVILA, 2006). Assim, deve-se considerar que a eugenia andou juntamente com o movimento sanitarista e higienista no Brasil, como esclarece De Luca:

> Higiene e eugenia frequentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação das pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie. (DE LUCA, 1999, p. 223).

Em meio a tais preocupações, eugenia e higiene caminharam juntas visando o melhoramento da raça para a formação do cidadão ideal, rumo ao progresso da

nação. No início do século XX, a nova república e a nova escola estavam atravessadas por um cenário político e econômico marcado pelo aumento da industrialização, pela falta de mão de obra especializada para a indústria e pelo monopólio estatal (SANTOS 1985). Com isto, a escola, para atender aos ideais da nova república, precisava reconfigurar seus objetivos, seu currículo, seus métodos e seu corpo docente para que seus esforços produzissem um cidadão nacional. Este modelo de cidadão na nova república era pensado como trabalhador, civilizado, patriota e eficiente, tendo, por meio da educação escolar, condições para contribuir com a transformação da sociedade (SANTOS 1985).

Como estratégia normatizadora, os higienistas apostavam que a Educação Higiênica seria fundamental para a formação de mão de obra qualificada, eficiente, sadia e disciplinada. Diante dessas demandas, a Educação foi configurada no interior do amplo projeto de intervenção social formulado pela cooperação médica e a escola. A atuação sobre o cotidiano da escola deveria conformar os corpos e as mentes dos alunos como um dos caminhos que auxiliariam no disciplinamento da população - essas teorias conformariam a Higiene Escolar e seu papel de regeneradora da nação (ROCHA, 2003). Segundo Rocha:

> Os intentos de prevenção articulam-se aos objetivos de formação de um trabalhador forte, produtivo, e ao mesmo tempo, disciplinado. Produtividade, eficiência, progresso e disciplina passam a ser as novas palavras de ordem de um discurso que, instituindo representações sobre a população pobre, subsidiará a elaboração de novas estratégias de intervenção, em que as tradicionais práticas de coerção, viriam aliar-se os métodos de persuasão (ROCHA, 2003, p.47).

Com o propósito de controle e de racionalização dessas propostas, foram criadas várias instituições em São Paulo, com objetivos diversos como conhecer, estudar, preparar e propor soluções para o estado de degeneração da população. Podemos citar como exemplo o Instituto de Hygiene, criado em 1918, e o dispositivo

de Inspeção Médica Escolar (IME), que fiscalizava os ambientes escolares, desde a vigilância das condições de instalação dos prédios, salas de aula, cantinas, mobiliário e equipamentos destinados a jogos e atividades esportivas, até a identificação de casos de moléstias contagiosas (VERZOLLA, 2013). A institucionalização das diretrizes de higiene ocorre principalmente após a Reforma do Serviço Sanitário realizada em 1925, a qual criou os centros de saúde e instituiu o curso de educadoras sanitárias, “[...] deslocando da política sanitária para a educação o eixo de intervenções em saúde pública” (ROCHA, 2003, p.14).

No livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2014), Foucault postula que no século XVII, os regulamentos que organizam e ditam as diretrizes nas fábricas, escolas, hospitais e exércitos se destinam a um projeto comum: o disciplinar. Para Foucault, a disciplina “[...] fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de exercício.” (FOUCAULT, 2014, p153). Assim, o poder disciplinar é aquele que se preocupa com a definição do corpo como máquina, em seu disciplinamento, sua mobilidade, seu adestramento e no crescimento de sua utilidade e docilidade. No século XVII, a disciplina se constitui como uma forma estruturante de governo dos homens, incidindo, de maneira calculada, em seus gestos, atitudes e comportamentos, visando à administração do corpo individual em consonância com a gradativa formação de um conjunto de instituições. O saber e o poder estão no cerne do que entendemos por sociedade moderna, a qual Foucault denomina como “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 2014).

Em meados do século XVIII e início do século XIX, esse poder disciplinador e normalizador que antes era exercido por instituições, concentram-se agora na figura do Estado com o objetivo de administrar e controlar a vida e o corpo da população (o corpo-espécie) (FOUCAULT, 2014). Em Foucault, segundo André Duarte:

> [...] a própria vida, se tornaram alvos privilegiados da atuação de um poder que já não tratava simplesmente de disciplinar e regrar comportamentos individuais, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie ao regrar, manipular, incentivar e observar fenômenos que não se restringiam mais ao homem no singular, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida etc. (DUARTE, 2008, p.3).

A partir do século XIX, o objetivo não é mais disciplinar as condutas individuais da população, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento da vida da população. Agora, o biopoder encarrega-se da vida e dá acesso ao corpo das crianças, ao corpo-espécie, tornando-o útil e produtivo para o Estado através do dispositivo escolar. Mozart Linhares Silva esclarece ainda que, “Este “deslocamento do poder-saber do corpo-máquina para o corpo-espécie” fez emergir não somente a vida, mas a espécie humana como objeto do poder.” (SILVA, 2015, p.5, aspas no original).

A relação entre a escola, a saúde pública e a Biologia Educacional, atuava como estratégia de controle da vida da população, inclusive da população sertaneja, sendo a professora primária a personificação do Estado no interior do país (VIVIANI, 2010). Deste modo, para normalizar e disciplinar o comportamento da população, a formação de professoras primárias se tornou essencial, pois elas levariam os preceitos de higiene, da biologia e do cuidado com o corpo para os centros urbanos e também para o interior do país.

No âmbito dessas reflexões, os médicos higienistas assumem um lugar de destaque na formulação da política sanitária estadual, produzindo um discurso científico sobre as questões sanitárias e elaborando estratégias de intervenção para a formação da consciência sanitária, como a distribuição de materiais impressos sobre a mensagem de higiene (ROCHA, 2003). Uma das ferramentas para a divulgação desses impressos foi a distribuição de materiais pedagógicos endereçados a públicos específicos como trabalhadores, futuras mães, camponeses, alunos e, principalmente, professoras primárias.

O médico higienista Antônio Almeida Junior, uma das figuras mais importantes na organização da disciplina de Biologia Educacional nos currículos das Escolas Normais paulistas, produziu e divulgou diversos matérias pedagógicos visando instruir professores, alunos e a população em geral (GANDINI, 2010). Dentre essas obras, podemos citar *A cartilha de Higiene* (1936)*, O livro das mamães (noções de puericultura)* (1938)*,* o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969), entre outros. Sendo assim, neste artigo, analisamos um desses materiais: o livro *Biologia Educacional: noções fundamentais (1969)*. Na próxima seção falaremos sobre o autor e sua obra.

“Civilizar é Higienizar”: o manual de Educação Higiênica de Almeida Junior

Antônio Ferreira de Almeida Junior formou-se professor normalista em 1909 e médico em 1921, doutorando-se em medicina em 1922. O tema da sua tese, defendida em 1922, foi *O saneamento pela educação,* na qual discorre sobre o papel da Educação Higiênica para a orientação educativa da população*.* Raquel Gandini no livro *Almeida Junior* (2010), nos apresenta a longa carreira do autor na área da educação: Médico,

professor, funcionário público e escritor, assessorou Antônio Sampaio Dória, então Diretor do Ensino do Estado de São Paulo, realizando o primeiro recenseamento escolar; foi um dos autores do projeto para a Criação da Universidade de São Paulo, em 1934; contribuiu para a inserção da disciplina de Biologia Educacional no currículo das Escolas Normais; foi assistente pensionado do Instituto de Hygiene de São Paulo, além de ocupar outros cargos públicos de importante destaque na área da educação (GANDINI, 2010).

Segundo Almeida Junior, a disciplina de Biologia Educacional começou a fazer parte do ensino das escolas normais norte-americanas em 1911 e foi inserida no Brasil em 1931, quando foi incorporada ao programa do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (ALMEIDA JUNIOR, 1969). No Estado de São Paulo, a reforma educacional de 1933 inseriu a disciplina não só no Instituto de Educação da capital, mas também nas Escolas Normais do estado tornando-se disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia (ALMEIDA JUNIOR, 1969). Como já exposto, os médicos higienistas, baseados na cientificidade positivista, postulavam propostas de intervenção para a regeneração da população, a serem realizadas nas instituições escolares nas dimensões físicas, morais e intelectuais. Almeida Junior era um desses médicos que acreditavam no papel redentor da nação por meio da Educação Higiênica. Em outros termos, para o autor, "[...] educar é civilizar" (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.483).

É também no terceiro decênio do século XX que é publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que nasce em meio à efervescência política e educacional dos anos 20 e 30. Nas palavras de Clarice Nunes:

> A chamada Escola Nova, preconizada no Manifesto, em minha visão, pode ser reinscrita numa tradição pedagógica dissidente na qual se incluem, por exemplo, a reforma cultural e educacional da política pombalina no período colonial, ou os efeitos da presença no País das escolas protestantes sobre o

> monopólio educativo católico desde, pelo menos, o século 19. Ela é também um *sinal* dos tempos modernos [...] (NUNES, 2015, p.64).

Essa rede de enunciados entre medicina, higiene e educação deve ser compreendida inserida numa conjuntura de mudanças no discurso pedagógico, que objetivavam uma ampla reforma nacional na educação. Viviani ainda explica que a pedagogia da Escola Nova foi definida como a pedagogia do progresso, ao associar o mundo da indústria e da técnica à educação, promovendo propostas, de intervenção social, concretizadas em reformas do ensino (VIVIANI, 2005). Como decorrência desse movimento reformista, a articulação entre higiene, a nova pedagogia e o Estado, gerou condições para a criação da disciplina de Biologia Educacional no currículo das Escolas Normais. Somando a isto, Almeida Junior, um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, teve papel fundamental na institucionalização da disciplina:

> A atuação de Almeida Jr. nos círculos intelectuais e gestores da educação e higiene escolar de São Paulo foi definitiva para a inserção da disciplina no currículo e para a construção de parâmetros organizacionais que pautaram suas práticas escolares. Seu livro didático, Biologia Educacional, lançado em 1939 na mesma Atualidades Pedagógicas, alcançou grande sucesso de vendas, com um total de 22 edições, sendo a última publicada em 1969 (VIVIANI, 2005, p.202).

Nesse contexto, a circulação de materiais impressos foi uma peça central destinada a promover uma nova cultura pedagógica para mudar a mentalidade dos professores ao organizar e hierarquizar, na forma de repertórios, os saberes pedagógicos necessários ao exercício da docência (CARVALHO, 2010). O livro *Biologia Educacional: noções fundamentais* (1969), surgiu como um manual de normas e saberes sobre saúde e educação destinado aos futuro docentes, que precisavam de capacitação para levar a transformação social desde as áreas urbanas, até as áreas rurais do Brasil.

Analisamos a 22ª edição do livro, último volume, publicado em 1969. A obra é dividida em quatro partes: Vida e evolução; Genética; Mesologia; Atividade Funcional e Eugenia e Eutenia. Na análise apresentada neste artigo, examinamos o capítulo Eugenia e Eutenia, o qual divide-se em Eugenia (melhoramento da população pela genética) e Eutenia (melhoramento da população pela higiene e educação). Para tanto, selecionamos trechos do livro e tecemos comentários sobre o manual. Na análise, nos interessa compreender a regularidade e a dispersão dos enunciados que ensinavam e produziam um tipo de indivíduo, bem como um tipo de professora primária. Procuramos demonstrar que a formação da professora primária surge como uma estratégia de governo das condutas e dos corpos para transformar os alunos em cidadãos eficientes, higiênicos e educados. Em linhas gerais, as professoras e os alunos são entendidos, respectivamente, como ferramentas e alvos da disciplina e do biopoder.

"O problema do Brasil não é a raça e sim o da Higiene e da Educação": As diretrizes para a conformação de um cidadão saudável e eficiente

Se a Eugenia objetivava a escolha dos genes, a Eutenia dava condições de selecionar o ambiente. Segundo o médico higienista Almeida Junior, Eugenia e Eutenia se relacionavam, pois enquanto a primeira postulava a boa geração, a outra tinha em vista o bom desenvolvimento (ALMEIDA JUNIOR, 1969). A Eutenia, aliada à educação higiênica, fazia uso dos fatores ambientais como a alimentação, iluminação, os germes, bem como os exercícios físicos e mentais, tendo em vista educar os indivíduos a terem uma vida saudável. Os fatores ambientais contidos na Eutenia distribuem-se entre a Higiene e a Educação:

> Higiene e educação se distinguem entre si pela escolha dos agentes que procuram governar e também pelos objetivos. Na higiene predominam os fatores materiais: o clima, os germes patogênicos, a alimentação, os tóxicos; na Educação, prevalecem os agentes morais e sociais: a influência da família, da sociedade, da escola. A higiene visa melhorar e desenvolver o físico do

> indivíduo, enquanto a Educação encarrega-se de preservar o indivíduo dos maus hábitos e de estimular a capacidade motora, intelectual e moral (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.477).

A escola, assim, se configura como um ambiente privilegiado das práticas pedagógicas e higiênicas, pois no processo de escolarização prevaleciam às condições sociais e morais que produziriam, em colaboração com o Estado, um cidadão saudável, com hábitos salutares, fisicamente saudável e de alta capacidade intelectual. Para isto, a educação higiênica trazia em seu bojo um conjunto de normas, práticas, comportamentos e normas disciplinares a serem ensinados, tendo em vista produzir um indivíduo capaz de cuidar do próprio corpo, gerando efeitos tanto no nível comportamental e fisiológico, quanto no nível social:

> A educação higiênica representa uma das melhores formas de proteção individual contra a doença. Pelos processos anteriores [saneamento, vacinação, nutrição] o indivíduo é defendido por outros, e, especialmente, pelas instituições sanitárias: Antes dela, ele é, do ponto de vista da Higiene, um “menor”, um “incapaz”, que precisa da tutela ininterrupta dos demais. Pela educação higiênica, aprende a defender-se por si mesmo (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p. 481).

Na escola, as crianças deveriam executar as ações estabelecidas, mas também repetir seus deveres em relação às práticas saudáveis, disciplinando suas ações e reações individuais a fim de que os males da degeneração fossem extirpados, fabricando sujeitos civilizados e transformando-os em cidadãos úteis para a sociedade:

> Na educação, prevalecem os fatôres espirituais sôbre os agentes materiais, orientando-se a respectiva atividade no sentido da adaptação à vida social da comunidade. Poder-se-á, portanto, definir a Educação humana como sendo a influência pela qual se organizam as reações individuais para o fim da socialização. Em outros termos, “educar é civilizar” (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.483).

Essas diretrizes se configuram como uma biopolítica da população, que através do dispositivo escolar, criaria cidadãos eficientes, disciplinando seus corpos e comportamentos. O disciplinamento dos alunos se dava por meio da normatização de atividades que deveriam ser memorizadas e internalizadas, tais como o uso adequado de roupas, a higiene pessoal, a nutrição e o comportamento (VERZOLLA, 2013). Desta maneira, o corpo das crianças era pensado como uma maquinaria, e através da repetição dessas atividades, essa criança, adquiriria hábitos saudáveis e levaria a mensagem de higiene para os pais e familiares.

A partir da década de 1920, ocorrem mudanças no discurso pedagógico relacionado à criança, sua natureza e seu poder de ação devido à nova pedagogia da Escola Nova. Essa nova pedagogia era definida como a pedagogia do progresso e seu discurso volta-se a uma visão mais otimista da criança, sem tantas limitações deterministas[6] (VIVIANI; BUENO, 2006). Diante disto, a criança é vista como objeto de intervenção com uma incrível capacidade de ser moldável devido à plasticidade do seu cérebro:

> A escola primária é o eixo da educação higiênica. Sua ação se exerce sôbre o cérebro infantil ainda plástico, virgem de defeitos graves, e pode, por isso, incutir-lhe um sistema duradouro de hábitos, assim como as noções básicas para a orientação da conduta futura (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p. 483).

Essa noção de plasticidade oferece importantes elementos para a compreensão da noção de hábitos e do seu papel de disciplinar a criança, objetivo central da educação sanitária, capaz de dominar o corpo do indivíduo.

[6] Segundo Carvalho, a ciência determinista constituía os indivíduos como índices de normalidade, anormalidade, ou degeneração. Assim, segundo essa teoria, essas divisões estavam inscritas na natureza e repartiam, classificavam e hierarquizavam a humanidade (CARVALHO, 1997).

Nessa circunstância, a nova campanha educacional, através da tríade saúde, moral e trabalho, ditaria as diretrizes para educar o povo. Por meio do disciplinamento e da Educação Higiênica, os alunos desenvolveriam hábitos de higiene e de raciocínio, valores morais, e práticas de trabalho eficiente na escola, com o objetivo de preparar o sujeito para sua futura inserção profissional. Verificou-se, portanto, a ocorrência de diversos caminhos para a organização desses ensinamentos, indicando mais uma vez o caráter disciplinador da Educação Higiênica para a conformação de corpos dóceis, saudáveis e úteis ao Estado. Neste sentido, Almeida Junior afirma que:

> “Antropologia (escreveu Roquette Pinto) prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado, e não substituído”. Educado por certo, mas ao mesmo tempo curado e higienizado. [...] As virtudes culturais de uma nação, a sua eficiência como força civilizadora, a sua adequação como ambiente que permita a cada homem uma vida de saúde, de trabalho e de dignidade [...] (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p. 492-493, aspas no original).

No texto, “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas” (1997), Carvalho nos possibilita compreender a relação entre disciplina, pedagogia e eficiência para a conformação de corpos dóceis a partir das teorizações de Foucault. Em Foucault, a questão da disciplina é apresentada em um de seus entendimentos, como uma adequação à norma, a partir das imagens de cânone e deformação (FOUCAULT, 2014). As duas imagens de intervenção disciplinar surgem por meio desta ideia: a primeira seria marcada pela metáfora da “ortopedia”, remetendo-se ao modelo foucaultiano que retomaria o conceito de norma e desvio/deformidade, e estaria relacionado aos últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. A segunda refere-se à eficiência, visando a preparar o indivíduo para o trabalho (CARVALHO, 1997).

A noção de eficiência foi de especial importância para a prática educativa idealizada pelas ideias da nova pedagogia e dos médicos higienistas, pois se pensava que a implementação de certos padrões pedagógicos poderia atuar para a formação de um cidadão saudável, inteligente, forte e produtivo e, assim, alcançar a eficiência e o progresso pessoal e da sociedade como um todo:

> Nosso serviço aqui, inteiramente nôvo para o Brasil, exige um alto grau de adaptabilidade, e o trabalhador, para ser eficiente, deverá possuir manifesta inclinação para as atividades mecânicas. [...] Para o propósito que temos em vista, que é o de fazer de cada nôvo membro da comunhão nacional uma entidade útil a si mesma, à sua família e ao país, o programa a reclamar prioridade é, pois, o que se contem neste binômio: higiene e educação (ALEMIDA JUNIOR, 1969, p.493-494).

Essa visão mecanicista da educação vem das propostas do Taylorismo Educativo formulado por Lourenço Filho, um dos fundadores do movimento da Escola Nova em 1930. No momento em que a elite intelectual da época proclamava a organização do trabalho como fator essencial de prosperidade econômica, a escola deveria dar aos alunos, desde a infância, diretrizes para a racionalização em todos os ramos da atividade humana (CARVALHO, 1997). Tal tendência disseminava a ideia de que o processo educativo deveria seguir os modelos das fábricas para garantir o máximo de eficiência e a pedagogia "[...] deixava-se impregnar pelos novos ritmos da sociedade e do maquinismo" (CARVALHO, 1997, 285).

Diante do exposto, vemos que há uma regularidade e dispersão dos enunciados que ensinavam e produziam um tipo especial de ser aluno, higiênico, educado e cidadão eficiente, aqui, entendidos como alvo da disciplina e do biopoder. Nesse sentido, a professora primária se configura como uma ferramenta de biopolítica da população, e para isso, Almeida Junior estabelece um modelo de professora vista como uma sentinela da educação, tema que analisaremos a seguir.

A “sentinela” da Educação Higiênica: o papel da professora missionária

Segundo Almeida Junior, o projeto de construção de uma escola primária de qualidade deveria se concretizar paralelamente à melhoria da Escola Normal paulista. Só assim poderiam ser formados mestres capazes de viabilizar o ensino adequado na escola primária. As famílias dos alunos eram consideradas incapazes quanto à instrução desses hábitos ficando a cargo da escola e da professora primária esta missão civilizatória (VIVIANI; GIL, 2011). Deste modo, a defesa da escola primária gratuita e obrigatória se associava à necessidade de melhorias das Escolas Normais, com o objetivo de formar professores capacitados que pudessem desempenhar seu papel de sentinela da educação higiênica:

> A universalidade da escola primária, decorrente do seu caráter obrigatório, o eu poder de penetração nos mais afastados recantos do interior, e o fato de estar ela confiada ao homem culto que deve ser o professor, conferem-lhe situação privilegiada para o desempenho dessa tarefa. (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.483).

Podemos notar que há uma preocupação de Almeida Junior quanto à educação das escolas rurais e o papel da educação escolar de penetrar pelas regiões distantes do país. Antes de analisar a posição de Almeida Junior acerca da escola rural, precisamos apresentar, em linhas gerais, os principais argumentos em circulação no período da república Vargas. André Mota no artigo “Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantã em 1930” (2010), explica o contexto da época ao postular que a elite intelectual acreditava que a educação seria capaz de criar vínculos entre o homem do campo e suas origens, evitando-se o êxodo rural. Como já exposto, a industrialização e o crescimento econômico das cidades ocasionaram um rápido aumento populacional nos centros

urbanos, decorrente do êxodo rural. Esse aumento populacional foi um dos fatores que agravaram a situação de insalubridade da população pobre devido à crescente especulação imobiliária e os baixos salários. Segundo Mota:

> [...] defendia-se o aprofundamento de uma ideologia ruralista para o país, partindo do plano educacional, num momento em que o republicanismo trouxe uma série de contendas sobre as finalidades do ensino e a "missão" de seus professores. Aprofundada na década de 1930, sob um debate em que a infância era o centro das atenções governamentais, Getúlio Vargas fez circular aos interventores de todo o país, no ano de 1932, as questões envolvendo a infância, entre elas a educação como prioridade (MOTA, 2010, p.10).

Essa política educacional voltada para o contexto rural ficou conhecida como pedagogia ruralista, que "[...] defendia um ensino especificamente rural, com qualidade, organização, programas e métodos diferentes do ensino ministrado nas cidades" (MOTA, 2010, p.11). A instituição escolar nessas regiões era considerada como um importante vinculo informativo, contudo havia uma defasagem no número de escola e na qualidade do ensino. Por vezes, a distribuição de professores qualificados não coincidia com as necessidades da zona rural e muitos nem sequer haviam frequentado uma Escola Normal (VIVIANI; GIL, 2011). Isso se dava devido à falta de Escolas Normais na região, além da distância dos centros urbanos, que tornava difícil o deslocamento dos professores.

Como é possível perceber, Almeida Junior preocupava-se com a qualidade do ensino ruralista e, ao conferir à professora primária o papel de principal missionária da higiene e da civilidade, incentivava o deslocamento delas para as regiões rurais do país que careciam de professores qualificados:

> O engenheiro de viação, a autoridade policial ou judiciária, o inspetor agrícola, o inspetor sanitário, quando surgem de longe na zona rural, aí permanecem 24 horas e regressam à cidade, para só reaparecerem no ano seguinte. O professor primário, não. Vai à roça, aos mais recônditos sertões do Estado, e fica de bom ou de mau grado, de fevereiro a novembro, como sentinela

> avançada da civilização. Nesse papel poderá êle tornar-se (em grande parte já é) um corajoso bandeirante da saúde (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.484).

Destacamos também a invisibilidade feminina na escrita do livro didático distribuído nos cursos de formação da professora primária. Notamos que a menção ao gênero feminino não aparece em nenhum momento no livro, o autor refere-se apenas ao gênero masculino, ao professor, ao homem culto. É importante ressaltar que, na sua maioria, os cursos das Escolas Normais eram direcionados às mulheres brancas de classe média, as quais eram constituídas por discursos de sacrifício e renúncia, possuidoras de atitude corajosa e bondosa, pensadas como professoras missionárias e mães que ocupavam os bancos da Escola Normal e, posteriormente, exerceriam seus papeis nas escolas rurais (ROCHA, 1997).

No trecho abaixo, podemos notar que o papel da professora primária se configura como uma representante do Estado nas regiões distantes do país, que além de exercer suas funções de professora, deveria também assumir um papel de agente sanitária:

> A reforma do ensino de 1920 (na qual nos foi dado colaborar), partindo do princípio de que ao professor de classe deve caber a tarefa de educador de higiene e de auxiliar das organizações sanitárias nos lugares onde não seja possível outra solução (pequenos distritos, zona rural), procurou dar ao ensino da Higiene, nas escolas normais, uma amplitude e uma orientação condizentes com aqueles pressupostos (ALMEIDA JUNIOR, 1969, p.482).

Nessa nova ordem, de acordo com a análise realizada, a professora foi identificada como agente da saúde indispensável na veiculação da mensagem higiênica, bem como na promoção do projeto de reforma social, se configurando, assim, como uma missionária responsável pela transmissão de valores higiênicos indispensáveis à construção de civilidade.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar a mensagem de educação higiênica veiculada no livro *Biologia Educacional: conceitos fundamentais* (1969). Nesse processo, percebemos o funcionamento de enunciados relativos à disciplina de corpos e mentes exercida no âmbito da disciplina Biologia Educacional com o intuito de homogeneizar a população pobre e rural. Compreendemos que aspectos culturais elitistas foram tomados como modelo para configurar práticas de controle, uma biopolítica da população, reforçando-se, assim, as posições de poder dos idealizadores dos projetos de renovação das elites culturais brasileiras, como é o caso de Almeida Junior. Assim, diferenças sociais, culturais e biológicas geram argumentos que determinam o lugar que cada indivíduo deveria ocupar na sociedade.

A grande aceitação do livro didático analisado nos permite estabelecer uma análise do poder e pensar que a entrada da disciplina de Biologia Educacional para o currículo da Escola Normal se deu a partir de uma relação articulada entre Estado, Educação e saúde, durante as décadas de 1930 a 1945. Essa articulação pode ser apreendida como parte do projeto de difusão de conhecimentos advindos do campo médico e pedagógico, que pretenderam sanar a suposta ignorância higiênica e sanitária da população pobre da cidade e do meio rural.

Desde o século XIX até a primeira metade do século XX, a escola se configura como um espaço no qual as relações de saber e poder se articularam aos enunciados de educação e higiene, e visavam, a partir de novas práticas educacionais, produzir um novo modelo de cidadão: eficiente, saudável, disciplinado e inteligente, capaz de trazer o progresso às populações do país. O corpo do aluno é, portanto, pensado

como um corpo-espécie, que deveria repetir e aprender hábitos e comportamentos saudáveis, se configurando como alvo de biopolíticas.

Com este novo projeto de reforma social, foi necessário estabelecer um modelo de professor. As diretrizes contidas no livro, direcionadas às professoras primárias, apontam para esse amplo projeto de intervenção social que tinha como objetivo a criação de um modelo de cidadão que contribuísse para o crescimento econômico do país. Por meio da campanha educacional da Escola Nova em 1930 e do projeto da pedagogia ruralista, houve a possibilidade de se pensar em novos modelos de escola, de educação escolar e de professor qualificado que deveriam ser levados até os rincões do Brasil. Nesse contexto, é possível perceber que o livro busca estabelecer diretrizes para produzir um modelo universal de professora, que deveria se esforçar para seguir sua missão civilizatória, cumprindo não só o seu papel de professora, mas também de profissional da saúde.

Diante disso, podemos compreender que o capítulo do livro analisado não foi pensando somente como um manual sobre biologia humana para futuras professoras, mas também como um produtor da identidade docente, a qual deveria assumir seu papel de missionária levando a mensagem da higiene, a fim de criar e homogeneizar cidadãos saudáveis e eficientes para o Estado. Conclui-se, portanto, que os enunciados veiculados no livro funcionam como estratégias de disciplinamento de condutas e corpos objetivando o saneamento dos problemas econômicos do país, tendo a futura professora primária e o aluno como ferramenta e alvo da transformação econômica e social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ferreira. **Biologia Educacional**: Noções fundamentais. 22ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. *In*: FREITAS, Marcos César. de. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 291-309.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação: a doutrina ensinada na Escola Normal e sua depuração. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanaga, 2010, p. 70-86.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil (1917-1945). Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica***:* de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13º ed. São Paulo: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GANDINI, Raquel. **Almeida Junior**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0522.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantã em 1930. **Interface**: Comunicação, Saúde e Educação, v.14, p. 9-22, jan.-mar. 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114110002. Acesso em: 15 set. 2021.

NUNES, Clarice. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): O compromisso com uma sociedade educada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, número especial, p. 51-88, 2015. Disponível em: http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2941. Acesso em: 15 mar. 2022.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes:** educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). 1. ed. Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Professora primária: uma missionária? **Revista de Educação,** Campinas, v. 2, p. 15-21, 1997. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/download/454/434 Acesso em: 20 set. 2021.

ROQUETTE PINTO, Edgar. **Ensaios de Antropologia Brasiliana**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em; http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 17° Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945). **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, v. 13, n.235, p.1-30, 2015. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6310-publicacoes-mozart-linhares-da-silva. Acesso em: 11 mar. 2022.

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. As representações do Mal: As imagens da Doença e da Degeneração Racial nos Livros Didáticos (1920 e 1930). *In:* MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha (org.) **Eugenia e história:** ciência,

educação e regionalidades. São Paulo: CDG Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 49-72.

VIVIANI, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional**. Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 201-213, maio-ago, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/Ld9hmXHzNDV9V4sZkHsy6fv/?lang=pt. Acesso em: 25. set. 2021.

VIVIANI, Luciana Maria; BUENO, Belmira Oliveira. A Biologia Educacional nas Escolas Normais paulistas: uma disciplina da eficiência física e mental. **Revista Portuguesa de Educação,** v. 19, p. 43-65, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37419103.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

VIVIANI, Luciana Maria; GIL, Natália de Lacerda. A expansão e a eficiência da Escola Rural em São Paulo: Atuação e posicionamentos de Almeida Junior a partir de estatísticas oficiais. **Revista História da Educação – RHE**, v.15, n.34, mai.- ago. 2011, p. 147-170. Disponível: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20355. em: Acesso em: 25 set. 2021.

Ensino remoto e seu impacto na educação: um olhar sobre a disciplina de História

Ana Clara Sousa Reis*
Graziela Feitosa Conceição**
Mayza Jorge Feitosa***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p302-319

Resumo: A pandemia do novo Coronavírus, que chega ao Brasil em março de 2020, mudou completamente o cotidiano das mais variadas instituições, inclusive a escola, que precisou se reinventar diante desta nova realidade. Houve, portanto, a necessidade de substituir o modelo presencial pelo remoto, como forma de dar continuidade às atividades diante do isolamento social posto em prática no país. A nova modalidade adotada impactou diretamente a realidade de diversos jovens brasileiros e consequentemente as metodologias de ensino. Em função disso, o presente trabalho tem como intuito compreender a importância do ensino de História e as consequências do ensino remoto sobre a disciplina.

Palavras-chaves: Ensino Remoto; Pandemia; História.

* Ana Clara Sousa Reis / Graduanda em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Contato: ana.claras.r13@hotmail.com

**Graziela Feitosa Conceição / Graduanda em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/ Contato: graziela.feitosa99@gmail.com

***Mayza Jorge Feitosa / Graduanda em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Contato: themaysas@outlook.com

Introdução:

O mundo viu-se diante da pandemia do novo coronavírus no ano de 2020. Foram tomadas diversas medidas com o objetivo de frear o contágio do vírus, como a adoção do isolamento social, no qual fecharam-se lojas, mercados, academias e outros estabelecimentos. No âmbito escolar, as mudanças provocadas pelo vírus representam um desafio à parte, uma vez que estamos falando da realidade de milhões de estudantes com condições, modalidades e níveis de ensino distintos. Com a paralisação do modo presencial, consequência da necessidade de distanciamento social, o desafio em questão seria saber lidar com as adaptações que este novo contexto exigia em um espaço tão curto de tempo (Medeiros, Nicolini, 2021, p. 284).

Por esse motivo, o atual trabalho visa discutir e compreender as influências do ensino remoto na educação, especialmente no ensino de História. A pandemia deixou traços fortes que certamente serão um obstáculo a ser superado, já que as desigualdades e a mudança abrupta do tipo de ensino marcaram a realidade de crianças das mais variadas idades. Como estratégia metodológica, foram realizadas entrevistas virtuais e presenciais com o corpo docente de uma escola municipal da cidade de Imperatriz - Maranhão e um professor da disciplina de História da rede estadual. Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica buscando adquirir aprofundamento sobre este tema, tendo em vista sua relevância social atualmente.

Deste modo, o presente artigo está organizado em três tópicos principais: primeiramente, para a compreensão da perda que os estudantes sofrem ao obter uma má formação na disciplina de História devido ao ensino remoto, demonstra-se a importância da disciplina como instrumento de formação e ampliação da visão crítica

dos alunos; posteriormente, busca-se apreender como o modelo remoto foi utilizado como ferramenta para dar continuidade aos estudos durante o período de isolamento social; e por último, tem-se uma análise das consequências do ensino remoto e suas novas metodologias para a educação e com isso observar como o ensino de História pode ser impactado diretamente por esta nova realidade.

01- O ENSINO DE HISTÓRIA

Antes de adentrarmos nas consequências do ensino remoto na disciplina de História, é fundamental compreendermos a importância dela para nossa formação enquanto seres humanos. Tratada muitas vezes como uma matéria decorativa ou disciplina dispensável, o ensino de História por muitas vezes não recebe seu devido valor. Deste modo, busca-se discutir os motivos pelos quais a história é importante para os nossos estudantes, entendendo assim os prejuízos da adoção do ensino remoto.

Como se sabe, a escola é responsável de maneira significativa pelo desenvolvimento do estudante, uma vez que ao possibilitar o acesso ao conhecimento dos seus direitos e deveres, forma indivíduos que contribuem na construção de um Estado mais justo e igualitário. É papel da escola formar sujeitos críticos e prepará-los para o convívio social, promovendo uma formação reflexiva aparada nos tempos cotidianos (Klein, Zang, 2013 p. 02-03).

Dessa forma a aprendizagem dos conteúdos são indispensáveis nesse processo, especialmente aqueles promovidos pela disciplina de História. Desde os indícios do surgimento da disciplina na Europa do século XIX, a História tem grande

responsabilidade na formação e preparação dos indivíduos para a vida social, consequência da sua contribuição para a cidadania e democracia na formação da consciência histórica do homem. Entretanto, estamos inseridos em uma sociedade desigual, daí a importância da aprendizagem histórica, que questiona que tipo de cidadania queremos ao evidenciar os desafios presentes nas temporalidades (Klein, Zang, 2013, p. 03-04).

Ao estudar história, o aluno não precisa se transformar num pequeno historiador. Mas, precisa entender que ela não se volta somente ao passado, já que se retorna ao tempo presente. Por esse motivo, a disciplina é tão importante quanto as outras já valorizadas na atualidade, já que seu aprendizado desenvolve no aluno reflexões críticas sobre aspectos culturais, sociais e políticos (Onório, Treviso, 2017, p. 276). O objetivo da disciplina é torná-lo consciente, capaz de observar, adquirir informações, e interpretar a realidade que o cerca.

Um dos pilares dessa aprendizagem é o diálogo com o professor, aspecto fundamental para essa socialização acerca da disciplina, pois participam ativamente na construção da cidadania e da consciência histórica. Por serem responsáveis pelo ensino, devem trilhar um conhecimento que os tornem formadores de opinião, mostrando ao estudante qual o seu papel na história, uma vez que está inserido na mesma (Klein, Zang, 2013, p. 05).

E a chegada do ensino remoto como modelo educacional agravou ainda mais os problemas relacionados à disciplina.

02 - A ADOÇÃO DO ENSINO REMOTO NO PERÍODO PANDÊMICO

É fato que a pandemia do novo Coronavírus impactou diretamente o ensino e o ambiente escolar. De maneira repentina, nos vimos isolados dentro de casa, tendo que acompanhar as transformações que ocorriam na sociedade por trás das telas em meio ao sentimento de ansiedade que se propagava junto ao vírus.

As diversas instâncias tiveram de pensar e implantar alternativas que dessem às escolas brasileiras a possibilidade de conseguir manter seus estudantes ligados ao processo formativo, que não poderia ser prejudicado. Entretanto, será possível dizer que essas mudanças aceleradas provocaram consequências no sistema educacional? Como as instituições conseguiram realizar esse processo de adaptação/transição? E quais problemas a gestão escolar, discentes e comunidade tiveram de enfrentar nesse processo? (Medeiros, Nicolini, 2021, p. 285)

Dentre as adaptações sofridas, deve-se destacar a adoção do ensino remoto, resultado da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, na qual o Ministério da Educação aprova a substituição das aulas presenciais por aulas online durante o vigor da pandemia. Aliado a isso, o CNE, Conselho Nacional de Educação, lançou em 28 de abril de 2020 um parecer que tornava favorável a reorganização do calendário escolar e a alternativa de realização de atividades não presenciais com o objetivo de cumprir a carga mínima anual exigida. Assim, a legalização do ensino remoto como modelo de ensino ocorreu em maio de 2020, em que o parecer proposto pelo CNE é homologado pelo próprio Ministério da Educação (Costa, Nascimento, 2020, p. 01).

Uma série de dificuldades surgem nesse contexto, na qual as redes de ensino têm extrema dificuldade em apresentar alternativas que propiciem a continuidade das aulas, agravando o acesso dos estudantes aos recursos necessários para

acompanhar as aulas e atividades. Este quadro nos faz refletir sobre a exclusão dos cidadãos ao acesso tecnológico, as famílias de baixa renda e parte considerável da população que frequenta a escola pública na educação básica, já que a realização das aulas de forma remota exige a aquisição de dispositivos qualificados com boa memória e apps com acesso rápido e seguro (Medeiros, Nicolini, 2021, p. 286-287).

Com a regulamentação, sistemas educacionais, escolas, professores e alunos tiveram que se adequar rapidamente às aulas remotas. Independentemente do nível de ensino, instrução ou condição financeira, a utilização das tecnologias digitais se tornou um elemento obrigatório no processo de aprendizagem e escancarou as desigualdades presentes no nosso sistema de ensino, representando um grande obstáculo para a própria promoção e continuidade das atividades (Costa, Nascimento, 2020, p. 01).

A educação em boa parte das instituições teve que ser remodelada, tendo sua concepção de ensino ampliada através do uso de tecnologias. Em meio às incertezas causadas pela pandemia, a comunidade escolar teve que se adaptar a este novo modelo, reaprendendo tanto a ensinar como a aprender. (Costa, Nascimento, 2020, p. 02 Apud Cordeiro, 2020)

De maneira instantânea, a pandemia fez com que os professores aprendessem a ministrar suas aulas de maneira distinta aquelas realizadas anteriormente. Foi preciso se reinventar e fazer uso de novas metodologias que dessem aos alunos novas formas de aprender, já que a distância os impedia de manter o contato constante da sala de aula. (Costa, Nascimento, 2020, p. 02)

Questões semelhantes a essa passaram a representar uma real preocupação

para os educadores, que ao terem seu trabalho transformado de presencial para virtual, precisavam ainda garantir que todos os envolvidos participassem e aprendessem no espaço online. Por consequência, a realidade desse contexto evidenciou a exclusão e a diferenciação tanto social quanto econômica presente na educação brasileira, que apresentou diversas consequências para esses jovens (Medeiros, Nicolini, 2021, p. 287).

Um levantamento realizado em 2018 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), sobre o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação, diz que o número de domicílios com acesso à internet em 2017 aumentou de 74, 9% para 79,1% em 2018, com crescimento significativo nas áreas rural e urbana do país. Entretanto, a pesquisa apontou também que 14, 9 milhões de domicílios ainda não têm acesso à internet, seja por falta de recurso ou dificuldade de acesso (Costa, Nascimento, 2020, p. 02).

Pode-se afirmar, portanto, que o acesso às plataformas e dispositivos digitais se dá de maneira heterogênea, o que invisibiliza certa parcela da população que não possui acesso aos meios digitais. Daí as dificuldades de estabelecer contato com essa parcela através do ensino remoto, desafio que reforça a percepção de que o uso das mídias como instrumento de aprendizagem durante o período pandêmico potencializa a exclusão de parte significativa da população (Costa, Nascimento, 2020, p. 03).

Embora em um contexto pandêmico, a real função da educação não muda: a aprendizagem dos alunos deve continuar sendo o principal foco das aulas. Por seu papel, o professor é indispensável nesse processo, e deve ter a sua disposição as estratégias, instrumentos e possibilidades que promovam a apropriação do

conhecimento (Costa, Nascimento, 2020, p. 03 Apud Marcom e Valle, 2020). No entanto, a dinâmica desigual presente no ensino remoto provoca a exaustão destes profissionais, já que seu trabalho extrapola a carga horária estabelecida ao executar diferentes atividades em diferentes turnos (Costa, Nascimento, 2020, p. 04 apud Lockmann, Saraiva e Traversini, 2020).

Além disso, é preciso refletir também sobre as condições de ensino dos estudantes, mesmo aqueles que possuem acesso à internet e às plataformas digitais. O ambiente no qual estão inseridos é favorável à aprendizagem? Conseguem gerenciar suas atividades de dentro de casa? Recebem qualquer tipo de instrução/auxílio dos familiares, tendo em vista o distanciamento da figura do professor? Em se tratando do ensino de história, quais as dificuldades relatadas pelos professores?

03- O MODELO REMOTO SOBRE A DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Como observado, a pandemia trouxe consigo desafios difíceis de serem superados. Toda a comunidade escolar teve que reestruturar seu cotidiano diante da nova realidade, o que consequentemente provocou mudanças na forma como a educação viria a ser praticada nesse momento crítico. Disciplinas que sofriam com uma precarização bastante expressiva antes da pandemia, seja por método ou investimento, viram-se inseridos ainda mais em momentos de incertezas, a exemplo da disciplina de História.

Dados da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)[1], demonstram que a educação na América Latina retrocedeu em quase oito anos na pandemia. Os dados demonstram basicamente a falta de incentivo a políticas públicas de acesso à educação, já que segundo uma pesquisa do IBGE[2], cerca de 4,3 milhões de estudantes entraram na pandemia sem nenhum tipo de acesso à internet, sendo que em sua a maioria, cerca de 93%, são estudantes do ensino público. Além dos problemas desencadeados pelo isolamento social, como síndromes de ansiedade, depressão, falta de uma estrutura alimentar e econômica, milhares de estudantes sofreram com a falta de acesso às aulas, fruto da falta de projetos que apoiassem essas pontas.

A educação posta em prática a partir do ensino remoto foi pensada de forma rápida e sem estrutura. Pesquisas[3] indicam que a educação foi uma das áreas mais afetadas durante a pandemia, sobretudo no que diz respeito aos elementos já apresentados. A adoção do modelo de ensino remoto serviu para que o processo formativo dos estudantes não fosse completamente interrompido. Entretanto, as implicações dessa adoção não foram analisadas, e o peso deste modelo na aprendizagem dos alunos, principalmente os que advém da escola pública, foram ignorados.

As diversas disciplinas tiveram que se reinventar a partir dos instrumentos

---

[1]. Serão necessários 11 anos para recuperar a aprendizagem perdida durante a pandemia na Ibero-Americana. Secretária Geral da Organização dos Estados Ibéro-Americanos. Disponivel em: <https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/noticia/seran-necesarios-11-anos-para-recuperar-el-aprendizaje-perdido-debido-al-impacto-de-la-pandemia-en-iberoamerica> Acesso em24/08/2021.

[2] Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Jornal de Brasilia. Disponivel em: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/brasil/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet/> Acesso em: 24/08/2021.

[3]Educação e emprego foram as áreas mais afetadas pela pandemia. Noticias R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/educacao-e-empregos-sao-areas-mais-afetadas-pela-pandemia-06102020> Acesso em: 25/08/2021.

disponibilizados por suas Secretarias de Educação, como sites e aplicativos, buscando estabelecer a comunicação e adentrar nas diversas realidades por vias que não eram comuns para a maioria. Professores, gestores e famílias tiveram de aprender em pouco tempo como comunicar-se a partir dos instrumentos disponíveis, trabalhando em conjunto para o menor dano possível.

Como mostram os autores Nicolini e Medeiros, ao se verem inseridos nessa nova realidade, "foi necessário repensar estratégias para incorporar narrativas que incluíssem novos compromissos com a compreensão dos efeitos sociais do vírus." Ou seja, os professores tiveram que buscar novas formas de ensinar, para que seus alunos, ainda que distantes, compreendessem certo conteúdo (Nicolini; Medeiros, 2021, p. 288)

No questionário proposto a alguns funcionários de uma escola municipal de ensino com alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental II e com professores da rede Estadual, de Imperatriz - Maranhão, foram abordadas algumas questões sobre como o ensino remoto impactou a realidade da escola. Para a gestora 'Maria', de antemão, a principal dificuldade encontrada foi: " (...) tive dificuldades de acessar a plataforma, convencer alguns professores a aceitar o novo, tive dificuldades em passar login e senha individualmente para os alunos em um espaço de tempo muito curto"[4]

É importante lembrar que estamos falando de diversas realidades, inseridas num mesmo contexto pandêmico. Devido a isso, são muitas as dinâmicas de como determinadas disciplinas irão funcionar, que devem levar em consideração as

[4] Professora 'Maria', que trabalha a 29 anos na escola.

dificuldades de cada um, e por isso muitas das vezes, recorrem a intensa realização de atividades do livro didático sem uma socialização prévia. Sobre isso, uma professora desta mesma escola diz: "A maior dificuldade está no desinteresse dos alunos em realizar as atividades." [5] A desatenção dos alunos em relação às disciplinas realizadas, nesse caso por meio de uma plataforma paga pelo município, significou outro tipo de distância com os estudantes.

A partir dos relatos, podemos observar como a distância provoca mais dificuldade no desempenho do aluno, deixando lacunas para os professores sobre como eles recebem o aprendizado nas disciplinas. A professora Lúcia comenta sobre as diferenças entre o ensino remoto e presencial: "(...) presencialmente é possível perceber quando o aluno tem dúvida, mesmo sem ele perguntar. Além disso, acredito que os laços afetivos desenvolvidos através do contato presencial estimulam o aluno no desenvolvimento da aprendizagem."[6]

As metodologias usadas pelos professores tiveram que tomar novos caminhos para a continuidade da compreensão dos conteúdos, fazendo assim o uso de plataformas que abrigassem variadas mídias para melhor compreensão dos alunos. Como mostra a professora Lúcia: "Procuro utilizar vídeos explicativos curtos do You Tube e também tiro dúvidas através de grupos do WhatsApp."

Dessa forma podemos observar que as mais diversas disciplinas sobretudo de ciências humanas passaram a depender totalmente dessa corrente de distanciamento e da busca das novas metodologias, característica da falta de interação social. Os prejuízos desse distanciamento foram significativos e reforçaram a continuidade de elementos tradicionais de ensino, além de ampliar a distância

[5] Professora 'Ana' que trabalha há 3 anos na disciplina de Português.
[6] Professora 'Lúcia' que trabalha há 5 anos na escola.

entre aluno e professor.

Segundo o professor José[7], mesmo antes da pandemia os professores de história já passavam por grandes mudanças, principalmente a partir de estrutura novas do Ensino Médio e novas metodologias. Para ele o início da pandemia foi: "foi impactante porque a princípio nós ficamos privados de poder exercer uma metodologia direta visto que nós trabalhamos com humanidades, com o humano. E perdemos o debate direto, a reflexão crítica de maneira direta. Mas, logo em seguida com as tecnologias digitais, com as plataformas como Google Meet, Zoom e outras, passamos a trabalhar os conteúdos e fazer as reflexões inicialmente de maneira assíncrona, sem nenhuma interação com os estudantes."

Como Paulo Freire demonstra, é de extrema importância que ocorra o diálogo entre professores e alunos, para que a consciência do último seja despertada a partir desse contato. Pois, é a partir disso que as relações são tratadas de formas mais humanizadas e os próprios alunos podem observar aquilo que está ao seu redor de forma crítica e de maneiras que facilitem essa comunicação"(...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (...) (Freire, 1974, p. 96).

Segundo João Martins o filósofo Lev Vygotsky demonstra que é de extrema importância que ocorra uma troca de ideias entre os alunos-professores no ambiente de ensino, pois "o que o ambiente proporciona ao indivíduo são fundamentais para que este se constitua como sujeito lúcido e consciente, capaz, por sua vez, de alterar as circunstâncias em que vive". A falta desse ambiente de interação faz com que

[7] Professor 'José', que trabalha com História em turmas do Ensino Médio.

elementos como decoração se perpetuem ainda mais sem impulsionar a criticidade necessária no aluno, sobretudo em disciplinas semelhantes à História (Martins, 1997, p.114).

O papel social da disciplina, encarada atualmente como instrumento para a formação do sujeito crítico e cidadão, esteve durante a pandemia envolto ainda mais no distanciamento social e na falta de interação durante as aulas por plataformas. O professor 'Marcos'[8] de história da rede estadual de ensino, remete que: "Durante as aulas pela plataforma, muitos alunos mantinham as câmeras desligadas e participavam de forma inexpressiva, respondendo minimamente a chamada e tendo poucas interações."[9]

O professor José ainda comenta que a principal dificuldade em lecionar história nesse período, seria sobretudo: " [a] privação do físico, do olho ao olho da conversa direta. [Já que] o ensino de história, pela sua criticidade, pelos temas, ao longo dos anos se utiliza muito essa metodologia. E as pessoas, por não [quererem] ligar as câmeras, para também proteger a própria privacidade, faziam com que o debate fosse unilateral, apenas a voz e sem a percepção do outro."

O papel de socialização e diálogo da turma com professor são instrumentos fundamentais para essa construção do ensino. Como afirma Marli André (2016, p.), a verdadeira aprendizagem ocorre com a elaboração pessoal, a participação ativa do pesquisador no meio pesquisado que será instigada pelo professor, confrontando os alunos com informações e o diálogo. Como mostra Onório e Treviso, "ao se estudar História deve-se compreendê-la como uma disciplina de reflexão da realidade, associação de valores e mostrar para o aluno que ele faz parte da História não na

[8] Professor 'Marcos' professor de história da rede estadual.
[9]Professor 'João' que é professor de História da rede estadual.

forma de memorização de datas e de fatos históricos, mas como pessoa dentro de um contexto social." (Onório: Treviso, 2017, p. 276).

O contexto pandêmico, portanto, facilitou a visão tradicional da história, ao reforçar a continuação de elementos já ultrapassados de ensino, como a memorização e o estudo mecânico (Onório, Treviso, 2017, p. 276). A percepção do diálogo e da instigação crítica é enfraquecida, sem nenhum elemento que o relacione a realidade de tempo e espaço em que se está inserido. A história como uma disciplina que busca a criticidade viu-se sem dúvida ainda mais dispersa, baseando-se sobretudo nos estudos dos livros didáticos e na falta de discussão social com os alunos.

O professor 'José' ao comentar sobre a utilização do livro didático, demonstra que: "Mesmo tendo debate e reflexões a partir dos livros didáticos, faltava essa didática mais diretiva. Da convivência do real. Nenhuma área estava pronta e [todas] sofreram bastante com essa adaptação, e apesar de observarem metodologias ativas, foi tudo muito abrupto. Surgiu o inédito, e a forma de não parar, de continuar a estudar, seriam por estas visões, do ensino remoto. Que trouxe algumas sequelas e trouxe o esvaziamento do debate, mas conseguiu salvar o ano de 2020 e metade de 2021 e as plataformas conseguiram estreitar ao menos um pouco esta distância."

Nos tempos atuais de negacionismo, o caráter histórico social da disciplina deve ser ainda mais evidenciado dentro da sala de aula, com múltiplas visões e o estabelecimento de elementos que favoreçam a perspectiva científica e crítica da realidade. Como bem diz Heinrich Heine, "o historiador é o profeta que olha para trás", pois é conhecendo o passado que melhoramos o futuro, evitando injustiças e

erros cometidos anteriormente.

Apesar disso, é importante observarmos que o estabelecimento desse tipo de ensino foi algo sem precedentes e que sem dúvidas abriu espaço para desigualdades entre os estudantes no Brasil: “um novo modelo de ensino em meio às incertezas e fragilidades causadas pela pandemia.” (Costa, Nascimento, 2020, p. 05). Incertezas e fragilidades, que vão desde a falta de estrutura de muitas escolas públicas, até a criação de decretos federais que não consideram/incentivam o financiamento em políticas públicas de equidade tecnológica aos estudantes do Brasil.

Precedentes estes que talvez não sejam vistos com tanta clareza atualmente, mas que com certeza deixaram marcas no futuro educacional brasileiro, sobretudo na vida de milhares (senão, milhões) de estudantes pobres do país.

Considerações finais:

Evidencia-se, portanto, que o problema do ensino de história como uma disciplina decorativa advém antes mesmo da pandemia, porém, o ensino remoto legitimou ainda mais esse fato. Enquanto disciplina, a História é importante para a formação de sujeitos críticos, mas o que acontece ao nosso redor é que cada vez mais é vista como uma disciplina dispensável. Os professores possuem um papel fundamental para a desconstrução desse pensamento dentro da sala de aula, mas apenas eles não são o suficiente. Estamos presenciando uma fase de reinvenção e transformação da educação. Família, escola e comunidade precisam estar cada vez mais alinhadas, para assim cooperar no processo formativo de todos os envolvidos no espaço escolar. É uma nova realidade, com novas posturas, atitudes e desafios,

que podem possibilitar a superação de obstáculos enraizados em nossa educação. Dessa forma, ao tratarmos do ensino remoto, torna-se ainda mais necessário a incorporação de novos parâmetros na educação escolar, como por exemplo, a utilização do diálogo em sala de aula e da pesquisa como fontes de extrema importância para a redescoberta da educação nestes novos tempos.

Referências:

ANDRÉ, Marli. **Desafios na formação do pesquisador da prática pedagógica.** Disponível em:<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/educacaomatematica/artigo-1.pdf> Acesso em: 25/08/2021.

COSTA, A. S. **A importância do ensino de história nas escolas e suas implicações na vida social.** Revista Anagrama (USP), v. 05, p. 01-10, 2011.

COSTA, Antonia Erica Rodrigues; NASCIMENTO, Antonio Wesley Rodrigues do. **Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil.** CONEDU: VII Congresso Nacional de Educação. Máceio, Alagoas. out, 2020.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

MACEDO, Maria de Lourdes L; SANTOS, Jocyléia Santana dos; SANTANA, **Rafael Machado. Narrativas do ensino de história em tempos de pandemia, Palmas, Tocantins.** Disponível em: <https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epeh2020/16063216

55_ARQUIVO_f8503ce4533142b68532a6d3eaa67bf9.pdf> Acesso em: 24/08/2021TREVISO, V. C.;

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo**. Série Ideias. n. 28. FDE, São Paulo, 1997.

ONÓRIO, Márcio José. **A importância do ensino de história no ensino fundamental I, a partir de uma perspectiva marxista.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 4, p. 274-295, 2017.

ZANG, Mayara Santos; KLEIN, Marcos Rovian. **A disciplina de história e sua contribuição para a construção da cidadania**. In: XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS,2013. Novo Hamuburgo: Universidade Feevale, 2013.

Referências de reportagens:

Educação e emprego foram as áreas mais afetadas pela pandemia. Noticias R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/educacao-e-empregos-sao-areas-mais-afetadas-pela-pandemia-06102020> Acesso em: 25/08/2021.

RAMOS, Mozart Neves. **O impacto da pandemia na educação.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/06/4928672-o-impacto-da-pandemia-na-educacao.html> Acesso em: 20/08/2021.

SETÚBAL, José Luiz. **A importância do ensino presencial.** Disponível em: <https://institutopensi.org.br/a-importancia-do-ensino-presencial/> Acesso em: 24/08/2021.

Serão necessários 11 anos para recuperar a aprendizagem perdida durante a pandemia na Ibero-Americana. Secretária Geral da Organização dos Estados Ibéro-Americanos. Disponivel em: <https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/noticia/seran-necesarios-11-anos-para-recuperar-el-aprendizaje-perdido-debido-al-impacto-de-la-pandemia-en-iberoamerica> Acesso em 24/08/2021.

Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Jornal de Brasília. Disponivel em: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/brasil/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet/> Acesso em: 24/08/2021

Esquecer o passado, pacificar a nação: os sentidos de anistia na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil (1978-1979)

Vitor Guatelli Portella *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1 320-349

Resumo: Este artigo analisa de forma comparativa o conjunto de argumentos e representações que constituem sentidos de anistia nos editoriais e artigos de opinião da Folha de São Paulo (FSP) e do Jornal do Brasil (JB), de fevereiro de 1978 a dezembro de 1979. A análise da documentação partiu de preceitos teórico-metodológicos do campo historiográfico que compreendem a imprensa como um agente ativo na história: que constrói o seu discurso ideológico enquanto se faz como instituição social de representação da opinião pública. Nos editoriais, embora ambos os jornais tenham uma posição politicamente pragmática, a FSP defende uma anistia mais ampla do que o JB e critica tanto o projeto da oposição quanto o do governo. Já o JB, tem um alinhamento quase automático ao governo. Os artigos de opinião aproximam-se e distanciam-se dos sentidos defendidos por cada linha editorial, mas em geral defendem o pragmatismo político moderado em mediação com a ditadura. A anistia é vista como medida de esquecimento necessária para a estabilidade institucional, a pacificação e a reconciliação nacional. Os jornais procuraram universalizar seu discurso com o objetivo de se adequar à abertura política e às tensões entre governo e oposições.

Palavras-chave: anistia; ditadura-militar; imprensa.

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Foi orientado na Iniciação Científica pelo professor Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio (Depto. de História - USP). E-mail: v.portella2@gmail.com.

Introdução

Não há como entender os fundamentos da "Nova República" (pós-1988) e sua crise sem analisar as permanências e rupturas da distensão política do regime militar. Marco desse processo foi a Lei de Anistia (6.683/79), síntese desigual de diversos debates e lutas na sociedade brasileira, em suas diversas dimensões, ao longo das décadas de 1960-70 e cujas consequências permanecem majoritariamente como *tabu* no debate público, mas que sempre voltam à superfície mediante conflitos de memória e as lutas de familiares de mortos e desaparecidos vítimas da ditadura (NAPOLITANO, 2015).

Partindo dessa noção geral, este artigo pretende analisar, de forma comparativa, o conjunto de argumentos e representações que constituem sentidos[1] de anistia nos editoriais e artigos de opinião da Folha de S. Paulo (FSP) e do Jornal do Brasil (JB), de fevereiro de 1978 a dezembro de 1979. A ideia da pesquisa surgiu da leitura do capítulo "A anistia na ordem do dia", presente na tese de Heloísa Greco (2003). Nele, a autora trata do contexto de aprofundamento do debate público a partir da inserção da questão da anistia na pauta da grande mídia no final dos anos 1970. A partir de seu recorte amplo, que inclui a FSP e o JB, Greco faz apontamentos breves sobre editoriais-chave com o objetivo de encontrar uma posição síntese de cada periódico sobre a pauta. Nesse sentido, partindo dessa caracterização geral sobre essas posições, nossa intenção foi a de esmiuçar as dinâmicas de argumentos da FSP e do JB quando "fica incontornável a inclusão do tema [da anistia] na pauta da grande mídia" (GRECO, 2003, p.116).

É também a partir das constatações de Greco que justificamos o recorte temporal desta pesquisa. Como trataremos mais à frente, a autora argumenta que a inserção do

[1] Entende-se um conjunto de significados, acepções e definições em um determinado contexto.

tema da anistia na grande mídia se deu a partir da atuação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), fundados em fevereiro de 1978, na popularização da luta. Justifica-se então o nosso interesse em iniciar o recorte nesse mês. Por outro lado, decidimos encerrá-lo em dezembro de 1979 apenas pelo interesse em apreender de maneira breve as concepções dos jornais acerca do projeto aprovado no mês de agosto do mesmo ano; ou seja, não há propriamente um motivo historiográfico para essa decisão, mas apenas as considerações dos limites de uma Iniciação Científica. Por isso, futuras pesquisas que estendam o recorte para os anos seguintes à 1979 serão de bastante proveito no complemento desse ponto.

O corpo documental foi construído a partir do levantamento realizado nos acervos virtuais[2] através da busca pela palavra-chave "anistia" dentro do recorte temporal. Foram selecionados 88 documentos da FSP (39 editoriais e 49 artigos de opinião) e 72 do JB (40 editoriais e 32 artigos de opinião). Importante ressaltar que o acervo digital da FSP não disponibilizou a documentação de julho e dezembro de 1979 e que há artigos de opinião que se repetem nos dois jornais. Como fundamento historiográfico, foram consultados trabalhos sobre as dinâmicas da luta pela anistia no final da década de 1970 e sobre a grande imprensa liberal[3] paulista e carioca no período.

[2] Acervo digital da Folha de São Paulo, disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil, disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

[3] Por "liberal" ou "liberalismo", deve-se entender os valores abstratos-gerais da tradições política – liberdade de expressão, direito de representação política dos cidadãos, o Estado como expressão política da nação, equilíbrio entre os poderes, propriedade privada como direito natural etc. – em sua determinação histórico-espacial; no caso do Brasil, em articulação com o conservadorismo oligarca estrutural marcado pela manutenção da propriedade fundiária e do escravismo (MATTEUCCI, 1999; BOSI, 1988). No contexto do regime militar (1964-1985), o campo liberal esteve formado por "amplos segmentos do MDB [...], da imprensa e das empresas de mídia e de algumas entidades profissionais e empresariais, como a OAB, a ABI e a FIESP" (NAPOLITANO, 2011, p.332). Entendemos por "grande imprensa", genericamente: empresas privadas de comunicação que detêm capacidade financeira para investir em grandes linhas de produção e que possuem amplo alcance social.

Em relação à metodologia, deu-se atenção aos que tratam da imprensa como agente histórico e de periódicos como fontes históricas. O recorte da pesquisa foi pensado a partir dessas produções; abrimos, portanto, apresentando-as.

A imprensa como fonte

É de longa data os debates em torno dos usos da imprensa como fonte historiográfica. Ainda que certa tradição científica do século XIX tenha sido criticada pelos *Annales*, essa não incorreu num reconhecimento imediato das potencialidades dos impressos. É ao longo do século XX que ocorre a sua passagem de uma posição de desconsideração para a de centralidade na produção do saber histórico: deixam de ser "meros receptáculos de informação a serem selecionadas, extraídas e utilizadas a bel prazer do pesquisador" (LUCA, 2005, p.116). No Brasil, apesar da resistência em escrever uma História *por meio da* imprensa, pesquisadores procuraram superar preconceitos e dificuldades no manuseio dos impressos, principalmente a partir de 1980. Nesta seção, retomamos produções recentes que buscaram teorizar sobre os usos da imprensa como fonte e problematizar sua atividade social; e, com isso, apresentar as bases teórico-metodológicas da análise.

Ao refletir sobre o uso da imprensa como fonte, Tânia R. de Luca destaca a importância de historicizar as condições materiais e técnicas da imprensa em seu determinado contexto sociocultural específico, o que permite inserir as fontes em uma série e compreender seu lugar de inserção na história (LUCA, 2005, pp.138-9). Vale aqui também a contribuição de Maria Peixoto e Helena Cruz (2007). As autoras evidenciam a importância de se ter consciência da operação de seleção ativa realizada pelo historiador sobre o corpo documental, mas também do caráter de *monumento* da fonte[4]:

[4] Segundo Jacques Le Goff, o documento precisa ser compreendido como "produto da sociedade que o

a imprensa se faz como agente histórico e também como agente de memória, pois é através de sua ótica e de seus interesses que ela registra os acontecimentos, seleciona o que deve ser lembrado e esquecido, intervêm na realidade, se coloca no presente e se projeta para o futuro. O historiador, portanto, diante do objeto, deve ter consciência de seu caráter e da sua própria atividade.

O que é então a imprensa jornalística? Na introdução ao seu trabalho sobre a imprensa paulista, Maria H. Capelato (1989, pp.12-13) mostra a necessidade de "desmistificar a categoria abstrata 'jornal'", no sentido de compreendê-la como um "instrumento de manipulação de interesses" e "agente da história que ela também registra e comenta". Os pressupostos e projetos políticos veiculados não são explicitamente anunciados, mas "produzidos na ação política" e que, portanto, devem ser identificados nas práticas jornalísticas, principalmente no discurso. Contudo, tais não devem ser entendidos como elementos estáticos no processo histórico, mas marcados por constantes reformulações mediante a luta social e política da época. Da mesma forma, não são algo homogêneo: expressam divergências e conflitos nas ideias e práticas políticas. Essas dinâmicas de conflitos inserem-se em antagonismos mais amplos que perpassam toda a sociedade.

Enquanto agente de "manipulação", é importante compreender o seu papel *ideológico* e sua operação. Para Eduardo Chammas (2012), os jornais da grande imprensa devem ser compreendidos como "empresas privadas de comunicação", no sentido que desempenham, ao mesmo tempo, um papel informativo e ideológico ativo

fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder". O que transforma o documento em monumento é sua utilização pelo poder: o "esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias". É necessário, portanto, "desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos" (cf. LE GOFF, 2013, p.495; 497).

sobre a sociedade. Para além da objetividade, expressam uma representação do real, utilizando-se de mecanismos que conferem confiabilidade e legitimidade aos seus objetivos e interesses. O principal desses é a ideia de *imparcialidade*, em que se colocam como representantes desinteressados da opinião pública e apresentam interesses particulares como universais, mascarando-os; ou quando argumentam a partir de um relato, buscando legitimar seu *juízo de valor* a partir de um *juízo de realidade*. Dessa forma, como "órgãos de poder", essas empresas privadas buscam ocupar e definir os espaços coletivos da política e impor sobre seus leitores determinados valores e interesses políticos e financeiros de setores da sociedade. É necessário então compreender o lugar social a partir do qual se expressam.

É sintética então a formulação de Capelato: "o discurso universalizante da imprensa liberal pertence ao domínio da *ilusão*, mas é como ilusão que a ideologia tem um lado de verdade, inseparável do movimento global que constitui e reproduz as relações sócio-econômicas" (1989, p.18). Cruz e Peixoto destacam a necessidade de compreender a imprensa como força que constitui *modos de vida* e de *consciência histórica* em sua própria temporalidade: é detentora de uma linguagem prática constitutiva da realidade social, política e cultural com peculiaridades próprias; força social que articula e mobiliza sentidos, opiniões, temas, identidades, memórias, esquecimentos e perspectivas com o objetivo de produzir hegemonia. Dessa forma, na medida em que constrói seu discurso, ela *se faz* enquanto instituição social: define legitimação, espaços, objetivos. Para interpretá-la, Luca enfatiza a necessidade de problematizar a identificação imediata e linear entre *narração* e *acontecimento*, já que é a imprensa periódica que determina o que, como e quando uma informação será

veiculada. Diante disso, o método de análise de discurso[5] é central. Contudo, também mostra a necessidade de ir além das palavras e problematizar as ligações cotidianas da imprensa, principalmente de seus vínculos político-econômicos com forças externas.

Entende-se então a imprensa como uma força ativa na formação da opinião pública - através de mecanismos que autolegitimam, mascaram e universalizam seus interesses particulares - e na disseminação dos valores de determinado setor social. Nosso interesse pelos editoriais se justifica pelo fato de que são espaços centrais "em que ele [jornal] se posiciona explicitamente sobre a cena política e se coloca publicamente defendendo determinadas posições ou pontos de vista, simultaneamente como empresa privada e instituição social" (CHAMMAS, 2012, p.17). E pelos artigos de opinião, de forma similar, por serem espaços privilegiados de veiculação de ideias - de membros do jornal ou terceiros - a partir de um certo alinhamento com a linha editorial. Dessa forma, a análise dessas duas seções nos permitiu identificar com mais clareza os interesses e opiniões do periódico, como intervém na conjuntura e o modo como constrói sua perspectiva histórica e seu posicionamento na memória social. Ainda que sejam porta-vozes de interesses particulares, devem ser entendidos como atores em suas próprias dinâmicas sócio-políticas a partir de uma análise vertical, diacrônica e não-estática de seu conteúdo, no sentido de indagar sobre suas articulações sociais.

As dimensões gerais da luta pela anistia

Dentre as múltiplas dinâmicas da longa transição política brasileira caracterizada

[5] Sobre isso, não buscamos analisar as propriedades formais do texto ou de sua sintaxe, mas sim de compreender a linguagem jornalística pela perspectiva histórica (diacrônica) que considera as relações de proposições em um movimento argumentativo que estabelece causalidade, oposição etc. Buscamos os "elementos de repetição" e suas "possíveis características" subordinadas à "consideração das posições ideológicas" (FORGET, 1994, p.43).

pela institucionalização de amplas negociações entre agentes do Estado e da sociedade, por vezes nomeada de "abertura" ou "redemocratização", destaca-se o novo ciclo de mobilizações crescente entre 1978-79 que deslocava setores liberais-democráticos para a esquerda. Apesar de sua diversidade ideológica, a oposição se uniu contra a ditadura tematizando a luta por direitos sociais e mudanças na estrutura política. Essa convergência e aglutinação à esquerda se fazia em torno, principalmente, da luta pela anistia que, iniciada em 1975 com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), teve significativo impulso em 1978-9 com a atuação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) (NAPOLITANO, 2019, pp.296-7).[6]

Ao analisar essas dinâmicas, Greco defende que esse momento foi de "politização da bandeira e decisivo salto de qualidade - político e organizativo" no movimento pela anistia (2003, p.16). A atuação dos CBAs teria colocado à prova os limites e as contradições do projeto de institucionalização da ditadura. Trata-se de um "ponto de

[6] O Movimento Feminino Pela Anistia, fundado em 1975, foi constituído por mulheres da chamada "elite política brasileira" e tinha como principal figura Therezinha Zerbini. Enquanto primeiro movimento legalizado de oposição direta ao regime militar, o MFPA defendia uma anistia enquanto pacto entre oposição e governo no sentido de promover a normalização da vida política através da união nacional (da família brasileira) alcançada somente através do esquecimento do passado – sentido de *amnésia*. A anistia, portanto, teria o objetivo de desarmar os espíritos e as tensões da época para acabar com a guerra interna e promover a paz nacional; essa seria a verdadeira vontade nacional. Esse seria o primeiro passo para o restabelecimento do Estado de Direito brasileiro, o que não incluía a punição dos torturadores. Posteriormente, o MFPA se incorporou à luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, mas sua tradição não se consolidou enquanto posição consensual do movimento. Esse, que ganhou maior amplitude com a formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia a partir das mobilizações populares no final da década de 1970 que se colocavam abertamente contra o regime militar. Os CBAs articulavam sob a bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita ex-presos políticos, familiares de desaparecidos, militantes ilegais, membros do MDB, participantes de movimentos sociais etc. Assim, buscavam a inserção dessa luta no conjunto mais amplo de mobilizações em oposição à ditadura dentro e fora do país (exilados). A anistia teria um duplo caráter: permitir que todos perseguidos que lutaram contra o regime militar retornassem à vida política e social brasileira; e que o povo brasileiro se expressasse, se organizasse e se manifestasse sem ser vítima de violência. Contudo, dada a amplitude e heterogeneidade do movimento, sentidos de esquecimento (*amnésia*) e de rememoração (*anamnesis*) - ver a nota de rodapé seguinte - tensionavam-se, o que provocou dissensos internos à luta. (cf. OLIVEIRA, 2014, pp.15-53).

inflexão", no sentido de incremento da força política do movimento e de progressivo ingresso explícito da pauta na grande imprensa, conquistando um espaço privilegiado e de ampla visibilidade. Essa interpretação é compartilhada por Alessandra Ciambarella (2009). Para essa, o final da década de 1970 marca o período mais importante da luta pela anistia, em que se aprofunda a conjuntura de oposição ao regime militar. Compreender as dinâmicas dessa luta dentro e fora dos espaços institucionais, contudo, passa por problematizar a concepção de sociedade como vítima do regime: a compreensão dicotômica entre sociedade e Estado.

Ao analisar a inserção da anistia na agenda de transição, Lucas Oliveira destaca o tensionamento entre o significado da anistia como *memória* e como *esquecimento* nos espaços institucionais e extra-institucionais.[7] A Lei de Anistia, um projeto de esquecimento, não teria sido uma imposição do governo sobre a sociedade, mas "uma concessão parcial ao ciclo mais amplo de mobilizações populares no final dos anos 1970, servindo para reposicionar e dividir projetos oposicionistas" (OLIVEIRA, 2014, p.2). Entende, portanto, que a transição não foi controlada exclusivamente pelos militares, mas também que - ao estabelecer quem poderia participar do processo político e interditar a apuração dos casos de crimes e violações de direitos humanos - fica evidente a vigência da ditadura nesse processo, controlando a estabilidade do regime através da ameaça da decretação de uma anistia restrita e recíproca.

Essa breve apresentação buscou mostrar que a historiografia sobre as dinâmicas da luta pela anistia na transição política, principalmente em seu aprofundamento no

[7] Greco (2003) mostra como a palavra anistia contém dialeticamente duas polaridades: *anamnesis* (resgate da memória, direito à verdade, reparação histórica) e *amnésia* (esquecimento, conciliação e pacificação). A luta teria levado às "máximas consequências" essa oposição, enquadrando seu crescimento e, depois, esgotamento.

final da década de 1970, nos forneceu as bases para compreender a conjuntura em que a FSP e o JB estavam inseridos. Mas também, acerca das temáticas que se expressam nos impressos: as tensões entre *memória* e *esquecimento* e entre sociedade e Estado. Entender o impacto dos CBAs na conjuntura foi, portanto, central na definição do recorte temporal sobre a documentação: sua atividade impulsionou a campanha em âmbito nacional e tornou incontornável a pauta da anistia na grande imprensa liberal brasileira entre 1978-79.

A Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil na década de 1970

Com a retomada das oposições estudantis e de fábrica a partir de 1977, a grande imprensa liberal brasileira passou por grandes transformações. De acordo com Napolitano (2006, pp.154-5), o momento seria de uma "revisão dos princípios liberais clássicos" com o impulso da "questão democrática" e o desacordo com as políticas econômicas do governo Geisel. Apesar da agenda governista da abertura coincidir em princípios com os objetivos liberais, a conjuntura de 1975 até a década de 1980 permitiu aos jornais liberais colocarem-se em contraposição mais evidente ao regime. Nas palavras de Reinaldo Lohn (2015, pp.1-2), "a grande imprensa exerceu um papel destacado, ao constituir-se como agente político que participou da elaboração do conjunto de temas e da afirmação dos principais personagens envolvidos [...] e no âmbito da definição de uma temporalidade que deveria reger a transição". Seu objetivo foi de assegurar a hegemonia liberal sobre a transição política através do afastamento de qualquer possibilidade de ruptura social ou de mera extinção do regime militar. Mas, o desempenho desse papel não foi linear: sob a bandeira da opinião pública como um dos vértices de um triângulo composto também pelo regime militar e o sistema partidário, a dinâmica da grande imprensa liberal oscila entre "crítica e apoio, palavra e

silêncio" na conjuntura.

Dos anos 1960 até 1975, a FSP se constituiu como o principal jornal do grupo *Folha*. Enfrentando problemas econômicos, a gestão Frias preocupou-se mais com sua faceta empresarial: buscou ajuda financeira estatal. Por isso, apoiou o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura em suas "fases iniciais", tendo enriquecido consideravelmente durante os anos de chumbo.[8] Ao alcançar sua independência financeira depois de 1975, assumiu, sob a direção de Cláudio Abramo, uma posição mais aberta de crítica ao governo, na denúncia de sua incapacidade em atingir a democracia, e às oposições, por não terem forças para conduzir a abertura. Apesar de não ter aprovado o projeto governista de distensão, essa posição não significou uma adesão ao projeto popular de democracia. Na verdade, a FSP adquiriu a roupagem da luta democrática para granjear leitores, resistir aos momentos de agitação e tratar das suas preocupações como empresa: buscou manter as "portas abertas" ao Governo e, ao mesmo tempo, preservar sua imagem como defensora da democracia liberal (ALVES, 2019, pp.141-152). Evidência disso foi o norteamento de seu discurso, em que pese seus matizes e princípios político-ideológicos, a partir da "linguagem dos direitos". Assim, como diversos outros jornais liberais, buscou afirmar a sua condição de intérprete como parte do "sistema de representação política que pretendia definir a agenda da redemocratização" (LOHN,

[8] Beatriz Kushnir (2004) mostra como houveram jornalistas que colaboraram com o regime militar ao praticarem autocensura e constituírem redes de censores, principalmente por policiais de carreira que passaram a trabalhar como jornalistas. Essa teia de apoio também englobou empresários e setores da imprensa. Importante destacar o apoio logístico (político e rentável) do *Grupo Folha* ao governo e o papel do jornal *Folha da Tarde*, pertencente ao grupo. Se de 1967 a julho de 1969, a *Folha da Tarde* demonstrou uma posição contestadora, muito pelas pessoas que trabalhavam nele como Frei Betto e Jorge de Mirando Jordão, a chegada do AI-5, em 1968, marcou um novo rumo para o jornal: a perseguição interna daqueles que o compunham - Antonio Aggio assume como editor - e sua profunda colaboração com os órgãos de polícia da ditadura.

2015, pp.5-6).[9] Na conjuntura entre 1977-79, marcada pelo protagonismo da sociedade civil na luta pela redemocratização e pelo tensionamento dos discursos de moderação e adesão ao governo, foi "o jornal que mais conseguiu captar o novo espírito de oposição na sociedade e nas ruas, bem como de boa parte da classe média leitora" (NAPOLITANO, 2017, p.359), principalmente após a sua reforma editorial em 1978.

A trajetória do JB também não é linear no período. Em uma breve contextualização da imprensa carioca, Chammas atenta-se para as importantes transformações entre as décadas de 1950-70: houve um processo de modernização e profissionalização das empresas, um aumento da dependência da publicidade para o financiamento e uma concentração dos meios de comunicação. As reformas internas do JB entre 1956 e 1966 tornaram-se paradigma dessa modernização, transformando-o em "um dos primeiros jornais no Brasil a adotar o discurso da imparcialidade, da transmissão objetiva e impessoal da informação separada dos comentários opinativos" (CHAMMAS, 2012, p.24). Frente à ditadura, teve uma postura mais ousada até 1975, ainda que não deva ser sobrevalorizada se comparado à FSP. Sua linha editorial, estritamente alinhada com seus princípios liberais, entendia que a política ocorre prioritariamente pelo alto, nos ambientes institucionais e oficiais. Diante da abertura, se importava mais com a *forma* e *natureza* do que com *quem* (grupo político) iria conduzir a transição: a restituição do equilíbrio tripartite dos poderes, o fortalecimento da Federação e a garantia da segurança das instituições. Com isso, objetivava diminuir as distâncias entre o regime e a nação. Nesse sentido, para o JB, o regime militar - seu centralismo e autoritarismo - não mais se legitimava como no pós-1964, pois não estava mais moralizando a política. Em decorrência desse posicionamento moralizador da

[9] Mesmo não aderindo à radicalização, "a Folha era o órgão mais progressista da imprensa liberal brasileira" (NAPOLITANO, 2019 p. 358).

política, apresentava-se, portanto, ainda mais distante dos movimentos sociais do que a FSP, enxergando-os majoritariamente como radicalismos indesejados e incoerentes com a conjuntura política (ALVES, 2019).

No contexto de distensão política da ditadura, portanto, ambos os jornais realizaram um "recuo" diante dos novos horizontes de expectativa e buscaram favorecer as pautas, dentro de um "critério próprio", que favoreciam seus interesses e objetivos. Mas, enquanto a FSP articulou uma "pauta favorável à oposição popular" devido à sua "intransigente defesa" do voto direto e de sua "preocupação em validar sua imagem como um jornal preocupado com os anseios populares", o JB dispunha-se a negociar tanto com o governo quanto com a oposição "desde que o equilíbrio entre os poderes oficialmente instituídos e a liberdade de expressão jornalística fossem respeitados" (ALVES, 2019, p.152).

Nossa opção por esses dois jornais liberais de oposição se justifica pelo fato de que, na década de 1970, houve um deslocamento do centro de referência da imprensa liberal brasileira: "São Paulo começa a se tornar a caixa de ressonância política do país, em que pese o Rio de Janeiro continuar tendo sua importância" (CHAMMAS, 2012, p.13). Tomamos, portanto, o momento de transição entre o protagonismo do JB (decrescente, também no estado com o crescimento do O Globo) e o da FSP (ascendente) no debate público nacional. Apesar do tema da anistia não constituir "um elemento de profundas polêmicas no seio da grande imprensa" (NAPOLITANO, 2006, p.155), certamente houve uma tomada de posição sobre o assunto. Nosso foco de análise, portanto, se deu sobre esses posicionamentos e os sentidos de anistia construídos a partir dessa situação.

Os sentidos de anistia nos editoriais

A análise dos editoriais mostra que o JB[10] defende um sentido delimitado de anistia desde o início de 1978. Para o jornal, o projeto deve ser *restrito* e *limitado*, um ato político pragmático, moderado, institucional e de "lógica política prudente" a ser realizado pelo poder político unilateral e impessoal do Governo, que promova o apagamento do passado pelo esquecimento e perdão político. Através dele, pretende-se findar os ressentimentos e revanchismos, atingir a pacificação e reconciliação nacional e garantir a estabilidade da ordem institucional-liberal. Uma anistia *ampla, geral e irrestrita*, ao contrário, seria um "erro", pois produto da radicalização e irresponsabilidade de seus defensores e que poderia bloquear as "conquistas necessárias ao progresso do país" (*Limites Políticos*, 16/2/78, p.11); e também impossível, pois a reintegração dos que "se livraram das penas" significaria uma "alteração no peso dos valores políticos em vigor", implicando em consequências para a ordem institucional e colocando em risco de regressão o processo de abertura política. Dessa forma, a vontade do Governo em abrir o regime não estaria submetida à uma "recíproca obrigação de admiti-lo na moldura exclusivista do sentido pleno e irrestrito" da anistia (*Caminho Natural*, 4/11/78, p.10).

Nesse sentido, o benefício não deveria ser estendido aos que praticaram atos de terrorismo[11] - associados à ideia de crimes comuns, distinção que será explorada mais à frente. Mas, por outro lado, considera necessário anistiar as Forças Armadas - os agentes não afastados pela ditadura -, pois teriam sido protetoras das instituições ao utilizarem-se da violência contra o terrorismo em defesa da ordem institucional (*Peso das Contradições*, 12/8/78, p.10). Assim, o limite é colocado pelo JB nos termos da Lei de Segurança Nacional e da Justiça Militar, em que não haveria uma "fronteira ideológica",

[10] Não apresenta a relação de membros de seu conselho editorial em suas páginas, o que impediu um levantamento direto. Somado a isso, a limitação neste ponto se deu pela situação excepcional da pandemia da Covid-19, o que dificultou o acesso a outras referências e recursos de consulta.
[11] Para o governo e sua base de apoio, aqueles envolvidos na luta armada contra o regime.

mas sim um “compreensível limite para o eminentemente político” (*Preliminar da Anistia*, 8/4/79, p.10).

A FSP[12], nos editoriais de 1978, faz uma associação direta entre anistia e “democracia real”, mas sem definir propriamente a *forma* do projeto, defendendo a urgência do “apoio às iniciativas do Governo” (*O Custo da Demora*, 3/6/78, p.2). Na defesa da via institucional moderada, as propostas de reformas que promovam a anistia política e a pacificação dos brasileiros devem ser possíveis dentro das negociações parlamentares (*Reforma Alternativa*, 16/7/78, p.2). Em 1979, se inicialmente defende uma anistia *ampla* como medida de perdão e momento específico do processo de democratização mais amplo, o sentido pleno, “correto” e “apropriado” aparece em agosto: através da negociação política, deve-se promover o esquecimento total do passado traumático e o perdão sem ressalvas. Com isso, objetiva-se o fim dos revanchismos, dos ressentimentos e das angústias, a pacificação e reconciliação nacional - reunir o país dividido em “duas nações”, reencontrar a nação consigo mesma - e o restabelecimento da confiança e estabilidade institucional. Esse sentido estaria condensado na expressão *ampla, geral e irrestrita*, medida de interesse nacional (*Anistias Restritas*, 14/8/79, p.2; *Esquecimento do Futuro*, 22/8/79, p.2).

Ao reivindicar a maior amplitude possível no anistiamento de crimes políticos, a FSP, de um lado, critica a proposta do MDB: não seria suficientemente ampla, pois exclui

[12] Seu conselho editorial foi criado em 1978 a partir de transformações internas na estrutura da redação; a relação de seus membros é registrada a partir de junho. Inicialmente, foi composto por Cláudio Abramo (coordenador), Otávio Frias Filho (secretário), Boris Casoy, Samuel Wainer, Rui Lopes, Alberto Dines, Luiz Alberto Bahia, Newton Rodrigues e Alexandre Gambirasio. Contudo, em julho do mesmo ano, Gambirasio deixa a equipe. Essa composição segue até outubro, quando Odon Pereira se junta. Em junho de 79, Abramo foi demitido em decorrência do fracasso do movimento unificado dos jornalistas grevistas de maio, que contou com o amplo apoio da redação. Em agosto, Rogério Cezar de C. Leite entrou e, em outubro, Alberto Dines saiu. O conselho terminou o ano de 1979 formado por Warner, Casoy, Lopes, Bahia, Pereira, Leite e Filho (secretário).

do benefício os que praticaram atos de tortura[13], mas uma "bomba de retardamento" que não aproveita as possibilidades de negociação no Congresso - ao exigir o máximo, incorre no risco de ter nada. De outro, ainda que a disposição do Governo tenha sido vista com bons olhos pelo jornal, seu projeto também foi criticado: é um ato *parcial* que não anistia todos os "punidos por atos de exceção", não resolvendo, portanto, o problema da pacificação (*O Passo da Anistia*, 11/3/79, p.2). Contudo, apesar dessas considerações, a FSP tem um posicionamento pragmático: a simples concessão da anistia, ainda que *limitada*, já seria um avanço para a redemocratização. Como medida de pacificação e reconciliação nacional, deve passar pela institucionalidade do Governo: "conciliação significa negociação", principalmente entre MDB e ARENA para "dar um passo adiante" (*Conciliação Negociável*, 5/2/79, p.2).

Para o JB, o projeto aprovado em agosto de 1979 foi um passo na volta à normalidade política liberal: "ato político" que "desliga" o passado dos problemas políticos da atualidade e que, como benefício não-individualizado, permite a reconstrução da confiança política e do futuro como um "encontro dos que se encontravam divididos". Pela iniciativa, Governo e Congresso teriam sido "intérpretes de um sentimento nacional" (*Gesto Concluído*, 23/8/79, p.11). A anistia aprovada teria sido gesto de mão estendida de Figueiredo à sociedade: o Governo promoveu "a paz da nação" como "alicerce da vasta construção racional do bem comum" e da "união do corpo social" (*Mão Estendida*, 27/10/79, p.11). Dessa forma, entendemos que o JB buscou retirar o protagonismo das lutas sociais pela anistia, conferindo ao regime a iniciativa "racional" da pacificação. Já a FSP, define-o como incompleto: perdeu-se "a oportunidade de fechar um ciclo de violência da vida política nacional" e da "conciliação por via do

[13] Para o jornal, tais crimes têm caráter político na tradição brasileira; a prática de tortura pelo governo é vista como algo patológico.

esquecimento total". O instrumento do indulto concedido não seria medida apropriada para o esquecimento total. Apesar disso, entende que foi um "ato de esquecimento da Nação e não do Governo" (*Rescaldo da Anistia*, 26/8/79, p.2): dos delitos políticos, das incriminações e dos ressentimentos; a renúncia à vingança privada, o que possibilita o restabelecimento da "paz política" e da construção do futuro nacional com base na restauração da legitimidade do poder pela abertura democrática. Nesse sentido, argumenta que o Governo teria acertado em sua política pragmática (*Reintegração*, 2/10/79, p.2; *Anistia Para os Mortos*, 2/11/79, p.2; *Indulto e Segurança Nacional*, 22/11/79, p.2). Ou seja, apesar de ter criticado o projeto "nos termos que veio", reconhece que sua política pragmática permitiu um passo importante para o "retorno à vida normal, embora lento", e a "regulação da vida civil, familiar, financeira e emocional do País". Ainda que "o indulto, a liberdade condicional, não resolvem o problema", pois os direitos integrais não foram plenamente restituídos, o Governo "não deve temer o acerto de sua política pragmática" (*Portões Abertos*, 26/11/79, p.2).

Observa-se então que enquanto o JB considera a anistia aprovada como uma medida positiva e adequada, a FSP, apesar de ver sucesso no pragmatismo governista, a considera insuficiente para o esquecimento total e o perdão sem ressalvas dos crimes políticos.

Contudo, nos chama atenção como, apesar do sentido delimitado, a nomenclatura utilizada pelo JB muda quando os debates congressuais sobre a anistia se acirraram. Em junho de 1979, o mesmo sentido de anistia que exclui os delitos comuns e se opõe à anistia *ampla, geral e irrestrita* deixa de ser colocado nos termos de *limitado* e *restrito* para ser defendido como *politicamente amplo* (*Braços Abertos*, 19/6/79, p.11). No final do ano, muda novamente: a anistia decretada não foi "ampla, geral e irrestrita

como se poderia querer, mas quase chegando lá" (*Saldo Político*, 6/12/79, p.11). Dessa constatação, pode-se pensar que, ao mudar a nomenclatura do sentido defendido, o JB procurava se adequar às dinâmicas de força na conjuntura de ampliação das lutas pela anistia. Contudo, a posição do jornal em defender que a vontade da sociedade brasileira reflete a iniciativa do Governo, buscando estabelecer uma relação de identificação entre o projeto governamental e os desejos daquela, sustenta que essa adequação ainda era feita mediante os interesses da ditadura. Assim, chancela o projeto governamental, conferindo-lhe legitimidade pela ideia de representação nacional. Comparado a esse movimento, a FSP permanece constante em relação à nomenclatura utilizada - ainda que definida apenas em 1979. Mas, esse dado também pode levantar a hipótese de uma adaptação do jornal à conjuntura: tentou disputar a nomenclatura *ampla, geral e irrestrita*, que tomava proporções nacionais com a atuação dos CBAs.

Por fim, vale destacar dois pontos na análise. O primeiro, sobre o resgate da anistia de 18 de abril de 1945, decretada por Getúlio Vargas no momento do fim do Estado Novo. Ao fazer o paralelo com essa, a FSP coloca que "anistia significa, essencialmente, esquecimento. É dada por via de negociação ou quando um regime se considera suficientemente forte para pôr uma pedra sobre o passado e perdoar seus adversários" (*Há 34 anos*, 18/4/79, p.2). Portanto, a anistia de 1945 seria um modelo de sentido a ser seguido: de esquecimento, ato que teria restituído a normalidade da vida brasileira. Já para o JB, trata-se da forma do ato político-institucional; uma experiência de decisão política, ponto de partida para a reorganização política do país: "a atual transição de regime se processa, ao contrário [de 1945], sob controle e dentro de um programa de Governo que concebe à anistia a prioridade na reorganização política nacional" (*Braços Abertos*, 19/6/79, p.11). Para o jornal, portanto, a pauta deve ser movida em acordo com o Governo. Em suma, observamos diferentes apropriações da anistia de

1945, adequando-a aos sentidos defendidos para 1979 - principalmente no JB, quando fala em anistia de acordo com a tradição nacional brasileira.

O segundo, sobre a delimitação entre crimes políticos e crimes comuns. Em decorrência dos limites desta análise, não foi possível identificar distinções em seu uso jurídico; mas isso não impediu de averiguar uma diferença de uso político na definição da amplitude da anistia. Para a FSP, "um atentado terrorista pode ser visto como um crime comum", mas quando seu móvel (sua finalidade) é político isso "não implica qualquer juízo sobre sua gravidade, muito menos confusão deliberada entre um e outro". Dessa forma, "tem razão o Governo em levar avante seu projeto de reconciliação nacional ao anistiar [apenas] crimes políticos" (*Anistia em Juízo*, 1/6/79, p.2). Para o JB, "a viabilidade da anistia na presente fase da nossa evolução condiciona-se a uma limitação do seu alcance": haveria uma "linha demarcatória que separa os casos de punição política propriamente ditos daqueles que se situam na legislação dos crimes comuns". Essa seria, portanto, a "questão técnica" a delimitar a amplitude da anistia (*Gesto Universal*, 8/12/78, p.10). Ainda que a noção jurídica seja basicamente a mesma, entendemos que a FSP, ao criticar o projeto governista como limitado, considera o benefício para crimes políticos em termos mais amplos do que o JB, principalmente aos opositores do regime.

Os sentidos de anistia nos artigos de opinião

Da seção de artigos de opinião, destacamos aqueles de autores que trataram da anistia de uma forma mais incisiva; buscamos entender como se inserem na linha editorial de cada jornal exposta anteriormente. De início, os artigos de Dom V. Scherer e de Jarbas Passarinho na FSP mobilizam uma argumentação moral contra os defensores da anistia *ampla, geral e irrestrita*. Scherer (cardeal-arcebispo de Porto Alegre) julga "um

contra-senso jurídico e medida inteiramente anti-social pleitear pura e universal anistia para os autores dos atentados a direitos alheios com danos irreparáveis". Antes, para o autor, seria necessário a distinção entre aqueles punidos injustamente e aqueles "degenerados moralmente", subversivos e radicais, não sendo possível colocá-los sob a mesma lei de anistia "pura e universal" (*Origens da Violência*, 12/4/78, p.3). Passarinho (militar da reserva e senador arenista pelo Pará), da mesma forma, compreende que a reconciliação nacional e a defesa da institucionalidade são essenciais na construção de uma democracia "fundamentada na ordem e na lei" nos "propósitos da Revolução de 64". Aqueles que lutam por uma anistia "irrestrita e recíproca" seriam provocadores que falam a "linguagem da arrogância" e prejudicam o propósito de institucionalização (*A Grande Tarefa*, 11/7/78, p.3). Dessa forma, apesar de não haver a defesa de um sentido de anistia, há a negação de uma *ampla, geral e irrestrita*; em questão de projeto, suas posições se aproximam da linha editorial.

Ainda na FSP, Almino Affonso (advogado e deputado federal, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart e cassado durante a ditadura) defende uma anistia *ampla, geral e irrestrita* dos delitos políticos como ato institucional de esquecimento para a pacificação e reconciliação nacional. É o que mais se aproxima da linha editorial do jornal. Para Affonso, a anistia política deverá ser feita "a partir das próprias leis de exceção" e do esquecimento do passado para uma mudança sem traumas (*Um Governo de Transição*, 18/7/78, p.3). Para conciliar a nação e restaurar a democracia, "o requisito básico [...] é a decretação da anistia ampla, irrestrita e imediata" para crimes políticos, medida que é da "competência exclusiva do presidente da República". A anistia, nesse sentido, "é um fim em si mesma, na medida em que devolve aos cidadãos [...] a plenitude de seus direitos civis e políticos. Mas, acima de tudo, é um meio através do qual se possibilita, democraticamente, o reordenamento institucional

do País" (*Conciliação e Anistia*, 5/12/78, p.3). A proposta governista é contraditória em seu texto e um "absurdo jurídico", principalmente quando nega a anistia aos condenados e, ao mesmo tempo, a concede aos torturadores. Portanto, deve ser repudiada (*Ampla, Geral e Irrestrita*, 21/8/79, p.3).

Destaca-se também Newton Rodrigues (analista político e figura relevante na imprensa carioca). Em seus artigos na FSP, reflete sobre a necessidade e a tradição nacional de uma anistia *ampla*, retomando a experiência brasileira de 1945 como um ato que "manteve a linha de sensatez" e que permitiu mais de vinte anos de relativa ordem democrática. Contudo, perde-se o foco ao fazer a distinção entre crimes comuns e políticos, pois "as fronteiras são indecifráveis e o exercício de demarcá-las conduziria a debates casuístas da mais pura bizantinice". A anistia, portanto, "não implica em gesto de solidariedade, nem configura perdão", mas sim "imperativo político" cuja a verdadeira base é a "necessidade social e não o desejo humanitário de libertar derrotados em lutas civis" (*Necessidade da Anistia*, 12/1/79, p.3). Não é ato que visa "beneficiar os punidos" ou solidariedade, mas sim "remover obstáculos à vida social" e definir a reintegração "nos termos da legislação" (*Em Câmera Lenta*, 6/6/79, p.3). Dessa forma, se coloca como crítico às posições que tomam a anistia como mero objeto de negociação política, às restrições impostas que a tornam insuficiente e ao "método vacilante" pelo qual as negociações estão sendo conduzidas no Congresso (*No Descompasso de Espera*, 2/5/79, p.3). A anistia proposta pelo Governo "não encerrará o problema" (*Governo, Oposição e Tempo*, 20/6/79, p.3). Contudo, apesar dessas considerações, Rodrigues defende que "mesmo uma anistia incompleta será sempre um avanço", ainda que os esforços devam ser destinados à sanção de uma lei *ampla, geral e irrestrita* através da "competência política" para "vencer uma etapa e enfrentar a seguinte" (*Anistia Mesmo, e Agora*, 22/8/79, p.3).

Portanto, comparado aos outros autores, vai além: defende a anistia *ampla, geral e irrestrita* e coloca que a distinção entre crimes políticos e comuns, nos termos governistas, não é adequada.

Passemos agora para os artigos no JB. Tem-se nos de Carlos A. Dunshee Abranches (advogado) o sentido de anistia mais próximo ao da linha editorial do jornal: o movimento pela anistia *ampla* é visto como um obstáculo para encerrar o ciclo punitivo de injustiças e reabilitar os atingidos, pois seria impossível materialmente e juridicamente abranger os atos de perdão em um único ato. Assim, mesmo consciente da exceção política, defende ser "indiscutível que grande número dos condenados o foram pela prática de graves crimes comuns". Portanto, a anistia *ampla* não seria o meio "adequado", já que não delimitaria as fronteiras entre as vítimas da exceção e aqueles que praticaram crimes comuns. A pacificação da família brasileira, apesar de medida necessária, deverá ser feita através das medidas institucionais adequadas (*Anistia Impossível*, 22/2/78, p.11). Dessa forma, deixa claro seu desprezo por aqueles que defendem uma anistia aos "homicidas, terroristas, sequestradores ou assaltantes", alegando que esses o fazem "por paixão ideológica ou por compreensível solidariedade familiar ou afetiva aos autores desses crimes" (*Anistia ou Prêmio?* 8/8/79, p.11).

Barbosa L. Sobrinho (político, advogado e ensaísta) defende a anistia como ato de prudência e, "longe de valer como perdão", de esquecimento para afastar os ressentimentos para a pacificação e união contra os atos de subversão e as medidas de repressão. Portanto, deve ser concedida aos "defensores da ordem constituída" (*Direitos Humanos e Anistia*, 20/5/79, p.11) como "gesto de compreensão" que visa combater os "dois terrorismos, o da direita e o da esquerda". Dessa forma, o "remédio" é a anistia *ampla, geral e irrestrita* "que esqueça todos os excessos, de um ou outro lado, da direita

ou da esquerda, favorecendo, a todos por igual" (*Para Honrar o Título de Anistia*, 8/7/79, p.12). Mas também, é "ato de reconciliação, quando todos percebem que acima de todas as divergências há um vínculo comum, que é o amor da pátria, o sentimento da identidade nacional que reúne todos os lutadores e apaga todas as discordâncias" (*Anistia não é Julgamento*, 15/7/79, p.13). O projeto aprovado, para o autor, estaria "longe desse modelo" (*Anistia e Pacificação*, 26/8/79, p.12). Essa posição de Sobrinho é, dentre os artigos de opinião do JB selecionados, a que mais se distancia do sentido defendido pela linha editorial do jornal.

Por último, os de Tristão de Athayde (Alceu A. Lima, ensaísta, crítico literário e pensador católico), já que parte desses aparecem nos dois jornais. Na FSP, vai na mesma linha de Affonso: coloca como condição indispensável para a transição democrática "a imediata concessão de uma anistia ampla e não relativa a todos os condenados em processos políticos e a todos os exilados e banidos". Esse seria "o meio preliminar mais adequado" para a reconciliação e a mão estendida oferecida pelo Governo (*Sonhos em Vão*, 16/11/78, p.3). Ainda, uma anistia verdadeiramente *ampla* não poderá confundir crimes políticos com crimes comuns. Acerca do projeto aprovado, caracteriza-o como uma "anistia manca" e "pífia" produto da "má vontade" do Governo (*Volta ao Ufanismo*, 21/9/79, p.3).

Trata da anistia associada ao sentido cristão de perdão: a campanha pela anistia aproxima-se, em seus ideais, da Campanha da Fraternidade, pois "o que ambas procuram é unir o povo brasileiro pelos laços da justiça e do trabalho em comum". Dessa forma, por ser "pelo perdão e pela reconciliação dos brasileiros, é um ato que transcende a política e se coloca no terreno da moral e da justiça". Aquilo que se coloca "de modo radical, o surto de terrorismo e da violência", coloca-se contra o "espírito de

anistia". Essa deve ser "fiel ao nosso passado histórico" e que objetive a civilização no futuro. Dessa forma, a concessão da anistia *ampla* e *sem restrições* "é uma medida política de simples bom senso, que os próprios atuais governantes [...] deveriam promover espontaneamente, no próprio interesse lógico do Movimento de 64" (*Fraternidade e Anistia*, 10/3/78; na FSP, p.3, e no JB, p.11).

Em outros artigos (*Anistia como Sabedoria*, 17/11/78, p.15 também na FSP, p. 3; *De Goya a Veronese*, 9/6/78, p.11; *Clandestinidade e terrorismo*, 20/7/79, p.12; *Pontos Críticos*, 17/8/79, p.11), Athayde coloca que a reconciliação do povo brasileiro consigo mesmo será alcançada mais cedo quanto mais completa, *ampla* e imediata for a anistia. Essa, seria um "ato de sabedoria política" e de "consequência lógica na natureza do regime"; uma exigência fundamental e imprescindível para a transição de um "regime democrático de exceção" para um "regime democrático de norma"; o "ideal preciso" do esquecimento do passado para a reconciliação nacional, que deve ser alcançado através do gradualismo pragmático; e que impedirá "a renovação dos males da clandestinidade" e dos terrorismos de cima (Estado) e de baixo (sociedade)[14].

Dentre outros que se repetem na FSP (mesmas datas, p.3), critica o projeto do Governo por inverter a "ordem de valores" ao considerar crimes políticos mais graves do que crimes comuns. Esses devem ser distinguidos pela finalidade de seus meios: nos crimes políticos, os meios seriam acidentais e não intencionais, enquanto que nos comuns haveria a intenção de cometê-los. Ao excluir condenados pela lei excepcional, o projeto de anistia "não se justifica", pois exclui os que, "condenados ou não, cometeram atos [não intencionais] de terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal". Suprimir essa seria, portanto, "imposição da inteligência, do bom senso e do bem-comum" (*Crimes*

[14] Aparentemente, uma alusão à teoria dos *dois demônios*; indício que também aparece nos artigos de Sobrinho.

Políticos e Crimes Comuns, 2/8/79, p.11). Apesar da vitória da anistia, o projeto ainda apresentaria falhas: os crimes conexos que equiparam torturadores e torturados, a distinção entre condenados e não condenados, a imposição de requerer os cargos de funcionários públicos desocupados, a existência ou não de vagas para a reintegração e a definição de terroristas como não anistiáveis. Para corrigi-los, seria necessária uma lei "realmente ampla e irrestrita" que permitiria conciliar poder e povo. Caso isso não seja feito, "o veneno do ressentimento popular [...] e o espinho de um dever mal cumprido" permanecerão (*Entre o Poder e a Piedade Filial*, 27/9/79, p.12).

Conclusão

Em que pese as diferenças, constatamos que os jornais veem a anistia como medida de esquecimento, etapa necessária para a estabilidade institucional liberal, a pacificação e a reconciliação nacional. Dessa forma, buscam universalizar seu discurso com o objetivo de, política e economicamente, se legitimar enquanto representante da opinião pública e se adequar às tensões entre governo e oposição na conjuntura. Isso, mediante a ideia de que detêm o argumento racional contra os irracionalismos ou que defendem a anistia de acordo com a tradição do país. Sobre os artigos de opinião, observamos que apresentam aproximações e distanciamentos de sentidos aos defendidos pelas respectivas linhas editoriais. Mas, observamos que há uma baliza intransponível comum a todos: a defesa da moderação institucional-liberal mediada com os interesses do regime. A distinção político-jurídica entre crimes políticos e comuns perpassa ambas as seções dos jornais, sendo elemento fundamental na definição dos sentidos. Apesar das similaridades em seu uso argumentativo - crimes comuns não deveriam ser anistiados -, a FSP defende em seus editoriais, aparentemente, um sentido de anistia com amplitude maior do que o JB aos opositores da ditadura.

Retomando a historiografia, compreende-se que o posicionamento da FSP acerca da anistia condiz, em parte, com sua tentativa de se inserir no debate público com roupagem democrática ampla para granjear leitores, mas mantendo as portas abertas ao Governo. Foi através desse movimento que conseguiu captar o "espírito de oposição na sociedade e nas ruas", se afirmar como defensor da democracia liberal e atuar para definir o sentido e a agenda da abertura política (NAPOLITANO, 2017). Assim como a posição do JB em que, a partir de seus princípios liberais, se afasta das reivindicações dos movimentos sociais ao compreender as dinâmicas políticas pelo alto. A restituição da institucionalidade liberal tradicional, a ser feita pela via do regime, é o meio dado para a diminuição das distâncias entre governo e nação. Portanto, fica evidente como o JB se posiciona politicamente mais alinhado ao governo do que a FSP - mesmo com seu relativo afastamento após 1974 - ao chancelar o projeto governista de anistia.

Podemos então resgatar a análise de Greco e compará-la à nossa. A autora caracteriza a posição do JB como um "liberalismo tacanho" que "saúda o movimento pela anistia mas, ao mesmo tempo, o chama à responsabilidade a partir [... d]o pleito por posição de *sensatez*, *equilíbrio*, *moderação* e *bom senso* - e, na mesma linha, faz o elogio do projeto de abertura". Nesse ponto, podemos divergir um pouco da autora: essa saudação ao movimento foi progressivamente substituída pelo apagamento de seu protagonismo na realização da Lei, relegando-a a uma concessão da mão estendida do Estado à sociedade. Já a FSP, de "linha editorial mais avançada", busca manter uma "pose de questionamento" marcada por um "discurso *consensual*"; assim, "não defende, em momento algum, a bandeira da *Anistia Ampla Geral e Irrestrita*" (GRECO, 2003, pp.125-6). A princípio, estranhamos essa afirmação da autora, na medida em que nos editoriais analisados aqui fica evidente a defesa da anistia *ampla, geral e irrestrita* pela FSP. Contudo, foi retornando à análise de Oliveira sobre os CBAs que tal questão foi

esclarecida: para os Comitês, a bandeira trata da "defesa da memória dos militantes que se opuseram à ditadura, pela reafirmação de suas mobilizações de luta" e da "denúncia das mortes, violações e desaparecimentos" como ato familiar e político (OLIVEIRA, 2014, p.50). Ou seja, embora seja a mesma nomenclatura, o sentido político defendido pelos CBAs (*anamnese*) é oposto ao defendido pela FSP (*amnésia*).[15] Assim, apesar da consideração sobre o JB, as conclusões gerais desta análise aparentam ir ao encontro das de Greco.

O sentido aqui analisado, inclusive, teve grandes implicações para a (incompleta) justiça de transição brasileira. A Lei de Anistia, fundada sobre o esquecimento/apagamento do passado, constitui um impeditivo para a justiça transicional efetiva, pois dificulta a realização do direito à memória e, portanto, à verdade (RODRIGUES & NETO, 2012). O sentido defendido pela FSP e pelo JB, realizado na Lei, dificultou as tentativas de justiça, reparação e, consequentemente, democratização brasileira após o fim da ditadura. O que queria-se esquecer para pacificar a nação, na verdade, ainda ronda como um fantasma sem lugar, tensionando a vida pública e privada brasileira. Longe de pretender esgotar as possibilidades da documentação aqui levantada[16], as conclusões desta análise devem ser inseridas numa

[15] Greco aponta que, ainda que não tenha sido homogêneo, "[...] pela primeira vez, no Brasil, um movimento social [pela anistia] assume aberta e explicitamente como bandeira de luta e conteúdo programático a construção de uma *contramemória* e um *contradiscurso* referenciados na evocação voluntária do passado enquanto resgate da memória do terror [bem como da luta contra o terror e de projetos de futuros nela contidos] a partir da perspectiva daqueles que não apenas sofreram, mas, sobretudo, combateram a sua opressão" (GRECO, 2003, p.358). A ação de trazer à memória ou à lembrança / recordação, o resgate da memória / rememoração (*anamnese* - reminiscência) da luta pela anistia presente nos CBAs se opõe ao sentido defendido pela Folha de S. Paulo: esquecimento / apagamento do passado (*amnésia* - perda parcial ou total da memória). Ver nota de rodapé 8 e, para um resgate ontológico dos termos, ver o trabalho de Marilena Chauí (2002).

[16] Devido às limitações deste artigo não foi possível abordar, por exemplo, o resgate histórico da figura do Duque de Caxias como agente pacificador da nação e símbolo para a anistia pelos jornais aqui analisados.

totalidade mais ampla, que compreenda os fundamentos das razões sociais, políticas e econômicas da grande imprensa liberal brasileira na conjuntura da distensão e também na construção de uma memória social. Falar da anistia de 1979 é, invariavelmente, falar de um projeto político de esquecimento. É falar em silêncios e apagamentos e, consequentemente, mais em permanências do que rupturas. É falar, em suma, do tempo presente - do nosso tempo. Nesse sentido, além de nos lembrarmos daquilo que foi esquecido - e daqueles que foram esquecidos -, é importante também lembrar daqueles que se esforçaram para esquecer e questionar o porquê disso.

Referências bibliográficas

ALVES, Ian Pereira. Redemocratização e imprensa no Brasil Contemporâneo: a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil no final do regime militar. **Cadernos de Relações Internacionais**. PUC-Rio, v. 2, dez. 2019, pp.135-159.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. “Introdução”. In: **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp.11-28.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAMMAS, Eduardo Z. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. - Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. Depto. de História, 2012, pp.11-21.

CIAMBARELLA, Alessandra. "Anistia ampla, geral e irrestrita": as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, PUC-SP, n. 35, dez. 2007, pp.253-270.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder**: a emergência de um discurso democrático no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1994.

GRECO, Heloísa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2003.

HIRANO, Sedi; COHN, Amélia; MONTALVÃO, Sérgio. "Folha de São Paulo". In: **CPDOC-FGV**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete. Tipo: Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo> . Acesso em: 20 jul. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. "A luta pela abertura". In: **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, pp.98-112.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento" in: **História e memória**. 7ª ed. revista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013, pp.485-499.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Transição política no Brasil: a grande imprensa e a institucionalização da "abertura" ao final da ditadura militar (Folha de São Paulo e Isto É, 1974-1985). **ANPUH - XXVIII Simpósio Nacional de História**. 27-31 de jul. Florianópolis, 2015.

LUCA, Tania Regina de. "Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, pp.111-153.

MARTINS, Roberto R. **Anistia ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MATTEUCCI, Nicola. "Liberalismo". In: BOBBIO, Norberto et al. (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1999, pp.687-705.

MONTALVÃO, Sérgio; MORAIS, Marieta de. "Jornal do Brasil". In: **CPDOC-FGV**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete. Tipo: Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico /jornal-do-brasil>. Acesso 20/7/2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do regime militar brasileiro. 1ª ed. 2014, 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro

(1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 43, núm. 2. mayo-agosto, 2017, pp.346-366.

_____. **Coração civil**: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). Tese (livre-docência). FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

_____. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

_____. **Recordar é vencer**. Antíteses, v. 8, n. 15esp, nov. 2015, pp.9-44.

OLIVEIRA, Lucas M. de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. Dissertação (mestrado). FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Natália C. & NETO, Francisco Q. V. "Justiça de Transição: um breve relato sobre a experiência brasileira". In: FILHO, José Carlos M. da (org.). **Justiça de transição no Brasil**: violência, justiça e segurança. Dados eletrônicos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012, pp.255-276.

Imbangala: a forma Kilombo de existir

Lucas Fortunato de Souza**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p331-363

Resumo: Para além das investigações sobre as formas de organização social dos grupos Imbangala do século XVI e XVII, as quais chamaram a atenção dos viajantes e missionários europeus, assim como dos historiadores, em função de seu caráter inovador e heterodoxo quando comparado com outras sociedades da região da África Centro-Ocidental desse período; esta pesquisa busca compreender também o significado de suas instituições, sobretudo aquela denominada Kilombo, levando em conta a relação que há entre elas e o espaço geográfico. Para nós, essa relação é esboçada pelas formulações de técnicas resultantes das interações que os Imbangala travaram com a natureza geográfica na qual viviam, num primeiro plano, e, simultaneamente, com eles mesmos, num segundo plano. Desta forma, por meio das técnicas, eles conseguiram não apenas garantir sua subsistência ao longo do tempo, como também puderam produzir e reproduzir um mundo próprio, isto é, um espaço geográfico Imbangala.

Palavras- chave: Espaço geográfico; Imbangala; Kilombo; Técnica.

Introdução

Uma das grandes questões que se coloca quando estudamos a história dos grupos Imbangala é o motivo que os levou a criarem ou a inovarem um modo de organização social tão atípico e particular quando comparado com os povos vizinhos da região centro–ocidental do continente africano.

Essas diferenças que marcaram o comportamento dos Imbangala estiveram exaustivamente presentes nas fontes de viajantes europeus do final do século XVI e do início do XVII, como António de Cadornega[1], Andrew Battell[2], Giovanni Cavazzi[3], os quais discorreram com grande espanto sobre todos os costumes e hábitos desses grupos. Sempre ressaltando, em última instância, o caráter "bárbaro" que identificavam nos Imbangala.

Ainda assim, é evidente que essas fontes são de enorme importância para o conhecimento dos Imbangala, mesmo que se faça necessário ao historiador saber contextualizar e questionar suas informações para que haja avanço nos conhecimentos sobre essas sociedades.

---

[1] **António de Oliveira Cadornega** foi um viajante português, cristão-novo, que chegou em Angola em 1639, como militar. Por lá, ocupou outros cargos públicos, nomeado pela Coroa, vivendo entre Luanda e Massangano, quando falece, em 1690. Suas vivências foram publicadas, em 1681, na sua obra intitulada "*História geral das guerras angolanas"*, dedicada ao príncipe regente de Portugal, D. Pedro II.

[2] **Andrew Battell** foi um inglês, viajante que, após ser capturado na Ilha de São Sebastião (situada no atual Rio de Janeiro), em 1589, juntamente com seus companheiros da tripulação inglesa; é levado como prisioneiro para Luanda pelos portugueses. Depois de longos meses no cárcere, o inglês teve de desempenhar algumas funções de comerciantes para a Coroa portuguesa nos territórios do Congo e Angola, quando, então, toma contato com os povos locais e sobretudo com os Imbangala. Seus relatos foram transcritos por seu amigo Purchas, o qual redigiu o livro "*The strange adventures of Andrew Battell pf Angola and adjoining"*, publicado em 1614.

[3] **Giovanni Antonio Cavazzi** foi um missionário Capuchinho, nascido em Montecuccolo, Itália. Em função de sua inaptidão para os estudos religiosos, recebeu a tarefa de atuar na evangelização de sociedades africanas na região do Congo e Angola, a partir de 1653. Estando há mais de 10 anos em solo africano, Cavazzi é orientado pelos seus superiores a escrever sobre suas experiências durante as missões. Auxiliado por alguns amigos padres, escreveu a "*Istorica descritione de' tre Regni Congo, Matamba et Angola*", publicada somente em 1687, nove anos após sua morte.

Nesse sentido, a historiografia do assunto percorreu longos caminhos com debates relevantes sobre diferentes pontos das experiências histórica dos Imbangala, começando pela problemática de sua origem, passando pela polêmica de que são sinônimos ou não dos *Jaga*, chegando até nos significados dos elementos culturais desses grupos.

De acordo com Jan Vansina, em sua obra "*How the societies are born*" (2004, p. 200), as fontes se concentraram enormemente no comportamento dos Imbangala, mas pouco falaram, ou detalharam, sobre outras questões igualmente importantes para a investigação dessas sociedades, como as divindades cultuadas (muitas vezes reduzidas a termos pejorativos como "demônio" ou correlatos), o modo como era praticado o comércio, as possíveis alianças feitas com outras sociedades locais, entre outros assuntos. Por isso, ainda há muitas lacunas sobre esses grupos que merecem cada vez mais atenção dos estudiosos.

Porém, apesar de uma longa historiografia sobre os Imbangala, ainda são ínfimas as propostas que tentam explicar a causa ou, pelo menos, o contexto propulsor do surgimento das instituições relativamente particulares e originais que estiveram presentes na história dos Imbangala.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo oferecer uma possível resposta para essas inovações Imbangala que não necessariamente serve para explicar apenas essa sociedade, mas talvez possa ser base para analisarmos outras formações coletivas que não obedeceram exatamente à uma lógica tradicional "evolucionista" de desenvolvimento histórico, bastante pautada nas experiências de sociedades europeias. Para isso, portanto, nos ancoramos nos estudos dos geógrafos Milton

Santos[4] e Ruy Moreira[5], que procuram analisar uma sociedade a partir da relação por ela travada com a natureza geográfica, evidenciando as estratégias possíveis e disponíveis que tal sociedade desenvolveu para continuar existindo ao longo do tempo, num determinado espaço. Em outras palavras, esses estudiosos entendem o espaço geográfico como elemento abarcador das transformações humanas ao longo da história.

África Centro–Ocidental, uma civilização abrangente, mas diversa

Antes de falarmos dos Imbangala, precisamos analisar os aspectos sociais, políticos e culturais que existiam na região da África Centro–Ocidental e que se assentaram como estruturas tradicionais e precursoras antes mesmo do surgimento dos próprios Imbangala.

Os grandes potentados influenciadores dessa região foram Luba, Lunda e Congo. Esses povos ficaram conhecidos por levarem algumas de suas instituições para além de suas delimitações, de modo que contribuíram para uma certa maneira de organização entre os demais povos daquela localidade. Contudo, vale frisar, com base em Jan Vansina, que esses grandes poderes da África Centro-Ocidental não

[4] **Professor Milton Santos** é um dos grandes nomes da geografia brasileira e mundial, já que atuou boa parte de sua vida acadêmica lecionando em universidades europeias e norte-americanas. Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (1948) e conquistou o título de Doutor pela Universidade de Estrasburgo (1958). Influenciado pela corrente da Geografia Crítica, a qual tem como base o materialismo histórico, porém adotando uma perspectiva dos países subdesenvolvidos, do chamado "Terceiro Mundo" o pesquisador se destacou, entre outras coisas, por desenvolver uma nova noção de espaço geográfico.

[5] **Professor Ruy Moreira** também é conhecido como um importante pensador da Geografia Crítica brasileira. Atualmente, é Professor permanente do curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde é aposentado pelo Departamento de Geografia, e professor permanente do curso de pós-graduação (mestrado) em Geografia da FFP-UERJ. O pesquisador tem se dedicado, ao longo de sua vida acadêmica, às questões epistemológicas e ontológicas da geografia.

necessariamente dominaram e impuseram uma certa ordem sobre poderes locais de menor expressão (VANSINA, 2004, p. 203-205). Pelo contrário, estes continuaram usufruindo de sua autonomia local, ainda que tocados pela inegável influência que sofriam por estarem em constante relação com esses Estados poderosos.

Nessa linha, na visão historiadora Flavia Carvalho, a terra não era entendida pelos africanos (ao menos da região centro-ocidental) como uma propriedade privada, com um valor material imanente, ainda nesse contexto que antecede colonização portuguesa. O que representava valor e poder a um líder local era, principalmente, o número de pessoas que, ao reconhecerem sua autoridade, serviam-lhe de força de trabalho. A terra, portanto, era vista como uma ferramenta coletiva produtora de riqueza, de bem-estar da sociedade, e não como a *"riqueza em si*" (CARVALHO, 2011, p.6). Daí a ausência de uma política dominadora e conquistadora entre os povos africanos, na qual o mais forte despojaria o mais fraco, como acontecia na lógica europeia nesse mesmo período.

Segundo Alberto da Costa e Silva, o potentado Luba desempenhou grande importância na região da África Centro-Ocidental. Apesar da dificuldade de atestar o momento em que surgiu, muito provavelmente tenha se constituído enquanto Estado no século XIII ou até antes (SILVA, 1992, p. 468).

Os Luba, assim como muitas outras sociedades africanas, viviam de forma descentralizada em aldeias. A partir do momento em que um titular de nome *Congolo*, chefe de uma tribo, começa a dominar as demais e a expandir seu domínio, passa a existir um sistema de poder cada vez mais centralizado, sedentarizado e institucionalizado. Assim, o líder máximo, chamado de 'rei' pelo historiador, possuía sua própria capital e governava seu Estado juntamente com outros chefes titulados, os quais eram nomeados por ele para ocupar os governos provinciais (SILVA, 1992, p.469).

Cada província, por sua vez, era constituída pelas linhagens, que representavam uma ou mais aldeias. Em outras palavras, o poder descendia do rei dos Luba, passando pelos governadores provinciais e chegando, finalmente, nos chefes patriarcais das aldeias denominados *quilolo* (SILVA, 1992, p.468).

Além disso, o rei tinha poderes absolutos, podia destituir quem quisesse, uma vez que era considerado um ser sagrado, aquele que detinha o *Bulópue*, uma espécie de qualidade divina que o permitia controlar a fertilidade da terra, dos animais e das mulheres, bem como proteger o potentado contra os inimigos e garantir a caça (SILVA, 1992, p.468).

Outra característica bastante importante dos Luba diz respeito aos títulos. Ainda de acordo com Alberto da Costa e Silva, o primeiro Estado Luba era governado pelo *Congolo* e mais tarde, no segundo Estado, pelo *Calala Ilunga*. No entanto, Silva alerta que não se tratavam de duas pessoas especificamente, mas podiam corresponder a uma série de pessoas que vieram a ocupar sucessivamente essas posições titulares, respondendo, entretanto, ao mesmo título (1992, p. 467-469). Por isso a dificuldade de assegurar uma data de início para o surgimento dos Luba.

Outro aspecto relevante sobre os títulos trata sobre a obtenção deles na sociedade Luba. Muitas vezes o rei, aquele que possuía a titulação maior, concedia um título a alguém que o presenteava com algo valioso ou importante. Dessa forma, esse sistema de trocas garantia uma maior concentração do poder nas mãos do rei, pois, em primeiro lugar, criava as condições para a hierarquização da sociedade a partir dele próprio e, em segundo lugar, recrudescia a fidelidade dos demais chefes em relação a ele, valendo-lhe, portanto, maiores estabilidades para governar.

Essa estrutura bastante institucionalizada dos Luba acabou influenciando um outro grupo próximo chamado Lunda. Este povo, cuja origem é descrita como

"*imemoriável*" por Alberto da Costa e Silva, vivia da pesca nos vales do rio Kalany. Também era formado por aldeias, as quais tinham como chefes os chamados *cabungo*, legitimados pela idade, pela experiência e pelos poderes espirituais (1992, p. 470).

Ser filho, irmão ou neto do *cabungo* tinha um peso político. Mesmo se um parente do notável chefe migrasse para outra região, a relação de parentesco não era desfeita. Ao contrário, era ela mantida de forma perpétua, ao menos na teoria, de modo que o poder representado pela posição familiar que esse parente guardava com o *cabungo* deveria continuar existindo, mesmo se algum deles viesse a falecer, pois, nesse caso, seus descendentes teriam de ocupar e exercer esse poder familiar (SILVA, 1992, p. 470).

Nesse sentido, a consequência desse modelo de família resultou na conexão ampla entre as diferentes linhagens, que obedeciam a lógica da hierarquização do poder baseado no grau de relevância dos títulos. Além disso, a noção de parentesco passou a ser muito mais abrangente do que aquela que preza a consanguidade, o que reforçava ainda mais essa instituição política no cotidiano Lunda.

No entanto, precisamos atentar para o fato de que, apesar das hierarquias formais dos títulos, eles também poderiam ser substituídos, reduzidos ou até mesmo extintos, porque, de acordo com Joseph Miller, as posições titulares eram legitimadas pelos "*recursos econômicos e recursos em mão de obra*" sob domínio do chefe. Quando um determinado título passava a ter menos poder econômico e, consequentemente, menos poder político em relação a outro de menor prestígio, este poderia passar a ocupar o lugar daquele (MILLER, 1995, p. 120).

Portanto, é nessa atmosfera de readequações dos títulos que os Lunda conseguem iniciar seu processo de centralização política. De maneira semelhante aos

Luba, uma determinada aldeia liderada por um *cabungo*, de título *iala muacu,* conseguiu ascender sobre todas as outras, criando um Estado um pouco mais institucionalizado, cuja influência e relação com outros chefes de linhagens inferiores alcançava um extenso território na África Central (SILVA, 1991, p.471-472).

Essa centralização, na visão de Miller, é representada pela Lenda do *Kinguri,* a qual conta a história do conflito entre o rei e pai *iala muacu* e seus filhos *Kinguri* e *Kyniama* que se rebelaram contra seu progenitor porque não herdariam o reino, pois a herdeira legítima seria *Lueji*, irmã deles (em uma das versões). Para esse estudioso, trata-se de uma história simbólica, metafórica, para retratar as mudanças políticas que envolveram os títulos Lunda. Nesse caso, o fato de o rei deixar seu mando para a filha *Lueji* significa, na visão do historiador, que Lunda passara para o comando da linhagem *Lueji*, a qual se aproximou dos Luba, adotando algumas de suas instituições políticas e intensificando mais ainda a tendência centralizadora do reino (MILLER, 1995, p. 126).

Outro aspecto bastante importante sobre a cultura Lunda se assenta na transmissão dos títulos. Para o historiador Miller, a transmissão matrilinear de títulos sempre fez parte da realidade Lunda ainda quando viviam em aldeias. Na medida em que foram se centralizando e expandindo sua influência política, a matrilinearidade ganhou cada vez mais força e destaque na sociedade (MILLER, 1995, p.114).

O Congo, por sua vez, também se caracterizou por influenciar a região. Embora tenha sido um potentado mais tardio, surgido possivelmente no século XIV ou XV, foi bastante importante para região da África Centro-Ocidental, uma vez que conseguiu se consolidar como Estado ascendente sobre muitos chefes locais. Segundo as tradições e as fontes da época, Lukeni ou Antino–Uene, que vivia em um reino governado por seu pai, provavelmente de origem Tio, ao norte do rio Zaire e próximo ao lago Malebo, decide emigrar em direção à margem oposta para tomar os

territórios daquelas localidades e criar seu próprio potentado pois, por ser o filho mais novo, jamais poderia suceder seu pai (SILVA, 1991, p. 479).

Já no século XVII, o Estado do Congo aparentemente se estendia para Angola, alcançando potentados desde Luanda, passando por Dongo e chegando até Matamba e as regiões entre os rios Bengo e Cuanza (VANSINA, 2010, p.648). Esses poderes locais foram incorporados ao Congo pelo menos no sentido de serem tributários dele.

De acordo com Vansina, o Estado conguês era bastante complexo, com uma estrutura institucional bem assinalada, na qual o *maniCongo*, titular máximo, também chamado de rei pelas fontes, era eleito por um corpo de governadores provinciais, alguns deles eram seus parentes. Esses governadores tinham a função de coletar e direcionar os impostos ao *maniCongo*, representados pelas conchas *nzimbu,* que servia de moeda, pelos tecidos de ráfia, sorgo, vinho de palma, frutas, víveres e peles de leão e leopardo, entre outros produtos (2010, p. 650).

Descendendo o poder do *maniCongo*, em primeiro lugar, governadores, em segundo, a hierarquia continuava com os chefes menores, os quais davam ordens aos chefes hereditários das aldeias e era por meio dessa estrutura que a máquina institucional do Congo funcionava (VANSINA, 2010, p. 650).

Ainda que as fontes do período tenham dito que o titular máximo do Congo possuía uma vastidão de terras maior do que correspondia à realidade, como o fizeram Pigafetta/ D. Lopes, Alberto da Costa e Silva pontua que se tratava mais do reconhecimento de diversos chefes locais da autoridade que o *maniCongo* tinha por descender da linhagem de Antino-Uene, aquela que deu início a uma *"rede de fidelidades rituais"*, do que o domínio efetivo e absoluto do Congo sobre os povos menores (SILVA, 1991, p. 481). Portanto, a influência que o Congo causa nessa região, para além das incorporações que realmente aconteceram com algumas limitações,

era expressa também pela valorização ancestral que outros chefes identificavam nos primórdios do surgimento do Congo.

Povos incorporadores das tradições Luba, Lunda e Congo

Muitas das sociedades vizinhas dos Luba, Lunda e Congo incorporaram suas instituições e seus títulos, uma vez que foram fundadas por chefes emigrados desses três grandes potentados, os quais, a partir das estruturas sócio-políticas que conheciam, introduzem novas regras, novas linhagens e novas chefaturas nos territórios que ocuparam.

Segundo Alberto da Costa e Silva, a influência Lunda se expandiu para várias regiões. Os povos localizados no norte da Zâmbia, entre o lago Moero e o rio Luapula, reivindicam descendência dos Lunda. Os Bemba também se manifestam da mesma forma. Os povos situados no lago Malauí, ao norte do Zambeze, por outro lado, afirmam ter como ancestrais os Luba (1991, p. 476).

Em relação às formações de Estado mais recentes, lembra Miller, o Cokwe e Songo, da versão atualizada do século XVIII também se inspiraram nas instituições políticas dos Lunda (1995, p. 115).

Para além desses exemplos locais de povos relativamente próximo dos Luba e Lunda, a lenda do *Kinguri* evidencia um caráter ainda mais amplo no que se refere a essa influência sócio-política desses dois grandes potentados. Em primeiro lugar, a dissidência política dos filhos ou títulos subordinados ao *iala muacu* representa a migração de instituições para outras regiões e, nesse caso, muito mais distante. O *Kyniama*, por exemplo, se desloca em direção ao sul, constituindo-se como o principal título entre os luena. Já *Kinguri*, migra em direção à Angola, carregando não somente as insígnias tradicionais dos Lunda, mas também as armas e a tendência guerreira, o que, mais tarde, daria origem aos Imbangala, após uma série de readaptações de

títulos (SILVA, 1991, p. 474). Aliás, essa migração do *Kinguri*, ao sofrer um processo de cisão no qual o grupo que o seguia se enveredou por caminhos distintos, foi responsável pela dissipação de novas posições titulares para a região do Songo, mais residuais, e para o planalto de Benguela, entre os Ovimbundos (MILLER, 1995, p. 149).

Mas não foram apenas povos ou sociedades pequenas que sorveram em algum grau as estruturas políticas dos Lunda, Lunda ou Congo. No Dongo dos ambundo, cujo líder máximo respondia pelo título de *Ngola*, essas instituições foram reincorporadas e aperfeiçoada com grande êxito.

O Dongo constituiu um dos mais importantes e poderosos potentados da África Centro-Ocidental ao longo do século XVI (FONSECA, 2012, p. 24). Assim como esses grandes potentados tradicionais, ele foi eficaz em centralizar politicamente os ambundo. Além disso, o Dongo era um dos potentados tributários do *maniCongo*, o que também reforça a assimilação das estruturas socioeconômicas influenciadas pelo Congo.

Segundo Mariana Bracks Fonseca, a partir da figura fundamental do *Ngola*, o reino do Dongo se estruturava pela união entre esse chefe maior e os sobados subordinados (unidade política autônoma, liderado pelo soba), cerca de 736, os quais tinham como dever o pagamento de tributo e apoio militar ao primeiro, em troca do recebimento de chuva, fertilidade da terra, proteção contra maus espíritos, boas colheitas, entre outras coisas, que, na visão dos demais sobas, apenas o *Ngola* poderia garantir (2012, p. 26). Aqui é inevitável percebermos semelhança da figura do *Ngola* com o titular máximo de Luba e com o *maniCongo*.

A historiadora lembra também que havia significativa estrutura burocrática no Dongo, com um número grande de funcionários especializados e ampla divisão de trabalho a serviço do *Ngola* (2012, p. 26). Ainda que, como defende Flavia Carvalho, o

poder do *Ngola* não era absoluto, tendo em vista a autonomia dos demais sobas e o grau de divisão de tarefas que havia no Dongo (2011, p.5), é inegável que tal titular desenvolveu certa ascendência sobre os outros títulos em função de um longo processo de afirmação de sua autoridade sobretudo por meio da guerra, de modo que conseguiu dar sequência a uma rede de relações entre diferentes titulares e sobados ambundo, em torno de sua figura, que envolvia interesses comerciais, militares e religiosos (FONSECA, 2012, p.25-26). De todo modo, isso pode sugerir que tal potentado conseguiu tornar ainda mais complexa a tendência centralizadora, quando comparamos com Luba e Lunda e Congo.

Essa complexidade também pode ser confirmada de outro modo, isto é, pelo viés dos títulos. No Dongo*,* as posições titulares seguiam o sistema matrilinear, como em diversas outras regiões da África Central. No entanto, a diferença consistia no fato de que determinadas titulações, como a do *Ngola,* não mais estavam atreladas a um território, elas poderiam ser móveis. Assim, essa mudança ou ampliação de sentido dos títulos mostra como a sociedade do Dongo foi bem-sucedida na formulação de um Estado mais bem institucionalizado (SILVA, 1991, p.491).

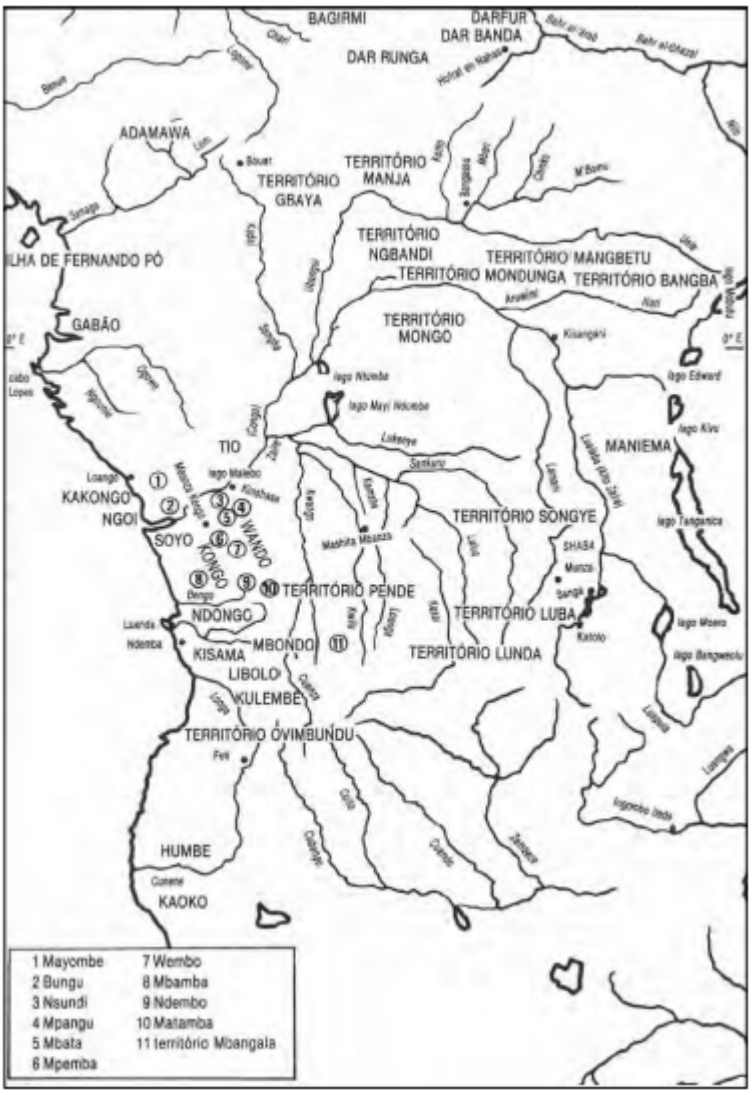


Imagem 1: Mapa da África Centro-Ocidental, 1500 (VANSINA, 2004)

Os Imbangala e sua organização social

Um dos grandes especialistas sobre a história dos Imbangala[6] é o Joseph Miller. Segundo ele, em sua importante obra "*Poder político e parentesco*" (1995), uma das múltiplas versões do mito de origem dos Imbangala remete ao período em que Luba e Lunda se juntaram, como já abordamos aqui, o que contribuiu para uma crise

[6] A etimologia da palavra "Imbangala" recebe influência da língua umbundo, falada pelos Ovimbundo. O radical *"vangala"* significa ser valente, mas pode significar também vagar por um território (MILLER, 1995, p. 165).

política, resultando na irradiação e migração de alguns titulares Lunda para outras regiões da África, dentre eles, o importante título do *Kinguri*, que se desloca para o sudoeste de Angola, juntamente com os *makota* (título inferior), na região da margem sul do rio Kwanza. Estes, mais tarde, se aliam aos titulares *Kulembe*, da região do Planalto de Benguela, ligados aos Ovimbundo, e colocam fim ao título *Kinguri* (MILLER, 1995, p. 168- 173). A partir desse momento, os *makota e Kulembe*, somando-se a outros grupos e indivíduos que encontram pelo caminho e que aceitam a aliança, como os Cokwe, ambundo, Ovimbundo, abolem as linhagens e adotam o Kilombo, constituindo, portanto, os primeiros Imbangala.

Assim, uma parte desses Imbangala recém-formados permaneceu nessas posições, porém, uma outra seguiu para o norte, acompanhando a costa litorânea até chegar, no final do XVI, na região norte do rio Kwanza, onde estabeleceram os primeiros contatos com os portugueses, com quem desenvolveram, ao longo do XVII, alianças militares e comerciais incentivadas sobretudo pela exploração do tráfico de escravizados.

As linhagens tinham uma importância para a lógica de funcionamento das sociedades africanas, como entre os bacongo e os ambundo, uma vez que, dentre outras coisas, contribuíam para coesão e controle social. Deste modo, quando essas linhagens foram descartadas pelos Imbangala, impossibilitando, com isso, a consanguidade entre seus integrantes, poderíamos supor que esses grupos eram descentralizados ou afastados uns dos outros. No entanto, ocorreu o contrário: abolir as linhagens significou uma radical mudança sociopolítica, de forma que contribuiu para os modos nômades dos Imbangala, os quais precisavam de agilidade para as constantes migrações e razias que empreendiam; e possibilitou a assimilação de um número bastante significativo de jovens indivíduos, independentemente de suas origens e/ou etnias, para o grupo guerreiro de maneira mais rápida e facilitada, se

comparada com as sociedades baseadas em linhagens (MILLER, 1995, p. 167).

Nas sociedades Imbangala havia uma rígida hierarquia. Essa era representada por alguns títulos, de influência Ovimbundo, chamados de *mavunga* ou *vunga*, no singular, que eram ocupados pelos chefes dos guerreiros. Segundo Miller, esses poucos títulos eram distribuídos aos notáveis combatentes por um líder maior, provavelmente herdeiro do título Kulembe, a quem o autor chama de "rei Imbangala", que concentrava boa parte do poder (temporal e sobrenatural) em suas mãos a um nível bastante superior ao que era praticado entre os chefes ambundo, como o *Ngola,* por exemplo (1995, p. 231).

Dessa maneira, as sociedades Imbangala simbolizaram o encerramento das linhagens a partir da figura desses títulos, os quais foram aproveitados dos grupos que estiveram ligados ao surgimento desses Imbangala, como os Lunda, Cokwe e Ovimbundo, porém, desassociados da lógica linhageira (MILLER,1995, p.181). Além disso, as posições de chefia eram concedidas a quaisquer indivíduos que se submetiam aos rituais de iniciação específicos para essa posição e que se destacavam pela coragem e pela capacidade de luta e guerra, e não, obviamente, pelas regras de descendência do poder (matrilinear/ patrilinear) ou pela relação de proximidade com determinada linhagem. (MILLER, 1995, p.233).

Por outro lado, no plano espiritual, o ritual que simbolizou a abolição da linhagem entre os Imbangala foi o *maji a samba.* Segundo as tradições orais dos ambundo, relatadas também por viajantes como Cavazzi, uma líder lendária chamada *Temba Andumba* da região de Angola resolveu preparar um unguento poderoso, capaz de conferir-lhe invulnerabilidade absoluta. Para tal, teria misturado pedaços de sua própria filha, ainda bebê, com raízes e ervas, resultando numa massa de sangue e carne que era untada em seu corpo. Inicialmente, apenas *Temba Andumba* e os mais próximos a ela recebiam esse unguento, porém, pouco tempo depois, esse ritual foi

levado a todos os seus subordinados, de modo que eles também tiveram de ceder seus filhos para a preparação do *maji a samba.*

Mais tarde, essa chefe ambundo teria se apaixonado pelo Kulembe, titular de um potentado localizado no Planalto de Benguela, que estava de passagem por suas terras, estabelecendo com ele um matrimônio. Assim, os seguidores do Kulembe também incorporaram esse ritual sagrado. Daí, portanto, a relação dos Imbangala com o ritual de *maji a samba* (MILLER, 1995, p. 161).

Na visão de Miller, essa lenda deve ser interpretada no sentido metafórico, pois, entre os vários significados que podem, ou não, ser descortinados dessas passagens alegóricas, a morte dos filhos em função do ritual *maji a samba*, está muito mais relacionada com o intuito de representar as abolições das linhagens entre os Imbangala, do que com a própria literalidade do ato, sobretudo quando observamos que o ritual havia deixado de ser uma exclusividade dos chefes para ser praticado, também, pelos subordinados, conferindo uma ideia de homogeneidade entre os integrantes do grupo, que faz bastante sentido em sociedades desprovidas de linhagens (MILLER, 1995, p. 163).

Além das linhagens, os Imbangala conseguiam garantir sua centralidade e o controle do grupo por meio da guerra e das razias que levantavam contra outros povos, em especial contra os ambundo. Esses geralmente eram sedentários, praticantes da agricultura e da criação de gado, algo que os Imbangala não praticavam. Assim, a estratégia adotada pelos nômades guerreiros foi roubar o que terceiros produziam, como forma de garantir sua subsistência.

Sobre isso, Jan Vansina comenta que os Imbangala tinham uma "*economia totalmente predatória*", já que por onde passavam destruíam tudo o que estava pela frente. Não se preocupavam, segundo o historiador, em economizar os recursos que

conseguiam com as razias; pelo contrário, os Imbangala exauriam-nos rapidamente (p.200). Por outro lado, tendo em vista que tal visão de Vansina em muito se assemelha com os discursos reducionistas que encontramos nas fontes, talvez possamos compreender essa estratégia dos Imbangala de arrasarem as estruturas produtivas de seus inimigos, como forma de enfraquecê-los mais ainda e, ao mesmo tempo, forçá-los a retomar a produção, para, então, atacar novamente, numa outra oportunidade, e assim garantir a continuidade de suas fontes de subsistência.

Contudo, a grande instituição desenvolvida pelos Imbangala para sustentar e viabilizar toda essa lógica de funcionamento voltada para a guerra itinerante foi o Kilombo (MILLER, 1995, p.166-167).

Embora já existisse a instituição Kilombo entre os Ovimbundos, muito antes do surgimento dos Imbangala; sua função era completamente diferente do que veio a ser entre os últimos. A origem do termo Kilombo, também pertencente a língua umbundo, está relaciona com o ato de circuncisão, de modo que o Kilombo dos Ovimbundos era, originalmente, o local onde se praticava o ritual de circuncisão (MIILER, 1995, p. 164). Já o dos Imbangala, após esses receberem uma série de influência das diferentes sociedades que encontraram durante suas migrações, sobretudo dos próprios Ovimbundo, passou a ser, principalmente, um poderoso acampamento militar, onde predominava um rígido formato de disciplina, organização e treinamento, que resultava em inúmeras vitórias nas guerras, além do terror infundido nos seus adversários.

De acordo com os registros de Andrew Battell, viajante inglês que passou cerca de 16 meses com os Imbangala, entre 1601 e 1602, os Kilombos eram acampamentos provisórios e fortificados, de formato circular, circundados por troncos, com portões em posições estratégicas, e no seu interior, ficavam as moradias dos integrantes, sendo a do chefe situada ao centro do acampamento. Os Kilombos serviam de ponto

de parada e proteção para os grupos guerreiros durante suas constantes migrações, os quais ficavam sempre de prontidão para qualquer necessidade de contra-ataque. Também eram locais de práticas religiosas, com culto aos deuses e aos espíritos sagrados de seus antepassados; e de iniciação de jovens adolescentes, não circuncidados, capturados de outros povos durante as razias (BATTELL, 1901, p.19 – 33).

O cotidiano do Kilombo era regulamentado com base no que ficou conhecido pela historiografia como *leis yijilas,* as quais também remontam os tempos de *Temba Andumba*, de acordo com as tradições ambundo. Elas determinavam uma série de regras e comportamentos que deveriam ser cumpridos rigidamente, desde rituais de sacrifícios, canibalismo, até a proibição de relações sexuais e, consequentemente, de nascimento de crianças dentro do Kilombo, uma vez que, como já adiantamos, as linhagens eram proibidas (MILLER, 1995, p. 222).

Outra característica importante que os Imbangala inovam era o simples gesto de arrancar seus dentes incisivos. Se os ambundo costumavam tirar dentes de titulares falecidos, com o intuito de utilizá-los para estabelecer contato com poderoso mundo dos mortos, os Imbangala, ao extrair seus dentes, passavam uma mensagem clara de que eles mesmos pertenciam ao mundo sobrenatural, o que aumentava ainda mais o medo que os demais povos tinham deles (MILLER, 1995, p.246). Ou seja, além de terem uma força militar muito poderosa e aterrorizante, que lhes dava grandes vantagens nas guerras, eles também negavam suas condições de humanos ou, pelo menos, não enxergavam uma separação entre o mundo que habitavam e o mundo dos mortos, parecendo-se, aos olhos de seus adversários, seres superiores aos mortais.

Ainda sobre essa questão, os Imbangala reafirmaram seu caráter não humano ao abolir as circuncisões. Entre outras populações da África Centro-Ocidental, a

circuncisão servia para garantir a capacidade procriadora dos homens. Por exemplo, entre os ambundo, a circuncisão era o divisor de águas que representava a passagem para a vida adulta. Para os Imbangala, em última análise, a reprodução é um fator humanizante que eles de antemão recusavam (MILLER, 1995, p. 246). Além do mais, a constante luta dessa sociedade guerreira contra as linhagens servia de reforço para que seus integrantes não fossem circuncidados.

Há um extenso debate entre os historiadores a respeito da confiabilidade das informações trazidas a luz pelos viajantes europeus sobre os Imbangala. No entanto, esse não será nosso foco. O que é mais interessante é compreendermos que boa parte dessas descrições a respeito dos comportamentos e costumes dessas sociedades guerreiras foram bastante peculiares e desconcertantes para os povos da região de Angola. Nesse sentido, não poderia ser diferente com os europeus, guiados pela noção cristã de conceber a humanidade, não só ressaltaram sua estranheza como também interpretaram, ao seu modo, muito do que viam e ouviam na África.

É o que defende Miller, no artigo "*Requiem for te Jaga*", quando procura explicar melhor essas informações. Para ele, o fato de Imbangala serem considerados *"are the greatest cannibals and man-eaters that be in the world* [...] having all the cattle of that country" por Battell (1901, p.21), por exemplo, tem um sentido de causar um certo exagero a fim de sustentar a ideia de que esses grupos eram bárbaros e, com isso, já estaria justificada qualquer intenção por parte dos europeus de dominar os territórios africanos, seja para fins catequizadores, seja para a colonização em si (MILLER, 1973, p.130-133).

É com este mesmo argumento, aliás, que Miller abre uma linha dissonante, seguida por muitos historiadores a partir de então, no debate historiográfico sobre a questão dos Jagas, isto é, são eles sinônimos de Imbangala? Não cumpre apresentar todo o debate neste artigo, pois não é nosso objetivo, entretanto, vale apresentar

algumas posições que dialogam com a linha que buscamos nessa pesquisa de tentar adotar uma posição mais crítica em relação às fontes europeias.

Para Miller, o termo Jaga foi uma projeção europeia das fontes de viajantes, e até de algumas sociedades africanas que mantinham contato com a corte portuguesa, como os congueses, para sublinhar a barbárie e violência de determinados povos e assim garantir objetivos específicos: os missionários, ao ressaltarem o grau de barbárie dos Jaga, conseguiam maiores recursos para suas missões; os traficantes de escravos passavam a justificar seus atos, acreditando que assim salvariam vidas daqueles que seriam devorados pelos selvagens Jagas; os chefes do Congo sempre lembravam a Coroa sobre o perigo Jaga, garantindo a defesa da dinastia entronada; A Coroa conseguia, por sua vez, reivindicar direitos sobre o Congo, como consequência da ajuda militar concedida. Além disso, Miller complementa sua tese dizendo que entre os Imbangala contemporâneos que entrevistou durante sua pesquisa em Angola, o termo "Jaga" não existia até a chegada dos portugueses (MILLER, 1973, p. 131–134).

A historiadora Mariana Candido também procura seguir essa linha, no seu artigo *"Jagas e sobas no "Reino de Benguela": Vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII",* quando analisa duas fontes que demonstram a volatilidade e a arbitrariedade do termo Jaga: 1) "Soba Cacondo", o qual era tratado como soba pelos portugueses, em correspondências, até 1688. No entanto, quando ele se rebela contra os antigos aliados europeus, passa a ser chamado de Jaga, legitimando, então, a repressão da Coroa contra ele; 2) "Chefe de Quissama", chamado de Jaga pelos portugueses até a assinatura do seu tratado de vassalagem, em 1694, quando o então governador de Angola se refere a ele como "Soba de Quissama" em uma documentação.

Diferentemente de Thornton e Heywood, para quem as informações das fontes

a respeito do canibalismo Imbangala confirmam a ocorrência dessa prática, como consta nos escritos do próprio Battell e em uma correspondência trocada entre o Rei do Congo, Pedro I, e o Jesuíta Giovanni Battista Vives (2011, p. 87); Miller defende que os canibalismos tão ressaltados pelos viajantes, na verdade, eram gestos simbólicos, limitados, que tinham uma noção ritualizada de purificação por trás, uma vez que acreditavam que a destruição absoluta do cadáver evitaria que seu espírito continuasse por perto, interferindo e fazendo mal aos vivos.

O canibalismo também era praticado como forma de reforçar a disciplina do grupo, pois aquele Imbangala que demonstrasse medo durante as batalhas, portanto, afirmando a sua condição de humano, poderia ser sacrificado para o ritual antropofágico, o qual garantiria que o sentimento de medo que o espírito desse indivíduo trazia, fosse extirpado da comunidade (MILLER, p. 244). De todo modo, independentemente de apontarmos as situações exatas em que tal prática era realizada, o que podemos afirmar é que o canibalismo dos Imbangala nada tinha a ver com a necessidade de se alimentar ou com predileções por iguarias exóticas.

Já o fato de serem proibidos nascimentos dentro do Kilombo pelas *leis yijilas*, ainda de acordo com Miller, as mulheres que estivessem grávidas ou mesmo cuidando de recém-nascidos não conseguiam acompanhar o grupo nas lutas e migrações tão frequentes, daí a ideia do infanticídio representado pelo ritual *magia a samba,* como forma de simbolizar essa proibição e ressaltar a importância de uma sociedade sem linhagens. Mas Miller salienta que os infanticídios, embora pudessem ter acontecido, como os registros dos viajantes narram, não aconteciam de maneira generalizada com todos os bebês, uma vez que, fora do Kilombo, as mulheres ilegalmente grávidas poderiam ter seus filhos, ainda que tivessem de ficar afastadas do grupo por um certo período (MILLER, p.222).

Portugueses e Imbangala e o tráfico de escravizados

Até agora, procuramos apresentar e discutir as características gerais que fizeram parte das sociedades Imbangala. Entretanto, não custa lembrar que as especificidades e individualidades dessas sociedades também estavam presentes, seja do ponto de vista da maneira como se organizaram enquanto formação social (aspectos econômicos, sociais, religiosos e políticos), seja do ponto de vista das maneiras de atuações empreendidas enquanto sujeitos históricos.

Não estamos falando, portanto, de grupos Imbangala monolíticos ou homogêneos. Até porque, como define Jean-Loup Amselle, na obra organizada com Elikia M'Bokolo, intitulada *Pelos Meandros da Etnia. Etnias, tribalismo e Estado em África* (2014), em se tratando de história da África, principalmente nos períodos pré-coloniais, *"as formas de organização social são resultado de uma série de fenómenos de diástole e sístole, de vai-e-vem constantes, numa palavra, de processos de composição, decomposição e recomposição que se operam no seio de um espaço continental*" (2014, p. 36).

Nesse sentido, analisando as diferentes formas de protagonismo dos Imbangala, uma boa parte deles, os localizados no Norte do rio Kwanza, passaram a adotar as culturas e tradições dos ambundo e até dos portugueses (como o batismo de alguns chefes Imbangala) ao longo do XVII, bem como iniciaram um processo progressivo de transformação do Kilombo em Estados sedentários (MILLER, 1995, p.175).

De modo geral, os Imbangala dessas localidades firmaram fortes alianças com os portugueses, sobretudo na cooperação do tráfico transatlântico de escravizados, a partir de 1610. Foi o caso, por exemplo, do Imbangala *Kulaxingo.* De acordo com a historiadora Flavia de Carvalho, a força militar dos Imbangala foi fundamental para que esses portugueses conseguissem se estabelecer cada vez mais em Angola, desestabilizando grandes potentados como o próprio Dongo (2011, p. 4).

A exceção dessa aliança se aplica à famosa Rainha *Njinga*, do potentado de Matamba, que adotou a instituição do Kilombo, no final da década 1620, e se colocou como bastião ante as pretensões dos portugueses por mais de 30 anos, quando finalmente aceita um acordo de paz no ano de 1656 (SOUZA, 2013, p. 147).

Inicialmente, *Njinga* havia firmado uma aliança com os portugueses, após ser enviada por seu irmão, o *Ngola Mbandi*, o titular máximo do Dongo, numa embaixada diplomática para negociar a mudança de local de um presídio português na região pertencente ao Dongo. Essa aliança teve como gesto simbólico o batismo de *Njinga*, que levou o nome de Ana Sousa. Mais tarde, após a morte de seu irmão e, posteriormente, ter o direito negado de herdar a posição de maior poder do Dongo por manipulações dos governantes portugueses da região, que, então, colocam um *Ngola* fantoche em seu lugar, o *Ngola* Airi; *Njinga* migra para o sul de Angola, junto com seus seguidores, onde toma contato com os Imbangala dessa região, se casando, literal ou simbolicamente, com um chefe do grupo guerreiro e, assim, recebe o título de Tembanza, que lhe conferia, entre outras coisas, poderes mágicos (o mesmo título da lendária rainha *Temba Andumba* nas tradições Imbangala). A partir daí, Njinga adota o modo de vida dos Imbangala, conquista uma série de territórios, sobretudo o de Matamba, potentado tributário do Dongo, e passa a comandar, com isso, a grande resistência contra os portugueses (SOUZA, 2018, p. 103-114)

Para além da questão do estabelecimento das forças portuguesas em solo africano, havia um outro objetivo por trás dessa aliança. Assim que os portugueses perceberam o grande potencial militar que os Imbangala possuíam durante suas primeiras aproximações comerciais, enxergaram rapidamente a possibilidade de utilizá-los para a obtenção de mão de obra escrava, a qual seria exportada e comercializada no Brasil. Para isso, bastava incentivar a guerra dos Imbangala contra outros povos locais, a fim de escravizar os indivíduos que fossem derrotados.

Contudo, é importante salientar que esses Imbangala costumavam vender escravos a qualquer um que pagasse, antes mesmo da euforia do tráfico de cativos (MILLER, 1995, p. 178). Além disso, embora o acordo com os europeus tenha sido firmado, os Imbangala faziam parte também do tráfico ilegal de escravizados, à revelia da Coroa portuguesa. Portanto, não se trata aqui de terem sido manipulados, passivamente, quando da aliança com os portugueses. Antes, tratava-se da convergência de interesses próprios entre os últimos e os Imbangala. Nesse aspecto, os Imbangala se interessavam pela lógica da guerra como forma de abastecer o comércio de cativos, entre outros fatores, porque, dessa maneira, eles poderiam adquirir os rapazes jovens que, após a iniciação, se somariam ao exército dos guerreiros do Kilombo. Os portugueses, por sua vez, ficavam com as mulheres e homens adultos, os quais eram considerados perfeitamente aptos para serem comercializados como escravos (MILLER, 1995, p. 195).

Por outro lado, os Imbangala do Sul do Kwanza, localizados na região meridional de Angola, tiveram uma trajetória bastante diferente no trato com os portugueses. Com exceção de alguns casos, eles resistiram regularmente pelo menos até a década de 1670, contra toda e qualquer tentativa de conquista territorial ou aproximação empreendidas pelos portugueses.

Isso porque os Imbangala dessa região conseguiram desenvolver e fortalecer o potencial militar dos Kilombos de uma forma que o Norte não havia conseguido, em razão das sucessivas hostilidades que encontravam com os povos ambundo. No Sul, com a presença dos Ovimbundos, os quais foram os responsáveis por apresentar o Kilombo para os primeiros migrantes Lunda, que deram origem aos grupos guerreiros; as adaptações e inovações dessa instituição promovidas por esses Imbangala recém-formados, transformando o Kilombo numa verdadeira "*máquina de guerra*", convergiram com os interesses dos povos locais, de modo que o resultado

alcançado foi um progressivo fortalecimento desses acampamentos (MILLER, 1995, p. 207- 228).

Até os anos de 1670, portanto, os Imbangala do Sul impuseram retumbantes derrotas e recuos aos portugueses nas diversas tentativas de dominação e estabelecimento do tráfico escravo. Um grupo Imbangala importante nesse momento foi o do *Kulembe,* reivindicadores daquele primeiro *Kulembe* que teria dado origem aos grupos do Kilombo. De acordo com Miller, esses guerreiros do Kulembe empreendiam razias não apenas contra os portugueses, como também contra os chefes Imbangala que se aliavam aos lusitanos, constituindo, ao Norte de Benguela, um cinturão intransponível contra os avanços estrangeiros (1995, p. 210-211).

Porém, a partir de 1670, esses Imbangala passaram a se aproximar dos portugueses com a intenção de participar do tráfico de escravizados, firmando algumas alianças. No entanto, essas alianças nunca foram pacíficas como aquelas firmadas com os Imbangala do Norte do Kwanza, pois os Imbangala do Kulembe tinham o objetivo de serem os grandes gestores e controladores do tráfico, que vez ou outra se chocava com as pretensões dos governos portugueses na região.

Em síntese, conseguimos compreender, minimamente, as principais características dos Imbangala que os fizeram inovadores e diferentes dos povos vizinhos, ao analisarmos as suas formas de organização sociopolítica e econômica, as lógicas religiosas e tradicionais. No entanto, todos os valorosos trabalhos que analisamos para desenvolver esta pesquisa deixaram de oferecer uma resposta fundamental para a grande pergunta que se coloca nesse momento: o que explica o surgimento de uma sociedade tão heterodoxas em relação àquelas já tradicionais na região da África Centro- Ocidental, como os povos de Luba, Lunda, Congo, Dongo, Matamba, entre outros?

Obviamente que tal questão pode ser respondida por diversas perspectivas e de diferentes formas. Assim, procuramos respondê-la considerando a importância do espaço geográfico para os Imbangala. Parece-nos que sob esse prisma, é possível compreender melhor o significado do Kilombo, das migrações, das razias, das *yiijilas*, enfim, do modo Imbangala de ser e existir. Portanto, para isso, recorremos aos dois grandes teóricos brasileiros da Geografia Crítica, Ruy Moreira e Milton Santos, os quais dão conta de explicar a relação essencial que há entre ser humano e o espaço, bem como seus desdobramentos. Embora ambos tenham uma visão própria sobre o espaço geográfico, é bem verdade que elas se complementam e apresentam elementos em comum, como a influência da dialética materialista que utilizam para desenvolver a compreensão da construção do espaço geográfico ao longo da história pelas sociedades. Assim, Milton Santos procura analisar a elaboração do espaço geográfico por meio das *técnicas.* Ruy Moreira, por sua vez, procura formular questões mais amplas e estruturais sobre o assunto, trabalhando com os conceitos de *formação espacial* e formação *econômico- social*.

O espaço geográfico produzido:

Em primeiro lugar, é preciso que compreendamos o significado de espaço geográfico. Com base em Milton Santos, o que difere o espaço geográfico de uma paisagem é justamente a presença da sociedade que impõe transformações, valores, racionalidade, organização dos objetos concretos ou abstratos que ali existem. Em uma dada paisagem os objetos que estão presentes, sejam eles naturais ou artificiais, não apresentam mudanças ao longo do tempo, senão aquelas provocadas pela própria ação da natureza no decorrer do tempo, porque estão distantes das interferências humanas (1996, p. 66-67).

Nesse sentido, começamos a entender que espaço geográfico é, necessariamente, um lugar no qual as sociedades se desenvolvem ao longo do

tempo. No entanto, Ruy Moreira alerta para o fato de que o espaço não é simplesmente o palco onde a sociedade contracena livremente. Ele é, antes de tudo, um "*espaço produzido*". Produzido pelas ações e vontades antrópicas, as quais criam os elementos que desempenham suas funções no âmbito econômico, social, político (*"formação econômica-social")*, além de definir como o lugar, sobre o qual a sociedade vive, deve se estruturar e organizar (*"formação espacial")* de modo a garantir a existência dessa mesma sociedade. Em outras palavras, reproduzi-la no tempo e na história (2007, p. 62-66).

Se esse espaço geográfico depende da presença humana para ser produzido na medida em que ela interfere no meio ou na natureza para suprir suas necessidades, também o contrário é válido. O espaço produz a sociedade, quando a natureza que o integra impõe uma condição nova à sociedade, após ter sofrido modificações causadas pela última. Estamos falando, então, de uma interação dialética, contínua, obrigatória e, principalmente, transformadora envolvendo espaço geográfico e formações humanas.

Ruy Moreira vai além, se baseando em Engels, ao afirmar que, na busca pelas formas de subsistência empreendida pelas ações humanas, as sociedades conseguem garantir sua existência e reprodução somente quando trabalham coletivamente (2007, p.65). Portanto, o espaço geográfico é formado não apenas pelas interações e relações entre seres humanos e natureza, mas também entre seres humanos e seres humanos, de maneira que, a partir de todas essas formas de interação, a sociedade age no sentido de reproduzir *"sua existência social no sentido contínuo"* (MOREIRA, 2007, p. 67).

Assim, a formação de um espaço geográfico não está totalmente explicada se não analisarmos a importância das técnicas para o processo. Na visão de Milton Santos, qualquer objeto, seja concreto ou abstrato, pode ser entendido como técnico

desde que seja utilizado pela sociedade a fim de exercer alguma função relevante dentro dela. Ou seja, se determinado objeto tem uma função importante dentro de um grupo social, capaz de contribuir para a subsistência e, mais do que isso, para reprodução desse mesmo grupo, significa que estamos falando de um objeto técnico (SANTOS, 1996, p. 40).

Aprofundando ainda mais, Milton Santos chama atenção para o fato de que os objetos técnicos distribuídos e organizados segundo a lógica da sociedade criam entre si uma rede de conexão, cujas operação e funcionalidade de forma articulada constituem um sistema de funcionamento dessa mesma sociedade (SANTOS, 1996, p. 23).

Contudo, não significa que a capacidade de criação de objetos técnicos seja necessariamente idêntica, homogênea em todas as experiências históricas das sociedades. Isso porque esses objetos técnicos se espalham num certo espaço e tempo de forma heterogênea e desigual (SANTOS, 1996, p.32). Por isso a existência de sociedades tão divergentes, pois algumas desenvolveram certas habilidades, produzindo determinados objetos e técnicas, em razão do seu particular processo histórico, do conhecimento adquirido para a execução de alguma tarefa e, sobretudo, das possibilidades que o meio geográfico oferecia; enquanto outras, por estarem inseridas em um distinto contexto espacial e/ou temporal, elaboraram outras habilidades, produzindo diferentes objetos e técnicas, com diferentes resultados.

Os Imbangala e o espaço geográfico, técnicas como resposta

Diante disso, talvez agora seja possível oferecer uma resposta para a questão formulada sobre o surgimento dos Imbangala, uma sociedade tão diferente sob vários aspectos das demais formações sociais que existiram na África Centro-Ocidental, no século XVI e XVII.

Acreditamos, portanto, que essas diferenças tenham sido consequência das interações dos Imbangala com o meio geográfico e com eles próprios, cujo resultado foi a edificação de diferentes tipos de técnicas que desempenharam funções específicas, mas que, articuladas e acionadas conjuntamente, contribuíram para a subsistência e, mais do que isso, para novas condições de existência desses grupos guerreiros, as quais, conforme observamos, podem ter levado até mesmo ao abandono do modo Imbangala de organização social, como ocorreu com os grupos do Norte do Kwanza; ou, então, garantido ainda mais o fortalecimento desse modo guerreiro, do Kilombo, da itinerância, como aconteceu com o grupo liderado pela "Rainha Njinga", em certo momento, ou com boa parte dos Imbangala do sul. Assim, independentemente de qual tenha sido desdobramento para os grupos Imbangala, é possível dizer que as técnicas, ao viabilizar suas existências, os conduziram para um determinado lugar social ao longo do tempo.

O fato de terem adotado o Kilombo para garantir proteção, organização e centralização política só foi possível porque houve uma interação entre eles e a natureza geográfica do entorno, isto é, os demais povos da região, que ameaçavam ou dificultavam existência dos Imbangala, e as condições físicas e materiais que o território fornecia. Diante disso, foi com o Kilombo que o grupo de guerreiros conseguiu não somente continuar vivo, como também reproduzir sua sociedade dentro de um espaço geográfico, o qual eles mesmos criavam, com suas constantes migrações e suas formas de organização e racionalização dos objetos que utilizavam para subsistir.

É importante dizer, conforme Marina de Mello e Souza, que não se pode tomar os Kilombos como algo padronizado, homogêneo, em todos os lugares em que existiu nos territórios percorridos pelos Imbangala. Em certos casos, um Kilombo poderia ter algumas particularidades que outros não tinham, ainda que as suas características

básicas fossem respeitadas (2013, p. 141). Portanto, isso também está de acordo com o que Milton Santos define, ao falar sobre a distribuição desigual das técnicas, pois se há determinadas diferenças entre Kilombos, que refletem, entre outras coisas, nas diferenças entre grupos Imbangala, possivelmente é em decorrência das diferentes técnicas ou dos objetos técnicos utilizados particularmente por eles.

Ainda nessa linha, o nomadismo, por sua vez, talvez possa ser lido como desdobramento da falta de objetos técnicos que garantiriam aos Imbangala uma vida sedentária, com a prática da agricultura e do pastoreio. Daí a necessidade desses guerreiros de criarem outros objetos técnicos, outras ferramentas que funcionassem dentro de um modo de vida nômade. É nesse sentido que Jan Vansina acredita que os Imbangala são a expressão da luta entre os que nada tinham contra aqueles que detinham os meios de produção para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. (VANSINA, 2004, p.200). Portanto, não se trata exatamente de sociedades mais avançadas ou evoluídas que a outras só porque algumas são sedentárias e outras vivem em regulares migrações, mas sim das ferramentas disponíveis que cada uma tem para construir sua própria civilização.

Com isso, podemos considerar que o Kilombo, as razias, as guerras, por exemplo, podem ser entendidos como objetos técnicos ou então como a própria técnica em si, criados para funcionar dentro da realidade nômade e guerreira dos Imbangala, de modo a garantir, em última instância, a sobrevivência e reprodução dessa sociedade no tempo e no espaço. Da mesma forma, os rituais de *maji a samba,* as leis *Yijilas*, a estratégia de superação de suas condições humanas, se igualando àqueles pertenciam ao mundo sobrenatural, entre outros costumes, também desempenhavam as mesmas funções técnicas que resultaram sucessivamente das interações ocorridas entre os Imbangala e o meio geográfico. Essas interações, por terem um caráter contínuo, obrigatório e transformador, promoviam, dialeticamente,

novas condições sociais dos Imbangala e, consequentemente, novas necessidades e carências, as quais precisavam ser superadas e ser respondidas para que eles continuassem existindo naquelas localidades. A resposta para essas questões, portanto, foi o uso da técnica.

Com base nisso, ainda que se possa considerar os Imbangala como sociedades não produtoras, como disse Vansina (2004, p.200), os Imbangala foram eficazes em garantir sua sobrevivência a partir dos elementos que estavam a sua disposição, transformando-os e produzindo-os em ferramentas úteis para sua existência ao longo do tempo. Diante disso, talvez possamos entender como produto não somente aquilo que serve de alimento ou que seja comercializado, as técnicas envolvidas na construção de uma sociedade também são produtos.

Considerações finais

Os Imbangala mostram que a luta pela sobrevivência e, mais do que isso, a luta pela permanência em um ambiente que impunha seus desafios, seja por meio da presença de povos inimigos, seja pela falta de matéria-prima para uma vida sedentária, teve um impacto gigantesco no modo com o qual organizaram sua estrutura social. Foi dessa forma, aliás, que essas sociedades guerreiras conseguiram contornar as principais adversidades e garantir sua existência por mais de um século, como também considera Jan Vansina (2004, p.199). Assim, o fato de terem havido diferentes atuações dos Imbangala em relação aos portugueses representa não só a grande diversidade desses grupos, mas também evidencia sobretudo que cada qual buscou as melhores ferramenta possíveis e disponíveis para continuar existindo, sobrevivendo em um determinado lugar. Em outras palavras, os Imbangala procuraram produzir e reproduzir seu próprio espaço geográfico.

Portanto, entender os Imbangala, levando em conta a dinâmica do espaço

geográfico é, antes, desfazer-se de uma leitura meramente descritiva e superficial sobre povos considerados heterodoxos, fora do padrão. É também abandonar uma visão evolucionista da história que se orienta por um modelo ideal, europeu e padronizado de conceber as formações humanas ao longo do tempo; para, então, adotar como igualmente válidas, necessárias e dignas de maiores investigações as experiências que resultaram de outras lógicas sociais, outros contextos políticos e culturais. O resultado dessa conduta é a construção de uma História muito mais diversa, plural e horizontal.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Mariana. Jagas e sobas no "Reino de Benguela": Vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. *In*: BERTHED, Marina.; GEBERA, Alexsander.; RIBEIRO, Alexandre. **África: Histórias conectadas**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014, p. 39-77.

CARVALHO, Flavia Maria de. Do undamento ao avassalamento: ritos e cerimônias alianças e conflitos entre portugueses e sobas do Antigo Ndongo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – *ANPUH • São Paulo, julho 2011.*

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola Séc. XVII**. 2012, Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

HEYWOOD, Linda. THORNTON John. "Canniball Negroes," Atlantic Creoles, and the Identity of New England's Charter Generation". **African Diaspora**. Koninklijke Brill NV, Vol. 4, 2011.

MILLER, Joseph. **Poder político e parentesco. Os Estados mbundus em Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

MILLER, Joseph. Requiem for the Jaga. **The Journal of African History**, 1973.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia. Ensino de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2007

REVESTEINE, E. (org) **The strange adventures of Andrew Battell pf Angola and adjoining regions**. London: The Hakluyt Society, 1901.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. - **A Enxada e a Lança. A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992.

SOUZA, Marina de Mello e. *Kilombo em Angola: Jagas, Ambundo e Portugueses e as circulações atlânticas. In:* PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva. **África e Brasil no mundo moderno.** 1 ed. Annablume, 2013.

VANSINA, Jan. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados"**.** Em: UNESCO, **História geral da África.** Brasília: UNESCO, 2010.

VANSINA, Jan. **How the Societies are born. Governance in West Central Africa before 1600**. Charllottesvilles, Virginia: University of Virginia Press. 2004, p. 199-200.

Imagens

Imagem 1: VANSINA, JAN. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados"**.** Em: UNESCO, **História geral da África.** Brasília: UNESCO, 2010.

Leksikon Yu Mitologije: memória e nostalgia nos territórios da antiga Iugoslávia*

Mariana Hebling Alen Loureiro **

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p364-388

Resumo: Considerando a ampla diversidade cultural e narrativa que atravessa os processos de independência e de construção de memória no território da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia – atualmente dividido em seis repúblicas independentes e um espaço cuja autonomia ainda está em disputa –, se busca estabelecer um panorama das imagens mais presentes na memória coletiva, compartilhadas em toda a extensão do território, quando se fala no fenômeno recente da iugonostalgia. Para isso, se propõe um balanço dos grupos temáticos que aparecem com maior frequência no documento Leksikon YU mitologije, um compilado narrativo que conta com contribuições de inúmeros autores, relatando suas memórias pessoais na medida em que se misturam com imagens e símbolos da vida na ex-república socialista. Assim, através dos resultados obtidos pelo balanço quantitativo, que classifica em categorias todo o corpo do documento, se observa em que medida o sentimento nostálgico se reporta a um passado mistificado, em que há a confluência de elementos de natureza pessoal e coletiva e, principalmente, o que essas imagens nos revelam acerca das contradições do tempo presente.

Palavras-chave: Bálcãs; iugonostalgia; Iugoslávia; Memória; Nostalgia.

* Agradeço ao Prof. Dr. Angelo Segrillo (Universidade de São Paulo) pela orientação e atenção que tornou este trabalho possível.

** Graduada em História pela Universidade de São Paulo, Laboratório de Estudos da Ásia (LEA – USP). Contato: mrnhebling@gmail.com.

Para além do Muro de Berlim: três décadas depois

Um espectro ronda o leste europeu – o espectro da nostalgia vermelha. Se as últimas décadas do século XX testemunharam o colapso das economias socialistas para lá da cortina de ferro, o século XXI testifica a emergência de um curioso fenômeno: o desabrochar de múltiplas manifestações culturais que sonham com seus passados perdidos. As chamadas *Nostalgia Soviética*, *Ostalgie* e *Iugonostalgia*, apesar de suas peculiaridades, compartilham a mesma base ideológica: "a estrutura básica que privilegia um passado vermelho em detrimento de um presente incolor"[1] (BOŠKOVIĆ, 2013, p. 54, tradução nossa). Os resultados se expressam em diversas instâncias: como inspiração no campo das artes, como anseio pelo antigo poderio militar e reputação internacional na retórica política, como saudade dos bens de consumo produzidos e comercializados para a vida cotidiana, ou como almejo pelas políticas de bem-estar social e cooperação.

O processo de dissolução da República Socialista Federativa da Iugoslávia teve início na década de 1990, dando origem a seis repúblicas independentes e um espaço cuja autonomia ainda está em disputa. Até os dias de hoje, algumas controvérsias permanecem em aberto: em 2008 ocorre a declaração unilateral de independência da República de Kosovo, que não foi reconhecida pelas autoridades do país do qual fez parte desde 1912, a República da Sérvia; e o território da Bósnia e Herzegovina permanece fragmentado, composto por um território livre e duas entidades étnicas politicamente autônomas. De construção muito recente, os campos da história, das identidades e da(s) memória(s) ainda são zonas de discussões inflamadas, permeadas por discursos e narrativas múltiplos: não há consenso quando se fala de responsabilidade, os eventos históricos são contestados, as retóricas políticas são agressivas – e enquanto isso, as cicatrizes permanecem abertas e visíveis. Esse

[1] No original: "The same basic structure of privileging the red past over a colorless present".

cenário, resultado de uma transição turbulenta, desperta discursos que buscam as respostas para as contradições do tempo presente no passado: daí nasce a nostalgia, discurso em ascendência nos espaços pós-socialistas.

Os territórios da antiga Iugoslávia hoje

Enquanto a questão da multiplicidade étnica do estado não pode ser considerada a única causa do colapso iugoslavo, a forte presença dos discursos nacionalistas que emergiram na década de 1990 não pode ser negada: a retórica que alimentou as guerras de dissolução da Iugoslávia enfatizava as diferenças culturais, linguísticas e étnicas entre as diferentes repúblicas, em detrimento do lema político do presidente Josip Broz Tito, *fraternidade e unidade*[2]. Com exceção da Sérvia e de Montenegro[3], os países do sudeste europeu se viram independentes[4] pela primeira

[2] Do servo-croata *Bratstvo i jedinstvo*, traduzido como fraternidade (ou irmandade) e unidade. O lema é um dos mitos de origem da Iugoslávia de Tito, junto com a sua proposta de um socialismo próprio, marcado pela ruptura com Stalin em 1948. Refere-se à libertação dos territórios ocupados pelas forças fascistas na Segunda Guerra Mundial, conquistada pelos *Partisans*, movimento no qual lutaram indivíduos provenientes de todas as etnias sul-eslavas.

[3] Para além da breve existência de reinos medievais, no século XIX, a Sérvia conquistou sua autonomia através de uma série de revoltas contra a ocupação otomana, existindo como um principado autônomo até adquirir sua independência em 1878. Após a independência, se manteve até 1918, ano da criação do Reino dos Croatas, Sérvios e Eslovenos (PEROVIĆ, 2017, pp. 220-270). Montenegro também estava sob a ocupação otomana, apesar de já existir com relativa autonomia. Adquire sua independência oficialmente em 1878, mantendo-a até a sua integração em 1918 ao Reino dos Croatas, Sérvios e Eslovenos (RASTODER, 2017, pp. 90-125).

[4] Aqui se entende por independência a ideia de autonomia nacional que se cristalizou no século XIX: nesse período, os mitos históricos do sudeste europeu, assim como vários outros mitos nacionais da Europa Oriental, foram mobilizados como o núcleo em torno do qual suas ideologias de libertação nacional foram construídas, se voltando principalmente para o seu passado medieval (PAVKOVIĆ, 2000, pp. 3-5). No entanto, o historiador John Fine, em seu livro *When Ethnicity Did Not Matter in the Balkans*, demonstra que, até o final do século XIX, os termos "croata", "sérvio" e "bósnio" eram raramente utilizados – a maioria da população referia a si como apenas "eslavo" (FINE, 2006, p. 557). Assim, essa precisa separação entre nacionalidades é um fenômeno moderno, e essa procura por mitos de origem em seus respectivos passados é mais anacrônica do que historicamente precisa. Não obstante, os discursos nacionalistas nessas regiões se voltam para o seu passado medieval com conceitos do século XIX, procurando, nas escassas menções dos termos *Croácia*, *Sérvia* e *Bósnia* na documentação, argumentos para justificar as suas particularidades étnicas e culturais, e, principalmente, o seu direito histórico em relação ao território reivindicado (BAKER, 2015, pp. 7-9).

vez em sua história através desse processo, emergindo de forma autônoma como resultado de uma sequência de eventos extremamente traumática, envolvendo campos de extermínio, limpeza étnica e cerco de cidades. As independências da Croácia e da Eslovênia tinham no centro de seu discurso a tentativa de afastamento de qualquer cultura *balcânica*, *iugoslava* ou *sérvia* (BAKER, 2015, p. 54), enquanto na Bósnia e Herzegovina, o complexo conflito pela independência entre o Exército da República Sérvia – separado do JNA[5] em 1992 – e as forças locais levou às violentas práticas contra cidadãos, ao genocídio de Srebrenica e à interferência de organizações internacionais, que também atuaram de maneira intensa em outras regiões. No entanto, desde o início desse processo até os dias de hoje, esse espaço, que foi, ao longo dos anos 1980 e 1990, esvaziado daquilo que era visto como *ruínas decrépitas do socialismo iugoslavo*, foi apenas parcialmente preenchido com *conteúdos progressistas e democráticos* (SPASKOVSKA, 2017, p. 159), motivações que estavam no centro dos discursos e que justificaram o desmembramento da Iugoslávia[6]. Como relembra Rebecca West – que rejeita essa definição –, os Bálcãs foram historicamente caracterizados como uma região de violência, incivilidade e até mesmo *barbárie* (WEST, 1982, p. 21), sendo que, ainda hoje, essa região representa uma alteridade para a Europa Ocidental em vários sentidos[7]. Porém, se antes esse distanciamento era marcado pela oposição entre o mundo católico e o bizantino-otomano, a Guerra

[5] Sigla de *Jugoslovenska narodna armija*, traduzido como Exército Popular Iugoslavo.

[6] Ao longo do processo de transição, uma boa parte da retórica política se baseava em construções que reivindicam um *status* "europeu" privilegiado para alguns grupos do país, enquanto condenam outros, como "balcânicos" ou "bizantinos" – portanto, *não*-europeus. Esse discurso se baseia em oposições que privilegiam os territórios predominantemente católicos – ex-Habsburgo – da Eslovênia e Croácia sobre os territórios predominantemente ortodoxos, muçulmanos e ex-otomanos no resto do país (BAKIC-HAYDEN; HAYDEN, 1992, p. 4). Assim, a prosperidade futura dos países emergentes da transição capitalista estava associada de maneira simbólica à aproximação com o Ocidente.

[7] Como evidenciam Bakic-Hayden e Hayden, todos os eixos duais da geografia simbólica que implicam uma divisão ideológica hierárquica na Europa se cruzam no espaço (pós-)Iugoslávia, cujo território foi o ponto de encontro de Impérios (Romano Oriental e Ocidental, Otomano e Habsburgo), de alfabetos (latino e cirílico), religiões (catolicismo, cristianismo ortodoxo e islamismo) e regimes políticos (BAKIC-HAYDEN; HAYDEN, 1992, p. 4).

Fria lhe concede uma nova camada: a oposição ideológica e política entre o oeste capitalista e democrático e o leste (pós-)comunista e totalitário (BAKIC-HAYDEN; HAYDEN, 1992, p. 3). Assim, de acordo com essa percepção, apenas a Eslovênia foi completamente integrada às instituições ocidentais[8] (DJOKIĆ, 2013, p. 73) – ou seja, as perspectivas defendidas pelos partidários da transição socialista de maior prosperidade econômica e política pela aproximação com o Ocidente não foram de fato concretizadas, e ficou claro que a maioria das promessas e expectativas de transição irrealistas foram traídas (VELIKONJA, 2017, p. 520).

Nessa longa e dolorosa trajetória que culminou em um presente ambíguo, o fantasma desses conflitos trouxe à tona um lado sombrio e destrutivo desse nacionalismo ressurgente, alimentando uma percepção nostálgica que não se volta apenas para o sonho do pan-eslavismo, mas para a relativa paz e prosperidade dos anos 1960 e 1970 (VOLČIČ, 2007, p. 25). Quando se trata dos estados sucessores da Iugoslávia, é preciso lembrar que são simultaneamente sociedades pós-conflito *e* pós-socialistas: os mesmos movimentos que afetaram o Leste Europeu e a antiga URSS depois do colapso do comunismo também se deram nessa região, mas, nesse caso, interseccionadas com as dinâmicas do conflito armado (BAKER, 2015, p. 5).

Pesquisas de opinião pública[9] evidenciam a insatisfação da população com a realidade atual, que adquire diferentes facetas e proporções em cada república. A

[8] Em sua busca pela integração com a Europa Ocidental, esses países têm enfrentado mais dificuldades do que o previsto. Apenas a Eslovênia (2004) e a Croácia (2013) são membros da União Europeia, enquanto a Sérvia, Montenegro, Bósnia e Macedônia ainda estão nos estágios iniciais de negociações, as quais exigem que uma série de mudanças sejam realizadas para que os seus *status* possam ser reconsiderados. O *status* das negociações pode ser consultado aqui: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/>.

[9] As pesquisas mais recentes foram realizadas pelos institutos Ipsos (2011) e Gallup (2017), e os resultados estão disponíveis online, respectivamente: <https://www.hf.uio.no/ilos/english/research/projects/nation-w-balkan/> e <https://news.gallup.com/poll/210866/balkans-harm-yugoslavia-breakup.aspx>.

comparação entre as duas pesquisas mais recentes, a primeira de 2011 e a segunda de 2017, evidencia o aumento da insatisfação da população com a dissolução da República Socialista Federativa da Iugoslávia nos países integrantes. Na tabela abaixo, estão expostos os resultados das duas pesquisas realizadas para fins comparativos:

"Esse país foi afetado negativamente pelo fim da RSF Iugoslávia?"

País	**Ipsos (2011)**	**Gallup (2017)**
Bósnia e Herzegovina	68.2%	77%
Croácia	..18%	23%
Kosovo	5%	10%
Macedônia	45.3%	61%
Montenegro	63.1%	65%
Sérvia	70.9%	81%

a. A porcentagem indica o número de pessoas que, dentro do grupo entrevistado, respondeu à pergunta acima afirmativamente.
b. A pesquisa não foi realizada na Eslovênia.

A insatisfação no presente estimula o olhar para o passado. Esse fenômeno em ascendência, a nostalgia nos países da antiga República Socialista Federativa Iugoslávia, foi apelidado de *iugonostalgia* – o saudosismo em relação à liderança de Josip Tito Broz e às dinâmicas políticas, culturais e sociais em voga durante esse período, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Suas manifestações são variadas, porém, a acentuação dessa tendência de insatisfação se revela em todas as repúblicas. Em territórios que têm em comum o olhar nostálgico em relação ao seu passado compartilhado, mas que ainda discordam quanto a sua trajetória histórica, como compreender a emergência desse fenômeno? E como reconstituir, a despeito das diferenças do presente, aquilo que compõe na memória coletiva esse passado perdido ao qual se deseja o retorno?

A nostalgia como um fenômeno moderno: utopias retrospectivas

O conceito de nostalgia é de difícil definição, por sua natureza ambivalente e elusiva: "é sobre a repetição do irrepetível, a materialização do imaterial"[10] (BOYM, 2001, p. XVII, tradução nossa); "um 'romance de final infeliz', 'um amor triste', 'um elogio amargo do doce passado', ou, de forma concisa, 'uma utopia retrospectiva'"[11] (VELIKONJA, 2008, p. 33, tradução nossa). De fato, o termo *nostalgia* possui uma intensa e múltipla carga simbólica, se manifestando de diferentes maneiras: do *kitsch* à retórica política, do museu aos *lieux de mémoire* – e, justamente por isso, é uma poderosa fonte para a investigação histórica, pois além de revelar aspectos cotidianos do passado que fogem do alcance das narrativas oficiais, também aponta para as contradições do tempo presente. Em sua obra *The Future of Nostalgia*, a autora Svetlana Boym se propõe a pensar de que maneiras o fenômeno da nostalgia se manifesta na contemporaneidade, elaborando uma tipologia teórica e conceitos úteis para a compreensão da especificidade do papel da memória nos espaços pós-socialistas, articulando as relações entre nostalgia e modernidade.

Para Boym, a nostalgia diz tanto sobre o passado quanto diz sobre o presente, em um emaranhado de temporalidades: "ela pode ser retrospectiva, mas também prospectiva. Fantasias do passado determinadas por necessidades do presente têm um impacto direto sobre as realidades do futuro"[12] (BOYM, 2001, p. XVI, tradução nossa). Nesse sentido, os sentimentos nostálgicos têm uma profunda relação com o tempo presente e com as transformações cada vez mais aceleradas que constituem o mundo ocidental do capitalismo tardio. Recuperando os conceitos de Reinhart

[10] No original: "it is about the repetition of the unrepeatable, materialization of the immaterial".
[11] No original: "a 'romance with an unhappy ending', 'a sad love', 'a bitter eulogy of the sweet past', or put concisely, 'a retrospective utopia'".
[12] No original: "It can be retrospective but also prospective. Fantasies of the past determined by needs of the present have a direct impact on realities of the future".

Koselleck de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa,* a autora afirma que a nostalgia é "uma emoção histórica, o desejo do diminuto espaço de experiência que não cabe mais no horizonte de expectativa"[13] (BOYM, 2001, p. 10, tradução nossa). Assim, transcendendo as biografias pessoais, a nostalgia persiste como uma intermediária entre as memórias coletiva e individual, oferecendo um rico campo de investigação histórica, uma porta para territórios que não são acessíveis através das fontes tradicionais.

A memória coletiva em sociedades pós-socialistas possui características muito específicas, graças à sucessão de transições disruptivas que atravessam a sua história: as permutações políticas, econômicas e de identidade – do *(inter)nacionalismo* comunista para, na maioria dos casos, novos etnocentrismos, *eurocentrismos* e *ocidentalismos* (VELIKONJA, 2008, p. 54). Assim, nesses territórios de narrativas disputadas, formas de resistência ao apagamento das vivências comuns coexistem com a história pública: o que vemos é um repositório de memórias pessoais que desafia as tentativas de uma história oficial em termos historicistas e compõe uma memória coletiva mais ampla – da vida cotidiana, dos símbolos culturais, dos marcos emocionais que resistem às definições precisas (BOYM, 2001, p. 52). A memória coletiva constrói-se como um mosaico de experiências pessoais elaboradas e evocadas em sua associação com símbolos presentes na vida privada; nesse sentido, se delineiam novas fontes possíveis ao historiador, que extrapolam o formato tradicional da documentação oficial: a história oral, as manifestações artísticas e, até mesmo, as organizações que se constroem na internet, em uma tentativa de replicar territórios no universo virtual.

Essas fontes, assim como todo objeto analisado pelo historiador, estão permeadas de subjetividades. Se o sentimento nostálgico se confunde com fantasias do presente, também nos traz uma visão parcial do passado, pelos sentidos daquele

[13] No original: "a historical emotion, is a longing for that shrinking 'space of experience' that no longer fits the new horizon of expectations".

que reporta a experiência vivida. É difícil distinguir em que medida se fala daquele momento histórico, do período da infância ou da adolescência do indivíduo que narra, das antigas perspectivas de futuro que foram frustradas, ou ainda da decepção com o estado atual das coisas – provavelmente, uma complexa combinação de todos esses fatores. No entanto, essas dificuldades não diminuem a sua riqueza como fonte – pelo contrário, para o historiador que deseja ir além da *imagem eterna do passado*, acrescentam maior profundidade ao trazerem vozes que não poderiam ser ouvidas de outra maneira. Nas palavras de Walter Benjamin, "articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo 'tal como ele foi'. Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão em um momento de perigo" (BENJAMIN, 2012, p. 11); em outras palavras, o passado revela-se no presente em um choque no qual nenhum dos dois pode incorporar o outro em uma experiência coerente, transformando a história em "objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora" (BENJAMIN, 2012, p. 18). Assim, mediadas pela nostalgia e pela ironia, essas vozes propõem uma prática historiográfica que transforma o passado em experiência presente através de formas construtivistas de narrativa, que criam constelações entre passado, presente e futuro.

Materializações nostálgicas: a dualidade restaurativa/reflexiva

Se a nostalgia é um fenômeno multifacetado, inerente à modernidade e à aceleração do tempo histórico, que se exprime tanto de maneira individual quanto como coletiva, Boym afirma a necessidade de se estabelecer distinções entre as suas formas de manifestação. Historicamente, o termo apareceu pela primeira vez no século XVII no campo da medicina[14], para designar uma patologia frequente em

[14] O vocábulo é a combinação dos termos grego *nostos,* que significa *retorno ao lar*, e *algia*, que exprime a noção de dor. Assim, a expressão, elaborada por um médico suíço no século XVII, é nostalgicamente

soldados e marinheiros que passavam muito tempo longe de suas casas, mas que era passível de cura através do eventual retorno ao lar. Ao longo dos séculos, especialmente durante os processos de consolidação dos estados-nação na Europa, a nostalgia passou a ser vista como algo positivo: uma demonstração de amor à pátria, ligada aos mitos de origem. Simultaneamente, passou a ser explorada por filósofos apenas como um fenômeno do pensamento, sem pretensões de restaurar passados perdidos. Essas instâncias são o primeiro momento do que a autora divide em nostalgias *restaurativa* e *reflexiva*, duas formas de expressão desses sentimentos: enquanto a nostalgia restaurativa, ligada ao *nostos*, não se percebe como nostalgia, e sim como verdade e tradição que devem ser defendidas a qualquer custo, a nostalgia reflexiva, como *algia,* seria uma materialização crítica da nostalgia, que sabe olhar para o passado e enxergar suas contradições, reconhecer responsabilidades e questionar as pretensas narrativas oficiais. Assim, se a nostalgia restaurativa, que se manifesta como conspiração e volta às origens, está no centro dos revivalismos nacionais e religiosos atuais, de reconstruções a-históricas das pátrias idealizadas, a nostalgia reflexiva não segue uma única narrativa, explorando diversas maneiras de se habitar determinados espaços, colocando desafios éticos e criativos que inspiram a reflexão e o questionamento.

Considerando essas chaves de leitura, a fonte escolhida para esse trabalho é uma manifestação da nostalgia reflexiva: combinando humor, ironia e pensamento crítico, se elabora um documento de criação coletiva que não possuí pretensões de se tornar uma narrativa definitiva. Ao contrário, o *Leksikon YU mitologije*[15] se constrói como uma constelação de elementos de naturezas diversas que, colocando no mesmo patamar simbólico ex-presidentes e marcas de sabão em pó, ilustra o *universo mitológico* de um território já inexistente.

grego (BOYM, 2001, p. 3).

[15] Fonte disponível em <http://www.leksikon-yu-mitologije.net/>.

Um léxico da vida privada: memórias pessoais, museu coletivo

Em 1989, ano que marca a queda do muro de Berlim e o início da desintegração das economias socialistas, a escritora Dubravka Ugrešić, ao lado dos editores da revista *Start* sediada em Zagreb, publica um convite: uma chamada pública a todos os interessados em compartilhar, através de relatos pessoais, suas memórias acerca da vida cotidiana e da cultura popular na República Iugoslávia de Josip Broz Tito. Concebido na iminência das violentas guerras que despedaçariam e assolariam as repúblicas durante a década de 1990, o projeto tinha como objetivo principal estabelecer formas de diálogo e conciliação entre as múltiplas identidades que coexistiam sob o lema da *irmandade e união*. Porém, no ano de 1991 – que trouxe os primeiros episódios da guerra civil e a separação de duas das seis repúblicas constituintes da federação –, o projeto parecia ter perdido sua importância, uma vez que a retórica dominante era a da impossibilidade de comunicação.

No entanto, frente a esse cenário de desentendimento, a iniciativa adquire um novo sentido: se torna um espaço de manifestação contra os projetos nacionalistas que se impunham e buscavam sufocar o passado de cooperação e coexistência entre as etnias. Nas palavras de Ugrešić, a década de 1990 foi marcada por processos de "confisco da memória"[16] (UGREŠIĆ, 1996, p. 32, tradução nossa), ou seja, de negação das práticas culturais iugoslavas, criando a necessidade de novas formas de resistência contra o apagamento das vivências e histórias pessoais da memória pública. Transferido, então, para um website, o *Leksikon YU mitologije* se torna simultaneamente um museu coletivo, uma espécie de enciclopédia e uma afirmação política, acumulando um extenso número de registros sobre os mais diversos signos da vida cotidiana na ex-república socialista.

[16] No original: "confiscation of memory".

O website é organizado em formato de enciclopédia, contando com centenas de verbetes com entradas de texto, fotografias, desenhos e ilustrações, dedicados à vasta gama de fenômenos que dizem respeito à vida cotidiana na ex-Iugoslávia. Personalidades célebres ou infames de diferentes profissões (cantores populares, músicos, esportistas e celebridades locais), movimentos artísticos e literários, diversos fenômenos da cultura popular (dos programas de televisão aos estilos de cabelo), produtos nacionais de consumo, espaços públicos conhecidos, subcultura urbana, experiências pessoais no exército – tudo isso colocado lado a lado, em um mesmo patamar simbólico. Para cada verbete, há pelo menos um relato escrito por contribuintes interessados em narrar suas memórias e experiências pessoais – daí o caráter coletivo e contínuo do projeto: desde sua criação até os dias de hoje, o website permanece aberto para novos registros. A internet, como um espaço infinito *per se*, é um suporte que enfatiza o caráter permanentemente aberto do *Leksikon*, que se mostra sempre passível de acréscimos e aprimoramento.

***Leksikon YU mitologije*: modos de leitura**

O *Leksikon* pode ser lido de diversas formas: como um museu, uma enciclopédia, ou um trabalho de ficção. O próprio título do projeto fornece algumas pistas de interpretação: o termo *Léxico* implica a ideia de um dicionário, uma reunião desse vocabulário mnemônico compartilhado no passado; a escolha da sigla YU[17] ao invés do nome do país ou do adjetivo *iugoslavo* (i. e. *Leksikon jugoslavenske mitologije*), transforma esse território em um símbolo, do qual se fala em *mitologia* ao invés de *história*. Essa escolha nos aproxima da ideia de *nostalgia reflexiva* de Boym, na medida em que essa manifestação nostálgica não se enxerga como uma narrativa única e linear ou como um reino a ser reconstruído no presente. Como uma constelação de memórias coletivas, propõe uma nova maneira de se recuperar o território perdido: no plano do virtual, um espaço sem fronteiras e infinitamente passível de expansão. Mesmo hoje, após décadas do processo de desmembramento da Iugoslávia, os seus estados herdeiros continuam a lidar com a seleção, apropriação e redistribuição da propriedade cultural, mitos, símbolos, heróis, memoriais e legados históricos do estado compartilhado (PERICA, 2014, p. 97). Essas disputas acontecem nos diversos domínios da cultura popular, em

[17] A todos os países europeus, mesmo os que não pertencem à União Europeia, é atribuído um código de duas letras. Esse código está presente em documentações de diversas naturezas, inclusive de caráter oficial.

uma reivindicação dos grandes nomes do esporte, cinema ou música como pertencentes às novas nações, e não como parte da cultura iugoslava. Nesse sentido, o *Leksikon* opera como um local de reconciliação, no qual a cidade natal ou os antepassados de determinados fenômenos ou indivíduos não são tão importantes quanto a sua relevância cultural, artística ou simbólica.

Isso se mostra ainda mais claro quando analisamos a autoria do *Leksikon*. Construído como um projeto colaborativo, é um verdadeiro microcosmo da vida na república socialista, mediado pelo lema da *fraternidade e unidade*: autores sérvios ou macedônios escrevem afirmativamente sobre pessoas e fenômenos croatas, bósnios ou eslovenos, e vice-versa. A menção em maior ou menor grau a todos os idiomas oficiais da república – esloveno, servo-croata e macedônio[18] –, aos dois alfabetos utilizados nos territórios da república – o latino e o cirílico –, aos três tipos de grafia[19] – *ikavica*, *ekavica* e *ljekavica* –, e a presença de diversas expressões e termos específicos de determinadas regiões no vocabulário dos textos são evidências dessa rica combinação de vozes: os verbetes utilizam-se de vocábulos e dialetos que atestam a diversidade étnica dos autores.

Um panorama da memória coletiva: análise quantitativa

Considerando a fonte como um repertório coletivo do passado iugoslavo, a qual comporta símbolos e práticas que integravam o cotidiano dos cidadãos da ex-república, o

[18] As três línguas oficiais da Iugoslávia eram o esloveno, servo-croata e macedônio. Com a dissolução da república socialista, houve também uma reformulação nas dinâmicas linguísticas, de maneira que o servo-croata parou de existir e deu lugar a quatro idiomas, a saber, croata, sérvio, bósnio e montenegrino – quatro encarnações do ex-servo-croata que são mutuamente inteligíveis na comunicação cotidiana para a grande maioria de seus falantes (BUGARSKI, 2013, p. 150). Assim, a separação entre os idiomas se deu através da produção e exagero das diferenças, pela rejeição da língua franca do território compartilhado e pela criação de novas visões desse território por via linguística.

[19] Referem-se a três tipos de grafia, *ikavica*, *ekavica* e *ijekavica*, que diferem em seu reflexo da letra ѣ (*jat*) da língua protoeslava, respectivamente, como /i/, /e/ e /ije/. Serve como um elemento de diferenciação entre os diferentes dialetos das línguas da região, sendo o primeiro mais utilizado na região da Dalmácia e ilhas da Croácia, o segundo na Sérvia, em Kosovo e no leste de Montenegro, e o terceiro na Bósnia, na Croácia, no sul da Sérvia e no oeste de Montenegro (KORDIĆ, 2010, pp. 90-92).

Leksikon foi analisado aqui em sua totalidade, como um panorama das imagens que compõem a memória coletiva. Assim, através da leitura e classificação de todos os verbetes em sete categorias temáticas, chegamos a um balanço que divide, em porcentagens, a composição do documento. Como a nostalgia muitas vezes se constrói em torno das contradições do presente, buscando, no passado perdido, representações de uma vida melhor – que se confundem com dinâmicas da vida cotidiana próprias à infância ou juventude de um indivíduo e não necessariamente com a realidade social em que esteve inserido –, a categorização quantitativa nos oferecerá uma visualização dos temas mais frequentes quando se fala no fenômeno da *iugonostalgia.*

Propomos, então, sete categorias:

1. **Política**: rituais e práticas associados ao mundo da política; nomes de políticos; datas importantes; exército nacional.

2. **Cultura popular**: cena musical: músicas, cantores, bandas; televisão: séries, desenhos animados, novelas, programas; cinema: filmes, diretores, atores e atrizes; personalidades, celebridades.

3. **Cotidiano**: alimentação; mercadorias: marcas, vestuário, bens de consumo; práticas: brincadeiras, eventos.

4. **Espaços**: restaurantes, bares, lojas, espaços de convivência em geral; cidades, marcos culturais, memoriais.

5. **Esportes**: jogadores, atletas, campeões olímpicos; competições, eventos esportivos.

6. **Arte, teatro e literatura**: artistas, obras, exposições; museus, movimentos artísticos; publicações, literatura, autores. teatro: peças, diretores, atores e atrizes.

7. **Linguagem**: metáforas, trocadilhos, figuras de linguagem; termos regionais, expressões populares.

Os resultados se encontram na tabela abaixo:

CATEGORIA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (aprox.)
Arte, teatro e literatura	46	5,34
Cotidiano	279	32,40
Cultura popular	291	33,79
Espaços	67	7,78
Esportes	40	4,64
Linguagem	31	3,60
Política	107	12,42
TOTAL	861	

Os elementos mais lembrados por todos aqueles que se dispuseram a participar do projeto de reconstrução da memória coletiva iugoslava se inserem nas categorias *cultura popular* e *cotidiano*, consideravelmente mais presentes do que os relatos da categoria *política*. No entanto, o teor político do documento não pode ser negado: menções aos eventos da década de 1990 são muito frequentes, estabelecendo relações entre o declínio e o desaparecimento dos elementos celebrados – das bandas musicais às discotecas frequentadas – com a morte de Tito e o subsequente fim da república. Assim, três conjuntos serão analisados em sua composição interna: as categorias *cultura popular* e *cotidiano*, que correspondem a dois terços da composição do documento, seguida por um breve olhar sobre o último terço do documento, que comporta todas as outras categorias.

a. Cultura popular

Dentre os relatos da categoria *cultura popular*, destacam-se menções à cena musical, como bandas e cantores, que se entrelaçam com relatos pessoais da juventude, narrando eventos relacionados à vida noturna, preferências musicais etc. Muitos relatos estabelecem uma relação entre a decadência e eventual dissolução da república e a deterioração da cena musical, que teria perdido sua qualidade, criatividade e vitalidade, lamentando explicitamente a década de 1990. No verbete *Kad bi bio Bijelo Dugme*, o autor afirma: "a falácia chamada *rock*

'n' roll iugoslavo e a entrada na era de ouro do socialismo de autogestão, deixou a minha geração despreparada e sem anestesia para enfrentar os terríveis anos 1990"[20] (ROSIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa). No verbete *Ekatarina Velika*, a autora complementa:

> Tínhamos a sensação de que nada poderia nos parar. E isso nos parou. (...) Nós nos vimos completamente despreparados, desprecavidos; ainda hoje não está claro para mim como aqueles que se incomodavam com a diversidade com que éramos alimentados conseguiram nos superar[21]. (ANDRIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

Também são muito frequentes as menções a atores e atrizes de cinema que, como afirma o autor do relato *Čkalja e Mija*, "foram, na verdade, os primeiros heróis da cultura popular local do pós-guerra, antes do surgimento de cantores, apresentadores de TV e outros semelhantes"[22] (ZOGRAF, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa). Também há destaque para filmes, diretores, figuras e programas da televisão. É interessante mencionar o verbete *Grlom u Jagode*, que se refere a uma das séries de TV mais conhecidas e transmitidas na república. A série escrita por Srđan Karanović e Rajko Grlić retrata a vida do personagem Bane Bumbar no intervalo de 1960 a 1969, narrando a vida típica da juventude da década de 1960 em Belgrado. Os elementos cotidianos da série, os primeiros amores, a vida escolar e as decepções de Bumbar despertavam sentimentos de identificação do público, que seguia "todas as tentações de Bane e de toda uma adolescência, essa idade especial"[23] (TALAĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa). Era uma época de grande otimismo, como relembra o autor do verbete ao citar o diretor da série, Srđan Karanović:

> Posso dizer, da perspectiva de hoje, que sou muito feliz por ter crescido na década de 1960. Não me lembro de nenhuma pressão política sobre meus pais, meus amigos, ou sobre mim nessa época. Vivíamos muito modestamente, mas tínhamos a sensação de que as coisas estavam melhorando, tanto ao nosso redor quanto dentro de nós, e essa é uma

[20] No original: "Zabluda zvana jugoslovenski rock'n'roll i ušuškanost u zlatno doba samoupravnog socijalizma, učinila je da moja generacija nespremno i bez anestezije dočeka grozne 1990-e godine".
[21] No original: "Imali smo osjećaj da nas ništa ne može zaustaviti. A zaustavilo nas se. (...). Zateklo nas se u potpunosti nespremne, nepripremljene; ni dan danas nije mi jasno kako su nas, onakve, uspjeli nadglasati oni kojima je smetala različitost kojom smo se mi napajali".
[22] No original: "(...) bili su zapravo prvi junaci ovdašnje posleratne popularne kulture, pre nego što su se pojavili pevači, TV-voditelji i njima slični".
[23] No original: "[Pratimo] sva Banetova iskušenja i ona jedne adolescencije, jednog posebnog doba".

> sensação fantástica[24] (TALAĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

Sobre as décadas seguintes, podemos mencionar dois verbetes: *Na Slovo Na Slovo*, um programa infantil da década de 1970 que era "a prova suprema de que já foi perfeitamente possível estar no nível dos padrões europeus de produção de TV"[25] (BALJAK, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa), e o verbete *Nepokoreni Grad*, série da década de 1980 que foi "um sinal da decadência da produção daquela época"[26] (ANÔNIMO, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa). Assim como na música, parece existir na percepção dos autores uma forte correspondência entre a dissolução da república e a perda de qualidade da produção cultural, acompanhada de pessimismo em relação ao futuro. No campo da cultura, autores afirmam que essa se torna cada vez mais *ocidental*, incentivando os espectadores que, "como os personagens principais, começaram a se vestir em Trieste, construindo chalés e comprando carros a crédito"[27] (PANTIĆ; POKRAJAC, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

Por fim, há relatos que evocam imagens que compunham o cotidiano popular, como algumas figuras conhecidas que habitavam a vida diária na capital. Ao recordar o famoso policial de trânsito Jovan Bulj, conhecido por seus truques e danças nas ruas de Belgrado, um dos contribuintes do *Leksikon* relata:

> Quando a vida é mais parecida com um grunhido, quando não sabemos se algum dia conseguiremos sair de toda essa merda em que caímos tão miseravelmente, sua sombra branca parece pairar sobre o triste caos abaixo, em sua versão mais solene[28] (ARSENIJEVIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

---

[24] No original: "Mogu da kažem, iz današnje perspektive, da sam vrlo srećan što sam odrastao u tim 1960-im godinama. Ne pamtim iz tog vremena nikakve političke pritiske ni na moje roditelje, ni na mene, ni na moje drugove. Vrlo skromno smo živeli, ali smo imali osećaj da stvari idu nabolje i oko nas i u nama, a to je fantastičan osećaj".

[25] No original: "Krunski dokaz da je nekad bilo sasvim moguće biti na nivou evropskih standarda TV-produkcije".

[26] No original: "(...) znak produkcijske dekadencije tadašnjeg vremena".

[27] No original: "(...) poput glavnih junaka, počeli odijevati u Trstu, graditi vikendice i kupovati automobile na kredit".

[28] No original: "(...) kada život ponajviše liči na hroptanje, kada ne znamo hoćemo li se ikada izvući iz svih sranja u koja smo tako jadno zapali, njegova bela senka kao da lebdi nad tužnim haosom dole, u svom najsvečanijem izdanju".

b. Cotidiano

Na categoria *cotidiano*, destacam-se histórias de infância relacionadas a brincadeiras, dinâmicas escolares e alimentos, bens de consumo de produção nacional que seriam réplicas de objetos estrangeiros e ainda práticas comuns da típica família iugoslava (destinos de férias, pratos típicos, produtos domésticos etc.). Os verbetes dessa categoria exprimem fortes nuances nostálgicas, especialmente ligadas a uma vida de outro ritmo.

Grande parte dos relatos traz histórias de infância. O autor do verbete *Ekskurzije* se lembra com saudades das excursões promovidas pelas escolas para que as crianças pudessem conhecer o seu país:

> Parte da estratégia pedagógica das escolas da época era a sutil insistência de que a Iugoslávia era diferente de todos os outros países do mundo (especialmente em termos de organização social – a autogestão) e que, claro, era a 'melhor' em tudo[29] (PANTIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

Outras menções são a *Informativka*, um "caderno obrigatório, geralmente em formato pequeno, no qual a 'camarada' (professora) registra observações sobre o aluno proprietário do informativo, (...) frequentemente sujeitas a serem falsificadas pelos alunos"[30] (GRUBER, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa); *Cijepljenje*, vacinação obrigatória nas escolas; *Izviđači*, referindo-se aos grupos de escoteiros; e *Pionir*, o subgrupo da juventude comunista para o qual os alunos entravam ainda na escola primária. A autora do verbete relembra:

> A iniciação consiste em um juramento coletivo e solene ('Hoje, quando me tornar um pioneiro, dou a honrosa palavra de pioneiro de que estudarei e trabalharei diligentemente, respeitarei meus pais e os mais velhos, e serei um camarada bom e fiel que manterá a sua palavra. Que amarei a minha pátria, a República Federal Socialista da Iugoslávia e todos os seus povos e nacionalidades')[31] (GRUBER, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

[29] No original: "Deo pedagoške strategije tadašnjih škola bilo je i suptilno insistiranje da se Jugoslavija razlikuje od svih drugih zemalja sveta (posebno po društvenom uređenju — samoupravljanju) i da je, naravno, 'naj' u svemu".

[30] No original: "Obavezni notes, najčešće malog formata, u koji 'drugarica' (učiteljica) bilježi primjedbe o učeniku-vlasniku informativke, (...) često podliježe krivotvorenju od strane učenika".

[31] No original: "Inicijacija se sastoji od svečane, kolektivne zakletve ('Danas, kad postajem pionir, dajem časnu pionirsku riječ da ću marljivo učiti i raditi, poštovati roditelje i starije, i biti vjeran, dobar drug koji

Também são frequentes as menções a diferentes bens de consumo: alimentos, brinquedos, itens de vestuário etc. Alguns exemplos são os verbetes *Pernica*, se referindo ao estojo "normalmente comprado alguns dias antes do início do novo ano escolar ou herdado de uma irmã ou irmão mais velho"[32] (ANÔNIMO, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa); *Jugoplastika gumene sandale*, sandálias de plástico nacionais que eram compradas sempre que a família ia para o mar; e *Argo juha (supa)*, a primeira sopa em pó produzida em território nacional, um "suprimento obrigatório nos passeios e excursões daquela época"[33] (JOVANOVIĆ, *Leksikon Yu mitologije*, tradução nossa). Por fim, no verbete *Pekabela sladoledi*, o autor questiona: "Você acha que existem tantos sorvetes baratos, lojas tão boas e crianças tão felizes hoje?"[34] (SEKULIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

c. Demais categorias

As demais categorias, em sua totalidade, correspondem a cerca de um terço do *Leksikon*. Sua composição interna será brevemente mencionada e analisada, mais uma vez destacando os elementos mais presentes em cada uma. Na categoria *política*, muitos verbetes se referem ao partido comunista: o seu vocabulário interno, práticas comuns entre os seus membros e certos cargos. Alguns exemplos são *Vrbovanje đaka da stupe u Partiju* (literalmente: recrutamento de alunos para que se juntem ao partido – descrito no relato como algo que "era para ser uma honra; na prática, significava ter que assistir às reuniões da filial local, que eram entediantes porque nada acontecia nelas"[35] [MATIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa]); *Partijski slučaj* (incidente do partido – ou seja, membros problemáticos); e *Zatvoreni partijski sastanak* (reunião fechada do partido). Também são frequentemente mencionados os símbolos que se faziam presentes na vida cotidiana dos

---

drži datu riječ. Da ću voljeti svoju domovinu, Socijalističku Federativnu Republiku Jugoslaviju i sve njene narode i narodnosti.')"

[32] No original: "Obično kupovan nekoliko dana prije početka nove školske godine ili nasljeđivan od starije sestre ili brata".

[33] No original: Obavezan provijant na svim izletima i ekskurzijama tog vremena.

[34] No original: "Mislite da danas ima tako jeftinih sladoleda, tako dobrih dućana i tako sretne djece?".

[35] No original: "To je trebala biti čast; u praksi, to je značilo da se mora prisustvovati sastancima lokalnog ogranka, koji su bili dosadni, jer se nikad nije ništa dešavalo na njima".

cidadãos, como o famoso lema *Bratstvo i jedinstvo* (fraternidade e unidade), *Neprijatelj nikad ne spava* (o inimigo nunca dorme – slogan político que se tornou um ditado popular) e *Od Vardara pa do Triglava*[36] (de Vardar até Triglav), o início de uma famosa canção que foi candidata a hino nacional e era cantada em cerimônias oficiais. Um relato muito interessante revela a profunda incorporação do imaginário político na vida cotidiana: o verbete *Partizana i nemaca* (*partisans* e alemães) se refere a uma brincadeira infantil na qual um grupo representava os alemães, que lutavam contra os *partisans*, em referência às guerras de libertação[37] contra às ocupações nazista e fascista no período da Segunda Guerra Mundial. O autor do verbete escreve:

> O alemão sempre foi a pessoa mais odiada da sociedade. Portanto, os 'alemães' frequentemente estavam em minoria. Às vezes ninguém queria ser alemão, então todos nós atiramos pedras (bombas) em um oponente imaginário[38] (TASIĆ, *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa).

Por fim, as menções mais numerosas nessa categoria tratam de diversos elementos ligados ao famoso presidente Josip Broz Tito, revelando o protagonismo de sua figura na dinâmica social da república. O relato *Tito pa bog* (Tito, e depois deus) narra uma ocasião em que os moradores de uma vila, ao receberem os alimentos que estavam em falta no mercado local, discutiam a quem deveriam agradecer pela generosidade, Tito ou deus. Outras menções são os verbetes *Titovi govori* (os discursos de Tito), *Prazna stolica* (cadeira vazia – "na

[36] Refere-se ao rio Vardar, o rio mais longo da Macedônia, e ao ponto mais alto da Eslovênia, Triglav, onde atualmente há um parque nacional. Assim, "de Vardar até Triglav" é uma alegoria à extensão do território iugoslavo.

[37] As guerras de libertação nacional são um dos fundamentos da identidade iugoslava. Com a invasão dos poderes do Eixo em 1941, três forças internas passaram a disputar o controle do território contra a ocupação estrangeira: os *Četniks* (movimento sérvio que disputava em nome do rei da primeira Iugoslávia, Pedro II da dinastia Karađorđević, o qual estava em exílio), os *Ustaše* (grupo ultranacionalista croata que se aliou aos poderes fascistas) e os *Partisans* (movimento de resistência liderado pelo partido comunista, que agregou sob sua liderança membros provenientes de todas as nações e nacionalidades iugoslavas). O triunfo dos Partisans contra a ocupação nazi-fascista e contra os grupos dissidentes internos significava a reconciliação entre as nacionalidades através da luta partidária pela unidade nacional, da qual todos teriam participado igualmente contra as forças da oposição. Assim, a reconciliação nacional da *fraternidade e unidade* está firmemente ligada ao mito da luta pela libertação nacional e à ideologia comunista, que era capaz de eliminar todas as formas de desigualdade, inclusive as de natureza étnica e nacional (PAVKOVIĆ, 2000, pp. 35-42).

[38] No original: "Nemac je uvek bio neko najomraženiji iz društva. Samim tim 'Nemci' su često bili u manjini. Ponekad niko nije hteo da bude Nemac pa smo svi bacali kamenje (bombe) na zamišljenog protivnika".

qual em 4 de maio de 1980 se sentou Miroslav Lilić, o então diretor da *Televizija Zagreb*, e anunciou às massas que o presidente da Iugoslávia, marechal Josip Broz Tito, havia morrido"[39] [ANÔNIMO. *Leksikon YU mitologije*, tradução nossa]); *Bilo je časno živjeti s Titom* ("Foi uma honra viver com Tito" – um livro publicado imediatamente após a sua morte); e *Dan kad je umro Tito* (O dia em que Tito morreu), o verbete que conta com mais relatos em todo o *Leksikon*, comportando quinze diferentes narrativas em torno do dia em que foi anunciada a morte do presidente.

Quanto às outras categorias, seguem a mesma lógica dos verbetes mencionados até aqui. A categoria *Espaços* enfatiza festivais e pontos da vida noturna, como *Akademija Republika* (bar alternativo em Belgrado) e *Crveni kiosci s viršlama* (Quiosque vermelho de cachorro-quente, especialmente frequentado por jovens depois das longas noitadas), que vieram a desaparecer com o fim da república, em um movimento de associação entre a perda desses locais frequentados na juventude e o colapso da Iugoslávia. Também são mencionados destinos de férias populares na infância dessas gerações, como *Letovanje na hrvatskom primorju* (férias na costa da Croácia) e *Buljarica* (um resort de férias em Montenegro). A categoria *Esportes* é composta, em sua maioria, por medalhistas olímpicos – *Miroslav Cerar* e *Jure Franko* –, exaltando o talento e as vitórias desses atletas. A categoria *Arte, Teatro e Literatura* abrange romances que fizeram sucesso entre os jovens, livros infantis populares – como o famoso *Ježeva kućica* –, alguns artistas conhecidos e peças de teatro. Por fim, a categoria da *Linguagem* – que conta com o menor número de verbetes – é composto por gírias e figuras de linguagem locais, de várias regiões da ex-república.

Como uma fonte repleta de subjetividades, seu conteúdo é resultado de escolhas que podem ser conscientes ou inconscientes; assim, tudo aquilo que foi deixado de fora também possui relevância e deve ser analisado. Em todo o corpo do *Leksikon*, com a exceção de *Miroslav Krleža*, não há menções a escritores iugoslavos reconhecidos internacionalmente,

[39] No original: "na koju je 4. 5. 1980. sjeo Miroslav Lilić, tadašnji glavni urednik Televizije Zagreb, i narodnim masama obznanio da je umro Predsjednik Jugoslavije, maršal Josip Broz Tito".

como Ivo Andrić, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, ou Danilo Kiš (figuras de nacionalidade disputada – sérvia, croata, ou nenhuma das duas?). Quase não existem menções a políticos, com exceção de Tito e alguns nomes que eram conhecidos entre os cidadãos, seja por seu *status* de proximidade ao presidente ou por políticas que despertaram o descontentamento – por exemplo, o ministro da educação Stipe Šuvar, que implementou uma reforma educacional com altos índices de rejeição. Por fim, não existem verbetes sobre eventos históricos, tal como haveria em uma enciclopédia tradicional: quando são mencionados, estão em segundo plano, como pano de fundo para um outro verbete. Assim, observa-se uma inversão do projeto historicista, colocando os grandes nomes e os grandes eventos em segundo plano e trazendo os detalhes pessoais e as vivências cotidianas para o centro da discussão. Em vez de uma narrativa épica, uma leitura construtivista – não o *tempo vazio e homogêneo*, ou a *imagem eterna de passado*: uma experiência única, reconstituída por vozes singulares que passam a ser não apenas *do* passado, mas também *no* passado.

Nostalgia e modernidade: o encontro entre o passado e o presente

No trabalho proposto, não pretendemos esgotar todas as possibilidades oferecidas pelo *Leksikon*. Ao contrário, nos propomos a observar, através de um levantamento temático inicial, quais são os elementos que mais aparecem, em um mapeamento panorâmico da memória coletiva evocada pela *iugonostalgia* – abrindo possibilidades para pesquisas mais especificas e profundas. Os dados obtidos através da análise quantitativa são um ponto de início para a interpretação desse vasto conteúdo: a prevalência de objetos cotidianos e circulação cultural revela uma dinâmica nostálgica que não distingue temporalidades pessoais e coletivas, entrelaçando infância, juventude, vida cultural e símbolos políticos. Assim, considerando o balanço completo dos elementos presentes, revela-se uma nostalgia por uma vida de outro ritmo, que recupera o modo de vida socialista de maneira subjetiva – pelo intermédio dos signos que marcavam o seu cotidiano. A presença de temas sociopolíticos é inegável, no entanto, esses aparecem pela mediação de memórias pessoais fundadas na experiência cotidiana; nesse sentido, é mencionada a estabilidade da vida social e econômica e, principalmente, a ideia de união e cooperação entre as repúblicas – apesar das diferenças étnicas e culturais que alimentariam os movimentos nacionalistas na década

de 1990, a época do fim das bandas de rock, dos bares preferidos e do país da *fraternidade e unidade*.

Apresentados como uma realidade simbólica, os elementos materiais que marcaram a vida na ex-república atuam como uma ponte entre o presente e o passado, como um suporte através do qual se pode acessar esse substrato mais profundo, de natureza elusiva e metafórica. Em outras palavras, se o passado e o presente fossem contínuos, o presente não teria dificuldades em narrar o passado pela fusão linear das experiências do passado e do presente, os quais seriam legados a um futuro que seria a sua continuação. Em contrapartida, o que se busca aqui é uma história que se constrói como a consolidação das múltiplas experiências em uma constelação única e original, através das subjetividades mediadas pela memória. O trabalho de reconstituição de algo tão disperso e múltiplo quanto a memória coletiva, um conceito confuso e assistemático (BOYM, 2001, p. 54), apresenta inúmeras dificuldades. Se é despertado por um presente de insatisfações, o passado também é evocado de maneira idealizada:

> o nostálgico deseja obliterar a história e transformá-la em mitologia privada ou coletiva, revisitar o tempo como espaço, recusando-se a se render à irreversibilidade do tempo que assola a condição humana"[40] (BOYM, 2001, p. XV, tradução nossa).

Porém, para além dos desafios, essas chaves de leitura oferecem ao historiador novas alternativas para entender aquilo que não pode ser extraído da documentação tradicional, desafiando o projeto do historicismo.

Boym compreende o fenômeno da nostalgia como parte inerente da condição moderna, vinculada às mudanças na percepção temporal e à constante aceleração do tempo histórico, conduzidas pela obsessão do progresso técnico. Nesse sentido, a nostalgia assume como uma de suas facetas o carácter de rebelião contra esse *tempo vazio e homogêneo*. Em

[40] No original: "The nostalgic desires to obliterate history and turn it into private or collective mythology, to revisit time like space, refusing to surrender to the irreversibility of time that plagues the human condition".

espaços pós-socialistas, esse fenômeno adquire características próprias: fora da lógica de progresso desacerbado e produtividade, essas sociedades dispunham de mais tempo para a reflexão – e também para sonhos e prospectos futuros. Assim, retrospectivamente, poderia se pensar na nostalgia como a saudade de um tempo mais lento, das possibilidades que permaneciam em aberto no passado e das expectativas que pareciam positivas antes de serem concretizadas, permeadas pelos ritmos e universo da infância e da juventude. Se manifestando por intermédio de símbolos e objetos, a nostalgia "não é sempre pelo antigo regime ou pelo império caído, mas também pelos sonhos não realizados do passado, e por visões de futuro que se tornaram obsoletas"[41] (BOYM, 2001, p. XVI, tradução nossa).

Referências bibliográficas

ABAZOVIĆ, Dino; VELIKONJA, Mitja (org). **Post-Yugoslavia: New Cultural and Political Perspectives**. Nova Iorque: St Martin's Press, 2014.

BAKER, Catherine. **The Yugoslav Wars of the 1990s**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

BAKIC-HAYDEN, Milica; HAYDEN, Robert. Orientalist Variations on the Theme "Balkans": Symbolic Geography in Recent Yugoslav Cultural Politics. In: **Slavic Review**, Urbana, v. 51, n. 1, pp. 1-15.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. São Paulo: Autêntica, 2012.

BOŠKOVIĆ, Aleksandar. Yugonostalgia and Yugoslav Cultural Memory. In: **Slavic Review**, Urbana, v. 72, n. 1, pp. 54-78, 2013.

BOYM, Svetlana. **The Future of Nostalgia**. Nova Iorque: Basic Books, 2001.

FINE, John. **When Ethnicity Did Not Matter in the Balkans**. Ann Arbor: Michigan University Press, 2009.

GORUP, Radmila (org). **After Yugoslavia: The Cultural Spaces of a Vanished Land**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

HELSINKI COMMITTEE FOR HUMAN RIGHTS IN SERBIA (org). **Yugoslavia from a Historical Perspective**. Belgrado: Delfimedia, 2017.

[41] No original: "[Nostalgia] is not always for the *ancien regime* or fallen empire but also for the unrealized dreams of the past and visions of the future that became obsolete".

KORDIĆ, Snježana. **Jezik i nacionalizam**. Zagreb: Durieux, 2010.

PAVKOVIĆ, Aleksandar. **The Fragmentation of Yugoslavia: Nationalism and War in the Balkans**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2000.

SPASKOVSKA, Ljubica. **The Last Yugoslav Generation: the rethinking of youth politics and cultures in late socialism**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

UGREŠIĆ, Dubravka. The Confiscation of Memory. In: **The New Left Review**. Londres, n. 218, pp. 26-39, Julho/Agosto 1996.

VELIKONJA, Mitja. **Titostalgia: A Study of Nostalgia for Josip Broz**. Ljubljana: Peace Institute, 2008.

VOLČIČ, Zala. Yugo-Nostalgia: Cultural Memory and Media in the Former Yugoslavia. In: **Critical Studies in Media Communication**. Londres, vol. 24, no. 1, pp. 21-38, Março 2007.

WEST, Rebecca. **Black Lamb and Grey Falcon: a journey through Yugoslavia**. Nova Iorque: Penguin Books, 1982.

O ensino de História no Liceu Provincial da Bahia (1836-1890)*

Ícaro Batista da Silva**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p389-426

Resumo: O Presente estudo tem como objeto a História do Ensino de História na Bahia, tendo como campo empírico o Liceu Provincial, desde sua fundação em 1836 até 1890 quando é criado o Instituto Oficial de Ensino Secundário, no início da República, visando a substituição do Liceu. A razão para escrever este artigo reside na ausência de estudos sistematizados sobre a trajetória da disciplina história em território baiano, no ensino secundário, no século XIX. Assim, este trabalho está estruturado em três momentos: 1) discussão sobre o conceito de disciplina escolar; 2) como se deu a disciplinarização da história, no Brasil; 3) como protagonizou a disciplina história no Liceu Baiano. Assim, para realizar essa investigação foi necessário buscar fontes diversas para responder alguns questionamentos, recorro a documentos como relatórios presidenciais e de instrução pública da Província da Bahia, discursos políticos, revista de instrução pública do Estado e matéria jornalística. Portanto, a metodologia empregada para análise das fontes parte da proposta indiciário-dialógica, com base em Pinheiro (2015).

Palavras- chave: Ensino de História; Liceu Provincial; História da Bahia.

* Agradeço aos comentários críticos e sugestivos do meu orientador, Professor Dr. José Gledison Rocha Pinheiro e a leitura crítica de Laísa Lage.

** Graduando em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: icarofiften@hotmail.com

Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, a qual resultou na reflexão presente, empreendida sobre a História do Ensino de História na Bahia do século XIX. Assim, tomamos como parâmetro a experiência da mais importante instituição de ensino secundário baiana, no século XIX, o Liceu Provincial (1836-1890). Criado em um contexto marcado por crises políticas, econômicas e inúmeras tensões sociais, o Liceu nasceu após o Ato adicional de 1834, que permitia autonomia para que as províncias legislassem acerca da educação primária e secundária. O Liceu tinha como principal objetivo formar as camadas intermediárias da elite baiana, parte dela para ingressar no serviço público, exercer os cargos da burocracia governamental.

É importante mencionar que existem bons trabalhos que estudam a experiência do Liceu Provincial Baiano, entretanto, localiza-se no campo da História da Educação, são eles: 2 dissertações de mestrado (DICK, 1992), (SANTOS, 2017) e 1 tese de doutorado (DICK, 2001). Foi por meio da leitura desses trabalhos que pude acompanhar o cenário sociopolítico que marcava a criação e desenvolvimento do Liceu baiano; em especial, o movimento histórico da disciplina história. Esta investigação espera ser o início a fim de preencher uma importante lacuna sobre a historiografia da educação da Bahia; bem como, sistematizar o conhecimento sobre a trajetória da disciplina história em território baiano, no ensino secundário, no século XIX.

Dessa forma, para empreender esta tarefa, se faz necessário buscar uma metodologia que seja capaz e esteja ancorada numa combinação entre os pensamentos de Bakthin (2003) e Ginzburg (2003), sobre a pesquisa em ciências humanas, particularmente a história. Para Bakthin, o sujeito exprime a si mesmo por meio de textos, no sentido *latu* dessa palavra: escrito, falado, verbal, imagético. Mas

como estudar o texto como objeto de pesquisa em história? Como abordá-lo enquanto conjunto de signos enigmáticos? Para o estudioso russo, é necessário tratar o texto como expressão material de determinada esfera da atividade humana, como enunciado concreto da comunicação discursiva (cf. PINHEIRO, 2015). Assim os enunciados jamais são autossuficientes, eles sempre pressupõem outros, como respostas entrelaçadas de uma cadeia discursiva, em sentido sincrônico e diacrônico.

Trata-se sempre de enfrentar a seguinte pergunta: em que contexto concreto emerge o enunciado? A quem ele se dirige e responde? De quem busca respostas, quem são seus destinatários? O enunciado, por essa perspectiva, pode ser tomado no sentido ginzburguiano, como indícios de relações, material enigmático a ser interpretado, nunca visto como discurso transparente. Pensando na pesquisa empírica propriamente dita, trata-se de recorrer aos diversos tipos e enunciados da época, para contar a história do ensino de história proposto pelo Liceu Provincial, no século XIX.

Nesse sentido, a pesquisa documental consiste em examinar relatórios presidenciais de Província, discursos políticos, relatório de instrução pública, dentre outros, localizados no acervo online da Universidade Federal de Santa Catarina, da *Center for Research Libraries* e da hemeroteca digital[1]. Essa documentação foi importante para que pudéssemos explorar o nascimento do Liceu, o seu principal objetivo para sociedade baiana, quem foram os principais professores de História e suas funções no ensino dessa disciplina. Além disso, foi possível verificar o que era ministrado em matéria de história, os principais métodos empreendidos e como o Liceu resistiu a inúmeros Regulamentos orgânicos, que iam desde extinção da

[1]Por conta da pandemia de SARS-CoV-2, infelizmente, iniciada no final de dezembro de 2019, a qual acometeu o território brasileiro em março de 2020, tivemos os arquivos físicos fechados e, por consequência, a consulta presencial suspensa. Em vista disso, ficou impossibilitado a realização de pesquisas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Arquivo da Assembleia Legislativa da Bahia e o arquivo do Liceu, que consta no Colégio Central da Bahia, o famoso “Central”.

instituição até modificação do caráter de ensino e público vigente.

A História das Disciplinas Escolares: Uma Discussão Conceitual

Há muito, os estudos históricos em torno das disciplinas escolares vêm sendo realizado na Europa, em particular, na França. Os principais expoentes desse campo de atuação são: André Chervel (1990), Dominique Julia (2002) e Annie Bruter (2006). Porém, nota-se o nascimento de estudos na Inglaterra com Ivor F. Goodson (1997), na Espanha com Antonio Viñao Fago (2008) e no Brasil com Circe Bittencourt (1993) e Thaís Nivia de Lima e Fonseca (2017). Pouco a pouco esse campo de investigação foi conquistando o seu espaço no seio de Clio, sobretudo entre professores da educação básica, pelos quais tinham interesses em responder algumas questões referente a prática do seu ofício.

Assim, a ideia de refletir sobre a história do ensino, torna-se um caminho inescapável para aqueles que pretendem decifrar a vida cotidiana do ambiente escolar e de cada disciplina em sala de aula. Não obstante, a partir do resultado dessas pesquisas, privilegia-se os processos de criação de currículos, de metodologias de ensino e a criação de políticas públicas voltadas para o ensino básico[2].

Para que essas investigações resultem elementos concretos acerca da realidade estudada, é necessário aproximar a história das disciplinas escolares de outros campos de atuação. Portanto, concordando com Thaís Fonseca (2017), as análises em torno das disciplinas escolares inscrevem-se em função das aproximações da história do ensino com outros campos de pesquisa histórica, em específico, a História Cultural e a História Política. Bem, entendemos que realizar a

[2]BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

História das disciplinas escolares não é uma tarefa fácil. Por este motivo, a primeira ação do historiador é definir o que é a disciplina escolar: o historiador tem o dever de definir a noção de disciplina ao mesmo tempo em que faz a sua história[3]. No mesmo ritmo, o historiador espanhol Antonio Viñao diz que:

> Para o estudo das disciplinas escolares sugiro considera-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparece, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestados de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. Tais denominações constituem, além disso, sua carta de apresentação social e acadêmica (2012, p. 204).

Assim, raciocinando sobre o destaque acima, pode-se compreender um alerta: a história das disciplinas escolares coloca, desde o seu princípio, uma questão conceitual viva; essa que modifica ao longo da história. Para Chervel (1990), o que hoje conhecemos como disciplina escolar era então denominada de "curso", "objeto", "materiais de ensino":

> Na realidade, essa nova acepção da palavra é trazida por uma larga corrente de pensamento pedagógico que se manifesta, na segunda metade do século XIX, em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino secundário e do ensino primário. Ela faz par com o verbo *disciplinar*, e se propagada primeiro como um sinônimo de *ginástica intelectual*, novo conceito recentemente introduzido no debate. É durante a década de 1850, que marca o começo da crise dos estudos clássicos, que os partidários das línguas antigas começam a defender a ideia de que, na falta de uma cultura, o latim traz ao menos uma "ginástica intelectual", indispensável ao homem cultivado (Idem, 1990, p. 179).

É na representação de "ginástica intelectual", consequentemente, que a palavra

[3]No seu uso escolar, o termo "disciplina" e a expressão "disciplina escolar" não designam, até o fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. No sentido que nos interessa aqui, de "conteúdos de ensino", o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, e mesmo do *Dictionnaire de L'academie* de 1932. (CHERVEL, 1990, p. 178)

disciplina vai ter sua primeira definição quando o assunto é o ambiente escolar. Ainda assim, a palavra só vai ganhar maior publicidade no ensino secundário francês[4], entre 1880 e 1902, após o confronto estabelecido entre as humanidades clássicas e científicas (CHERVEL, 1990, p. 179-180). Em sua análise, André Chervel afirma ao que vamos conhecer como disciplina escolar, só foi possível a partir do momento em que esses saberes foram estruturados por métodos e regras; cuja intenção era abordar os aspectos do pensamento e do conhecimento em geral. Dessa forma, o conceito de disciplina escolar é entendido sob a perspectiva da longa duração histórica, adquirindo maturidade às vésperas da I Guerra Mundial (CHERVEL, 1990, p.178).

> Com eles, os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, *numa certa medida*, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que lhes não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. Além do mais, não tendo sido rompido o contato com o verbo *disciplinar*, o valor forte do termo está sempre disponível. Uma "disciplina", é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. (CHERVEL, 1990, p. 180)

Assim, tudo leva a crer que, nas palavras de André Chervel, a emergência histórica da noção moderna de disciplina escolar tem a ver com o desenvolvimento autônomo do saber escolar. Portanto, as disciplinas escolares, são "criações *espontâneas* e originais do sistema escolar". (CHERVEL, 1990, p. 184, itálico nosso) Logo, buscando se distanciar da ideia de transposição didática[5], o autor enfatiza que o

[4]Todo o aparelho regulamentar e administrativo que será estabelecido a partir de 1808 para assegurar o pagamento de impostos visará definir com precisão o que é ou não ensino primário. A base da imposição é o ensino de certas disciplinas. Em princípio todas as que não são competência da escola primária, a saber catecismo, leitura, escrita, as quatro operações, às quais a Restauração acrescentará ortografia, caligrafia, gramática francesa, aritmética, noções de geografia [e história] e agrimensura. (CHERVEL,1992, p. 103)

[5] A ideia de Transposição Didática, foi desenvolvida pelo matemático francês denominado Yves Chevallard (1991). Em linhas gerais, a Transposição Didática compete as transformações e adaptações do saber para um novo contexto, ou seja, uma necessidade de mudança no saber, para torna-lo passível de ser ensinado. Portanto, Transposição Didática remete à ideia de mudança e distância obrigatória entre o saber sábio e o saber a ser ensinado. Por afirmar que o saber assume diferentes

historiador das disciplinas escolares deve partir de elementos autônomos gerados no interior da cultura escolar. Uma vez que, o sistema escolar, "não forma somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global". (CHERVEL, 1990, p.184) Portanto, para o historiador francês, a instituição escolar não é um mero ambiente de reprodução acrítica do que está fora dela, mas sim, um local independente para criar um saber e uma cultura própria; dando importância a sua intervenção na sociedade global. E é por isso que as disciplinas escolares são reconhecidas como criações próprias, resultantes da autonomia da cultura escolar[6].

Porém, ao investigar o relatório n°5 da Diretoria Geral dos Estudos da Bahia, escrito no dia 20 de fevereiro de 1863, pelo então Diretor dos Estudos, Dr. João José Barboza d'Oliveira; observaremos o emprego da palavra "*disciplina*" possivelmente no sentido moderno de instrução, de carregar métodos e regras para serem utilizados na sala de aula.

A palavra *disciplina* aparece duas vezes ao longo do relatório. A primeira é quando o Diretor está discutindo a

> absoluta necessidade [de] aperfeiçoar os conhecimentos dos mestres adjunctos e fazei-os aptos para, de conformidade com o voto do Regulamento Organico, ampliarem, ensinando, o programa de estudos ali. A geografia, a história e outras *disciplinas* devem ser ensinadas (FALLA, 1863, p. 5, itálico nosso).

Em outro momento, ao discutir o rumo do ensino secundário público na Província, após a reforma da instrução pública, notar-se-á, mais uma vez, o emprego da palavra

características, por conta do lugar que ocupa na sociedade, ele vai levantar quatro problemáticas em torno do saber: a sua produção, a sua transposição, o seu ensino e a sua utilização.

[6] As disciplinas são esses modos de transmissão cultural que se dirigem aos alunos. *Foi a existência das disciplinas que historicamente traçou o limite entre secundário e superior*. (CHERVEL, 1990, p.186, itálico nosso)

“disciplina”, para designar a sistematização do ensino básico. Além do seu objetivo de formar um curso, cuja intenção era guiar a mocidade que compõe o Liceu:

> Em meu humilde conceito, contudo, o nosso Lyceo está ainda bem longe de corresponder áidéa que se faz de estabelecimentos taes. Não nos illudão as deducções, que nascem de uma frequentação numerosa. Se este facto significa certo credito, se mostra que a opinião já se não retráe tanto, deixando despovoadas as aulas ali, nem por isto o alto fim social está obtido, nem proximo. [...] A mira principal, a única que se justifica os sacrificios da dezpesa, dos cuidados e da intervenção oficial, é, sem duvida, estabelecendo verdadeiros cursos donde emanem bons estudos, entrando em concurrencia com os collegios particulares, obrigando-os pelo exemplo e pelo interesse ameaçado a buscarem melhorar, aperfeiçoar-se incessantemente, manter d’este modo o nivel á instrucção geral do paiz. [...] porem como satisfará o Estado à este nobre desejo, á esta legitima exigencia social, quando não há estudos systematicos, quando não há cursos propriamente ditos; quando as *disciplinas*, desligadas, contra todas as regras vulgares da pedagogia, e da experiencia, se oferecem faceisá quem as demanda, sem saber se á cada um d’essas intelligencias já cabem com proveito ou sem perigo – e quando, e quaes, e em que ordem(FALLA, 1863, p. 5-6, itálico nosso).

Por meio desse exemplo, encontrado na documentação, entendemos o famoso elemento chave, denominado por Antonio Viñao Fago de código disciplinar: a concepção sugere a existência de regras ou pautas, assim como a imposição de um caráter geral do ensino de uma disciplina, por uma intervenção externa da cultura escolar. Dessa forma, abre espaço para garantir estabilidade, consolidação e coerência interna na prática da disciplina em ação; tudo isso, por conta do controle de formação, seleção do conteúdo e do trabalho docente.

Mas é importante mencionar, que apesar do vestígio encontrado e discutido acima, a concepção desenvolvida por André Chervel sobre a historicidade das disciplinas escolares e sua ligação com a cultura autônoma escolar; vai desenvolver o debate sobre as disciplinas escolares no Brasil. É a historiadora Circe Bittencourt que animará os principais debates teóricos em torno da história das disciplinas escolares no país:

> O saber produzido pelas disciplinas escolares tem sido comumente entendido como simples redução ou simplificação do conhecimento erudito e transposto para o ensino formal das escolas, concepção que situa a ciência de referência como o elemento fundamental nas mudanças de conteúdos e métodos das diversas disciplinas. As investigações sobre a história das disciplinas, no entanto, têm apontado para dimensões mais complexas sobre as relações entre os dois tipos de conhecimento e sobre a noção de "disciplina escolar". *Descartamos a concepção de disciplina escolar como uma mera vulgarização do sabe erudito e a entendemos como um corpo dinâmico de conhecimentos elaborado por especialistas que não compartilham de maneira pacífica os conteúdos, métodos e pressupostos de uma determinada área científica e em sua construção atuam grupos muitas vezes heterogêneos e divergentes, gerando conflitos e alianças. Este conhecimento, por outro lado, vincula-se diretamente com a escola, estabelecendo novas relações de saber pela prática social de seus agentes fundamentais: professores e alunos.* Desta forma, as disciplinas escolares têm sido constantemente redefinidas de acordo com compromissos temporários que se estabelecem em um contexto educacional historicamente determinado e do qual participam diversos setores sociais. (1993, p. 193-194, itálico nosso).

Ao ler o destaque acima, entende-se que a pesquisadora navega na mesma maré estimulada pelos teóricos que rejeitam o saber escolar como 'transposição didática'. Assim, na sua concepção de disciplina escolar: as disciplinas escolares não são vulgarizações do saber erudito, mas sim uma construção elaborada por especialistas que, muita das vezes, não vão compartilhar entre si os métodos, os conteúdos e a mesma visão educacional. Dessa forma, essa criação do conhecimento escolar está sempre vinculada à cultura escolar, praticada pelos professores e alunos. Entretanto, uma outra ideia nos chama atenção nas palavras de Bittencourt: o caráter dos compromissos educacionais que as disciplinas escolares assumem, a depender do contexto educacional historicamente determinado. Isso é fundamental para que entendamos a finalidade das disciplinas escolares e, por consequência, possamos relativizar o caráter autônomo das disciplinas escolares.

André Chervel nos disse que a função das disciplinas escolares "consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa". (1990, p.188) Essa caracterização é importante, pois, mesmo que o autor defina as disciplinas escolares como criação autônoma das escolas, a sua função de

ser está intimamente ligada às políticas públicas para a educação, aos planos de aula, à organização curricular e, em especial, às transformações da sociedade que influencia direta ou indiretamente à instituição escolar.

Circe Bittencourt, ao estudar o ensino de História no Brasil do século XIX, nos diz que:

> A História proposta para o ensino das escolas públicas brasileiras, desde os primeiros anos do surgimento do Estado nacional, foi objeto de disputas grupos divergentes que se instalavam junto ao poder educacional. As divergências entre as facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi perceptível pelo embate travado entre a História Sagrada em contraposição à constituição de uma História laica, de caráter positivista ou cientificista. (1993, p.193)

Ao fim e ao cabo, para que as disciplinas tenham êxito na sua finalidade, ela depende da aceitação pelo mundo acadêmico, dos centros de decisões sobre o currículo e da comunidade escolar, a fim de obter uma legitimação na esfera social. Por isso, Marcos Antônio Silva e Selva Guimarães Fonseca (2010, p.14-15) objetivando refletir o lugar, o papel e os objetivos da História na educação básica alertam os estudiosos para enfrentar os fetiches que marcam o debate sobre o Ensino de História nas últimas três décadas. Aqui nos interessa o "fetiche da cultura escolar", segundo os autores, é a ideia de quê a escola está isolada de outras culturas (universitária, industrial, não escolar, tradições populares). A escola se vê reduzida a uma ilha fora da História. Dessa forma, de acordo com a linha de pensamento de Thaís Fonseca (2017, p.12), ressalto que: "uma ênfase muito acentuada nesta autonomia pode, [...] levar ao risco de minimização das relações "externas", como as conjunturas políticas, os embates ideológicos e as ingerências de caráter cultural mais amplo".

Em síntese, sob esta rápida discussão conceitual em torno das disciplinas escolares destacará que, o pesquisador deve estar apto a interpretar com precisão a

historicidade das disciplinas que deseja pesquisar e buscar captar o movimento histórico da sociedade e sua influência com a cultura escolar. É o que Dominique Julia (2002, p.44) chama de "suas inter-relações à época em que eles foram instalados, sem buscar revesti-los de grades anacrônicas".

A História Como Uma Disciplina Escolar No Século XIX do Brasil

Quando buscamos uma data cronológica, fidedigna, para marcar o nascimento da História, enquanto disciplina escolar, no Brasil caímos em um caminho errático de investigação. Para os limites deste trabalho de iniciação científica, a tendência genealógica é contraprodutiva. Assim, pensando sobre as armadilhas que a pesquisa histórica naturalmente nos impõe seja melhor explorar o motivo que levou a História, no Brasil, aos bancos dos liceus – sem excluir as escolas primárias e normais – do país. Para isso, é necessário pensar a disciplinarização da História e sua relação com temas que permeiam o debate em torno da questão nacional; por fim, os projetos educacionais criados pelo Império brasileiro.

A história enquanto disciplina escolar, só vai surgir no Brasil, depois que o país rompe com Portugal, na famosa Independência política, em 1822. Após todo o processo de independência, discussões e confrontos militares, o Imperador Dom Pedro I vai outorgar no dia 25 de março de 1824 a primeira Constituição brasileira; nela constava que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos do país. Em 1827, a Comissão de educação da Câmara apresentou um projeto de lei mandando criar escolas primárias, nacionalmente, em todas as cidades, vilas e lugares mais habitados. Porém, o mais interessante é que a lei menciona o ensino de História do Brasil.

Essa lei estabelece que:

> Art 1° Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias [...] Art 4° As escolas serão de

> ensino mutuo nas capitães das províncias: e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fórpossivel estabelecerem-se [...] art 6° os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionando á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a *História do Brazil* (BRASIL, 1827, S/P, itálico nosso).

Assim, a lei estabelecida no dia 15 de outubro de 1827, prescreve, oficialmente, a escolarização primária pública para meninos e meninas de todo o Brasil[7]. Porém, a seguinte pergunta fica no ar: Qual história do Brasil? Ao que parece, os programas curriculares de 1827 recomendava o ensino de uma História civil conciliatória com a Igreja Católica. A história, então, deveria fornecer elementos de moral religiosa e preceitos da doutrina católica[8].

É por isso que, ao analisar o projeto de lei de 1827, perceber-se-á que, nas relações dos conteúdos selecionados, a História não entra diretamente como uma disciplina escolar. Mas antes como um guia, um material de leitura para acompanhar os estudantes das primeiras letras. Segundo Fonseca (2017), é no final da década de 1820 e 1830 que surgem vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía a "História Sagrada", a "História Universal" e a "História Pátria". Assim, nas palavras de Circe

[7] O pensamento liberal no século XIX definia o papel da educação no sentido da formação do cidadão produtivo e obediente às leis, mesmo quando impedido de exercer direitos políticos. A conformação do indivíduo à vida civil passaria assim, pela estruturação de um sistema de educação nacional, controlado pelo Estado e unificado em seus pressupostos pedagógicos, em seus programas e em seus currículos. Se na Europa a questão a ser enfrentada pelas elites era a da inclusão das classes trabalhadoras urbanas no sistema de ensino e das formas e limites dessa inclusão, no Brasil o problema dizia respeito à exclusão da extensa população escrava, além dos negros e mestiços forros e dos brancos livres e pobres. (FONSECA, 2017, p. 48)

[8] ABBADE FLEURY. [1846]. Pequeno Cathecismo historico, contendo em compendio a Historia Sagrada, e Doutrina Christã composto em francez. Traduzido em português de ordem do governo imperial por Joaquim José da Silveira. 2° edição. Rio de Janeiro: Typographia de Bintot, 1846. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22562. Acesso em: 03/04/2021.

Bittencourt:

> A história proposta para o ensino das escolas públicas brasileiras, desde os primeiros anos do surgimento do Estado nacional, foi objeto de disputas de grupos divergentes que se instalavam junto ao poder educacional. As divergências entre facções das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, foi perceptível pelo embate travado entre a História Sagrada em contraposição à constituição de uma História Laica, de caráter positivista ou cientificista. A História escolar constituiu-se em meio à oposição entre programas predominantemente humanísticos de outro voltados para os estudos denominados "científicos" e desempenhava o papel ora de formadora moral, ora de formadora do cidadão político, no momento em que o tema da "universalidade" se defrontava com o do "nacionalismo" (1993, p. 194).

Em vista dessas disputas entre liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja, tinha como objetivo escolher e legitimar que tipo de instrução pública deveria existir e reconhecer, em certa medida, que história deveria ser ensinada no sistema educacional público brasileiro; especificamente nos cursos secundários. No dia 2 de fevereiro de 1841, o Presidente da Província da Bahia, Paulo José de Mello Azevedo e Brito, disse na abertura da Assembleia Legislativa: "a instrucção he o principal elemento para o progresso industrial e moralidade de um povo, mormente daquele que tem a ventura de possuir o regime representativo". (p. 12) Portanto, observamos uma das principais preocupações da elite brasileira, em especial a baiana: a instrução pública para a mocidade.

Em relação à consolidação dos programas curriculares, a maioria dos pesquisadores brasileiros que se ocupam da História do Ensino de História[9] vai identificar o Colégio Pedro II como aquele que deu maior organicidade aos planos de estudos secundários no Brasil. Nas palavras de Maria Toledo (2005, p.4) essa instituição nasceu com um propósito objetivo: capacitar a elite imperial para seguir os

[9] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008; GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu Editora, 2004; MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). História do ensino da História no Brasil. Rio de janeiro: Access, 1998; FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

cursos superiores e assumir cargos político-administrativos do Império. Cabe mencionar que essa característica foi suficiente para transformar o Colégio Pedro II como modelo de ensino nacional e, por consequência, aquele que dita as propostas educativas no Império.

> Como instituição oficial e modelo para as demais, o Colégio de Pedro II foi o "lugar institucional" de onde nasceu a organização dos primeiros conjuntos de saberes que se constituíram em disciplinas escolares no Brasil. Em sua história se verifica como os agrupamentos de professores, dos saberes (humanísticos ou científicos), da ação da Igreja e do Estado concorreram para a institucionalização da História como disciplina constituída de conteúdos úteis aos novos contornos sociais. (TOLEDO, 2005, p.4)

A disputa existente entre membros da Igreja e do Estado durante o processo de disciplinarização da História no Colégio Pedro II é característico de um momento único: consolidação do Estado-Nação. A história vai figurar como principal cadeira para efetivar os projetos educacional do Estado monárquico nascente. O Colégio Pedro II tornar-se-á o espaço privilegiado de produção de uma história escolar no Brasil, a qual servirá como ponto comum para seus congêneres nas províncias do Império.

Em meio a tais disputas, destaca-se outra instituição importante para o estabelecimento da história ensinada: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Criado em 1838, o IHGB a sua tarefa principal era estabelecer um perfil para a "Nação Brasileira", por meio da escrita da história. Assim, o Instituto Histórico nasceu com uma orientação ideológica definida "[...] garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações" de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX [...]". (GUIMARÃES, 1988. p.6)

É essa missão de cunho nacional que ata o nó existente entre o IHGB e o Colégio Pedro II. Sendo assim, o Instituto Histórico era o guardião da escrita mais acadêmica da história, aquela que poderia servir de base para ensinar história no

Colégio Pedro II, sobretudo por meio da criação de compêndios didáticos. Para Vera Lucia Andrade (2007 *apud* SANTOS, 2015, p.59), "o lugar institucional da produção histórica é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o lugar da produção didática é o Colégio Pedro II". Isto posto, é possível pensar, já no século XIX, a existência de dois regimes de historiografia: acadêmica e escolar. As quais estavam unidas em prol de um objetivo comum de formar cidadãos da pátria.

> [...] a História acadêmica e a História disciplina escolar se confundiam em seus objetivos, pois a nacionalidade era a grande questão posta à sociedade brasileira. [...] a ligação entre as duas instituições era profunda. Os membros do IHGB eram professores do D. Pedro II. E as resoluções do IHGB sobre a História afetavam grandemente a instituição escolar, cujos lentes eram responsáveis pera elaboração dos programas. O Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização. (ABUD, 2006, p.30)

Portanto, o ensino de História do Colégio Pedro II estava sancionado pelos membros do IHGB, os quais orientavam o conhecimento histórico a ser lecionado na instituição de ensino secundário. À vista disso, não seria estranho reconhecer, que a história ensinada no Império brasileiro carregava uma concepção pragmática (*magistra vitae*) de leitura de mundo, marcada pelo sentido teleológico que atribuía ao Estado o poder regulador da vida social.

Por outro lado, é importante mencionar que os programas de estudos do Colégio II sofreram modificações referentes às mudanças da conjuntura sociopolítica que influenciaram o ensino de História. Segundo Circe Bittencourt,

> Os programas de estudos do Colégio Pedro II, de 1837 a 1907 nos indicam algumas mudanças que ocorreram com a história. A separação entre História e Geografia ocorreu a partir de 1862 e foi pelo Regulamento de 1855 que se introduziu a História do Brasil como disciplina autônoma de História geral. O ensino da História Geral predominante quanto ao número de anos e tempo destinado ao seu estudo era compreendido como a História profana da humanidade e teve de coexistir durante alguns anos com a História sagrada. História Geral e História Sagrada conviveram no currículo escolar a partir da década de 50, na fase política da conciliação, período que alguns historiadores

> consideram fértil para o avanço da educação, mas no qual se percebe com clareza o caráter conservador de que ele era revestido (1993 p. 195-196).

No afã de consolidar os principais quadros da burocracia fluminense e dotá-los de boa formação histórica, os programas de ensino de história sofreram transformações, tendo em vista a nova conjuntura social, política, econômica e cultural. Assim, a década de 50 é conhecida pelo nascimento do Regulamento orgânico que autoriza a criação da disciplina História do Brasil, ensinada de maneira autônoma da História Geral. Interessante notar que esse regulamento influenciará outras instituições secundárias do Império, tal como o Liceu Provincial da Bahia. Além disso, os principais projetos educacionais gestados nesse período estariam voltados para um caráter mais elitista e conservador. Se por um lado, o papel elitista da educação pode ser captado pela valorização da escola privada e debates sobre privatização de escolas públicas. Por outro, nas palavras de Circe Bittencourt,

> O conservadorismo educacional é perceptível pela introdução da Religião como matéria obrigatória no ensino secundário e, sobretudo, pela ênfase do currículo calcado nos estudos Literários e de Retórica, eliminando disciplinas de cunho mais científico existentes no programa inicial do Colégio Pedro II. (1993, p.196)

Cabe salientar que, mesmo em meio a tais disputas, a História é uma disciplina que permanece importante no quadro curricular do Colégio Pedro II. Na visão daqueles que defendiam um programa mais humanista, a história aparece como cadeira responsável por transmitir a ilustração e moralidade religiosa. Por outro lado, no horizonte dos partidários de um plano mais científico, “a história desempenharia o papel civilizatório, mas também deveria se encarregar da constituição da identidade nacional e da cidadania política.” (BITTENCOURT, 1993, p.199) Dessa forma, é possível dizer que, o Colégio Pedro II serviu como instituição de ensino secundário que mais contribuiu para implantação e consolidação da História como disciplina escolar no Brasil. À medida que,

> se esforçavam para formar o povo por meio da Instrução Pública, os dirigentes imperiais avaliavam a trajetória que percorriam, mudando os meios de ensino, criando tipos diferenciados de escolas, e editando compêndios e sobretudo valorizando o papel do professor (RINALDI, 1998, p. 36).

Aqui cabem algumas perguntas: quem eram os cidadãos nacionais habilitados à instrução pública? O que se ensinava, em matéria de história, a esses cidadãos para manter a ordem e difundir a civilização? Todos os Liceus conseguiam acompanhar o "programa curricular" do Colégio Pedro II? Perguntas difíceis, eu creio, sobretudo devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo educacional. Porém, na próxima seção buscarei responder, mesmo que parcialmente, essas questões tomando como parâmetro o Liceu Provincial da Bahia; instituição essa que tinha como dever, replicar o mesmo modelo de ensino do Colégio Pedro II, mas isso nem de longe dispensa uma investigação mais detalhada sobre a instituição e o seu ensino de história na Província.

A História Como Disciplina Escolar No Liceu Provincial da Bahia (1836-1890)

No dia 9 de março de 1836, houve uma votação histórica na Assembleia Provincial da Bahia. Era a lei n° 33 que estava sendo avaliada pelos deputados baianos. Segundo o Diário Oficial de 1923, esta lei instituía o "Lyceu Provincial; por ella foram instituídas 11 cadeiras, creado o cargo de director e estabelecido o Bacharelado em Letras". (p.328) Seguindo as ordenações pombalinas[10], o Liceu nasceu para reunir, em uma só instituição, todas as cadeiras escolares. É o início do ensino secundário oficial na Bahia. É importante ressaltar que a criação do Liceu Provincial partia de uma medida adotada pelo Império brasileiro: a Lei n° 16 de 12

[10]Marquês de Pombal inaugura uma série de mudanças nos estudos secundários (menores) e universitários (maiores) no Império Português. Advindo de uma tradição iluminista, Pombal vai demarcar os limites da educação jesuítica. Para ele, existia um excesso na formação humanística, portanto, defendia o desenvolvimento cultural livre das amarras jesuíticas. Então, por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo vai determinar o fechamento dos colégios jesuítas e introduzir as aulas régias a serem mantidas pela Coroa. Porém, para Sara Dick (1992), o ensino secundário na Bahia, continuará com traços humanísticos no seu currículo.

agosto de 1834[11]. Eis o famoso Ato Adicional de 1834, o qual modificou a Constituição de 1824, distribuindo responsabilidades, antes de competência da Coroa, para as novas Assembleias Provinciais. Para esta pesquisa, nos interessa o art. 10° e § 2°:

> Compete ás mesmas Assembeás legislar: [...] Sobre instrucção publica e estabelecimentos próprios a promovel-a não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral (BRASIL, 1834, s/p).

O que se percebe é que o Ato Adicional de 1834 é um protagonista na criação de "políticas públicas educacionais" (DICK, 1992, 2001 e 2002) por parte das Províncias, as quais ficaram responsáveis pelas legislações sobre a educação primária e secundária. Já que, a superior continuava a cargo da corte. O Liceu Provincial (1836), junto com a Escola Normal (1836), surgirá como um remédio para barrar o contexto de crise econômica e tensões sociais que abalavam com frequência a cidade de Salvador:

> Na Bahia, tal legislação [Ato Adicional de 1834] possibilitou a criação do Liceu Provincial em 1836, bem como a Escola normal no mesmo ano. Embora a circunstância de origem das legislações sobre a instrução na Bahia seja a mesma, os objetivos das iniciativas divergem. [...] a criação da Escola normal representa uma resposta ou tentativa de contenção das demandas das classes populares, significando o controle da "ordem social". Já em relação ao Liceu Provincial, a legislação responde, a princípio, uma iniciativa das elites, em relação às necessidades de formação de uma camada intermediária, pronta a atender as novas exigências urbanas de uma burocracia estatal. (DICK, 1992, p. 40-41)

Mas quando recorremos às memórias do Diário Oficial do Estado, é possível ler que:

[11]BRASIL. ATO ADICIONAL n°16 de agosto de 1834. In. Coleção de Leis do Império, disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-deleis/copy_of_colecao3.html Acesso em: 20 de outubro de 2020.

> No mesmo anno em que fora creado o Lyceu e regulamentada a Instrucção Secundaria nelle oficialmente ministrada, irrompeu nesta Capital, a 7 de Novembro, o movimento separatista, conhecido na historia pátria, pelo nome de "Sabinada"(1923, p. 329).

É importante mencionar que o Liceu Provincial foi considerado um dos principais centros difusores de ideias em prol ao movimento da Sabinada; inúmeros professores dessa instituição cerraram fileiras ao lado de Francisco Sabino Vieira. Um valioso personagem para o movimento separatista da Bahia e, por consequência, para o Liceu, foi o professor de "Geographia e Historia – Ignacio Aprigio da Fonseca, nomeado em 1835 e transferido para o Lyceu em 1836". (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1923, p.329)

Ignacio Fonseca, após responder por todos os seus atos, referente à sua participação na Revolta da Sabinada, é recontratado para assumir a Cátedra de Geografia e História do Liceu Provincial. Entretanto, a sua saga no Liceu segue até o ano de 1846, quando falece. Na busca por um novo substituto, no dia 12 de junho de 1846, um novo concurso é realizado para Cadeira de Geografia e História. Então, é aprovado com unanimidade de votos e nomeado no dia 25 de outubro, o professor João Estanislau da Silva Lisbôa.

> É interessante destacar que para a função de professor do Liceu poderia exercer qualquer pessoa desde que fosse habilitada, sendo que tal habilitação deveria ser atestada pelos seguintes requisitos na ordem: ter bom comportamento moral, político e religioso; certidão de folha corrida; não portar moléstia contagiosa e prestar exame na matéria que desejasse lecionar (DICK, 2002, p. 96).

Mas segundo as memórias do Diário Oficial do Estado (1923, p. 530), sua carreira como professor do Liceu não durará. Visto que, no ano seguinte, em 1847, ele foi preso, processado e condenado pelo Júri baiano; consta assassinato contra sua esposa. Entretanto, por concessão do governo, ele continuou a ensinar história dentro da prisão, mesmo sem poder retornar à sua antiga cadeira oficial dentro do

Liceu Provincial da Bahia.

Todos esses requisitos deveriam ser cumpridos pelos professores que se dispuseram a lecionar no Liceu. Afinal, estes ensinariam aos filhos da elite soteropolitana, tinham o dever de formar uma camada intermediária para assumir as exigências da burocracia do Estado Imperial ou Provincial. Portanto, tinham o dever de estarem bem apresentáveis, em todos os aspectos da sua vida cotidiana.

Um bom exemplo, para entender os requisitos de quem poderia exercer a função de professor no período citado, é do próprio Professor de Geografia e História moderna e do Brasil, do Liceu Provincial: Dr. Pedro Antonio d'Oliveira Botelho. Ao analisar o relatório do Secretário da Comissão de Higiene Pública, Dr. Malaquias Alvares dos Santos (1856, p.21), constatamos que o Professor estava cumprindo sua missão, dessa vez como médico, enfrentando a epidemia de Cólera que afligia a freguesia de Madre de Deus do Boqueirão. Ao seguir os rastros de outras documentações[12], pude conferir o seu nome na lista de eleitores da Capital, no Curato da Sé. Nota-se que o Botelho era um cidadão típico, exemplar, segundo as atribuições requisitadas para formar os filhos da "Boa Sociedade[13]" soteropolitana.

Mas neste cenário de "transição conservadora e formação da nação" (ARAÚJO,

[12]Por meio dos Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia (1854-1859; 1861-1862 e 1872), foi possível realizar o levantamento dessas informações sobre a participação ativa na vida política da Província pelo Dr. Botelho. Essas informações podem ser cruzadas com a Revista de Instrução Pública da Bahia, na edição 55, do ano de 1872: "Quando a província de Pernambuco lamentava assim a perda de um de seus filhos mais ilustres [...] arrebatava também ao lyceu d'esta cidade um dos seus talentosos professor, o Dr. Pedro Antonio de Oliveira Botelho. Além da cadeira de Geografia [e história] que por longos annos ocupou n'aquelle estabelecimento, exerceu o Dr. Botelho diversos cargos de eleição popular n'esta província; foi por muitas vezes eleitor na freguezia da Sé, e membro á assembléa legislativa provincial". (p. 123)

[13]Nas palavras de Selma Rinaldi Mattos (1998, p.32-33), a *boa sociedade* era constituída por aqueles que eram brancos, livres e proprietários de escravos. E era justamente um cruzamento particular desses atributos – o fenótipo, a liberdade e a propriedade – que lhe permitia diferenciar-se tanto do povo *mais ou menos miúdo* – isto é, daqueles que eram proprietários apenas de suas pessoas e não necessariamente brancos – quanto da massa de escravos. Era a combinação desses atributos ainda que sustentava o *sentimento aristocrático* que distinguia a sociedade imperial.

2009) o Presidente da Província da Bahia, Thomas Xavier Garcia de Almeida, na abertura da Assembleia Legislativa, em fevereiro de 1840, reclama da falta de inspeção em algumas escolas mais distante da capital, do não cumprimento efetivo do oficio de alguns professores e das turbulências envolvendo o corpo discente. Para Garcia de Almeida, a solução seria:

> occorre-me o de authorizardes o Governo para suspende-los correccionalmente, e mesmo demitti-los, quando se verifique por informação do Juiz de Direito, e Camara Municipal respectiva a sua indolência, ou prevaricação; igual autorização se faz tambem necessaria para punir aos Alumnos turbulentos, e perturbadores das escolas; taes são alguns das Aulas do Liceo, contra quem por vezes me tem representado o Director, como autores de distúrbios, e desacatos de natureza graves capazes de fazer introdusir a desmoralização, e estorvar o andamento deste util Estabelecimento (p.12).

Aparentemente a preocupação de Garcia de Almeida representava os anseios dos dirigentes provinciais da Bahia, sobretudo em um momento de forte agitação social, de consolidação do Estado Nacional, das crises regenciais e das inúmeras epidemias. Tanto é que, em 1848, o Desembargador, então Presidente da Província da Bahia, João José de Moura Magalhães, discursa destacando o papel da Instrução Pública para formação da mocidade da Província:

> Posto que a Instrucção Publica tenha obtido alguns melhoramentos entre nós, com tudo ainda esta mui distante da desejada perfeição. Se, como ninguém ignora, uma das causas mais influentes na perpetração dos crimes he a falta da instrucção necessária para desenvolver o estado intelectual, e moral do homem, que tende a aperfeiçoar-se, e colocar-se ao nivel do estado progressivo e real da Sociedade, bem se vê, que este he um dos ramos da Administração Publica, que deve primeiro merecer todos os nossos disvellos, e cuidados. (p. 9)

Fica evidente, após a colocação do Desembargador Magalhães, que entre 1840-50, os Presidentes da Província da Bahia e os relatórios dos Diretores de Instrução salientavam uma preocupação ímpar com este ramo da administração pública. A meu ver, essa preocupação não era ingênua, em especial com o Liceu

Provincial, instituição acolhedora dos filhos da elite soteropolitana. A educação secundária ganhava um *status* político: derramar as luzes sobre a elite soteropolitana. Eis uma condição imprescindível para a consolidação da Ordem Imperial e da imposição da paz na Província da Bahia:

> No processo de desenvolvimento da política pública sobre a educação, podemos distinguir dois momentos distintos. O primeiro momento seria aquele correspondente a primeira metade do século – 1822 a 1840/1850-, onde notamos a definição de um período de organização da política pública. Este período corresponde aos momentos de maior agitação social, fruto dos movimentos de afirmação do Estado Nacional, aliado à crise econômica e epidemias. O segundo momento, corresponderia à segunda metade do século, até o início da década de 60, quando há maior sistematização quanto à legislação de educação, com o primeiro Regulamento Orgânico para a educação na Província. Este é também o período de reorganização das classes dominantes, com maior repressão sobre os movimentos sociais, bem como de organização tanto do Estado Nacional como provincial. Assim sendo, os reflexos na educação são de maior estabilização da legislação, uma vez que ficam delineados mais claramente as metas e objetivos a serem atingidos. (DICK, 1992, p. 46)

Portanto, é nos anos finais da década de 1850 e o início de 1860, que é possível visualizarmos a reorganização das principais metas e objetivos a serem conquistados pelo Liceu baiano. Assim, não podemos perder de vista que, é nesse momento que ocorrem as principais alterações sociais, favorecendo, sobretudo, a reorganização da classe dominante e o sufocamento dos movimentos sociais. Por isso, é válido supor que esse é o momento da consolidação do Estado Nacional nas atividades educacionais, até por que, de acordo com Alex Santos (2017, p.45); novas formas de organização dos poderes passaram a demandar novos trabalhadores que dominassem os elementos básicos de “escritura, ler, escrever e as operações aritméticas” visto que, a maioria dos brasileiros, independente da classe social, apresentava pouca escolarização.

Assim, a instrução primária e secundária ganhava, cada vez mais, um papel decisivo na sociedade baiana Oitocentista. Podemos conferir isso, na fala do

Presidente da Província João Maurício Wanderley; ao pronunciar seu discurso anual para Assembleia lotada em 1853. A sua ênfase recai sobre a formação do "homem de bem" da Província:

> A instrucção primaria, pelo qual se adquirem, com os preceitos da religião e da moral, e os deveres de todos que vivem na sociedade, os conhecimentos elementares necessarios ao homem de qualquer condição, he garantida gratuitamente pela Constituição, pois que não he menos uma necessidade do individuo que do estado. A ignorância do povo, tornando-o menos feliz por desconhecer os seus interesses, o faz instrumento cego dos perturbadores da ordem e do socego publico. Se a marcha dos acontecimentos, ou a irritação dos partidos produzem alguma agitação no paiz, os erros do povo ignorante e a superstição oferecem pretexto a agitadores para darem incremento á desordem. Merece a mesma consideração a instrucção secundaria, a qual compreende os elementos da philosophia racional e moral, eloquencia e bellas letras, o conhecimento das lingoas antigas e modernas, grammatica, *geografia, historia*, elementos das sciencias physicas, e finalmente tudo o que constitue os conhecimentos de um homem bem educado. (p. 28, itálico nosso)

É importante destacar a presença das disciplinas Geografia e História na constituição educacional de um homem bem educado. Nesse período, o ensino de geografia e história, em especial, tinha como perspectiva a racionalidade do homem moderno como fundamento da história humana; tendo como agente principal o Estado. Por isso, Wanderley, destaca o papel das duas disciplinas, mas não somente: "[a] geografia que nos ensina as divisões da terra que habitamos, história pela qual deixamos de ser estranhos aos destinos dos homens que nos precederam, principalmente a da nossa Patria que nos identifica com ella [...]". (1853, p.29) A geografia e a história são, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade. É provável que, nas palavras de Wanderley, cada uma dessas matérias garantiria informações físicas e sociais, suficientes, para definir o desenho nacional. Assim, para escrever e ensinar história brasileira entre 1848-1850, o Estado deve protagonizar como um ser iluminado, esclarecido e civilizador. Consequentemente, sua função é "formadora da cidadania e da moral cívica, passando a tornar-se obrigatória para as gerações escolares". (BITTENCOURT, 1992, p.213)

Saber o que se ensinava em história é fundamental para compreender a função social dessa formação cidadã e moral cívica, que fora destinada, obrigatoriamente, para as gerações escolares. Entretanto, ao longo dessa iniciação científica não foi possível detalhar os conteúdos ministrados, no máximo foi possível identificar as "disciplinas" integrantes dos programas. Mas é possível indiciar a partir de outras fontes, as pistas dos conteúdos ministrados ligados a história geral e do Brasil.

Sobre história geral, o jornal O Constitucional publicou no dia 24 de abril de 1856 uma matéria cujo título era: *O Concurso das cadeiras de Historia e Grammatica Filosophica*. Menciono que esse concurso ocorreu na cidade do Maranhão, fora direcionado para o Liceu Maranhense. Entretanto, a notícia circulou entre várias províncias do nordeste – na época Norte – do país, chegando até Portugal. No exame para ocupar a cadeira de História, somente o Dr. Antonio Marques Rodrigues se inscreveu para concorrer ao cargo. Já conhecido por possuir habilidades e competências na área de História Universal, o candidato escolheu ministrar aula sobre a História Europeia,

> Descrevendo o distincto opositor a phaze moral e politica, do período mais importante da idade media – a epocha das cruzadas e perguntando sobre os effeitos moraes e sociaes desse grande movimento do seculo, tivemos occazião de conhecer a sua elevada e esclarecida critica, o que incontestavelmente é uma das condições mais necessárias ao historiador. (O CONSTITUCIONAL, 1856, p.2)

É de suma importância nos perguntar sobre o que seria essa fase moral e política, bem como os efeitos morais e sociais citados por Marques Rodrigues. Entretanto, é possível pensar o ensino de História medieval como aquele que narra as principais disputas pelo poder central: seja por meio de guerras, de ascensão de aristocracia ou pelo domínio religioso da Igreja Católica contra outras religiosas, a exemplo do Islamismo. Logo, é provável que a organização da cadeira de História Universal estivesse "propondo a linha progressiva da civilização desde os gregos".

(BARNABÉ, 2019. p. 154)

No que diz respeito ao ensino da história nacional, tudo leva a crer que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas respectivas filiais, tal como o Instituto Histórico da Bahia (IHB), protagonizaram na organização do ensino de história pátria. Se a intenção era construir uma história da nação brasileira, então era necessário realizar descrições históricas e geográficas de cada província do país. Assim, no dia 3 de maio de 1856, o Arcebispo baiano, Romualdo Antonio de Seixas, refletiu o papel da História e da Geografia da Província da Bahia, na abertura do instituto na Bahia:

> Que relevante serviço não deverá por tanto prestar o Instituto às Letrras e à Sociedade, investigando os antigos monumentos, e recolhendo os materiaes dispersos nos archivos públicos, ou no fundo de Bibliotecas particulares, e alguns já quasi apagados, afim de coordenar a Historia completa de uma Provincia tão insigne por sua categoria, riqueza e população, e onde se passaram tantos feitos altamente épicos e gloriosos? Embora uma Historia geral do Império deva necessariáriamente comprehender a particular das Provincias, como parte integrantes do mesmo todo; nunca ella subministrará um conhecimento tão positivo, circumstanciado e mesmo tão exacto, como a seque ocupar exclusivamente dos acontecimentos especiaes e, por assim dizer, domésticos da Provincia [...] Que direi eu da utilidade da Geographia, que hoje constitue uma parte essencial da instrucção secundaria? Irmã e rival da Historia, como poderia ella ser esquecida na organisação e systhema do nosso instituto? E si, como á pouco se disse, é vergonhoso ignorar a Historia do mundo, e do Paiz, onde vimos a luz do dia, não será igualmente vergonhoso ignorar os pontos do Globo, ou as localidades, onde se passaram tão variados successos? [...] (p. 12-13).

A ideia era formar uma identidade nacional, assim como meios para civilizar e formar politicamente o cidadão nacional; não seria estranho dizer que o ensino de história pátria relacionava os seus conteúdos com apresentação de bons exemplos biográficos, para época. Assim, tudo indica que temas como “descobrimento e conquista” da América portuguesa, “independência” e a “formação do regime monárquico” nos trópicos figuraram como ensinamentos nessa disciplina.

Entre 1860-2 a Província da Bahia discutirá o planejamento e instalação do Regulamento orgânico que modificou a organização e reestruturou o ensino no Liceu. Segundo Alex Santos, "em 1861 o então Presidente da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto baixa Regulamento estabelecendo o Plano de Aulas do Liceu e da Bahia" (2017, p.77). Logo, foi a partir deste plano que o ensino secundário no Liceu apresentou três etapas Divisão Elementar, Divisão de Gramática e Superior. Pelo que consta no Regulamento Orgânico publicado por Sara Dick (1922, 91) foi na Divisão de Gramática que a mocidade do Liceu estudou por 3 anos Geografia e História do Brasil.

Atribuída tamanha importância, qual era o melhor meio para se ensinar a história? Segundo Sara Dick (1992), a década de 50 vai inaugurar um intenso debate acerca do melhor método de ensino a ser adotado pelo Liceu Provincial. Na época três métodos disputavam a atenção dos responsáveis pela instrução pública na Província: o mútuo, simultâneo e o Castilho, todos eles importados da Europa. João Maurício Wanderley vai adotar "o systema do estudo simultaneo das materias de instrucção secundaria, que tem entre si uma ligação tal que facilita a memoria [...]" (FALLA, 1853, p.29). A escolha pelo método de ensino simultâneo pouco a pouco figurará na legislação educacional brasileira a partir da segunda metade do século XIX. Nas palavras de André Paula Castanha (2017, p.1062), o Brasil seguiu o que estava em crescente ascensão na Europa e Estados Unidos e, portanto, também se configurou como uma inovação educacional, demonstrando que os legisladores brasileiros acompanhavam a dinâmica do processo educacional.

Mas no que consiste este método simultâneo? Segundo Almeida Oliveira (2003, p. 256) o método simultâneo foi inventado por La Salle e:

> Consiste em instruir ao mesmo tempo todos os alunos de uma só classe, e tem grande uso pelas vantagens que apresenta. Ele não fatiga o mestre, põe-no em contato com toda a aula e mantém a emulação dos alunos. Mas esse modo não pode ser aplicado senão até certo número de alunos. Os pedagogistas o

> fixam ordinariamente em 60. (*apud* CASTANHA, 2017, p. 1061)

É interessante notar que, esse tipo de instrução limitava o número de estudantes por sala, recebendo até 60 pessoas por turma. As escolas deveriam estarem organizadas em classes, compostas por alunos com níveis similares de aprendizagem e conduzidas, cada grupo, por um professor. Assim, o docente poderia ensinar a mesma lição para um grupo determinado de estudante, utilizando o método simultâneo de ensino, sem perder a qualidade educacional. Nas palavras de Fernando Penna (2008), esse método é a base para o currículo seriado. Entretanto, "essa não era a realidade das escolas brasileiras, que permaneceram, por muitos anos, como escolas multisseriadas, ou seja, todas as classes no mesmo espaço e ao mesmo tempo, sob a regência de um só professor" (CASTANHA, 2017, p. 1061).

A discussão sobre o melhor método para se ensinar história não congela na década de 50. No ano de 1860, o Presidente da Província da Bahia, recita na abertura da Assembleia Legislativa, seu novo discurso acerca dos sabores e dissabores de administrar a Província. Herculano Ferreira Penna, em matéria de Instrução Pública, só tem a reclamar. Ao longo do seu discurso, ele vai protestar contra o formato atual do sistema de ensino, da inexistência de uma harmonia entre as exigências da sociedade, das carreiras acadêmicas e o que se ensinava no Liceu Provincial.

> A organisação do ensino, como se acha neste Estabelecimento, não parece a melhor, porque o systema dos estudos não está em perfeita harmonia com as exigencias da sociedade, nem corresponde ás condições das carreiras academicas. Seguindo a opinião de alguns de meus ilustrados Antecessores, penso, Senhores, que o Lyceo deve ser convertido em um Internato, para que a instrucção ande a par da educação, para que o beneficio que este Estabelecimento presta ás famílias da Capital chegue também as que morão fóra della. Julgo dever tambem lembrar como muito conveniente o restabelecimento da Cadeira de grammatica philosophica, *a divisão da de Geographia e Historia, ensinando-se especialmente em uma a de Geographia do Paiz, e em outra a Historia pátria*, assim como a criação de uma Cadeira de Alemmão. (FALLA, 1860, p. 52, itálico nosso)

Em que pese Herculano Penna esteja realizando mais um pedido de reforma

para o Liceu Provincial, algo que não era novo[14]. A diferença agora, entre Herculano Penna e os anteriores presidentes, residia na divisão da disciplina Geografia e História. Essa divisão vai abrir portas para o surgimento de novos métodos de ensino da História, tal como o método Zaba.

> A História, inicialmente ensinada por métodos exclusivos de memorização, aos poucos passou a incorporar os métodos ativos, inspirados em pressupostos da psicologia cognitiva. No século XIX, a preocupação maior era o aperfeiçoamento dos métodos mnemônicos. Um exemplo foi a introdução do "método Zaba" em escolas do Rio de Janeiro e da Bahia, por volta de 1870, que visava aperfeiçoar o ensino da História Cronológica. (BITTENCOURT, p.84, 2008)

O método Zaba vai surgir na Província da Bahia após as conferências públicas do Conde N.F. Zaba, no Liceu e no salão da Câmara Municipal, no ano de 1871. A sua intenção era expor as vantagens do seu método de ensino mnemônico para o ensino da História Universal. Dessa forma, o auxílio de mapas e uma visão cronológica da história eram essenciais para situar os principais acontecimentos de cada século. Para Bittencourt, "buscava-se familiarizar o aluno com técnicas de memorização de fatos históricos universais em suas respectivas datas, associadas ao espaço dos acontecimentos." (2008, p. 85) Segundo Zaba, após três lições os estudantes estavam prontos para entender os elementos mais importantes de um século.

Assim, para o 4° Vice-Presidente da Província, Dr. Francisco José Rocha, o trabalho,

> causou grande impressão, e produziu emulação. Autorisei-o á dar algumas

[14]Durante essa fase as discussões presentes nas falas presidenciais e relatórios sobre a instrução pública dão conta de preocupações como centralizar ou descentralizar a administração do ensino, com vitória das idéias centralizadoras e a criação do cargo de Diretor Geral de Estudos, que substituiu o Conselho de Instrução Pública existente anteriormente; ensino público gratuito ou ensino pago, para "selecionar mais o tipo de pessoas a frequentarem o Liceu"; ensino propedêutico ou um ensino "mais prático" como a preparação para a vida e, até mesmo, ideias que já pregavam a necessidade de nacionalização do ensino. (DICK, 2001, p. 17-18)

> conferencias no Internato e no Externato normaes; e sendo me pela Secretaria da Instrucção Publica requisitados 200 mappas para serem distribuídos pelos dois estabelecimentos e pelos professores que quisessem acompanhar com o estudo próprio as lecções do autor, mandei fornece-los. As informações dadas pelo pessoal docente d'esses dous Estabelecimentos são favoráveis ao methodo, que continua a ser aplicado ali, e tambem em algumas escolas primarias, afim de se poderem praticamente conhecer no fim do anno *as vantagens em relação ao ensino como d'antes era feito, e ser aproveitado principalmente para incutir e gravar na memoria dos meninos os principaes acontecimentos da historia patria.* (FALLA, 1871, p. 11, grifo nosso)

É o estudante do Externato Normal, Malaquias Perminio Leite[15], que inaugurará o Método Zaba aplicado a História do Brasil. "Em uma reunião que houve [no] Lyceu para abertura da galeria de pintura, [ele] fez uma sucinta exposição dos factos mais salientes da historia patria, por elle compendiados em um mappa que preparou pelo methodo zaba." (FALLA, 1871, p.11) Para Antonietta de Aguiar Nunes (1998), este fato revela a preocupação oficial com a atualização e aplicação de modernos sistemas de ensino. De todo modo, esse trabalho inaugurado e, futuramente, propagado por Malaquias Leite, será louvado pelo Vice-diretor de Instrução Pública e vai ser reconhecido como um método capaz de sistematizar o ensino de história do Brasil, especialmente no Liceu Provincial da Bahia.

Em matéria de organização do ensino secundário da Bahia, aparentemente, a última modificação vai ocorrer com a publicação do último Regulamento de Ensino, no ano de 1881. Para Sara Dick (2001) não há alterações substanciais, no que diz respeito, as estruturas das disciplinas do Liceu para a condição imposta no Regulamento de 1860-2. A única modificação foi a criação do Instituto de Letras e Ciências, dentro do Liceu Provincial. Contando com as seguintes cadeiras,

[15]Segundo Lucas Ribeiro Campos, "Malaquias Permínio Leite, que era solteiro, 30 anos de idade e professor público, quando foi aprovado na SPD [Sociedade Protetora dos Desvalidos], em 21 de setembro de 1880. Permínio Leite foi aluno laureado do Colégio Sete de Setembro, mestre-escola de alto valor e excelente desenhista, tendo inclusive recebido prêmio por alguns de seus trabalhos". (2018, p.35)

I- Grammatica e versão da Língua Latina;
II- Latinidades;
III- Grammaticaphilosophica nas suas aplicações á língua portuguesa
IV- Francez
V- Inglez
VI- Rhetorica, Poética e Litteratura Nacional;
VII- Geographia, Cosmographia e Historia do Brasil;
VIII- Historia Antiga, da Edade Media e Moderna;
IX- Philosofia, comprehendendo as noções geraes da historia desta sciencia;
X- Arithmetica e Álgebra;
XI- Elementos de botânica e zoologia nas suas applicações mais geraes, especialmente á agricultura;
XII- Elementos de physica, chimica e mineralogia.
(REGULAMENTO- 1881 *Apud* DICK, 2001, p. 169)

Portanto, do ponto de vista curricular, o famoso Regulamento Bulcão (1881), não modificará a forma de atuação das disciplinas escolares dentro das salas de aula. Nota-se poucas alterações, tais como a divisão de ensino literário e científico; mas que pouco influenciou na atuação prática das disciplinas escolares. O ensino secundário oficializado pelo Liceu Provincial baiano vai seguir até a reforma de 1890, quando se cria "sob a direcção do Dr. Satyro de Oliveira Dias [...] o Instituto Official do Ensino Secundario [sendo regido] pelo Regulamento de 23 de Outubro de 1890". (Relatorio do Governador do Estado – Instrucção Publica, 1893, p. 3) É o momento em que, o ensino secundário da Bahia ganhará maior organicidade na seriação do curso em seis anos, maior presença dos estudantes, credenciamento dos concluintes do bacharelado ao ingresso no serviço público com prioridade, planejamento curricular sistematizado e uma formação mais prática para atuação industrial e comercial.

Considerações Finais

Tendo em vista os objetivos a que nos propusemos, importa ter presente o que assinalamos ao início deste texto: analisar a trajetória do ensino de História proposto pelo Liceu Provincial Baiano, inserido no contexto sociopolítico, econômico e cultural do século XIX. Ao tomar conhecimento e analisar a documentação referenciada,

pudemos perceber que o principal objetivo do Liceu Provincial na Bahia era, a princípio, atender às necessidades formativas das camadas intermediárias baianas, ou seja, atender as exigências de treinar uma burocracia estatal para assumir os principais cargos de lideranças da Província.

Mas o Liceu não teve um caminho retilíneo, cabe pontuar a participação de alguns professores como agitadores e propagadores da Revolta da Sabinada. A título de exemplo, podemos citar o primeiro professor de História da Instituição: Ignácio Aprígio da Fonseca. Ao analisar a documentação, percebemos que Ignácio Fonseca transformou a instituição em um centro difusor da ideia da Sabinada, lhe custando caro ao fim. Não à toa, que após esse episódio todos os professores do Liceu deveriam apresentar bom comportamento moral, político e religioso para ser considerado apto ao cargo.

Assim, fica bastante evidente a transformação que estava ocorrendo na sociedade baiana: a consolidação da Ordem Imperial. Pouco a pouco, a administração pública passou a se preocupar mais com a Instrução Pública. Em que pese esse cuidado não seja ingênuo, mudanças foram vistas no ramo da educação secundária da Bahia. Dessa forma, é possível dizer que as disciplinas Geografia e História ganharam protagonismo na educação do baiano "bem educado". Mas o que se lecionava em matéria de História? Essa é uma das perguntas para quais não temos uma resposta concreta, entretanto, foi possível identificar alguns conteúdos ministrados.

Sobre História geral, encontramos relatos de um concurso público que existiu no Liceu Provincial do Maranhão, porém, repercutiu em todas as províncias do Nordeste, chegando até mesmo em Portugal. O professor que concorreu para vaga era Antônio Marques Rodrigues, ministrou aula sobre a idade média, o tema das cruzadas. Segundo os avaliadores, a priorização na fase moral e política, bem como os

principais efeitos sociais das cruzadas na Europa Ocidental era a principal chave do conteúdo. Já no que diz respeito ao ensino de História nacional, os liceus puderam contar com o protagonismo do IHGB e seus congêneres provinciais. Tendo como intenção construir identidade nacional, civilizar e formar politicamente o cidadão brasileiro; o ensino de história do Brasil assumiu relação direta com os exemplos biográficos e descrições geográficas das províncias. Portanto, temas como "descobrimento e conquista" do Brasil, "independência" e "formação do regime monárquico", apareciam acompanhadas dos seus principais realizadores, tornando-os exemplos a serem seguidos.

Nesse mesmo período que as cadeiras de história e geografia ganharam mais protagonismo, a questão do método de ensino sobressai com tamanha importância, no Liceu Provincial. Dessa forma, três métodos vão disputar a atenção dos administradores na Província: o mútuo, simultâneo e o Castilho. O método selecionado foi o Simultâneo, uma vez que duas questões foram cruciais para sua escolha: 1) era a metodologia de ensino utilizada pelos principais colégios da Europa, residindo aí, uma atenção internacional dos principais diretores de Instrução Pública aos métodos vigentes na Europa; 2) Por meio dessa organização era possível instruir, ao mesmo tempo, até 60 alunos de uma só classe, mantendo o estímulo dos estudantes.

Cabe observar que, mesmo com a adoção da metodologia de ensino simultâneo, o Liceu Provincial da Bahia, não conseguiu transformar o seu currículo multisseriado em um currículo seriado. Assim, a Instrução Pública secundária da Bahia continuava a perpetuar o seu mal de origem, ou seja, todas as classes residiam em uma mesma sala, sob o comando de um professor, ministrando um conteúdo diversificado para vários estudantes ao mesmo tempo. Esse problema vai residir até o nascimento do Instituto Oficial de Ensino Secundário em 1890, sob liderança de

Satyro de Oliveira Dias, na República.

Para além da metodologia de ensino simultâneo, outros métodos floresceram na Província da Bahia. Cito em específico o método de memorização da História Universal criado pelo Conde N.F. Zaba e adaptado para o ensino de História do Brasil pelo estudante do Externato Normal, Malaquias Permínio Leite; esse método tinha como objetivo estimular o entendimento dos principais elementos de um século pelos estudantes do ensino primário e secundário da Província. No que diz respeito aos membros da Administração Pública ligados à Instrução, era uma esperança de sistematização do ensino na Província.

Por fim, cabe ressaltar que este tema não se esgota em um trabalho de iniciação científica, pelo contrário: ele é a porta de entrada para outras investigações. Vale a pena mencionar que, em que pese o Colégio Pedro II tenha servido de modelo para as principais instituições de ensino secundário do país, nem todos os colégios seguiram à risca suas orientações. O próprio Liceu Provincial da Bahia caminhou por outras vias, seja na autonomia curricular, metodológica e de ensino; seja na sua organização administrativa. Portanto, para próxima etapa, explorar o Acervo do Colégio Central da Bahia – Antigo Liceu Provincial no século XIX – permitirá conhecer fontes inéditas que não foram exploradas e que podem complementar este trabalho e responder novas perguntas sobre a temática da História do Ensino de História na Bahia do século XIX.

FONTES:

ABBADE FLEURY. [1846]. **Pequeno Cathecismohistorico**, contendo em compendio a Historia Sagrada, e Doutrina Christã composto em francez. Traduzido em português de ordem do governo imperial por Joaquim José da Silveira. 2° edição. Rio de Janeiro: Typographia de Bintot, 1846. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22562. Acesso em: 03/04/2021.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno

de 1855, organizado por Camillo de Lellis Masson. Primeiro anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1854.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1856, organizado por Camillo de Lellis Masson. Segundo anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1855.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1857, organizado por Camillo de Lellis Masson. Terceiro anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1856.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1858, organizado por Camillo de Lellis Masson. Quarto anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1857.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1860, organizado por Camillo de Lellis Masson. Sexto anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1859.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1862, organizado por Camillo de Lellis Abajson. Oitavo anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1861.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia)** para o Anno de 1863, organizado por Camillo de Lellis Abajson. Nono anno. Bahia. Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. 1862.

ALMANAK **(Almanak Administrativo, Commercial e Industrial da Província da Bahia)** para o anno de 1873, compilado por Avino Rodrigues Pimenta. Anno I. Bahia. Typ. De Oliveira Mendes & C. 1872.

BAHIA. **Falla que o Exm.osnr. Thomas Xavier Garcia de Almeida**; presidente desta província, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembléa no dia 2 de fevereiro de 1840. Bahia, typ. Manoel Antonio da Silva Serva. 1839.

BAHIA. **Falla que o Exm.osnr. Paulo José de Mello Azevedo e Brito**; presidente desta província, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembleá no dia 2 de fevereiro de 1841. Bahia, typ. Epifanio J. Pedroza, 1841.

BAHIA. **Falla que o Exm.osnr. DR. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima**; presidente desta província, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembleá no dia 14 de maio de 1856. Bahia, typ. Antonio de Olavo França Guerra e Comp, 1856.

BAHIA. **Falla que o Exm.o. snr. Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque**; presidente desta província, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembléa no dia 1 de março de 1863. Bahia, typ. Poggeti-De Tourinho, dias & c. 1863

BAHIA**. Relatorio apresentado ao ILLM. Exm. Sr. DEZ. João José d'Almeida Couto**; 1° Vice- Presidente da Província pelo 4° Vice-Presidente da Província Dr. Francisco José da Rocha ao passar-lhe a Administração da Província em 17 de Outubro de 1871. Bahia, typ. Correio da Bahia. 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&Pesq=%22methodo%20zaba%22&pagfis=6638> acessado em: 02 de janeiro de 2021.

BAHIA. **Mensagem e Relatorios apresentados pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima**; Governador da Bahia, apresentou a Assembléa Geral Legislativa no dia 07 de abril de 1893. Bahia, typ. Encadernação do "Diário da Bahia", 1893.

BRASIL. **ATO ADICIONAL n°16 de agosto de 1834**. In. Coleção de Leis do Império, disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brazil**, de 25 de março de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 20 de outubro de 2020.

GARCIA, Manoel Correia. **Periódico do Instituto Histórico Baiano**: Introdução. n. 1 out. p. 3-8, 1863. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/instituto-historico-da-bahia/818933. Acessado em: 02 de janeiro de 2021.

Revista da Instrucção Publica, n. 55 de 15 de dezembro de 1872. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=826189&pasta=ano%20187&pesq=%22methodo%20zaba%22&pagfis=101> Acessado em: 02 de janeiro de 2021.

ROMUALDO, Arcebispo da Bahia. **Periódico do Instituto Histórico Baiano**: Discurso que abrio a primeira sessão inaugural do Instituto Historico da Bahia em 3 de Maio de 1856. n. 1 out. p. 9-16. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/instituto-historico-da-bahia/818933. Acessado em: 02 de janeiro de 2021.

BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da

nação, 1838-1850. – EDUFBA, 2009. 378p.

BARNABÉ, Luís Ernesto. **A História Antiga em Compêndios Franceses e Brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: História, Disciplina Escolar e Impressos (1820-1865)**. 2019. 222f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Os Confrontos de uma disciplina escolar**: da história sagrada à história profana. Rev. Bras. De Hist/S. Paulo/ v.13. n°25/26/ pp. 193-221/ set. 92/ago 93.

_____. **Ensino de História**: fundamentos e métodos – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008. p. 57-92.

CASTANHA, André Paulo. **Os métodos de ensino no Brasil do século XIX**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 17, n. 4, p. 1054-1077, dez. 2017.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação,2, p. 177-229.

_____. **Quando surgiu o ensino "Secundário"?** R. Fac. Educ, São Paulo. v.18, n.1, 9. Jan/jun. 1992, p. 99-112.

DICK, Sara Martha. **A origem das políticas públicas para o ensino secundário na Bahia***:* o Liceu Provincial 1836 a 1862. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 1992.

_____. **Políticas públicas para o ensino secundário** – Liceu Provincial 1860 a 1890. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador,

2001.

_____. **Origem das políticas públicas para o ensino secundário** – O Liceu Provincial Baiano – 1836 a 1890. Gestão em Ação, Salvador, V.5, n.2, p. 91-109. 2002.

GOODSON, Ivor F. **A Construção social do Currículo**. Educa, Lisboa. 1997, p. 1- 27.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2.ed. trad. Federico Carotti: São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p. 143-181.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1. 1988. p.5-27.

JULIA, D. **Disciplinas escolares**: objetivo, ensino e apropriação. In: Lopes, A.C; MACEDO, E. Disciplinas e integração curricular. História e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

MATTOS, Ilmar Rohloff (org.) **Histórias do Ensino de História no Brasil** – Rio de Janeiro: Access. 1998. 136p.

NUNES, Antonieta de Aguiar. **A formação oficial de professores na Bahia Imperial**. Revista da Faced, n.2, Salvador: EDUFBA.

_____. **A formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia n.99, p.75-113, 2004.

_____. **Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do século XIX brasileiro**: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa. Revista da FACED, n.4, Salvador, 2000, p. 11-25.

_____. **A trajetória de um político dedicado à educação**: Sátiro de Oliveira Dias. Gestão em Ação, Salvador, V.4, n.2, p. 33-47. 2001.

_____. **Política educacional do Segundo Governo Republicano na Bahia (1890)**. Gestão em Ação, Salvador, v.5, n.2, p. 111-126. 2002a.

_____. **A Instrução pública nas leis orçamentárias provinciais baianas**: 1835-1889. In: Anais... II Congresso Brasileiro de História da Educação em Natal, RGN, novembro de 2002b.

PENNA, Fernando A. **Sob o nome e a capa do Imperador**: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINHEIRO, José Gledison Rocha. **O diário de Dalila**: poética, testemunho e tragédia na formação escolanovista do indivíduo moderno (1933-1934). 2015. 293 f. Tese, (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. **A Escola Normal na Província da Bahia**. In: ARAÚJO, José Carlos (Org.). As escolas normais no Brasil: do império à república. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008. p. 47-60.

SANTOS, Alex Sandro Salvador dos. **Educação, Política e Sociedade na Bahia do Séc. XIX**. O Liceu Provincial da Bahia entre 1836 E 1870. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, 2017

SAVIANI, Demerval**. História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5.ed. Campinas, sp: Autores Associados, 2019. p. 1-187.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje**: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História, V. 31, n. 60, p. 13-33, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf. Acesso em: 18/07/2021.

VIÑAO, Antonio. **A história das disciplinas escolares**. Revista brasileira de história da educação. N°18 set./dez. 2008. p. 173-215.

Raymond Williams: sobre o materialismo cultural no processo histórico

Thaís Nery**
DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p427-444

Resumo: Raymond Williams (1921-1988) foi um dos pensadores mais originais e influentes de seu tempo, tendo contribuído de forma inestimável para a teoria cultural contemporânea. Intelectual engajado de convicções socialistas, Williams renovou profundamente o pensamento marxista sobre a cultura, por meio de estudos de sociologia e crítica cultural, produção literária e influência na cultura da mídia por uma análise profunda da vida em sociedade. Com base em seus estudos, o pensador britânico pode enfim pensar em uma definição de um dos conceitos mais complexos dentro das humanidades: a ideia de cultura, sobretudo na sociedade contemporânea Ocidental. O presente artigo tem como objetivo apresentar de forma simples, porém didática, a obra de Raymond William e sua reflexão sobre a teoria da cultura, materialismo cultural, o modo como ele se desenvolveu em importantes obras teóricas de diferentes momentos de sua trajetória intelectual a partir da interpretação do materialismo histórico e a importância da história cultural nesse processo.

Palavras- chave: Raymond Williams, Estudos Culturais, Cultura, Materialismo, História Cultural.

Introdução

Raymond Williams nasceu em 1921, no País de Gales, e cresceu em um ambiente de forte tradição trabalhista e de grande presença na cena política britânica através do Partido Trabalhista Britânico (o *Labour*), com forte influência do socialismo. Ainda jovem, Williams adquiriu uma bolsa de estudos em Cambridge, considerado por muitos como o centro da elite intelectual inglesa.

Além dos estudos, Williams se dedicou à militância estudantil, sendo membro do Partido Comunista Britânico e do Clube Universitário Socialista de Cambridge, e nesse contexto conheceu o historiador Eric Hobsbawm. Raymond Williams também integrou o movimento intelectual conhecido por *New Left*, que reuniu segmentos oriundos do Partido Comunista insatisfeitos com o que chamavam de "estalinismo", igualmente com o elitismo da intelectualidade e da crítica literária inglesa e a guinada à direita do Partido Trabalhista. Assim como Hobsbawm, Williams também liderou essa vertente crítica à experiência soviética, mas sem abandonar o legado socialista.

Em seu projeto intelectual, Williams reelabora a teoria marxista sobre a cultura, mesmo ciente das contribuições do marxismo clássico, com ênfase na economia política, para a história; portanto, é partindo do materialismo histórico que Williams dedicou-se a pensar uma teoria materialista da cultura que levasse em conta seu papel social. O materialismo cultural tem como meta tornar a história cultural em material. Contudo, para firmar essa nova posição teórica – o materialismo cultural – a primeira tarefa de Williams seria a redefinição, ou o aprofundamento, do termo "cultura" que, a partir dessa perspectiva teórica – materialista –, deve ser entendida "como o sistema de significações mediante o qual necessariamente (...) uma dada

ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada" (WILLIAMS, 2011, p. 13)

O presente artigo visa apresentar de forma simples, porém didática, a obra de Raymond William e sua reflexão sobre a teoria da cultura. O artigo está dividido em quatro sessões mostrando a trajetória do pensamento de Williams até a definição e reflexão acerca do conceito de cultura.

1. Raymond Williams: cultura comum x cultura de minoria

Em defesa da classe trabalhadora e sua ascensão por meio da educação, o movimento da *New Left,* que reuniu nomes como Edward P. Thompson, Christopher Hill, o próprio Eric Hobsbawm e, posteriormente, Perry Anderson e Stuart Hall, passa a ser inserido no que Anderson chamou de "marxismo Ocidental" em seu livro *Considerações sobre o marxismo ocidental*, de 1976, a partir de então, se tornará um conceito consagrado, em particular no mundo de língua inglesa, marcado pela mudança de ênfase da economia política – como no marxismo clássico - para a cultura, contudo, o termo é demasiadamente genérico e abrange autores muito distintos, como: Gramsci, Adorno, Marcuse, Lukács e o próprio Raymond Williams, apesar das afinidades relativas entre si, também há uma série de divergências entre os mesmos, evidenciando o caráter problemático do conceito.

Essa formação acadêmica, política e cultural híbrida, de caráter marcadamente democrático e progressista, iria posteriormente defrontar-se com o ambiente conservador dos estudos literários ingleses, representados por I. A. Richards e F. R. Leavis, intelectuais que defendiam o método conhecido por "crítica prática", ou seja, tratava-se de uma posição burguesa em relação a literatura e a ideia de que a cultura só era compreendida pela aristocracia.

O método de Leavis propunha o afastamento dos conceitos e maior foco em uma "experiência" emocional direta do leitor com o texto, ligava-se precisamente a um esforço de cunho educacional. Essa espécie de "experiência", assume aqui uma perspectiva mais subjetiva, "ligada ao cultivo da 'vida' e à disseminação dos valores que teriam sido dispensados da vivência cotidiana no mundo urbano-industrial" (AZEVEDO, 2007, p. 206). Neste caso, a crítica literária e sua prática significavam "construir um consenso de valores a partir do qual seria possível julgar os rumos incertos da civilização contemporânea — no dizer de Leavis, a civilização da máquina: contra seus males se levantava a literatura, encarnação dos valores da cultura" (CEVASCO, 2003, p. 35), uma espécie de retomada das tendências do romantismo em pleno século XX, que na visão de Williams nada mais era do que autoritária, idealista e elitista, dizendo que "a interpretação específica dada então foi, naturalmente, a de um declínio cultural; o isolamento radical da minoria crítica foi, nesse sentido, tanto o ponto de partida quanto a conclusão" (WILLIAMS, 2011, p. 25).

A crítica feita pelos marxistas propunha que: a humanidade genuína encontra-se nas relações econômicas e na realidade incontornável da luta de classes, enquanto a "crítica prática" de Leavis pensava ao contrário, pois via a cultura como guardiã do que restava de "digno" na humanidade e como posse de uma minoria que deveria preservar os valores humanos e a tradição cultural inglesa, e se apoiava nesses argumentos para assolar com o marxismo em sua Revista *Scrutiny*. Raymond Williams reconhecia a força que esse discurso literário recaia na sociedade inglesa da época, pois para ele a teoria cultural a que se propunha ainda não havia alcançado a necessária destreza na lida com os fenômenos da consciência e na sua capacidade de oferecer explicações razoavelmente adequadas para a realidade, algo que as correntes burguesas já o faziam.

A partir desse reconhecimento, Raymond Williams passa a construir uma abordagem de cultura com uma perspectiva renovada, concretizando o nascimento dos Estudos Culturais, algo que representou um momento de grande importância para a cultura e as humanidades. A fundação da nova disciplina concebe a cultura como campo de luta em torno da significação social, segundo Maria Elisa Cevasco, "a nova disciplina trazia uma visão da literatura, como uma série de autores para os quais era necessário apresentar uma 'resposta pessoal'" (CEVASCO, 2001, p. 168) e difere-se da abordagem crítica tradicional, pois não concentrava especificamente na estética, a menos que seja necessário analisar sua conexão com a sociedade. O marco inicial dos Estudos Culturais pode ser definido a partir do lançamento de *Cultura e Sociedade*, livro de Williams que trata em materializar essa nova forma de discutir os fatos da cultura, com base em análises sócio-políticas, resultado de sua carreira como professor no ensino voltado para adultos.

Em *Dez lições sobre estudos culturais*, Maria Elisa Cevasco explica que o nascimento dos estudos culturais dá-se em função de uma necessidade política ligada à democratização da educação, ou seja, "da mudança de perspectiva no ensino das artes e da literatura e sua relação com a história e a sociedade contemporânea que começou na Educação para Adultos" (CEVASCO, 2003, p. 35), em oposição à proposta pedagógica dos intelectuais ligados à revista *Scrutiny,* a *Worker's Educational Association* (WEA) defendia uma educação pública e igualitária que partisse de uma cultura em comum, tal como Williams propunha. Segundo Hugo Tavares,

> O objetivo dessa correção, por parte de Williams, foi o de lembrar que, de fato, os Estudos culturais se iniciaram como empreendimento marginal, como resultado de uma práxis que se deu fora das universidades consagradas, a partir da necessidade política de estabelecer uma educação democrática para os que tinham sido privados dessa oportunidade. (TAVARES, 2008, p. 11)

Foi nesse período que Williams, ao lado de Richard Hoggart, foram educadores

da WEA, uma organização de esquerda para a educação de trabalhadores, na qual ensinar não era somente uma profissão, mas um compromisso político, defendendo uma educação pública e igualitária que partisse de uma cultura em comum. Na WEA, tanto Williams quanto Hoggart se depararam com o desafio de reformular os métodos de ensino voltados para os adultos da classe trabalhadora, pois os trabalhadores exigiam que os conteúdos disciplinares tivessem relação com a realidade de suas vidas e com as questões que de fato lhes interessavam; era a chegada de novos tempos e conceitos, como: "interdisciplinaridade, experimentalismo, extensão, envolvimento militante e outros componentes que, uma vez amadurecidos, ajudariam o pensador britânico a compor sua concepção de educação popular" (AZEVEDO, 2017, p. 208), e mais híbrida, unindo componentes da filosofia, sociologia, estudos literários, história e a pedagogia em uma abordagem original acerca de questões culturais, trazendo para o debate pensadores importantes que formularam teorias sobre a cultura e a sociedade, como, Gramsci, Lukács, Brecht, Walter Benjamin, Adorno, Marcuse, Althusser, entre outros.

A consolidação e institucionalização dos Estudos Culturais se daria na década de 1960, com a criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* na Universidade de Birminghan, como o primeiro programa de pós-graduação em estudos culturais, em um contexto marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, buscando pensar a cultura e a sociedade como um todo, ressaltando as questões da cultura, da consciência e da experiência, enfatizando a importância da ação de grupos e classes na mudança social, diferentemente dos estudos e críticas literárias tradicionais, para quem o espaço da cultura existia a par da vida social.

2. Conceito de Cultura em Raymond Williams

O ensaísta britânico Terry Eagleton, influenciado pelos estudos de Williams, diz que a palavra cultura "pode ser descrita como uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua" (EAGLETON, 2005, p. 9). Raymond Williams, portanto, se coloca diante da complexidade que envolve o termo cultura e suas definições ao longo do tempo – ora um definição com base na etimologia do termo em relação ao "cultivo" e a metáfora agrícola, ora sendo cultura algo correlato a civilização, ora designando cultura como algo que se refere à produção artística – em outras obras filosóficas e sociológicas o termo é reconstituído historicamente com sentidos e significados diferentes, com analise semântico e com base nas mudanças sociais; segundo Cevasco, a produção cultural "é vista como *mímesis* dos sentidos disponíveis na sociedade e construção de novos sentidos que dão forma à mudança social" (CEVASCO, 2003, p. 73).

O termo deriva etimologicamente do latim *colere*, usado para designar coisas tão distintas quanto habitação – daí as palavras "colono" e "colônia" – mas um dos principais sentidos primitivos do termo também relaciona-se ao trabalho manual. Cultura significa, originalmente, "lavoura" ou "cultivo agrícola", já em meados do século XVIII, passou a designar civilização (civilizado, polido e seu oposto bárbaro) e ao longo do século XIX a palavra adquiriu um tom imperialista, no sentido de civilizar o outro (CEVASCO, 2003, p. 74). A versão inglesa para o conceito de cultura dominante até meados dos anos 1960 era de que a alta cultura era a tradicional britânica, cuja ação cultural era difundir os produtos culturais de tradição e saberes da classe alta, sendo, portanto, algo separado da vida comum, cotidiana, mas centrada na educação de uma classe privilegiada.

Para Williams, era necessário pensar a cultura em contraposição à definição idealista que insistia em pensá-la em separado da vida concreta, isto é, a ideia era pensar a cultura como "todo um modo de vida", colocando em questão e debatendo a visão clássica da cultura dentro da tradição inglesa, especificamente dentro da área da crítica literária. Tal definição pode ter suas origens reconstituídas a partir de *A longa revolução*, livro em que Raymond Williams retoma as ideias anteriores já esboçadas em *Cultura e Sociedade*. "Para o autor, a palavra-chave é "padrão": é com a descoberta de padrões característicos que a análise cultural tem início, e é com as relações entre esses padrões" (AZEVEDO, 2017, p. 210); nesse sentido o conceito de cultura passaria a representar um sentido antropológico, pensando originalmente em uma ideia de comunidade: "cada uma é socialmente distinta da outra mas, simultaneamente, todas se diluem na indistinção de um tecido comum: a comunicação" (AZEVEDO, 2017, p. 210).

Raymond Williams não só demonstra a historicidade do conceito de cultura e estabelece suas relações sociais, mas também promove um verdadeiro debate intelectual com três contemporâneos dentro da tradição inglesa de cultura e sociedade, I. A. Richards, F. R. Leavis e T. S. Eliot. Este último é para Williams não somente um opositor em relação as ideias que apresenta, mas também e ao mesmo tempo uma referência dentro do campo artístico e literário, alguém a questionar e criticar, mas também respeitar. A crítica que Eliot faz da visão liberal clássica, isto é, burguesa, de cultura é, para Williams, um divisor de águas na tradição do tema cultura e sociedade, pois, segundo o pensador galês, Eliot "levantou questões que os que se lhe opõem politicamente têm de responder, ou, então, abandonar o campo. Em sua análise e debate do conceito de cultura, levou o argumento a um novo e importante nível, de onde as velhas análises anteriores, se repetidas, nos pareceriam

pelo menos enfadonhas" (WILLIAMS, 1969, p. 240).

Para Eliot, a cultura é o modo *total* de vida de um povo, tanto o consciente como o inconsciente. Contudo, Williams identifica que "cultura em comum não é o mesmo que cultura igualitária. Entretanto, ao afirmar que a cultura é produzida por toda a sociedade indicou um caminho que seria seguido por Williams para desenvolver o conceito de cultura comum" (TAVARES, 2008, p. 16) algo que Eliot não deixa claro em seu pensamento de cultura *total.* Já Richards e Leavis foram os criadores da já mencionada "crítica prática": "a expressão 'crítica prática', mais tarde sinônimo de 'explicação' para os *New Critics* americanos, advém das experiências que Richards fez com os seus estudantes, pedindo-lhes que interpretassem fielmente textos literários" (TAVARES, 2008, p. 17) adotando uma leitura analítica minuciosa do texto independente de qualquer fator externo. Williams critica esse método, pois, para ele, é uma análise indutiva, renovável a cada leitura, impedindo desta forma a criação de uma teoria e o estabelecimento de um modelo.

Para Williams, a cultura é de todos, mas não é igual para todos, pois o autor tinha consciência que não se vive na sociedade capitalista a igualdade do ser. A desigualdade de propriedade e meios de produção impossibilita, na prática, o acesso básico aos direitos iguais que são assegurados por um sistema democrático. Uma cultura comum sempre pressupõe a igualdade do ser, mas não pode opor restrições absolutas ao acesso a qualquer das suas atividades: este é o sentido real do princípio de igualdade de oportunidades (TAVARES, 2008, p. 20).

3. A materialidade da Cultura

Essa nova teoria da cultura proposta por Raymond Williams parecia, de fato, apresentar-se como um novo elemento em relação a teoria do materialismo histórico,

propondo uma reflexão das relações entre esses elementos capaz de abarcar todo um modo de vida, como o próprio autor relata em *Cultura e Sociedade*,

> Estamos chegando, por várias orientações, a um ponto no qual uma nova teoria geral da cultura deve ser produzida. Neste livro, eu procurei clarificar a tradição, mas talvez seja possível ir adiante para uma completa reintegração de princípios, tomando a teoria da cultura como uma teoria das relações entre elementos em todo um modo de ida (WILLIAMS, 1969, p. 8)

Williams descreve de forma resumida o materialismo cultural como "uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico" (WILLIAMS, 2013, p. 12)

Em *A longa Revolução*, livro que dá continuidade à *Cultura e Sociedade,* o tema é retomado, com a história da cultura, como uma articuladora das histórias particulares, sendo mais do que a soma dessas histórias, pois é com a relação entre elas, as formas particulares da organização total, que ela está especialmente preocupada (WILLIAMS, 1961, p. 63). A análise por meio da história é a tentativa de descobrir a natureza dessas complexas relações, a apresentação histórica (1780-1950) quer demonstrar o desenvolvimento de um tipo de pensamento, como se forma e varia com um claro propósito social.

Em *Cultura e Sociedade* e em seus livros subsequentes, a reformulação da ideia de cultura, bem como a interpretação do materialismo histórico, centrou-se tradicionalmente na ideia de determinação da cultura pela base econômica da sociedade, resultando em um trabalho original e de grande importância, capaz de compreender criticamente às mudanças sociais, políticas e econômicas do capitalismo pós-guerras, como lembra Glaser, o materialismo cultural é, antes de tudo, um conceito político e sua essência é de cunho socialista (GLASER, 2008, p. 15).

Já na obra *Marxismo e literatura*, Williams afirma que "a teoria literária não pode

ser separada da teoria cultural, embora possa ser distinguida dentro dela" (WILLIAMS, 2013, p. 145); seguindo tais pressupostos, toda a abordagem do autor em relação à teoria marxista da cultura deve iniciar-se considerando os conceitos de infraestrutura (a base) e superestrutura, metáfora usada pelo marxismo tradicional para explicar, também, a relação entre cultura e sociedade, de modo que nos deparamos, então, com o materialismo cultural. Ao funcionar dentro do materialismo histórico, o materialismo cultural pode dedicar-se à análise dos significados e valores que constituem a cultura, sem correr o risco de igualar a cultura ao todo social.

Nessa reformulação do materialismo cultural, Williams explica em *Cultura e Materialismo* que,

> (...) tenho grande dificuldade em ver os processos da arte e do pensamento como superestruturais no sentido da fórmula tal como ela é usada. Mas em muitas áreas do pensamento social e político – certos tipos de teoria ratificadora, de lei e de instituição que, afinal, nas formulações originais de Marx, eram de fato parte da superestrutura – em todo esse tipo de aparato social e em uma área decisiva a atividade de construção política e ideológica, se não formos capazes de ver elemento superestrutural, não seremos capazes de reconhecer a realidade. (WILLIAMS, 2011, p. 50)

Mesmo reconhecendo a importância da teoria da base-superestrutura, Williams adverte que, "seria de muitas formas preferível se pudéssemos começar a partir de uma proposição que em suas origens foi igualmente central, igualmente autêntica", referindo-se à afirmação de Marx no texto introdutório *Para a Crítica da Economia Política* sobre "o modo de produção material condicionar o processo em geral de vida social, política e espiritual, sendo a vida social determinando a consciência" (MARX apud AZEVEDO, 2017, p. 220). Como Williams argumenta em *Marxismo e Literatura,*

> A proposição de base e superestrutura, com o seu elemento figurativo e com sua sugestão de uma relação espacial fixa e definida, constitui, ao menos nas mãos de alguns, uma versão bastante especializada e, às vezes, inaceitável da outra proposição [o ser determina a consciência]. No entanto, na transição de

> Marx ao marxismo e no desenvolvimento do marxismo mais difundido, a proposição da base determinante e da superestrutura determinada tem sido comumente considerada a chave para uma análise cultural marxista (WILLIAMS, 1977, p. 55).

É nessa "transição de Marx ao marxismo" que Williams argumenta que algo tenha se perdido, pois Williams concebe o materialismo cultural como alternativa à metáfora base/superestrutura, pensando a "cultura como produto e produção de um modo de vida determinado, e não como reflexo de uma base socioeconômica" (CEVASCO, 2001, p. 138). Portanto, a sociedade é constituída e constituinte da cultura. Então, o que se busca é "definir a unidade qualitativa do processo sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo" (WILLIAMS, apud SÁ, 2011, p. 20).

Raymond Williams, com base em seus estudos, sugere que a teoria da hegemonia presente em Gramsci abre para os estudos da cultura grandes possibilidades para estudos da política. Na teoria de Gramsci, as ideias só se tornam efetivas se, ao final, elas se juntarem a uma constelação particular de forças sociais; nesse sentido, a luta ideológica faz parte de uma luta social por liderança – a hegemonia (SÁ, 2011, p. 40). Essa noção de hegemonia, segundo Cevasco, permite perceber a importância do *front* cultural em um processo de luta social, e essa articulação com base na hegemonia permite, no campo do marxismo, debater as noções de ideologias até então dominantes (CEVASCO, 2003, p. 110). Inspirado nas ideias de teóricos como Marx e Gramsci, Williams reafirma em seus estudos a mutabilidade das articulações políticas e práticas culturais, pois depende da rede de relações sociais. Cevasco explica que "a estrutura de sentimento é a articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social" (CEVASCO, 2001, p. 158), reafirmando a prática social como base da experiência história e material, com forte intervenção política na realidade.

Dito isso, é possível ver que, para Williams, a sociedade pode ser analisada e, consequentemente, transformada a partir do reconhecimento de que a hegemonia não opera de maneira linear na esfera do sistema econômico,

> [...] uma vez que a produção cultural seja vista como social e material, então a indissolubilidade do processo social total ganha uma base teórica diferente. Ela não é mais baseada na experiência, mas na característica comum dos processos respectivos de produção. (WILLIAMS, 2013, p. 134)

Pode-se ver que a posição de Raymond Williams sobre o materialismo cultural, ou seja, de que os sistemas que compõem a sociedade devem ser vistos a partir de seu desenvolvimento histórico e a das bases materiais que os determinam, mantendo o legado de Marx ao pensar a cultura como um atividade material da sociedade. Williams mantém em sua teoria a posição de que as aspirações da classe trabalhadora manifestam-se na medida em que produz cultura: sua arte, sua literatura, suas atividades, em suma, as manifestações de suas relações sociais, pois para o autor britânico é impossível pensar o presente sem levar em conta uma mutação na esfera da cultura no mundo do capitalismo tardio, uma mutação que inclui a modificação na função social da cultura, diferentemente dos postulados anteriores que diziam que a cultura teria autonomia em relação ao mundo prático, cuja imagem a cultura nos devolvia em formas variáveis, entre a semelhança ou as contestações acusatórias através da crítica, e essa separação entre a cultura e sociedade foi, segundo Williams, "destruída pelo capitalismo". "Isso não quer dizer que a cultura havia sido extinta, pelo contrário, essa dissolução da autonomia da cultura em relação à sociedade nos leva a uma expansão prodigiosa da cultura por toda a esfera social: do valor econômico ao poder do Estado, das práticas a própria estrutura da nossa psique podem ser descritas como culturais" (WILLIAMS, Apud, CEVASCO, 2003, p. 53-54). Além disso, Williams se posicionará contra os limites da corrente do estruturalismo critico de Louis Althusser, que dizia que os seres humanos

são efeitos ou sintomas de hierarquias tradicionais, e já estão inseridos na ideologia dominante, ou hegemônica, que estrutura a sua subjetividade.

4. A História e os estudos da cultura

Vimos que os Estudos Culturais têm sua origem em uma conjuntura teórica específica nos anos 1950, inserido em um debate profundo sobre a teoria da cultura e o pensamento econômico do marxismo comunista britânico e o endêmico conservadorismo político e elitismo cultural do movimento liderado por F. R. Leavis, que, a partir da revista *Scrutiny,* criada em 1932, empreendeu uma cruzada moral e cultural contra o "embrutecimento" praticado pela mídia e pela publicidade (MILLNER apud. SÁ, 2011, p. 38). Desse modo, os Estudos Culturais têm exercício grande fascínio entre intelectuais de várias partes do mundo, constituindo-se num amplo movimento intelectual e relativamente institucionalizado.

Nessa mesma época, historiadores e militantes do movimento operário se deparam com o surgimento de uma manifestação cultural dentro das indústrias, reconheceram o patrimônio urbano e operário das canções industriais, através de clubes de *folk,* trazendo consigo o debate em torno da cultura popular. Este inventário etnográfico das canções durante o processo de industrialização inglesa formará o pensamento de jovens historiadores na década de 1960, utilizando-se da metodologia da história oral, afim de consolidar e recuperar as "vozes do passado" (SÁ, 2011, p. 38). Pode-se perceber, nessa conjuntura, que havia uma articulação entre os estudos da cultura e a História social inglesa, como proposto por Williams incialmente ao aproximar a cultura das questões sociais, principalmente com a publicação de dois grandes livros: *Cultura e Sociedade* (1958), de Raymond Williams, e *A formação da classe operária inglesa* (1963) de Edward P. Thompson. Segundo Stuart Hall, "esses

textos de ‘formação’ fundamentaram a reflexão sobe cultura e sociedade nos anos 1960 e 1970, introduzindo elementos novos para se pensar a questão da cultura” (HALL, 2003, p. 131).

Enquanto o livro de Williams se propunha a realizar uma ampla revisão dos fatos relativos à história cultural, pensando sobre o conceito de cultura e sua interligação com a vida social e mostrando que tal conceito e a própria palavra surgiram no pensamento inglês durante a Revolução Industrial, e relacionando, assim, a cultura com suas origens e efeitos.

Já o livro de Thompson renovou totalmente a abordagem cultural dentro da tradição marxista britânica, estabelecendo um diálogo com a noção de classe dentro da teoria marxista, relacionando-a com o fenômeno histórico, propondo “como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p. 9). Tanto Williams quando Thompson têm vinculações históricas com a luta social e cultural da classe operária, assim como os já mencionados Richard Hoggart e até mesmo com fortes influências do intelectual italiano Antonio Gramsci. A cultura, portanto, era entendida como lugar da luta por hegemonia, ganhando amplo espaço nos debates com a *New Left* e o movimento operário inglês.

Atualmente, no debate sobre as possibilidades e perspectivas dos Estudos Culturais, a obra de Raymond Williams ratifica a atualidade do diálogo entre os Estudos Culturais a partir da tradição da crítica cultural materialista, articulando a produção artística e as condições materiais da sociedade: “ao mesmo tempo em que transita entre a crítica e a produção literária, ele se preocupa com uma crítica cultural que analise e intervenha na realidade social.” (SÁ, 2011, p. 39)

Desde os anos 1940, havia uma percepção em relação aos estudos da cultura e a possibilidade de entender o funcionamento da sociedade de forma crítica, visando à sua transformação. É nesse sentido que a *Worker's Education Association* (WEA) e a educação para adultos foram partes importantes nesse empreendimento e para a atuação da *New Left,* com destaque para os próprios Williams e Thompson. A criação da *New Left Review,* em 1960, por outro lado, representou o acesso à produção intelectual do marxismo Ocidental, "com a discussão das obras de György Lukács, Antonio Gramsci, Bertold Brecht, a Escola de Frankfurt e o marxismo francês, desempenhando papel fundamental na compreensão do materialismo cultural" (CEVASCO apud. SÁ, 2011, p. 40). É importante estudar, portanto, as práticas e os produtos culturais sem deixar de lado os condicionamentos históricos existentes, não apenas e necessariamente a leitura do texto em si.

Considerações finais

É claro que as condições de análise acerca do materialismo cultural, dos Estudos Culturais e da História cultural não se esgotam nesse texto. Segundo Carla Baute,

> Ao mesclar tradição e inovação, Raymond Williams não só trouxe novos objetos e novos temas às ciências humanas, como também novas ferramentas em relação aos estudos e atualização de conceitos e categorias cruciais para a análise da sociedade contemporânea Ocidental, na qual a cultura tem papel de destaque. (BAUTE, 2019, p. 44)

Vimos que o interesse e o fascínio pela cultura passaram por diversos intelectuais no mundo, sobretudo na Europa – nos estudos marxistas, originando trabalhos significativos no Reino Unido e na França, e na Escola de Frankfurt, na Alemanha. Para a estudiosa de Raymond Williams no Brasil, Maria Elisa Cevasco, o grande esforço de Williams não foi necessariamente estudar os novos autores, mas se

debruçar sobre os clássicos, fazer uma nova leitura dos autores consagrados, pensando em como esses autores lidam com o conceito e formato de cultura herdado do século XVIII, em relação ao tempo, espaço, sociedade e o sentido histórico.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) São Luís** - Vol. 3 - Número Especial Jul./Dez, 2017, p. 208-220.

BAUTE, Carla. O "materialismo cultural" de Raymond Williams a partir da história intelectual: caminhos e possibilidades**. Leitura**: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v.37, n.77, 2019, p.33-46.

CEVASCO, Maria Elisa**. Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 35-110.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 138-168.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: editora UNESP, 2005.

GLASER, André Luiz. **Materialismo Cultural**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 15.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 131.

MARIANO, André Luiz Sena. O materialismo cultural de Raymond Williams: aproximações às pesquisas sobre história do currículo e da profissão docente**. Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, 2016, p. 332-344.

MILNER, Andrew. Apud. SÁ, Antonio Fernando de Araújo. História e Estudos Culturais: O Materialismo Cultural de Raymond Williams**. Ponta de Lança**. Ano 4, n.8, Abr 2011 - Out 2011, p. 37-44.

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. História e Estudos Culturais: O Materialismo Cultural de Raymond Williams. **Ponta de Lança**. Ano 4, n.8. Abr 2011 - Out 2011, p. 37-44.

TAVARES, Hugo Moura. **Raymond Williams**: o pensador da cultura. Revista Ágora, Vitória, n.8, 2008, p. 11-20.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 8.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 13-50.

_____. **A Política e as Letras**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 2013, p. 12-145.

_____. **The Long Revolution.** Harmondsworth: Penguin Books, 1961, p. 63.

_____. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969, p. 8-240

_____. **Marxism and Literature.** Oxford: Oxford University Press, 1977, p. 55.

Sons, sonoridades e músicas nas casas e nos quintais paulistanos*

Vitória Ramoska**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p445-469

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar e situar a forma como os sons e os ruídos relacionados à vida doméstica da população paulistana participaram do processo de modernização da cidade entre os anos de 1890 e 1920. Através da busca por ocorrências sonoras em periódicos como "O Estado de S. Paulo" e "Correio Paulistano", além da leitura das obras de memorialistas e cronistas que viveram e observaram o cotidiano e as mudanças que ocorriam no ambiente citadino, buscamos mapear algumas das principais atividades e práticas cotidianas da população, o que, além de evidenciar um interessante panorama da paisagem sonora do período, nos possibilitou escutar algumas das principais dissonâncias do processo de modernização da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Modernização Paulistana; Sonoridades; Vida Doméstica.

* Este artigo é fruto dos resultados de pesquisa obtidos através de dois anos de dedicação ao Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP) sob orientação do professor Dr. José Geraldo Vinci de Moraes. Agradeço ao Zé por todo o apoio, conversas, reflexões e indagações que tornaram este trabalho possível.

** Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: vitoria.ramoska@gmail.com

Vitória Ramoska

Introdução:

> “Algumas bombas estruturam com fragor e maior animação se sentia. Em redor do coreto da banda de música, solicitaram números em voga. Então, a Filarmônica do Pari tocou um dobrado vivo e excitante. Em espaços em que se silenciava, o ruído das conversas, como o zumbido de milhões de vespas, onde sobressaíam risos e gritaria, formava uma babel de vozes e sons” (MARX, 1996, p. 46)

A epígrafe destacada revela uma porção de sonoridades produzidas nas ruas de São Paulo na década de 1920 que, sem dúvidas, atravessaram os muros e portões residenciais, trazendo impactos para a vida doméstica da população paulistana. A autora destaca, ainda, os múltiplos ruídos como elementos responsáveis pela formação de uma “babel de vozes e sons”, uma ideia que parece pertinente quando nos confrontamos com a realidade polifônica e, muitas vezes, contraditória, que se expressava na cidade, diante da mistura de povos e culturas fundidos em arranjos criativos na partilha do espaço paulistano.

O período entre 1890 e 1920, soma três décadas em que a sociedade brasileira esteve convulsionada por uma série de fatos e processos históricos acompanhados de alterações socioeconômicas significativas para o país. A Abolição da Escravidão, em 1888, a Proclamação da República, em 1889, e a consolidação dos principais pilares da Revolução Científica Tecnológica europeia, (SEVCENKO, 1998, p. 8) tiveram repercussões distintas entre as diferentes regiões do país e atingiram de maneiras variáveis os padrões e modos de vida dos brasileiros e consequentemente dos paulistanos, que, frente ao desenvolvimento da economia cafeeira, passaram a conviver com um intenso crescimento do contingente urbano, representado pelos

afluxos de migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros, egressos da escravidão, além de fazendeiros que migravam da zona rural para o território citadino.

O fluxo de transformações que tomou conta da sociedade paulistana a partir do final do século XIX estimulou mudanças que iriam afetar "desde as ordens e hierarquias sociais até a noção de tempo e espaço das pessoas" (SEVCENKO, 1998, p. 9). Os hábitos e as práticas culturais também começaram a se alterar e isto pode ser comprovado a partir dos fenômenos sonoros presentes nas esferas públicas, mas também nas esferas privadas da população.

Neste artigo, buscamos situar as formas como o processo de modernização paulistano, no período de 1890 e 1920, foi constituído também pelos sons e sonoridades domésticas. Em outras palavras, trata-se da tentativa de delinear as práticas e atividades cotidianas das diferentes camadas da sociedade a partir dos barulhos, ruídos e sonoridades existentes na paisagem sonora dos ambientes íntimos.

Antes de adentrar o mundo doméstico paulistano e escutar a sua paisagem sonora, no entanto, é preciso estar atento às considerações a respeito do sentido que a privacidade pôde conotar para as diferentes camadas da população da época. Se para as elites, a dimensão privada da vida cotidiana estava assegurada dentro dos palacetes situados na Avenida Paulista e no bairro de Higienópolis, para as camadas populares esta dimensão era forjada no espaço do possível (WISSENBACH, 1998, p. 129). Mais do que isso, estava associada à sobrevivência e não à domesticidade, e pode ser representada pelos frágeis biombos que separavam a intimidade das famílias moradoras de cortiços e pensões, localizados principalmente em bairros como o Brás e o Belenzinho.

São Paulo, uma babel sonora em curso.

A Revolução Tecnológica Científica inseriu o Brasil, e a cidade de São Paulo, no fluxo da modernização. Com a expansão da economia capitalista e o desenvolvimento de potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, São Paulo, que até o final do século XIX era uma pequena cidade colonial com ares provincianos, viu-se mergulhada em um processo de transformações relacionadas às mudanças tecnológicas, econômicas e sociais ditadas pela Segunda Revolução Industrial. As novas tecnologias que chegavam à cidade estavam relacionadas, principalmente, ao desenvolvimento do transporte, da comunicação e do lazer. Vinculadas aos discursos enaltecedores do progresso e do poder libertador da técnica, as novas aparelhagens desenvolvidas nos países do Norte chegavam aqui investidas de um grande potencial utilitário e, sobretudo, de uma densa aura mítica (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 558).

As fontes documentais relacionadas às sonoridades domésticas da cidade de São Paulo revelam aspectos importantes para o entendimento desse universo. As consultas aos periódicos e aos textos memorialísticos evidenciam a ocorrência de alguns fenômenos que podem ser destacados inicialmente, como a presença de relógios e despertadores entre os utensílios domésticos que se tornaram comuns no cotidiano paulistano. Em uma noite de insônia, o cronista Jorge Americano relembra em “São Paulo Naquele Tempo” os “tique-taques” (AMERICANO, 2004, p. 48) que fazia o relógio disposto na sala de jantar de sua residência. Já o “Correio Paulistano” publicava em 21/07/1900, na seção de anúncios, a venda de um despertador elétrico que tinha como fator atrativo a função de “obrigar as pessoas, com som mais forte, a despertar para acabar com o barulho infernal que o aparelho produz”.

Os meios de locomoção também passaram por transformações. No começo do século XX, os habitantes da cidade assistiram atônitos à chegada dos automóveis. Em

"Belenzinho 1910", Jacob Penteado lembra-se do aparecimento de um "estranho veículo, que andava sem cavalos, provocando um ronco tremendo, entremeado de explosões". Como se tratava de equipamentos capazes de deslocar uma estrutura pesada de ferro a uma velocidade inédita no espaço urbano, os automóveis tornaram-se instantaneamente um símbolo de poder, além de um importante item do índice de sonoridades públicas e domésticas paulistanas, já que as buzinas e os roncos dos motores chegavam aos ouvidos de quem estava nas ruas, mas também de quem estava dentro de casa.

Quando os bondes elétricos começaram a circular pelas ruas paulistanas, seus respectivos ruídos também eram escutados pelos moradores da cidade em seus redutos domésticos. Os moradores do centro, mais especificamente da Rua Barão de Limeira, se dirigiram ao periódico "O Estado de S. Paulo" no dia 07/12/1917 como forma de solucionar o problema relacionado ao ruído emitido pelos bondes que passavam por trilhos mal assentados na região central. Em 21/03/1901, os habitantes da Rua José Bonifácio se dirigiram ao mesmo periódico por conta do "inútil barulho" que os profissionais faziam ao tocar as "campas de sinal", dificultando que os moradores dessas localidades pudessem desfrutar tranquilamente de suas horas de descanso.

A introdução de novos aparatos tecnológicos também foi fundamental para a constituição de novas formas de lazer para a sociedade "moderna" paulistana. Os aparelhos sonoros eram anunciados com bastante destaque nos periódicos. Gramofones, zonofones, fonógrafos, discos, auto-pianos e rolos de músicas chamavam atenção pela novidade e pelo caráter moderno. A venda desses aparelhos era anunciada cotidianamente em leilões e casas de música, como a Casa Murano, a Fagner Irmãos e a Casa Edson. Uma notícia curiosa publicada "n'O Estado de S. Paulo" em 21/04/1914 revela a utilização desses aparelhos no cotidiano da família, mas cujo

resultado foi trágico. O acontecimento envolveu uma senhora que ouvia seu gramofone no interior da casa quando seu filho disparou um revólver, acertando-a. Outra notícia, esta veiculada no "Correio Paulistano" em 08/01/1900 também destaca a utilização corriqueira do equipamento: publicou-se a notícia de um homem que tentou se suicidar no interior de sua residência após quebrar acidentalmente a mola de seu gramofone.

Apesar dos padrões de consumo terem sido absorvidos de forma desigual pelas diferentes camadas da população, os textos memorialísticos apontam que os aparelhos sonoros também estiveram presentes nos domicílios habitados pelas camadas populares. No entanto, seu uso era feito de forma compartilhada, conforme se lê em uma passagem do livro "Os Humildes", de Geraldina Marx, em que a personagem principal narra um domingo de festas no cortiço em que vivia. Sobre o evento, foi mencionada a presença de um gramofone, colocado à frente da janela para que toda a vila pudesse escutar as músicas tocadas pelo aparelho.

A modernidade brasileira estava vinculada ao apreço das elites pelas tecnologias e novos aparatos estrangeiros, sendo imprescindível a associação desses setores com os símbolos cosmopolitas, em especial aqueles de origem europeia, afeitos às ideias do progresso e da técnica.

Nesse sentido, a partir do início do século XX, as elites paulistanas, eufóricas com as mudanças trazidas pelo processo de industrialização e urbanização da cidade, passaram a desejar, como destaca Nicolau Sevcenko "o acerto dos ponteiros brasileiros aos relógios globais" (SEVCENKO, 1998, 27). Em outras palavras, podemos afirmar que parte das elites emergentes se responsabilizou pelo dever de livrar do país o que era considerado "atrasado", adjetivação atribuída a resquícios materiais ou imateriais do passado do Brasil, e colocar, assim, o país na esteira da modernização.

A fantasia de sintonizar as elites e frações da burguesia com a cultura europeia foi responsável pela formulação de um padrão cultural imitativo. Assim, os modos de vida, os hábitos cotidianos, os trajes e os saberes dos paulistanos mais abastados passaram a ter como referência primordial a Europa, principalmente a França.

Essa tentativa de espelhamento da cultura europeia gerou impactos significativos para o cotidiano doméstico das elites de São Paulo. A começar pelo planejamento interno dos palacetes, construídos principalmente nas regiões dos Campos Elíseos, de Higienópolis e da Avenida Paulista, podemos afirmar que a organização espacial dessas edificações levou em conta padrões de racionalidade e de conformação da intimidade, duas tônicas do discurso da modernidade.

Os palacetes eram sinônimos de habitações sólidas e isoladas, localizadas no centro de um amplo terreno. Seus portões altos distanciavam os cômodos das casas da circulação das ruas e as grades de ferro completavam a separação entre o espaço privado e público. De uso estritamente residencial, essas moradas se caracterizavam pela adoção de jardins e corredores laterais que garantiam aeração, iluminação, e o mais importante: a intimidade dos moradores. Além disso, essas áreas produziam várias sonoridades domésticas. Oswald de Andrade, em “Um Homem sem Profissão”, destaca a utilização desses espaços relatando que “As pessoas ficavam conversando nas janelas e sentadas nos jardins” (ANDRADE, 1974, p. 11). Esses espaços também eram usados em celebrações maiores e mais importantes. Os jornais indicam que em várias festas a área servia de palco para apresentação de bandas e orquestras.

Adentrando os palacetes das elites, podemos destacar, em primeiro lugar, a ambientação europeizada dos interiores. Tapeçarias, cortinas, espelhos e um mobiliário mais complexo e atualizado vinham introduzir condições de conforto e ordenação formal até então desconhecidos. Além disso, percebemos uma forte

diferenciação espacial entre os ambientes internos. As plantas arquitetônicas do período mostram uma intensa especialização dos cômodos, "estabelecendo uma gramática rígida para as atitudes privadas das famílias" (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 496).

Segundo o historiador Paulo César Garcez Marins, as áreas sociais eram repartidas em salões numerosos com funções específicas: hall, recepção formal, estar (living), jogos, *fumoir,* música, escritório, gabinete etc. Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correlato (MARINS, 1998, p. 177).

A foto a seguir mostra um evento ocorrido em um desses espaços



Photographias tiradas na residencia do nosso querido director, sr. Gelasio Pimenta, por occasião de seu anniversario natalicio, vendo-se: em cima, a ceia; no centro, aspecto de uma sala; em baixo, o salão de musica, quando tocava a eximia violinista Celina Branco.

Imagem 1 - A Cigarra, São Paulo, ano IV, 30/01/1918

Neste recorte da revista "A Cigarra" só consta a última foto da descrição, identificada como o salão de música. No registro, observamos uma reunião entre pessoas da alta sociedade paulistana, o que fica evidente quando levamos em conta a vestimenta dos convidados e o fato de a festa pertencer ao diretor de uma revista importante da época, *A Cigarra*. Chama atenção no fundo da foto, a presença de Celina Branco, a violinista, e de outra mulher que a acompanha tocando piano,

provavelmente fazendo alguma apresentação aos convidados no interior da sala de música da residência.

Esse recorte é importante para ilustrar um dos compartimentos de uma casa da elite paulistana e mostrar a "gramática rígida" de separação dos ambientes internos. Além disso, nos ajuda a introduzir um tema fundamental para o estudo da paisagem sonora doméstica de São Paulo nesse período: a ocorrência de ritos de convivência e sociabilidades entre os membros da elite.

A partir do final do século XIX, os palacetes habitados pela alta sociedade paulistana passaram a ser palcos para a exibição dos novos costumes e dos novos ritos da vida privada. Os jornais anunciavam com bastante regularidade a ocorrência de eventos com novas experiências de socialização. As colunas e notícias sobre o cotidiano da cidade narravam as festas no interior dos palacetes e das casas de famílias mais abastadas. Nelas eram oferecidos banquetes acompanhados por bandas, orquestras ou aparelhos sonoros. O "Correio Paulistano" publicou no dia 14 de janeiro de 1900, por exemplo, o relato da festa de aniversário na casa de Sebastião Gonçalves da Silva em que ocorreu um "sarau musical e dançante" no qual suas filhas se apresentaram tocando piano. "O Intransigente – orgam litterario do grupo dos intransigentes" publicou também em 14 de julho de 1900, uma notícia a respeito de uma reunião em que se comemorou o batizado de duas crianças com uma "soirée" que contou com a presença de amigos próximos na residência da família.

Muitas vezes esses eventos eram identificados como "soirée" ou "séance", indicando a influência francesa nos costumes da elite paulistana. As festividades continham saraus musicais e dançantes, em que ocorriam apresentações artísticas, com a declamação de poesias ou a execução de instrumentos musicais. Mas havia também festas íntimas em comemoração a aniversários, batizados, casamentos e

bodas de prata e de ouro.

Em “São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)”, Jorge Americano dedica um capítulo da obra para relembrar o “circuito de recepções” que se estabelecia nesse período. O autor narra uma série de encontros que aconteciam no interior das residências das elites de São Paulo, situações em que os indivíduos se reuniam para discutir e recitar poesias, além de falar sobre literatura, teatro e cinema. Nesses eventos, era comum a presença de músicos que exibiam seus dotes artísticos ao executarem as peças mais valorizadas do período. Os atletas ou praticantes de esportes também apareciam frequentemente nessas situações, tendo em vista que as partidas de tênis e pingue-pongue eram constantemente assistidas pela alta sociedade paulistana.

A emergência de novos laços de convivialidade possibilitava trocas e negociações cujo resultado poderia ser uma mera aventura galante ou até mesmo a promessa de casamento (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 446). Além disso, é importante mencionar que as recepções oferecidas nos salões dos palacetes urbanos permitem entrever a fronteira entre o privado e o público, entre uma convivialidade eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma sociabilidade obrigatória, imposta pelos interesses associativos e conflitos restritivos dos grupos sociais. (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 500).

Nesse cenário, merece destaque a Villa Kyrial, o salão que o senador-mecenas José de Freitas Valle organizou em sua residência na Vila Mariana e que serviu como pano de fundo para saraus literários, banquetes e ciclos de palestras. Reunindo figuras importantes da oligarquia paulistana, a existência do salão permitiu a ocorrência de experiências relacionadas a uma sociabilidade elegante e culta em que se buscava o aprimoramento dos sentidos e a sofisticação dos costumes. No dia 11/12/1916, o “Correio Paulistano” publicou uma notícia relatando a festa de

aniversário de José de Freitas Valle. Segundo o jornal, "durante todo o dia a elite paulistana foi levar a s. exce. os seus votos de felicidade; à noite, abriram-se os salões da Villa Kyrial, onde depois de um finíssimo jantar, se fez música, organizando-se uma encantadora reunião que se prolongou até a madrugada.".

Como destaca a historiadora Margareth Rago,

> "Esses espaços de ócio e entretenimento emergiam como linhas de fuga lúdicas por onde se liberava a imaginação e onde esses grupos podiam realizar alguns de seus devaneios de criação de um outro mundo. Por essa via, abriam espaço para sua própria subjetivação referenciada por antigos modelos franceses, bem ao gosto de suas fantasias de nobreza." (RAGO, 2004, p. 407)

Presente em reuniões domiciliares, saraus musicais e, principalmente na rotina cotidiana dos paulistanos, o piano também aparece como um índice da cartografia sonora das residências de São Paulo, pois como destaca Jorge Americano, "tocar bem piano era uma das maneiras de ser da boa sociedade" (AMERICANO, 2004, p. 69). O autor ainda nos relembra que "quase todas as moças estudavam por imposição. E quase todas, quando casavam, traziam o piano como parte do mobiliário da casa" (AMERICANO, 2004, p. 70).

A relação que o memorialista paulistano destaca entre o estudo do piano e a rotina das mulheres pertencentes às camadas sociais mais abastadas de São Paulo não é ao acaso. Na esteira da modernidade, as mulheres passaram a se defrontar com uma noção mais delimitada dos papéis sociais atribuídos a cada sexo. Se aos homens cabia o dever do sustento material da residência, as mulheres passaram a ser responsáveis pela honra familiar, ou seja, deveriam preservar o tradicional ideal de pureza e de submissão feminina, conjugando-o com as novas expectativas burguesas de gerência eficiente do lar.

Além disso, as mulheres deveriam se destacar socialmente. A prova disso são os concursos realizados em revistas femininas que procuravam eleger as mulheres mais bonitas, mais cultas e as mais articuladas em relação à oratória. Valorizavam-se as moças que possuíam sólidas noções de literatura, as que sabiam fazer pinturas e as que mais se distinguiam em relação à execução de instrumentos musicais, como o piano. Nesse sentido, podemos destacar os anúncios veiculados nos periódicos que promoviam a venda do instrumento musical, além das aulas oferecidas por professores que iam até a casa das alunas.

As Sonoridades Populares

As camadas mais populares também sentiram o impacto das mudanças trazidas pelo processo de modernização da cidade. Entre o final do século XIX e o começo do XX, teve início um enorme crescimento do contingente urbano, representado pela chegada de imigrantes e migrantes nacionais atraídos pela possibilidade de novas oportunidades de trabalho. Diante de um setor industrial ainda em consolidação, muitos dos novos habitantes da cidade passaram a ocupar também o setor de serviços e da economia informal, identificada por atividades ligadas a vendedores ambulantes e à criação de pequenos negócios nas próprias residências dos recém-chegados.

No livro “Anarquistas, Graças a Deus”, a autora Zélia Gattai, proveniente de uma família de imigrantes italianos, narra as suas lembranças de infância e juventude em um casarão na Alameda Santos, onde seu pai estabeleceu uma oficina mecânica para os automóveis que começaram a chegar à cidade. Na narrativa de Zélia, são muitas as referências sobre os ruídos oriundos da oficina de seu pai, havendo destaque para as formas como esses sons influenciavam o cotidiano da família.

Em “Retalhos da Velha São Paulo”, Geraldo Sesso Júnior destaca uma cantina

pioneira no Brás, mais precisamente na esquina da Rua Monsenhor Anacleto com a Avenida Rangel Pestana. Dom Carmeniélo, proprietário do estabelecimento, residia com a família no fundo de sua casa de negócio. Entre os atrativos da cantina estava as "alegras cançonetas" que partiam do recinto, executadas pela voz melodiosa do proprietário. Além disso, nos feriados e principalmente ao anoitecer, na véspera de domingo, era quase uma tradição encontrar a cantina completamente lotada. Para suprir a falta de vagas, eram colocadas mesas e cadeiras nas calçadas defronte à cantina, onde a clientela livremente cantava e se divertia. Sesso ainda relembra que, muitas vezes, essas reuniões eram abrilhantadas com a presença de músicos pertencentes às tradicionais bandas da época, como a do "Ettore Fieramosca", o que nos comprova que, certamente, as sonoridades produzidas nesse estabelecimento se espalhavam pelas ruas e adentravam as casas da região.

A população paulistana se adensava cada vez mais. No entanto, a expansão da infraestrutura da cidade ocorreu de forma desigual, principalmente em relação à oferta de moradias. Estudos (WISSENBACH, 1998, p. 91) apontam que houve em São Paulo um processo de inchaço, responsável pela acentuação das desigualdades urbanas, algo que pode ser representado pela multiplicação dos cortiços, pensões e moradias coletivas que passaram a abrigar os migrantes nacionais e os imigrantes, provenientes principalmente da Itália, Espanha e Portugal, mas também do Japão, da Síria e do Líbano.

Caracterizados pela grande densidade populacional e pela mistura de tipos sociais e de nacionalidades distintas, os cortiços parecem seguir um só padrão de construção: casas de meia-água, feitas dos materiais que se dispunha (barro a sopapo, sapé e palha, resíduos de materiais das cidades como caixotes de madeira, latas de querosene e folhas de zinco). Um relatório sobre moradias populares de São Paulo, elaborado em 1893, informava que os cortiços ocupavam o interior dos

quarteirões e eram formados por pequenas unidades que não chegavam a ultrapassar três por quatro ou cinco metros. Eram construídos em torno de um pátio central onde se localizavam a torneira, o banheiro e os tanques coletivos (WISSENBACH, 1998, p. 101).

Alinhadas diretamente com as calçadas, as habitações populares tinham as janelas debruçadas sobre as ruas, não correspondendo, assim, com a desejada diferenciação espacial pregada pelas elites empenhadas em discernir as fronteiras entre espaços públicos e privados.

Localizados em bairros como a Mooca, o Brás, o Bexiga e o Bom Retiro, as camadas mais populares foram levadas a ocupar as regiões mais distantes do centro da cidade e dos palacetes das elites, confirmando a "geografia de exclusão e segregação social, que acabava separando em bairros distintos os diversos segmentos da sociedade" (MARINS, 1998, p. 136).

De modo geral, as relações de convivência nas casas mais populares evidenciam uma realidade em que existiam tensões, conflitos e preconceitos, mas também formas de coexistência pacífica entre os mais variados grupos étnicos. Essa coexistência se deu, graças às diversas formas de interações sociais e assimilações culturais, relacionadas principalmente à necessidade de criação de laços e significados para a população de recém-chegados. Assim, podemos afirmar que nesse período emergiram diversos padrões de organização, formas de associação e convívio social, responsáveis pela criação de uma sociabilidade popular autônoma, calcada na criação de redes de proteção e apoio contra as dificuldades oriundas do processo de adaptação à cidade de São Paulo.

As situações que mostram a importância desses laços afetivos revelam, muitas vezes, a formação de uma sociabilidade repleta de vestígios sonoros. A começar pelos

ruídos produzidos por atividades envolvendo crianças, podemos destacar a ocorrência de brincadeiras de roda. Como nos relembra Zélia Gattai: "Na casa dos Bertini havia sempre muita criança: os folguedos eram tantos que o dia passava rápido. Cantávamos canções de roda: 'Ciranda, cirandinha... ', 'A rosa ficou doente... '" (GATTAI, 2009, p. 110). Os memorialistas também relataram frequentemente a ocorrência de situações em que as pessoas mais velhas da família passavam seus momentos de lazer contando histórias para os mais novos. Poderiam ser histórias que remontassem ao passado familiar, ou não. Jacob Penteado, por exemplo, comenta que "à noite chamava-se para ouvir histórias das 'Mil e uma Noites' que ele lia em italiano. [...] Era hábito aquele tempo, as famílias reunirem-se à noite para leitura de romances, principalmente os de folhetins" (PENTEADO, 1962, p. 109).

Outro índice importante da sonoridade doméstica paulistana corresponde à execução de instrumentos musicais. Como revela Sr. Ariosto, um filho de imigrantes italianos nascido na cidade de São Paulo: "Os vizinhos é que tocavam, na Moóca: uns tocavam pistão, outro tocava violino, o Amleto tocava flauta e bandolim e acompanhava mamãe no Solo mio. A mamãe cantava em casa, mas festas com dança, papai não permitia". (apud BOSI, 1994, p. 112).

Além do pistão, do violino, da flauta e do bandolim, também era comum a presença de pianos, violões e sanfonas nas reuniões domésticas populares. Além disso, foram muitas as memórias musicais que enfatizaram a prática das cantorias em família.

Assim como nas casas das elites, as residências populares também serviram como ambiente para festas e reuniões sociais como aniversários e casamentos, mas também para comemorações relacionadas ao calendário religioso, como o Natal e a Páscoa. No depoimento de Sr. Ariosto, há uma passagem interessante que, além de

descrever a dinâmica dessas reuniões, evidencia algumas reminiscências sonoras presentes em sua residência nessa ocasião:

> "Mamãe na Páscoa, fazia o pastiera di grano [...] No Natal, mamãe enfeitava um pinheiro com um Anjo, Nossa Senhora, os Reis dos Magos [...] Vinham amigos. A gente sentava na mesa e só levantava de noite. No primeiro do ano o papai ia buscar, em Santana, um sanfoneiro chamado Pepino. Ele tocava valsas antigas e papai dançava com a mamãe, minha irmã. Nós cantávamos todos juntos uma canção de Natal." (apud BOSI, 1994, p. 108)

No final do ano, era comum que as famílias montassem em suas próprias casas presépios natalinos que atraíam a visita de pessoas de toda a cidade. Em "São Paulo Naquele Tempo", Jorge Americano nos relembra que "quanto a presepes, só na nossa casa havia dois. Os jornais anunciavam outros presepes. O de Vila Buarque era tradicional. Outra, tradicional também, era o do Padre Chico" (AMERICANO, 2004, p. 241). As casas que ofereciam a exibição desse cenário natalino ficavam cheias de visitantes que, certamente, produziam ruídos e sonoridades significativas para a paisagem sonora dessas residências.

O lazer dos adultos também se relacionava a uma atmosfera mais lúdica. Nesse período, observamos o registro de diversos jogos praticados entre os imigrantes que, muitas vezes, reforçavam os laços sociais entre os indivíduos que estavam em processo de adaptação à cidade. No dia 13/04/1903, por exemplo, "O Estado de S. Paulo" publicou uma nota descrevendo a seguinte cena cotidiana:

> "Na casa de número 16 da rua Major Quedinho, Luiz Stavole é estabelecido com um armazém de secos e molhados.
>
> Nos fundos dessa casa está instalado um cortiço, ocupado por dez famílias [...]
>
> Às cinco da tarde, Mário regressou à casa em companhia de seu primo e, logo à chegada, foram ao quarto de Luiz Ferro onde, Genaro Volti, Saverio Padro, Francesco Negro e Rosário Antônio jogavam víspora.
>
> Tomando parte da jogatina, muito frequente naquele cortiço, Mário mostrou desejos que a víspora fosse substituída pela bisca, o que foi atendido.
>
> Às 6 horas e quinze minutos da noite, depois de esvaziadas diversas garrafas de vinho, terminaram o

jogo."

A notícia destacada é interessante por vários aspectos. Em primeiro lugar, destaca as condições de instalação do cortiço (nos fundos de um armazém) e a alta densidade de moradores no mesmo espaço (dez famílias habitando a mesma residência). Além disso, a reunião evidencia uma situação de sociabilidade popular, em que os cidadãos se reuniram para jogar uma partida de cartas e beber vinho no interior de um dos quartos do cortiço.

Os jogos mais citados nos periódicos e nos textos memorialísticos foram a tômbola, a bisca, o tresette, a briscola, a escopa e o jogo da morra, todos de origem italiana. As reuniões em que os cidadãos se encontravam para realizar as jogatinas costumavam ser bem barulhentas. Em "Belenzinho 1910", Jacob Penteado relembra que: "Todas as noites, em casa de seu Lino, a turma reunia-se para jogar tômbola [...] A maneira de cantar os números era a mais estapafúrdia [...] – Atenção – gritava o cantador – Vai começar a ladroeira" (PENTEADO, 1962, p. 246).

Havia ainda aqueles cidadãos que preferiam o jogo da boccia que acontecia no meio da rua ou em quintais residenciais. Geraldo Sesso Júnior, autor de "Retalhos da Velha São Paulo" destaca a algazarra dos jogadores: "muitos gritos e murros sobre a mesa", além de "vaias e apupos" (SESSO JÚNIOR, 1985, p. 107).

Com o espaço exíguo dos interiores, os moradores dos cortiços e das casas compartilhadas faziam um amplo uso dos quintais e das calçadas diante das residências como forma de estabelecer relações mediadas por outros elementos, que não os que orientavam o cotidiano do trabalho. Segundo a historiadora Maria Cristina Wissenbach, o quintal coletivo era o local onde se compartilhava das aflições, do cuidado das crianças e dos ensinamentos passados de geração a geração. Receitas, benzeduras e simpatias, oriundos de diferentes procedências, trocadas em dialetos e

línguas distintas e que acabavam por ser decifradas diante das urgências do sobreviver (WISSENBACH, 1998, p. 103). Essas relações comprovam a emergência de uma cultura urbana e popular nascida na composição multiétnica da cidade de São Paulo.

A menção aos quintais nos relembra de outro item importante da paisagem sonora das camadas populares: as rodas de samba.

Desempregados, trabalhadores instáveis ou mal pagos: essa era a situação em que se encontrava a maior parte da população negra habitante de São Paulo no início do século XX. Após um processo lento e gradual de abolição do sistema escravista, que não se preocupou com a integração social dos indivíduos anteriormente escravizados, a população negra teve a árdua tarefa de se afirmar socialmente em uma cidade em vias de modernização. Em outras palavras, os negros tiveram de desafiar os ideais de construção de uma cidade moderna, que deveria ser entendida como um espaço sem memória e sem as tradições e os laços que remontavam ao passado escravista.

Sendo assim, tiveram de buscar novos espaços que permitissem minimizar não só as mazelas do desenraizamento, como também a condição de exclusão pretendida pelos projetos modernizantes das elites paulistanas.

A experiência da população negra esteve marcada pela convivência com outros setores étnicos e sociais. Localizados principalmente no Bexiga, os negros conviviam nos mesmos bairros e sofriam com as mesmas condições de insalubridade presentes nas regiões pobres da cidade. No entanto, estavam menos inseridos no mercado de trabalho e dificilmente conviviam com os brancos nos mesmos espaços de lazer.

Nesse cenário, a população negra cultivava expressões culturais próprias como

as rodas de jongo e de samba, que reforçavam os laços de sociabilidade informal e conotavam sentido à luta cotidiana, além de alimentar a coletividade dos ex-escravizados.

Em “Belenzinho 1910”, Jacob Penteado relembra das rodas de samba que aconteciam nas noites do dia 12 de maio. Entre as Ruas Conselheiro Cotegipe e a Dr. Clementino e Passos, situadas no bairro do Bexiga, havia um terreiro com um vasto quintal, onde os negros habitavam os fundos. Na véspera do dia em que foi assinada a Lei Áurea, em 1888, a população negra ia até o local munida de “bombos, chocalhos, pandeiros, atabaques, triângulos, maracas, tamborins, reque-reques, puítas, urucungos, marimbas, adufes e outros, herdades quiçá, dos seus ancestrais africanos”. (PENTEADO, 1962, p. 215)

Depois dos comes e bebes, de muita cachaça ou quentão, os negros animavam-se e começavam o samba de roda. Entre os índices da paisagem sonora dessa ocasião, podemos destacar, além de todos os instrumentos de percussão já mencionados, as vozes do coro e do solista da roda, além das palmas batidas compassadamente.

Diante da cartografia sonora destacada até aqui, podemos apontar que os imigrantes pobres, migrantes e negros que foram lançados para os bairros periféricos da cidade desenvolveram modos próprios de vida, sociabilidade e cultura, sem qualquer incentivo por parte dos setores dominantes ou do Estado. Nesse sentido, assistimos ao surgimento de padrões de solidariedade e sociabilidade que se apresentavam como mecanismos essenciais para a sobrevivência dos grupos populares.

Os Sons Externos

Como foi visto até aqui, São Paulo passou por um período de significativas

transformações entre o final do século XIX e início do XX. Essas mudanças foram trazidas pela influência cada vez maior da cultura europeia entre as elites paulistanas, por conta da introdução de novas aparelhagens tecnológicas no cotidiano da população e pela vultosa onda de imigrantes e migrantes nacionais que modificou expressivamente a paisagem e a configuração urbana de São Paulo.

No entanto, para o entendimento mais profundo da paisagem sonora desse cenário paulistano, precisamos levar em conta também os elementos culturais relacionados ao passado (nem tão distante) desse território, representados principalmente pela presença de animais, que passavam a conviver com as novidades trazidas pela modernização da cidade.

Nesse panorama, se destacaram as criações de pombos, galinhas, canários, abelhas, rãs, porcos, porquinhos da índia e coelhos, sempre nos quintais das casas.

Os animais também eram utilizados para a realização de serviços importantes para o funcionamento da cidade. Jorge Americano relata que em uma noite de insônia na capital paulista, era possível escutar “os ruídos das patas dos cavalos da patrulha montada”, que eram diferentes “dos cavalos do caminhão de lixo”, esses acompanhados “pelo barulho das rodas com aros de ferro e das latas atiradas à calçada depois de vazias”. Havia ainda os ruídos do cavalo do fiscal do lixo e dos burros da carroça de irrigação, além das sonoridades produzidas pelo barulho das patas de animais que puxavam bondes e traziam campainhas amarradas no pescoço (AMERICANO, 2004, p. 47).

Havia também os animais de estimação, responsáveis pela produção de outros ruídos na cidade. Além dos cachorros, que foram alvos de muitas reclamações por conta dos latidos no período da noite, encontramos também a menção a animais que dificilmente seriam considerados “de estimação” nos dias atuais. Uma reclamação

curiosa publicada no “Correio Paulistano” em 25/02/1908 apresenta a queixa de um homem que teve o telhado invadido pelo macaco de estimação de seu vizinho. O animal, que “fazia fosquinhas e dava guinchos”, tentou escapar de seu dono e, durante a fuga, destruiu várias das telhas da cobertura da casa do reclamante. Além disso, havia pessoas que criavam papagaios. Jorge Americano, por exemplo, relembra da casa de uma conhecida de sua família que possuía um papagaio egocêntrico. Só falava de si próprio. Dizia “papagaio real é de Portugal”, “papagaio quer café” (AMERICANO, 2004, p. 41).

As festas realizadas nas ruas também deixaram vestígios sonoros nos ambientes domésticos da capital paulista. Muitas delas estavam relacionadas à necessidade de estabelecer vínculos com a cidade e à vizinhança, a fim de que o processo de adaptação à cidade se tornasse menos complexo ou até mais prazeroso. Além disso, algumas das festas acabavam protegendo e mantendo vivas as tradições e experiências dos imigrantes, principalmente dos italianos, que realizavam as festas dos santos padroeiros de várias cidades do Sul da Itália, como a do San Vito Mártir no Brás, a do San Genaro, na Mooca, ou a da Nossa Senhora Achiropita, no Bexiga. De acordo com os relatos de memorialistas, as festas contavam com barraquinhas de jogos, leilões de comidas, bandas e procissões. Também era comum a queima de fogos, morteiros, bombas, rojões de lágrima e assobio, além das demonstrações de fogos de artifício, que, sem dúvidas, traziam ruídos para as casas situadas nas regiões das festas.

Outro aspecto que se destacava na paisagem sonora das residências da cidade eram os pregões. Havia a venda dos mais variados produtos por vendedores ambulantes que passavam em diferentes regiões da cidade, muitas vezes acompanhados de animais, fazendo ruídos como forma de chamar a atenção de seus potenciais compradores. Foram muitas as lembranças sonoras que destacaram o

assobio do amolador de facas, os gritos dos vendedores de jornais, o cantarolar dos vendedores de castanha e pizza, a trompa executada pelo tintureiro e o som metálico de colher batida contra a caçarola do folheiro. Os sinos pendurados nos pescoços das vacas e das cabras anunciavam a venda do leite e os barulhos emitidos pelos perus também serviam como tentativa de atrair a clientela.

Além dos pregões, outra atividade praticada nas ruas que ecoava no interior das residências era o fenômeno das serenatas. Segundo o historiador José Geraldo Vinci de Moraes, a serenata era uma prática social em que um pequeno grupo de músicos, geralmente composto por instrumentos de corda, sopro e um cantor, homenageavam alguém executando músicas em frente às casas ou janelas dos moradores de São Paulo (MORAES, 1997, p. 131).

No começo do século XX, as serenatas se popularizaram devido ao crescimento da cidade que, além de ampliar as áreas para a realização das serestas, elevou o número de seresteiros, principalmente por conta da chegada dos imigrantes que passaram a encarar as serenatas também como uma forma de manifestação cultural.

Para concluir essa tentativa de estabelecer uma cartografia sonora para as residências da cidade de São Paulo, ficamos com esse trecho que, além de falar sobre a ocorrência de uma serenata, ainda destaca uma música do repertório:

> “A valsa-choro "Rapaziada do Brás", tornou-se coqueluche obrigatória de todas as serenatas que geralmente se realizavam as noites de sábado, na véspera de dias santificados, ou ainda, nas reuniões festivas em casas particulares”. (SESSO JUNIOR, 1985, p. 139)

Considerações finais

Entre 1890 e 1920, São Paulo viveu um momento de transição em que as novas formas culturais e os aparelhos tecnológicos em emergência passaram a conviver com elementos do passado tradicional da cidade. Além disso, um olhar mais

atencioso e pautado em aspectos relacionados às sonoridades produzidas dentro e no entorno das residências paulistanas revelou, entre outros aspectos, um processo de modernização compartilhado por diferentes camadas sociais, mas experimentado de formas distintas por cada uma delas.

Podemos apontar também para o processo de "internacionalização" da cidade de São Paulo, que passou a conviver com manifestações culturais oriundas de diferentes grupos étnicos e com as interferências relacionadas aos ideais de modernidade importados da Europa e aclamados e incorporados pela elite paulistana. Essa internacionalização, no entanto, pode ser vista como contraditória, pois se de um lado as elites repudiavam os costumes dos imigrantes, sua língua incompreensível e sua presença barulhenta na cidade, por outro lado, mantinham um enorme apreço por modas, objetos, casas e visões de mundo estrangeiras, referenciadas por modelos inspirados em países como a França e a Inglaterra.

Por último, a realização desta breve cartografia sonora evidenciou a possibilidade da reflexão a respeito da modernização paulistana a partir de vestígios sonoros. Esta metodologia pode ser vista como uma forma de ampliar o leque de alternativas para a compreensão deste panorama histórico.

Referências Bibliográficas:

AMERICANO, Jorge. **São Paulo Naquele Tempo (1895-1915***).* 2 ed. São Paulo: Carrenho Editorial, 2004.

ANDRADE, Oswald de. **Um Homem sem profissão***.* 3ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

BOSI, Ecléa, **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos***.* 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cintra, 2013.

GATTAI, Zélia, **Anarquistas, Graças à Deus.** 1. ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUNIOR, Geraldo Sesso. **Retalhos da Velha São Paulo**. 4 ed., São Paulo: Editora Maltese, 1985

MACHADO, Alcântara. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. 1 ed., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1983.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.** In: SEVCENKO, Nicolau. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Geraldina. **Os Humildes**. São Paulo: Publisher Brasil, 1996.

MORAES, José Geraldo V. de. **Sonoridades Paulistana: final do século XIX ao início do século XX.** São Paulo. Editora Bienal, 1997.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. 4ª ed. São Paulo. Editora Atual, 1998.

PENTEADO, Jacob. **Memórias de um Postalista**. São Paulo: Martins, 1963.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho 1910**. 1 ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

PORTA, Paula (org); **História da cidade de São Paulo, vol. 3**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

PUGLIESE, Salvador. **Recordar é viver.** São Paulo, 2006.

RAGO, Margareth. **A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo.** In: PORTA, Paula (org). História da cidade de São Paulo, vol. 3. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.** In: SEVCENKO, Nicolau. República: Da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHMIDT, Afonso. **São Paulo de Meus Amores**. São Paulo: Clube do Livro, 1954.

SHAPOCHNIK, Nelson. **Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade.** In: SEVCENKO, Nicolau. República: Da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível.** In: SEVCENKO, Nicolau. República: Da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense

Daniele de Paula*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p 470-485

Resumo: Thomas Paine (1737 – 1809) teve um importante papel na independência dos Estados Unidos. Seu panfleto Common Sense (1776) foi um dos mais populares do período e apresentou uma defesa sólida da necessidade da independência, causando grande impacto na sociedade norte-americana. Contudo, Thomas Paine nunca recebeu o mesmo reconhecimento que os outros líderes da independência, conhecidos como "founding fathers" e suas obras são ainda pouco exploradas pela historiografia. Assim sendo, buscaremos lançar neste artigo um olhar para Common Sense, a fim de analisar sua argumentação e a sua importância para a independência das 13 colônias, além de efetuarmos algumas considerações sobre os possíveis motivos para o não reconhecimento de Paine. Para a análise do panfleto nos pautaremos primeiramente nas características deste gênero literário e a sua importância em contextos revolucionários e, posteriormente, analisaremos cada capítulo da obra buscando compreendê-la dentro de seu contexto histórico.

Palavras- chave: Thomas Paine; Common Sense; founding fathers; Independência das 13 colônias;

* Graduanda em História/ Contato: danieledepaula@usp.br

Introdução

A independência das 13 colônias é o evento "fundador" dos Estados Unidos e já contém o excepcionalismo que será característico da narrativa da nação, pois pela primeira vez uma colônia declarava sua independência na América. Ao olharmos em retrospecto para o começo dos conflitos entre a colônia americana e a Grã-Bretanha podemos ficar com a falsa impressão de que a emancipação já era algo certo. No entanto, os colonos voltaram-se inicialmente contra o aumento dos impostos pela Inglaterra e não necessariamente contra o domínio colonial[1]. O próprio texto elaborado por Thomas Jefferson em 1774[2], dentro do contexto do primeiro Congresso continental, demonstra uma postura moderada e até mesmo conciliatória, o que evidencia que não havia consenso entre os congressistas a respeito da separação e que o futuro era incerto.

Dentro desse contexto de incertezas em relação ao futuro ocorre a publicação de *Common Sense* por Thomas Paine, um dos panfletos mais importantes do período da independência e que contém uma defesa feroz da separação. John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos e inimigo político de Paine, chegou a reconhecer em 1805 que não conhecia nenhum homem no mundo que houvesse exercido mais influência do que Paine nos últimos 30 anos (FLORENZANO, 2013, p. 1.). Contudo, Paine sofreu uma espécie de ostracismo político nos Estados Unidos, suas contribuições para a independência foram "esquecidas" e ele se tornou uma figura estigmatizada por muitos no final de sua vida (FLORENZANO, 2013, p. 2).

[1] O aumento dos impostos foi motivado em grande parte pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763), conflito do qual a Inglaterra saiu vitoriosa, mas endividada. A fim de remediar os efeitos da crise optou-se por aumentar os impostos na colônia, o que gerou descontentamento entre os colonos.

[2] Trata-se do texto "Uma opinião sumária dos direitos da América britânica", escrito por Thomas Jefferson para servir de instrução aos deputados da Virgínia no primeiro Congresso Continental. A postura de Jefferson no texto é moderada, suas críticas são direcionadas ao parlamento e não há demonstração de desejo pela independência, mas sim pela revogação das leis que incomodavam as treze colônias.

Ainda que nos últimos anos tenha havido um esforço para resgatar a figura de Paine[3], o autor segue desconhecido em comparação aos outros líderes da independência dos Estados Unidos, canonizados na cultura americana. O mesmo ocorre em relação as suas contribuições para os levantes jacobinos ingleses e em relação à sua participação na revolução francesa. As obras de Paine, por sua vez, como destacam Modesto Florenzano e Daniel Gomes de Carvalho, ainda que fundamentais para a compreensão das revoluções democráticas do final de setecentos, são ainda pouco exploradas pela historiografia (CARVALHO e FLORENZANO, 2019). Portanto, lançaremos neste artigo um olhar para *Common Sense*, com o intuito de analisar a argumentação utilizada no panfleto e a importância deste para a independência das 13 colônias americanas, além de efetuarmos algumas considerações sobre os possíveis motivos para o não reconhecimento de Paine. Para tanto, iniciaremos com uma exposição biográfica do autor e em seguida partiremos para a análise do panfleto.

Thomas Paine: breve biografia

Thomas Paine nasceu em 29 de Janeiro de 1737 em Thetford, um povoado no condado de Norfolk, na Inglaterra. Recebeu uma educação formal básica, largando aos 13 anos a *Grammar School* para trabalhar como confeccionista de espartilhos, mesma profissão de seu pai. Posteriormente atuou como cobrador do fisco, no entanto, acabou sendo demitido por confiar na palavra dos comerciantes e não os inspecionar adequadamente. Após perder o emprego, Paine atuou como professor de inglês, mas largou a profissão depois que conseguiu ser readmitido na cobrança de impostos.

[3] Entre as obras que buscaram resgatar a figura de Paine e seus escritos destacamos: The Life of Thomas Paine with a History of His Literary, Political and Religious Career in America, France and England (1892) de Moncure Daniel Conway; The Complete Writings of Thomas Paine (1945) de Philip Foner; Thomas Paine: Life and Works (1996) de Michael Foot.

Atuando novamente como cobrador do fisco, Paine participou em 1772 das mobilizações da categoria por aumentos salariais. Escreveu nesse período o seu primeiro texto político, o "*Dossiê dos Agentes do Fisco*", em que defendeu que um serviço mal remunerado tem todas as chances de ser mal feito. Durante as mobilizações, Paine esteve em Londres, onde conheceu Benjamin Franklin, de quem se tornou amigo. Contudo, a campanha pelo aumento salarial não surtiu o efeito desejado e os superiores de Paine aproveitaram-se da situação para demiti-lo. Desempregado, ele ainda sofreu a falência de alguns negócios que possuía com as esposa e acabou separando-se da mesma. Sem perspectivas na Inglaterra, Paine foi convencido por Benjamin Franklin a se mudar para a Pensilvânia.

Em 1774 Paine chegou à Pensilvânia e lá trabalhou como escritor e editor do *Pennsylvania Magazine* e, depois, do *Pennsylvania Journal*. Seus escritos deste período contra o despotismo inglês, contra a escravidão e em defesa da condição das mulheres e dos animais, renderam-lhe uma fama cada vez maior (CARVALHO, 2017, p. 24). Em 1776, em decorrência dos conflitos entre a Metrópole e a Colônia, Paine escreveu *Common Sense* (1776), seu primeiro texto de grande repercussão e que será nosso objeto de análise em seguida. Com a consolidação da independência norte-americana a influência dos escritos de Paine foi reconhecida, fato lhe rendeu um convite para desempenhar alguns cargos no governo americano, entre eles o de secretário de Estado. No entanto, ele permaneceu pouco tempo nos Estados Unidos, pois às vésperas da Revolução Francesa ele se mudou para Paris, a fim de impulsionar sua ideia de uma ponte de ferro para o rio Senna.

Ao chegar à França, Paine ficou entusiasmado com o cenário revolucionário que encontrou e acabou engajando-se no movimento. Sua atuação no processo revolucionário lhe rendeu o título de cidadão francês e fez com que ele fosse eleito representante da Convenção Nacional. Entretanto, o seu posicionamento contra a

morte de Luís XVI e a sua proximidade com alguns girondinos lhe renderam a inimizade dos jacobinos. De acordo com Daniel Gomes:

> Para Paine, não era necessário destruir o monarca, mas apenas seu cargo; a necessidade de punir com a morte o antigo rei representaria uma fraqueza dos revolucionários, uma vez que estariam com esse ato reconhecendo alguma espécie de poder pessoal na figura de Luís XVI. (CARVALHO, 2017, p. 27).

Após a queda dos girondinos, Paine ficou isolado politicamente e acabou sendo preso em 1793, devido a uma lei que proibia os estrangeiros de representarem os franceses. De acordo com Daniel Gomes de Carvalho, Paine conseguiu escapar do cadafalso por pouco, pois: "o sinal que o indicava para a execução foi colocado de maneira imprópria na porta de sua cela" (CARVALHO, 2017, p. 27). Contudo, Paine só foi libertado da prisão em 04 de Novembro de 1794, quatro meses depois da queda dos jacobinos. Após reconquistar sua liberdade, ele viveu em Paris até 1802, ano em que decidiu retornar para os Estados Unidos.

Como salienta Daniel Gomes, o papel de Paine na Revolução Francesa não se reduziu à sua participação como ator, pois ele também foi seu intérprete (CARVALHO, 2017, p. 28). Durante o contexto revolucionário ele escreveu quatro panfletos essenciais para a compreensão do período: *Rights of man* (1791), *The Age of Reason* (escrito entre 1793 e 1794), *Agrarian Justice* (escrito entre 1795 e 1796) e *Dissertation on the First Principles of Government* (1795).

O segundo deles, *The age of reason* (1791), teve forte impacto nos Estados Unidos e lhe concedeu muitas inimizades devido às críticas à Bíblia, presentes no panfleto. De acordo com Gomes,

> em The Age Of Reason, Paine, numa linguagem simples e direta, levou a dúvida cartesiana aos escritos bíblicos, procurando derrubar os pilares que sustentam as religiões reveladas para, assim, substituí-las pela crença natural, pura e verdadeira: o deísmo. (CARVALHO, 2017, p. 30)

Seja como for, a obra o tornou uma figura mal vista nos Estados Unidos. Em 1802, quando ele decidiu retornar para o país, lhe restavam poucos amigos, pois a maioria deles, tal como Thomas Jefferson, buscaram desvincular suas imagens da de Paine (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 328). O ostracismo sofrido pelo autor fica ainda mais evidente na ocasião de seu enterro, segundo Florenzano e Carvalho:

> Quando morreu, em 8 de junho de 1809, aos 72 anos, seis pessoas compareceram ao seu enterro: a senhora Bonneville e o filho Benjamin, dois quacres, Willet Hicks e William Wuittance, e dois homens negros de nome desconhecido, os quais foram saudar um dos grandes militantes da Abolição. (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 329.)

Por fim, é interessante destacar que a vida e as obras de Paine dificultam a classificação do seu ponto de vista social. De acordo com Alfred Owen Aldridge, o fato de ele ter desempenhado diferentes funções durante sua vida permite que o classifiquemos como artesão, trabalhador manual ou até mesmo como burguês (ALDRIGE, apud: Carvalho, 2017, p. 41). Como esclarece Daniel Gomes, o fato de um autor pertencer a uma classe, não implica que ele não possa adotar o ponto de vista de outra. Mas como o próprio Gomes reconhece, Paine adotou diferentes pontos de vista em suas obras, dificultando ainda mais qualquer classificação (CARVALHO, 2017, p. 41). Posto isso, concordamos com a perspectiva apresentada por Eric Foner:

> Mais do que o consistente porta-voz de qualquer classe dentro da sociedade norte-americana, Paine talvez deva ser considerado um dos primeiros intelectuais, um grupo social que adquiriu proeminência na segunda metade do século XVIII. Então, como agora, intelectuais têm origens sociais diversas e como um 'estrato relativamente autônomo', frequentemente pensam estar acima de partido e de classe. (FONER, apud: CARVALHO, 2017, p. 42)

Uma análise de Common Sense

Antes de analisarmos o conteúdo de *Common Sense* faremos algumas breves considerações sobre o que é um panfleto. Para isso, nos apoiaremos em Bernard

Bailyn, historiador e estudioso dos panfletos norte-americanos. Segundo Bailyn, os panfletos que inundaram as treze colônias durante a independência eram, "livretos consistindo de algumas folhas de impressão, dobradas de várias maneiras de modo a fazer vários tamanhos e números de páginas, vendidos - as páginas costuradas frouxamente, não encadernadas e descobertas - geralmente por um xelim ou dois"[4](BAILYN, 1992, p. 2). Ainda de acordo com Bailyn, as características de um panfleto permitem que ele seja produzido muito mais rápido que um livro comum e que atinja um público diverso. Nas palavras do autor: "Altamente flexíveis, fáceis de fabricar e baratos, os panfletos eram impressos nas colônias americanas onde quer que houvesse impressoras, ambições intelectuais e preocupações políticas."[5] (BAILYN, 1992, p. 2).

As características elencadas acima já nos dão algumas pistas da importância dos panfletos em contextos revolucionários, afinal, o fato de serem produzidos rapidamente e de atingirem um grande público, os tornavam sedutores para os revolucionários e até mesmo para os defensores do *status quo*, ambos interessados em convencer o grande público de suas ideias. Segundo Bailyn,

> "O panfleto deste comprimento médio era perfeitamente adequado às necessidades dos escritores revolucionários. Era espaçoso o suficiente para permitir o desenvolvimento completo de um argumento - investigar premissas, explorar a lógica e considerar conclusões"[6] (BAILYN, 1992, p.3)

Em seu livro, Bernard Bailyn também classificou os panfletos do período em

[4] Tradução livre, no original: "booklets consisting of a few printer's sheets, folded in various ways so as to make various sizes and numbers of pages and sold - the pages stitched together loosely, unbound and uncovered - usually for a shilling or two"

[5] Tradução livre, no original: "Highly flexible, easy to manufacture, and cheap, pamphlets were printed in the American colonies wherever there were printing presses, intellectual ambitions, and political concerns"

[6] Tradução livre, no original: "The pamphlet of this middle length was perfectly suited to the needs of the Revolutionary writers. It was spacious enough to allow for the full development of an argument - to investigate premises, explore logic, and consider conclusions"

três grupos, os que respondiam a eventos e acontecimentos do momento, os que eram respostas a outros panfletos e os que se distinguiam pelo caráter ritualístico de seus temas e linguagem. Acreditamos que *Common Sense* se adéqua a primeira categoria, ou seja, foi uma resposta aos eventos do período, embora Paine também estivesse estabelecendo diálogo com as diferentes ideias e atores do momento. Publicado em Janeiro de 1776, *Common Sense* teve uma grande repercussão, vendendo 150 mil cópias nos primeiros doze meses, em um país com apenas 2,5 milhões de habitantes (FLORENZANO, 2013, p. 1). Se considerarmos ainda que os panfletos eram lidos em voz alta, nas praças públicas, percebemos que sua influência foi bem maior do que os números de vendas sugerem.

Outro fator que nos ajuda a concluir que *Common Sense* teve grande repercussão e influência em seu período é o fato de que este recebeu "respostas" de outros escritores contemporâneos à sua publicação:

> "O senso comum de Thomas Paine foi respondido não apenas por duas refutações exaustivas dos conservadores, mas também por pelo menos quatro panfletos escritos por patriotas que compartilhavam seu desejo de independência, mas não suas visões constitucionais e religiosas ou suas suposições sobre a natureza humana..."[7] (BAILYN, 1992, p. 5).

Por fim, é importante destacarmos os motivos que teriam levado Paine a escrever *Common Sense* e o público que ele objetivava atingir. Para isso, precisamos considerar primeiramente o contexto histórico em que o panfleto foi escrito, isto é, o descontentamento dos colonos com a Grã Bretanha e os conflitos que vinham ocorrendo entre a metrópole e a colônia[8]. No entanto, de acordo com Adriana

[7] Tradução livre, no original: "Thomas Paine's Common Sense was answered not merely by two exhaustive refutations by Tories but also by at least four pamphlets written by patriots who shared his desire for independence but not his constitutional and religious views or his assumptions about human nature."

[8] A partir da segunda metade do século XVIII a Inglaterra aumentou sua dominação sobre as treze colônias, impondo uma série de leis que geraram descontentamento entre os colonos: lei do açúcar (1764), lei da moeda (1764), lei do selo (1765), monopólio do Chá para a Companhia das Índias

Maamari, a principal motivação para redação do panfleto teria vindo da influência de Benjamin Rush, médico e escritor da Filadélfia que, embora compartilhasse dos posicionamentos de Paine, temia escrever ele mesmo algo do gênero (MAAMARI, 2007, p. 173).

A respeito do público, *Common Sense* foi destinado ao conjunto do povo americano a quem Paine escreveu com o objetivo de convencer que a separação traria inúmeros benefícios para a colônia. Com as características de um texto político, Paine apresentou o seu diagnóstico: a união com a Inglaterra já não era mais sustentável e trazia apenas malefícios, por isso, o "remédio" apontado por ele era claro: "tudo o que é direito natural pede a separação. O sangue dos assassinados, a voz chorosa da natureza grita: é tempo de separar-se" (PAINE, 2012, p. 51).

Feita a apresentação de algumas das características gerais dos panfletos norte-americanos do século XVIII e de *Common Sense*, partiremos para uma análise mais detalhada da argumentação deste. Ele está dividido em quatro partes, mas com as reedições foram incluídos dois apêndices, entretanto, nos concentraremos aqui nos quatro capítulos originais: 1- Da origem e desígnio do governo em geral com concisas observações sobre a constituição inglesa, 2- Da monarquia e da sucessão hereditária, 3- Reflexões sobre o presente estado das questões americanas e, por último, 4- Da capacidade atual da América para a independência com algumas reflexões variadas.

No primeiro capítulo, como o título sugere, Paine aborda a origem de um governo, isto é, o motivo pelo qual as sociedades o necessitam. De acordo com a sua definição, enquanto a sociedade nasce da necessidade humana, ou seja, como uma forma de fortalecer o homem frente aos desafios impostos pela natureza, o governo

Orientais (1773). A resistência dos colonos frente a tais leis levaria a uma série de conflitos entre a colônia America e a metrópole inglesa.

nasce da incapacidade de a virtude governar o mundo, segundo o autor: "a sociedade é produzida pelas nossas necessidades, e o governo, pela nossa maldade" (PAINE, 2012, p. 27). Para ilustrar sua argumentação Paine propõe um exercício imaginativo: um grupo de imigrantes buscando povoar uma região inóspita. De acordo com o autor, a necessidade de vencer as adversidades da região faria com que os imigrantes se unissem (formando uma sociedade), no entanto, logo surgiriam os primeiros conflitos, o que levaria à criação de um governo. Uma vez ilustrada a origem de um governo, Paine esclarece qual o propósito deste para uma sociedade: garantir a liberdade e a segurança, uma perspectiva claramente liberal.

Após as considerações sobre o governo, Paine inicia suas críticas à constituição inglesa, para nosso autor, esta possui remanescentes de duas antigas tiranias, a monárquica (na pessoa do rei) e a aristocrática (representada pelos nobres). Combinada com as duas tiranias, a constituição inglesa teria incluído materiais republicanos (os comuns), entretanto, a coroa continuava a ser a parte dominante, por isso, para ele: "não obstante tenhamos sido suficientemente sensatos para fechar a porta à monarquia absoluta, no mesmo tempo fomos tão tolos que demos à Coroa a posse da chave" (PAINE, 2012, p. 32). Nesse capítulo, já é possível notar duas características que seguirão ao longo do panfleto: críticas ferozes ao modelo monárquico e uma linguagem simples e didática, com o objetivo claro de atingir um grande público e o convencer.

No segundo capítulo Paine aborda essencialmente duas questões: a antinaturalidade da monarquia e os problemas da sucessão hereditária. É interessante notar que para criticar a monarquia Paine utilizou essencialmente argumentos religiosos, pautando-se na Bíblia. Considerando que em sua obra *The age of reason* o autor defendeu uma posição deísta, criticando as sagradas escrituras, podemos tirar duas conclusões: 1) em 1776 Paine ainda não era deísta, ou, 2) Paine

omitiu o que pensava sobre as religiões reveladas, a fim de utilizar a Bíblia para reforçar suas críticas à monarquia.

O mais provável é que a segunda conclusão esteja correta, pois de acordo com Daniel Gomes, "John Adams, em 1776, ficou desconcertado - "ao ouvi-lo expressar desprezo pelo velho testamento e por toda a Bíblia."-, o que nos leva a crer que suas ideias sobre religiões reveladas são antigas e não foram anteriormente expressas em público por questões pragmáticas" (CARVALHO, 2017, p. 63 e 64). Seja como for, Paine utilizou o texto bíblico para afirmar que, "A monarquia, nas Escrituras, está classificada como um dos pecados dos judeus, em razão do qual uma maldição foi destinada a eles" (PAINE, 2012, p. 36). Em outra passagem o autor vai ainda mais longe ao dizer que, "ou o todo poderoso protestou contra o governo monárquico, ou então são falsas as Escrituras" (PAINE, 2012, p. 38).

As críticas à hereditariedade, por sua vez, são construídas com argumentos racionais. Para Paine a hereditariedade é uma imposição à posteridade (uma vez que os descendentes do rei governarão no futuro) e um pacto insensato, injusto e antinatural. Para fortalecer os seus argumentos ele busca explorar as três circunstâncias em que uma pessoa pode se tornar rei: ao acaso, eleição ou imposição, e, nenhuma das três possibilidades, para ele, seria capaz de justificar a sucessão hereditária.

Para Paine, se o primeiro rei subiu ao trono pelo acaso, está aberto o precedente para o seguinte, o que excluiria a sucessão hereditária. Se o primeiro rei foi eleito, da mesma forma está anulada a sucessão hereditária, uma vez que as futuras gerações também teriam que ter o direito de eleger o seu próprio rei. Por fim, no caso da usurpação, não há argumento que a legitime, portanto, mais uma vez a sucessão hereditária não se sustentaria.

O terceiro capítulo é marcado por uma defesa contundente da separação, nele Paine buscou estabelecer diálogo com os defensores da reconciliação com a Metrópole a fim de refutar a argumentação destes. Primeiramente ele nega o discurso daqueles que afirmavam que a prosperidade das treze colônias dependia da conexão com a Inglaterra e argumenta que sem intervenções as colônias estariam em uma situação muito melhor. Em seguida ele aponta os erros daqueles que acreditavam que a Inglaterra protegia a colônia de outras nações, afirmando que os inimigos que as treze colônias enfrentavam eram na verdade os inimigos da Inglaterra: "qualquer submissão à Grã-Bretanha tende diretamente a envolver este continente em querelas europeias, indispondo-nos com nações que, se não fosse por isso, procurariam a nossa amizade..." (PAINE, 2012, p. 50).

Ainda no terceiro capítulo, o autor defendeu que os horrores da guerra já haviam tornado impossível qualquer reconciliação e, a fim de sensibilizar e convencer seus leitores ele utilizou o exemplo de Boston ao afirmar que, "os habitantes dessa tão infeliz cidade... não tem hoje outra alternativa senão morrer de fome ou pedir esmola" (PAINE, 2012, p. 52). Para Paine, o único motivo para temer a independência seria a falta de um plano, por isso, ele utiliza as últimas páginas do capítulo para fazer sugestões, propondo um regime republicano para a América, com um presidente e com representantes das colônias sujeitos à autoridade de um Congresso Continental. Ele ainda ironiza: "Mas perguntam alguns, onde está o rei da América? Digo-vos, meus amigos, que ele reina lá em cima, e não devasta a humanidade como faz o rei da Grã Bretanha" (PAINE, 2012, p. 62).

O quarto e, último capítulo, apresenta argumentos para convencer o leitor de que o momento da separação havia chegado, ou seja, que a independência não poderia ser postergada. Segundo Paine, a colônia deveria investir na construção de navios para a guerra, destacando que em momentos de paz os navios poderiam ser

usados para o comércio. Paine também analisou o poder naval da Inglaterra, argumentando que embora fosse poderoso, ele estava espalhado pelo globo, protegendo as diferentes possessões inglesas, ou seja, as treze colônias não enfrentariam toda a frota da Inglaterra, mas sim, uma parte.

Paine também afirmou que a separação não deveria ser adiada, pois naquele momento os americanos dispunham da experiência das guerras recentes (como a que ficou conhecida na historiografia como Guerra dos Sete Anos) e que esta experiência seria fundamental para a guerra da independência. Em sua defesa pela separação ele é enfático, "Da Grã Bretanha não podemos esperar nada além da ruína. Se mais uma vez ela for admitida ao governo da América, já não valerá a pena viver neste continente" (PAINE, 2012, p. 71).

Em síntese, *Common Sense* apresenta uma defesa sólida da separação, utilizando uma linguagem simples e argumentos racionais, religiosos e empáticos, a fim de convencer o seu leitor. O sucesso do panfleto, de acordo com Adriana Maamari, se encontra justamente no fato de Paine dominar a arte desse gênero literário, conseguindo convencer leitores com diferentes graus de instrução, "Common Sense teve um impacto extraordinário sobre os eventos pela sua amplidão e retórica simples, ao alcance do homem da rua, mesmo que fosse relativamente iletrado." (MAAMARI, 2007, p. 180).

Por fim, nos resta demonstrar o impacto do panfleto para a independência das treze colônias. Para isso, precisamos considerar primeiramente a repercussão de *Common Sense* que, como o número de vendas e de "respostas" recebidas revelam, foi muito lido e discutido em sua época. Segundo Maamari,

> "todos os delegados do Segundo Congresso Continental leram Common Sense em janeiro de 1776 e é indiscutível que este texto teve uma influência considerável sobre as decisões que o Congresso adota em julho de

> 1776, notadamente sobre a redação e adoção da Declaração da Independência" (MAAMARI, 2007, p. 181).

As falas de alguns dos personagens consagrados como líderes da independência também nos revelam o impacto de *Common Sense*. De acordo com George Washington o panfleto, "operou uma extraordinária mudança na mente de muitos homens" (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 326) e, segundo Thomas Jefferson, o republicanismo de Paine: "tornou superado tudo o que se escreveu antes sobre as estruturas de governo" (CARVALHO e FLORENZANO, 2019, p. 326). Finalmente, segundo o historiador Leandro Karnal, o próprio Paine confessou em carta para um amigo que o seu panfleto deu à política americana um novo rumo (KARNAL, 2017, p. 84).

Considerações Finais:

Thomas Paine foi um homem de vida agitada, tendo a oportunidade de participar de dois dos maiores acontecimentos do século XVIII: a independência das treze colônias e a Revolução Francesa. Em relação à independência norte-americana, como tratamos ao longo deste trabalho, o seu panfleto causou um grande impacto na sociedade americana, ajudando a convencer muitos contemporâneos que o momento da separação havia chegado. Segundo Maamari,

> "não é exagerado dizer que Common Sense foi o catalisador da situação na América e a inspiração da Declaração da Independência... Segundo numerosos jornais contemporâneos, Common Sense reuniu à causa da independência milhares de pessoas que até então não suportavam nem mesmo a ideia" (MAAMARI, 2007, p. 177).

Contudo, como também buscamos evidenciar ao longo do artigo, Paine sofreu um isolamento político nos Estados Unidos ainda em vida, ao ponto de no dia da sua morte apenas seis pessoas acompanharem seu velório e nenhum homem público lamentar o ocorrido. A publicação de *The age of reason* com certeza foi determinante

para tornar Paine uma figura mal vista nos Estados Unidos durante sua vida, no entanto, o seu não reconhecimento *à poseteriori*, como aponta Florenzano e Carvalho, pode ter relação com fatores de sua vida particular e de seus posicionamentos políticos:

> Em muitos aspectos, Paine foi mais radical do que os Founding Fathers da Independência dos Estados Unidos, opondo-se à escravidão e, posteriormente, à ideia da Bíblia como Palavra de Deus e única autoridade infalível. A isso soma-se o fato de que ele era um neófito no país, sem posses e propriedades, estranho à elite. Por isso, Paine não ocupou o mesmo lugar de Jefferson e Washington entre os founding fathers (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 326)

Por fim, também é provável que a historiografia ainda não tenha dado a merecida atenção às obras de Paine devido aos seus posicionamentos políticos. Como aponta Daniel Gomes e Modesto Florenzano, por um lado parte da historiografia marxista trata Paine com desdém por ele ter sido um defensor da propriedade privada, por outro, boa parte da historiografia liberal-conservadora reproduz a imagem de um Paine radical e idealista, tornando-o uma figura ainda hoje incompreendida (FLORENZANO e CARVALHO, 2019, p. 334).

Radical para alguns e moderado para outros, é indiscutível que Paine foi um homem que marcou o século XVIII e que foi fiel até os últimos momentos aos seus posicionamentos. Suas obras nos fornecem atualmente um rico material para o estudo histórico e, por isso, acreditamos que elas merecem ser estudadas de forma mais atenta pelos historiadores, a fim de que Paine seja compreendido e suas contribuições reconhecidas.

Referências bibliográficas:

BAILYN, Bernard. **The ideological Origins of the American Revolution**. Estados Unidos, Belknap Press,1992.

CARVALHO, Daniel Gomes e FLORENZANO, Modesto. **A (des)fortuna de Thomas Paine: um problema histórico e historiográfico**. Niterói: Tempo [online]. Vol. 25, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tem/v25n2/1980-542X-tem-25-02-320.pdf. Acesso em 28/11/2020.

CARVALHO, Daniel Gomes. **O pensamento radical de Thomas Paine (1793-1797): artífice e obra da Revolução Francesa.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2017.

FLORENZANO, Modesto. **Thomas Paine revisitado**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/florenzanothomaspaine.pdf. Acesso em 28/11/2020.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2017.

MAAMARI, Adriana Mattar. **A república e a democracia em Thomas Paine.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2007.

PAINE, Thomas, **Senso Comum**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

resenhas

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto
DOI: 10.11606/i96n.2318-8855.v11i1p487-496

NAPOLITANO, Marcos. **História contemporânea 2**: do entreguerras à nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2020.

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

A era extremada e o conhecimento histórico sintetizado: História contemporânea 2

Conflitos, consumo industrial e parte do desenvolvimento tecnológico foram condutores do extremado século XX, sendo o primeiro a cicatriz das reivindicações sociais por justiça, e os últimos, ironicamente, causas da negligência para com a condição humana, justamente pela industrialização estadunidense necessitar da exploração intensa do trabalho operário (assim como beneficiar uma parte minoritária da população) e o impulso tecnológico estar envolvido na criação de armas nucleares.

A obra em pauta, de Marcos Napolitano – professor titular doutor em História Social pela Universidade de São Paulo –, expõe os atritos ocorridos no decorrer do século XX até a primeira década do século XXI. Europa, Ásia, África, América Latina e os Estados Unidos são regiões globais abordadas nessa sintética obra. A narrativa das dores vivenciadas e as tensões totalitárias confrontadas pelas conquistas populares nos fazem lembrar do livro *Era dos extremos*, de autoria do historiador Eric Hobsbawm.

Nesse tópico, o falecido pesquisador marxista, em uma perspectiva panorâmica, perguntou-se:

> Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. (HOBSBAWM, 1995, p. 15)

Em resumo, a obra apresenta as dicotomias históricas do século novecentista, que, se por um lado apresentou terríveis crises políticas, sociais e econômicas,

apontou os avanços da época – como a extensiva democratização política e a melhoria da qualidade de vida. Em outras palavras, é nisso que consiste o escopo da obra: a apresentação do século XX como um período em que houve grande contraposição entre o sofrimento humano e as grandes conquistas sociais. Diante disso, o historiador se direciona para vários assuntos: Crise de 1929, Revolução Russa, stalinismo, nazifascismo, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, revolução na China, descolonização (assunto muito levantado pelas Ciências Humanas no Brasil), ONU, Revolução Cubana, tensões no Oriente Médio, prosperidade econômica do pós-guerra, lutas sociais de movimentos estudantis, feminismo, resistência norte-vietnamita, contracultura, neoliberalismo e outros tópicos remanescentes. Tudo isso organizado em seis capítulos abarcando seus próprios subcapítulos.

Nesse contexto, Napolitano inicia o primeiro capítulo relatando algumas inquietações do entreguerras. “Em outubro de 1936, no começo da Guerra Civil Espanhola, em um evento que inaugurava o ano letivo na Universidade de Salamanca, um grito ecoou [...]: ‘Viva a morte!’” (NAPOLITANO, 2020, p. 13). Essa foi a manifestação da euforia fascista em uma guerra ideológica entre liberais, socialistas e comunistas, ora com embates, ora com uniões partidárias.

Desse modo, ele reitera os grandes e desenfreados embates entre as ideologias. Comentando sobre a oposição entre a ditadura comunista e as ditaduras nazifascistas, ele explica que essas ideologias são diferentes entre si, mas seus totalitarismos (a primeira, a União Soviética, e as segundas, a Alemanha Nazista e a Itália Fascista) são equivalentes. O comunismo não provém de preconceitos raciais, mas da tomada dos meios de produção e coletivização de terras. O nazismo e o fascismo, sim, nascem dos preconceitos raciais, além de poderem aderir a uma economia de mercado. Em suma, são ideias diferentes. Pelo totalitarismo de seus regimes, são, todavia, semelhantes, sendo que resultaram em perseguições, torturas,

massacres e demais atentados contra a dignidade humana. À vista disso, o cientista político Vladimir Tismaneanu diz:

> Concordo com o [...] Pierre Hassner que, a despeito das diferenças entre stalinismo e nazismo, afirma que sua característica comum fundamental e definidora foi seu frenesi genocida. Ou, para empregar a formulação de Sheila Fitzpatrick e Michael Geyer: "O fenômeno do Gulag como uma manifestação da violência do estado soviético e o holocausto como o lugar central do terror nazista transmitem a mensagem inequívoca de que os dois regimes *eram fundados no genocídio*. (TISMANEANU, 2017, p. 29-30)

Aprofundando essa questão (ainda mais pelos debates contemporâneos), muito comentou-se sobre onde cada uma dessas ideologias estão posicionadas. O nazismo e o fascismo, como apontado pelo professor Marcos Napolitano, pertencem ao espectro de pensamento de extrema direita. Apesar disso, há intrigas de pensamento – agora tratando-se especialmente do Brasil – em considerar esses fenômenos ditatoriais como frutos do pensamento de esquerda. Economicamente, a Alemanha Nazista teve espaço para uma articulação de livre-mercado, o que é algo diminuto (ou até abolido) em polos de pensando de esquerda.

Adjunto da temática ideológica, o pesquisador faz com que seja muito presente o assunto do quanto o século XX estava divido em dois sistemas: capitalismo e comunismo. De um lado, os Estados Unidos da América foram o maior precursor da disseminação do capitalismo pelo mundo e, de certo modo, substituíram o antigo colonialismo europeu pelo seu próprio colonialismo, que não apresentou as características democráticas plenas que tanto divulgou, dado que, pelo contrário, colaborou para que diversos golpes militares surgissem na América Latina. Sendo assim, pode-se concluir que, estranhamente, querendo combater os totalitarismos comunistas, auxiliou o surgimento de outros regimes totalitários.

Quanto a esse assunto, a abordagem historiográfica disserta, assim, sobre a Guerra Fria. Napolitano, além de citar a corrida armamentista e espacial, menciona o conflito cultural desse período:

> Nas áreas das artes e das ciências humanas, a disputa entre os dois blocos [capitalista e comunista] também foi intensa, no que os historiadores chamaram de "Guerra Fria Cultural". [...]
>
> Em 1950, em Berlim Ocidental foi fundado o Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC), que agregou centenas de artistas e intelectuais anticomunistas ou mesmo esquerdistas críticos ao stalinismo, e que esteve ativo em 35 países. Nesse caso, o tema era mais a "liberdade de expressão" do que a "paz". Em resposta à censura e ao controle partidário dos debates e da produção cultural e artística pelos partidos comunistas no poder em vários países, o CLC pretendia promover a liberdade de pensamento, de debate e de criação como um valor ocidental. Em 1966, surgiu um escândalo: o jornal *The New York Times* revelou que as atividades do CLC eram financiadas secretamente pela CIA, a agência de espionagem norte-americana, também envolvida em assassinatos e golpes de Estado. (NAPOLITANO, 2020 p. 68-69)

Na historiografia brasileira, isso também foi levantado pela pesquisadora Elizabeth Cancelli, que, através da obra *O Brasil na Guerra Fria Cultural: o pós-guerra em releitura* (2017), mostra como a CLC foi exemplar em tratar o conflito ideológico como algo preteritamente discursivo e intelectual, para que apenas assim os âmbitos militares, diplomáticos e econômicos pudessem estar amparados efetivamente (PIGNATA; SILVA, 2020).

Além disso, comentando os "loucos anos 20", Napolitano explicitou concisamente a incongruência capitalista que, na contemplação socialmente minoritária, elevou o consumo industrial, na medida em que operários lutavam por direitos trabalhistas, sendo eles, pois, uma massa que não usufruía do *american way of life*. Por essa via, o escritor apontou coerentemente os resultados do estado socioeconômico de uma multidão estadunidense: a busca por direitos trabalhistas frente à política liberal, que reprimia reivindicações sob a premissa de que estas instituiriam o comunismo.

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

Ainda sobre esse assunto, o autor cita o conceito de produção fordista. Ela é uma das configurações capitalistas regidas por um dos principais fundamentos do modelo socioeconômico estadunidense: o consumo como matriz social. Ademais, é muito presente a dissertação sobre as circunstâncias políticas atinentes a essa base de produção e, consequentemente, insurgências ideológicas que visavam o bem-estar do operário.

> Nas grandes cidades industriais, os operários se organizavam para lutar por melhores salários e condições de vida, sofrendo forte repressão policial e jurídica. No combativo movimento operário norte-americano, os anarcossindicalistas se destacavam. Não por acaso, o famoso julgamento de dois imigrantes italianos anarquistas, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, foi altamente simbólico da onda de repressão ao movimento operário, sinalizando como os anarquistas deveriam ser tratados pelos defensores da ordem. Mesmo sem obras contundentes, ambos foram presos em 1921, acusados de assalto e homicídio, sendo julgados e executados na cadeira elétrica em 1927. Uma intensa campanha internacional tentara impedir a execução dos dois militantes mobilizando trabalhadores e intelectuais, mas a Justiça norte-americana foi surda a todos os apelos. (NAPOLITANO, 2020, p. 15).

Chegada a narrativa sobre a crise de 1929, o autor discorre sobre uma eventualidade que caracterizou a problemática do liberalismo econômico. Posto isso, foi estabelecido um diálogo que ditou a primeira e memorável grande crise desse sistema e que marcou a primeira grande dúvida sobre o emblemático funcionamento capitalista, ancorado naquilo que é um dos seus maiores potenciais, pois “a maior crise do capitalismo não foi uma crise de escassez, mas de excesso, estimulada pela livre concorrência entre empresas privadas” (NAPOLITANO, 2020, p. 17). Inferindo o assunto e citando o *New Deal*, concluiu que o capitalismo estadunidense foi, paradoxalmente, salvo por uma medida considerada socialista.

Contudo, ao tratar de algumas das crises da produção capitalista, há certo esquecimento em relação às questões ambientais, muito demandadas na segunda

metade do século XX. A ausência dessa consideração na obra pode dificultar uma compreensão histórica (ainda mais em um livro panorâmico) sobre uma das principais discussões sobre os impactos de produção industrial na sociedade. Negligenciando essa perspectiva, é deixada de lado uma discussão – que para alguns pode ser a mais seriamente emergente – sobre as ações humanas e seus consumos nas contingências ambientais.

> A partir da segunda metade do século passado a humanidade pôde acompanhar as consequências de um sistema remanescente da Revolução Industrial que, por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico, não zelou pela qualidade do ambiente e a consequente saúde da população. Contaminações de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos e a perda de milhares de vidas foram o estopim para que, partindo da população e passando pela comunidade científica, governantes de todo o mundo passassem a discutir e buscar formas de remediação ou prevenção para que tamanhas catástrofes não se repetissem. (POTT; ESTRELA, 2017, p. 271)

Além do mais, a Revolução Verde também é um dos temas ausentes no livro. Mesmo comentando sobre tópicos referentes às questões sociais da agricultura, o alheamento referente às desenvolturas do setor agrário (e pecuário) retrata uma dissonância de debate, em razão de que a produção de alimentos foi um dos (supostos e controversos) avanços do século XX.

> [...] o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente, e na década de 1980 decidem plantar substancialmente menos, ou então (como na Comunidade Europeia) vender suas "montanhas de manteiga" e "lagos de leite" abaixo do custo, com isso solapando os produtores nos países pobres. Ficou mais barato comprar queijo holandês nas ilhas do Caribe que na Holanda. Curiosamente, o contraste entre excedentes de alimentos de um lado e gente faminta do outro, que tanto revoltara o mundo durante a Grande Depressão da década de 1930, causou menos comentário em fins do século XX. Foi um aspecto da crescente divergência entre o mundo rico e mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1960. (HOBSBAWM, 1995, p. 256)

Focando no desenrolar da indústria, Napolitano ignora na obra em pauta que os impactos da produção (e da logística) de alimentos resultaram em grandes

transformações sociais, tendo o século XX como um dos períodos – ao menos em uma específica visão histórica – que perpetuou a supressão da agricultura de subsistência "em benefício de uma agricultura completamente voltada para o mercado." (TEUTEBERG; FLANDRIN, 2018, p. 709). Nesse caso, como a obra é um livro de síntese, a ausência de uma dissertação sobre a Revolução Verde não é algo necessariamente alarmante, dado que isso apenas demonstra a necessidade da expansão do debate historiográfico.

Adentrando na conceituação de rupturas sociais, o fim de tudo isso foram as revoluções de jovens e acadêmicos pelas alterações socioculturais.

> Na década de 1960, as comunicações de massa, sobretudo a televisão, tiveram um impressionante desenvolvimento tecnológico. Satélites colocavam regiões distantes do planeta em contato entre si, "ao vivo, em cores". Nesses anos de revolução cultural jovem, tinham sido abalados valores e instituições, sobretudo nos países mais ricos do planeta. Muitos comportamentos também foram questionados e modificados. A mídia, a indústria da moda, as universidades e as artes foram particularmente afetadas. (NAPOLITANO, 2020, p. 133).

Em todo esse contexto, prevaleceram movimentos como o dos hippies e estudantes revolucionários, circundados pelos protestos contra a guerra no Vietnã (consequência do mundo polarizado do século XX) e o segregacionismo racial, maior liberdade sexual, feminismo e eventos de sociabilidade como o *Woodstock*, por exemplo. Nessas situações, esse século revelou os maiores e mais diferentes levantes sociais da história contemporânea. Por todas essas ocorrências, as tecnologias e o consumo industrial foram se desenvolvendo e estiveram, também, atrelados na constituição desses eventos, alcançando, desse modo, a globalização.

"Nova ordem mundial". Conceito presente no título da obra, mas sem o autor especificar uma das significâncias dela. Hoje em dia, com as mídias sociais

extremamente potencializadas, é necessário abordar a formulação no seu contexto, porque, devido aos debates atuais, há de se confundir com premissas que ditam o controle de um governo mundial unificado. Entretanto, Napolitano disserta sobre a integração econômica e política do mundo.

Por fim, o autor explicita que, mesmo diante do novo estado em que o mundo se encontra, em uma integração econômica jamais vivenciada, a desigualdade entre países ainda é latente, visto que sobraram resquícios da colonização, mesmo que nações chamadas de terceiro mundo tenham, supostamente, se emancipado. Nesse tópico, a contemporaneidade fala sobre descolonização, diante de uma ordem mundial em que as dependências econômicas frustram autonomias nacionais.

Portanto, o professor doutor Marcos Napolitano, em sua obra intitulada *História contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial*, relata o percurso doloroso em que a sociedade se encontrou entre o desenvolvimento e a tirania de governos. Sobretudo, descreveu concisamente o que, de fato, o século XX formou, tendo o século XXI herdado os seus conflitos. Na abordagem das tensões, as massas não foram ignoradas na narrativa, na qual suas ações, muito mais que as ideologias, protagonizaram os embates de seus progressos e considerações, estando eles presentes, referenciando Hobsbawm, em uma era de extremos.

Referências bibliográficas

CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural:** o pós-guerra em releitura. São Paulo: Intermeios, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

PIGNATA, Júlio Barnez; SILVA, Wanderson da. Brasil de exotismo, minoridade e alinhamento: por uma contra-proposta historiográfica. **História (São Paulo)**, Assis/Franca, v. 39, p. 1-6, 2020.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, 2017.

TEUTEBERG, Hans Jurgen; FLANDRIN, Jean-Louis. Transformações do consumo alimentar. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. História da alimentação. 9. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

TISMANEANU, Vladimir. **O Diabo na História**: comunismo, fascismo e algumas lições do século XX. Campinas: Vide Editorial, 2017.

Novas fontes históricas, novas agentes históricas: dinâmicas de gênero na comunidade mercantil de Luanda do século XIX

Raphael dos Santos Gonçalves *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p497-508

OLIVEIRA, Vanessa S. **Slave trade and abolition**: gender, commerce, and economic transition in Luanda. Madison: University of Wisconsin Press, 2021, 272p.

* A resenha apresentada é fruto de reflexões individuais e da participação em espaços acadêmicos de discussão coletiva. Dessa forma, agradeço às organizadoras do #Slaveryarchive book club (Prof.ªs Dras. Ana Lucia Araujo, Jessica Johnson, Vanessa Holden e Prof. Dr. Alex Gil), no qual o livro resenhado foi apresentado e debatido em sessão de 30 de junho de 2021; agradeço à Prof.ª Dra. Maria Cristina Wissenbach por acolher minha participação como aluno ouvinte na disciplina de pós-graduação "História da África e as Humanidades: revisões epistemológicas e diálogos interdisciplinares", cujas discussões em aula foram fundamentais para a escrita deste texto.

** Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: raphaeldsgoncalves@gmail.com.

Raphael dos Santos Gonçalves

A historiografia africanista tem buscado verificar dimensões globais da História da África, sem deixar de considerar dimensões locais e o protagonismo de mulheres e homens no continente africano. Autoras e autores buscam superar a "preocupação prioritária com a agência europeia", verificando a existência de processos históricos controlados por atores locais (REGINALDO; FERREIRA, 2021, p. 20). O livro de Vanessa S. Oliveira debruça-se sobre os temas do comércio, da escravidão e de sua abolição em Luanda, enfatizando justamente o papel de mulheres luso-africanas, nascidas na cidade, que eram grandes comerciantes e ocupavam posições socioeconômicas relevantes naquele momento.

Publicado em fevereiro de 2021 pela The University of Wisconsin Press, o livro tem como base a tese de doutorado defendida pela autora na Universidade de Iorque, no Canadá. Atualmente, Oliveira é professora-assistente de História da África no Royal Military College (Canadá), e tem contribuído significantemente para o campo da história das relações de gênero em África nos últimos anos . Em seu primeiro livro autoral, a historiadora africanista estabelece como recorte espacial a cidade de Luanda, apresentada como grande porto escravista e sede da colônia portuguesa na África Centro-Ocidental. Na obra, é traçado um recorte temporal entre 1808, momento de aumento da demanda brasileira por escravizados , e 1867, quando foi enviada a última remessa ilegal de africanos escravizados a partir deste porto. Trata-se do período no qual, em África, ocorreu a transição econômica entre o comércio escravista e o comércio de produtos chamados "lícitos" como, por exemplo, a cera, o café e o algodão.

No livro, Oliveira se propõe a examinar as estratégias utilizadas pela comunidade mercantil de Luanda – que controlava as atividades econômicas na cidade e estava profundamente envolvida com o comércio escravista – para

adaptar-se à transição econômica de meados do século XIX. A autora almeja compreender as imbricações entre a mudança econômica e as interações entre sujeitos estrangeiros e locais, em termos de casamentos, comércio e propriedade de escravizados.

A autora argumenta que a comunidade mercantil estava apta para adaptar-se às novas condições colocadas pela economia atlântica a partir de meados do século XIX. Uma série de fatores teria contribuído para a resiliência econômica da elite mercantil, como: a acumulação de capital através do comércio escravista, a complementaridade entre tipos de comércio e o lugar de principais investidores alcançado pelos grandes comerciantes. Assim, esses sujeitos dispuseram das condições necessárias para manter seu domínio socioeconômico durante e após a transição econômica.

A historiadora argumenta também que as interações entre os estrangeiros vindos do Império Português e as mulheres locais foi fundamental para o funcionamento do comércio em Luanda no século XIX. Nessas relações, as luso-africanas, filhas de portugueses e mulheres locais, conseguiram acumular riquezas e poder. A autora não deixa de explicitar, por outro lado, que em uma sociedade colonial e patriarcal, o enriquecimento das mulheres da elite comercial jamais rompeu o domínio comercial masculino, pois os "homens estavam mais aptos a acumular capital, afinal eles representavam a maioria de comerciantes de gêneros alimentícios e de escravizados" (OLIVEIRA, 2021, p. 71, tradução nossa).

O livro é estruturado em seis capítulos que seguem uma cronologia linear – à exceção dos capítulos 1 e 6 – sobre determinada atividade comercial (comércio de escravizados, comércio local de gêneros alimentícios, tráfico ilegal de escravizados e comércio de produtos lícitos, respectivamente). No primeiro capítulo, a autora apresenta a cidade de Luanda e seu desenvolvimento histórico enquanto principal

porto escravista na África Centro-Ocidental e como capital administrativa portuguesa. Oliveira revela uma cidade cuja história e cuja organização vincula-se à atuação de sujeitos de origens diversas no mundo Atlântico. Atenta às dimensões de gênero, Oliveira argumenta ainda que Luanda era uma sociedade majoritariamente feminina, na qual as mulheres eram fundamentais enquanto força de trabalho.

No segundo capítulo, a autora relaciona as dinâmicas do comércio escravista na primeira metade do século XIX às interações entre imigrantes e nascidos em Luanda. Em um cenário no qual a viabilidade da colônia dependia de seu povoamento, famílias formadas por homens estrangeiros e mulheres locais foram estimuladas pelo governo colonial português. A autora afirma que o comércio de escravizados dependia dessas relações, pois as mulheres luso-africanas atuavam como intermediárias culturais, parceiras comerciais e fornecedoras de recursos para seus maridos. Em contrapartida, "as conexões que os maridos estrangeiros proporcionaram, assim como suas riquezas, auxiliaram no desenvolvimento da carreira comercial das mulheres" (OLIVEIRA, 2021, p. 32, tradução nossa) . A escolha dos parceiros para casamentos era, portanto, estratégica enquanto negócio, facilitando interações comerciais e aumentando o poder dos atores envolvidos. As esposas luso-africanas do século XIX são apresentadas por Oliveira como mulheres que acumulavam vínculos e experiências nas culturas portuguesa e kimbundu, mas que se distinguiam socialmente enquanto portuguesas. Filhas de imigrantes e mulheres locais, elas também já haviam acumulado riquezas antes do casamento, através de heranças ou de atividades comerciais na região.

Apresentando as trajetórias de três proprietárias luso-africanas, Oliveira demonstra como elas beneficiaram-se da expansão comercial escravista de 1815 em Luanda, mobilizando seu capital acumulado e suas redes comerciais locais para

ingressar no mercado atlântico e prosperar. Todavia, Oliveira insiste que eram os homens portugueses e luso-africanos que controlavam o comércio atlântico na cidade, beneficiando-se não apenas do enriquecimento econômico, mas da possibilidade, restrita a eles, de ocupar cargos na administração colonial e nas milícias.

O terceiro capítulo trata da produção e do comércio de gêneros alimentícios. Enquanto as mulheres, especialmente aquelas escravizadas, predominavam enquanto força de trabalho produtiva nos arimos – propriedades agrícolas nos subúrbios e no interior –, os grandes proprietários eram, em sua maioria, homens. Esses sujeitos eram protagonistas no fornecimento desses produtos, pois eram capazes de arcar com os custos do transporte e com as taxas cobradas no mercado público de Luanda – cujos registros são fonte documental para o capítulo.

A participação de grandes proprietários, escravistas e administradores no comércio local era uma forma de complementar sua renda e, principalmente, de diversificar investimentos, enfatiza a autora. Dentre eles, havia donas , proprietárias de terras e de escravizados, que vendiam o excedente de suas produções para a cidade, acumulando renda e posses. Outras mulheres, livres e pobres, são mencionadas como comerciantes varejistas ou como pequenas produtoras, buscando oportunidades ao envolverem-se no comércio local.

Os processos de adaptação da comunidade mercantil de Luanda à abolição do tráfico, imposta por Portugal em 1836, são o tema do quarto capítulo. Oliveira aponta que, se para comerciantes de menor monta, incluindo muitas donas, os riscos da ilegalidade significaram a saída do negócio, para os grandes comerciantes houve, inicialmente, uma mudança para portos menores e menos regulados. Protegidos pelo governo local, cujo funcionamento dependia de seus empréstimos, e vinculados socialmente aos burocratas que deveriam reprimir o tráfico, eles seguiram operando

na ilegalidade.

Para a autora, é a proibição da importação de escravizados pelo governo brasileiro, em 1850, que marca a retirada dos grandes comerciantes do negócio escravista. Demonstrando o envolvimento destes na produção e no comércio de commodities, que já circulavam localmente, e sua posição enquanto grandes credores na cidade – verificada em documentação relativa ao Tesouro Real –, a autora sugere a resiliência econômica da comunidade mercantil de Luanda e sua capacidade de dominar o novo negócio. Ainda neste capítulo, Oliveira explica como a transição econômica afetou o status das mulheres luso-africanas. Se antes, as donas distinguiam-se pela riqueza e poder acumulados, a partir da supressão do comércio de escravizados e com a circulação de teorias do racismo científico, o local de nascimento passou a ser determinante para as identidades sociais. Atenta à crítica documental, a historiadora aponta como, nesse contexto, passaram a acontecer silenciamentos sobre a cor da pele dessas mulheres, ainda poderosas, nos registros oficiais.

O último capítulo explana as interações entre a comunidade mercantil de Luanda e os escravizados que, naquele momento, passaram a atuar como força de trabalho local. A autora defende que o funcionamento de Luanda dependia do trabalho escravo, que era majoritariamente feminino. Analisando a documentação da Junta Protetora de Escravos e Libertos, Oliveira argumenta que as relações desses trabalhadores escravizados com seus senhores eram complexas, perpassando formas de violência, de resistência e intervenções do Estado, limitando o poder dos senhores sobre seus escravizados.

As fontes já mencionadas acima são apenas exemplos do vasto e diverso

conjunto documental acessado pela pesquisadora. O trabalho de Vanessa S. Oliveira parte do acesso a diferentes arquivos, portugueses e angolanos. Em Portugal, a autora informa ter trabalhado com correspondências, relatórios oficiais, processos judiciais, periódicos e testamentos. Já nos arquivos angolanos, acessou registros comerciais e tributários, registros de concessões de terras, de dotes, contratos de casamentos, entre outros documentos. Em cada capítulo, fontes de diferentes arquivos e gêneros textuais são articuladas entre si e à bibliografia, com o objetivo de analisar as continuidades e transformações em Luanda. A documentação angolana, em especial, foi mobilizada para reconstrução de trajetórias individuais de mulheres negociantes, verificando seu acúmulo de riquezas e as relações de gênero que travaram.

Apesar da rara oportunidade de acessar arquivos africanos, a historiadora precisou lidar com a abundância de documentação produzida por administradores coloniais. Oliveira reconhece que as fontes acessadas foram produzidas por homens "informados pelo etnocentrismo, pela estrutura patriarcal, e por crenças religiosas de suas sociedades, nas quais as mulheres eram vistas como subordinadas aos homens e os africanos como inferiores aos europeus" (OLIVEIRA, 2021, p. 8, tradução nossa) . Entretanto, a autora defende que os próprios silenciamentos nos documentos e seu cotejamento com outras fontes e referências bibliográficas interdisciplinares é capaz de produzir conhecimento histórico sobre as sociedades africanas.

Diálogos com outros campos historiográficos são traçados no livro. É feita referência à historiografia que trata dos portos africanos no século XIX, com a autora alinhando-se aos historiadores que contestaram a tese de A. G. Hopkins – segundo a qual as elites estabelecidas enfraqueceram-se durante a transição econômica –, defendendo que a elite mercantil foi capaz, em algumas sociedades, de dominar o novo comércio. Oliveira também trava constante diálogo com os poucos trabalhos

historiográficos já existentes sobre a comunidade mercantil de Luanda e sobre as donas angolanas, como aqueles de Selma Pantoja e de Mariana P. Candido. Nos diálogos bibliográficos, Oliveira não se restringe aos trabalhos sobre Luanda e produz interessantes comparações com pesquisas sobre outros espaços afro-atlânticos do século XIX, como Uidá, Lagos, Benguela, Saint-Louis, entre outros. Quanto à narrativa do livro, a autora se vale de um estilo que destaca episódios de trajetórias individuais de mulheres, em uma análise que inverte a lógica da documentação consultada, produtora de representações homogeneizadoras e fechadas das africanas. Outras historiadoras africanistas, como Juliana Farias (2021) e Mariana P. Candido (2021) se valeram da mesma abordagem em textos recentes, revelando uma tendência para o campo.

Embora Oliveira mobilize fontes produzidas por europeus e realize sua crítica documental, o leitor que pratica o ofício do historiador sente a ausência de uma reflexão sobre os arquivos africanos consultados, visto que é uma possibilidade rara para historiadores brasileiros. As reflexões propostas por Ivana Muscalu (2015, p. 22-24) sobre os arquivos como produto de causas humanas, tanto do período de sua formação, como das épocas que o sucederam são pertinentes e sugerem o caráter imperialista dos arquivos coloniais portugueses. Podemos ainda considerar, para análise do conjunto arquivístico acessado, as reflexões de Catarina Madeira Santos (2006) sobre como a histórica presença colonial portuguesa em Angola influenciou a produção de documentos escritos e a formação de arquivos por sujeitos nascidos em África.

Aponto ainda duas breves questões sobre a narrativa apresentada no livro. Oliveira escreve que as donas luso-africanas acumularam poder e riquezas, “embora elas também convivessem com os riscos e a violência que lhe eram provenientes”

(OLIVEIRA, 2021, p. 39, tradução nossa) . Todavia, apesar de apontar limitações às oportunidades das donas – como no acesso aos cargos administrativos –, não está explícito quais dimensões de violência foram sofridas por essas mulheres privilegiadas. Candido e Jones (2019) argumentam que, por trás das histórias prestigiosas das luso-africanas, havia um subenredo de insegurança e vulnerabilidade, pois elas representavam provocações ao poder patriarcal. Para a localidade de Benguela, Candido (2021) afirma que mulheres que prosperavam eram atacadas por propagar valores inversos aos coloniais. Tais hostilidades poderiam dialogar com um dos eixos do livro de Oliveira, os casamentos, se considerarmos a violência sexual como dinâmica que fazia parte do encontro entre europeus e outras populações locais africanas, conforme sugere o trabalho de Candido e Jones (2019).

Em segundo lugar, a menção às histórias de mulheres africanas livres, pobres ou escravizadas no livro – cujo argumento central trata das mulheres da elite mercantil – aparece um tanto irregular para o leitor. Pequenas produtoras, quitandeiras e mulheres escravizadas são mencionadas nos capítulos 3 e 6, por exemplo, mas observa-se que os títulos dos capítulos trazem a perspectiva das mulheres da elite comercial. Pode-se sugerir, por outro lado, que a menção às mulheres cuja exploração garantia o enriquecimento das donas teria o objetivo, bem executado pela autora, de construir um texto historiográfico no qual a participação econômica das grandes proprietárias é destacada, sem, no entanto, deixar de contextualizá-la na relação com a situação das demais mulheres – que estavam, conforme argumento do livro, também imbricadas nas dinâmicas de gênero na cidade.

Ao adaptar sua tese de doutorado para o formato de livro, a Prof.ª Dra. Vanessa S. Oliveira disponibiliza ao público uma pesquisa de excelência sobre a história das relações de gênero em Luanda e sobre os processos históricos vividos por mulheres

no período da supressão do comércio atlântico de escravizados. Em recente coletânea sobre a história de mulheres em África entre os séculos XVII e XVIII, na qual Oliveira contribui com um capítulo, os editores Candido e Jones (2019) afirmam que embora tenha ocorrido um grande crescimento das pesquisas no campo, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. A importância de continuar e aprofundar as pesquisas sobre temas como a participação econômica e as experiências plurais das mulheres africanas também é destacada e sugerida por Reginaldo e Ferreira (2021), organizadores de outra coletânea recente sobre estudos africanos.

Tais reflexões bastante atuais indicam que a Prof.ª Dra. Vanessa S. Oliveira não caminha só no desafio de investigar, no campo da História, em arquivos coloniais e africanos, evidências sobre mulheres africanas, muitas vezes silenciadas pelos próprios produtores destes documentos, arquivos e produções científicas. Ao narrar a história das donas de Luanda, a autora nos apresenta a experiência específica de mulheres negociantes que acumularam propriedades e poder, e fornece ao campo uma obra historiográfica de excelência que ajuda a superar lugares-comuns atribuídos às mulheres africanas na história, tanto na documentação, quanto em materiais didáticos ou de divulgação.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam. Introduction. In: _____. (Ed.). **African Women in the Atlantic World**: property, vulnerability & mobility, 1660-1880. Nova Iorque: James Currey, 2019, p. 1-15.

CANDIDO, Mariana P. As mulheres e o acesso à propriedade em Benguela no século

XIX. In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (Org.). **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 399-421.

FARIAS, Juliana Barreto. O laptot e a signare: gênero, escravidão e liberdade (Senegal, século XIX). In: REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo (Org.). **África, margens e oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 329-367.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. Introdução. In: _____. **"Donde o ouro vem":** uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). São Paulo: Intermeios, 2015, p. 15-29.

OLIVEIRA, Vanessa S. Slavery and the Forgotten Women Slave Owners of Luanda (1846-1876). In: LOVEJOY, Paul E.; OLIVEIRA, Vanessa S. (Ed.). **Slavery, Memory and Citizenship**. Trenton: Africa World Press, 2016, p. 129-148.

_____. Mulher e comércio: A participação feminina nas redes comerciais em Luanda (século XIX). In: BERGAMO, Edvaldo; PANTOJA, Selma; SILVA, Ana Claudia (Ed.). **Angola e as angolanas:** memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 133-152.

_____. Spouses and Commercial Partners: Immigrant Men and Locally Born Women in Luanda, 1831-1859. In: CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam (Ed.). **African Women in the Atlantic World**: property, vulnerability & mobility, 1660-1880. Nova Iorque: James Currey, 2019, p. 217-232.

_____. **Slave trade and abolition**: gender, commerce, and economic transition in Luanda. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2021.

REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo. História e historiografia africana às

margens do Atlântico e do Índico. In: _____ (Org.). **África, margens e oceanos**: perspectivas de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 15-44.

SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, São Paulo, v. 155, p. 81-95, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19035>. Acesso em: 26 set. 2021.

ensaios

Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p510-526

Resumo: O ensaio aqui proposto contempla a atuação da História e da Arqueologia, duas disciplinas consolidadas de contato com o passado, e sua relação com o uso da Memória, conceito abstrato que é utilizado por ambas as áreas, e que ainda existe por si fora dos campos acadêmicos de investigação, como mecanismo orgânico cerebral. Arqueologia e História têm, além de um histórico comum de uso pela academia, uma retrospectiva de discussão, ora afastando-se, ora aproximando-se, ou ainda, reduzindo a individualidade uma das outras; ações as quais refletem na sociedade. Memória, uma das principais ferramentas de uso destas, entra também como poder social. Desta forma, temos por objetivo, no presente texto, a realização de um breve panorama do surgimento e percebimento delas enquanto disciplinas e conceito, respectivamente; bem como sua relação entre si e com a prática milenar humana de contato com tempos precedentes. Sintetizamos e comparamos algumas teorias acadêmicas dos dias de hoje que discorrem sobre o assunto, na busca por trazer reflexões sobre afinidades da prática das mesmas. Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993), enquanto historiadores e teóricos do uso da memória, assim como Gordon Childe (1977), Bruce Trigger (2004) e Alain Schnapp (1996), em seus lugares de arqueólogos de diferentes eras, são os estudos que, comparados com demais fontes historiográficas chave, forneceram nosso suporte de análise. Almejamos refletir sobre a significância individual delas ao mesmo tempo em que atuam de modo conjunto na construção de narrativas sobre o passado.

Palavras-chaves: Arqueologia; História; Memória; Passado.

* Graduanda em História pela Unicamp, e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail para contato: sofiahelenacr@gmail.com

Introdução

Arqueologia, História, Memória. Presumivelmente, dois destes conceitos são encarados como acadêmicos, enquanto o outro existe conforme existe a humanidade. Arqueologia e História, quando grafadas com iniciais maiúsculas, sugerem disciplinas e práticas científicas e metodológicas. Já memória, seja ela escrita com maiúscula ou minúscula, fica à mercê do indivíduo que a lê, podendo significar um desenvolvimento cognitivo humano inato, um processo saudoso, ou ainda, forma de resistência.

No entanto, para se ter bem consolidado que possuem sentidos e caminhos individuais, tais conceitos teriam que ter nascido com finalidades diferentes, ou, ao menos, contar com uma fase de ruptura bem definida. Se existe alguma correspondência entre os termos, e ela é a crua relação com o passado, torna-se provocativo refletir, pois, em quais pontos eles diferenciam-se, mas também em quais convergiam (ou convergem), trabalhando em cima de suas respectivas individualidades (ou individualismos).

Dentre as três práticas, a memória talvez seja aquela menos problemática - ainda que, na contemporaneidade, abarque negacionismos e anticientificismos. Abrangendo tanto o intelecto dos que defendem a academia como estrato erudito quanto ao mais humilde cidadão, a memória é a conexão com uma herança de aprendizagem que, com certeza, é a agente principal para, no mínimo, a sobrevivência do indivíduo. Em resumo, a memória, enquanto fabricação de mitos, ajuda a orientar a ação coletiva e é um substituto humano para o instinto (MACNEILL, 1986, p. 104). Mas também é oportunidade de transmissão de aspectos culturais, costumes, linguagens e expressões que inserem o sujeito na comunidade mãe. E, no

caso dos acadêmicos, é responsável muitas vezes pela escolha do tema de pesquisa que mais tarde vai pertencer à História ou Arqueologia.

Por outro lado, de modos por vezes mais tumultuosos, a Arqueologia ora propusera uma relação pacífica com a História, ora a afrontara, como forma de defesa e legitimação – dizendo que a História não existiria sem ela. A História, por sua vez, nesta linha, muito já atacou a Arqueologia, a definindo como disciplina auxiliar, e não reconhecendo a existência desta enquanto disciplina *sui generis*. Contudo, assim como existe uma memória sem História, existe uma história sem História.

Deste modo, ponderamos as circularidades e sobreposições destas três práticas de relação com o passado. A palavra circularidade é a este respeito usada porque entendemos que, além das variações circulares acima abordadas quanto aos repetitivos momentos da cronologia historiográfica de harmonia entre as práticas, seguidos por discordâncias etc., há um esquema muito preferido por autores teóricos que utilizam História, memória e Arqueologia como metodologias: várias das bibliografias clássicas que buscam pensar sobre a história da História e sua interdisciplinaridade abordam justamente ela *e* alguma coisa. Nomes desde Gordon Childe (1977), Pierre Nora (1993), Le Goff (1990) e Pedro Paulo Funari (2021), com grandes e universais teorias, até nomes como Jonathan Cruz (2010) e Alexandre Godoy com Claudia Plens (2016), em histórias regionais de microescala, fazem uso em peso destas pequenas epígrafes: “História e Memória”; “Arqueologia e História”; “Arqueologia e Memória”. Já “sobreposições”, é ademais utilizada neste contexto para identificar em cada um destes momentos os diferentes espaços que os três conceitos repartem entre si: ora em uma tripartição de mesma porcentagem, ora tendo a soberania de um sobre o outro.

A fim disso, então, dividimos nossa análise em uma inicial retomada histórica da existência e uso da arqueologia e história como forma de contato e uso do passado, seguida por desenvolvimento e engatinhar de uma metodologia que mais tarde se tornaria duas disciplinas em contexto europeu. Problematizando tal ocidentalização por meio de uma análise de seu próprio âmago, finalizamos, por fim, com as variações e atribuições de sentido já no seio de uma definição contemporânea ocidental (que para o caso da História é pós Revolução Francesa e Iluminismo; no caso da Arqueologia é pós antiquarismo; e no caso de memória fica à mercê dos diversos ramos das humanidades ou das sociedades como um todo que a vão definir).

Nascimento do relacionamento com o passado

Em primeiro lugar, temos que ter em mente que a prática de tais conceitos vem muito antes da consolidação enquanto disciplinas. Ainda que "Memória" não seja uma matéria acadêmica, ela é em peso conceituada e estigmatizada dentro daquelas que se chamam disciplinas modernas (pós século XIX). Desta maneira, se o ser humano sempre fez uso da memória enquanto configuração para sobrevivência, torna-se relativístico debater sobre seu nascimento – visto que a memória inclusive enquanto relação social não é particular dos seres humanos[1].

Assim, de onde vale começar a investigar a memória? Alain Schnapp (1996), nos aponta, ao discorrer sobre o começo da história, que a memória já era usada como uma forma de manutenção do poder e das dinastias, ainda no século VI a.C. Le Goff (1990), nessa via, fala do uso da memória como o *vívido* da relação com o passado,

[1] Segundo argumento de J. M. Adovasio, Olga Suffer e Jake Page, em **Sexo Invisível:** o verdadeiro papel da mulher na pré-história, por exemplo, antes mesmo do surgimento do *homo sapiens sapiens*, haveria distribuições contínuas de funções entre as sociedades de *homo erectus*, ou neandertais, tais quais divisão entre os sexos e linhagem matrilinear, passagem de conhecimentos sobre manufatura de objetos etc.

que obedece a *interesses* individuais e coletivos. Por conseguinte, uma auto percepção da memória como ferramenta pode ser, talvez, o nascimento de um relacionamento consciente com o passado. A consciência com o passado se cria do uso do passado para legitimação do presente. E não só a consciência de uma época anterior ao momento em que se encontra, mas também do indivíduo se entender no tempo como um todo contínuo. Nas palavras de Le Goff, "a oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo" (Le Goff, 1990, p. 13).

A história, por sua vez, nasce da transformação da memória de legitimação de certos grupos para uma investigação de toda a humanidade (ou aquilo que se considerava humanidade), ainda de acordo com Schnapp (1996). No entanto, há que se pensar: o que é história? E o que é História? Quando pensamos em história como contrária à pré-história, atribuímos caracteres ocidentalizantes, já que história seria correntemente aquilo pautado pela escrita tradicional – chegada em meados do quinto século a.C. de modo genérico. Mas, ainda que de devido modo problematizada, conforme leituras como Funari (2002), Schmidt e Mrozowski (2013) e Lightfoot (1995) têm feito, como aplicar, pois, uma história não ocidentalizante?

A resposta, contudo, pode vir a ser aquela não mais satisfatória para o leitor. Todos os estudos que utilizamos de certo modo são ocidentais. Além de todos autores europeus e /ou filiados à Escolas europeias, a própria preocupação que eles abordam em definir História, Arqueologia e Memória é uma preocupação europeia. Leia-se bem, não que as demais culturas não tenham a preocupação e relação com o passado. Por outro lado, elas têm preocupações particulares, incapazes de serem uniformizadas a partir do nomeado "método científico" definido segundo somente escolas europeias. Contudo, as historiografias dos dias de hoje continuam replicando uma linha mais ou menos comum de origem e desenvolvimento justamente por

terem berço ocidental. Os próprios eventos caracterizados por rupturas e definições das disciplinas, tais quais referidos acima (Iluminismo [séc. XVIII], antiquarismo [sécs. XVI-XIX], escrita, etc.), são eventos completamente em contexto europeu.

Como dito, a memória e a relação com o passado são inatas à sobrevivência dos humanos. Mas, de modo paradoxal, ainda continuam sendo objetos de estudo por perspectivas não-neutras, como é de praxe em toda historiografia. Em concordância com Bruce Trigger, "interpretações históricas são notoriamente subjetivas, a tal ponto que muitos historiadores chegam a considerá-las meras expressões de opiniões pessoais" (TRIGGER, 2004, p. 05). Portanto, pensar em História, pensar em Arqueologia, pensar em Memória, e problematizá-las, é um ato europeizado (ainda que nos dias de hoje seja vista uma diferença em termos de Arqueologia europeia, americana e russa, por exemplo). Ademais, Pierre Nora (1993) também propõe que esta História, no caso a de investigar os mitos fundadores e memórias de seus predecessores, não é inocente, é crítica e enviesada. Nesta via, as bibliografias dos dias de hoje preocupadas em estabelecer uma origem da História, que é o estudo da história, coloca a Antiguidade Clássica como origem, num paradigma ocidentalizante. Heródoto, no século V a.C., propusera métodos e disciplina para lembrar as conquistas de tudo o que considerava civilização – não em um caráter de supremacia, mas sim investigatório, a respeito da relembrança de conquistas do que ele entendia por humanidade de modo geral; e sempre em suporte escrito (SCHNAPP, 1996) (LE GOFF, 1990).

Já a arqueologia (em minúsculo aqui por ser a prática de materialidade, não a disciplina), teria nascido antes disso ainda, mas de modo diferente da sempre constante atribuição de importância basal da escrita. Schnapp (1996) propõe a primeira evidência da prática arqueológica retomando ao século sexto antes da Era

Comum. Um tijolo com inscrições cuneiformes encontrado no Iraque demonstraria o desejo, por parte dos babilônicos, por legitimidade histórica com base num objeto tradicional. No entanto, passando por uma maturação Clássica, a "arqueologia" seria praticada na Grécia e em Roma apenas raramente como produtora de histórias reais (TRIGGER, 2004). Como iremos propor mais para frente neste ensaio, a arqueologia como interesse pleno na materialidade dos objetos só se dá na Modernidade, com os antiquários.

Porém, com o início das três práticas de contato com o passado devidamente apresentadas, uma pergunta torna-se sobressalente: então, tanto Arqueologia quanto a História, enquanto nascentes, não tiveram a mesma finalidade entre si, e entre a memória? Segundo o citado acima, as três práticas seriam, por fim, apenas relação para com o passado para justificar ou entender o presente, pois é o presente que faz juízo de valor e uso do passado, para se estabelecer e se explicar. Em consequência, será que, em posterior, com a separação delas em disciplinas e metalinguagens sobre suas próprias histórias haverá maior diferenciação e justificação para que sejam tão discernidas entre si? Ao fim e ao cabo, visto que todas nasceram para afirmar o homem do presente – muitas vezes em caráter de poder – qual é a legitimidade, então, de se existir, hoje, profissões diferentes e não apenas especializações dentro de um mesmo campo? Tais disciplinas ainda hoje se baseiam em uma ideia de poder, mesmo que camuflada? O que significa, para as ciências humanas, e para o conhecimento corrente, a individualização e descentralização dessas matérias?

Crescimento das práticas e compreensão de seu papel para com o passado

Para responder esses questionamentos, deve-se passar brevemente pela fase de desenvolvimento de tais práticas, mas antes da consolidação em disciplinas de mesmas formas com as quais encontramos nos dias de hoje. A partir da adoção da

escrita, estes manuscritos e demais documentos passaram a ser, de maneira quase que universal, essenciais participantes das sociedades nas quais estavam inseridos. Registros e mais registros históricos foram criados, perpassando e divulgando relações, aspectos culturais e de poder. Todavia, além de participarem no dia a dia das camadas sociais letradas, tais como cortes e, mais tarde, burguesias, esses suportes documentais já eram utilizados como fonte histórica para compreensão de como o presente se formou daquele modo com o qual se encontrava. A exemplo, inúmeras crônicas escritas por clérigos cronistas - algumas delas conhecidas até hoje, como as histórias do Rei Arthur e Merlin - eram a tradução de uma realidade geográfica alheia e por vezes estranha ao Oriente Próximo (berço do cristianismo) para um suporte bíblico em si (TRIGGER, 2004).

A arqueologia, no entanto, a qual não havia sido utilizada em peso senão para a preservação de poucas obras sacras a princípio, mais tarde passa a ser objeto de análise na busca por combater, justamente o acesso estrito à história por meio dos documentos escritos (SCHNAPP, 1996). Isto é, enquanto a Medievalidade era dominada por narrativas históricas de caráter escrito, a Modernidade, pós Renascimento e consequente desejo de retomada ao passado Clássico, insere uma prática bem definida: colecionamento de objetos da antiguidade. E é aqui que nascem os antiquários. Inicialmente voltados apenas para a exposição e colecionamento de artefatos greco-romanos, se transformam, ao longo do tempo de existência (cerca de três séculos). De curiosos Clássicos, passam para colecionadores de culturas “exóticas”, fazendo uso em peso de artefatos e obras asiáticas e americanas. Depois, por fim, com a advinda do método científico e escavações, tais linhas de estudiosos foram as ancestrais diretas dos arqueólogos acadêmicos propriamente ditos.

Mas, retornando à memória, novamente, para analisá-la enquanto ponte para o passado de quem a usa, há necessidade de fazer história. A memória, muitas vezes praticada onde a escrita não era via essencial – tanto em sociedades e comunidades sem sistemas escritos, ou ainda, no âmago das sociedades europeias, mas por aquela população não letrada e por vezes marginalizada, caracterizou-se como forma de resistência, que mantinha na oralidade e na língua falada a possibilidade de legitimação. A memória, como *objeto* de estudo das disciplinas europeizadas dos dias de hoje, é vista como particular de cada grupo social.

Mesmo que consolidadas, a Arqueologia e a História, de igual forma, continuaram, e continuarão, se desenvolvendo com o passar do tempo. Dentro de disciplinas acadêmicas estabelecidas dentro do chamado método científico, suas preocupações vão moldar a visão de seus objetos de estudo. Ou seja, ainda que nos mesmos objetos, mesmos suportes, além, logicamente, de unidades novas que são sempre encontradas por pesquisas e escavações, inúmeras revisões e releituras são feitas das fontes já consolidadas. Isto varia, pois, como dito, devido ao fato de que são disciplinas feitas por homens, e tais homens só as conduzem por causa de um sistema de memória que estão inseridos. Não diferente, a própria Memória, como instituição metalinguística, irá também ser preocupação de estudo a partir do momento em que é percebida.

Pierre Nora (1993), nesta linha de confronto entre história e memória, argumenta que:

> Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar, recente, na França, de uma consciência historiográfica. (...). Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história 'total', toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha (NORA, 1993, p. 10).

Consolidação e autocompreensão: concentração das problemáticas, descentralização e interdisciplinaridade da investigação do passado

Em meados do século XIX, principalmente em países como Alemanha, França e Inglaterra, é que se inicia o traçado de uma definição das ciências acadêmicas. E, a partir da independência e singularidade das disciplinas universitárias consolidadas, começa-se a ter, definitivamente, as diferentes Escolas de pensamento, cada qual em sua matéria individual. Mas, além dos diferentes fluxos de pensamento ao longo do tempo, uma própria definição do que são tais disciplinas é por vezes difícil. Torna-se mais fácil definir o objeto de estudo, as fontes e metodologia de pesquisa, do que propriamente o conceito do nome.

Marc Bloch (2001), um dos pais desta nova História (não ainda o movimento dito "História Nova", de Le Goff [1990]), aponta que História nada mais é do que o estudo dos homens no tempo. Mas, nesta linha, a Arqueologia, a Antropologia, e todas as humanidades de forma geral também não o seriam? Funari (2021), dentro de uma vertente americana de pensamentos arqueológicos, define que a História é o estudo dos *documentos escritos*, enquanto a Arqueologia seria o estudo da *cultura material*. Contudo, principalmente em contextos coloniais, entra em vez a Arqueologia Histórica (ORSER JR, 1992), que nada mais seria do que justamente o diálogo entre os dois suportes.

Neste caminho, percebe-se então a existência de inúmeras vertentes de pensamento, que perpassam o tempo (de modo especial no século XX), mas também pesquisadores, tendo diferentes pontos de vista em uma mesma época historiográfica. Dentro da História, Escolas germânicas, Escolas francesas e Escolas britânicas são alguns dos exemplos. E, no âmago das francesas, temos as gerações dos Annales (iniciadas por Bloch), as quais definiram grande parte das formas de

olhar dos pesquisadores (ou também os diferentes *poderes* regentes na locução da pesquisa), e onde a memória é tomada como fonte, mas também objeto *fornecedor* de fontes. Le Goff (1990), nesta linha, mostra que História é o estudo dos homens no tempo, inclusive ao compreender o passado pelo presente. E, aqui, podemos integrar Pierre Nora (1993) novamente. Para ele, a história seria o estudo do passado imóvel, enquanto que o presente, em constante mudança, seria pautado pela memória. Então, aqui, não há possibilidade de a prática conjunta de memória ser história e vice-versa.

A Arqueologia muito se desenvolve paralela à essas movimentações. Suas diferenciações, ao longo do tempo, ocorrem com base nas divergentes preocupações com as quais os arqueólogos trabalharam em cima do artefato: Arqueologia histórico-cultural, preocupada em estabelecer histórias e paralelos culturais, bem como datações (emergente em fins do século XIX até a década de 1960); Arqueologia processual, voltada às estruturas e a um olhar cientificista (concentrada nas décadas de 1960 até 1980); e Arqueologia pós processual, atual, que se distingue em outras várias, tais como Arqueologia simbólica, Arqueologia cognitiva e Arqueologia crítica, nas quais, finalmente, a memória subjetiva e tentativa de retomada à subjetividade (para além da objetividade dos fatos), também é atrelada aos objetos físicos (ORSER JR, 1992).

Mas, ademais do paralelismo de tais disciplinas, muitas vezes elas se cruzam. Por mais que Marc Bloch, em 1940, estipulara que a Arqueologia nada mais seria do que uma ciência auxiliar à prática histórica, com a advinda de problematizações sobre a Pré-História, percebeu-se que a Arqueologia é uma matéria por si só, por poder dar voz aos subjugados que, sem sistema de escrita, não tinham sido atribuídos à uma

história, à um reflexo de vivência, a uma marca no mundo (FUNARI, 2021), senão aquela mantida vívida pela força da memória.

A exemplo, com um caso brasileiro, a Arqueologia, como mecanismo de identificação de objetos de poder dentro de hierarquia dos mais diversos grupos étnicos, assim como a perduração de uma cultura oral nesses mesmos existentes até hoje, possibilita a reivindicação de direitos ancestrais e abre espaço para a retomada de terras, culturas e proteção. Em outras palavras, a conclusão trivial de que a história é a história dos vencedores, consegue ser ultrapassada a partir de usos da Arqueologia e outras fontes de narrativa do passado que não em suporte documental.

Considerações Finais

Afinal, Arqueologia e Memória não são, por fim, História? Ou história? Um arqueólogo não é em primeira instância um historiador? Um historiador é ocasionalmente arqueólogo? A partir da definição de que história, em minúsculo, nada mais é do que a vivência do homem na terra, qualquer ação dele é histórica. Logo, o fato dele promover estudos, assim como qualquer outra forma de se impor perante a vida, é história. Qualquer que seja o modo de estudo, seja em ciências em geral, seja na História ou na Arqueologia, é um ato histórico. Entretanto, Gordon Childe (1977) nos lembra, há meio século atrás, que só é histórico o pensamento registrado, para ser apropriado ou lembrado pela Arqueologia, Memória ou História. Segundo ele, “um pensamento ou uma intenção só poderão ter significado histórico quando se exprimem numa ação pública (...). Todos os dados arqueológicos constituem expressões de pensamentos e de finalidades humanas e só têm interesse como tal” (CHILDE, 1977, p. 11).

Portanto, a memória, como forma de expressão de ação pública, assim como os objetos, base de estudo da Arqueologia, ou ainda os documentos escritos, da História, são história quando perdurados de alguma forma na eternidade do suporte físico (ou mental/oral). Contudo essa mesma História, enquanto definição do conceito epistemológico desta ação, tem mais difícil definição. Segundo a visão de Schnapp (1996) da antiga prática de relação com passado, o antiquário e o historiador diferiam-se apenas pelos métodos. Mas, então, não seria assim a divisão dos atuais arqueólogos e historiadores na busca por tais pensamentos e intenções humanas que são a base de sua profissão?

Quando olhamos para os próprios historiadores, com certeza encontramos métodos também diferentes de trabalho para aquele que, por exemplo, toma por fonte manuscritos medievais do século décimo, e aquele que toma por fonte revistas econômicas já da década de 1980. Entretanto, além da fonte crua, primária, dois pesquisadores poderão ter uma abordagem diferente, ainda que lidando com o mesmo tipo de fonte. Um optará por fazer estudos de gênero, outro por panoramas de relações econômicas piramidais. Assim, de igual modo se conduz a Arqueologia. Ademais do ponto de vista padrão para compreensão de uma sociedade sem sistema reconhecido de escrita, um arqueólogo é a chave para o estudo dos silenciamentos históricos daquelas com escrita.

Por consequência, junto aos pontos de encontro nos quais o pesquisador usa conscientemente as epígrafes conjuntas (“História e Memória”, “Arqueologia e Memória”, “Arqueologia e História”), a decisão definitiva da função da pesquisa é também dele, todavia com base no sistema de tendências acadêmicas que está inserido, ou seja, no sistema de memórias que o possibilitou encontrar seu objeto de estudo. No caso de histórias de micro escala (micro histórias), a Arqueologia e a

História, enquanto estudo de documentos do passado, são suportes para legitimar uma outra memória, desta vez objeto de análise, fazendo buscas por aspectos de resistência e sobrevivência nas expressões públicas, de Childe (1977).

Os fluxos atuais da disciplina, tais quais as preocupações da História Cultural – dos sujeitos, dos silenciamentos e das minorias é que recupera uma memória por vezes esquecida ou enfraquecida, sobrevivendo apenas pelos próprios sujeitos desacreditados. E da mesma forma, as disciplinas acadêmicas, aliadas com fluxos de democratizações, possibilitam a correção de memórias forçadas – colocadas a toda pelo dito *poder* histórico. Segundo Funari (2021), a Arqueologia é material essencial, então, para que essa memória corrente possa ser substituída, já que muitas vezes essa memória compõe uma narrativa histórica feita com base nos documentos escritos. E, neste caso, por fim, quem é a *fonte* da memória é a Arqueologia.

Já a História, enquanto estudo de documentos escritos, já é feita, na prática, pelo uso de um escopo maior do que apenas o estudo e comparação destes mesmos de modo cru. A memória é aquilo vivo, não registrado apenas no papel. E o que mais existe hoje são historiadores da memória, dos sujeitos que não encontram nos documentos escritos, nada mais que não os silêncios de seus objetos de vivência. Por fim, a História precisa da Arqueologia, e vice-versa, para a propagação das diferentes formas de memória (oral, de resistência, de lembrança de passado e formação do presente). Os documentos históricos, escritos, de modo obrigatório se encontram em suportes físicos, que, por vezes, precisam de um contexto arqueológico de base, e até mesmo uma escavação para conquistá-los. Arqueologia, por sua vez, necessita do contexto histórico, para deixar de ser apenas uma demonstração curiosa de objetos antiquários.

Em conclusão, entender o percurso de tais esferas de contato para com o passado, bem como entender sua própria posição no tempo histórico oferece ao profissional da área a *opção* de se ter ciência e traçar, voluntariamente, seus passos. Além disso, o oferece também a possibilidade de trazer à luz sujeitos e narrativas as quais não puderam realizar tal traçado voluntário – e que tiveram suas histórias silenciadas e ou subordinadas à de maiores poderes. Em outras palavras, a discussão de Arqueologia, História e Memória é um campo em aberto, destinado aos aventureiros dos conceitos, mas também aos aventureiros da história em si.

Referências bibliográficas

ADOVASIO, J. M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **Sexo invisível:** O verdadeiro papel da mulher na pré-história. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

CAINO, Jonathan. Arqueologia e Memória: por um passado mais inclusivo para o município de Cruz Alta, RS. **O Brasil no Sul:** Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, Santa Maria: X Encontro Estadual de História, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GODOY, A. P.; PLENS, C. R. Arqueologia da Memória da região (território) de Guarulhos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, *[S. l.]*, n. 26, p. 27-41, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **A História Nova**. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

LIGHTFOOT, Kent G. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. **American Antiquity**, Vol. 60, N. 2, pp. 199-217, 1995.

MCNEILL, William. **Mythistory and Other Essays**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SCHMIDT, Peter R.; MROZOWSKI, S.A. (orgs.). **The Death of Prehistory**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SCHNAPP, Alain. **The Discovery of the Past:** The origins of Archaeology. London: British Museum Press, 1996.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

Os diálogos entre a História e a Arqueologia. Entrevistado: Pedro Paulo de Abreu Funari. Apresentação e produção: Guilherme Rodrigues. São Paulo: MAE-USP, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/50573871/Os_di%C3%A1logos_entre_a_Hist%C3%B3ria_e_a_Arqueologia. Acesso em: 19 de set de 2021.

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Notas sobre Roda Viva: 1968 – 2018*

Vitor Morais Graziani **

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p527-542

Resumo: O presente ensaio possui como objetivo uma análise comparada das encenações de 1968 e 2018 da peça-musical Roda Viva, de Chico Buarque de Hollanda, dirigida em ambas as ocasiões pelo diretor do Teatro Oficina José Celso Martinez Corrêa. Com cinquenta anos de intervalo entre uma e outra, denota-se uma alteração na forma da montagem: a agressão da primeira versão, na esteira do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura instalada, dá lugar a um rito coletivo de resistência, agora na esteira do golpe parlamentar de 2016 e do pleito presidencial de 2018. A indústria cultural, cerne dos problemas na primeira montagem, é expandida – e a tropicália do Oficina, conhecida por sua radicalidade formal, dá lugar a uma roupagem esvaziada do resistir.

Palavras-chave: Chico Buarque; Resistência cultural; Roda Viva; Teatro Oficina; Tropicalismo.

* Agradeço a leitura atenta e a revisão meticulosa de Michel Maranha e Sabrina Arantes. Fica também o agradecimento às companhias de peça, que estiveram comigo nas sete sessões a que assisti.

** Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisa as leituras do Tropicalismo realizadas por José Ramos Tinhorão e Roberto Schwarz sob orientação do Prof. Dr. Francisco Alambert, pelo que é contemplado com bolsa Fapesp de Iniciação Científica (processo 2022/01053-0). Contato: vitor.morais@usp.br

Vitor Morais Graziani

"O uniforme do dia é a paciência,
a condecoração, a pobre estrela
da esperança sobre o coração."
(Ingeborg Bachmann, Todos os dias)

"O poeta se queixou.
O poeta tem toda razão."
(Chico Buarque de Hollanda, Roda Viva)

**

Em 06 de dezembro de 2018, Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da República que fora derrotado por Jair Bolsonaro no pleito daquele ano, dirigiu-se ao teatro do Sesc Pompéia, projetado por Lina Bo Bardi, para assistir a estreia de uma nova encenação da peça-musical de Chico Buarque *Roda Viva*, montada pelo Teatro Oficina e dirigida por José Celso Martinez Corrêa. A última vez que tal peça fora exibida remontava ao ano de 1968, quando o mesmo diretor e parte da mesma companhia a encenaram até terem sua execução proibida pelo Regime Militar, no mês de outubro, após episódios de invasões de teatro e sequestro de atores em São Paulo e Porto Alegre por milícias de extrema-direita (PATRIOTA, 2018, p. 99).

Ato I: a cena de 1968

Os acontecimentos daquele ano de 1968 se encontram intimamente ligados ao regime político então vigente – um regime militar, instalado quatro anos antes pelo golpe civil-militar de 1964. Este fora dado por meio de uma "grande conspiração" via desestabilização do governo João Goulart por agentes civis e militares (DREIFFUS, 1981), que, vitoriosa, não hesitou em cortar as pontes entre o emergente movimento cultural e as massas – o pacto firmado até então passava pela adesão de uma burguesia nacionalista a uma cultura desenvolvimentista em contato com o povo (vide o caso do CPC da UNE).

Com o golpe, todavia, para surpresa geral, não se testemunhou uma destruição

da *intelligentsia* existente na esteira do fim dos movimentos culturais de cunho estritamente popular. Esta intelectualidade à esquerda pode florescer de maneira restrita e específica até 1968, momento de surgimento de uma nova massa – a estudantil, sobretudo – que levou o governo militar a interromper qualquer aventura modernizante, ao menos nestes termos, com o Ato Institucional de número 05 (SCHWARZ, 2008, pp. 71 – 72)[1].

Cabe-nos, aqui, compreender as peculiaridades e limitações desta cultura de esquerda que teria encontrado seu auge nos quatro anos que separam o golpe da edição do Ato nº05. Seu principal público, a classe média urbana, por omissão ou participação direta, possuía dedo na "grande conspiração", no termo de Dreiffus, armada para o golpe de 1964, e estaria no centro dos radares desta cultura. Espetáculos como aqueles do teatro de Arena buscariam convencer pelo didatismo esta classe de seu erro em 1964.

Na televisão, recém-chegada e em franca expansão, se é certo que prevaleceria uma cultura *kitsch* na esteira do programa *Jovem Guarda*, também é corrente dizer que houve espaço para esta *cultura progressista*, como se exemplificam os sucessos dos festivais da canção e de programas como *O fino da Bossa*. Tratava-se, em síntese, de um núcleo cultural que operava em circuito fechado, pois limitado ao público de classe média e suas vontades – pensados enquanto parte da cultura de consumo e do *show business*, ainda que ora sinalizando à alienação jovem-guardista, ora a uma noção quase romântica de resistência cultural ao regime vigente[2].

[1] A "floração tardia", segundo Schwarz, de uma série de manifestações culturais as quais analisa em "Cultura e política, 1964 – 1969" teria "relativa hegemonia", apesar da ditadura de direita. Como o próprio Schwarz alerta em nota de rodapé escrita em 1978 e adicionada logo ao início do ensaio, quando de sua primeira publicação no Brasil na coletânea de ensaios *O pai de família e outros estudos*, "o seu prognóstico estava errado" (SCHWARZ, 2008, p. 70). Schwarz argumenta, todavia, que o ensaio era, antes, "a tentativa de assumir literariamente, na medida de minhas forças, a atualidade de então" (idem, ibidem, p. 70).

[2] Penso em "noção romântica" a partir de Marcelo Ridenti, que desenvolveria fundamental tese sobre o

A geleia geral tropicalista, da qual o Oficina se filiaria, buscaria fundir todos esses elementos num só, voltando-se, novamente, para a especificidade do público que receberia tais obras. Ao ideário da Jovem Guarda, querido de certos setores médios, se juntaria o engajamento contra o Regime, fruto dos setores mais intelectualizados desses estratos – não sem doses (irônicas) de contravenção e humor para com estes gêneros. A *operação tropicalista* presaria pela integração de todos estes rostos nacionais – ora frutos de nosso arcaísmo fundacional, ora envolvidos em projetos modernizantes – sob o signo da inserção na cultura de massas, produzindo, contudo, uma "dialética sem síntese", segundo Schwarz. Daí esse dizer que

> "[...] o efeito básico do Tropicalismo está justamente na submissão de anacronismos desse tipo [arcaísmo *versus* modernização], **grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda**, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil. [...] Sobre o fundo ambíguo da modernização, **é incerta a divisa entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração.**" (SCHWARZ, 2008, pp. 87 – 89, grifos meus).

Em seu célebre ensaio "Cultura e política 1964 – 1969", Schwarz sugere a noção de uma certa imagem alegórica do Tropicalismo, calcada num encerramento do passado na forma de males que se tornam nosso destino inescapável (SCHWARZ, 2008, p. 92). Isto é, a formulação de alegorias a partir de nossa condição de *atraso* vertido em *realidade* – a Ditadura – propondo uma dialética fruto de um gritante niilismo[3] que vai à essência do Tropicalismo: o de que o arcaico não seria superado pelo moderno[4].

---

caráter "romântico revolucionário" destes tempos, a partir de atenta leitura do livro *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*, de Michael Löwy e Robert Sayre. Conferir RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

[3] Francisco Alambert desenvolve, em seu ensaio "A realidade tropical", a noção de certo niilismo tropicalista. Ver ALAMBERT, Francisco. **A realidade tropical**. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, set./mar., pp. 139 – 150.

[4] Anos mais tarde, em ensaio escrito em 2011 e publicado em 2012, Schwarz retomaria as discussões acerca do tropicalismo na crítica do livro *Verdade Tropical* de Caetano Veloso. Sem que discuta o caso

O Oficina certamente fez jus a isso. Todavia, vale destacar, seguindo a interpretação de Celso Favaretto, a diferença de imagens que o Oficina propunha, em relação às demais da trupe tropicalista. Se Caetano e seu bando, centralizado no *long-play Tropicalia ou Panis et Circensis* se expressaram próximos à uma estética do lixo, herdeira do dadaísmo, José Celso e o Oficina representavam um *expressionismo pop*, já que nele havia exploração da *sensibilidade* pela *violência* – e não através do humor (FAVARETTO, 2007, p. 49).

Ou seja, o Oficina se posicionava de forma a exponencializar as marcas do *arcaico versus moderno*, posto que tomando posição, agredindo aquele que considera *arcaico* – o público. Esse, por seu apoio a 64, estaria no caminho oposto ao moderno, e caberia ao Oficina tentar apontar para uma correção do erro simbolizado por este apoio, buscando inseri-lo no mundo adequadamente (ALAMBERT, 2012, p. 144)[5].

Essa procura tropicalista, que permite a dúvida acima de Schwarz, para potencializar corpos e mentes com o intuito de se inserir no mundo estabelecido (idem, ibidem, p. 144), se tornará mote central na encenação de *Roda Viva*. O público, identificado com a pequena burguesia em 1964, ou teria bandeado à direita ou não resistido à aliança que se forjava entre a elite e o imperialismo. Assim, esta *omissão* não poderia permitir, na crítica a essa ideologia, um consentimento entre palco e plateia, como visto no teatro de Arena – os "errados", grosso modo, deveriam ser

do Oficina em si, reafirma sua caracterização clássica do Tropicalismo, acrescentando, a partir de Nicholas Brown, a leitura de que o movimento seria pós-moderno e, em partes, conservador, posto que conciliatório. Refazendo um balanço daqueles anos, à distância das emoções do momento, Schwarz reafirma suas posições sobre o Tropicalismo debatidas no seminal ensaio "Cultura e política, 1964 – 1969". Conferir SCHWARZ, Roberto. ***Verdade tropical*: um percurso de nosso tempo**. In: *Martinha* versus *Lucrécia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 52 – 110. Incontáveis foram as críticas às interpretações de Schwarz. Destaco, em relação a "Cultura e política, 1964 – 1969", a leitura que Celso Favaretto faz do Tropicalismo em FAVARETTO, Celso. **Tropicália, alegoria, alegria.** Cotia: Ateliê editorial, 2000. Em relação a "*Verdade tropical*: um percurso de nosso tempo", vide WISNIK, José Miguel. ***Versus***. *O Globo*, 28 de abril de 2012.

[5] Ainda que de forma radicalmente oposta ao didatismo exercido pela experiência do Teatro de Arena.

punidos, ao invés de convencidos. Tratar-se-ia de um erro ideológico e estético, nas palavras de José Celso (SCHWARZ, 2008, p. 101). Nesse sentido, o Oficina operaria de modo a "conscientizar" o público, mostrar-lhe o "caminho correto" no gozo do mundo contemporâneo via *crítica da moral do indivíduo*, propondo-lhe uma reflexão interna, espécie de *autoprestação de contas*, que apontasse para o erro da escolha ideológica anteriormente feita – identificada, por óbvio, com um culto ao atraso, ratificado pelo apoio ao Golpe em 1964.

A partir do ensaio aqui trabalhado de Schwarz, Iná Camargo Costa fará uma leitura que aponta para as discrepâncias entre o texto de Chico Buarque e a montagem de José Celso. Para a autora, os originais de Chico seriam caros à cultura de *Opinião*, no bojo da evolução analítica da derrota sofrida por 1964. Por outro lado, a montagem de José Celso ignoraria esta característica e transformaria *Roda Viva* em símbolo máximo da acachapante vitória do Brasil profundo e da grande burguesia que simbolizou o Golpe. Desta maneira, *Roda Viva* encerraria aquilo que a autora denominou de "a hora do teatro épico no Brasil", abrindo caminho para a pós-modernidade (COSTA, 1996, p. 187)[6].

Desta maneira, não é gratuitamente que Schwarz propõe que este caminho não é político em si justamente por ser moral e interior à própria burguesia. O grande equívoco estaria em se apontar para a fraqueza do espectador, o que impediria, inclusive, de considerar essa uma contribuição cultural à esquerda (SCHWARZ, 2008, pp. 103 – 106), entendendo-a, ao menos, nos termos do pré-golpe. O Oficina, assim,

[6] Mariana Rosell fará leitura diferente da de Iná: segundo a autora, o texto de Chico Buarque já trazia indícios da ruptura a que fora transformado na montagem de José Celso. Vide ROSELL, Mariana. **Da página ao palco, do roteiro à encenação: Roda Viva de Chico Buarque (1967) e de Zé Celso (1968)**. Poder & Cultura, v. 4, p. 56-81, 2017. A mesma autora realizou exercício semelhante ao deste ensaio, porém com outras conclusões, em ROSELL, Mariana. **Roda Viva "aqui e agora": reinvenção e resistência 50 anos depois.** In: TOLOMEI, Cristiane/FERREIRA, Ronyere/FONTENELE, Weslley (Org.). *História, teatro e experiências estético-políticas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2020, pp. 119 – 136.

exponenciaria e catalisaria o niilismo tropicalista: a única forma de corrigir o *arcaico* (valores do público), estaria em agredi-lo em seu mais íntimo possível, numa aposta, sem certeza de sucesso, ~~de~~ que poderia provocar uma correção na conduta do ser em direção à nova ordem nacional, modernizante em outros termos, aliás, estabelecida em 1964[7].

Ao propor uma revolução molecular, e não social-política (PATRIOTA, 2018, p. 103), o Oficina se contentaria a tratar o capitalismo como um ente em si, para o qual apontaria seus erros por meio da agressão. Mais, acreditaria na possibilidade de uma correção dos arcaísmos *por dentro* do sistema, ainda que *via* desordem (vide o rompimento da quarta parede na montagem de *Roda Viva*, especialmente na atuação do coro que avança sob o público, ora gritando "*Compre!*", ora lhe lançando um pedaço de fígado de boi). Haveria, resumindo assim o oxigênio mental da montagem de 1968, um equívoco inesgotável ocorrido em 1964 do qual o público não poderia se furtar em corrigir para se inserir no mundo (ao menos naquele desejado pelos tropicalistas).

***Intermezzo*: a cena em evolução**

Cinquenta anos depois da primeira e polêmica encenação, *Roda Viva* voltaria à baila em um contexto diferente. Não apenas por naquele 2018 estarmos à antessala da emersão de um Brasil profundo, sintetizada na eleição de Messias Bolsonaro à presidência, mas também por um ululante esvaziamento cultural em termos industriais. Após o Tropicalismo chegar ao topo de seu projeto político, com integrantes cantando no Oscar, ocupando cargos no alto escalão ministerial brasileiro (ALAMBERT, 2012, pp. 148 – 149), e, no caso do Oficina, recebendo vultuoso incentivo

[7] A consideração de Schwarz não anula que, apesar dos pesares, o Oficina se enquadre como ente de resistência ao Regime Militar, vide que José Celso foi exilado durante a década de 1970. Todavia, é curioso notar que seu método estivesse em sintonia com a nova ordem nacional estabelecida com o golpe.

financeiro da Petrobrás, parecia haver algo de podre no reino da Tropicália.

Era 2016: os tanques de 1964 substituem-se pelas togas e o Brasil assiste a um golpe parlamentar *por dentro da Constituição*, tramado para remover a presidente Dilma Rousseff do cargo sem comprovação de crime de responsabilidade (SINGER, 2018, pp. 14 – 15)[8]. O Brasil havia vivido, até então, anos de euforia. O presidente da República era *o cara* para o presidente dos Estados Unidos e a revista de maior símbolo do capitalismo globalizado, *The Economist*, dizia que decolávamos. Conhecidos pelo signo do lulismo, foi marca do período a ascensão dos mais pobres, que passaram a polarizar com os ricos.

As mudanças pelas quais passou o país não foram pequenas. Contudo, é essencial notar que se constituíram alterações *por dentro da ordem vigente*, sem rupturas revolucionárias como ecoavam os ares da década de 1960. A transformação operada pelo fenômeno de ascensão das massas ao poder, nesse sentido, não seria para fora do capital.

Conforme André Singer,

> "Embora seja um equívoco desconhecer que o governo Lula cumpriu parte do programa original do partido ao estimular o mercado interno de massas, é verdade que, **desconectados de postura anticapitalista, os ganhos materiais conquistados levam água para o moinho do estilo individualista de ascensão social, embutindo valores de competição e sucesso no lulismo**." (SINGER, 2012, p. 119, grifos meus)

A classe média urbana, que aderira de início ao projeto, o abandonara em pleno voo até se converter ao golpismo explícito de 2016 e, daí, a apoiar Messias Bolsonaro em sua guerra civil. Tal observação é importante pela consequência que

[8] Análises recentes têm demonstrado que não apenas os tanques foram fundamentais em 1964, como também o Congresso. Todavia, é inegável que, sob este acordo, os tanques prevaleceram nos vinte e um anos de Regime Militar. Ver NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

gera. Se, nos anos 1960, a cultura de esquerda que floresceu tinha como público aquela classe média que possuía dedo no golpe de 1964, agora essa passa longe de espaços como o Oficina – até pelo avanço da indústria cultural que pode criar espaços de cultura especificamente para este público[9]. Assim, o espectador de *Roda Viva* de 1968, ponto chave da montagem de José Celso, não é mais o mesmo na encenação de 2018.

**

Conceito formulado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, a indústria cultural seria fundamental em ambos os momentos a que tratamos aqui. No primeiro, este todo poderoso e inescapável conjunto, capaz de suprimir todas as forças estéticas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), foi crucial para consolidar um sistema cultural para o qual o tropicalismo correria. No segundo, a revolução molecular proposta por José Celso se expandiria a todos por meio das mídias digitais, onipresentes e oniscientes como dito ao longo da versão atualizada de *Roda Viva*: "Eu sei de tudo sobre você. *I know everything about you*."[10]

Ato II: a cena em colapso

É nessa saia rodada de saber de tudo que, aliás, se confunde o projeto do Oficina. Ao mesmo tempo que a indústria cultural agora sabe efetivamente de tudo e mais um pouco sobre cada um no teatro, ela também se torna meio de informação da desgraça instalada na cena vigente e de alteração dessa. Se, em 1968, os cenários

[9] Ou pela construção de uma cena político-social que, despolitizada, como visto, não se atentaria para uma produção cultural nos termos de 1968 (a parte as gritantes diferenças conjunturais) – ainda que isso seja fruto do momento de ápice do projeto político dos tropicalistas. Para maiores detalhes, ver ALAMBERT, Francisco. **A realidade tropical**. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, set./mar., pp. 139 – 150.

[10] As citações a trechos da peça são de integral responsabilidade do autor, que assume seus riscos de incongruência por terem sido tomadas ao longo das sessões a que assistiu. Elas se referem, em essência, às apresentações realizadas nos dias 18.10.2019, no Sesc Guarulhos, e 31.01.2020, no Theatro Municipal de São Paulo.

de Flávio Império aludiam a ela – com a garrafa de Coca-Cola como cena de fundo, por exemplo –, em 2018 a indústria cultural é parte fundante da montagem. Seja pela necessidade de se recorrer aos financiamentos e apoios – no caso, em especial, o do Sesc –, seja pela construção de um cenário em que televisores, telões e projeções formam a cena.

O introito à peça-musical pode ser analisado nesse sentido. Ao som do canto cívico de Heitor Villa-Lobos, *Invocação em defesa da pátria*, imagens de refugiados em marcha, do presidente da República, da vereadora carioca assassinada Marielle Franco, do cacique Raoni, dentre outras, são exibidas num telão. Antes que a peça se inicie, o público se manifesta: ora vaiando as personalidades e cenas do vídeo, ora aplaudindo. Se, em 1968, o público era culpado pela ditadura, em 2018 ele aparece em ação de resistência ao sabe-se-lá-o-quê que vive o Brasil atual antes mesmo do início do texto escrito por Chico.

Daí ser esvaziada de sentido a noção de resistência cultural do Oficina. Na primeira versão, a resistência se daria no ato de agressão ao público pequeno-burguês, culpado por não ter resistido ao golpe de 1964. Agora, é o público que já emula ações resistentes ao cenário vigente antes mesmo que a peça se inicie. Como agredir este público e pintá-lo como culpado se esse já exerce a resistência e o engajamento antes mesmo do início da peça? Não à toa, as agressões ao público minguam na atual montagem. A cena em que o coro avança sob o público aos gritos de "*Compre!*", tem mais de *frenesi* que de agressão. No momento em que o protagonista Benedito Silva se suicida, o fígado de boi não é mais jogado ensanguentado para a plateia, mas comido pelo mesmo coro, reforçando a geleia geral a que se propõe.

A construção adotada, nesse sentido, esvazia o caráter agressivo do Oficina e dá lugar a uma *comunidade resistente*. Não há mais diferença ideológica entre público

e palco, como em 1968. O público se torna parte ativa do espetáculo – "público-atuador", nas palavras de José Celso – pelo que possui de comum com a ideologia da companhia, e não pelo que o difere. Deve-se questionar o motivo de tal escolha, que vai além do simples fato de os culpados pela atualidade catastrófica não se encontrarem nos assentos do teatro.

Neste sentido, é sempre bom relembrar a observação de Paulo Arantes, para o qual as esquerdas da década de 1960 não acusaram suficientemente o Golpe sofrido em 1964 (ARANTES, 2014, p. 282), preferindo reconstruir uma cultura restrita à classe média ao invés de compreender que aquele era um caminho de destruição sem volta. Parece fazer sentido um paralelo com a visão de Arantes, posto que a atitude do Oficina reforça a noção de que, esta mesma zona cultural opte por resistir, como se fosse possível um retorno para a ordem vigente até 2016. Não há um questionamento da derrota, uma problematização dessa, mas sim a construção de uma resistência a essa (TORRE, 2019, p. 19), como se fosse possível derrotar a derrota – atitude aqui muito mais similar ao que o teatro de Arena praticou no pós-1964 que na atitude radical de agressão do Oficina de então, diga-se.

Deve-se reconhecer, todavia, que o Oficina não nega a crise, mas a banaliza. Ainda que, por exemplo, o Anjo imite o presidente em cena, dizendo "eu fui eleito, vocês sabiam que eu era assim" – o que poderia conferir um ar de agressão – logo este dá risada da situação, assim como quando Ben Silver surge. No ritual de construção do ídolo, Benedito recebe traje militar e armas, em alusão a Messias Bolsonaro, e atira no coro dando risadas. O *expressionismo pop* do Oficina, no termo supracitado de Celso Favaretto, parece ir pelo ralo, e, em procedimento parecido ao do teatro de Arena, coloca na boca de um vilão as tragédias vividas (TORRE, 2019, p. 20) – com a diferença de que aqui não se pretende conscientizar o público dessa, mas sim aludi-la.

Todavia, a montagem não se priva em fazer crítica da ideologia. Ao satirizar o vazio representado por ações de caridade identificadas com o *establishment* peessedebista, como o Criança Esperança, o Oficina mostra que este projeto de país também naufragou. Assim como na abordagem pela indústria cultural, quando o próprio Ben Silver é substituído por paródia da apresentadora Xuxa Meneghel, que acaba comida pelo coro. É, aliás, interessante observar o papel ambíguo exercido pelo coro durante a encenação.

Se por um lado este toma tiros de Ben Silver e o louva, também não se furta a comê-lo e tirar do poder quem quer que seja – para colocar outros ídolos no lugar. Pode-se dizer, desta maneira, que cabe ao coro o papel de indústria cultural ativa, massa, na montagem. Enquanto para o Anjo, empresário de Benedito, recai o espaço de articulação dessa, em outras palavras, o lado por detrás dos holofotes. Acontece, não obstante, que a indústria cultural se confunde com a trama política vigente. Seja quando o Anjo imita o bispo Edir Macedo, seja quando a internet diz que "se você tiver dinheiro, até em presidente eu posso te transformar" – ao qual se seguem gritos pelo coro de "*WhatsApp! WhatsApp!*" –, denota-se a indústria cultural agindo em favor de um determinado projeto político. No sucedâneo disso, uma *live* em que Ben Silver simula o presidente, aludindo ao nazismo ("Em 1933. Em 2019, perdão"), e onde o coro faz novamente as partes de indústria cultural: "Mito!". Mito esse que, caso não cumpra os interesses desejados, cairá, como caiu Xuxa anteriormente.

Essa fragilidade a que demonstram os líderes emulados pela internet (TORRE, 2019, p. 24), sobretudo, pode ser um sinal que explique a saída do Oficina por uma crítica ideológica assim, fora da zona agressiva a qual era conhecida. Porém, há de se salientar que na própria montagem existem dois pontos que questionam tal flacidez de nosso momento histórico: as cenas que envolvem o personagem Mané e aquela em que Benedito Lampião peleja com os sertanejos universitários.

A primeira aparição de Mané, ainda no primeiro ato, dá dicas de sua figuração: Benedito diz a Mané que vai trocar sua vida por outra melhor, ao qual Mané responde inicialmente com indiferença. Benedito então diz a Mané se "não vai vibrar? Não vai babar de admiração?". E Mané baba. A cena poderia mostrar algo de agressão, não fosse a especificidade do público, conforme já apontado.

Mais adiante, na cena em que ele e Benedito estão bêbados, ele canta: "Como essa guerra me cansa. Eu bebo, eu bebo, eu bebo". Ora, qualquer cenário de guerra é grave e exigiria esforço pelo seu fim (TORRE, 2019, p. 22). Não é o que o personagem apresenta: o ato de beber enquanto a guerra continua pode demonstrar indiferença para com a gravidade da situação ou desalento, descrença? Mais adiante, Mané perguntará se o público pensa. Em diálogo com Benedito, o ídolo diz que não tem forças para parar, ainda que esteja cansado. Mané reforça que fora ele quem escolhera essa vida.

Mas talvez a locução mais forte de Mané esteja na cena em que dá viva aos presos do Brasil. Logo adiante, ao ser perguntado por Benedito sobre o partido, Mané diz que este morreu, e acrescenta: "Ditadura, Ditadura, não precisa desenhar". Mané parece encarnar a revolução molecular, no termo supracitado de José Celso: constata a crise iminente – um partido falido – mas prefere negligenciá-la e buscar a saída em prazeres da vida que podem levar à prisão – vista, aqui, como ato de resistência.

Nestas inserções, vemos uma pequena pista de um colapso da assim chamada civilização brasileira, cantada em prosa e verso pelo Chico Buarque, autor da peça (ARANTES, 2019). Contudo, é em sua sequência que é possível visualizar seu ápice, quando Ben Silver verte-se em Benedito Lampião e passa a ser artigo de exportação para o estrangeiro (TORRE, 2019, p. 16) sob o signo da brasilidade, reforçando os ideais de povo sofrido que comungam tais estereótipos lá fora vendidos. Nele, Benedito Lampião se opõe a grupos que invadem o palco proclamando "a

reintegração de posse de todo o sertão" e instauram um cenário de guerra civil entre um lado e outro.

É interessante dissecar esta cena: há dois projetos de país antagônicos e em xeque. Um deles é sintetizado pela indústria cultural do sertanejo universitário, com pitadas de machismo, misoginia etc., simulacro da cultura industrializada do exterior, e que simbolizaria certo "fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização" (SCHWARZ, 2019, p. 327). Já o outro é representado pela resistência da formiga e Benedito Lampião (TORRE, 2019, p. 18). Talvez seja essa a cena em que melhor se designe que o povo e o projeto de país apontados por Chico Buarque em toda sua obra já não sejam mais os mesmos - possua outros interesses, já carcomidos pela indústria cultural (ARANTES, 2019), e tenha em mente outro projeto de país, que se porta mais assemelhado ao lado protagonizado pelo sertanejo universitário[11].

Epílogo: a vã esperança

Em 1968, o projeto da formiga já se encontrava sob ameaça. O *show business* levara o rosto de Chico Buarque a todos os lugares, a ponto de ofuscar o aniversário do poeta modernista Manoel Bandeira. O poeta que se queixa em cena da peça – a mais expressiva talvez – é justamente esse. Chico Buarque, que foi figura fundamental para este projeto de país *moderno* e *cordial*, captando a mensagem, aponta para o colapso deste sonho ao dizer que o poeta possui toda razão. Há total nexo, deste modo, que o candidato derrotado à presidência da República – e que simbolizaria o projeto de país da formiga contra nosso "fundo regressivo" – estivesse presente na estreia da nova montagem. Fernando Haddad, do núcleo de intelectuais do PT, poderia simbolizar o ápice de um país que não veio – e que já se sabia que não viria

[11] Sobre as relações entre o assim chamado sertanejo universitário e nosso processo de modernização, ver ALONSO, Gustavo. **Os cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

mesmo (ARANTES, 2019).

Não que *Roda Viva* simbolize um fracasso, um espaço coletivo para chorar a entrega do país ao genocídio e ao imperialismo ianque. Isso até pode ocorrer. Mas a intenção, até onde aparenta, é a da construção de um espaço coletivo de lutas e resistências, da própria criação de alento e amparo interno-psicológicos para se enfrentar o abismo – mesmo que de forma vazia, pois para convertidos. Ainda que haja *certa esperança*, ao passo que se crê ser possível reverter o quadro que aí está, passa ilesa uma aparente *consciência da derrota*: não há enfoque em corrigir equívocos do *público*, usar esse para conscientizá-lo individualmente de *como* e *por que* teria ocorrido a derrota.

Em resumo, se em 1968 a culpa era do público que havia se aliado ao arcaísmo fundacional brasileiro, em 2018 este é convocado a agir contra a desmobilização em curso, independentemente de erros ou acertos pretéritos. Afinal, a crise é grave e não há tempo a perder.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W./HORKHEIMER, Max**. Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos*.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALAMBERT, Francisco. **A realidade tropical.** In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, set./mar., pp. 139 – 150.

ARANTES, Paulo Eduardo. **1964.** In: *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. **Por que filósofo hoje?** Palestra realizada no Colóquio Filosofia e Vida Nacional, 25 anos de *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=miZ_1r-smuM&t=6224s. Acesso em 09.06.2021.

COSTA, Iná Camargo. **A hora do teatro épico no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DREIFFUS, René Armand. **1964 – A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FAVERETTO, Celso. **Tropicália, alegoria, alegria.** Cotia: Ateliê editorial, 2007.

PATRIOTA, Rosângela. **O teatro no Brasil no ano de 1968:** a ribalta como espaço de luta e de utopias. In: *1968: reflexos e reflexões*. São Paulo: edições Sesc São Paulo, 2018, pp. 93 – 110.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política, 1964 – 1969.** In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 70 – 111.

_____. **Seja como for**: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

TORRE, Bruna Della. **Crítica da tragédia, crítica da farsa:** comentário sobre a encenação da peça Roda Viva pelo teatro Oficina. In: *Revista Café com Sociologia*, v. 8, n.1, jan./jul. 2019, pp. 14 – 25.

entrevista

Ampliando a linguagem do historiador: uma entrevista com Ynaê Lopes dos Santos

Entrevista

Gabriel Yukio Shinoda Oliveira
Gabriele Maria Oliveira
DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p544-573

Desde de sua fundação, em 2013, a Revista Epígrafe conta com mais de dez entrevistas realizadas[1]. Nos anos iniciais, eram chamados professores ou professores aposentados do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Nas últimas edições, esse critério variou, havendo a presença de professores da rede básica de educação e de professores de outras Instituições de Ensino Superior.

Esses nomes são levantados ao início de cada edição e buscamos sempre professores e historiadores já consagrados, cujas pesquisas possuem ampla relevância não somente na historiografia brasileira, mas também na produção historiográfica internacional. Para a edição 11 da Revista Epígrafe, não houve exceção: vários nomes notórios foram mencionados. Entretanto, percebemos um fato que já deveria ter sido notado pelas várias comissões editoriais desde 2013: em nenhuma das edições, o entrevistado era negro ou negra.

Essa ausência certamente não é um problema apenas da Revista Epígrafe, mas de toda a estrutura do universo acadêmico que, embora tenha dado amplas passadas em busca da inclusão social e racial em seus espaços, ainda possui uma longa caminhada pela frente. Nesse sentido, entendemos a necessidade de repensarmos isso na Epígrafe, tanto nesta edição quanto nas próximas.

[1] Além do Dôssie de entrevistas de 2020 “Ofícios em Mosaico”.

Ampliando a linguagem do historiador

A entrevista desta edição é com a Drª Ynaê Lopes dos Santos, professora adjunta de História da América no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Ela conviveu com o mundo acadêmico desde cedo por influência de seus pais e se tornou bacharel em História em 2003 pela Universidade de São Paulo. Logo em seguida, em 2004, ingressou no mestrado na mesma universidade, pesquisando sobre as moradias escravas no século XIX. Em seu doutorado, comparou as dinâmicas da escravidão no Rio de Janeiro e em Havana. Ynaê dos Santos é, também, autora do livro *História da África e do Brasil Afrodescendente*, uma excelente sugestão de leitura para professores de História.

A aprazível conversa com a professora, realizada pelos editores Gabriel Yukio Shinoda Oliveira e Gabriele Maria Oliveira, certamente proporcionará ao leitor ensinamentos sobre a profissão do historiador e do professor. Agradecemos a participação de Ynaê e deixamos vocês, leitores, com as palavras da professora.

Boa leitura a todes!

Revista Epígrafe: Para começar, queremos conhecer sobre sua adolescência e sua infância. Como era a relação com sua família, onde vocês moravam e como passavam o tempo juntos?

Ynaê Lopes dos Santos: Eu nasci em São Paulo, capital, e morei, basicamente, toda minha infância e adolescência no Butantã, bem próximo à USP. Então, eu a frequentava, ela era uma espécie de clube, porque meus pais faziam mestrado e doutorado na USP, então tinham direito a usar o CEPEUSP [Centro de Práticas Esportivas da USP], por isso tive uma vivência muito grande por lá. Na época, além da piscina, ocorriam eventos para crianças no CEPEUSP, umas duas vezes por semana. Então, a USP sempre fez parte da minha vida, era como se fosse um parque. Eu

sempre vivi na Zona Oeste de São Paulo, morava no Butantã, estudava em Pinheiros; primeiro, numa escola chamada Novo Horizonte, que fechou; depois em uma escola chamada Logos, que também fechou. Eram duas escolas de classe média e classe média alta de São Paulo, eu e meus irmãos éramos bolsistas, porque minha mãe era coordenadora da escola.

Tive uma infância bem amorosa no que diz respeito às relações familiares; eu tenho três irmãos meninos e morava com os dois mais novos, era a única menina. Meus pais são da área da educação: minha mãe era pedagoga, depois fez mestrado e doutorado na USP em Antropologia, e meu pai era professor de Português, em escolas particulares de São Paulo, e fez mestrado em Sociologia também na USP. Eu brinco que minha família é toda da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas], porque meus dois irmãos também fizeram FFLCH, o que era bom, porque todo mundo ia junto. Mas tinha uma distância, meus pais fizeram mestrado e doutorado quando eram mais velhos. Eu fui até na banca de doutorado da minha mãe e já estava na pós-graduação, por exemplo.

Estudei em escolas bem progressistas do ponto de vista político, fiz amizades que carrego até hoje, mas como em toda escola de elite de São Paulo, eu e meus irmãos éramos as únicas pessoas negras dos espaços. Quando não, tinham no máximo mais duas ou três famílias. Então, cresci muito nesse espaço bem comum para famílias negras que ascendem, que é o espaço da unicidade: a única família negra, a única aluna negra. Isso foi bem marcante durante toda minha trajetória, mas na USP isso mudou um pouco, porque a universidade compreende um universo maior. Mas, mesmo assim, na época que fiz a graduação e a pós-graduação ainda não existiam as políticas afirmativas, e, por isso, eu continuava sendo uma das poucas pessoas negras. Isso deve ter mudado nos anos recentes, espero que tenha mudado!

Sempre fui uma boa aluna, era *CDF*, não sei se essa expressão ainda existe, mas na minha época era frequente. Sempre gostei muito de História. Tive um professor específico que foi responsável por eu ser historiadora, meu professor de História da sétima série ou oitavo e nono ano.

Tive uma experiência de infância e adolescência relativamente tranquila, as questões materiais todas garantidas. A minha família não era de classe média alta, mas classe média bem média. E, sobretudo depois do governo FHC [Fernando Henrique Cardoso], as coisas melhoraram um pouco; pude fazer um intercâmbio de 40 dias, coisa que meus pais não puderam. Foi por pouco tempo, mas foi incrível, porque fui para a Europa com 15 anos junto das minhas amigas. Por acaso todo mundo foi pela mesma agência, então foi uma farra sem tamanho, foi muito bom.

Eu decidi que seria historiadora com 13 anos, então com 15 já sabia que ia fazer História, e por isso queria muito conhecer Paris e Londres. Meu pai tinha medo da filha negra indo sozinha para fora, tanto é que ele não me deixou ir para os Estados Unidos, ele achou que não seria uma boa ideia, mas deixou eu ir para Inglaterra. Foi uma super viagem e também foi muito importante para a definição de fazer História. Eu também gosto muito de ler, gosto até hoje de literatura, brinco que queria ser escritora e não deu certo, aí eu fui ser historiadora (risos). Gostava também de movimentos sociais, trabalhava em ONG, no GTPOS [Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual], era do grêmio estudantil da escola e a gente fazia festivais de música, chegamos, inclusive, a levar o Nação Zumbi pra escola, não era qualquer coisa, não (risos).

Tive uma formação crítica muito boa. Na adolescência, tive professores de História excepcionais, davam um curso muito mais voltado para faculdade do que para o ensino médio, então, quem gostava de História amou o curso, que foi o meu caso; quem não gostava, não entendia absolutamente nada que estava acontecendo (risos). Lembro que a gente estudou a ideia de modernidade lendo Fausto, de [Johann

Wolfgang von] Goethe. Então, eram umas coisas muito sofisticadas. Eu li [Robert] Darnton na escola, li [Edward Palmer] Thompson, li [Eric] Hobsbawm. Então, quando eu cheguei na Universidade, eu cheguei bem, tendo algumas referências do universo das ciências sociais.

Por incrível que pareça, entrei na USP pra ser medievalista; eu odiava história do Brasil, achava a coisa mais insuportável da face da terra. Quando entrei, eu queria aprender latim e passar anos na Europa visitando castelos, queria isso, bem eurocentrado. Mas aí, as coisas foram mudando. Eu não sei mais se funciona dessa forma, mas quando eu entrei tinha um ciclo básico que era uma sugestão das disciplinas que você podia fazer. Mas era uma zona! Você podia cursar qualquer disciplina em qualquer momento, não tinha pré-requisito para nada, sempre achei isso um pouco complicado e continuo achando. Mas nos dois primeiros anos eu segui as sugestões que eram dadas pelo ciclo básico, e aí calhou que, quando fui cursar História Medieval, o professor Hilário [Franco Jr.] tinha acabado de se aposentar, então estava numa situação difícil de não ter professor. Tinha outra professora que todo mundo falava que era muito brava, a Tereza Aline [Pereira de Queiroz], mas depois fui fazer a disciplina e achei ótima. O ponto é que eu demorei muito para estudar Idade Média na faculdade. Quando fui cursar a disciplina, eu já estava no último ano da graduação, com o mestrado encaminhado. Por isso o Brasil me pegou de jeito, antes de eu ter qualquer contato com a História Medieval.

Revista Epígrafe: Professora, a senhora poderia descrever um pouco como era a FFLCH na época da sua graduação?

Ynaê Lopes dos Santos: Era um lugar bem curioso. Havia zona, as pessoas berrando "truco!" (risos). Eu entrei justamente no ano em que proibiram bebidas alcoólicas,

então não peguei esse momento anterior. Mas era um espaço muito interessante, tinha muita gente diferente. E eu fiz uma coisa que acabou sendo legal: cursei os dois primeiros anos no vespertino e os dois outros no noturno. A FFLCH era um espaço bem plural, eu diria, mas o recorte do vespertino para o noturno era bem evidente. Então, o vespertino era uma coisa mais juvenil e classe média alta, lembro que não tinha nem onde parar carro, porque muita gente ia pra faculdade com o carro do pai. E a noite era um outro curso, com pessoas bem mais velhas, algumas eram mães e pais; as aulas tinham uma dinâmica melhor, o professor sabia que as pessoas estavam ali porque elas queriam muito estar ali. Depois que descobri isso, eu fiquei: "Nossa!" [risos]. Era um espaço bem plural, tinham vários debates políticos, a gente quase saía na porrada (dentro da esquerda, *né*, não sei como está isso hoje).

Consegui aproveitar bem várias coisas. Do ponto de vista institucional, consegui aproveitar várias coisas que a FFLCH tinha para oferecer. Eu cursei disciplinas em outros cursos da FFLCH: fiz na Letras, na Antropologia, na Sociologia, na Geografia, fiz inglês instrumental, francês instrumental, fiz várias coisas. Fui em algumas festas, participei de movimento de greve que, na nossa época, era bem frequente: teve uma greve bem extensa, que foi um pouco desesperadora, mas no final a gente teve êxito, conseguimos que a reitoria aceitasse que precisava contratar mais professores.

Revista Epígrafe: Aproveitando que você já falou algumas coisas sobre os professores, gostaríamos de saber quais eram as suas disciplinas favoritas e os seus professores favoritos. E, com relação às suas amizades, se tem alguma marcante que perdura até hoje, também no mundo acadêmico.

Ynaê Lopes dos Santos: O primeiro professor que me fez fazer faculdade de História foi meu professor da escola, chamado Ricardo Dreguer, que é autor de livros didáticos. Eu estava na oitava série, nono ano, e eu lembro que a gente fez uma

atividade que foi muito incrível: a gente leu o Manifesto Comunista, Adam Smith e as cartas que o [Mikhail] Bakunin trocou não lembro mais com quem. E aí, a gente tinha que, a partir do que tinha estudado, definir qual doutrina era mais coerente [com] a teoria e a prática (anarquismo, comunismo e socialismo).

Eu lembro que, quando eu entendi que tinha de pegar o que as pessoas escreveram há não sei quanto tempo atrás e pensar sobre aquilo, me deu um maravilhamento que eu e um colega meu (era um trabalho em grupo) fizemos um super trabalho. Esse professor não dava 10 para ninguém, e ele avisou que alguém tinha tirado 10, foi uma comoção na escola, o negócio sendo emoldurado (o trabalho), depois passou por várias gerações... Foi um negócio assim: "Ahh!". E a gente tirou 10, o professor chorou, porque ele era super socialista e a gente escolheu o anarquismo... Mas eu lembro da sensação de pegar um documento e pensar sobre ele: "Cara, é isso que eu quero fazer pro resto da vida". Bom, é isso que eu estou fazendo desde então, *né*?

Mas na graduação eu tive muitos bons professores. Com certeza, o que mais me marcou foi o Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, acho que sou *ulpianete*. E aí, eu acho que fiz umas sete disciplinas com ele, tudo que ele oferecia eu fazia: História da Alimentação, História de sei lá o quê, Antiga I, Antiga II, tudo... Na pós, no doutorado, eu já tinha feito as disciplinas e fiz mais uma, enfim, eu gostava muito dele, era meio apaixonadinha pelo Ulpiano, ele foi um excelente professor. Eu tive o István Jancsó, que foi um professor também bem marcante, foi meu orientador de iniciação científica. Bom, eu tive aula com o Modesto Florenzano, que eu gostava muito; Maria Ligia Coelho Prado, de América, que eu amava também. Até cheguei a ficar com uma certa dúvida se eu ia para América ou ficava em Brasil; enfim, eu acabei optando, no mestrado ainda, em estudar Brasil. O Nicolau Sevcenko, também, o curso dele foi incrível... Era isso, eu e mais 125 pessoas assistindo o curso dele, para assistir tinha

que chegar super cedo porque senão ficava para o lado de fora. Mas era isso, era *show*.

O Jorge Grespan... É isso, a gente ficava um semestre para ler no máximo 100 páginas, porque é isso: "Vai ler Hegel", aí entende e vai no miúdo, aí depois vai Marx... Excelente professor, excelente... Muito bom professor.

O Wilson Barbosa foi meu único professor negro e tinha uma pegada de ter sido militante também, e de falar isso na aula, de vincular a experiência dele com o que ele ensinava. O que tinha tudo a ver, o cara participou dos processos de independência de países africanos. Enfim, o cara era a História também, então isso foi muito bom. Esses, com certeza, foram os professores que mais me marcaram na graduação.

Eu fiz algumas amizades, é curioso. Eu fiz um grande amigo na graduação, que é meu melhor amigo até hoje, mas ele fez mestrado e doutorado e acabou migrando para a Educação, foi mordido pelo bichinho da escola e ficou, e ele era o que eu mais achava que iria virar professor universitário. [Ele] se chama Erik Hörner, mas trabalha hoje como diretor de escola. Mudou a chave! Eu tinha uma amiga também, a Cecília Winter, que trabalha hoje com Restauro, virou uma das grandes referências. A Juliana Bevilacqua foi minha amiga também, a gente era mais colega na faculdade e, depois, ao longo do mestrado e do doutorado a gente ficou bem mais próximas. Hoje ela é professora de Arte Africana, no Canadá. O Thiago Nicodemo, a gente também era mais colega e ficou mais amigo no final do doutorado, e, [no] começo da vida de concurso, a gente ficou bem próximo, e hoje ele é professor da Unicamp. Acho que esses são os que seguiram carreira acadêmica. Tem o Gabriel Passetti, que é meu colega hoje na UFF [Universidade Federal Fluminense] também. Acho que seriam esses. É isso, minha experiência foi muito pulverizada, ainda mais porque eu mudei de turno, então você passa a não encontrar as pessoas que você conhecia e, a partir, sobretudo, do segundo ano, as pessoas vão organizando as disciplinas pelos

interesses que elas têm. Então, até as pessoas que você conhecia e tinha esse coleguismo de aula, você, muitas vezes, perde. Então, acho que essas são as pessoas que eu carreguei.

Confesso que minha maior crítica para o curso de História: essa coisa de não ter turma, essa liberdade toda... Acho que as pessoas ficam um pouco perdidas. Eu lembro que eu tinha várias críticas, tive várias discussões com colegas meus que achavam o máximo. Eu nunca achei o máximo, não. Achava que não precisava ter uma rigidez eurocentrada, mas algum tipo de orientação, sobretudo porque, na minha opinião, eu não sei como funciona agora, mas quando eu fiz você entrava no bacharelado e, a partir do momento que você tinha 50% dos créditos, você podia também cursar a licenciatura na [Faculdade de] Educação. Eu, sinceramente, não consigo entender para que precisa de 270 bacharéis de História por ano, não precisa. Era isso que entrava quando eu entrei, 140 de manhã e 130 à noite. Mas eu entendo que precisa de 270 professores de História. Essa separação do bacharelado com a licenciatura, que passava quase por uma coisa de *status*, eu sempre achei muito complicada. Essa liberdade que justificava para quem optava em fazer a vida de bacharel, eu achava um pouco fantasiosa. O que você vai fazer com o bacharelado, sinceramente, a não ser fazer mestrado e doutorado? Eu diria, não sei qual é a porcentagem, mas que um percentual significativo das pessoas que se mantém atuando com História se mantém em sala de aula. Então, acho que tinha uma dissociação muito grande entre a formação de bacharéis e a formação de professores de História, e os meus professores não estavam muito preocupados, de forma geral, com a formação de professores de História. Salvo algumas exceções, o recorte era sempre para o bacharelado, e eu achava isso um tanto quanto complicado.

Revista Epígrafe: Professora, vimos que a senhora recebeu menção honrosa no SIICUSP [Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP]. Nós queríamos saber, a partir disso, como foi a sua iniciação científica.

Ynaê Lopes dos Santos: Eu entrei para o PET [Programa de Educação Tutorial] quando estava na virada do segundo para o terceiro semestre, mas eu acabei ficando pouco tempo lá porque depois eu comecei a iniciação científica com o István. Ele tinha um banco de dados com vários viajantes que tinham feito registros sobre a escravidão no Brasil, e a proposta dele era que a gente trabalhasse com a questão da moradia escrava. E aí, ele propôs para um grupo de alunos e fomos caçando as bolsas. A gente estava em uma época... Não foi ainda a festa que foi depois, a festa feliz, que foi quando eu já estava no mestrado e no doutorado e tinha um número muito maior de bolsas de iniciação. Mas também não é o que é hoje... Se bem que vocês tem a FAPESP [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], acho que segura um pouco a onda, embora o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e a CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] sempre tenham sido responsáveis pelo maior número de bolsas, eu imagino.

Bom, quando a gente começou a fazer essa pesquisa, o Robert Slenes publicou "Na Senzala, uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava", que era basicamente um dos melhores livros já publicados sobre moradia e escravidão no país. E aí, ele falou: "Nossa, o que a gente vai fazer? Se o Slenes já escreveu, não tem mais nada para fazer". E aí, a gente mudou; eram 4 meninas, e cada uma escolheu um tema. Tinha um rapaz também, que era meu amigo, mas depois ele acabou saindo, ainda no início do processo.

E aí, nisso, eu tinha acabado de ler o livro do João José Reis, "Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835" , e eu falei: "*Putz*, eu quero saber

por que que o Rio de Janeiro não teve uma rebelião, ou se teve e a gente não conhece ainda". Eu sempre tive uma relação próxima com o Rio de Janeiro porque os meus pais são cariocas, então era um lugar que eu sempre frequentei a vida toda. E aí, eu decidi que ia pesquisar escravidão urbana no Rio de Janeiro pelo recorte da moradia escrava. Esse foi o recorte, mas antes disso a gente tinha que montar o banco de dados. Então, cada uma de nós ficou responsável por ler e fichar um desses viajantes. Se não me engano foram mais de 80 viajantes que a gente fichou, e a gente montou um banco de dados que você poderia acessar pelas questões que cada uma de nós queria estudar.

Quatro ou cinco entradas, além da entrada por viajante ou por região do país, e a partir da leitura disso eu fiz a minha pesquisa. No último ano da iniciação científica - que só estava eu porque as outras pessoas foram desistindo - eu ganhei a menção honrosa, que foi bem legal. Tenho até hoje um painel lindo que eu fiz, minha mãe que pagou para mim uma designer, todo bonitão, umas plotagens, o negócio tem 2m x 1m, é enorme! Foi muito legal e, para mim, foi muito importante, porque eu já estava no processo de querer fazer o mestrado.

Revista Epígrafe: Como foi essa passagem da graduação para o mestrado e como foram os primeiros contatos com o professor Rafael Marquese?

Ynaê Lopes dos Santos: Então, o que aconteceu: o István não era especialista em História da Escravidão. Ele gerenciava mais institucionalmente o grupo, ele coordenava o grupo e chamava especialistas que já fossem professores ou que estivessem fazendo mestrado ou doutorado para conversar com a gente. Então, por exemplo, a gente ficou acho que seis meses, pelo menos, sob a tutela do Luiz Geraldo Silva, que é professor no Paraná, porque ele estava fazendo pós-doutorado com o

István, e uma das atividades dele era orientar a gente nos estudos sobre historiografia da escravidão.

O Rafael [Marquese], nesse momento, estava fazendo o doutorado dele, então ele participou de umas duas ou três reuniões com a gente também, fazendo esse meio de campo, trazendo questões interessantes. Quando eu estava já para me formar, abriu justamente uma vaga de História do Brasil no Departamento de História. Eu falei: “Poxa, Istvan, eu não sei com quem eu vou fazer”. Tinha a Maria Helena P. T. Machado, mas no momento que eu entrei no mestrado, que eu queria entrar no mestrado, a Maria Helena tinha meio que mudado a agenda de pesquisa dela. Ela falou que tinha umas coisas meio da Índia, depois ela até voltou... Acho que foram os 6 meses que eu precisava, ela não estava muito ligada nas questões de escravidão (risos). Agora ela obviamente voltou...

E aí o Istvan falou: "Torce para o Rafael passar!" E aí ele passou. Quando o Rafael passou, eu já tinha sido aprovada no mestrado? Não, eu não tinha sido aprovada no mestrado. Mas demora um tempo para o professor que é aprovado entrar na pós, então acho que os primeiros seis meses eu entrei pela tutela, em tese sendo orientanda da Márcia Berbel, e o Rafael já estava me orientando nos bastidores. E quando o Rafael pode me orientar oficialmente, eu migrei e já fiz o pedido de bolsa, que consegui depois de fazer sete versões de projeto (o Rafael é uma pessoa bem exigente). Então é curioso, porque eu nunca fui aluna do Rafael, eu fui a primeira orientanda dele, mas eu nunca fui aluna. Todo mundo diz que ele é um excelente professor, e eu acredito piamente porque ele é um *cabeçudo*, sabe muito.

O meu mestrado já estava muito bem delineado. O que eu queria era ampliar o que eu tinha feito na iniciação científica e ter a experiência de ir para os arquivos no Rio de Janeiro. O Rafael foi ótimo em me ajudar a organizar isso, em fazer contatos com outros professores. É que aí eu fui morar no Rio de Janeiro, *né*? Eu fiz o primeiro ano das disciplinas morando em São Paulo, e passei o segundo ano morando no Rio

para fazer a pesquisa em arquivo, que foi quando eu vim para o Rio de Janeiro e meio que nunca mais voltei (risos). Quer dizer, voltei. Tive que voltar algumas vezes, inclusive por causa do doutorado, mas já estava meio definido ali que eu queria morar no Rio de Janeiro. Foi muito boa essa experiência de pesquisa no arquivo, o Arquivo Nacional, eu lembro de ver o Flávio Gomes fazendo pesquisa e falar: "Nossa!"; de ir para a Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que é o lugar em que eu mais fiquei fazendo pesquisa. Foi uma experiência ótima e foi uma boa relação de orientação com o Rafael nesse momento. No doutorado, a gente se estranhou um pouquinho, depois ficou tudo bem. Mas meu mestrado foi, talvez, a experiência mais feliz, mais tranquila.

O doutorado foi um pouco mais turbulento. Doutorado é um *troço* mais sério, a verdade é essa; doutorado é como você se apresenta para esse mundo acadêmico, então ainda fiquei, em alguns momentos, um pouco assustada. Teve um período que deixei de ser bolsista de iniciação científica. Eu continuei a iniciação, mas eu não ganhava bolsa, e eu dei aula nesse período. E também entre a graduação e ganhar a bolsa da FAPESP... Essas duas experiências, sobretudo a segunda, que foi numa escola muito bacana de São Paulo, uma escola toda alternativa. Cara, para mim, ficou muito evidente um hiato entre o que eu estava estudando e o que era ensinado nas escolas. Quase não tem a ver, parece que são coisas distintas, e eu comecei a ficar muito crítica à forma como a gente escreve.

Embora eu ache que o rigor acadêmico seja muito importante, eu acho que tem um tanto de um academicismo que é meio que para referendar a si próprio. Isso acaba criando uma barreira para que as pessoas entendam e acessem as pesquisas de História. O que as pessoas vão fazer? Elas vão ler coisas que não são tão profundas, mas que têm uma linguagem muito mais fluida, que são jornalistas

escrevendo. É isso, eu vou criticar as pessoas? Eu não vou criticar as pessoas. Vou criticar quem? Os historiadores, porque a gente escreve para gente!

Essa é uma discussão que acho importante. A gente tem que ter esse rigor, sobretudo nos textos acadêmicos, mas não pode só escrever para nós mesmos. Então, eu digo isso para os meus alunos, sempre falo: "Vocês têm que pensar que a História e o pensamento crítico histórico tem que estar em todos os lugares: tem que estar na série do Netflix, tem que estar na novela da Globo que é um lixo, tem que estar em todos os lugares, tem que estar na escola, na sala de aula". Então, no doutorado, isso para mim ficou muito explícito... Quase tão importante quanto o que eu estava dizendo, era como eu ia dizer o que eu estava dizendo. Eu não queria escrever tão academicamente. Umas horas, o Rafael falava: "Ai, Ynaê, deixa essa pegada jornalística!" Ele ficava *puto*, porque eu fazia uns floreios e ele falava: "Vai direto para o ponto, Ynaê".

O doutorado, eu acho que no meu caso especificamente, eu fui muito afoita. Eu podia ter esperado um ano... Se eu tivesse esperado um ano, eu acho que eu teria feito um doutorado melhor, eu acho que eu fui meio crua. Isso é uma coisa que eu também falo para os meus alunos: o doutorado é um negócio que tem que ter certeza, é tipo um casamento, se der ruim não vai ser bom, não. E ainda tinha essa coisa de estudar um outro país que eu conhecia muito pouco. Eu tinha uma visão idílica da Revolução Cubana. Mas acabou sendo uma experiência ótima! A melhor parte, sem sombra de dúvida, foi ir para Espanha e ir para Cuba.

Foi visitar arquivos diferentes, com outro tipo de organização. Os arquivos espanhóis são muito organizados, é uma coisa impressionante. E é curioso, porque o [idioma] espanhol mais antigo se parece muito com o português. Então, eu não falava espanhol. E deu certo, porque quando eu fui para Cuba estava tudo bem, funcionou, só não falava com aquela... Os cubanos parecem que tem um ovo na boca, em relação aos espanhóis, é mais difícil de compreender, e é um outro ritmo. E a

experiência em Cuba que é um negócio maravilhoso. Difícil, mas, ao mesmo tempo, maravilhoso. Caos! Quando eu lembro dos arquivos, eu penso: “Meu Deus, vontade de sentar e chorar!”. E eu lembro que foi uma viagem difícil, porque a primeira vez que eu tentei fazer essa viagem, eu tive meu visto negado. E pelo cronograma que eu tinha apresentado para FAPESP, eu tinha que fazer pesquisa de campo, eu tinha que entregar alguma coisa, eu tinha que fazer análise de documento. Então, o que eu fiz? Eu inverti, ao invés de ir primeiro para Cuba, eu fui para Espanha. E isso acabou sendo determinante na pesquisa, porque quando eu fui para Espanha, eu fiz o primeiro levantamento das fontes, e em Cuba foi muito atrelado a esse levantamento que eu tinha feito.

A segunda vez, para eu conseguir ir para Cuba, foi um negócio de pedir ajuda para o Frei Beto, para explicar que era um estudo sobre o século XIX. Porque a questão racial é uma questão tensa ali para o regime socialista, porque é uma questão ainda não resolvida. Cuba é um país profundamente racista, assim como o Brasil. Então, demorou para eu conseguir, mas eu consegui no ano seguinte; fui, fiquei quase 2 meses em Cuba, foi muito bom. Mas o meu desespero foi que eu demorei para conseguir localizar os documentos; em parte porque eu desconhecia os arquivos, em parte porque os arquivos eram pouco organizados, sobretudo Arquivo Nacional cubano. E eu lembro que, quando eu encontrei o que eu precisava, que eram uns processos criminais, faltava dois dias para eu ir embora. Então é isso, eu falei: “Meu Deus, faltam dois dias para eu ir embora e eu achei!”. E eram três caixas. E eles deixavam tirar foto, mas eles cobravam por foto, e era, sei lá, um dólar por foto. “Mas são três mil fotos, eu não tenho três mil dólares, não existe isso”. E aí eu dei uma chorada lá para a moça do arquivo, levei muito sabonete Phebo porque me ajudou.

Dava pra as pessoas sabonete, Aspirina, levei isso tudo na minha mala. Eu fui pelo México e a minha mala foi aberta, e o cara falou... Tinha macarrão, um monte de

pacote de miojo, biscoito, muito biscoito, muito sabonete e uma quantidade não muito grande de Aspirina. Aí o cara do México abriu e falou: "O que... *Tá* louca?". Aí eu falei: "Eu estou entrando para Cuba". E ele falou: "Ah, tudo bem, vai lá, vai na sorte, *fia*". Então, eu fui em 2010; já tinha uma abertura, óbvio, mas ainda era bem difícil. Acesso às coisas, eu lembro que é isso, eu gastei... Eu fiquei mais tempo na Espanha do que em Cuba, mas a viagem de Cuba acabou sendo uma viagem muito mais cara, porque você vai num universo de um turista, então você paga tudo com CUC [Peso Cubano Convertível], que é uma moeda que atualmente equivale ao euro mais ou menos, entre o dólar e o euro. Então, foi uma viagem cara, porque para ficar em casa de família, eles cobram. Eu lembro que eu não tinha opção, eu não suportava comer ovo, mas não tinha opção. Ou eu comia ovo ou eu não comia proteína, mesmo gastando um dinheiro bom para ficar na casa. É isso, eu gastava, sei lá, 50 dólares por dia, era um preço bem bom.

Foi incrível, foi uma experiência incrível. Os cubanos são muito atenciosos, sobretudo o professor Venegas, que me recebeu lá. Foi comigo no arquivo, me apresentou todo mundo, falou: “Olha, você provavelmente vai ter que pesquisar nessas pastas”. Enfim, sou louca para voltar, eu teria voltado se não fosse a pandemia, porque eu estou continuando a pesquisa do doutorado agora. Mas a pandemia... Quer dizer, primeiro a gravidez, que eu fiquei grávida sem saber que eu ia ficar grávida. Essas coisas acontecem na vida das pessoas (risos). E aí, logo depois, a pandemia. Vamos ver se eu consigo, sei lá, ano que vem [2022], se os cubanos me aceitarem eu vou tentar ir para lá.

Mas é um país muito racista, então eu senti bem isso. As pessoas achavam que eu era cubana, o que era bom e não era, por exemplo: nenhum táxi parava para mim em Cuba! Então, nas duas vezes que eu saí para dançar salsa, eu voltei a pé. Eu tinha um ritual lá, então eu fazia todo dia a mesma coisa: eu chegava no arquivo (ia andando para o arquivo), aí chegava lá quando o arquivo estava abrindo, passava o

dia no arquivo. Acho que fechava umas 16h ou 16h30min, fechava relativamente cedo. E aí eu voltava andando de novo e sempre parava na Coppelia, que era a sorveteria. Todo dia eu parava e ia, porque tem a fila para os turistas e a fila para os cubanos - e obviamente eu pegava a fila dos turistas. Toda vez eu ia para a fila dos turistas, aí vinha o guarda, geralmente gentil, pedia para eu sair da fila, aí eu mostrava que eu era brasileira, ele pedia desculpa.

Mas foi muito bom, a família que eu fiquei na casa era ótima. A gente tinha vários embates nos jantares, eu ficava defendendo o governo cubano e eles acabando com o Fidel Castro. Eles achavam que o Brasil era a saída, o Brasil de Lula... É, mas não é, *né*? Eles tinham essa imagem do Brasil da democracia racial. Eu falei: "Olha, isso aí não é o Brasil, não. O Brasil é um país que tem muito mais pobreza do que Cuba, muito mais, nem se compara". Mas era curioso. Isso obviamente desmontou muito do que eu achava do socialismo cubano, que tem várias questões, obviamente, mas que também tem muita coisa interessante. Sobretudo, eu vivia um outro tempo, era um outro ritmo.

Eu lembro que eu chegava em casa depois de ter passado o dia no arquivo - e era o dia, literalmente, eu chegava às 8h, às 9h, e ficava até as 16h. Sei lá, oito horas de arquivo e depois tomava sorvete. Eu chegava em casa e ainda estava dia, eu pensava: "O que eu vou fazer? Não tem nada para fazer." As pessoas sentavam, colocavam cadeirinha do lado de fora da varanda. Não era nem próximo do que é hoje, essa coisa frenética de rede social, mas já tinha, sei lá, acho que já tinha Facebook? Já tinha Facebook. Enfim... foi uma super viagem e foi fundamental na minha experiência. E foi muito bom, porque eu vivi um momento em que pesquisadores brasileiros podiam estudar outros lugares que não só o Brasil. Porque a gente é muito competente, historiograficamente falando, nos estudos das diversas questões da história brasileira, isso não resta dúvida, sobretudo na minha área de

história da escravidão, *né*? Os grandes nomes da história da escravidão estão no Brasil. Mas ainda era muito pouco usual você ter brasileiros pesquisando fora, então eu fiz parte desse movimento, eu e outros colegas meus, logo depois. É isso, o governo Lula e o governo Dilma permitiram que a gente fizesse isso com qualidade, pudesse passar meses fora.

Então, eu lembro que quando eu voltei dessa viagem, a FAPESP criou uma outra forma de intercâmbio. Era uma coisa um pouco menos rígida, porque ou eu fazia essas viagens mais pontuais, usando a reserva técnica para fazer pesquisa, ou eu era recebida por uma instituição e fazia um sanduíche. No meio do caminho eles mudaram e criaram mais uma opção, você passava três meses... Eu não lembro direito, porque como eu não ia mais usar, eu não prestei atenção direito no que era, mas eu sei que outros orientandos do Rafael fizeram isso.

Revista Epígrafe: Aproveitando que a maioria dos nossos leitores são alunos de graduação que estão desenvolvendo pesquisas, quais foram os maiores cuidados com as fontes que você teve em suas análises e como é o processo de escrita acadêmica para você? Você percebeu um desenvolvimento ao longo dos anos?

Ynaê Lopes dos Santos: Olha, tem uma questão: como eu trabalho com os séculos XVIII e XIX, há uma questão física. Vou até confessar um negócio aqui que não foi legal, mas que eu não tinha muita gerência. O Arquivo Nacional de Cuba é muito precário. O ar condicionado não existia, não sei se mudou, mas não existia. Tinha, quando muito, um ventilador, então eu pingava em cima dos documentos, era desesperador, porque eu ficava tentando não pingar, entendeu? Era muito pouco cuidado. Foram experiências quase que antagônicas: na Espanha, a documentação era guardada, arquivada com muito cuidado, os documentos mais sensíveis estavam todos microfilmados. Eu tenho problema, não sei se é por causa da miopia,

astigmatismo, eu passo mal lendo aquele microfilme, então para mim ele é bem desesperador, mas eu li, sobretudo na Espanha. E em Cuba, zona, era isso. Eu pegava a caixa, a caixa eram documentos de 1810 a 1852, mas era muito documento que não tinha data. Muda tudo de 1810 a 1852. Era muito difícil, teve uma parte em Cuba que eu tive que organizar a documentação das caixas, falar: "O que não tem data, eu não vou usar", e separar as coisas que eu poderia usar, que estavam datadas. Mas foi uma experiência muito, muito boa. E o cuidado de sempre [usar] máscara e luva em qualquer um dos arquivos, mas luva principalmente. Máscara eu não usei tanto em Cuba, mas luva eu levei bastante, então deu para usar. A Biblioteca Nacional José Martí também foi muito boa, tinha muita coisa, e como eram impressos, era mais fácil de manusear.

E no que diz respeito a essa escrita acadêmica, embora eu tenha tido uma experiência muito positiva no mestrado, o doutorado tem esse peso. Você tem que defender uma tese, você não está fazendo um levantamento. E eu quis fazer isso, ao mesmo tempo em que eu queria escrever de um outro jeito, então foi muito conflitante. Essa foi a parte mais difícil, hoje eu não sei se eu faria isso, talvez eu tivesse só feito a tese e teria tentado escrever de uma forma menos acadêmica para depois do doutorado. Eu queria escrever de forma acadêmica, mas sem perder o rigor, mas muitas vezes, isso pode acontecer. Isso foi o que deu algumas rusgas com o Rafael, porque ele era super contra, o Rafael é super certinho, e eu queria dar uma ousada ali no negócio. Mas, no fim, eu acho que deu certo. Foi um doutorado que, para mim, acabou sendo uma experiência ótima, me abriu para a América, e hoje eu sou professora de História da América lá na UFF; a minha ligação com a América se deu por Cuba, e agora eu continuo estudando Cuba, mas também Haiti, Estados Unidos, passando pela questão racial e pela questão da escravidão no século XIX.

Uma coisa que o Rafael me falava, e eu confesso que eu não dava a devida importância, mas hoje eu falo para todos os meus orientandos: nunca na sua vida você vai ter um tempo para fazer uma pesquisa como o doutorado, nunca, nunca mais. O meu deu tudo certo, eu virei professora universitária... Nunca mais eu vou ter esse tempo. Porque aí a vida continua, quem quer ter filho, tem filho... Obviamente, para mulher isso tem um outro peso, você tem que parar a sua vida, sair de licença, amamentar, demora para você voltar. Dizem algumas pesquisas que o cérebro da mulher demora dois anos para voltar. Quando voltou, eu engravidei de novo, meu Deus... Agora que meu filho caçula tem dois anos, que eu brinco que o meu cérebro está começando a engrenar de novo, porque é isso, a gente esquece coisa, enfim, é uma loucura o que o corpo faz para a gente sobreviver. E isso o universo acadêmico simplesmente ignora. Absolutamente ignora. Então, se eu vou, por exemplo, competir por uma bolsa de produtividade, eu obviamente vou sair perdendo, porque eu fui mãe de duas crianças. No momento em que eu comecei a minha vida profissional efetiva ali no CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil], no ano seguinte eu já estava grávida. Os últimos cinco anos da minha vida são sendo mãe também. Obviamente eu publiquei muito menos, eu não pude fazer pesquisa - eu e qualquer mulher que tenha passado por isso. É muito comum que as mulheres da nossa geração, da minha geração, tenham experiências próximas, que esperem acabar um doutorado, ter um emprego, para engravidar - aquelas que querem engravidar.

Enfim, isso também é uma questão que agora começou a ser pontuada. A UFF agora tem umas condições melhores para as mulheres que são mães recentemente; o CNPq, se eu não me engano, o Lattes agora abriu essa entrada para dizer que você esteve em licença maternidade, para que nas avaliações isso seja considerado... Mas, mesmo assim, tem um fosso. É só você pegar quem são os bolsistas de produtividade:

na sua imensa maioria, homens. Imensa maioria. Porque o patriarcado continua, não parou no século XIX, não. Está aí, ainda dando as cartas do jogo.

Revista Epígrafe: E como foi para você escrever o livro "História da África e do Brasil Afrodescendente" e as dificuldades? Pensando ainda sobre o academicismo e a escrita acadêmica, quais foram os maiores desafios?

Ynaê Lopes dos Santos: Foi muito curioso! Erik Hörner, meu amigo que trabalhou comigo, foi chamado por uma grande editora, pois tinha uma amiga que trabalhava nessa editora, para escrever um livro didático sobre a questão negra, por causa da Lei 10.639. Ele falou: "Bom, não sei nada", então me convidou para fazer no lugar dele, daí eu fiz um contrato com a editora, chamada Yendis, de São Paulo. Eu fiz a primeira versão, mandei para minha mãe, que é pedagoga. Ela disse: "Minha filha, seus alunos não tem sete anos!". Era justamente isso: como você escreve para um público que é juvenil, que está na escola, mas que, enfim... A ideia era que o livro fosse amplo, então a linguagem tinha que ser acessível para quem estava no Fundamental II até a Universidade. Como o tema é, infelizmente, ainda pouco estudado (e sobretudo a História da África), tem gente da Universidade que utiliza o livro. Isso me surpreende, porque eu não pensei para isso, pensei para ser utilizado pelo público escolar.

Eu escrevi o livro e aí eu reescrevi. Quando eu estava fazendo o pós-doc, a FAPESP abriu um edital para auxílio para livros paradidáticos, e eu submeti e ganhei. Só que eu era super inocente... Eu ganhei, mas ganhei pedindo dinheiro para uma gráfica, olha que loucura! Na rubrica, eu coloquei: "Vai gastar não sei quantos. O dinheiro vai ser gasto todo para a gráfica". Mas se eu utilizar o dinheiro para a gráfica, o que eu vou ter é uma cartilha, não vai ser um livro. Então eu comecei a empreitada de achar uma editora que topasse publicar o livro, e aí eu achei a Palaci. Eu tinha uma

amiga que já tinha trabalhado na Palaci que me indicou e eles adoraram a ideia... Aí eu tive que justificar para a FAPESP a mudança de rubrica: eles não mudariam o que tinham investido naquele projeto. Eu expliquei para eles que era muito mais interessante um livro, na verdade mil exemplares, do que um caderno. Eles toparam. Isso foi em 2015, que eu ganhei, mas demorou um pouco para o dinheiro cair, fiquei grávida, nasceu minha filha... Mas quando a Teresa nasceu, eu acho que já tinha entregado o livro e aí em 2017, no primeiro trimestre, eu fiz algumas mudanças pontuais porque o livro que eu havia feito para editora anterior tinha muita imagem, tudo colorido, enfim... A Palaci disse: "Não sustenta, sairia muito caro", e eu também tripliquei o tamanho do livro. O livro que eu tinha feito tinha umas 60 páginas, e, o que eu tinha entregado para a Palaci, tinha umas duzentas. Com as imagens, deu um livro de umas 400 páginas. Ele foi publicado em 2017 e foi ótimo, um livro que eu gosto muito porque eu fiz para o público escolar! É um livro que ajuda professores, que ajuda alunos do ensino fundamental e médio e, às vezes, até da universidade que não tiveram contato com esses conteúdos.

Foi uma super experiência, mas muito marcada por essa questão do ensino de História. Era: "Como ensinar História? Como pensar a História, ainda nos moldes eurocentrados, mas que possa permitir um contato efetivo com as histórias africanas ao longo de nosso currículo (que eu sou super crítica, mas que é o currículo que a gente tem)?". Eu queria um livro que fosse pragmático. Eu não vou mudar o mundo agora (pelo menos não agora)! Então a ideia desse livro era essa: eu quero que qualquer professor possa abrir esse livro e utilizar em sala de aula. Se está utilizando Grécia, tem como fazer conexão. Se está ensinando processo de independência das Américas, tem como fazer conexão. Então, a ideia era um pouco essa.

Revista Epígrafe: Queríamos saber também como é a carreira de docente na UFF, onde a senhora dá aula atualmente.

Ynaê Lopes dos Santos: A UFF é um dos melhores, se não o melhor curso de História do país. Então, eu brinco lá no departamento: "Olha, gente, metade da minha bibliografia está aqui". Mas enfim, meu concurso foi em 2018... Foi uma coisa louca: fui aprovada no dia 26 de outubro, no dia 27 descobri que estava grávida, no dia 28 Bolsonaro foi eleito. Foi bem complicado... Eu fui chamada, efetivamente, para a UFF no final de abril. Final de abril eu estava com quase oito meses de gravidez. Então eu dei um mês de aula e saí de licença maternidade. Quando eu ia voltar, veio a pandemia. Então a minha experiência na UFF, no departamento de História, é uma experiência de um mês. Eu não conheço, pelo menos, 80% dos meus colegas. Eu sei, obviamente, quem eles são, mas eu não conheço de conversar, de ver, e eles também não me conhecem. Na verdade, eu conheci duas professoras novas porque nós três assumimos a Revista Tempo. Então, assim, está sendo uma experiência muito interessante, mas que está demonstrando uma coisa que eu não imaginava tanto: é muito trabalho! E é isso mesmo. Se você acredita no ensino público de qualidade, você tem que ter o engajamento no ensino, na pesquisa, mas também tem uma questão burocrática, porque a universidade tem que funcionar. Não sei quantas comissões, orientar alunos de TCC... Você pode ter, sei lá, 80 alunos de TCC, e você tem que orientar os 80, porque essas pessoas têm que se formar. Então, tinha uma coisa de fazer a faculdade funcionar, era uma dimensão que eu não tinha, porque eu vinha de uma experiência do CPDOC, que era um centro pequeno e bem elitizado, com vários funcionários. Coisas que eu faço hoje na Revista Tempo jamais imaginei que eu faria, porque antes tinha um secretário específico. É bem a vida como ela é.

Para quem se envolve realmente, as 40 horas não dão conta (risos). Dedicação exclusiva e o salário não é bom (risos), porque é muito trabalho! Mas é óbvio que eu estou brincando, porque estamos num país em que a situação está cada vez pior.

Mas, efetivamente, eu tive uma perda salarial de um emprego para o outro muito significativa... A carreira da UFF vale muito mais a pena, mas, nesse momento que estou na carreira, ainda estou no estágio probatório. Então, em tese, eu ainda posso ser mandada embora, ser exonerada, de forma bem simples, se for o caso. Mas é isso, é um monstro a universidade, de tamanho, de dimensão, é um negócio enorme. Mas, ao mesmo tempo, eu fiquei muito feliz de estar na UFF durante a pandemia porque, uma das coisas que achei mais bonita da instituição, foi que as aulas só começaram quando estava garantido que todos os alunos tivessem condições de acessar essas aulas. Então foi feito um levantamento super cuidadoso de quem tinha internet em casa e quem não tinha, quem tinha celular e quem não tinha, quem tinha computador e quem não tinha.

A partir desse levantamento, a UFF foi atrás de comprar *chip*, comprar computador, comprar celular para que todos alunos tivessem acesso. Então tem essa coisa, que é a coisa bonita da República, da coisa pública, que me deixa muito feliz e faz com que eu entre nas comissões, enfim... Porque isso é uma escolha, meu departamento é gigante, talvez um dos maiores do país. Então tem gente que se envolve nisso e gente que não se envolve, mas eu considero uma função fundamental disso que eu sou, uma servidora pública. Então, eu tenho essa função, que não se limita só a ensinar e pesquisar, que faz parte de fazer com que a UFF exista, que os alunos que fazem iniciação científica sejam avaliados, que nos permita pensar em outras políticas afirmativas para os alunos cotistas... É bastante trabalho! Mas é o trabalho que eu acredito, então é muito bom estar no lugar que você quer estar, acreditando que esse é o melhor lugar que você pode estar. Essa é a situação que eu vivo hoje... Apesar de vocês sabem quem, mas enfim, isso vai mudar.

Revista Epígrafe: E como está o campo de pesquisa sobre as relações étnico-raciais e mundo afro-atlântico? Vimos que você tem um trabalho na FGV [Fundação Getúlio Vargas] sobre intelectualidade e inteligência negra.

Ynaê Lopes dos Santos: Na verdade, esse é o meu projeto de pesquisa pela FAPERJ [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro]. A FAPERJ tem um edital que é de jovens cientistas do nosso estado, então ela patrocina a pesquisa de jovens cientistas. Cientistas que tenham defendido doutorado em até dez anos. Eu ganhei essa bolsa justamente em 2018, quando eu ainda era do CPDOC, e quando eu mudei para a UFF a bolsa foi comigo. Só que era uma bolsa na qual estava prevista uma análise conjunta de três intelectuais negros das Américas e homens que tinham nascido no século XIX e tinham vivido e virado do XIX para o XX. Então, eu escolhi trabalhar com Manuel Quirino, no Brasil, com o livro do [primeiro nome] Allion, em Cuba, e do [primeiro nome] Góes, nos Estados Unidos, para fazer uma história conectada e comparada ao mesmo tempo.

O foco principal era entender como os intelectuais negros entendem a escravidão recente e abolida nesses países. A questão é que eu precisava ir para arquivo. Tanto aqui – porque boa parte das coisas do Manuel Querino estão na Bahia –, quanto em Cuba e nos Estados Unidos. Então, é uma pesquisa que vai ser adaptada, provavelmente. Se tudo der certo, eu vou conseguir fazer Brasil e Cuba e vou ter que deixar os Estados Unidos para outro momento, porque, além dele ser o homem que mais escreveu no mundo – nem que eu quisesse poderia ler tudo que ele publicou num tempo tão curto, também atrelando a outros documentos do século XIX –, eu não pude ir para os Estados Unidos. Eu ia para Harvard, estava tudo certo, e veio a pandemia. E o problema é que essa bolsa você tem prazo para gastar o dinheiro, então eu corro o risco de ter que devolver tudo que eu ganhei para a FAPERJ (porque

se eu não viajar eu vou ter que devolver o dinheiro, não vou inventar nada). Mas, por causa da pandemia, eles ampliaram o prazo de gasto desse dinheiro. Então, na verdade, eu teria até esse ano para gastar, mas eles me deram mais um ano. Então eu quero ver se em julho do ano que vem eu vou para Cuba; uma parte do material eu já coletei, mas é pouca coisa para fazer um estudo mais largo. Mas enfim, essa foi a forma que eu encontrei de reconfigurar a pesquisa na minha vida, que é não abandonar completamente a escravidão, mas atrelar ela a essas três questões: a escravidão, o pós-abolição e a intelectualidade negra. Essa é a chave que eu estou operando agora para fazer pesquisa, e já tenho até outras na cabeça, mas veremos como ela se desenvolve, descobrindo pessoas no meio do caminho.

Revista Epígrafe: Como a senhora vê a aplicação da lei que estabelece o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras?

Ynaê Lopes dos Santos: Olha, eu entendo essa lei como algo fundamental, porque a gente precisa recontar a história do Brasil. Eu sei da história dessa lei, ela é fruto dos movimentos negros e indígenas, mas, ao mesmo tempo, essa lei foi pensada e promulgada em um país, e está sendo aplicada em outro, que tem outro governo. Então, para que uma lei como essa se efetive, você precisa, além de formar bem os professores – isso significa cursos, materiais didáticos -, você precisa vistoriar se essa lei está sendo aplicada, e isso não acontece, sobretudo nesse momento de retrocesso em que, por exemplo, você não pode falar de candomblé porque você tem uma vigília de intolerância religiosa muito grande. Claro que hoje temos uma série de avanços, sem sombra de dúvidas. Eu sou professora do programa ProfHistória, tenho dois orientandos que pesquisam exatamente a aplicação da lei 10.639/2003, mas, infelizmente, ainda há uma generalização de pensar que você pode transformar as experiências negras e indígenas numa caixinha que você abre no dia 19 de abril e no dia 20 de novembro e depois você fecha. Aí você continua dando a história que

realmente importa. Você precisa mudar radicalmente a forma com que a gente entende a história do Brasil, essa é a minha militância. Se eu tenho uma militância, é fazer com que o ensino de história no Brasil seja implodido, realmente não dá mais.

Eu estou escrevendo um livro. Eu estava dando de mamar para o meu filho, que devia ter oito meses, e aí aconteceu o assassinato do George Floyd e eu fiquei muito tomada por aquilo, tive uma crise de choro, e pensei numa estrutura de livro. Escrevi, mandei de madrugada para o editor que nem me conhece pessoalmente, mas tinha me convidado para um debate de um livro da Todavia. Eu falei: "Quero escrever esse livro, você topa?", e ele: "Topo!". E aí eu estou terminando agora, que se chama "Uma breve história do racismo no Brasil". Para mim, está sendo uma super experiência, que é atravessar toda a história do Brasil tentando pensar as ações do Estado Nacional brasileiro no que diz respeito às questões raciais, desde 1500 a 2021. É um livro que é pensado para o público amplo. Não tem trabalho de fonte primária, embora eu cite algumas coisas. É um outro material, digamos assim. Eu estou agora, nesse exato momento, escrevendo sobre a ditadura e não há trabalhos. Tem cinco trabalhos sobre ditadura militar e questão racial. A própria historiografia brasileira mais progressista tem dificuldade de olhar para essa questão porque você encaixota a questão racial em alguns aspectos e é ali que elas podem entrar. Mas a questão racial atravessa toda a história do Brasil, toda! Essas leis são um lembrete para uma mudança muito maior que precisa ser feita.

O Brasil ainda tem uma história muito eurocentrada. Eu sempre dou esse exemplo: eu, por muito tempo, dei aula de Império Romano. A gente ficava um tempão estudando o Império Carolíngio. Desculpe, não faz sentido. E não só o Império Carolíngio, a gente fica chafurdando em coisas que não fazem o menor sentido em um país gigante, que tem uma história gigante que está ligada

diretamente a África, que tem uma outra história gigantesca, e a gente está falando de... Enfim. Eu gosto do Carlos Magno, não tenho nada pessoal contra ele, não (risos), mas são essas escolhas eurocentradas. Isso não é aleatório, essa é que é a questão. É para não saber. É para não saber a Revolução do Haiti, para não saber a Revolução de Tupac Amaru, é para não saber o nome de todas as etnias que foram assassinadas nos primeiros anos da colonização brasileira; é para não saber agências dos movimentos negros brasileiros que levaram ao fim da escravidão, no abolicionismo (a história que a gente tem do abolicionismo ainda é muito ruim, sobretudo não na academia, mas fora dela). Nós temos um país inteiro para reconstruir, e o problema não é só o Bolsonaro, não, ele é o *crème de la crème*. Mas nós temos processos anteriores que explicam, inclusive, o fato desse homem ter sido eleito. A gente não pode esquecer disso: ele foi eleito. Com *fake news*, ok, mas ele foi eleito. Com seus 25/30% que se mantém fiéis ao que ele representa. Temos que dialogar com isso, encarar isso de frente. Acho que uma das nossas funções, que escolhemos fazer e falar sobre história, é reescrever a história do Brasil inteira.

Eu gosto de história da África, tenho uma relação de aprendizado frequente, embora eu não seja especialista, que é assim: estudar a África me faz pensar o mundo de outro jeito, é inevitável, eu tenho que sair da caixinha do eurocentrismo, tenho que ler outras pessoas, eu tenho que entender outras formas do mundo funcionar, se não eu não entendo e vou continuar a reproduzir um monte de estereótipos. Então, eu acho que nós temos, mais do que qualquer coisa, essa oportunidade de recontar a história não só do Brasil, mas das Américas, do mundo – mas a gente pode começar com o que é nosso. Fica aí minha sugestão, inclusive para vocês, essa nova geração.

Revista Epígrafe: E, por fim, quais sugestões você deixa para os historiadores e historiadoras que nos leem?

Ynaê Lopes dos Santos: Primeiro, que nunca deixem o senso crítico se desvanecer. O historiador é, antes de tudo, uma pessoa chata (risos), tem que ser assim. Nós não somos jornalistas, o saber que produzimos tem um tempo, ele decanta. Agora que começou a micareta racial, começou novembro, começou um monte de jornalista a me ligar pedindo o negócio no mesmo dia, é um outro tempo. Nós temos que manter o cuidado com as ferramentas de trabalho que temos. Nossa ferramenta maior é o tempo, é isso que a gente analisa, então não teremos respostas daqui a dois, três dias. Acho que isso não deve mudar, nós temos que nos aprofundar nisso, com um olhar crítico para o mundo, para as fontes, para a história, para o tempo, mas temos que falar para mais gente, é uma coisa conjunta. Tem que continuar lendo os textos, fazendo resenha, fazendo fichamento, tem que saber fazer uma nota de rodapé, tem que saber usar as regras da ABNT. Isso tudo continua, mas ao mesmo tempo é fundamental que vocês criem espaços nos quais vocês possam falar, utilizando essa criticidade toda, para mais pessoas. Não dá mais para sermos só acadêmicos. Não dá para a academia ser dessa forma, essa coisa descolada, que as pessoas fazem depois essa vinculação com balbúrdia. Não justificando isso, mas tem um lado que é o isolamento da universidade em relação à vida da maior parte dos brasileiros que, querendo ou não, sou obrigada a compreender as pessoas acharem que não fazemos nada. O diálogo que a gente estabelece é muito atravessado, inclusive pelos egos todos. Isso é algo que eu sempre falo para os meus alunos no primeiro dia de aula: saibam escrever para mais pessoas, saibam fazer com que a história crítica chegue para mais gente – não precisa ser necessariamente pela escrita, você pode ser consultor de uma série, ser consultor de um filme, propor um *podcast*. Hoje em dia tem várias ferramentas, sobretudo tecnológicas, que nós temos que saber utilizar para fazer com que o saber histórico crítico chegue para mais gente, inclusive para vocês terem um emprego. Mesmo que a gente tenha um governo super progressista,

teve um *boom* de concurso público que não vai ter tão cedo. Vai voltar a ser muito afunilada essa coisa da vida acadêmica, de quem efetivamente consegue um emprego em universidade pública. Existe uma demanda. Eu me formei escutando que brasileiro não gosta de história, isso é mentira! Se fosse verdade, jornalistas que escrevem sobre história não venderiam o que vendem, simples assim. E não são livros baratos. Então, assim, você tem público. Agora a gente está nesse momento, sobretudo nas questões das ditas minorias – eu não gosto desse termo, mas na ausência de outro... O mercado editorial está mais aberto, temos traduções de intelectuais norte-americanos, caribenhos, enfim. Aqui no Brasil, há mais mulheres publicando. Temos que surfar nessa onda para transformar isso numa prática, e isso eu não sei se a academia está pronta para preparar vocês. Eu acho que ainda não, então talvez vocês tenham que correr atrás, fazer outros cursos de escrita criativa, de audiovisual. Vai fazer um curso na ECA [Escola de Comunicação e Artes], vai fazer Psicologia, não sei... Acho que tem que ampliar um pouco a linguagem. Não o método. O método da história é muito importante, a criticidade da produção do saber histórico é fundamental, mas não podemos falar só para nós mesmos. Tem um pulinho progressista, e vem a avalanche conservadora. Está na hora de mudar essa dinâmica. Cabe também a vocês. Eu vejo meus alunos, eles fazem um *podcast* e olha que coisa incrível! Tanto que uma das avaliações que eu peço para os meus alunos é montar um Instagram, e eles fazem super bem. Tem que saber falar. É quase um dever cívico falar para mais gente sem abandonar a criticidade que a gente aprende na universidade.